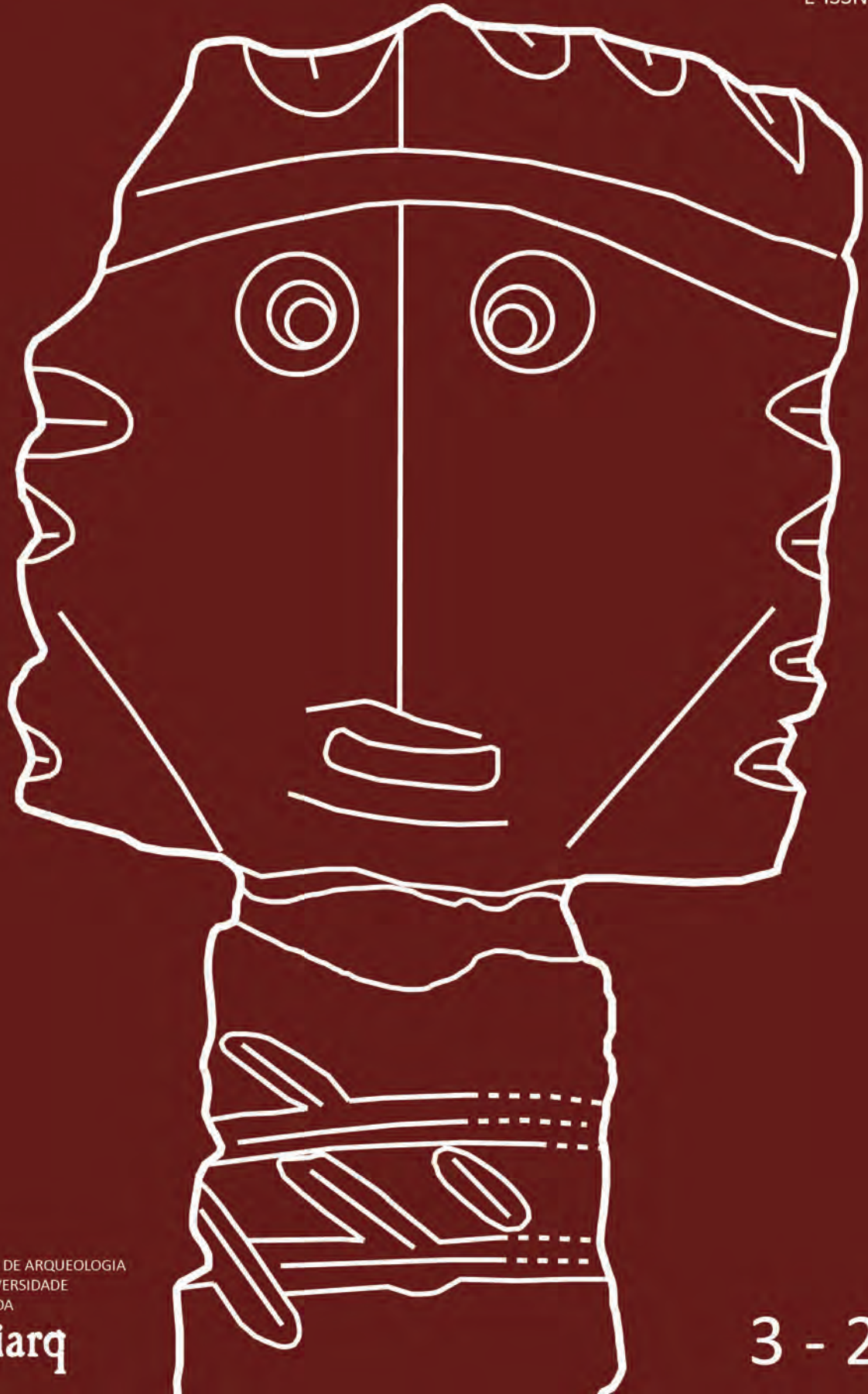


OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

ISSN 1645-653X
E-ISSN 2184-173X



OPHIUSSA



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



LETRAS
LISBOA

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA

uniarq

OPHIUSSA. Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X

Publicação anual

Volume 3 – 2019

Direcção e Coordenação Editorial:

Ana Catarina Sousa

Elisa Sousa

Conselho Científico:

André Teixeira (Universidade Nova de Lisboa)

Carlos Fabião (Universidade de Lisboa)

Catarina Viegas (Universidade de Lisboa)

Gloria Mora (Universidad Autónoma de Madrid)

Grégor Marchand (Centre National de la Recherche Scientifique)

João Pedro Bernardes (Universidade do Algarve)

José Remesal (Universidade de Barcelona)

Leonor Rocha (Universidade de Évora)

Manuela Martins (Universidade do Minho)

Maria Barroso Gonçalves (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)

Mariana Diniz (Universidade de Lisboa)

Raquel Vilaça (Universidade de Coimbra)

Xavier Terradas Battle (Consejo Superior de Investigaciones Científicas)

Secretariado: André Pereira

Capa: André Pereira sobre amuleto de osso de Mirobriga (desenho de Filipe Sousa).

Revisor de estilo: Francisco B. Gomes

Paginação: Elisa Sousa

Impressão: Europress

Data de impressão: Dezembro de 2019

Edição impressa (preto e branco): 300 exemplares

Edição digital (a cores): www.ophiussa.letras.ulisboa.pt

ISSN: 1645-653X / E-ISSN 2184-173X

Depósito legal: 190404/03

Copyright © 2019, os autores

Edição: UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1600-214 – Lisboa.

www.uniarq.net - www.ophiussa.letras.ulisboa.pt - uniarq@letras.ulisboa.pt

Revista fundada por Victor S. Gonçalves (1996).

O cumprimento do acordo ortográfico de 1990 foi opção de cada autor.

Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto UID/ARQ/00698/2013.

ÍNDICE

CÉSAR NEVES - <i>O Neolítico Médio em Portugal: percurso de investigação</i>	5
SEBASTIÁN CELESTINO PÉREZ - ESTHER RODRÍGUEZ GONZÁLEZ - <i>El santuario de Cancho Roano C: un espacio consagrado a Baal y Astarté</i>	27
JOÃO PIMENTA - CARLOS TAVARES DA SILVA - JOAQUINA SOARES - TERESA RITA PEREIRA - <i>Revisitando o espólio das escavações de A. I. Marques da Costa em Chibanes: os dados proto-históricos e romano-republicanos</i>	45
GIL VILARINHO - <i>A terra sigillata do Castro de Romariz (Santa Maria da Feira, Aveiro): da romanização ao abandono de um povoado fortificado no Noroeste Peninsular</i>	81
ANA MARGARIDA ARRUDA - <i>Ânforas da Quinta do Lago (Loulé, Portugal): as importações</i>	93
FILIPA ARAÚJO DOS SANTOS - <i>Estudos sobre a cerâmica comum da Oficina de Salga 1 de Tróia (Grândola, Portugal): contextos da primeira metade do século V</i>	111
CATARINA FELÍCIO - FILIPE SOUSA - <i>Dois amuletos em osso de Mirobriga - evidências do culto de Magna Mater?</i>	133
TÂNIA MANUEL CASIMIRO - SARAH NEWSTEAD - <i>400 years of water consumption: early modern pottery cups in Portugal</i> ..	145
JOAQUINA SOARES - LÍDIA FERNANDES - CARLOS TAVARES DA SILVA - TERESA RITA PEREIRA - SUSANA DUARTE - ANTÓNIA COELHO-SOARES - <i>Preexistências de Setúbal: intervenção arqueológica na Rua Vasco Soveral 8-12</i>	155
RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS (textos de António F. Carvalho, Victor S. Gonçalves, Francisco B. Gomes, Carlos Pereira, Jesús Acero Pérez e Carmen R. Cañas).....	185
IN MEMORIAM - PEDRO MIGUEL CORREIA MARQUES (1979 - 2019) (texto de Amílcar Guerra).....	211

OPHIUSSA

VOLUME 3, 2019, PÁGINAS 5-26. SUBMETIDO A 28.03.2019. ACEITE A 27.09.2019.

O NEOLÍTICO MÉDIO EM PORTUGAL: PERCURSO DE INVESTIGAÇÃO

THE MIDDLE NEOLITHIC IN PORTUGAL: THE RESEARCH HISTORY

CÉSAR NEVES¹

RESUMO

No debate científico em torno do processo de Neolitização no Ocidente Peninsular, uma das etapas mais difíceis de caracterizar corresponde à fase média do Neolítico. Apesar de, por parte da investigação arqueológica, lhe ser reconhecida uma importância decisiva na evolução das comunidades neolíticas, corresponde a um período que ainda demonstra um conhecimento desigual face às etapas imediatamente anteriores e posteriores (Neolítico antigo e Neolítico final).

Este texto apresenta, numa perspetiva historiográfica, o percurso da investigação em torno do Neolítico médio, no Centro e Sul de Portugal, desde da década de 70 do século XX até à actualidade.

Neste trajecto de quase 50 anos, serão referidos os investigadores, sítios e estudos que mais contribuíram para o conhecimento desta temática crono-cultural específica, as linhas de investigação e de metodologia adoptadas, bem como as principais características e objectivos do questionário científico que orientou as acções de índole arqueológico.

Palavras-chave: Neolítico médio, Historiografia, Pensamento Arqueológico.

ABSTRACT

In the scientific debate about the Neolithisation process in Western Iberia, one of the less characterized cultural phases in discussion is the Middle Neolithic. If, in one hand, the archaeological research understands its decisive importance in the evolution of Neolithic societies, on the other hand this moment is still associated to a lack of scientific knowledge, in opposition to the other Neolithic phases (Early and Late Neolithic).

This paper presents, in a historiographical perspective, the research progress about the Middle Neolithic in the centre and south Portugal, from the 1970s to the present.

In this almost 50-year journey, we will highlight the main archaeologists, scientific studies and archaeological sites that contributed most to the study of this specific chrono-cultural moment, as well as the methodologies adopted and the main goals of the scientific quiz that guided all archaeological actions during the research.

Keywords: Middle Neolithic, Historiography, Archaeological Thought.

Ao Rui,
e ao Tempo com que marcou as (suas) Antas

1. INTRODUÇÃO

O texto, que abaixo se apresenta, insere-se num projecto de investigação, dirigido pelo autor, direccionado especificamente para o estudo do Neolítico médio no Ocidente Peninsular (c.4500-3200 cal BC), com particular destaque para os lugares de povoamento das suas comunidades.

Aquando da redacção da dissertação que deu expressão aos resultados da investigação (Neves 2018), a construção de um texto autónomo sobre o percurso da investigação arqueológica deste período específico tornou-se uma tarefa inevitável.

Uma vez que a história do pensamento arqueológico do Neolítico médio em Portugal está interligada com o trajecto da investigação do próprio processo de Neolitização², tanto com a fase de transição Mesolítico-Neolítico antigo como com a discussão mais ampla das origens do Megalitismo, optou-se por não replicar uma temática já bem desenvolvida em outros trabalhos (Carvalho 1998a, 2007a, Diniz 2003, 2006-2007, Soares - Silva 2004). Desta forma, decidiu-se organizar o texto centrando-o, unicamente, no Neolítico médio, mencionando e reflectindo acerca dos principais passos da investigação e os trabalhos/leituras mais marcantes que permitiram a construção da base empírica, hoje, disponível.

Este estudo incide, unicamente, sobre a informação publicada nos últimos 50 anos, desde a década de 70 do século XX até à actualidade. A escolha dos anos 70 como momento de arranque para esta leitura, resulta do facto de ser a partir daí que os estudos acerca do Neolítico, em Portugal, passam a adoptar discursos e propostas científicas modernas e actualizadas, abrindo-se, finalmente, o conhecimento a investigadores e a propostas de interpretação de origem externa. Para a investigação arqueológica em torno do Neolítico, este é o “momento de ruptura, ou a Revolução do Neolítico”, como intitulou Mariana Diniz (2006-2007: 23).

2. O SÉCULO XX - ANOS 70, 80 E 90

2.1. ANOS 70

Até à década de 70 do século XX as referências ao Neolítico médio são praticamente

nulas. Os trabalhos de Vera e Georg Leisner sobre o Megalitismo funerário, da Península Ibérica (1965) e de Reguengos de Monsaraz (1951), surgem como únicos na pesquisa arqueológica da época, denotando-se no discurso produzido a percepção da existência de uma fase concreta relacionada com as origens do Megalitismo, caracterizada em distintos espólios votivos identificados em diversos sepulcros.

A consciência que o Neolítico português apresenta distintas fases fica expresso na síntese elaborada em 1966 por Vera Leisner, “*As diferentes fases do Neolítico em Portugal*”. O facto de ter sido, primeiramente, publicado em alemão e só ter sido traduzido e publicado em português quase 20 anos depois (Leisner 1983), fez com que este importante texto tivesse pouco impacto na comunidade arqueológica portuguesa e no estudo do Neolítico neste território (Diniz 2006-2007: 23).

Apesar do continuado interesse que os monumentos megalíticos despertam, o discurso e a actividade arqueológica continuaram muito centrados e condicionados pela “cultura das grutas”, uma vez que a maioria das intervenções sobre o Neolítico ocorria em contextos dessa tipologia. No geral, nos finais da década de 60, o Neolítico é ainda tratado como um período único, sem o evidente faseamento cultural, apesar da presença, nos conjuntos artefactuais aí publicados, de elementos que hoje facilmente se reconhecem como pertencentes a distintas fases dentro desse longo período (Diniz 2006-2007).

Nos anos 70, o Neolítico médio no ocidente Peninsular não consegue acompanhar a autonomia cronológica e cultural que o Neolítico antigo adquire, especialmente após o artigo de Jean Guilaine e Octávio da Veiga Ferreira “*Le Néolithique ancien au Portugal*”, publicado em 1970 no *Bulletin de la Société Préhistorique Française*.

A obra geral para a *Pré-História de Portugal* da autoria de Farinha dos Santos (1972), reflecte em parte o desconhecimento que ainda se tem acerca do momento em análise. Num discurso marcadamente artefactualista, o autor reconhece a existência de “níveis médios do Neolítico” (Santos 1972: 35), no entanto ainda interpreta o período do arranque do Megalitismo funerário como estando associado ao “Eneolítico inicial” (*ibidem*: 45), um termo que o trabalho de J. Guilaine e O. Veiga Ferreira já tinha deixado cair de vez.

Nos finais dos anos 70, a informação disponível associada a um segundo momento do Neolítico continua a provir, quase exclusivamente, dos

contextos funerários escavados em gruta ou em sepulcros megalíticos.

Ainda assim, paulatinamente vai-se percebendo, pelas diferenças que a cultura material apresenta, da existência de um “Neolítico médio português”, ou Neolítico IIA situado entre c. 4000-3000 a.C., como foi definido por O. Veiga Ferreira e M. Leitão (1981: 144). Os autores referem, ainda, os sítios associados a este período (onde se destacam exclusivamente espaços da morte como a Gruta do Escoural, Lugar do Canto, Lapa do Fumo e Bugalheira), integrando igualmente a “cultura megalítica” neste momento do Neolítico.

Na definição dos conjuntos artefactuais associados a esta etapa, elaboram uma lista onde surgem alguns elementos que, hoje, integramos numa fase final do Neolítico antigo ou já no Neolítico médio (trapézios simétricos; lâminas espessas de tamanho pequeno e médio; pedra polida; domínio da decoração incisa), mas aos quais juntam elementos claramente mais antigos ou recentes, como a cerâmica profusamente decorada, asas, bordos denteados, lâminas de grandes dimensões e pontas de seta (Ferreira - Leitão 1981: 150-151). Este agregar de materiais arqueológicos de distintas fases dentro do Neolítico médio resultará, seguramente, da observação por parte dos autores de conjuntos provenientes das escavações antigas levadas a cabo nas grutas-necrópole, onde as linhas metodológicas estariam longe de ser as adequadas para um registo estratigráfico seguro, originando contextos de proveniência muito latos e de reduzida fiabilidade.

A década de 70 fecha com um texto de autoria de Victor S. Gonçalves, em forma de plano de estudo. O artigo, *Para um Programa de Estudo do Neolítico em Portugal*, publicado em 1978, além de procurar enunciar os problemas e as questões, então, em aberto relativo ao longo período Neolítico no território português, corresponde a uma das primeiras reflexões em torno da definição dos conceitos relacionados com esse tema (Gonçalves 1978). Ao mesmo tempo que, de forma estruturada, traça um quadro actualizado do conhecimento existente acerca das três fases neolíticas (Antigo, Médio e Final), o autor formula um projecto de trabalho que procure, de forma multidisciplinar, colmatar os vazios ainda deixados pela investigação arqueológica.

Para Victor S. Gonçalves, os dados existentes acerca do Neolítico médio, relacionam-se com o “apogeu do período megalítico” (*ibidem*: 150), numa definição que marcará o restante discurso

sobre este momento em particular. O questionário empírico, invariavelmente orientando para o Megalitismo funerário (quer em antas quer em grutas), espelha a base empírica disponível, assim como o conhecimento que se detinha acerca daquilo que seria o Neolítico médio. Na proposta de estudo para este espaço crono-cultural, além da definição rigorosa do significado do termo “Médio”, o principal foco deveria centrar-se na aferição cronológica (nomeadamente das primeiras fases do megalitismo, onde a imprecisão da termoluminescência é notória e coloca naturais reservas), assim como na relação entre povoados e necrópoles (*ibidem*: 162).

2.2. ANOS 80

Nos anos 80, os trabalhos desenvolvidos no Alentejo litoral pelo Gabinete da Área de Sines e Museu Arqueológico e Etnográfico do Distrito de Setúbal (MAEDS), representam um ponto de mudança no conhecimento acerca do Neolítico médio, no Ocidente Peninsular. Envolvendo um largo espectro cronológico, as diversas intervenções dirigidas por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, permitem um aumento exponencial de informação arqueológica, abordando cenários de acção do Neolítico em extensos espaços de *habitat* e ao ar livre e não, somente, ocupações em gruta.

Apesar de não apresentar nenhum sítio especificamente do Neolítico médio, e de se apresentar como um estudo marcadamente regional, a publicação monográfica intitulada *Pré-História da área de Sines* (Silva - Soares 1981), introduz um conjunto de ocupações domésticas associadas a uma fase evolucionada do Neolítico antigo, como em Vale Vistoso e na Salema, que possibilitam as primeiras reflexões acerca do momento de transição Neolítico antigo-Neolítico médio.

Com um discurso com forte peso artefactualista, a constatação da presença de alguns elementos da cultura material (nomeadamente nas cerâmicas – recipientes decorados a impressão e incisão mas com escassa ou ausência de decoração cardial), levou a que os autores considerassem que estas ocupações se inserissem num momento mais tardio dentro do Neolítico antigo, propondo para a Salema uma cronologia com maior rigor, da 2ª metade do 5º milénio e do início do 4º milénio a.C. (Silva - Soares 1981: 98).

A abordagem feita sobre estas ocupações integra a organização interna dos espaços de *habitat*, facultando dados ao nível da estruturação e de

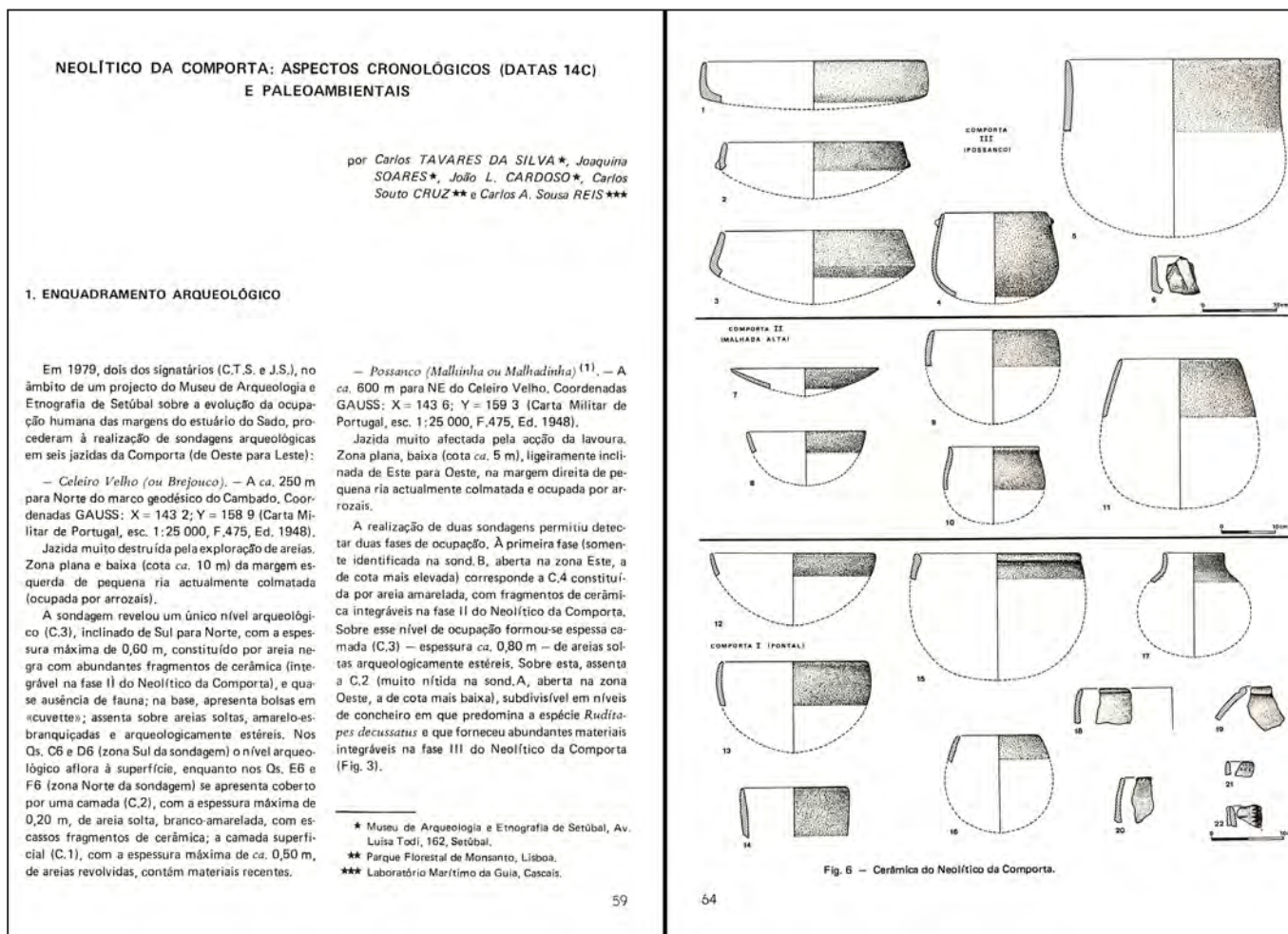


Fig. 1 - Página de rosto do artigo “Neolítico da Comporta”, publicada em 1986 no nº 14 da *Arqueologia* e proposta de periodização do Neolítico, a partir de uma componente específica da cultura material – cerâmica (adaptado de Silva et al. 1986: 59 e 64).

alguma dispersão artefactual, num registo até então pouco usual nos trabalhos arqueológicos publicados para o Neolítico.

Será, igualmente, no início desta década que se publicam os primeiros dados relativos ao denominado “Neolítico da Comporta” (Silva - Soares 1980), onde se apresentam os primeiros contextos habitacionais do Neolítico médio, para o actual território português.

Apesar de, desde da década de 60, já se conhecerem a maioria dos sítios associados a este contexto (Ribeiro - Zbyszewski - Ferreira 1965, Ribeiro - Sangmeister 1967), só em 1979, sob a di-recção de C. T. Silva e J. Soares (MAEDS), é que se realiza uma intervenção arqueológica (pequenas sondagens e observação e registo de perfis estratigráficos), em seis sítios que apresentavam mau estado de conservação, mas onde foi possível identificar níveis conquíferos e conjuntos artefactuais dotados de numerosos

fragmentos cerâmicos.

A análise dos dados referentes ao núcleo registado na Comporta permitiu, na altura, traçar uma sequência de ocupação diacrónica, subdividida em 3 fases distintas, desde o início do Neolítico médio (Comporta I - sítio do Pontal), passando por uma fase mais plena desse período (Comporta II - sítio da Barrosinha), até ao Neolítico final (Comporta III – Possanco) (Silva et al. 1986).

Este fraccionamento crono-cultural do Neolítico e respectivo modelo sociocultural foi, essencialmente, suportado a partir de sequências tipológicas da cerâmica, tendo-se definido como elementos de diagnóstico a presença de certos motivos decorativos (ex.: *sulco abaixo do bordo* na Fase I), o forte peso de cerâmica lisa (Fase II), ou o domínio de algumas das morfologias características do final do Neolítico (ex.: taças carenadas e vasos mamilados na Fase III).

A preocupação em envolver uma equipa interdisciplinar na análise do Neolítico da Comporta, permitiu a publicação de dados que contemplavam domínios científicos distintos. Além da já referida análise da Cerâmica, desenvolveram-se estudos de Sedimentologia, Geomorfologia, Fitodinâmica e Malacologia, num procedimento que, à data, ainda era pouco habitual nos estudos de sítios arqueológicos em Portugal.

Este trabalho levado a cabo nos concheiros neolíticos da Comporta é um ponto importante na história da investigação em torno do Neolítico médio em Portugal, pois corresponde a um primeiro ensaio acerca da sua periodização e faseamento, bem como à reflexão acerca da sua cultura material e elementos de diagnóstico (com a produção de um Quadro Tipológico dos recipientes para as três fases registadas), a que se acresce o conhecimento acerca das práticas de subsistência associada a essas comunidades e das estratégias de implantação de espaços de *habitat*.

O discurso arqueológico produzido é claramente ceramográfico e muito descritivo, com escassa informação acerca das indústrias líticas, naquilo que era uma marca dos trabalhos arqueológicos em Portugal até quase aos finais do séc. XX (Carvalho 1998a, Diniz 2006-2007).

Ainda com um longo trabalho a desenvolver, têm sido acrescentados, pontualmente, novos campos de análise ao Neolítico da Comporta, sobretudo ao nível da Cronologia e da Ictiofauna (Soares - Silva 2013).

Quase 40 anos depois da sua intervenção e publicação, os sítios do Pontal e da Barrosinha continuam a ser amplamente referidos nas leituras sobre a fase média do processo de Neolitização, reflectindo o seu valor, mas, acima de tudo, as limitações arqueográficas que este período ainda apresenta na actualidade.

Paralelamente, ainda nos anos 80, na região da Estremadura e Maciço Calcário Estremenho, continua o investimento na investigação arqueológica em diversas grutas-necrópole com ocupações neolíticas. Neste particular, destacam-se os trabalhos de João Zilhão realizados sobre as utilizações funerárias na Gruta da Feteira e do Caldeirão que, apesar de mal representado, apresentam horizontes do Neolítico médio com algum espólio artefactual, suportados por sequências crono-estratigráficas que demonstram essa realidade (Zilhão 1984, 1992).

2.3. ANOS 90

No início da década de 90, o discurso relativo à transição do Neolítico antigo para o Neolítico médio, bem como a caracterização desta última etapa, estava fortemente influenciado pelos dados obtidos no Alentejo litoral, nomeadamente na região de Sines e, especialmente, na Comporta, assim como nas grutas-necrópole da Estremadura e no Megalitismo funerário do interior alentejano.

Inserido numa publicação editada pela Universidade Aberta – *Pré-História de Portugal* – Carlos Tavares da Silva escreve um capítulo intitulado “Neolítico médio e final. O Megalitismo” (Silva 1993). Em 15 páginas, o autor procura sintetizar, numa leitura geográfica bastante abrangente, o conhecimento existente acerca das fases culturais presentes no título, destacando-se a evidente paridade entre Neolítico médio e Megalitismo. Apesar de dar um destaque maior aos trabalhos e resultados obtidos nos espaços onde trabalhou (Alentejo litoral e Reguengos de Monsaraz – *vide infra*), C.T. Silva aborda vários componentes do sistema, desde a cultura material, às estratégias de povoamento procurando, sempre que possível, caracterizar a estrutura social que estas comunidades poderiam já apresentar.

Nos volumes iniciais das Histórias de Portugal, os capítulos relativos à Pré-História, além de reflectirem essa leitura, demonstram o peso que o Megalitismo funerário representa no conhecimento até aí produzido (Jorge 1990, Diniz 1993, Gonçalves 1993).

No percurso da investigação em torno do Megalitismo e dos momentos crono-culturais associados a este fenómeno, o texto de V.S. Gonçalves, apesar de apresentar uma longa e detalhada reflexão acerca desta temática, é revelador de como o debate em torno das suas origens se apresentava como uma questão totalmente em aberto (Gonçalves 1993).

De igual modo, e partindo da informação disponível, tanto Susana O. Jorge como M. Diniz procuram reflectir acerca dos prováveis sistemas de povoamento, práticas de pendor social e económico (exploração do território), bem como do subsistema económico e cultura material, temáticas ainda longe da sua definição.

A menção à ausência de dados é uma constante nos seus discursos. S.O. Jorge identifica “um vazio perturbante de informação no que se refere ao período convencionalmente chamado *Neolítico médio*, ou seja a etapa que globalmente cobre grande parte do IV milénio a.C.” (Jorge 1990: 120), “e que se

torna urgente a identificação de povoados coevos” (*ibidem*: 120), aos espaços da morte, nomeadamente do megalitismo dolménico (como o Poço da Gateira 1 e Gorginos 2), onde os paralelismos na cultura material são bem evidentes (*ibidem*: 110).

M. Diniz segue, no geral, esta análise, introduzindo alguns temas que, mais tarde, serão parte integrante na caracterização das comunidades do Neolítico médio. Ao nível do subsistema económico, afirma que a prática de subsistência principal seria a pastorícia, com explorações sazonais do espaço (Diniz 1993: 329), apesar da existência de um sistema de povoamento que ainda apresentava sítios funcionalmente especializados na pesca e recolção de moluscos - Pontal e Barrosinha - (*ibidem*: 322). De igual modo, refere como uma das características principais a mobilidade associada aos grupos do Neolítico médio, detectada na presença, no registo arqueológico, de artefactos sobre matérias-primas que não existem naturalmente nos locais onde são encontradas (*ibidem*: 329), ocorrendo mesmo uma exploração a longa distância (em complemento a uma exploração imediata, que é dominante), tirando partido de uma paisagem pré-histórica que “é uma paisagem aberta, onde se efectuou a livre circulação de pessoas e bens” (*ibidem*: 332). A autora associa mesmo a mobilidade dos padrões de implantação no espaço (que gera sítios precários de curta duração), à dificuldade da sua identificação (*ibidem*: 329).

Estes dois textos estão particularmente bem datados, uma vez que a referência que ambos demonstram relativos aos testemunhos de ocupações do Neolítico na Estremadura cingem-se, essencialmente, a contextos funerários em gruta, alguns conhecidos desde o séc. XIX. Esta situação demonstra que, aquando a sua redacção, ainda não se tinham iniciado dois projectos de investigação, para a região do Maciço Calcário Estremenho, que vieram alterar o registo arqueográfico relativo às ocupações de cariz doméstico desta área:

a) *Carta Arqueológica do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*, que decorreu entre 1993 e 1995 sob a direcção de João Zilhão, Ana Cristina Araújo e Nuno Bicho (Araújo - Zilhão 1991, Zilhão - Carvalho 1996);

b) *MACIÇO - Pré-História do Maciço Calcário das Serras de Aire e Candeeiros e Bacias de Drenagem Adjacentes*, dirigido por João Pedro Cunha Ribeiro, Francisco Almeida e António F. Carvalho, entre 1998-2001 (Carvalho 2003, 2007a, 2016);

Os trabalhos relativos à *Carta Arqueológica do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*, apesar do carácter mais alargado em termos crono-culturais, tinham como objectivo principal o levantamento sistemático da arqueologia dessa área específica. Em resultado da identificação de novos sítios realizaram-se sondagens ou escavações sistemáticas em muitos desses contextos, destacando-se aqueles que estavam relacionados com o processo de Neolitização (em gruta: Algar Picoto, Lapa dos Namorados e Algar Barrão; ao ar livre: Laranjal do Cabeço das Pias, Forno Terreirinho, *Locus III* do Cabeço de Porto Marinho; Costa do Pereiro; Pena d'Água). Além destes contextos, realizaram-se novos trabalhos de escavação em sítios já conhecidos, como a Gruta do Almonda ou Lapa da Bugalheira (Zilhão - Carvalho 1996, Carvalho 2016).

Em poucos anos, o aumento da base empírica para o Neolítico antigo e médio foi muito significativo, destacando-se o reconhecimento de contextos de ar livre, nomeadamente espaços de *habitat*, que poderiam possuir uma relação crono-cultural com as grutas-necrópole, já amplamente conhecidas.

Face aos resultados obtidos, desenvolve-se no final desta década o projecto *MACIÇO*, direccionado tanto para a Pré-História antiga como para a Pré-História recente desta região, com o Neolítico a assumir um lugar destacado.

Além da publicação praticamente integral dos resultados das novas e antigas intervenções arqueológicas, foi possível obter um renovado quadro cronométrico para o Neolítico deste espaço, que era, finalmente, sustentado pela observação de sequências estratigráficas mais seguras e detalhadas (Zilhão - Carvalho 1996: 661, Carvalho 1998a). No sentido de responder a um renovado e mais alargado questionário empírico, aplicam-se novos métodos de análise, procurando captar um maior quadro socioeconómico e cultural das comunidades agropastoris.

Neste campo, destaca-se um investimento em áreas como a Cronologia (datações de radiocarbono), Antracologia, Zooarqueologia, Bioantropologia e Traceologia lítica (Carvalho 2016), além da Cultura Material, onde agora se dá uma atenção mais detalhada às indústrias de pedra lascada (Carvalho 1998a).

A abordagem aos contextos neolíticos desta região permite ultrapassar os discursos mais artefactualistas que até aí vigoravam procurando, caracterizar o modo de vida dos grupos humanos através das estratégias de exploração do espaço, tipos de implantação dos espaços de *habitat* e

<i>Neolítico do Maciço Calcário Estremenho</i>			
<i>Quadro Crono-Estratigráfico Regional</i>			
Cronologia (cal BC)	Período	Componentes artefactuais	Contextos (exemplos)
3600 - 3000	Neolítico final	Bordos denteados e recipientes carenados (povoados) Placas de xisto (necrópoles)	Pena d'Água, camada B Forno da Telha, camada 1 Cova das Lapas
		Horizonte "acerâmico" das grutas-necrópole	Algar do Barrão Lugar do Canto
4400 - 3600	Neolítico médio	Cerâmicas lisas em necrópoles e povoados	Lapa dos Namorados Pena d'Água, camada C e D Gruta do Caldeirão, horizonte NM
		Cerâmicas lisas, impressas e incisas, incluindo vasos decorados com sulcos sob o bordo	Pena d'Água, camada Ea
5100 - 4400	Neolítico antigo evoluído	Cerâmicas impressas e incisas várias, sem cardial	Cabeço das Pias Pena d'Água, camada Eb (topo) Gruta do Caldeirão, horizonte NA1
5500 - 5100	Neolítico cardial	Cerâmicas impressas e incisas, incluindo decoração cardial limitadas à faixa sob o bordo	Pena d'Água, camada Eb (base) Gruta do Caldeirão, horizonte NA2
		Cerâmicas impressas e incisas, incluindo decoração cardial extensa, recobrimdo uma parte considerável dos recipientes	Gruta do Almonda Vaso de Santarém

Fig. 2 - Sequência crono-estratigráfica do Neolítico do Maciço Calcário Estremenho, partindo da leitura combinada de três elementos de diagnóstico: cronologia absoluta; cultura material; contexto arqueológico (segundo: Zilhão - Carvalho 1996: 667 – Quadro 2).

práticas económicas associadas.

Relativamente ao Neolítico médio, a maioria da informação produzida provém das sucessivas campanhas de escavação, dirigidas por A. F. Carvalho, no Abrigo da Pena d'Água (1992-1997). Este sítio vai adquirir um relevo mais amplo na definição desta etapa, agora finalmente identificada em espaços de *habitat* (Carvalho 1998b).

No Abrigo da Pena d'Água, identificaram-se, em estratigrafia, dois níveis distintos de ocupação doméstica do Neolítico médio, bem balizados, em termos estratigráficos, entre níveis do Neolítico antigo e Neolítico final. Entre horizontes de ocupação que apresentavam no registo artefactual claros elementos de diagnóstico (cerâmica cardial e outros motivos impressos - Neolítico antigo; pontas de seta de retoque bifacial e taças carenadas - Neolítico final), reconheceu-se uma camada associada ao Neolítico médio inicial, com cerâmica lisa associada a cerâmica impressa e incisa (com domínio de *sulco abaixo do bordo*), onde os conjuntos de indústria lítica não diferem muito dos reconhecidos para o Neolítico antigo (*ibidem*).

Sobre esta camada, identifica-se uma "fase plena" do Neolítico médio, caracterizada pela presença quase exclusiva de recipientes lisos, com grandes semelhanças com os elementos

registados nos espaços funerários deste período, nomeadamente nas antas atribuídas às fases iniciais do Megalitismo (Zilhão - Carvalho 1996, Carvalho 1998b).

Com a presença dos níveis do Neolítico médio na Pena d'Água tornou-se, finalmente, possível discutir a relação *habitat* - necrópole, ficando o horizonte deste período caracterizado, nesta área, por este sítio e pelas necrópoles da Lapa dos Namorados e Bugalheira, que se juntam ao já identificado horizonte NM do Caldeirão e os dados do mesmo período obtidos nas grutas do Cadaval e Nossa Senhora das Lapas (Zilhão 1992, Oosterbeek 1994, Zilhão - Carvalho 1996), subsistindo, ainda assim, o peso excessivo de contextos funerários no registo empírico.

A Sul de Portugal, é neste momento que têm início os trabalhos arqueológicos associados ao grande empreendimento da Barragem do Alqueva, que colocará no registo arqueográfico um novo conjunto de contextos que terão forte influência na caracterização das paisagens humanas da Pré-História.

Perante a presença expressiva do Megalitismo de cariz funerário na área do regolfo da barragem, a investigação arqueológica foi direccionada, especificamente, para a identificação de lugares de

povoamento relacionados com os construtores dos primeiros monumentos megalíticos, nomeadamente na área de Reguengos de Monsaraz (Soares - Silva 1992, Gonçalves - Calado - Rocha 1992, Gonçalves - Sousa 2000, Gonçalves 2002).

A definição da relação cronológica e cultural entre os espaços da morte e os de cariz habitacional não foi particularmente bem-sucedida, sendo notório o desequilíbrio de ocorrências no registo dos dois tipos de contexto. Este dado pode resultar de uma fraca visibilidade do tipo de implantação dos sítios de *habitat* (Gonçalves - Sousa 2000), ou pelo mau estado de preservação de alguns contextos, como Gorginos 6 (Reguengos de Monsaraz), onde a “ausência de “fósseis-directores” integráveis no Neolítico final, como cerâmicas carenadas, pesos de tear, etc, permitiam colocar a ocupação deste sítio no Neolítico médio, dadas as características arcaizantes dos materiais cerâmicos líticos e detectados” (Gonçalves - Diniz 1997: 2).

Desta forma, as únicas ocupações domésticas associadas ao Neolítico médio e, assim, à primeira fase do Megalitismo funerário, foram identificadas nos sítios das Pipas e da Fábrica de Celulose, igualmente na área de Reguengos de Monsaraz (Soares - Silva 1992). Apesar de uma publicação muito preliminar dos dados, a informação proveniente deste trabalho de J. Soares e C. T. Silva foi amplamente citada na análise de outros espaços sincrónicos no Centro e Sul de Portugal, constituindo-se essencialmente como referência na caracterização artefactual dos contextos do Neolítico médio (através da presença de cerâmica lisa e recipientes decorados com *sulco abaixo do bordo*), demonstrando a fragilidade da base empírica associada a este momento específico.

Ainda na área do Alentejo interior, destaca-se o estudo da necrópole neolítica da Gruta do Escoural, em particular das fases associadas às utilizações do 4º milénio cal BC, em clara conformidade entre as datações absolutas obtidas e com parte da cultura material identificada (Araújo - Cauwe - Santos 1995, Soares 1995).

No Algarve, o conhecimento acerca do Neolítico médio nesta região fica marcado pela publicação, em 1992, dos resultados das sondagens realizadas em 1988 no Algarão da Goldra, em Faro (Straus *et al.* 1992).

Este importante contexto do Neolítico médio forneceu abundantes dados relativos à cultura material e práticas de subsistência das comunidades deste período, atestando um modo de vida das sociedades agro-pastoris, através da presença de

elementos económicos do pacote neolítico (fauna doméstica e pólen de cereal) (*ibidem* 1992). Foi ainda possível obter uma datação absoluta com largo intervalo de tempo (2ª metade do 4º milénio – 3º milénio cal BC), que suportava a proposta de integração crono-cultural no Neolítico médio. No entanto, a ausência de um pacote artefactual significativo não permitiu estabelecer, entre este sítio e uma etapa mal conhecida, efectivas correspondências culturais.

Além da importância que assumiu, na altura, para o conhecimento deste período, a informação proveniente deste contexto será, 20 anos mais tarde, recolocada no debate científico, em resultado de novas datações entretanto realizadas, e da análise das dietas dos indivíduos ali depositados, aumentando a base empírica que sustenta a caracterização deste momento (Carvalho - Straus 2013, Carvalho - Petchey 2013).

3. O NOVO MILÉNIO

3.1. SÉCULO XXI - 1ª DÉCADA

A primeira década do novo milénio é marcada pela realização das primeiras teses de Doutoramento acerca do processo de Neolitização, no Sul do actual espaço português. M. Diniz, em 2003, e A. F. Carvalho, em 2007, abordam este fenómeno partindo de espaços regionais bem definidos (Alentejo, Estremadura e Algarve), dando expressão aos trabalhos de investigação que iniciaram uma década atrás. Apesar deste passo decisivo no conhecimento das primeiras etapas deste fenómeno, os trabalhos incidiram essencialmente na transição Mesolítico-Neolítico antigo, ficando de fora a caracterização das etapas seguintes, nomeadamente a evolução até às primeiras manifestações megalíticas de tipo dolménico.

O Megalitismo continua a ser a principal fonte de informação relativamente ao Neolítico médio, sucedendo-se as menções ao desconhecimento acerca dos *habitats* contemporâneos deste fenómeno. Em contraste com o conhecimento disponível acerca do Neolítico antigo, que via a sua base arqueográfica a aumentar exponencialmente, permaneciam “... ainda pouco visíveis no registo arqueológico as ocupações que corresponderiam ao Neolítico Médio, tornando difícil a caracterização das comunidades responsáveis pela construção dos primeiros monumentos megalíticos” (Diniz 2000: 105). Neste texto, a autora vinca, ainda, que a dificuldade em

identificar os espaços de *habitat* resulta da falta de conhecimento acerca da cultura material associada a esse tipo de contexto, devido à falta de um “fóssil-director” explícito, com as leituras dessa natureza a continuarem a resultar das observações realizadas nos monumentos funerários (*ibidem*: 106).

O Megalitismo continua a ser o tema em destaque no discurso histórico acerca do Neolítico médio. Os trabalhos de Leonor Rocha (2005), e de Rui Boaventura (2009), inserem as áreas do Alentejo Central e da Estremadura no debate em torno das origens do megalitismo funerário, mas quase não incidem sobre os contextos habitacionais associados. Estes trabalhos permitiram, também, a utilização de metodologias de análise mais modernas, utilizando resultados de intervenções antigas numa reflexão mais actual. Em particular, a investigação de Rui Boaventura apresenta-se como uma indispensável referência na caracterização cultural e, acima de tudo, cronológica do Megalitismo, elevando qualitativamente a fasquia metodológica na abordagem alargada aos contextos de natureza funerária, correspondendo a um suporte científico que perdurará por muito tempo.

No entanto, não obstante o conhecimento acerca das práticas funerárias do Neolítico médio continuar a crescer, a percepção que se tem sobre os espaços domésticos permanece quase inalterada recorrendo-se ainda aos mesmos contextos que já no final do século passado se tinham descrito. Esta situação está bem evidente no texto de Rui Mataloto e R. Boaventura sobre o povoamento do 4º e 3º milénio cal BC no Sul de Portugal (Mataloto - Boaventura 2009). Partindo dos espaços domésticos datados, os autores reconhecem que os modelos de povoamento para o espaço temporal entre o final do 5º milénio e a primeira metade do 4º milénio (período onde se integra o Neolítico médio), mantêm-se mal conhecidos (*ibidem*: 55). Este intervalo corresponderá à Fase 1, preconizada pelos autores, associada essencialmente ao Neolítico I e II da Comporta (dos sítios do Pontal e Barrosinha), bem como às ocupações prévias de cariz doméstico registadas nos monumentos megalíticos de Vale Rodrigo 2 e Vale Rodrigo 3 (*ibidem* 2009: 63).

Apesar de intervencionados desde os finais do séc. XX (Höck - Kalb 2000, Larsson 2000), só após os trabalhos de T. Armbruster sobre a cultura material dos referidos *habitats* de Vale Rodrigo 2 e 3 é que se tomou consciência do seu relevo para a definição do Neolítico médio no Ocidente Peninsular (Armbruster 2006, 2008). Esses estudos

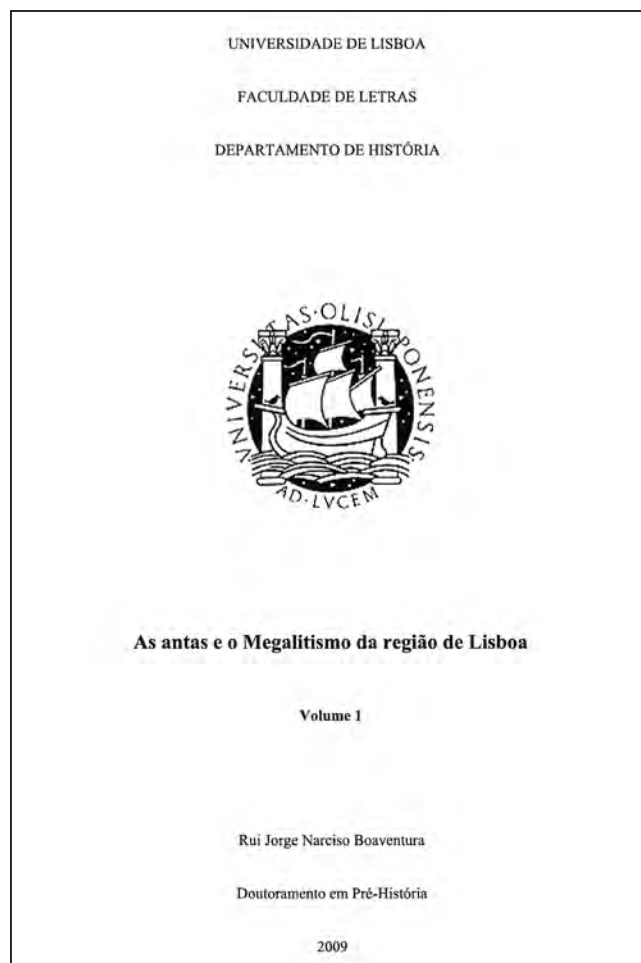


Fig. 3 - Capa do volume I da Tese de Doutoramento de Rui Boaventura, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2009.

são igualmente completados com a publicação de datações para essas ocupações, constituindo-se, juntamente com as da Comporta, como as únicas para os espaços domésticos do Neolítico médio da região do Alentejo.

O conhecimento acerca de Vale Rodrigo 2 e 3 será fundamental na compreensão e integração cronocultural de um contexto semelhante, identificado sob o monumento megalítico da Hortinha 1, igualmente na região de Évora (Rocha 2007, 2015). Sem qualquer datação absoluta associada, a estratégia de ocupação aliada à cultura material (onde se destaca a presença significativa de recipientes decorados com *sulco abaixo do bordo*), que apresenta óbvios paralelos com os *habitats* de Vale Rodrigo, permite uma rápida analogia entre estes três contextos, aumentando significativamente a base empírica para o Neolítico médio, nomeadamente na sua fase inicial à qual estes sítios parecem corresponder.

Paulatinamente, vão surgindo novos con-

textos de cariz habitacional associados ao Neolítico médio. Na Costa Sudoeste, concretamente na área de Sines, para o período do Neolítico, o espaço já não é dominado, do ponto de vista arqueográfico, por ocupações relacionadas com o Neolítico antigo (ex. Vale Pincel I e Vale Marim II). As intervenções arqueológicas de dimensão considerável, dirigidas pela Unidade de Arqueologia do Gabinete da Área de Sines, nos sítios do Brejo Redondo e Palmeirinha permitiram a identificação de espaços domésticos ao ar livre, cujas comunidades residentes terão adoptado as mesmas estratégias de implantação verificadas anteriormente para o Neolítico antigo (Silva - Soares - Coelho-Soares 2010). Apesar de não terem sido obtidas datações para estes contextos, os dados disponibilizados mencionam todos os componentes da cultura material, assim como a organização e estruturação interna dos *habitats*, podendo ser, assim, confrontados em leituras interpretativas com outros espaços de enquadramento crono-cultural análogo.

3.2. SÉCULO XXI – 2ª DÉCADA – O LUGAR DA MULTIDISCIPLINARIDADE

O final da 1ª década do séc. XXI, assim como a presente década, marcam a entrada em cena de uma temática, continuamente referida na bibliografia, mas que tinha, até então, tido pouca atenção por parte do debate científico.

Os projectos de investigação, assim como os estudos que se debruçam sobre a fase média do processo de Neolitização são construídos de acordo com uma matriz indiscutivelmente processual, com uma forte componente de análise interdisciplinar, onde os elementos da cultura material continuam a ser um dos eixos principais, mas agora numa óptica, definitivamente, tecno-tipológica. A reconstituição paleoambiental e a definição dos subsistemas económicos e sociais serão tópicos decisivos e a constituição de equipas multidisciplinares procura direccionar a investigação e produzir um enorme manancial que permita a construção de uma narrativa histórica que se constitua como um ponto de partida para o desenvolvimento de novos projectos.

Ao contrário do que sucedeu nos anos 80 e 90, o Neolítico médio passa a ser, pela primeira vez, o objectivo primário de alguns projectos de investigação e de um número importante – face ao que existia - de publicações, deixando de estar obrigatoriamente associado ao estudo sobre o Neolítico antigo ou, unicamente, ao universo

funerário representado pelo Megalitismo e pelas grutas-necrópole. No entanto, esta “independência” face ao Neolítico antigo e ao estudo do mundo funerário não ocorre de forma abrupta, sendo que estes dois elementos são, ainda, uma permanência firme no percurso historiográfico da investigação acerca do Neolítico médio.

É neste contexto que o estudo sobre o Neolítico médio dá um salto qualitativo determinante, nomeadamente na construção de um quadro cronométrico mais estreito e fiável, na análise da constituição genética das populações, na definição do subsistema económico e das áreas de circulação destes grupos, e, por fim, na caracterização do espólio a que, normalmente, lhe está associado nos espaços da Morte.

Devido ao financiamento proveniente do projecto de investigação *The last hunter-gatherers and the first farming communities in the south of the Iberian Peninsula and north of Morocco*, co-dirigido por A. F. Carvalho e Juan F. Gibaja, em 2008-2010 (Carvalho 2016: 68), foi possível custear um programa de datações de radiocarbono, essencialmente para contextos à data insuficientemente datados, com longas sequências de ocupação e cujos dados provinham de antigas escavações.

As datações visam a caracterização e confirmação (ou não), do faseamento cronológico-cultural proposto para diversas ocupações, sendo que a intenção da datação sistemática de restos humanos, servia, também, “... enquanto elemento para uma abordagem às dinâmicas de utilização funerária das grutas naturais estremenhas ao longo da Pré-História recente” (Carvalho - Cardoso 2010/2011: 395). Além das referidas grutas naturais estremenhas (p. ex. Lugar do Canto, Casa da Moura e Furninha), este projecto também financiou mais 8 datações sobre restos humanos do sítio do Neolítico médio, ao ar-livre, do Castelo Belinho, no Algarve (Cardoso - Carvalho 2008, Carvalho - Cardoso 2010/2011, Gomes 2010). Com excepção da Gruta da Furninha, as datações absolutas vieram atestar a existência de ocupações funerárias do Neolítico médio nas referidas grutas das Estremadura. De facto, tanto no Lugar do Canto como na Casa da Moura, foi a existência destas datações absolutas que permitiram a confirmação de uma fase do Neolítico médio em algumas das ocupações registadas. Estes contextos em gruta na região estremenha caracterizam-se, normalmente, por prolongadas ocupações humanas, proporcionando uma combinação de artefactos de distintas épocas que, acrescidas das metodologias

seguidas nas escavações aí realizadas nos finais do séc. XIX, dificulta a sua correcta seriação e atribuição crono-cultural. À já habitual dificuldade em relacionar os artefactos com registos antigos, adiciona-se a incapacidade em reconhecer as componentes artefactuais, indiscutivelmente, do Neolítico médio, devido à ausência de fósseis-directores explícitos (Cardoso - Carvalho 2010/2011: 371).

O caso da Casa da Moura é paradigmático da importância da realização de datações absolutas neste período específico do Neolítico, assim como do estado do conhecimento que, na altura do seu estudo artefactual, se possuía acerca das características que distinguiria a cultura material do Neolítico médio, face ao momento anterior e posterior. Quando Júlio Roque Carreira e João Luís Cardoso, no início do século XXI, se debruçaram sobre os elementos artefactuais recolhidos durante as campanhas de escavação da responsabilidade de Nery Delgado, em 1865 e 1879/80 (Delgado 1867, Carreira - Cardoso 2001/2002), e, posteriormente, de L. G. Straus, em 1987 (Straus *et al.* 1988), face à existência de uma datação absoluta para o início do 5º milénio e devido à presença de cerâmica decorada que rapidamente relacionaram com uma fase evolucionada do Neolítico antigo (e claramente compatível com a datação), não reconheceram uma ocupação do Neolítico médio. Os autores, perante elementos de diagnóstico como a cerâmica impressa e incisa, assim como as taças carenadas, placas de xisto, bordos denteados e alfinetes de cabeça postíça em osso, não tiveram dúvidas em propor um esquema de ocupação para o “depósito superior”, com níveis do Neolítico antigo evolucionado e do Neolítico final (Carreira - Cardoso 2001/2002). Nessa fase da investigação e ainda antes das novas datações para a Casa da Moura, encontravam-se, associadas a uma eventual ocupação do Neolítico médio, três datações da primeira metade do 4º milénio cal BC (Straus *et al.* 1988), sendo que essa ocupação não parecia confirmada pela tipologia dos artefactos presentes no registo (Cardoso 2016: 33). Mais recentemente, após a publicação de um número maior de datações (cinco indivíduos distintos), que além de confirmar ocupações durante o Neolítico médio demonstra que estas deverão ter sido mais efectivas que as do Neolítico antigo, já se sugere que tanto a cerâmica lisa de forma esférica simples, como os geométricos trapezoidais, as lâminas e lamelas não retocadas poderão integrar este período, embora se reconheça a sua “... difícil determinação crono-cultural...” (Carvalho - Cardoso 2010/2011: 397).

É nesta combinação de dados, provenientes das datações absolutas e estudo/revisão/publicação de elementos artefactuais, que reside o principal contributo destas análises das grutas-necrópoles na investigação e conhecimento do Neolítico médio. A caracterização da componente artefactual, em particular do Lugar do Canto que estava praticamente inédito e que se enquadrava num período específico oriundo de um contexto relativamente bem conservado (Cardoso - Carvalho 2008: 278), já obedeceu ao questionário empírico claramente direccionado para o estudo de um espólio que integrava uma fase do Neolítico ainda mal caracterizada – o Neolítico médio. A análise artefactual orientou-se em função de uma componente tecno-tipológica bem evidente ficando, assim, disponível um estudo completo de um conjunto muito homogéneo, composto por micrólitos geométricos, lâminas e lamelas de sílex, instrumentos em osso, instrumentos de gume em pedra polida (enxós, machados) e adornos pessoais (*ibidem*: 279).

De igual modo, as colecções osteológicas referentes ao Lugar do Canto e à Casa da Moura permitiram retirar importantes conclusões, para o conhecimento das populações neolíticas, bem como para a compreensão das práticas funerárias (e sua evolução), ao longo de todo o Neolítico.

Partindo de objectivos idênticos, desenvolve-se um conjunto de novas datações absolutas para o Algarão da Goldra (Faro), podendo, assim, relativizar o significado arqueográfico que a datação, publicada em 1992, ainda possuía. À semelhança do que se verificou para as grutas da Estremadura, estas 3 novas datas, obtidas sobre 3 indivíduos, foram custeadas por um novo projecto de investigação luso-espanhol, intitulado *Transformações Alimentares / Populacionais na Transição dos Caçadores-Recolectores do Mesolítico para os Primeiros Agricultores do Sul da Península Ibérica*, dirigido por A. F. Carvalho para os anos 2010 e 2011 (Carvalho - Straus 2013: 203). Ao contrário de outras ocupações, os novos estudos sobre a Goldra não contemplaram uma revisão do espólio artefactual, permanecendo válidas as leituras publicadas em 1992 (Straus *et al.* 1992), o que revela a qualidade da análise então realizada.

Por outro lado, os dados provenientes dos restos humanos datados já neste milénio permitiram reconhecer uma ocupação que aponta para o intervalo de tempo compreendido entre 4500 e 4000 cal BC (Neolítico médio inicial), possibilitando, de igual modo, o reforço de um quadro empírico

que, paulatinamente, vai crescendo na região do Algarve (com Castelo Belinho e, num período imediatamente anterior, Alcalar 7) (Carvalho - Straus 2013). Já inserida na perspectiva metodológica e na linha de investigação que marcará uma grande parte do estudo do Neolítico médio na presente década do séc. XXI, além da integração cronológica, os (novos) dados do Algarão da Goldra fornecem mais indicadores ao nível das práticas funerárias e, principalmente, na definição das estratégias de subsistência das comunidades neolíticas, sendo que neste caso, a análise dos isótopos estáveis obtidos a partir dos restos humanos datados, revelam uma dieta de origem terrestre, sem quaisquer componentes marinhos identificados, indo ao encontro de alguns indicadores directos de práticas produtoras, recolhidos na escavação (*ibidem*: 201).

Em 2014, a publicação *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*, coordenada por A. F. Carvalho (2014a), acerca da gruta-necrópole neolítica do Algar do Bom Santo (Alenquer, Estremadura), marca a independência, na investigação arqueológica no extremo Ocidente Peninsular, do Neolítico médio, enquanto momento autónomo, face aos períodos imediatamente anterior e posterior. A multidisciplinaridade da equipa que se envolve neste projecto, o discurso que se produziu a partir do material exumado nas escavações (maioritariamente osteológico), a máxima potencialização analítica dos elementos arqueológicos disponíveis bem como a utilização dos dados gerados na formação das linhas de investigação que lhe sucederam, são o espelho do patamar teórico-metodológico que se espera impor, daqui por diante, nos estudos acerca deste período específico. Por outro lado, este trabalho surge no seguimento dos estudos acima referidos, e que se enquadravam na mesma temática crono-cultural e tipologia funcional das ocupações, demonstrando, dessa forma, uma linha orientadora e sequência lógica de investigação que, em vez de encerrar capítulos, proporcionava a formulação de novos questionários empíricos, em escalas cada vez mais alargadas.

Este projecto de investigação, designado *O Algar do Bom Santo e as sociedades neolíticas da Estremadura Portuguesa, VI-IV milénios a.C.*, desenvolvido entre 2010 e 2013, parte dos dados exclusivamente recolhidos pelas campanhas de Cidália Duarte e José Morais Arnaud, entre 1994 e 2001 (Duarte - Arnaud 1996, Duarte 1998, Duarte - Mergulho 2001). A opção de não realizar novas escavações evitando, assim, um acréscimo de dados

arqueológicos para analisar, reforçou a vertente claramente interdisciplinar do projecto. Os motivos decorrem "... da elevada diversidade do espólio, como também, em larguíssima medida, do interesse que se tinha em ultrapassar meras descrições tipológicas de objetos e práticas funerárias e de considerações de cariz cronológico-cultural. Este imperativo é de algum modo o culminar dos projetos anteriores e resultou assim da percepção – aliás, crescente – de que só através de abordagens interdisciplinares se poderia atingir outros níveis de problematização das realidades em estudo" (Carvalho 2016: 72).

Através do estudo de distintos elementos do registo arqueológico disponível (restos humanos e faunísticos, espólio votivo e carvões), tentou-se caracterizar uma população específica integrada no Neolítico médio (c.3800-3400 cal BC - Petchey 2014: 145), tendo em vista, de forma genérica, as seguintes problemáticas: Quem são? Qual a sua origem crono-cultural? O que consomem? Por onde circulam?

Desta forma, a análise integral deste contexto contemplou abordagens paleoambientais e zooarqueológicas (Queiroz - Mateus 2014, Callapez 2014, Pimenta 2014), o estudo tecno-tipológico da cultura material, dando uma grande importância à caracterização das proveniências das matérias-primas trabalhadas, tanto nas argilas aplicadas na produção cerâmica, como na pedra lascada, pedra polida, indústria óssea e adornos (Carvalho - Masucci 2014, Carvalho - Gibaja 2014, Cardoso 2014, Dean - Carvalho 2014), a análise dos restos osteológicos e das práticas e contexto funerário a que estão associados (Granja - Alves-Cardoso - Gonçalves 2014a, 2014b, Carvalho 2014b) e, claro, a sua datação sistemática e enquadramento crono-cultural (Petchey 2014, Carvalho 2014c).

No entanto, é na análise bioantropológica, mais concretamente nas análises isotópicas e no domínio da paleogenética aplicadas a uma amostra de 14 indivíduos (*ibidem*, Price 2014, Fernández - Arroyo-Pardo 2014), que reside o carácter mais inovador do estudo deste contexto e que permite enquadrar/cruzar e validar, com maior proximidade histórica, as leituras produzidas pelos estudos paleoambientais, faunísticos e de cariz artefactual. No mesmo sentido, tanto a abordagem metodológica aplicada à população do Bom Santo, como os resultados obtidos, serviram de base ao estudo de outras populações neolíticas identificadas no actual território português, com o intuito de se obter leituras comparativas mas, acima de tudo, pela "...oportunidade de análise direta de comunidades

responsáveis, não pela neolitização de uma determinada área geográfica (...), mas pelas origens do megalitismo, um episódio cultural da maior importância para a Pré-História da fachada atlântica europeia” (Carvalho 2016: 73).

O estudo da necrópole do Algar do Bom Santo corresponde, também, à internacionalização da investigação do Neolítico médio em Portugal. A opção deliberada de uma monografia escrita em língua inglesa é um claro exemplo desse propósito, que se inicia desde a apresentação do projecto (Carvalho 2007b), mantendo-se em praticamente todos os restantes estudos entretanto publicados, direccionados para este contexto. Desta forma, e alicerçado pelos resultados produzidos, nomeadamente do ADN antigo e isótopos obtidos, o Bom Santo é potenciado não só para o discurso histórico correspondente à Neolitização de um determinado espaço geográfico, mas, essencialmente, para a Pré-História da fachada atlântica europeia. Além deste objectivo, a publicação numa língua internacional e em obras indexadas e com arbitragem científica é a resposta e adaptação às exigências que o mundo científico hoje impõe, tanto no necessário reconhecimento da capacidade científica de um investigador como, no futuro, na habilidade em obter os, cada vez mais, escassos recursos financeiros destinados à investigação.

Na sequência dos resultados do projecto do Bom Santo, A. F. Carvalho e E. Fernández, em 2014, iniciam uma nova fase de investigação em torno das comunidades do Neolítico médio, denominado *As Origens Biogeográficas dos Primeiros Construtores de Megálitos de Portugal*, elaborado para responder a problemáticas que as características genéticas, observadas na população do Bom Santo, tinham suscitado (Carvalho 2016: 73). O objectivo deste projecto é “... a recuperação de ADN antigo tendo em vista avaliar de forma mais abrangente, do ponto de vista tafonómico e biogeográfico...” questões como as causas das transformações populacionais observadas no Bom Santo e que factores e consequências terão existido “... na estrutura demográfica, organização social e ideologia destas sociedades para as levar a construir sepulcros monumentais em pedra?” (*ibidem*: 74).

Desta forma, os autores procuraram responder às questões formuladas em novas amostras de estudo, de outras “populações megalíticas”, oriundas de “...um pequeno conjunto de necrópoles do Neolítico médio correlacionáveis com os primeiros construtores de megálitos do centro e sul

português...” (*ibidem*: 74). Foram escolhidos os restos osteológicos do Algar Barrão (Estremadura), Castelo Belinho (Algarve), e a Anta 4ª da Cabeceira (Alentejo). Esta selecção deve-se, em parte, à antiguidade destes contextos em relação à emergência do fenómeno megalítico funerário, mas, essencialmente, ao facto de provirem de substratos geológicos mais favoráveis à boa conservação destes elementos, ao contrário da maioria dos monumentos megalíticos do actual território português (*ibidem*: 74). Uma vez mais, os investigadores responsáveis evitam que a base empírica a trabalhar provenha de novos dados de terreno recorrendo, desta forma, às colecções osteológicas já existentes e ao enorme volume de dados gerado nas últimas décadas proveniente, essencialmente, da arqueologia de prevenção e minimização (*ibidem*: 74).

Um dos exemplos dessa proliferação de dados acerca 4º milénio a.C., resultantes da arqueologia de salvaguarda, é a necrópole de hipogeus da Sobreira de Cima (Vidigueira), identificada e intervencionada em 2006 pela ERA Arqueologia S.A., sob orientação científica de António Valera e Manuela Coelho (2007, 2013). A sua utilização ao longo da segunda metade do 4º milénio e a eventualidade de um dos sepulcros poder remontar, ainda, ao final da primeira metade (Valera 2013b: 45), torna este sítio em mais um contexto funerário associado a uma fase plena/final do Neolítico médio, sendo um exemplo da significativa diversidade dos rituais e arquitectura funerária, neste território, a partir de meados do 4º milénio cal BC.

Além da sua identificação e escavação, são o seu estudo e publicação, em 2013, que correspondem a mais um episódio da investigação deste período em Portugal (Valera 2013a). À semelhança do verificado no Bom Santo, a monografia contemplou um conjunto de estudos interdisciplinares que envolveu diferentes investigadores, consoante a sua área de investigação contribuindo, assim, para o conhecimento acerca das práticas e rituais funerários destas comunidades, espólio votivo (pedra lascada e pedra polida), e enquadramento cronológico, mediante a realização de datações absolutas. O facto do estudo da pedra lascada ter sido elaborado por A. F. Carvalho, permitiu que este investigador cruzasse dados relativos a três contextos homogéneos, bem definidos e datados (Bom Santo, Lugar do Canto e Sobreira de Cima), todos eles analisados por si, evoluindo, desta forma, as escalas interpretativas, e conseguindo produzir leituras comuns, apesar da distância geográfica entre as ocupações (Carvalho 2013a). Foi, ainda,

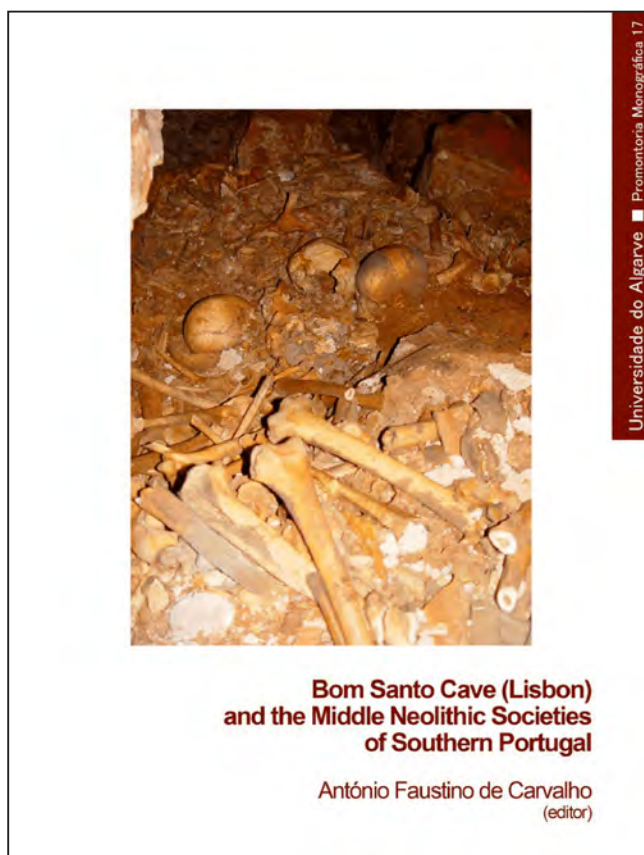


Fig. 4 - Capa da Monografia *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*, de 2014, coordenada por A. F. Carvalho.

possível proceder à análise de isótopos estáveis de cinco amostras osteológicas, correspondentes a dois indivíduos do hipogeu 1, que foram obtidas pelo projecto de investigação *O Algar do Bom Santo e as sociedades neolíticas da Estremadura Portuguesa, VI-IV milénios a.C.*, acompanhadas da devida datação por radiocarbono (Carvalho 2013b: 109).

A presente década do séc. XXI marca, igualmente, a entrada em cena de novos investigadores, permitindo uma nova variabilidade de nomes, associados à investigação do Neolítico médio. O crescimento da Arqueologia preventiva e de minimização a que a maioria dos arqueólogos mais jovens está associada, proporcionou a identificação de novos contextos, inclusive em espaços regionais onde o conhecimento acerca do fenómeno de Neolitização era praticamente nulo, ou que ainda mantinha um discurso claramente datado e que se exigia renovar, como é o caso da margem esquerda do Baixo Tejo. Além do conseqüente crescimento de dados, a maior relevância decorre das análises que se seguiram à sua identificação e ao facto da maioria dos “novos” contextos remeterem para espaços de

habitat, contribuindo, assim, para corrigir uma lacuna de natureza arqueográfica e possibilitando a abertura de novos campos temáticos e de reflexão científica.

A escavação do Monte da Foz 1 e da Moita do Ourives, localizados no Baixo Vale do Tejo, constituem-se como dois dos exemplos associados a este momento da Arqueologia Portuguesa, onde o carácter de emergência que “orienta” a intervenção arqueológica é compatível com a investigação e com a produção científica de um discurso histórico resultante de dados provenientes do terreno (Neves 2010, 2013, 2018, Neves - Rodrigues - Diniz 2008a, 2008b, Rodrigues 2006). Corresponde a um período onde as intervenções obedecem a escolhas prévias do espaço a intervir, gerando conjuntos artefactuais, geralmente de pequena dimensão mas que atestam efectivos episódios de ocupação de um território. Por outro lado, o facto de se tratar de uma temática crono-cultural que, no espaço geográfico da margem esquerda do Baixo Tejo, ainda apresentava um conhecimento desigual relativamente a outras áreas do actual território português, o estudo integral dos dados provenientes do Monte da Foz 1 (Neves 2010), aconteceu num quadro de efectiva “solidão dos dados”, facto bastante limitador na produção de uma leitura interpretativa, claramente dependente de uma base empírica mais alargada.

De igual modo, as mudanças trazidas pelo denominado Processo de Bolonha, quer ao mundo académico quer à legislação sobre as práticas arqueológicas em Portugal, levaram a um aumento de trabalhos de investigação tendo em vista a realização de teses de Mestrado, bem como outros trabalhos da mesma índole, numa dinâmica que, afortunadamente, inclui o Neolítico médio.

Neste sentido, a Estremadura volta a ter um peso significativo na produção e aumento do quadro empírico, com especial destaque na zona do Maciço Calcário Estremenho. Além de surgirem as primeiras referências ao espólio artefactual da ocupação do Neolítico médio da Costa do Pereiro – que ainda se encontra por estudar – (Nunes - Carvalho 2013: 330), destacam-se a análise da ocupação do mesmo horizonte do Cerradinho do Ginete (Nunes 2014), assim como os estudos mais específicos dirigidos para as práticas económicas dos grupos do Neolítico médio que terão ocupado esta mesma região (Correia *et al.* 2015). As leituras produzidas têm origem no trabalho, atrás referido, desenvolvido por A. F. Carvalho desde dos inícios do anos 90 nesta região em particular, e que se encontravam, desde daí, por estudar, uma vez que não coincidiam



Fig. 5 - Escavação arqueológica de emergência do *habitat* do Neolítico médio da Moita do Ourives, em 2004 (Foto: Crivarque, Lda.).

com os objectivos de investigação a que o autor se tinha proposto. Também sob orientação deste investigador, surge a tese de Mestrado acerca do conjunto de pedra lascada do concheiro O Meu Jardim (Nazaré) (Coelho 2014), constituindo-se, assim, como o primeiro estudo acerca deste contexto, que tinha sido identificado e intervencionado em 2010 durante a construção de uma obra pública e que, além do Relatório Final, só tinha possibilitado uma publicação de natureza descritiva e preliminar (Valera 2010, Valera - Santos 2010).

A realização de estudos direccionados a uma componente específica do registo é um dos principais contributos desta nova vaga de investigadores. Apesar da sua pertinência, o facto de a maioria resultarem de trabalhos académicos com reduzido tempo de investigação (Seminários e Mestrados), faz com que outros elementos da componente artefactual e a própria ocupação, como um todo, fiquem ainda por conhecer e analisar.

Em resultado destes novos elementos arqueográficos identificados, assim como do estudo

de ocupações que ainda estavam por caracterizar, os últimos anos permitiram à investigação acerca do Neolítico médio a formulação de novos discursos de natureza histórica e a elaboração de renovados e mais completos questionários empíricos. A inclusão de elementos provenientes de espaços de *habitat* traz a esta temática crono-cultural uma nova documentação, alargando os campos de análise e permitindo, pela primeira vez, a inclusão do Neolítico médio, em Portugal, como uma fase perceptível em todas as dimensões da existência humana, tanto na Vida, como na Morte.

Através da evidência empírica disponível, surgem as primeiras reflexões acerca dos grupos do Neolítico médio, no que diz respeito aos seus cenários de acção e circulação. Descrever e caracterizar territórios ocupados, as estratégias de exploração dos espaços, os padrões de implantação dos lugares de *habitat*, os ritmos de mobilidade e as práticas económicas, começam, finalmente, a constituir-se como problemáticas específicas a definir (Neves - Diniz 2014).

A construção, ainda que lenta, de uma cartografia de povoamento para um período que a historiografia tinha, até então, direccionado para o mundo funerário, permite, pela primeira vez, reflectir e relacionar através dos dados arqueológicos os espaços da morte com os naturais espaços de vida (Neves - Diniz 2018). Essa ligação está bem evidente no estudo da população depositada na necrópole do Algar do Bom Santo, quando na detecção da sua origem genética e na definição da sua mobilidade territorial, o investigador responsável pôde, recorrendo ao registo arqueológico, sugerir os espaços de residência desse grupo (Carvalho 2014c: 226).

A consciência que se está perante uma etapa que, a nível artefactual, apresenta uma forte homogeneidade tipológica e uma escassa variabilidade temática (nomeadamente ao nível das gramáticas decorativas dos recipientes cerâmicos), faz com que os estudos acerca da cultura material ainda apresentem uma natureza essencialmente artefactualista, vocacionada para a detecção de elementos de diagnóstico, os denominados “fósseis-directores” (Neves 2012, 2015a, 2015b, 2016) - à semelhança do que ocorre para o Neolítico antigo e Neolítico final - que serão decisivos na definição crono-cultural da maioria dos contextos conhecidos, porque se está perante um quadro cronométrico muito incompleto, problemática crónica e longe da sua resolução.

Além da caracterização da cultura material, o conhecimento acerca das práticas económicas também atingiu um forte desenvolvimento nos últimos tempos. Neste particular, destacam-se as investigações dirigidos por Maria João Valente e Nelson Almeida, que abrangem o centro e sul de Portugal (Valente - Carvalho 2014, Almeida 2017), apesar das evidências empíricas serem relativamente escassas, em resultado de um número muito reduzido de publicações, aliado à raridade de colecções arqueozoológicas para o Neolítico (Valente 2016: 97). O peso das actividades produtoras vs cinegéticas/recolectoras é, hoje, um debate em aberto, como é o da origem terrestre/aquática, marinha/fluviál das dietas, debate alicerçado sobre análises de isótopos de restos humanos e faunísticos que “...tem resultado em avanços importantes na reconstrução das dietas e das mobilidades das populações neolíticas no actual território português” (*ibidem*: 100). Para já, a caracterização ao nível das paleo-economias resulta, maioritariamente, da existência de elementos faunísticos no registo (Carvalho 2015). Continuam

reduzidos, ou até mesmo ausentes, outros indicadores de subsistência, como os elementos vegetais que, pela presença de certos tipos de utensilagem no registo, se prevê terem sido parte integrante da alimentação das comunidades deste período.

4. CONCLUSÃO

Apesar da crescente investigação em torno do Neolítico médio, esta década encerrará com inúmeras problemáticas em aberto. Uma das principais limitações é a óbvia “regionalização” dos estudos desenvolvidos. Os palcos de investigação são os espaços dos investigadores. Estremadura (nomeadamente o Maciço Calcário Estremenho), a Costa Sudoeste e a margem esquerda do Baixo Vale do Tejo apresentam-se como as áreas mais exploradas, com o Alentejo interior a querer reentrar nesta discussão e, conseqüente, alargamento da base empírica (Silva - Soares 2018).

Ainda assim, os trabalhos de investigação desenvolvidos nos últimos anos trouxeram ao debate científico novas linhas de investigação, mais focadas nas populações neolíticas, dando grande destaque à do Neolítico médio, em questões relacionadas com a sua origem, lugares de exploração e circulação, práticas de subsistência e cronologia (Carvalho - Petchey 2013, Price 2014, Carvalho *et al.* 2015, Carvalho - Rocha 2016). Paralelamente, e apesar do foco ainda se centrar em demasia nos lugares de cariz funerário (Carvalho 2014a, Mataloto - Andrade - Pereira 2016-2017, Valera 2013b, 2013c, 2013d), emerge um renovado interesse em caracterizar os espaços domésticos destas comunidades, discutir o seu enquadramento crono-cultural, cenários de acção e cultura material (Neves 2012, 2015a, 2015b, Neves - Diniz 2014, Nunes - Carvalho 2013), procurando obter um equilíbrio dentro da base empírica, ainda muito lacunar.

De igual modo, parecem começar a surgir no registo estratégias de implantação do espaço que se julgavam mais tardias dentro do percurso da (pré) história, como as verificadas nos recintos de fossos da Senhora da Alegria (Coimbra) e Perdigões (Reguengos de Monsaraz), que só o necessário estudo integral poderá elucidar (Valera 2013e, Valera *et al.* 2017).

Na sequência desta lenta, mas notória, evolução surge a tese de Doutoramento defendida pelo autor (Neves 2018), que se apresenta como uma primeira tentativa em sistematizar toda a informação reunida acerca do Neolítico médio procurando,

dessa forma, continuar a colmatar as lacunas de conhecimento que ainda existem acerca deste momento.

O conhecimento efectivo acerca do Neolítico médio é, ainda, um objectivo de longo alcance. Embora se reconheça que, nos dias de hoje, se encontra disponível um quadro empírico mais completo, passível de ser discutido, com os elementos culturais melhor definidos e com balizas cronológicas mais estreitas, a verdade é que esta fase do processo de Neolitização continua a ser a que apresenta menos elementos no registo arqueológico. Desta forma, não é de estranhar que, em 2016, J. L. Cardoso ainda convictamente afirme: “O Neolítico Médio, pela falta de evidências arqueológicas (...), continua a ser um dos períodos pior caracterizados da pré-história do território português” (Cardoso 2016: 34), panorama que só a investigação e publicação arqueológica poderá alterar.

AGRADECIMENTOS

Agradece-se aos revisores a leitura cuidada da primeira versão deste texto, bem como os comentários e sugestões que se constituíram como um importante contributo para a versão final deste artigo. No entanto, qualquer erro ou omissão será, sempre, da inteira responsabilidade do autor.

Notas

² - Neste texto, Neolitização entende-se como um fenómeno histórico de tempo longo que, iniciado com as primeiras comunidades agro-pastoris, se estende até ao advento das comunidades agro-metalúrgicas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, N. (2017) - *Zooarqueologia e Tafonomia da Transição para a Agro-pastorícia no Baixo e Médio Vale do Tejo*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Policopiado).
 ARAÚJO, A.C. - CAUWE, N. - SANTOS, A. I. (1995) - A Necrópole Neolítica: estudo das colecções das antigas escavações. In ARAÚJO, A.C. - LEJEUNE, M. (eds.), *Gruta do Escoural: necrópole neolítica e arte rupestre paleolítica*. Lisboa (*Trabalhos de Arqueologia* 8): 57-109.
 ARAÚJO, A. C. - ZILHÃO, J. (1991) - *Arqueologia do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (Relatório correspondente à primeira fase do levantamento da*

Carta Arqueológica do Parque). Lisboa.

ARMBRUESTER, T. (2006) - Before the monument? Ceramics with a line below the rim (A preliminary report from Vale de Rodrigo 3, Évora). In *Simbolismo, arte e espaços sagrados na Pré-História da Península Ibérica: actas do 4.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: 53-67.

ARMBRUESTER, T. (2008) - Technology neglected? A painted ceramic fragment from the dated Middle Neolithic site of Vale Rodrigo 3. *Vipasca II-2*: 83-94.

BOAVENTURA, R. (2009) - *As antas e o megalitismo da região de Lisboa*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Lisboa. (Policopiado).

CALLAPEZ, P. M. (2014) - Terrestrial gastropods. In CARVALHO, A. F. (ed.), *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro (*Promontoria Monográfica* 17): 45-59.

CARDOSO, J. L. (2014) - Polished stone tools. In CARVALHO, A. F. (ed.), *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro (*Promontoria Monográfica* 17): 185-194.

CARDOSO, J. L. (2016) - Na Estremadura do Neolítico antigo ao Neolítico final: os contributos de um percurso pessoal. In DINIZ, M. - NEVES, C. - MARTINS, A. (coords.), *O Neolítico em Portugal, antes do Horizonte 2020*. Lisboa (*Monografias AAP* 2): 25-49.

CARDOSO, J. L. - CARVALHO, A. F. (2008) - A Gruta do Lugar do Canto (Alcanede) e a sua importância no faseamento do Neolítico no território português. In CARDOSO, J. L. (ed.), *Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*. Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras* 16): 269-300.

CARDOSO, J. L. - CARVALHO, A. F. (2010/2011) - A Gruta da Furninha (Peniche): estudo dos espólios das necrópoles neolíticas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18: 333-392.

CARREIRA, J. R. - CARDOSO, J. L. (2001/2002) - A gruta da Casa da Moura (Cesareda, Óbidos) e a sua ocupação pós-paleolítica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 10: 249-362.

CARVALHO, A. F. (1998a) - *Talhe da pedra no Neolítico antigo do Maciço Calcário das Serras d'Aire e Candeeiros (Estremadura Portuguesa). Um primeiro modelo tecnológico e tipológico*. Lisboa (*Textos Monográficos* 2).

CARVALHO, A. F. (1998b) - Abrigo da Pena d'Água (Rexaldia, Torres Novas): resultados das campanhas de sondagem (1992-1997). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 1-2: 39-72.

CARVALHO, A. F. (2003) - O Neolítico antigo no Arrife da Serra d'Aire. Um case-study da neolitização da

- Média e Alta Estremadura Portuguesa. In GONÇALVES, V.S., (ed.), *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa (Trabalhos de Arqueologia 25): 23-44.
- CARVALHO, A. F. (2007a) - *A Neolitização do Portugal Meridional: os exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve Ocidental*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade do Algarve. (Policopiado).
- CARVALHO, A. F. (2007b) - Algar do Bom Santo: a research project on the Neolithic populations of Portuguese Estremadura (6th–4th millennia BC). *Promontoria* 5: 185–198.
- CARVALHO, A. F. (2013a) - Estudo do espólio funerário em pedra lascada da necrópole de hipogeus neolíticos de Sobreira de Cima (Vidigueira, Beja). In VALERA, A.C. (coord.), *Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)*. Lisboa (*Era Monográfica* 1): 71–86.
- CARVALHO, A. F. (2013b) - Análise de isótopos estáveis de quatro indivíduos do Sepulcro 1 da necrópole de hipogeus da Sobreira de Cima (Vidigueira, Beja): primeiros resultados paleodietéticos para o Neolítico do interior alentejano. In VALERA, A.C. (coord.), *Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)*. Lisboa (*Era Monográfica* 1): 109–112.
- CARVALHO, A. F. (ed.) (2014a) - *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro (*Promontoria Monográfica* 17).
- CARVALHO, A. F. (2014b) - Funerary contexts. In CARVALHO, A. F. (ed.), *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro (*Promontoria Monográfica* 17): 19-26.
- CARVALHO, A. F. (2014c) - Bom Santo Cave in context. A preliminary contribution to the study of the first megalith builders of Southern Portugal. In CARVALHO, A. F. (ed.), *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro (*Promontoria Monográfica* 17): 209-230.
- CARVALHO, A. F. (2015b) - A two-stage economic succession at the inception of farming in central Portugal. Preliminary examination of possible causes and consequences. *Vegueta. Anuario de la Facultad de Geografía e Historia* 15: 89-109.
- CARVALHO, A. F. (2016) - Percursos e percepções pessoais no estudo do Neolítico. In DINIZ, M. - NEVES, C. - MARTINS, A. (coords.), *O Neolítico em Portugal, antes do Horizonte 2020*. Lisboa (*Monografias AAP* 2): 67-77.
- CARVALHO, A. F. - ALVES-CARDOSO, F. - GONÇALVES, D. - GRANJA, R. - CARDOSO, J. L. - DEAN, R. M. - GIBAJA, J. F. - MASUCCI, M. A. - ARROYO-PARDO, E. - FERNÁNDEZ, E. - PETCHEY, F. - PRICE, T. D. - MATEUS, J. E. - QUEIROZ, P. F. - CALLAPEZ, P. M. - PIMENTA, C. - REGALA, F. T. (2015) - The Bom Santo Cave (Lisbon, Portugal): catchment, diet and patterns of mobility of a Middle Neolithic population. *European Journal of Archaeology* 19-2: 1-28.
- CARVALHO, A. F. - CARDOSO, J. L. (2010/2011) - A cronologia absoluta das ocupações funerárias da gruta da Casa da Moura (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18: 393-405.
- CARVALHO, A. F. - GIBAJA, J. F. (2014) - Knapped stone tools, In CARVALHO, A. F. (ed.), *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro (*Promontoria Monográfica* 17): 173-184.
- CARVALHO, A. F. - MASUCCI, M. A. (2014) - Pottery. In CARVALHO, A. F. (ed.), *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro (*Promontoria Monográfica* 17): 161-172.
- CARVALHO, A. F. - PETCHEY, F. (2013) - Stable Isotope Evidence of Neolithic Palaeodiets in the Coastal Regions of Southern Portugal. *Journal of Island and Coastal Archaeology* 8: 361-383.
- CARVALHO, A. F. - ROCHA, L. (2016) - Datação directa e análise de paleodietas dos indivíduos da anta de Cabeceira 4.^a (Mora, Portugal). *digitAR* 3: 53-61.
- CARVALHO, A. F. - STRAUS, L. G. (2013) - New Radiocarbon dates for Algarão da Goldra (Faro, Portugal): a contribution to the Neolithic of the Algarve. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. - BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. - GARCÍA CABEZAS, M. (eds.), *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barros: 193-205.
- COELHO, E. G. (2014) - *O sítio do Meu Jardim (Nazaré): contribuição para o estudo da pedra lascada do Neolítico Médio na Estremadura*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve (Policopiado).
- CORREIA, F. R. - LUÍS, S. - FERNANDES, P. V. - VALENTE, M. J. - CARVALHO, A. F. (2015) - Hunter-herders in the limestone massif of Estremadura: Middle Neolithic fauna from the Pena d'Água rock-shelter (Torres Novas, Portugal). *Estudos do Quaternário* 13: 23-31.
- DEAN, R. M. - CARVALHO, A. F. (2014) - Faunal remains, adornments and bone tools. In CARVALHO, A. F. (ed.), *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro (*Promontoria Monográfica* 17): 195-205.
- DELGADO, J. F. N. (1867) - *Da existência do Homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelos*

estudos das cavernas. Primeiro opúsculo: notícia acerca das grutas da Cesareda. Lisboa.

DINIZ, M. (1993) - O Neolítico. In GONÇALVES, V. (ed.), *História de Portugal*, 1. Lisboa: 297-348.

DINIZ, M. (2000) - Neolitização e megalitismo: arquitecturas do tempo no espaço. In GONÇALVES, V., (ed.), *"Muitas antas, pouca gente?" Actas do I Colóquio Internacional de Megalitismo.* Lisboa: 105-116.

DINIZ, M. (2003) - O Neolítico Antigo em Portugal: investigações recentes, problemas e perspectivas. Um contributo. *Arqueologia e História* 55: 35-42.

DINIZ, M. (2006-2007 [2010]) - O Neolítico Antigo em Portugal. Contributos para uma historiografia do tema. *Arqueologia e História* 58-59: 17-34.

DINIZ, M. (2015) - O Neolítico antigo no Ocidente Peninsular: reflexões a partir de algumas lacunas no registo arqueográfico. In GONÇALVES, V. - DINIZ, M. - SOUSA, A. C. (eds.), *Actas do V Congresso Neolítico Peninsular.* Lisboa: 261-272.

DUARTE, C. (1998) - Necrópole neolítica do Algar do Bom Santo: contexto cronológico e espaço funerário. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 1-2: 107-118.

DUARTE, C. - ARNAUD, J. M. (1996) - Algar do Bom Santo: une nécropole néolithique dans l'Estremadura portugaise. In *I Congrès del Neolític a la Península Ibèrica*, vol. 2. Gavà (*Rubricatum* 1): 505-508.

DUARTE, C. - MERGULHO, R. (2001) - Bom Santo Neolithic necropolis. In *13th International Congress of Speleology.* Brasília: 297-300.

FERNÁNDEZ, E. - ARROYO-PARDO, E. (2014) - Palaeogenetic study of the human remains. In CARVALHO, A. F. (ed.), *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal.* Faro (*Promontoria Monográfica* 17): 133-142.

FERREIRA, O. V. - LEITÃO, M. (1981) - *Portugal pré-histórico. Seu enquadramento no Mediterrâneo.* Lisboa (2ª edição).

GRANJA, R. - ALVES-CARDOSO, F. - GONÇALVES, D. (2014a) - Taphonomy and funerary practices. In CARVALHO, A. F. (ed.), *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal.* Faro (*Promontoria Monográfica* 17): 79-100.

GOMES, M. V. (2010) - Castelo Belinho (Algarve): A ritualização funerária em meados do V milénio AC. In GIBAJA, J. F. - CARVALHO, A. F. (eds.), *Os Últimos Caçadores-Recolectores e as Primeiras Comunidades Produtoras do Sul da Península Ibérica e do Norte de Marrocos.* Faro: 69-80.

GONÇALVES, V. S. (1978) - Para um programa de estudos do Neolítico em Portugal. *Zephyrus* 28-29: 147-162.

GONÇALVES, V. S. (1993) - As práticas funerárias nas

sociedades do 4.º e do 3.º milénios. O megalitismo. In GONÇALVES, V. (ed.), *História de Portugal*, 1. Lisboa: 461-550.

GONÇALVES, V. S. (2002) - Lugares de povoamento das antigas sociedades camponesas entre o Guadiana e a Ribeira do Álamo (Reguengos de Monsaraz): um ponto da situação em inícios de 2002. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 5-2: 153-189.

GONÇALVES, V. S. - DINIZ, M. (1997) - *Relatório inédito sobre o povoado Gorginos 6.* (Policopiado).

GONÇALVES, V. S. - SOUSA, A. C. (2000) - O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e a evolução do megalitismo no Ocidente peninsular (espaços de vida, espaços da morte: sobre as antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz). In GONÇALVES, V. S. (ed.), *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo.* Lisboa (*Trabalhos de Arqueologia* 16): 11-104.

GONÇALVES, V. S. - CALADO, M. - ROCHA, L. (1992) - Reguengos de Monsaraz: o antigo povoamento da Herdade do Esporão. *Setúbal Arqueológica* 9/10: 391-412.

GUILAINE, J. - FERREIRA, O. da V. (1970) - Le Néolithique ancien au Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française* 67-I: 304-322.

HÖCK, M. - KALB, P. (2000) - Novas investigações em Vale de Rodrigo. In GONÇALVES, V. S. (ed.), *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo.* Lisboa (*Trabalhos de Arqueologia* 16): 159-166.

JORGE, S. O. (1990) - A consolidação do sistema agropastoril. In SERRÃO, J. - OLIVEIRA MARQUES, A. H. (dir.), *Nova História de Portugal. Portugal, das origens à romanização.* Lisboa: 102-162.

LARSSON, L. (2000) - Symbols in stone: ritual activities and petrified traditions. In *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, UTAD, Vila Real, Setembro de 1999*, vol. 3. Porto: 445-458.

LEISNER, G. - LEISNER, V. (1951) - *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz.* Lisboa (2ª edição - reprodução do original de 1951).

LEISNER, V. (1965) - *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen.* Berlin.

LEISNER, V. (1983) - As diferentes fases do Neolítico em Portugal. *Arqueologia* 7: 7-15.

MATALOTO, R. - BOAVENTURA, R. (2009) - Entre vivos e mortos nos IV e III milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 12-2: 39-77.

NEVES, C. (2010) - *Monte da Foz 1 (Benavente): um episódio da Neolitização na margem esquerda do*

Baixo Tejo. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (Policopiado).

NEVES, C. (2012) - A indústria de pedra lascada do Monte da Foz 1 (Benavente, Portugal): contribuição para o conhecimento do talhe da pedra na segunda metade do V milénio a.C. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 15: 5-30.

NEVES, C. (2013) - A evolução do Processo de Neolitização numa paisagem estuarina: a ocupação do Monte da Foz 1 (Benavente). In SOARES, J. (ed.), *Pré-história das Zonas Húmidas. Paisagens de Sal*. Setúbal (*Setúbal Arqueológica* 14): 123-144.

NEVES, C. (2015a) - A cerâmica decorada com sulco abaixo do bordo do sítio neolítico do Monte da Foz 1 (Benavente, Portugal). In SAÉZ DE LA FUENTE, I. - TEJERIZO GARCÍA, C. - ELORZA GONZÁLEZ DE ALAIZA, L. - HERNÁNDEZ BELOQUI, B. - HERNANDO ÁLVAREZ, C. (Coords.), *Arqueologías sociales. Arqueología en sociedad. Actas de las VII Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica*. Vitoria-Gasteiz: 458-465.

NEVES, C. (2015b) - A 2ª metade do V Milénio no Ocidente Peninsular: algumas problemáticas a partir da cultura material. In GONÇALVES, V.S. - DINIZ, M. - SOUSA, A. C. (eds.), *5.º Congresso do Neolítico Peninsular. Actas*. Lisboa: 314-321.

NEVES, C. (2016) - A produção cerâmica na segunda metade do 5º milénio AC: leitura(s) a partir do Monte da Foz 1 (Benavente, Portugal). In COELHO, I. P. - TORRES, J.B. - GIL, L.S. - RAMOS, T. (coords.), *Entre ciência e cultura: Da interdisciplinaridade à transversalidade da arqueologia. Actas das VIII Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica*. Lisboa: 87-97.

NEVES, C. (2018) - *O Neolítico médio no Ocidente Peninsular: o sítio da Moita do Ourives (Benavente), no quadro do povoamento do 5º e 4º milénio AC*. Dissertação de Doutoramento no ramo de História, na especialidade de Pré-História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (Policopiado).

NEVES, C. - DINIZ, M. (2014) - Acerca dos cenários da acção: estratégias de implantação e exploração do espaço nos finais do 5º e na primeira metade do 4º milénio AC, no Sul de Portugal. *Estudos do Quaternário* 11: 45-58.

NEVES, C. - DINIZ, M. (2018) - À procura da Terra dos Vivos: os lugares de povoamento das primeiras fases do Megalitismo funerário no Centro e Sul de Portugal. In SENNA-MARTINEZ, J. - DINIZ, M. - CARVALHO, A. F. (coords.), *De Gibraltar aos Pirenéus. Megalitismo, Vida e Morte na Fachada Atlântica Peninsular*. Nelas: 321-340.

NEVES, C. - RODRIGUES, F. - DINIZ, M. (2008a) - Moita do Ourives – um sítio do Neolítico médio no Baixo Tejo (Benavente, Portugal): matérias-primas e cultura material. In HERNÁNDEZ PEREZ, M. - SOLER DÍAZ, J. - LÓPEZ PADILLA, J. (eds.), *IV Congreso del Neolítico Peninsular*, 2. Alicante: 216-221.

NEVES, C. - RODRIGUES, F. - DINIZ, M. (2008b) - Neolithisation process in lower Tagus valley left bank: old perspectives and new data. In DINIZ, M. (ed.), *Early Neolithic in the Iberian Peninsula: Regional and Transregional Components*. Lisbon (*B.A.R. International Series* 1857): 43-51.

NUNES, A. (2014) - *Estudo dos materiais provenientes do Cerradinho do Ginete (Torres Novas, Santarém): Contribuição para o estudo do Neolítico médio português*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. (Policopiado).

NUNES, A. - CARVALHO, A. F. (2013) - O Neolítico Médio no Maciço Calcário Estremenho: estado actual dos conhecimentos e perspectivas de investigação futura. In ARNAUD, J. M. - MARTINS, A. - NEVES, C. (coords.), *Arqueologia em Portugal – 150 anos*. Lisboa: 329-334.

OOSTERBEEK, L. (1994) - *Echoes from the East: the Western network. North Ribatejo (Portugal): an insight to unequal and combined development, 7000-2000 BC*. Dissertação de Doutoramento apresentada à University College London.

PETCHEY, F. (2014) - Radiocarbon chronology and palaeodiets. In CARVALHO, A. F. (ed.), *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro (*Promontoria Monográfica* 17): 143-150.

PIMENTA, C. (2014) - Microvertebrates. In CARVALHO, A. F. (ed.), *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro (*Promontoria Monográfica* 17): 61-76.

PRICE, T. D. (2014) - Isotope proveniencing. In CARVALHO, A. F. (ed.), *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro (*Promontoria Monográfica* 17): 151-158.

QUEIROZ, P.F. - MATEUS, J.E. (2014) - Carbonized plant remains. In CARVALHO, A. F. (ed.), *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro (*Promontoria Monográfica* 17): 29-44.

RIBEIRO, L. - SANGMEISTER, E. (1967) - Der Neolithische Fundplatz von Possanco bei Comporta/ Portugal. *Madrider Mitteilungen* 8: 31- 45.

RIBEIRO, L. - ZBYSZEWSKI, G. - FERREIRA, O. da (1965) - Estatueta de “terra cota” da Comporta. *Arquivo de Beja* 22: 186-190.

ROCHA, L. (2005) - *Estudo do megalitismo funerário*

- no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (Policopiado).
- ROCHA, L. (2007) - *Relatório de escavação do sítio arqueológico da Hortinha 1 (Torre de Coelheiros, Évora)*.
- ROCHA, L. (2015) - The Funerary Megalithic of Herdade das Murteiras (Évora, Portugal): the (re) use of the spaces. In ROCHA, L. - BUENO-RAMIREZ, P. - BRANCO, G. (eds.), *Death as Archaeology of Transition: Thoughts and Materials. Papers from the II International Conference of Transition Archaeology: Death Archaeology*. Oxford (B.A.R. International Series 2708): 221-230.
- RODRIGUES, A. F. (2006) - Moita do Ourives: um habitat do Neolítico médio do Baixo Tejo. In *Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro (Promontoria Monográfica 4): 249-262.
- SANTOS, M. F. dos (1972) - *Pré-História de Portugal*. Lisboa.
- SILVA, C. T. (1993) - Neolítico médio e final. O Megalitismo. In SILVA, A.C.F. (ed.), *Pré-História de Portugal*. Lisboa: 169-194.
- SILVA, C. T. - SOARES, J. (1980) - O Neolítico da Comporta. In *Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal*. Lisboa: 13-17.
- SILVA, C. T. - SOARES, J. (1981) - *Pré-história da área de Sines*. Lisboa.
- SILVA, C. T. - SOARES, J. (2018) - Para o estudo do Neolítico Médio: o sítio da Fábrica de Celulose (Mourão). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 21: 5-23.
- SILVA, C. T. - SOARES, J. - CARDOSO, J. L. - CRUZ, C. S. - REIS, C. A. S. (1986) - Neolítico da Comporta: aspectos cronológicos (Datas 14c) e paleoambientais. *Arqueologia* 14: 59-82.
- SILVA, C. T. - SOARES, J. - COELHO-SOARES, A. (2010) - Arqueologia de Chãos de Sines. Novos elementos sobre o povoamento Pré-histórico. In *Actas do 2º encontro de História do Alentejo Litoral*. Sines: 11-34.
- SOARES, A. M. (1995) - Datação Absoluta da Necrópole "Neolítica" da Gruta do Escoural. In ARAÚJO, A.C. - LEJEUNE, M. (eds.), *Gruta do Escoural: necrópole neolítica e arte rupestre paleolítica*. Lisboa (Trabalhos de Arqueologia 8): 111-119.
- SOARES, J. - SILVA, C.T. (1992) - Para o conhecimento dos povoados de megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica* IX-X: 37-88.
- SOARES, J. - SILVA, C. T. (2004) - Alterações ambientais e povoamento na transição Mesolítico-Neolítico na Costa Sudoeste. In TAVARES, A. A. - TAVARES, M. J. F. - CARDOSO, J. L. (eds.), *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos*. Lisboa: 397-423.
- SOARES, J. - SILVA, C. T. (2013) - Economia agro-marítima na Pré-História do estuário do Sado. Novos dados sobre o Neolítico da Comporta. In SOARES, J. (ed.), *Pré-história das Zonas Húmidas. Paisagens de Sal*. Setúbal (*Setúbal Arqueológica* 14): 145-170.
- STRAUS, L. G. - ALTUNA, J. - JACKES, M. - KUNST, M. (1988) - New excavations in Casa da Moura (Serra d'El Rei, Peniche) and at the Abrigos de Bocas (Rio Maior), Portugal. *Arqueologia* 18: 65-95.
- STRAUS, L. G. - ALTUNA, J. - FORD, D. - MARAMBAT, L. - RHINE, J. S. - SCHWARCZ, J.-H. P. - VERNET, J.-L. (1992) - Early farming in the Algarve (Southern Portugal): A preliminary view from two cave excavations near Faro. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 32: 141-161.
- VALENTE, M. J. (2016) - Zooarqueologia do Neolítico do sul de Portugal: Passado, Presente e Futuros. In DINIZ, M. - NEVES, C. - MARTINS, A. (coords.), *O Neolítico em Portugal, antes do Horizonte 2020*. Lisboa (Monografias AAP 2): 87-107.
- VALENTE, M. J. - CARVALHO, A. F. (2014) - Zooarchaeology in the Neolithic and Chalcolithic of Southern Portugal. *Environmental Archaeology* 9-3: 226-240.
- VALERA, A. C. (2010) - *Relatório dos trabalhos arqueológicos: Meu Jardim. Era, Arqueologia, S.A* (Relatório de escavação).
- VALERA, A. C. (coord.) (2013a) - *Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)*. Lisboa (*Era Monográfica* 1).
- VALERA, A. C. (2013b) - Cronologia absoluta da necrópole de hipogeus da Sobreira de Cima (Vidigueira, Beja). In VALERA, A.C. (coord.), *Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)*. Lisboa (*Era Monográfica* 1): 41-46.
- VALERA, A. C. (2013c) - Aspectos do ritual funerário na necrópole da Sobreira de Cima (Vidigueira, Beja). In VALERA, A. C. (coord.), *Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)*. Lisboa (*Era Monográfica* 1): 47-62.
- VALERA, A. C. (2013d) - A Necrópole da Sobreira de Cima no contexto das práticas funerárias neolíticas no Sul de Portugal. In VALERA, A. C. (coord.), *Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)*. Lisboa (*Era Monográfica* 1): 113-129.
- VALERA, A. C. (2013e) - Cronologia dos Recintos de Fossos da Pré-História recente em território português. In ARNAUD, J. M. - MARTINS, A. - NEVES, C. (coords.), *Arqueologia em Portugal - 150 Anos*. Lisboa: 345-350.
- VALERA, A. C. - COELHO, M. (2007) - *A necrópole*

neolítica da Sobreira de Cima (Relatório dos Trabalhos Arqueológicos - ERA Arqueologia).

VALERA, A.C. - COELHO, M. (2013) - A Necrópole de Hipogeus da Sobreira Cima (Vidigueira, Beja): Enquadramento, Arquitecturas e Contextos. In VALERA, A. C. (coord.), *Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)*. Lisboa (*Era Monográfica 1*): 11-39.

VALERA, A. C. - SANTOS, H. (2010) - O concheiro do Neolítico Antigo do Meu Jardim: informação preliminar. *Apontamentos de Arqueologia e Património* 6: 21-27.

VALERA, A. C. - SIMÃO, I. - NUNES, T. - PEREIRO, T. - COSTA, C. (2017) - Neolithic ditched enclosures in Southern Portugal (4th millennium BC): new data and new perspectives. *Estudos do Quaternário* 17: 57-76.

ZILHÃO, J. (1984) - *A Gruta da Feteira (Lourinhã). Escavação de salvamento de uma necrópole neolítica*. Lisboa (*Trabalhos de Arqueologia 1*).

ZILHÃO, J. (1992) - *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*. Lisboa (*Trabalhos de Arqueologia 6*).

ZILHÃO, J. - CARVALHO, A. F. (1996) - O Neolítico do Maciço Calcário Estremenho: crono-estratigrafia e povoamento. In *Actes del I Congreso del Neolítico a la Península Ibérica (Rubricatum I)*: 659-671.

OPHIUSSA

VOLUME 3, 2019, PÁGINAS 27-44. SUBMETIDO A 02.05.2019. ACEITE A 12.06.2019.

EL SANTUARIO DE CANCHO ROANO C: UN ESPACIO CONSAGRADO A BAAL Y ASTARTÉ

THE SANCTUARY OF CANCHO ROANO C: A SPACE CONSECRATED TO BAAL AND ASTARTE

SEBASTIÁN CELESTINO PÉREZ¹
ESTHER RODRÍGUEZ GONZÁLEZ²

RESUMEN

En el año 2013 llevamos a cabo trabajos arqueológicos en la estancia H-4 del edificio de Cancho Roano (Zalamea de la Serena, Badajoz, España) con el objetivo de agotar su secuencia estratigráfica. La excavación de este espacio nos permitió documentar un altar en forma de piel de toro correspondiente a la fase "C" del santuario que convive en un mismo momento con el altar circular que preside el sancta sanctorum del edificio. Las concomitancias que este esquema presenta con otros ejemplos de la arquitectura religiosa de Tarteso nos ha llevado a realizar este trabajo en el que además de presentar las novedades acerca del yacimiento de Cancho Roano se establecen paralelos y lecturas acerca de la advocación religiosa del enclave.

Palabras clave: Tarteso, valle medio del Guadiana, Cancho Roano, santuario, altares.

ABSTRACT

In 2013 archaeological excavation were carried out in the room H-4 at the Cancho Roano building (Zalamea de la Serena, Badajoz, Spain) with the aim of concluding its stratigraphic sequence. The excavation of this space has allowed us to document a oxhide-shaped altar corresponding to phase C of the sanctuary that coexists in the same moment with the circular altar that presides over the sancta sanctorum of the building. The similarities between this structure and other examples of Tartessian religious architecture allow us to present the novelties about Cancho Roano, as well as to establish similarities and new reading about the religious dedication of the archeological site.

Keywords: Tartessos, Central Guadiana Valley, Cancho Roano, sanctuary, altars.

1. INTRODUCCIÓN

El yacimiento de Cancho Roano es una seña de identidad dentro de los estudios protohistóricos de la Península Ibérica al tratarse del primer enclave de clara influencia mediterránea documentado por la arqueología española en la década de los años 70 del pasado siglo (Maluquer de Motes 1979). El yacimiento ha sido objeto de excavaciones arqueológicas durante más de 25 años, lo que ha permitido sacar a la luz un monumental edificio estructurado en torno a tres fases constructivas cuya vida se extiende entre inicios del s. VI hasta los primeros años del siglo IV a.C., momento en el que el monumento fue incendiado y destruido de manera intencionada, sellándose con una gruesa capa de arcilla roja que lo preservó en un excelente estado de conservación hasta nuestros días. Su hallazgo, junto al de la necrópolis de Medellín realizado unos años antes (Almagro-Gorbea 2008), abrió las puertas a la presencia de Tarteso en las tierras del interior (Celestino - Rodríguez González 2017a, 2017b).

Desde la aparición de ambos yacimientos, el conocimiento sobre la presencia de la cultura tartésica en el interior, y más concreto en torno al Guadiana Medio, no ha dejado de incrementarse, hasta el punto de que actualmente el valle medio del Guadiana es uno de los territorios que mejores datos

arqueológicos está aportando para el conocimiento de esta cultura. Esto se debe, fundamentalmente, a la inmejorable preservación que presentan muchos de los yacimientos arqueológicos estudiados, localizados en el medio rural, lo que ha favorecido su óptima conservación.

Cancho Roano pertenece a la categoría de asentamiento denominada como *edificios tartésicos ocultos bajo túmulo* (Rodríguez González 2018a), que se caracterizan por estar ubicados en el llano, por representar una tradición arquitectónica de origen mediterráneo y por situarse junto a la importante arteria fluvial que representa el Guadiana, por lo general junto a la desembocadura de sus principales afluentes, lo que les permite tener un excepcional control de su entorno y de las vías de comunicación. Este modelo se repite en todos los casos conocidos, un total de 13 yacimientos (fig. 1), si bien Cancho Roano constituye una excepción al ser el enclave que más alejado se encuentra del Guadiana, levantado en la vaguada de una densa dehesa que le permite pasar desapercibido en el paisaje; no obstante, el yacimiento está atravesado por una rica vena de agua que alimenta los dos pozos y el foso que rodea el santuario, mientras que el río Ortiga y el arroyo Cagancha, alimentado por fuentes cercanas que lo mantienen activo todo el año, corren por sus lados norte y este, respectivamente (Celestino 2001:

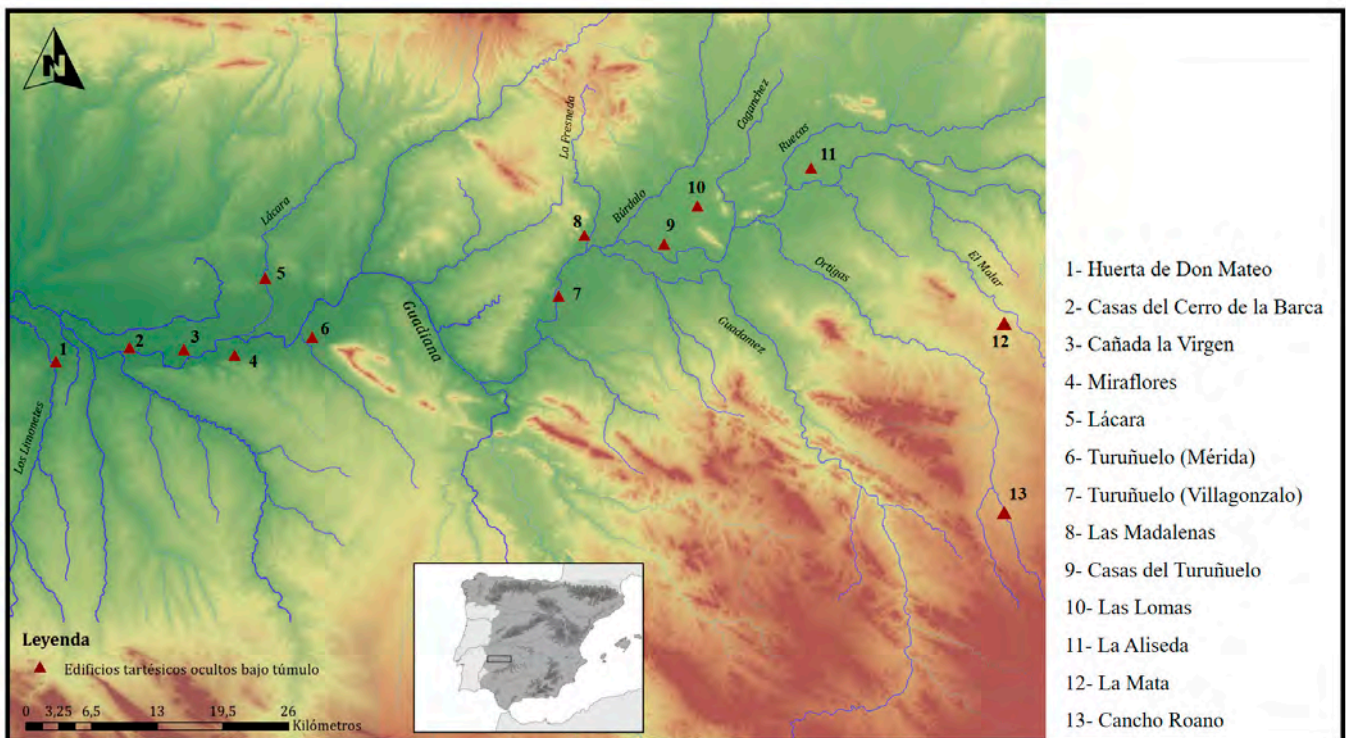


Fig. 1 - Mapa de distribución de los *edificios tartésicos ocultos bajo túmulo* dentro del valle medio del Guadiana.

19). Esta localización no ha sido tenida en cuenta en muchas ocasiones a la hora de interpretar su posible funcionalidad, si es cierto que su estructura es análoga a los palacios del Levante mediterráneo como ya indicó Maluquer de Motes (1981: 53, 1983) y otros investigadores después, (Almagro-Gorbea - Domínguez de la Concha 1989), pues su pequeño tamaño, su aislamiento y la ausencia de construcciones relacionadas con el servicio áulico descartan esta posibilidad. Tampoco parece muy afortunada la idea de considerarlo un palacio-fortín (Almagro-Gorbea 2009), no ya por ubicarse en un paisaje muy alejado de las principales vías de comunicación del momento, sino especialmente por los materiales que guardaba, estrechamente relacionados con el culto, el atavío y el banquete, mientras que la significativa ausencia de armas es concluyente a este respecto. Por último, el río Ortega que fluye junto al yacimiento desemboca 30 km aguas arriba en el Guadiana, junto a la importante necrópolis de Medellín, cuyo origen y desarrollo ha sido recientemente puesto en relación con los denominados *edificios tartésicos ocultos bajo túmulo* (Rodríguez González 2018a: 255; 2018b: 131) más que con la población del asentamiento del Cerro del Castillo de Medellín como hasta la fecha se había esgrimido (Almagro-Gorbea 1977: 415, 2010, con bibliografía). Pero estas circunstancias que hacen de Cancho Roano un enclave excepcional no son un obstáculo para que forme parte del modelo territorial de la Primera Edad del Hierro del Guadiana, pues las concomitancias constructivas con otros yacimientos coetáneos como La Mata (Campanario, Badajoz) (Rodríguez Díaz 2004) o la existencia de materiales análogos como los del recientemente descubierto y en fase de excavación de Casas del Turuñuelo (Guareña, Badajoz) (Rodríguez González - Celestino 2017a, 2017b, Celestino - Rodríguez 2018), lo hacen partícipe de un sistema territorial donde debió jugar un papel fundamental como edificio franco en una zona de contacto entre el alto Guadalquivir y el Guadiana, lo que a su vez justifica su claro carácter cultural como lugar neutral para las transacciones comerciales entre ambas comunidades.

Cancho Roano es hoy en día uno de los yacimientos mejor estudiados y sobre el que se ha vertido una ingente bibliografía; sin embargo, los conocimientos que poseemos sobre él se restringen, casi exclusivamente, al edificio correspondiente a su fase "A", la más reciente, de la que conocemos tanto el edificio completo como las "capillas" y el foso que lo rodean (fig. 2). De esa última etapa procede casi la totalidad de los elementos arqueológicos



Fig. 2 - Fotografía aérea de Cancho Roano al finalizar los trabajos de excavación en el año 2001.

recuperados en las excavaciones del edificio, un material que ya ha sido publicado en sucesivas monografías, razón por la cual no nos detendremos en su descripción y análisis (Celestino - Jiménez 1993, Celestino *et al.* 1996, Celestino 2003).

A la espera de la publicación de un volumen monográfico que recoja una síntesis de las excavaciones de Cancho Roano y algunos trabajos pendientes de publicar, caso de las prospecciones llevadas a cabo en su entorno inmediato o los estudios de las cerámicas y los marfiles que verán la luz próximamente, en este trabajo presentamos las novedades en torno al santuario "C", el más antiguo y del que únicamente se ha publicado hasta la fecha el altar circular aparecido en la estancia H-7, bajo el altar en forma de piel de toro del edificio anterior o Cancho Roano "B", además de una imagen parcial de su planta (Celestino 2001).

Pero la lectura e interpretación de la estancia H-7 se publicó cuando su excavación no había sido concluida del todo, por lo que no incluía ni el cierre del sector meridional de la sala, ni el vasar que apareció en los últimos días, inmediatamente antes de dar por finalizados los trabajos en todo el yacimiento; unos hallazgos que hasta la fecha solo han sido dados a conocer de forma muy sintética (Celestino - Rodríguez González 2016: 323).

Así mismo, a la nueva lectura realizada del espacio sacro que comprende la estancia H-7 se suman los resultados obtenidos en las excavaciones de la estancia H-4, ubicada al norte, cuya excavación no pudo concluirse al mismo tiempo que el resto de espacios comprendidos en el yacimiento (fig. 3). La

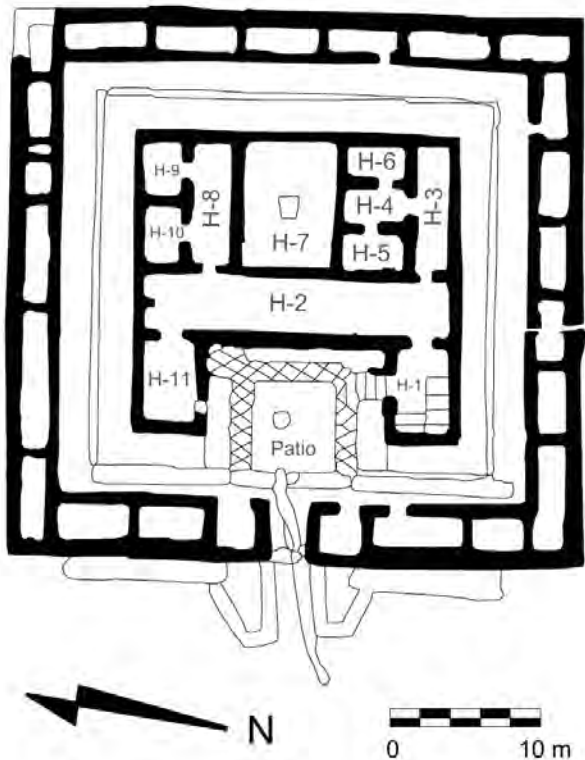


Fig. 3 - Esquema de la distribución de estancias del edificio "A" de Cancho Roano.

paralización de los trabajos se debió al desarrollo del proyecto de acondicionamiento del yacimiento para la visita pública y a la inauguración del Centro de Interpretación en julio de 2001. La premura de estos trabajos impidió rematar la excavación de dicha estancia donde se documentó una superposición de hogares rectangulares de adobe que impidieron llegar hasta la fase "C" de Cancho Roano (Celestino 2001: 43), siendo así la única estancia que quedó parcialmente excavada.

Pasado el tiempo, y aprovechando unas obras de consolidación del yacimiento que se llevaron a cabo en 2013, se decidió solicitar un permiso de excavación para terminar estos trabajos. Se trataba de culminar la excavación de este pequeño espacio cuyo objetivo fundamental era detectar el muro septentrional de H-7 en su primera fase constructiva o "C", una estructura que no se pudo localizar en las habitaciones contiguas H-5 y H-6. A pesar de esto, la planta de "C" publicada presentaba un muro en el sector septentrional que no era sino el reflejo del trazado del muro de "B" ante la sospecha de que éste

se apoyara en el cimiento del edificio anterior como ocurría en el resto de sectores, pero no había una constancia arqueológica de ello.

Las circunstancias en las que fueron amortizados los edificios "B" y "C" han impedido la recuperación de su material arqueológico. En efecto, el edificio "C" fue completamente limpiado, parcialmente desmontado y algunos de sus cimientos aprovechados para la nueva construcción, por lo que los materiales cerámicos recuperados son muy parcos, fragmentados y rodados, todos además pertenecientes a vasos a mano de escasa calidad. Un proceso similar sufrió el edificio "B", si bien en este caso sí se respetaron los cimientos por la desviación en la orientación del último edificio, por lo que ha sido posible reconstruir su planta casi completa, pero igualmente fue limpiado con esmero antes de su destrucción, respetando el altar en forma de piel de toro extendida que se encontraba justo encima del altar de "C", mientras que la cerámica documentada era igualmente exigua y de muy baja calidad.

Otra circunstancia que no debemos olvidar es que Cancho Roano "C" se levantó a inicios del siglo VI a.C., coincidiendo por lo tanto con el auge de Tarteso en el Guadalquivir, mientras que "B" y especialmente "A" fueron levantados entre finales del VI y el V a.C. respectivamente, es decir, cuando el núcleo de Tarteso ha entrado en crisis y el Guadiana se convierte en un lugar de acogida y desarrollo de la cultura tartésica, por lo que estos edificios ya responden a la nueva concepción territorial que va a caracterizar este amplio territorio. Por ello, Cancho Roano "C" parece que responde claramente al impulso tartésico del valle del Guadalquivir, algo que se manifiesta en sus técnicas constructivas e incluso en la concepción del espacio arquitectónico, mientras que "B" y "A" ya reflejan una idea diferente donde, sin renunciar a las nociones arquitectónicas previas, se introducen algunas variaciones técnicas y espaciales que van a marcar el camino de las futuros edificios tartésicos ocultos bajo túmulo tan característicos de la zona.

Finalmente, el último objetivo de este trabajo es, además de actualizar los datos de los que disponemos acerca de Cancho Roano "C", establecer las analogías formales con otros santuarios del valle del Guadalquivir documentados con posterioridad. No referimos al caso de El Carambolo, donde la presencia y disposición de las estructuras de culto correspondiente a su fase IV es muy similar a las detectadas en el santuario extremeño, lo que nos lleva a considerar que la advocación del sitio también debió estar vinculada a las mismas divinidades, Baal y

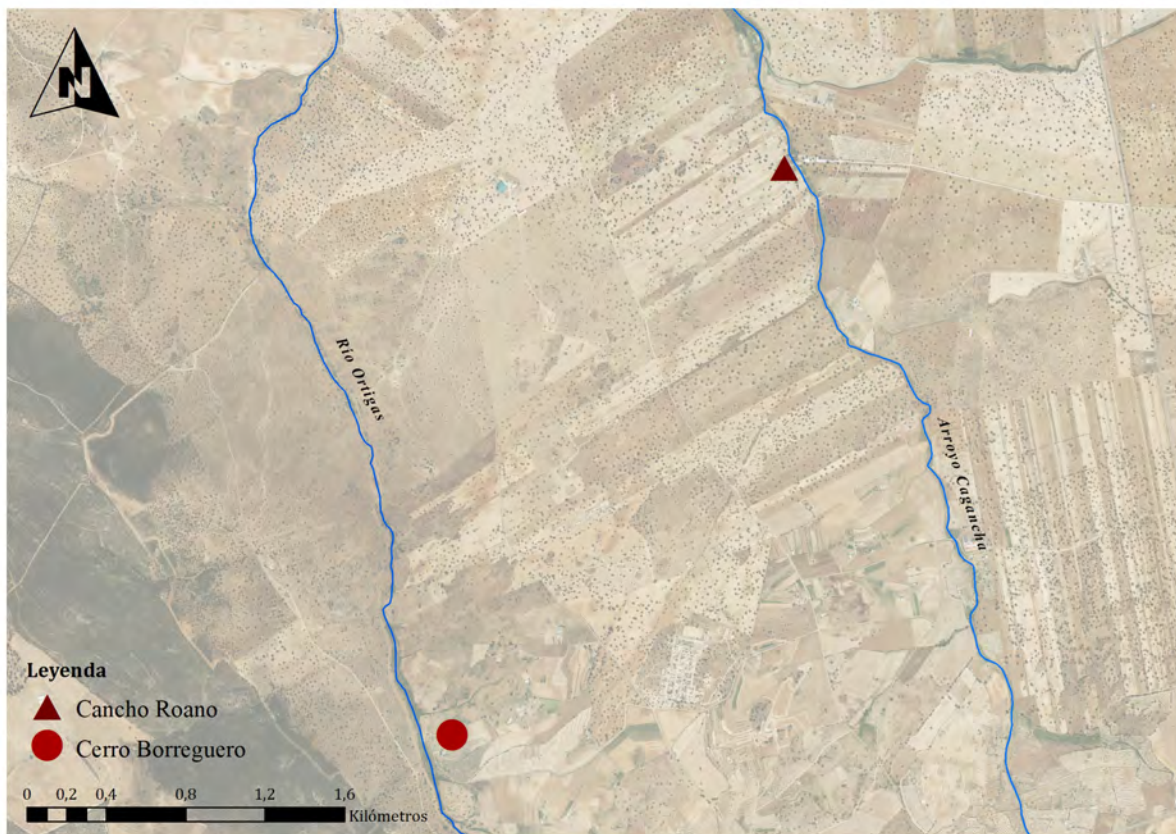


Fig. 4 - Mapa de localización de los yacimientos de Cancho Roano y Cerro Borreguero (Zalamea de la Serena, Badajoz, España).

Astarté.

2. LA TRANSICIÓN DEL BRONCE FINAL AL PERIODO TARTÉSICO

Una vez que se detectaron los escasos restos de Cancho Roano "C", y antes de tatar todas las estructuras de los dos edificios más antiguos para dejar a la vista la última construcción, se practicaron algunos sondeos en el interior de las habitaciones para conocer la base geológica sobre la que se había levantado el edificio más antiguo. El resultado de estos tanteos permitió conocer la preparación de una plataforma de arcilla y canto rodado de potencia irregular, en torno a los 20 cm de media, que sirvió para nivelar el terreno y recibir los cimientos de Cancho Roano "C". Pero más significativo fue el hallazgo de una pequeña plataforma de piedra de cuarcitas irregulares de tendencia oval hallada en el sondeo practicado en la estancia H-3, cortada por los cimientos de "B" y "A" y de la que se han hecho distintas interpretaciones siempre arriesgadas por cuanto la falta de cerámicas asociadas y su parcial

conservación impiden una correcta definición (Celestino 2001: 22).

Tras estos trabajos, los proyectos de investigación se orientaron hacia la prospección del entorno inmediato de Cancho Roano con el objetivo de conocer su implicación en el territorio; en estos trabajos se detectaron nuevos yacimientos protohistóricos que daban cobertura al amplio espacio que dominaba el santuario (Celestino - Walid 2003, Walid - Nuño 2005). Pero el hallazgo más sorprendente se produjo en el yacimiento denominado "Cerro Borreguero", en el mismo término municipal de Zalamea de la Serena, donde tras varias campañas de excavación entre los años 2008 y 2013 y bajo los restos de un asentamiento romano, se localizaron tres fases constructivas, dos protohistóricas y la original perteneciente al Bronce Final, convirtiéndose así en el primer yacimiento del valle del Guadiana donde se detectaba la transición entre una etapa y otra (Celestino - Rodríguez González 2018).

Cerro Borreguero se localiza en la margen izquierda del río Ortiga, uno de los principales



Fig. 5 - Fotografía de la estancia H-7 durante la excavación del altar en forma de piel de toro de la fase "B". En la imagen se aprecia la superposición de altares.

afluentes del Guadiana (fig. 4). El origen de este enclave se fecha, como muy tarde, en el siglo IX a.C., momento al que pertenecen los restos de una cabaña circular que durante el s. VIII a.C. convive con un primer edificio de planta rectangular, para finalmente ser amortizada por una construcción de influencia marcadamente oriental que tuvo su desarrollo entre los siglos VII y VI a.C., un proceso que ya ha sido documentado en otros ejemplos constructivos de la protohistoria del suroeste peninsular, caso del Castro dos Ratinhos (Moura, Portugal), Acinipo (Málaga, España) o Montemolín (Sevilla, España) (Rodríguez González 2018a: 68-ss, con bibliografía). Quizá lo más significativo de la cabaña ovalada es que tenía un hogar que fue recrecido en las sucesivas fases constructivas, una demostración de la intencionalidad y el respeto que por ese espacio sintieron las distintas generaciones que ocuparon el lugar (Celestino - Rodríguez González 2018: 175, fig. 5), una circunstancia que nos remite al caso de Cancho Roano, donde el espacio ocupado por el altar de "C" fue respetado en las dos fases siguientes a pesar de que los nuevos santuarios presentan unas plantas muy diferentes a la original (fig. 5).

Aunque aún es pronto para saber cuáles fueron las causas reales por las que se abandonó Cerro Borreguero a comienzos del siglo VI a.C., lo cierto es que el momento coincide con la construcción de Cancho Roano "C". También la amortización de Cerro Borreguero es muy significativa porque marca la pauta que luego van a seguir algunos edificios tartésicos del Guadiana como el propio Cancho Roano o Casas del Turuñuelo; es decir, tras su destrucción, fue completamente sellado con una gruesa capa de arcilla roja de hasta 8 cm de espesor. La diferencia

es que en Cerro Borreguero apenas se recogieron objetos suntuosos, solo algunos lotes cerámicos que nos han permitido afinar su cronología, pero que demuestran que fue sometido a una exhaustiva limpieza de los materiales más representativos antes de su intencionada destrucción. Unas de las causas por las que se eligió Cancho Roano en detrimento de Cerro Borreguero pudo ser por la presencia de un curso de agua permanente como es el arroyo Cagancha y, especialmente, por la existencia de una vena de agua que cruza todo el yacimiento y que alimenta directamente los dos pozos y el foso que rodea al santuario (Celestino 2005: 781); por el contrario, el Ortiga es un río estacional que carece de fuentes de agua cercanas que lo alimenten; sin embargo, y curiosamente, desde Cerro Borreguero se domina un extenso territorio que fue aprovechado en época romana para levantar una torre desde la que se controla un extenso paisaje, un rasgo que como ya hemos dicho pierde Cancho Roano, construido en una vaguada que le hace pasar desapercibido en el boscoso paisaje de encina que lo rodea. Por lo tanto, el agua es el elemento primordial por el que los moradores de Cerro Borreguero decidieron mudarse a Cancho Roano previa amortización y sellado del edificio, que permaneció inalterado durante más de quinientos años, hasta la construcción del sitio romano.

3. LOS ORÍGENES DE CANCHO ROANO

La fase "C" de Cancho Roano se corresponde con los niveles más antiguos del yacimiento, razón por la cual es la peor conocida por las alteraciones que sufrió como consecuencia de la construcción de los dos edificios posteriores; además, Cancho Roano "C" sirvió en muchos tramos de su trazado para soportar parte del nuevo edificio "B", lo que ha distorsionado el diseño de su planta original; por último, la enorme complejidad que suponían los trabajos bajo los suelos del edificio "B" impidieron agotar la secuencia estratigráfica en algunas de sus habitaciones. Por ello, ha sido imposible completar la planta general de "C" de la que tan solo se ha conservado completa su habitación principal (H-7) y algunos pequeños tramos de muro que en ningún caso nos permiten reconstruir su diseño y tamaño original.

Así mismo, mientras el edificio "A" no empleó los fundamentos de "B" para sostener la nueva construcción, respetando así en buena medida sus pavimentos, vanos y enlucidos, el edificio "B" si apoya gran parte de sus alzados en los cimientos de "C", e

incluso muchas de las estructuras del monumento más antiguo fueron directamente desmontadas para ampliar los espacios de la nueva construcción (Celestino 2001: 21-22), lo que sin duda contribuyó a la parcial visión que actualmente tenemos de la primera fase del santuario.

Pero sí llama la atención el extremo cuidado que se puso a la hora de cerrar este espacio de H-7, sin duda el más importante de la construcción por su clara dedicación al culto como sucedió en las sucesivas fases constructivas. Una vez destruido el edificio para construir sobre él Cancho Roano "B", se rellenó con los adobes de sus alzados hasta generar una plataforma de 0,50 m con la clara intención de cubrir y preservar todas las estructuras más significativas de la sala H-7 de "C", lo que ha permitido que hayan llegado hasta nosotros en un perfecto estado de conservación. Por ello, la potencia del estrato de relleno de "C" coincide con la altura del altar escalonado documentado en el sector sureste y el vasar del extremo contrario, lo que demuestra una intencionalidad en el hecho de rellenar por completo la habitación hasta cubrir y amortizar todas sus estructuras de culto con el objetivo de preservarlos a pesar de la construcción del espacio cultural del nuevo edificio. Esta circunstancia ha permitido que podamos presentar en este trabajo la planta completa y actualizada de la estancia H-7 en su fase original, lo que a su vez facilita que realicemos una nueva interpretación del edificio, tanto en su vertiente constructiva como funcional.

La técnica arquitectónica empleada para la construcción de los sucesivos edificios de Cancho Roano presenta algunas alteraciones técnicas y también estéticas. Así, mientras los edificios "C" y "B" se estructuran a partir de cimientos de piedra de cuarcita trabados con barro con una potencia media de 0,40 m y perfectamente careados para recibir el enlucido blanco, el edificio de Cancho Roano "A" se levantó sobre potentes cimientos de cantos rodados de gran tamaño y de hasta 0,80 m de altura encajados en profundas zanjas de cimentación que rompieron los suelos de los edificios anteriores. También existe una sensible diferencia entre los alzados de adobe de las fases más antiguas y los que se utilizaron para construir el último edificio; los primeros son más pequeños, consistentes y realizados a base de arenas decantadas de colores pardo y verdoso que le dan una textura plástica; por su parte, los adobes de Cancho Roano "A" son irregulares, realizados con arcillas rojas y una gran cantidad de materia orgánica para facilitar su ligazón. Los tres edificios fueron enlucidos con caolinita procedente de una cercana

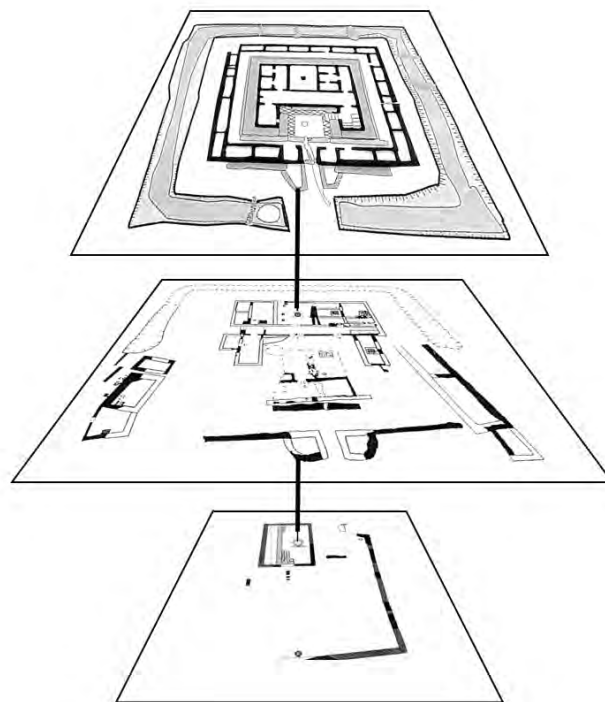


Fig. 6 - Esquema de la sucesión de edificios de Cancho Roano.

mina, pero mientras en los edificios "B" y "C" los enlucidos tienen un cierto grosor, en "A" tan solo se empleó una fina capa que apenas hoy se conserva. Por último, sendos edificios están pavimentados con arcilla roja apisonada, si bien en "C" presentan una calidad extraordinaria, similar a la de "B", mientras que los suelos de Cancho Roano "A", aunque rojos, son más irregulares y descuidados.

En cuanto a la cubierta del edificio de Cancho Roano "C" poco podemos aportar toda vez que su amortización con los derrumbes de adobe no ha dejado huella de la estructura de la techumbre que, posiblemente, fue desmontada; sin embargo, la antigüedad del enclave, la estructura de la cubierta del edificio "A", así como las analogías formales conocidas para otros casos de estudio, nos lleva a suponer la existencia de techos planos construidos a partir de vigas de madera y ramaje que, posteriormente, serían forrados de barro para darles consistencia; no obstante, en un trabajo anterior se sugirió la posibilidad de que la estancia H-7 en su fase "C" estuviese al descubierto al tratarse de una sala de grandes dimensiones que no cuenta con vigas o agujeros de poste que ayuden a sostener una techumbre plana (Celestino 2001: 32). Por último, la construcción estaría orientada a la salida del sol como así lo atestigua la disposición del vano de acceso a



Fig. 7 - Fotografía del altar circular de Cancho Roano "C".

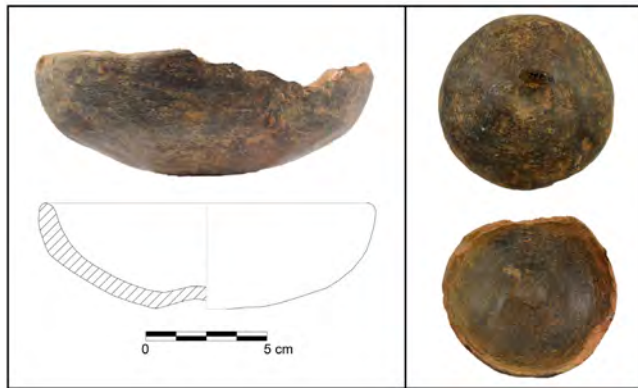


Fig. 8 - Fotografía y dibujo del cuenco de cerámica recuperado dentro de la cavidad del altar circular de C.

la estancia principal o la propia colocación del altar circular, un rasgo común en todas las construcciones con funcionalidad cultural dentro del mundo tartésico (Esteban - Escacena 2013).

Por consiguiente, la práctica totalidad de la información que tenemos de Cancho Roano "C" procede de su habitación principal o H-7, el único espacio que apenas varió en las tres fases constructivas del santuario y donde, como ya se ha señalado, se levantaron sendos altares respetando el mismo eje (fig. 6). La estancia conservada tiene una superficie de 33 m²; sin embargo, solo conocemos bien sus límites por el lado oriental, por donde se accede a través de un vano de 0,80 m, y su lado meridional, que conserva el arranque del muro de cierre enlucido de blanco donde se apoyan tanto la estructura escalonada como el vasar. El muro que cierra el lado occidental no ha podido documentarse, aunque es muy probable que fuera aprovechado para levantar sobre él el muro de cierre de "B". Por último, el cierre del lado septentrional se pierde

bajo el potente muro de Cancho Roano "A" donde además se adosó una escalera de adobe, por lo que las dimensiones originales de la estancia podrían ser algo superiores, equivalentes a las que presentan "B" y "A", de casi 40 m², ya que éstas fueron ampliadas por el lado meridional; este dato es muy interesante porque significaría que los dos últimos edificios, a pesar de ampliar el espacio de H-7, no modifican la ubicación de sus respectivos altares, lo que explicaría que no se encuentren en el centro de la habitación; sin embargo, es posible que el altar original de "C" si ocupara el centro de la estancia, lo que supondría que el suelo de "C" se prolongaría más allá de los cimientos del muro septentrional de "B".

El elemento más destacado en la estancia es el altar (fig. 7), construido a partir de un diseño realizado con pequeños cantos de río que posteriormente se cubrieron con un modelado de barro enlucido de blanco. El altar tiene forma circular y está rematado por un triángulo isósceles en su zona oriental; el círculo tiene un diámetro de 1,10 m, mientras que el triángulo no sobrepasa los 1,05 m de largo por 0,22 m de altura. La pequeña superficie interior del triángulo tiene 0,45 m de largo por tan solo 0,10 m de altura, en cuyo centro se practicó una cavidad donde se embutió un cuenco de cerámica que estaría destinado a recoger los líquidos o fluidos procedentes de los sacrificios o libaciones que se realizarían en el interior de la zona circular. Se trata de un cuenco realizado a mano con forma de casquete esférico y umbo central de 11 cm de diámetro; está cocido en ambiente reductor y con un acabado bruñido que le da a su pasta anaranjada un aspecto metálico (fig. 8). El interior del altar está ligeramente abombado y desplomado hacia el este (5 cm de diferencia de cota) para facilitar la caída de los líquidos en el vaso a través de un pequeño orificio (fig. 9). Debemos señalar la posibilidad de que el ligero buzamiento que presenta el suelo hacia el este esté relacionado con la evacuación del agua de lluvia, lo que abriría la posibilidad de que todo el espacio estuviera abierto, algo que podríamos descartar dada la fragilidad de los elementos muebles de la sala. Por último, es interesante resaltar que el orificio que comunica con el cuenco fue cegado con arcilla en el último momento de uso del altar, cuando parece que se llevó a cabo un ritual relacionado con el fuego a tenor de la capa de arcilla refractada que tapaba el altar.

Junto al altar circular y adosados a su muro de cierre meridional, se documentaron dos estructuras de adobe que debieron jugar un importante papel en las actividades de culto desarrolladas en el edificio.

La primera de ellas, ya publicada con anterioridad, es un altar escalonado compuesto por tres gradas que ha sido interpretado como un altar de ofrendas destinado a depositar los exvotos utilizados durante las actividades de sacrificio y ofrenda (Celestino 2001: 28). La estructura se fabricó con adobes de forma trapezoidal y tonalidad verdosa y mide 1,5 m de largo, 0,5 m de altura y 1 m de ancho en la base; el escalón inferior está pintado de rojo mientras que los dos escalones superiores lo están de blanco. La segunda estructura es un poyete que conserva 1,12 m de largo por 0,48 m de altura, fabricado con adobes que posteriormente fueron enlucidos de blanco. En la parte superior se aprecia la impronta de tres círculos contiguos que coinciden con el diámetro de los pies de los jarros de bronce documentados en el yacimiento, por lo que ha sido interpretado como un vasar (fig. 10).

Para la estructura escalonada, que también pudo hacer las veces de altar, ya propusimos que podría haber albergado los betilos que aparecieron en el tramo meridional del foso y en el interior del pozo oriental, respectivamente, y que avalarían la idea de que fueron utilizados como representación de la deidad desde los orígenes de Cancho Roano hasta su amortización final. Los dos betilos de mayor tamaño están trabajados sobre gabros de color verde muy oscuro de una densidad extraordinaria; se trata de rocas plutónicas similares al basalto y exógenas del entorno del yacimiento. El betilo del tramo Sur del foso es un prisma de 0,14 x 0,15 x 0,10 m con todas sus caras trabajadas y alisadas, incluida la base ligeramente barquiforme (Nº Inv. 1001); en las dos caras principales presenta un hundimiento regular de forma semicircular, lo que indica que estuvo expuesto exento. El ejemplar recuperado en el pozo del tramo Este tiene una constitución idéntica al betilo anteriormente descrito, si bien sus dimensiones son algo mayores a pesar de estar fragmentado por su parte inferior: 0,15 x 0,17 x 0,16 (Nº Inv. 1002). Aunque estas dos son las piezas más significativas, debemos añadir la existencia, también procedentes del foso, de otros cuatro posibles betilos realizados sobre la misma piedra plutónica que los betilos anteriores; el primero tiene forma cilíndrica y está perfectamente pulimentada, con restos de pintura roja, mide 0,17 m de altura (Nº. Inv. 1003); el segundo, hallado junto al anterior, tiene también forma cilíndrica, está igualmente pulimentada y también mide 0,17 m de altura, pero no se le apreciaron restos de pintura (Nº. Inv. 2042); el tercero tiene forma cónica con la base ligeramente barquiforme (Nº. Inv. 2041), está

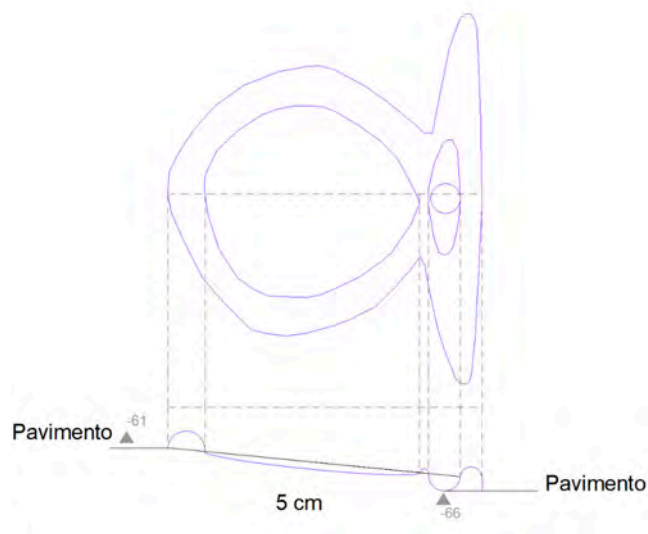


Fig. 9 - Dibujo del alzado y la sección del altar circular de Cancho Roano "C". En el dibujo se especifica el grado de inclinación de la estructura.



Fig. 10 - Imagen de la estancia H-7 al finalizar su excavación. En ella pueden observarse el altar circular, el altar escalonado y el vasar.

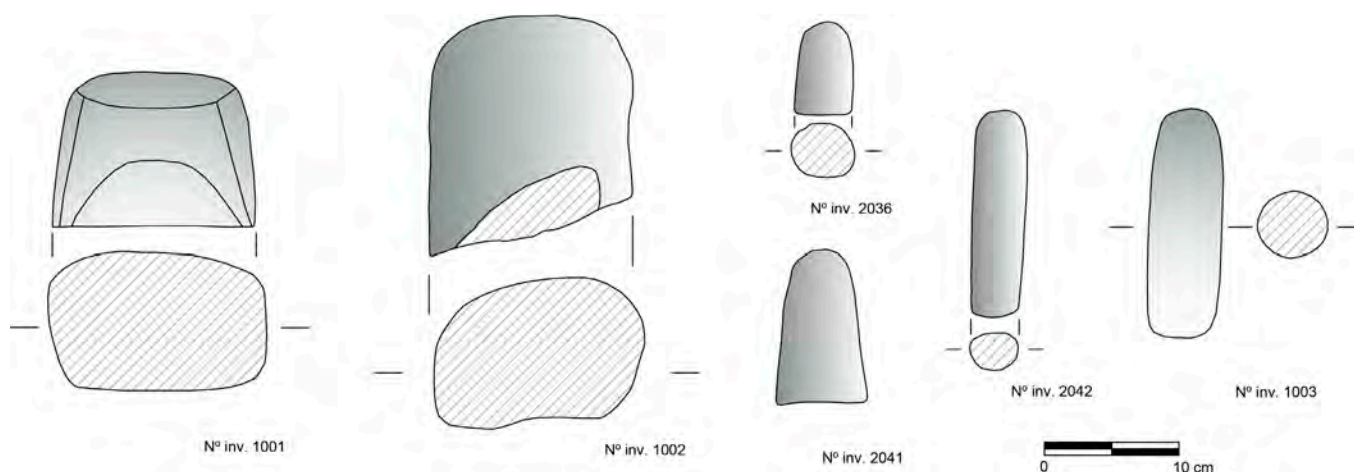


Fig. 11 - Dibujo de los betilos documentados en el foso y los pozos de Cancho Roano.

alisado y bien pulimentado, con una altura de 0,11 m; el cuarto y último, también de forma cónica, es el más pequeño, con tan solo 0,7 m de altura y sobre la superficie trabajada se aprecian restos de pintura roja (Nº. Inv. 2036). Como es lógico, no sabemos cuál era la posición original de estos betilos, si bien se ha podido comprobar que tras el sacrificio y banquete que se realizó antes de la destrucción del edificio, todos los vasos utilizados y los animales sacrificados reposan en el fondo del foso, procediéndose después a taparlos con una gruesa capa de arcilla que los aísla de los derrumbes posteriores consecuencia de la amortización del edificio; y es precisamente en esta segunda capa donde fueron documentados los betilos; es decir, es muy probable que procedieran del piso superior de Cancho Roano "A", donde se instaló la sala de culto en el último momento, si es que no fueron arrojados al foso intencionadamente (fig. 11).

Como es bien sabido, el betilo es la representación anicónica pétreo de la divinidad, donde tiene su morada (Seco 2010); un elemento que en ocasiones se ha puesto en relación con el culto a Astarté. Btilos de esta naturaleza han sido hallados en numerosos yacimientos tartésicos (Bandera *et al.* 2004), destacando los que fueron recuperados bajo el pilar de adobes de El Carambolo, interpretado como un altar (Belén - Escacena 1997, 2002). Más similar a los de Cancho Roano es el hallado en la estancia A-45 de las modernas excavaciones de El Carambolo, junto al escalón que da acceso a la capilla contigua a la que alberga el altar circular (Fernández Flores - Rodríguez Azogue 2007: 213).

El 1 de julio de 2001 se dieron por finalizadas todas las intervenciones en Cancho Roano que incluían la excavación integral del yacimiento, la

compra de los terrenos para facilitar un nuevo acceso, la instalación de la nueva cubierta, la adecuación a la visita pública y la inauguración del Centro de Interpretación. Tras todas estas actuaciones, tan solo quedó por finalizar la excavación de la estancia H-4, donde se hallaron una serie de estructuras en su fase "B" que impidieron rematar con éxito los trabajos. No fue hasta 2013 cuando pudimos retomar la excavación de H-4; la intención era documentar esas estructuras cuadrangulares pertenecientes a tres hogares de adobe superpuestos que ya fueron publicados parcialmente (Celestino 2001: 43), así como profundizar hasta llegar a la fase más antigua, o Cancho Roano "C", que nos permitiera complementar una parte más de la planta del edificio.

Por lo tanto, retomamos la excavación en la cota donde se abandonaron los trabajos, muy cerca del suelo apisonado de Cancho Roano "B". Tras retirar el nivel de relleno que sirvió para amortizar Cancho Roano "C", se localizó una nueva estructura rectangular de 1,40 m de largo por 1,18 m de ancho, fabricada a partir de abobes rectangulares de 0,22 x 0,10 m. La construcción de esta nueva estructura seguía el mismo esquema que el utilizado para el altar circular; es decir, primero se diseñó su forma sobre el suelo con pequeñas piedras para después modelarla con barro y, por último, enlucirla de blanco. La estructura se dispone sobre un suelo de arcilla roja apisonada de gran calidad que parece corresponderse con la prolongación del pavimento de la contigua H-7, de hecho, el altar circular y esta nueva estructura se encuentran a la misma cota; no obstante, el hecho de que el pavimento esté cortado por los cimientos de los edificios "B" y "A", complica obtener una imagen de conjunto, así como determinar si ambos altares



Fig. 12 - Fotografía del altar en forma de piel de toro documentado durante las excavaciones de 2013 en la estancia H-4.

compartían una misma estancia o, por el contrario, cada uno de ellos presidía su respectiva capilla. Así mismo, la estructura documentada en la estancia H-4 aparece seccionada en su lado norte, cortada por los cimientos del edificio "B" que delimitan en este punto la habitación.

Por las características que presenta esta nueva estructura se puede interpretar como un altar en forma de piel de toro extendida (fig. 12). En el centro del altar se documentó un *focus* o zona de quemado de similares características al altar de "B", también en forma de piel de toro, aunque de mayor altura. El nuevo altar de "C", además de estar a la misma cota, se encuentra en mismo eje norte-sur que el altar circular, lo que es un dato más que nos inclina a pensar en la posibilidad de que ambas estructuras estén conviviendo en un mismo momento. Más complicado es determinar si comparten un mismo espacio destinado a las actividades de culto o, por el contrario, nos enfrentamos a la existencia de dos capillas. Lamentablemente, los cimientos de los edificios "B" y "A" atraviesan el espacio que separa ambas estructuras, por lo que resulta imposible determinar si estos muros apoyan sobre una construcción anterior que diferencia dos ámbitos de culto; sin embargo, si nos atenemos a los paralelos

documentados en otros espacios del Guadalquivir, caso de El Carambolo, debemos pensar en la existencia de dos estancias, hipótesis que se ha recogido en la reconstrucción que aquí presentamos (fig. 13). Por último, solo durante las excavaciones realizadas en el patio de la fase "A" parece que se localizaron restos correspondientes a la primera construcción del santuario, concretamente un gran recipiente de cerámica encastrado en el suelo que por la posición que ocupa nos lleva a pensar que estuviese encajado en el pavimento de un posible patio o atrio que precedería a las capillas de culto, siguiendo el mismo esquema que en el edificio correspondiente a la fase V de El Carambolo (Fernández Flores - Rodríguez Azogue 2007: 102).

En general, y como es habitual, los materiales recuperados son muy escasos debido a la limpieza a la que fue sometido el edificio antes de su amortización. Solo se han podido recuperar algunos fragmentos cerámicos de escasa relevancia donde los elaborados a mano son claramente predominantes. Los fragmentos corresponden en su mayor parte a contenedores cocidos en ambientes reductores y decorados con un escobillado tanto por el interior como por el exterior, un motivo muy habitual en las cerámicas de las fases posteriores de Cancho

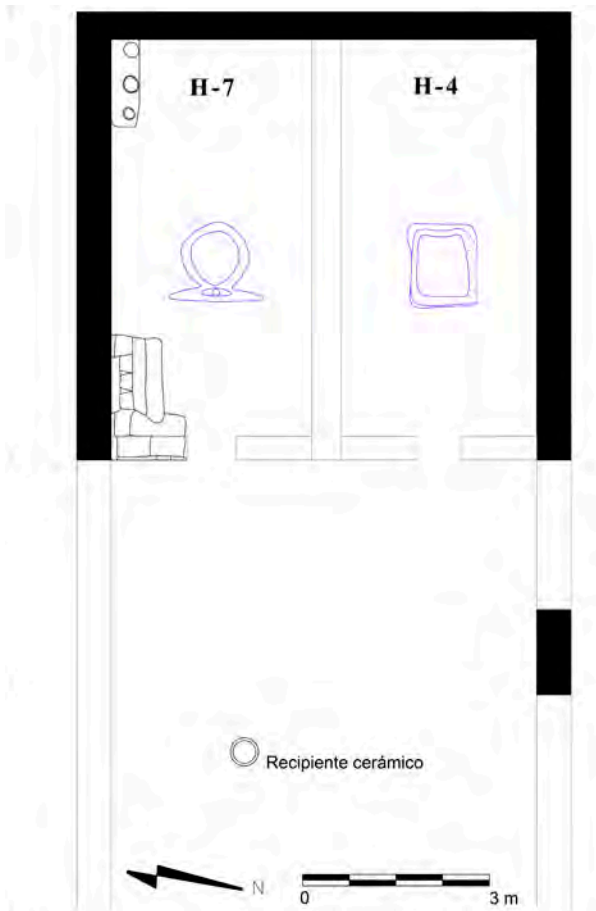


Fig. 13 - Reconstrucción e hipótesis de la planta de Cancho Roano "C" a partir de las evidencias arqueológicas conocidas.

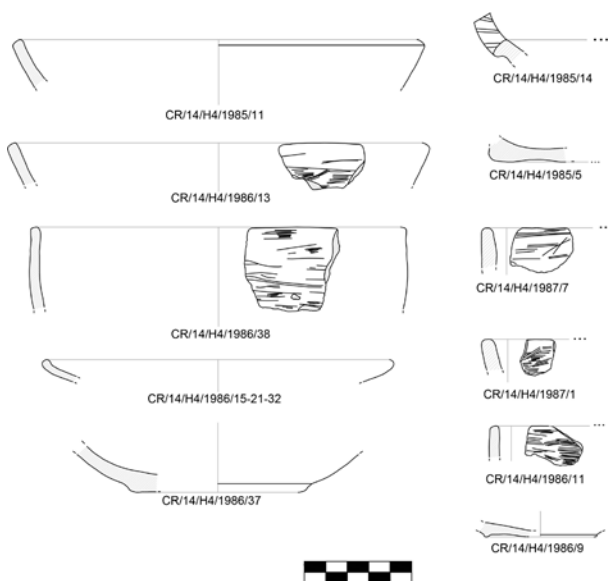


Fig. 14 - Cerámica recuperada durante la excavación del altar en forma de piel de toro de la estancia H-4.

Roano, pero también en las más antiguas de Cerro Borreguero. En cuanto a la cerámica asociada al altar en forma de piel de toro de "C", cuya función era el preparado de su base, se recuperaron un total de 64 fragmentos, tan solo dos de ellos fabricados a torno. Entre las producciones a mano predominan las pastas toscas con gruesos desgrasantes, cocidas en ambientes reductores y también decoradas mediante la técnica del escobillado (fig. 14). Esta ausencia de materiales significativos dificulta enormemente la datación relativa de Cancho Roano "C"; solo los análisis de C-14 realizados en carbones del interior del altar en forma de piel de toro de "B" y sobre el conjunto de carbones del nivel de destrucción de "C" permiten aproximarnos a una cronología que lleva a fechar el santuario original entre finales del siglo VII y inicios del VI a. C. (Celestino 2001: 30).

4. UN ESPACIO CONSAGRADO A BAAL Y A ASTARTÉ

El temprano hallazgo del yacimiento de Cancho Roano y la ausencia en aquel momento de paralelos que permitiesen relacionar y explicar el origen del edificio, llevó a Maluquer de Motes a buscar analogías formales en el Levante del Mediterráneo, primero en los *bit-hilani* del norte de Siria (Maluquer de Motes 1981: 53) y después en las construcciones del barrio comercial de la colonia griega de Al-Mina, también al norte de Siria, junto al estuario del Orontes (Maluquer de Motes 1983: 129). También los *bit-hilani* del área sirio-palestina fueron esgrimidos como posibles antecedentes de Cancho Roano por Almagro Gorbea y sus colaboradores en los reiterativos trabajos que hicieron sobre el edificio años después (Almagro-Gorbea *et al.* 1990); sin embargo, las excavaciones que se llevaron a cabo a finales de los años 90 del pasado siglo en el yacimiento y, especialmente, el gran avance que han experimentado en estas dos últimas décadas los estudios sobre la protohistoria peninsular, ha permitido hacer una nueva lectura sobre del origen del yacimiento extremeño y las analogías formales de su arquitectura. A pesar de que, obviamente, este tipo de arquitectura esté enraizada con las construcciones públicas del área oriental del Mediterráneo como consecuencia de la colonización fenicia de occidente, el origen de Cancho Roano deriva directamente de los santuarios tartésicos levantados antes de que se produjera la crisis de Tarteso (Celestino 2001, Martín Bañón 2004). En este sentido, los santuarios excavados en su integridad, caso de El Carambolo (Fernández

Flores - Rodríguez Azogue 2007) o Abul (Mayet - Silva 2000) son los más significativos. Pero podemos ir un paso más allá y plantear que tanto Cancho Roano como el resto de edificios tartésicos del valle del Guadalquivir son el resultado de la combinación de la innegable raíz atlántica de esta zona combinada con la pujante cultura tartésica que se estableció en estas tierras del interior a partir de comienzos del siglo VII a.C., pero que especialmente se consolidó a partir, precisamente, de la crisis del núcleo del Guadalquivir (Celestino 2001, Rodríguez González - Celestino 2017, Rodríguez González 2018a); es decir, si el primer santuario o Cancho Roano "C" parece tener una clara influencia tartésica, el edificio "B" y muy especialmente Cancho Roano "A", responden a unas técnicas arquitectónicas y a una funcionalidad que marca ya su clara personalidad con respecto al Guadalquivir. Muestra de ello es la presencia de soluciones y técnicas arquitectónicas que resultan inéditas para el valle del Guadalquivir y que, sin embargo, están presentes en las construcciones del valle medio del Guadalquivir, caso de los sistemas de evacuación de aguas representados en los enclaves de Cancho Roano y Casas del Turuñuelo mediante la construcción de atarjeas fabricadas con losas de pizarras que permiten la salida del agua, en el primero de los casos hacia un foso que rodea el edificio; o el empleo de determinados materiales, como la cal, que demuestra un gran dominio sobre los recursos naturales del entorno (Celestino *et al.* 2018).

Así mismo, los edificios documentados en el valle del Guadalquivir pueden interpretarse sin tapujos como santuarios que además presentan una vinculación directa con algún núcleo urbano; sirvan de ejemplo los santuarios de Marqués de Saltillo en Carmona (Sevilla), el de *Caura* en la actual Coria del Río (Sevilla) o la vinculación de El Carambolo (Camas, Sevilla) con la fundación de *Spal*. Por el contrario, los edificios documentados en el valle medio del Guadalquivir responden a una realidad muy diferente, pues se trata de enclaves con una diversidad funcional cuya localización no viene determinada por la presencia de un asentamiento de primer orden, sino por la geografía del entorno, pues parece claro que su ubicación responde a un interés por el control de un área concreta, fundamentalmente la colindante a las arterias fluviales (Rodríguez González 2018a: 258). La distribución de estos enclaves dota de personalidad al modelo territorial que impera en el Guadalquivir Medio durante la I Edad del Hierro, diferenciándolo a nivel territorial, de la realidad documentada en el valle del Guadalquivir, paisaje con el que, a pesar de

las diferencias, guarda estrechas relaciones.

Los únicos datos que tenemos para interpretar la funcionalidad de Cancho Roano "C" es la sala H-7 y, concretamente, los altares y estructuras de culto que aparecen en su interior, por lo que su adscripción al culto parece fuera de toda duda. Sin embargo, al carecer de datos sobre el resto del edificio debemos ser prudentes. Lo mismo ocurre con el edificio "B", protagonizado por el altar en forma de piel de toro de H-7 y por la presencia de otros altares, uno de ellos también en forma de piel de toro bajo H-3, que parecen refrendar esa funcionalidad eminentemente cultual. Por último, reconocer que la interpretación de los edificios más antiguos de Cancho Roano está muy mediatizada por la funcionalidad que se le ha otorgado a Cancho Roano "A", algo que entra dentro de la lógica arqueológica si tenemos en cuenta que se ha mantenido tanto el sitio como el eje de los sucesivos altares. Ya hemos cuestionado en numerosas ocasiones la posibilidad de que se trate de un palacio, una concepción basada en los edificios del área sirio-palestina que se encuentra muy alejada de la que ofrece el edificio extremeño, tanto en el tiempo como en la forma. Como hemos insistido, el aislamiento del edificio, no ya en el paisaje, sino de las rutas principales de comunicación (a más de 30 km del Guadalquivir); la inexistencia de edificaciones auxiliares como almacenes, establos o silos; la miniaturización de buena parte de la cerámica; la amortización de algunas de las capillas exteriores; la presencia de elementos muebles e inmuebles estrechamente ligados con el culto; o, especialmente, el ritual llevado a cabo para su clausura, así parecen avalarlo. Más recientemente se ha apuntado la posibilidad de que Cancho Roano responda a la definición de Casa de Lévi-Strauss a partir de los rasgos de la "Sociedad de Casa" desde un punto de vista arqueológico (González Ruibal - Ruiz Gálvez 2016), un sistema que puede tener cierto recorrido en Cancho Roano porque es cierto que se adapta a muchos de los rasgos enumerados, caso de los edificios y sendos altares superpuestos, la existencia de reliquias de culto o el ritual de clausura final; sin embargo, también faltan algunos de los rasgos más significativos como la presencia de un artesanado especializado, pues no hay restos de que se elaboraran en el yacimiento ninguna de las numerosas variedades documentadas más allá de las cerámicas, de las que tampoco se han hallado los hornos donde serían fabricadas; otro rasgo que se esgrime es el de los emblemas propios del sitio, aunque los más característicos de Cancho Roano

están también presentes en otros yacimientos; y también están ausentes los más significativos, como el registro funerario o su visibilidad en el entorno, pues una vez más se describe Cancho Roano como un edificio sobre un podio de piedra cuando en realidad se trata de una terraza que lo encinta, por lo que en ningún caso se construyó para ganar visibilidad. Por el contrario, el rasgo más característico de Cancho Roano, además de la abundante presencia de agua, es su ubicación en una vaguada que lo camufla en el paisaje. Por otra parte, el modelo clientelar que algunos proponen para Cancho Roano (Rodríguez Díaz - Pavón - Duque 2018) y el sistema de Casa no son compatibles porque la "Sociedad de Casa" es heterárquica y basada en el parentesco, y no jerárquica y basada en clases sociales como en el modelo gentilicio (Ruiz-Gálvez 2018: 32).

En este sentido, llama la atención las dudas por parte de algunos investigadores a la hora de valorar el ritual que puso fin al santuario, obviando las evidencias arqueológicas documentadas. Pero los datos son, en ocasiones, complejos de interpretar; Cancho Roano, tras su incendio y destrucción intencionada, fue sellado por una capa de arcilla roja que permitió que todos sus restos materiales se preservaran, pues de otra manera habrían quedado expuestos a la rapiña; una capa que, además, se documentó tanto en el foso como en el propio edificio. Por otra parte, algunos consideran que el hallazgo de la numerosa fauna documentada en el foso es una consecuencia del propio incendio, olvidando u obviando que los 11 caballos depositados en posición anatómica aparecieron con las cabezas cercenadas y depositadas en otra zona del foso (Cabrera - Celestino 2014: 45-46). El único argumento que se ha esgrimido para poner en duda estas evidencias es la ausencia de paralelos peninsulares (Almagro-Gorbea 2009); sin embargo, en las recientes excavaciones llevadas a cabo en el Turuñuelo de Guareña, coetáneo a Cancho Roano, se ha documentado de forma aún más evidente tanto el sacrificio de animales como el sellado del conjunto monumental (Celestino - Rodríguez González 2019, Rodríguez González - Celestino 2019); al igual que en el caso de Cerro Borreguero, cubierto en su clausura con una espesa capa de arcilla roja (Celestino - Rodríguez González 2018: 173) que permite ahora diferenciar a la perfección los niveles protohistóricos de los romanos, a pesar de que se emplean los mismos materiales para la construcción de sus muros. De ese modo, el ejemplo de Cancho Roano ya no constituye un caso único, sino que parece responder a un ritual de clausura de estos edificios tartésicos más común

de lo que pensábamos.

Volviendo al edificio "C" de Cancho Roano, y ante la ausencia de materiales que puedan perfilar su funcionalidad y cronología, debemos reiterar que se trata de una construcción heredera del Cerro Borreguero, cuyo último edificio se clausuró y selló con arcilla a comienzos del siglo VI a.C., conviviendo con otros edificios del valle del Guadalquivir en los que sin duda se inspiró, caso de El Carambolo, con el que coincide en sus fases V-IV. Y es precisamente en El Carambolo donde se observa claramente la presencia de dos salas que a modo de capillas presentan sendos altares que han sido asociados al culto a Baal y Astarté respectivamente (Fernández Flores - Rodríguez Azogue 2007: 228, Escacena - Fernández Flores - Rodríguez Azogue 2007: 15); una doble advocación que también ha sido propuesta para el propio tesoro de El Carambolo (Escacena - Amores 2011: 121).

Cuando se descubrió el altar circular de Cancho Roano apenas se contaban con ejemplos de santuarios protohistóricos que sirvieran de guía para el estudio de este fenómeno en el suroeste peninsular; solo pocos años después comenzaron las excavaciones de urgencia del santuario de Coria del Río y se retomaron las excavaciones de El Carambolo que tantas sorpresas han deparado. Pero si en estos edificios se documentaron sendos altares en forma de piel de toro extendida que los relacionaban con Cancho Roano "B" y con un fenómeno que cada día está más presente en el sur y este de la Península Ibérica (Gómez Peña 2017, con bibliografía), no existía un claro paralelo para el altar circular de Cancho Roano "C". El altar presenta una forma que sin duda se asemeja mucho al símbolo *shen* egipcio (Wilkinson 1995) y su estudio ya fue abordado con detalle en un trabajo anterior donde se hacía una relación de sus analogías en otros ámbitos del mediterráneo (Celestino 2001: 30-ss). A pesar de ello, resulta difícil asimilar la forma del altar de Cancho Roano "C" a la representación de Horus, no ya por la difícil adscripción del dios egipcio a la cultura tartésica, sino porque el elemento fundamental del *shen*, el nudo que representa la eternidad, está ausente en la forma del altar extremeño. Por ello, debemos buscar una simbología más acorde con el ámbito cultural del santuario, por lo que nos inclinamos a pensar que probablemente el altar esté relacionado con el símbolo de Astarté (Bonnet 1996), una diosa de origen fenicio muy relacionada con Tarteso tanto a través de las numerosas alusiones en las fuentes escritas (Marín Ceballos 2010) como por las significativas

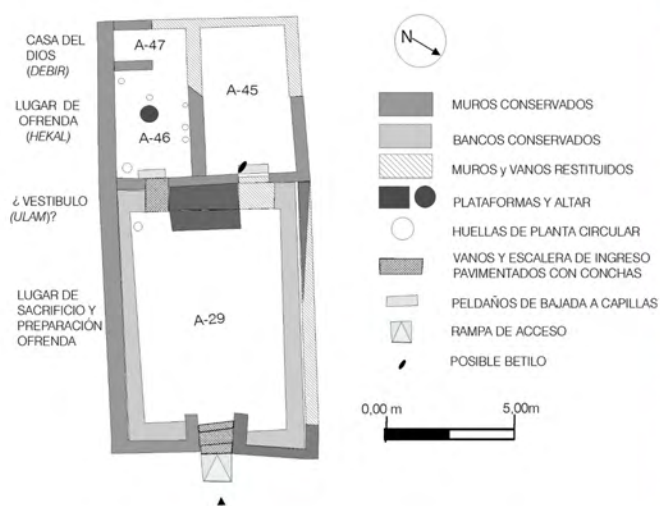


Fig. 15 - Planta de la fase V de El Carambolo y fotografía del altar circular documentado en la estancia A46 (a partir de Fernández Flores – Casado Ariza – Prados Pérez e.p.: 234, fig. 2 y Fernández Flores – Rodríguez Azogue 2007: 101, fig. 12).

representaciones que conocemos de la zona, donde las piezas de El Carambolo o el Bronce Carriazo tienen una especial importancia. Pero tampoco es ajena su presencia en el propio Cancho Roano, donde parece estar presente en las palomas que rematan el interior de las camas laterales de los bocado de caballo, sin olvidar que el caballo es uno de los animales que se asimilan con la diosa semita (Leclant 1960, Schmitt 2013) un animal por otra parte, y como hemos visto, muy presente en Cancho Roano. Por lo tanto, la forma podría representar una esquematización de la diosa Astarté, un esbozo que no deja de ser muy similar al que se utilizará en el mundo púnico para Tanit (Ferrer 2015). Una última lectura ha puesto en relación el esquema presente en el altar circular de Cancho Roano C con una tradición iconográfica de origen semita que refleja la salida del sol tras la montaña sagrada (Escacena 2010: 132), una hipótesis complicada de argumentar dado el esquematismo del altar pero que, de nuevo, pone el símbolo en relación con Astarté y su vínculo con el inframundo.

Pero de nuevo El Carambolo nos puede ayudar a interpretar este altar circular hallado en el edificio más antiguo de Cancho Roano. La reanudación de las excavaciones en el cerro de la localidad de Camas (Sevilla) en el año 2002 permitió certificar su origen fenicio (Fernández Flores - Rodríguez Azogue 2007), así como la existencia de un santuario que contaba con cinco fases constructivas, en una de las cuales se documenta el paralelo más cercano al esquema documentado en la estancia H-7 de Cancho Roano "C". Nos referimos al altar circular hallado en la estancia

A46 de la fase V de El Carambolo (Fernández Flores - Rodríguez Azogue 2007: 100, Fernández Flores - Casado Ariza - Prados Pérez e.p.: 215) (fig. 15). Se trata de una estructura circular de 0,80 m de diámetro con un *focus* central que estuvo enfoscada con arcilla de color amarillento, lo que ha llevado a sus excavadores a sugerir la posibilidad de que la estructura contara con algún tipo de apéndice semejante al que posee el altar circular de Cancho Roano. A ello se suma la existencia de una pequeña oquedad junto al vano de acceso a la estancia que ha sido interpretada como apoyo para contener un vaso destinado al vertido de los líquidos ofrendados en el altar (Fernández Flores - Rodríguez Azogue 2007: 212-213), reproduciendo así el mismo ritual que el descrito para el caso de Cancho Roano.

Aunque solo la estancia A46 conserva el altar, la primera fase del santuario de El Carambolo (V) cuenta con dos capillas, lo que ha llevado a sus excavadores a suponer que la habitación A45 debió contar también con un posible altar, hoy desaparecido por el mal estado de conservación de este espacio (Fernández Flores - Rodríguez Azogue 2007: 213); no obstante, debemos recordar como ya se hizo con anterioridad en este trabajo, que en el vano de entrada pudo localizarse una piedra negra de gran tamaño que ha sido interpretada como un betilo (*ibidem*, Fernández Flores - Casado Ariza - Prados Pérez e.p.: 215), lo que marca el carácter también religioso de este espacio. A las similitudes que este edificio guarda con la fase "C" de Cancho Roano debemos sumarle la reciente publicación de

una estructura escalonada documentada en el patio que antecede a las capillas (A-29), interpretada como posible mesa de sacrificio o estructura destinada para la preparación de las ofrendas (Fernández Flores - Casado Ariza - Prados Pérez e.p.: 216). Así mismo, el proceso de amortización de ambas construcciones es también similar, pues tanto en Cancho Roano como en El Carambolo, las estancias se colmatan hasta la altura que alcanzan las estructuras que conforman los espacios, caso de los bancos o los vanos, el mismo proceso que el documento en la estancia H-7 de Cancho Roano donde su amortización se eleva hasta la altura que alcanza el altar escalonado, al ser el elemento más alto de la habitación (Fernández Flores - Casado Ariza - Prados Pérez e.p.: 219). Finalmente, la dualidad ya se hace patente en las sucesivas fases constructivas (Carambolo IV - III), donde han sido documentadas dos capillas con sendos altares, separadas por un patio y dos estancias que permiten considerar la existencia de dos advocaciones (Escena - Fernández Flores - Rodríguez Azogue 2007: 15, Fernández Flores - Rodríguez Azogue 2007: 214).

Este mismo esquema ha sido igualmente documentado en las excavaciones del yacimiento portugués de Castro dos Ratinhos (Moura) (Berrocal - Silva 2010), con la diferencia de que tanto el altar circular, como la oquedad interpretada como un *asherah* y el betilo, fueron localizados en la primera sala o *hekal* y no en las capillas interiores (Prados Martínez 2010: 269). Frente a esta ligera diferencia en la distribución de los elementos, la planta e interpretación del espacio, dedicado a las divinidades *Ashera* y Baal, guardan fuertes concomitancias tanto con el Carambolo, con el que comparte una misma cronología, como con el edificio que tiempo después se levantará en Cancho Roano.

Hecha esta reflexión, proponemos para el caso de Cancho Roano "C" la existencia de dos capillas donde se llevarían a cabo los cultos a Baal y a Astarté; el primero representado por el altar en forma de piel de toro hallado en la estancia H-4 y, el segundo, representado por el altar circular con apéndice triangular localizado en la estancia H-7 que hemos asociado al símbolo de Astarté, al que se vinculan el altar escalonado y el vasar, ambos relacionados con la celebración de rituales de libación. Uno de los datos que nos lleva a defender la existencia de dos estancias diferenciadas es la documentación de dos tipos de pavimentos asociados a cada uno de los altares, pues si bien ambos son de arcilla roja apisonada de gran calidad, sin embargo, mientras el pavimento vinculado al altar circular presenta

una ligera inclinación en sentido oeste-este, el asociado al altar con forma de piel de toro respeta la horizontalidad de la estructura.

Posiblemente, el estudio detallado de los niveles de Cancho Roano "B" nos permita definir con mayor precisión tanto la planta como la funcionalidad de la primera fase del santuario, en la que sin duda alguna se conjuga una tradición de origen atlántico presente en ciertos yacimientos de la actual costa portuguesa y una influencia llegada del valle del Guadalquivir donde el santuario de El Carambolo, el único excavado en extensión, es sin duda el mejor referente.

5. REFERENCIAS

- ALMAGRO-GORBEA, M. (1977) - *El Bronce Final y el Período Orientalizante en Extremadura*. Madrid (*Bibliotheca Praehistorica Hispana* XIV).
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2010) - Paleodemografía en la necrópolis tartesia de Medellín. *Revista de Demografía Histórica* XXVIII (I): 33-70.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (dir.) (2008) - *La necrópolis de Medellín*. Vol. I-III. Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2009) - Palacios fortificados fenicios y tartésicos. Aportación a la arquitectura y a la sociedad orientalizantes en la Península Ibérica. En *Homenaje al Dr. Michel Belch (Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología* 45): 55-78.
- ALMAGRO-GORBEA, M. - DOMÍNGUEZ DE LA CONCHA, A. (1989) - Cancho Roano. El palacio de Cancho Roano y sus paralelos arquitectónicos y funcionales. *Zephyrus* 41-42: 339-382.
- BANDERA de la M^a. L. - FERRER, E. - GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. - CAMACHO, M. (2004) - Nuevas evidencias de cultos betílicos en turdetania. *Huelva Arqueológica* 20: 241-255.
- BELÉN, M. - ESCACENA, J. L. (1997) - Testimonios religiosos de la presencia fenicia en Andalucía occidental. *SPAL* 6: 103-131.
- BELÉN, M. - ESCACENA, J. L. (2002) - La imagen de la divinidad en el mundo tartésico. En FERRER, E. (ed.), *Ex Oriente Lux: las religiones orientales antiguas en la Península Ibérica*. Sevilla: 159-184.
- BERROCAL, L. - SILVA, A. C. (2010) - *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa (*Anexos de O Arqueólogo Português* 6).
- BONNET, C. (1996) - *Astarté. Dossier documentaire et perspectives historiques*. Roma (*Contributi alla Storia della Religione Fenicio-Punica* II).
- CABRERA, A. - CELESTINO, S. (2014) - Le sacrifice

- de équidès dans le sanctuaire de Cancho Roano (Estrémadure, Espagne). En GARDEISEN, A. - CHANDEZON, C. (eds.), *Équidès et bovidés de la Méditerranée Antique. Rites et combats. Jeux et savoirs*. Lattes: 41-51.
- CELESTINO, S. (2001) - Los santuarios de Cancho Roano. Del indigenismo al orientalismo arquitectónico. En RUIZ MATA, D. - CELESTINO, S. (eds.), *Arquitectura Oriental y Orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: 17-56.
- CELESTINO, S. (ed.) (2003) - *Cancho Roano VIII*. Mérida.
- CELESTINO, S. (2005) - El período Orientalizante en Extremadura y la colonización tartésica del interior. En CELESTINO, S. - JIMÉNEZ ÁVILA, J. (eds.), *El Período Orientalizante. Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Mérida (*Anejos del Archivo Español de Arqueología XXXV*): 227-235.
- CELESTINO, S. - JIMÉNEZ ÁVILA, J. (1993) - *El Palacio-Santuario de Cancho Roano IV. El sector norte*. Badajoz.
- CELESTINO, S. - JIMÉNEZ ÁVILA, J. - MARTÍN BAÑÓN, A. - HERNÁNDEZ CARRETERO, A. - PAVÓN, I. (1996) - *El Palacio-Santuario de Cancho Roano V-VI-VII (los sectores oeste, sur y este)*. Madrid.
- CELESTINO, S. - RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (2016) - Il riflesso dell'architettura fenicia in Tartesso. En RUSSO, A. - GUARNERI, F. (eds.), *Santuari Mediterranei tra Oriente e Occidente. Interazioni e contatti culturali*. Roma: 321-328.
- CELESTINO, S. - RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (2017a) - Tarteso en Extremadura. *Revista de Estudios Extremeños LXXIII-I*: 13-56.
- CELESTINO, S. - RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (2017b) - De lo invisible a lo visible. La transición entre el Bronce Final y la Primera Edad del Hierro en el valle medio del Guadiana. En CELESTINO, S. - RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (eds.), *Territorios Comparados: los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica*. Mérida (*Anejos del Archivo Español de Arqueología, LXXX*): 183-212.
- CELESTINO, S. - RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (2018) - Cerro Borreguero. Un yacimiento clave para estudiar la transición entre el Bronce Final y el período tartésico en el valle del Guadiana. *Trabajos de Prehistoria 75-1*: 172-180.
- CELESTINO, S. - RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (2019) - Un espacio para el sacrificio: el patio del yacimiento tartésico de Casas del Turuñuelo. *Complutum 30-2*.
- CELESTINO, S. - RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. - BASHORE, C. - DORADO, A. - LAPUENTE, C. (2018) - La arquitectura como actividad productiva: tres casos de estudio para época tartésica en el valle medio del Guadiana. En NAVARRO, A. - FERRER, E. (coord.), *Trabajo Sagrado. Producción y representación en el mediterráneo occidental durante el I Milenio a.C*. Sevilla (*SPAL Monografías Arqueología XXV*): 231-248.
- CELESTINO, S. - WALID, S. (2003) - Proyecto Arqueológico La Serena. En TORALLAS, S. - LÓPEZ RUIZ, C. (eds.), *Memoria Seminario de Filología e Historia*. Madrid: 47-53.
- ESCACENA, J. L. (2010) - El Carambolo y la construcción de la Arqueología Tartésica. En de la BANDERA, M^a. L. - FERRER, E. (Coords.), *El Carambolo. 50 años de un tesoro*. Sevilla: 99-148.
- ESCACENA, J. L. - AMORES, F. (2011) - Revestidos como dios manda. El tesoro del Carambolo como ajuar de consagración. *SPAL 20*: 107-141.
- ESCACENA, J. L. - FERNÁNDEZ FLORES, A. - RODRÍGUEZ AZOGUE, A. (2007) - Sobre el Carambolo: un hippos sagrado del santuario IV y su contexto arqueológico. *Archivo Español de Arqueología 80*: 5-28.
- ESTEBAN, C. - ESCACENA, J. L. (2013) - Arqueología del cielo. Orientaciones astronómicas en edificios protohistóricos del sur de la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria 70-1*: 114-139.
- FERNÁNDEZ FLORES, A. - CASADO ARIZA, M. - PRADOS PÉREZ, E. (e.p.) - Primeros vestigios de la colonización fenicia en el Carambolo. El edificio inicial (Carambolo V), función y cronología. En *Entre Útica y Gadir*: 213-239.
- FERNÁNDEZ FLORES, A. - RODRÍGUEZ AZOGUE, A. (2007) - *Tartessos desvelado. La colonización fenicia del suroeste peninsular y el origen y ocaso de Tartessos*. Córdoba.
- FERRER, E. (2015) - El signo de Tanit en la Península Ibérica. En BERNABÉ, A. - ÁLVARES-PEDROSA, J. A. (eds.), *Orientalística en tiempos de crisis: actas del VI Congreso Nacional del Centro de Estudios del Próximo Oriente*. Zaragoza: 167-180.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A. - RUIZ GÁLVEZ, M^a. L. (2016) - House Societies in the Ancient Mediterranean (2000-500 BC). *Journal of World Prehistory 29-3*: 383-437.
- GÓMEZ PEÑA, A. (2017) - *La piel de toro como símbolo religioso y marcador identitario de la colonización fenicia de la península ibérica. Una lectura darwinista*. Tesis doctoral. Universidad de Sevilla.
- LECLANT, J. (1960) - Astarté à cheval d'après les représentations égyptiennes. *Syria. Archéologie, Art et Histoire 37 (1-2)*: 1-67
- MALUQUER DE MOTES, J. (1979) - Excavaciones en la Torruca de Cancho Roano, partida de Cigancha, en Zalamea de la Serena (Badajoz). *Zephyrus 30*: 259-260.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1981) - *El santuario protohistórico de Zalamea de la Serena, Badajoz*. PIP IV.

Barcelona.

MALUQUER DE MOTES, J. (1983) - *El santuario protohistórico de Zalamea de la Serena, Badajoz II, 1981-1982*. PIP V. Barcelona.

MARÍN CEBALLOS, M^a. C. (2010) - Imagen y culto de Astarté en la Península Ibérica: las fuentes griegas y latinas. En DE LA BANDERA, M^a. L. - FERRER, E. (coord.), *El Carambolo. 50 años de un tesoro*. Sevilla: 491-512.

MARTÍN BAÑÓN, A. (2004) - Los antecedentes peninsulares de la arquitectura y funcionalidad de los edificios de Cancho Roano. Algunas cuestiones sobre su origen y evolución. *Trabajos de Prehistoria* 61-1: 117-140.

MAYET, F. - SILVA, C. T. (2000) - *L'établissement phénicien d'Abul (Portugal). Comptoir et sanctuaire*. Paris.

PRADOS MARTÍNEZ, F. (2010) - La arquitectura sagrada: un santuario del siglo IX a.C. En BERROCAL, L. - SILVA, A. C. (dirs.), *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Excavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa (*Anexos de O Arqueólogo Português* 6): 259-275.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (ed.) (2004) - *El edificio protohistórico de La Mata (Campanario, Badajoz) y su estudio territorial*. Cáceres.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A. - PAVÓN, I. - DUQUE, D. (2018) - Familias, linajes y "Grandes Casas" en la "Extremadura tartésica". En RODRÍGUEZ DÍAZ, A. - PAVÓN, I. - DUQUE, D. (eds.), *Más allá de las casas. Familias, linajes y comunidades en la protohistoria peninsular*. Cáceres: 209-264.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (2018a) - *El poblamiento del valle medio del Guadiana durante la I Edad del Hierro*. Madrid (*Bibliotheca Praehistorica Hispana* XXXIV).

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (2018b) - The tartessian tumuli of the Guadiana. *Rivista di Studi Fenici* XLVI: 117-135.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. - CELESTINO, S. (2017a) - El valle medio del Guadiana durante la I Edad del Hierro: una nueva lectura sobre su organización territorial. En CELESTINO, S. - RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (eds.), *Territorios Comparados: los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo durante época tartésica*. Mérida (*Anejos del Archivo Español de Arqueología* LXXX): 213-236.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. - CELESTINO, S. (2017b) - Las estancias de los dioses: la habitación 100 del yacimiento de Casas del Turuñuelo (Guareña, Badajoz). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid* 43: 179-194.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. - CELESTINO, S. (2019) - Primeras evidencias de un banquete: análisis arquitectónico y material de la estancia S-1 del yacimiento de Casas del Turuñuelo (Guareña, Badajoz). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid* 45: 177-200. <http://doi.org/10.15366/cupauam2019.45.006>

RUIZ-GALVÉZ, M^a. L. (2018) - ¿Sociedad de clase o... "sociedad de casa"? Reflexiones sobre la estructura social de los pueblos de la Edad del Hierro en la Península Ibérica. En RODRÍGUEZ DÍAZ, A. - PAVÓN, I. - DUQUE, D. (eds.), *Más allá de las casas. Familias, linajes y comunidades en la protohistoria peninsular*. Cáceres: 13-40.

SECO, I. (2010) - *Piedras con alma. El Betilismo en el Mundo Antiguo y sus manifestaciones en la Península Ibérica*. Sevilla (*SPAL Monografías* XIII).

SCHMITT, R. (2013) - Astarte, Mistress of Horses, Lady of the Chariot: The Warrior Aspect of Astarte. *Die Welt des Orients* 43-2: 213-225.

WALID, S. - NUÑO, R., (2005) - Aplicaciones arqueográficas al estudio de las sociedades del período orientalizante: ¿quién construyó Cancho Roano? En CELESTINO, S. - JIMÉNEZ ÁVILA, J. (eds.), *El Período Orientalizante*, vol. II. Mérida (*Anejos del Archivo Español de Arqueología* XXXV): 977-983.

WILKINSON, R. H. (1995) - *Cómo leer el Arte egipcio*. Barcelona.

OPHIUSSA

VOLUME 3, 2019, PÁGINAS 45-79. SUBMETIDO A 30.04.2019. ACEITE A 15.08.2019.

REVISITANDO O ESPÓLIO DAS ESCAVAÇÕES DE A. I. MARQUES DA COSTA EM CHIBANES: OS DADOS PROTO-HISTÓRICOS E ROMANO-REPUBLICANOS

CHIBANES: PROTO-HISTORIC AND ROMAN-REPUBLICAN DATA FROM THE COLLECTION OF A. I. MARQUES DA COSTA ON REVIEW

JOÃO PIMENTA¹
CARLOS TAVARES DA SILVA²
JOAQUINA SOARES²
TERESA RITA PEREIRA²

RESUMO

O interesse do material anfórico e metálico proveniente dos primeiros trabalhos de campo realizados em Chibanes e publicados em *O Arqueólogo Português*, por António Inácio Marques da Costa, na primeira década do século XX, suscitou a revisão da totalidade da coleção, depositada no Museu Nacional de Arqueologia.

Procede-se à análise da história da investigação dessa particular coleção, quando está em preparação um volume dedicado aos últimos vinte anos do projeto de investigação levado a efeito em Chibanes pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS)/AMRS.

Alia-se ao compromisso de fazer perdurar a memória do pioneirismo arqueológico regional, o conhecimento de alguns artefactos de inegável qualidade e pertinência tipológica e funcional.

Palavras-chave: material anfórico, artefactos metálicos, cerâmica de verniz negro itálico, cerâmica de paredes finas, cerâmica tipo Kuass.

ABSTRACT

The major interest on amphorae and metallic materials from the ancient fieldwork carried out in Chibanes and published in *O Arqueólogo Português* by António Inácio Marques da Costa in the first decade of the 20th century led to the revision of the entire collection deposited in the National Museum of Archaeology.

The history of the investigation on this particular collection is analyzed in the course of the preparation of a volume dedicated to the last twenty years of the research project developed on Chibanes by the Museum of Archaeology and Ethnography of the Setubal District (MAEDS) / AMRS. There is a commitment to keep the memory of the pioneer archaeologist, A. I. Marques da Costa, in our region and the aim to get some artifacts with undeniable quality and typological relevance acquainted.

Keywords: amphorae, metallic materials, black gloss tableware, thin walled pottery, Kuass ware.

1 - Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX) e Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ). joao.marques@cm-vfxira.pt

2 - Museu de Arqueologia e Etnografia do distrito de Setúbal (MAEDS/AMRS) e Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ). ctavaressilva@gmail.com; joaquinasoares1@gmail.com; teresa.rita.pereira@gmail.com

1. ENQUADRAMENTO DO SÍTIO DE CHIBANES

O sítio arqueológico de Chibanes, situado na crista da Serra do Louro (Palmela), ocupa uma área com dimensões significativas, com cerca de 200 m de extensão, gozando de excelentes condições de defesa e de uma ampla e invulgar visibilidade, quer para a bacia do rio Tejo, quer para o fértil vale dos Barris e bacia do rio Sado (fig. 1).

A sua descoberta deve-se a A. I. Marques da Costa, tendo ocorrido no ano de 1904, durante umas prospeções que fez nos arredores da Serra do Louro, tendo aí descoberto alguns materiais de superfície (Costa 1906). Marques da Costa conduziu no alto de Chibanes extensas prospeções e algumas sondagens entre 1905 e 1910, das quais dá circunstanciada notícia nas páginas de *O Arqueólogo Português* (Costa 1908-1910).

A diversidade e riqueza do espólio recolhido, que se encontra depositado no Museu Nacional de Arqueologia, patentearam-se em publicações de bastante rigor, com ampla documentação gráfica e descrição pormenorizada, que ainda hoje são de extrema utilidade, apesar de infelizmente carecerem de contextualização estratigráfica.

Apesar da sua importância, esse espólio apenas despertou maior interesse a partir dos anos setenta do século passado. Nessa época, alguns dos materiais arqueológicos foram objeto de atenção, nomeadamente a cerâmica de verniz negro - campaniense (Delgado 1971) e as ânforas ditas "neopúnicas" (Maia 1977: 200-203, Ests. I, II e III, 1-5), inserindo-se o seu estudo em contextos de análise de materiais idênticos no território nacional.

No início dos anos oitenta, o estudo da necrópole do Galeado (Vila Nova de Milfontes) levou Caetano de Mello Beirão e Mário Varela Gomes a observarem o material de Chibanes, tendo identificado e publicado uma tampa de urna de orelhetas perfuradas (Beirão - Gomes 1983: fig. 14, n.º 7). No final da década de noventa do século XX, Júlio Roque Carreira publica um vasto conjunto de materiais arqueológicos do III milénio a.C., atestando a relevância da sua ocupação calcolítica (Carreira 1998).

Marques da Costa reconheceu a existência de distintas ocupações no sítio com base na tipologia dos materiais: uma ocupação pré-histórica da Idade do Cobre e um ulterior povoado da Idade do Ferro.

Em 1996 foram publicadas (Fernandes - Carvalho 1996: 131, fig. 5, n.º 1 a 4) uma pequena fíbula de liga de cobre do tipo Schüle 4h e fragmento



Fig. 1 - Localização de Chibanes no mapa da Península Ibérica e na carta com os principais sítios romano-republicanos do vale do Tejo e península de Setúbal.

de bocal de ânfora vinária itálica do tipo Dressel 1, recolhidos em prospeção dos inícios dos anos 90 do século XX.

Foi necessário esperar pelos trabalhos arqueológicos de campo da segunda metade da década de 1990 (Tavares da Silva - Soares 1997), com metodologias científicas, para se obterem as primeiras sequências estratigráficas do sítio e a clara definição de três fortificações sobrepostas, pertencentes a uma ocupação pré-histórica abrangendo todo o III milénio, a uma curta ocupação da Idade do Ferro cuja fundação parece remontar ao século III a.C. e uma bem representada ocupação do período romano-republicano. Raros fragmentos de *terra sigillata* e um numisma de Cláudio atestam uma esporádica revisitação do sítio durante o Alto-Império (Tavares da Silva - Soares 1997: 37).

Em 2004, Amílcar Guerra publica uma interessante tese (Guerra 2004), que parte da referência do geógrafo Ptolomeu a uma *Caepiana*, e que desde os trabalhos de Schulten (1918: 78) se tinha vindo a relacionar com eventual presença militar associada a um dos Cipiões, e localizada genericamente na Península de Setúbal. Com base em análise da derivação fonética, construída

com os mesmos mecanismos filológicos que conduziram à identificação da cidade gaditana de Chipiona com *Turris Caepionis* mencionada por Estrabão e Pompônio Mela, propõe que a *Caepiana* ptolemaica poderia ser identificada com o sítio de Chibanes. Tendo por base a tipologia dos materiais arqueológicos recolhidos por Marques da Costa, e depositados pela sua viúva no Museu Nacional de Arqueologia, em particular a cerâmica campaniense, e levando em consideração as primeiras informações publicadas sobre a fortificação romano-republicana por dois dos signatários (Tavares da Silva - Soares 1997), propõe que (Castr) *Caepiana* teria resultado de fundação militar por Quinto Servílio Cepião. Como se sabe pela documentação literária, Quinto Servílio Cepião, a partir de 109 e talvez até 107 a.C. foi pretor e procônsul na Hispânia Ulterior. Desta personagem, na realidade pouco se sabe, sendo porém de sublinhar que venceu os Lusitanos e que a sua pretura se ilustrou com a celebração do triunfo em Roma (Guerra 2004: 222).

2. O PROJETO DO MAEDS EM CHIBANES

Em 1996, como referimos anteriormente, retomaram-se as escavações arqueológicas no Castro de Chibanes promovidas pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), através do seu Centro de Estudos Arqueológicos, no âmbito dos projetos *Ara – Povoamento e Arqueologia da Paisagem Durante a Pré-história Recente e a Proto-história no Sector Oriental da Arrábida (1996-2003)* e *CIB – Chibanes no Contexto da Arqueologia da Península de Setúbal (2012-2017)*, coordenados por dois dos signatários do presente artigo (J. S. e C.T.S.). Estes novos trabalhos permitiram identificar nos diversos sectores do povoado três grandes fases no processo de ocupação do sítio (Tavares da Silva - Soares 1997, 2012).

A Fase I, do Calcolítico e Bronze antigo (Tavares da Silva - Soares 2012, 2014, Coelho 2014, Tereso 2014, Pereira - Soares - Tavares da Silva 2017, Clemente Conte - Mazzuco - Soares 2014), que se subdivide nas Subfases IA, IB, IC e ID, integra-se, de um ponto de vista da cultura material e particularmente no que se refere à cerâmica, no Calcolítico da Estremadura. As similitudes registadas com os hipogeus da Quinta do Anjo, no que respeita à cultura material e diacronia permitiram atribuir esta necrópole ao povoado pré-histórico de Chibanes (Soares 2003).

Em Chibanes, estão bem representados os horizontes estilísticos da cerâmica canelada (Subfase

IA – 2900-2500 cal BC), da cerâmica de folha de acácia (Subfase IB – meados/terceiro quartel do 3º milénio cal BC) e da cerâmica campaniforme (Subfase IC – grupo estilístico de Palmela, ver Soares - Tavares da Silva 1984, Tavares da Silva 2017) com decoração exclusivamente pontilhada / linear - pontilhada, cronologicamente centrada em torno de 2250 BC – e Subfase ID, do grupo estilístico de Palmela evolucionado, com decoração linear-pontilhada associada a incisa, e datada do último quartel do 3º milénio cal BC.

No início da Subfase IA é construída uma muralha (M. VIII), guarnecida por bastiões semicirculares e reforçada por contraforte de planta trapezoidal, fortificação que se desenvolve em arco com cerca de 200 metros de extensão, defendendo a encosta virada a norte. Na extremidade ocidental do povoado, a muralha inflete para sul e divide-se em três linhas (Ms. IV, V e IX) que defendiam o acesso pela crista da Serra do Louro. Esta fortificação sofre os primeiros derrubes, por vezes acompanhados de incêndio, no final da Subfase IA.

A Subfase IB assiste à afirmação da metalurgia do cobre, a qual se irá desenvolver na Subfase IC.

A Subfase ID representa o final da ocupação pré-histórica de Chibanes e tem expressão em lenticulas ricas em conchas de *Ruditapes decussatus*, existentes no seio dos definitivos derrubes das muralhas IV e V.

Durante a segunda fase de ocupação, da Idade do Ferro e com cronologia centrada no século III a.C., foi construída uma muralha guarnecida por torres semicirculares, cujo traçado é aproximadamente coincidente com a do Calcolítico. Ao longo desta fortificação foram construídos compartimentos de planta retangular, contíguos, com muros formados, na base, por blocos de calcarenito ligados por argila e, na parte superior, provavelmente por adobes ou taipa; a cobertura seria de natureza vegetal talvez associada a argila; os pisos, de argila batida, integravam lajes de calcarenito dispersas, e sobre eles foram instaladaslareiras de planta subcircular, cujo tipo mais comum era constituído por fragmentos de grandes recipientes cerâmicos, colocados horizontalmente, e cobertos por capas de argila (Tavares da Silva - Soares 1997).

Na cultura material móvel, representada sobretudo por artefactos cerâmicos, destaca-se a cerâmica cinzenta polida, cerâmica estampilhada (rara) e ânforas, em geral de produção local/regional.

A terceira fase de ocupação do Castro de Chibanes corresponde ao período romano-

republicano e foi datada a partir do estudo da cultura material (principalmente cerâmica de verniz negro itálico, ânforas e metais) do intervalo de tempo compreendido entre finais do século II e meados do século I a.C. São flagrantes as similitudes no que concerne à cultura material com o sítio próximo do Pedrão, na Serra de S. Luís (Soares - Tavares da Silva 1973, Tavares da Silva - Soares 1986).

Com base nas sequências estratigráficas identificadas e nas relações estabelecidas entre as estruturas arquitetónicas postas a descoberto, verificou-se que a Fase III é divisível nas Subfases IIIA e IIIB.

Durante a Subfase IIIA, a muralha sidérica que defendia a encosta norte, foi substituída por um simples muro, com cerca de 0,7 metros de largura, destinado a delimitar a área do povoado. No sector ocidental do castro, o mais intensamente escavado, foram adossados a esse muro (M.II) grandes compartimentos (Edifícios A, B e C), contíguos e independentes entre si, de planta retangular, não, ou pouco, segmentados; os muros, pisos, lareiras (uma ou várias por compartimento) e cobertura obedeciam à tipologia própria da ocupação da Idade do Ferro (Soares - Tavares da Silva 2014).

Adossada à extremidade poente do povoado, ou seja, à área abrangida pelos referidos edifícios, é construído, na mesma subfase, um recinto de planta trapezoidal, delimitado por muralhas retilíneas e guarnecido por duas torres retangulares que defendiam a entrada ocidental da fortificação, pela crista da Serra do Louro.

Na Subfase IIIB, regista-se uma segmentação do espaço edificado em compartimentos de menores dimensões; possuem uma ou mais lareiras que (tal como os novos muros, pisos e coberturas) são semelhantes às da primeira subfase.

De notar que os níveis de lixeira correspondentes aos compartimentos desta segunda subfase da ocupação romano-republicana são muito ricos em subprodutos de atividades domésticas; o estudo arqueofaunístico revelou, para a Subfase IIIB, maior estabilidade relativamente à subfase precedente, verificando-se maior incidência de gado bovino (Detry - Tavares da Silva - Soares 2017).

A cultura material da ocupação do período romano-republicano de Chibanes, além de integrar abundante cerâmica comum e ânforas de produção local/regional e, em boa parte, de tradição sidérica, comporta artefactos de importação, quer de proveniência itálica (paredes finas, cerâmica de verniz negro, ânforas Dressel 1) quer originários da

Ulterior meridional, designadamente da área da baía de Cádiz, principalmente ânforas Maña C2b (= T.-7.4.3.2/7.4.3.3., da classificação de Ramon, 1995) e do vale do Guadalquivir (ânforas ovóides da Forma 1); durante esse período, chegavam, pois, a Chibanes, produtos alimentares exógenos como vinho, azeite e preparados de peixe, além de louças de mesa.

3. A COLEÇÃO A. I. MARQUES DA COSTA

António Inácio Marques da Costa (1857-1933), militar de carreira, tendo chegado ao posto de tenente-coronel de infantaria, desenvolveu em inícios do século passado uma obra notável no campo da Arqueologia da península de Setúbal, abarcando diversas estações pré-históricas e romanas, das quais dá circunstanciada notícia nas páginas de *O Arqueólogo Português*.

“A qualidade das publicações que tais explorações deram origem evidencia o espírito rigoroso, analítico e bem informado – confirmado pela bibliografia citada – do seu autor, situando-o como um dos melhores arqueólogos da sua época [...]” (Cardoso 2014: 11).

A ampla coleção arqueológica por si reunida ao longo de muitos anos de trabalhos e explorações em diversos sítios foi doada ao Museu Nacional de Arqueologia, onde deu entrada em 1936, três anos depois do seu falecimento (Machado 1965: 68).

Importa reter esta informação, em trabalho de revisitação de escavações antigas. Considerando que as escavações em Chibanes de A. I. Marques da Costa decorreram entre 1905-1910 e o espólio permaneceu na sua posse por mais de vinte anos e só após a sua morte é que foi transportado para Belém, não nos podemos surpreender se algumas das peças ilustradas no artigo sobre “as Idades do bronze e do Ferro no castro de Chibanes” não tenham chegado até nós (Costa 1910).

Dos resultados das escavações, é sublinhado por A. I. Marques da Costa o aparecimento de uma estrutura defensiva: “descobri as ruínas da antiga muralha, que defendia o dito castro pelo lado setentrional e que estava completamente enterrada sob aquelle comoro” (Costa 1910: 55). Assim como é afirmada a ausência de estratigrafia: “[...] nestas excavações encontrei, sem disposição alguma estractigraphica ou ordem chronologica, grande numero de objectos [...]” (Costa 1910: 55).

3.1. ÂNFORAS

A. I. Marques da Costa publicou um significativo conjunto de ânforas romanas provenientes de Chibanes (Costa 1910). Contudo, os materiais aí publicados tiveram por base restauros pouco exatos ou mesmo forçados. Como acima se referiu, em 1978, Manuel Maia procedeu à revisão deste material anfórico.

Dos quatro exemplares da forma Mañá C2b, de perfil completo, publicados em 1910, M. Maia apenas localizou três, dos quais somente um conservava a totalidade do perfil. A esses três exemplares acrescenta cinco bicos fundeiros e cinco bocais, perfazendo um número mínimo de seis ânforas, por ele consideradas de fabrico cartaginês.

No que concerne às duas outras ânforas publicadas por A. I. Marques da Costa (1910), M. Maia considera uma delas como pertencente à forma Dressel 1 e a outra de tipologia pré-romana, que não foi objeto de observação direta, por motivo de desaparecimento. Trata-se de uma ânfora a que se atribui uma morfologia genérica ibero-púnica, visto possuímos apenas a fotografia publicada por Marques da Costa. Não deixa de ser pertinente reler o que Marques da Costa diz sobre esta ânfora: “Nos restos de um d’estes vasos (fig. 481^a) vê-se que depois de cozido sofreu uma cortadura muito regular no collo, para lhe separar o pavilhão. Julgo que esta cortadura se fez circularmente em volta do collo para obter uma nova boca [...]” (Costa 1910: 65-66). Tendo presente esta descrição, poderíamos ter não um modelo distinto de ânfora, mas sim mais um

exemplar de ânfora Mañá C2b a que foi subtraído o bocal para o recipiente ser reaproveitado com outra funcionalidade.

Mais recentemente, Dias Diogo e Laura Trindade revisitam o conjunto de ânforas, republicando uma das ânforas Mañá C2 já publicada por Manuel Maia, mas na qual identificam um grafito que interpretam como pré-romano (Trindade - Diogo 1998: 173, n.º 1), e apresentam um fragmento de parede da mesma forma com uma inscrição efetuada, segundo estes investigadores, antes da cozedura e em que na esteira de Marques da Costa tendem a ler caracteres gregos (Trindade - Diogo 1998: 173, n.º 2). Um dado novo neste trabalho é a apresentação de um conjunto de ânforas de produção lusitana de época Alto e Baixo Imperial, que poderia eventualmente atestar uma ocupação mais lata do sítio. Contudo, tendo presente a descontextualização destes materiais, a sua não representação em ilustrações contidas nos trabalhos de Marques da Costa, e a discordância com a informação até agora disponibilizada pelas escavações arqueológicas da responsabilidade de dois dos signatários (J. S. e C. T. S.) somos levados a excluí-los da análise do conjunto das ânforas de Chibanes.

Em 2004, Amílcar Guerra, no trabalho a que já nos referimos, analisa materiais depositados no MNA, e aí encontra um bocal de Dressel 1 itálica a que nenhum dos dois artigos já antes dedicados ao conjunto de ânforas se refere (Guerra 2004: 231, fig. 7, n.º 2).

Face a controversa informação, e tendo presente a pouco provável proveniência

Procedência	Tipo	Bordo	Asa	Colo	Fundo	Nº Frag.	NMI
Península Itálica	Dressel 1	1	-	1	-	2	1
	Total	1	-	1	-	1	1
Ulterior/Bética Costa Sudoeste	T-7.4.3.3.	6	6	4	7	23	7
	Pellicer B/C	1	-	-	-	1	1
	Total	7	6	4	7	24	8
Ulterior / Lusitânia	Tipologia Pré-romana	-	1	-	-	1	1
	Total	-	1	-	-	1	1
Total		8	7	5	7	26	10

Quadro 1 - Conjunto anfórico da colecção A. I. Marques da Costa, do Museu Nacional de Arqueologia.

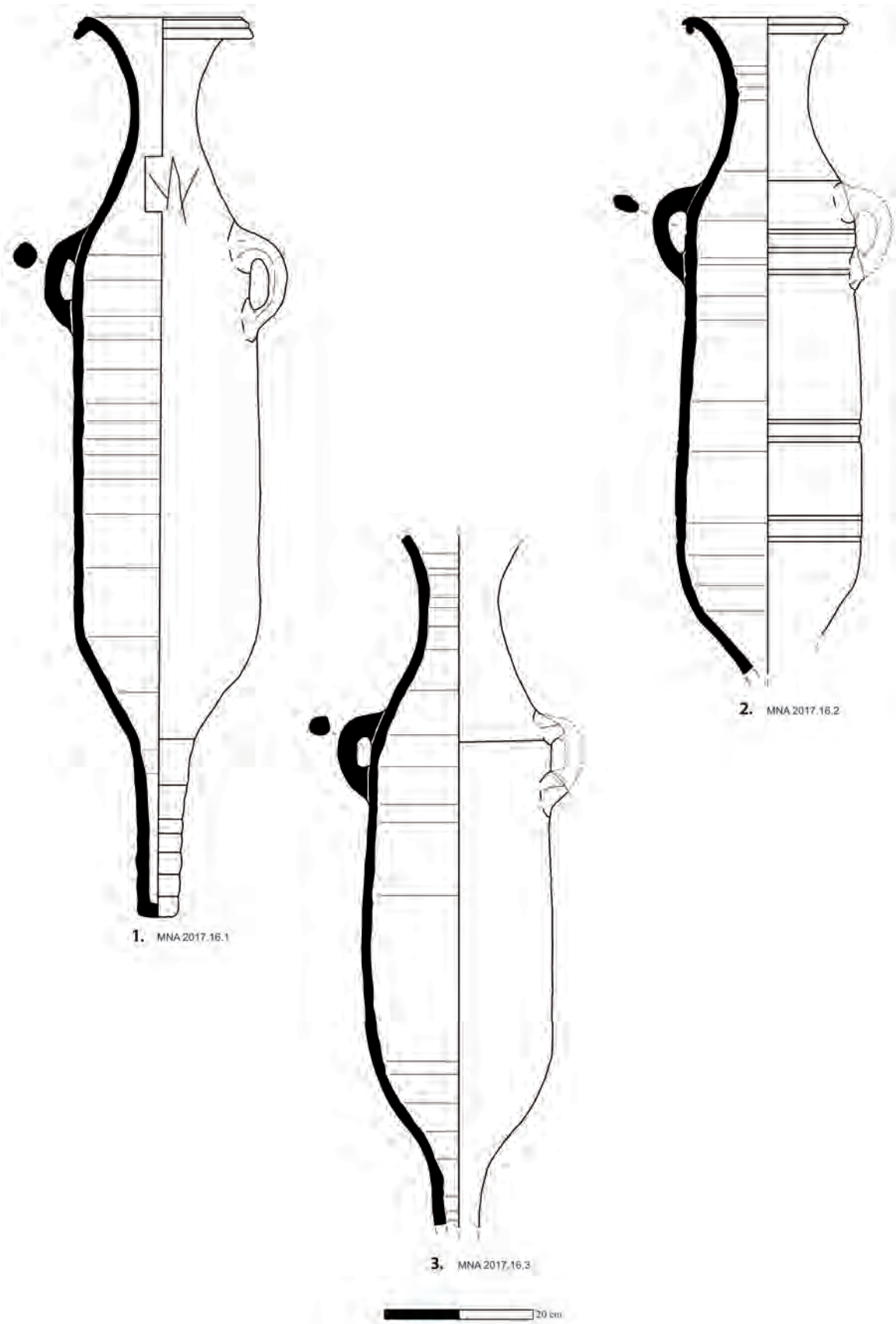


Fig. 2 - Ânforas de perfil completo do tipo Mañá C2b.

cartaginesa das ânforas Mañá C2 publicadas por Manuel Maia, achou-se pertinente, no âmbito do projeto de elaboração da monografia dedicada às recentes escavações em Chibanes, rever os materiais anfóricos depositados no MNA, associando-os a um novo registo gráfico e a uma análise e descrição macroscópicas das respetivas pastas.

Da revisão dos materiais depositados no Museu Nacional de Arqueologia (Quadro 1, figs. 2-5), foi possível analisar em conjunto as peças mais completas como os restantes elementos fragmentados, bocais, asas e fundos, e assim efetuar colagens de elementos que tinham vindo a ser publicados como partes distintas do mesmo conjunto. Um dos elementos mais relevantes foi a reconstituição do exemplar MNA 2017.16.1, que apresenta um grafito completo, inicialmente apresentado por Marques da Costa e posteriormente publicado apenas de forma parcial (Trindade - Diogo 1998: 173, n.º 2).

O conjunto mais numeroso corresponde ao modelo de ânfora do tipo Mañá C2b, que foi englobado nos Tipos T-7.4.3.2 e T-7.4.3.3 da tipologia de Ramon Torres (1995). Identificaram-se um exemplar completo, dois quase completos, quatro bocais, um colo com um grafito e quatro fundos, que após colagens exaustivas, permitiram determinar um número mínimo de sete indivíduos (figs. 2-4).

Estas ânforas caracterizam-se morfologicamente por possuir um bocal amplo e exvertido, com molduras mais ou menos complexas que adquirem inúmeras variantes. Esta singular morfologia é aliás pertinentemente descrita por Marques da Costa: “a boca e parte do colo em forma de pavilhão de corneta” (Costa 1910: 65). O corpo é cilíndrico, com um diâmetro máximo de cerca de 30 cm e altura, em média, de 95-110 cm. O colo é estreito e côncavo, abrindo-se na sua parte superior. As asas situam-se na transição do colo para o corpo e apresentam um perfil anelar e secção circular ou subcircular. Os fundos sãoocos, embora possam igualmente ser maciços, de perfil cilíndrico, e muito pronunciados (Sáez Romero 2008).

As ânforas T-7.4.3.2/7.4.3.3 (Ramon Torres 1995), durante muito tempo consideradas unicamente como produção africana “neo-púnica”, têm, no ocidente hispânico, concretamente na área da baía de Cádiz (Cádiz, Puerto Real, Puerto de Santa Maria e *Campiña*), um dos maiores focos produtores conhecidos, tal como nos tem vindo a demonstrar a investigação desenvolvida nas duas últimas décadas (Perdigones Moreno - Muñoz Vicente 1988, Lagóstena Barrios 1996a, 1996b, García Vargas 1998,

Montero Fernández *et al.* 2004: 418, 420-421, Bernal Casasola - Lagóstena Barrios 2004: 86-88, figs. 71-73, Sáez Romero *et al.* 2016).

A análise macroscópica das pastas dos referidos exemplares permitiu individualizar dois grupos de fabrico distintos:

Grupo 1 – Caracteriza-se por uma pasta compacta, arenosa e bem depurada. A cor é amarelo-rosado (Mun. 5YR 7/6). Os elementos não plásticos são pouco abundantes e bem distribuídos, constituídos essencialmente por pequenos grãos de calcite, pequenos quartzos dispersos, alguns dos quais rolados, grãos carbonatados, elementos de cerâmica cozida, bem calibrada, e vacúolos alongados. As superfícies apresentam-se alisadas, evidenciando uma tonalidade que varia entre o amarelado avermelhado (Mun. 10YR 8/3) e o amarelo-claro (Mun. 10YR 8/4).

Grupo 2 - Caracteriza-se por uma pasta arenosa dura e bem depurada. A cor varia entre o bege (Mun. 2,5YR 8/4), bege-rosado (Mun. 7,5YR 8/4) e o bege-esverdeado (Mun. 5Y 8/1). Os elementos não plásticos são pouco abundantes, de pequena e média dimensão, bem distribuídos, e constituídos essencialmente por quartzos rolados, grãos ferruginosos, elementos de argila cozida e grãos carbonatados dispersos. As superfícies apresentam a tonalidade da pasta, e foram alisadas.

Podemos identificar o nosso Grupo 1 com o Grupo UA 16 de Mateo Corredor e o nosso Grupo 2 com o UA 17 do mesmo investigador, ambos com proveniência da baía gaditana (Mateo Corredor 2014).

No que diz respeito à sua cronologia, esta é normalmente compreendida entre o último terço do século II a.C. e a mudança da Era (García Vargas 1998: 67-68, Arruda - Almeida 1998: 206, Montero Fernández *et al.* 2004: 418- 421, Sáez Romero *et al.* 2016). Contudo, recentes dados contextuais permitem supor o início da sua importação para o Ocidente ainda no terceiro quartel do século II a.C. (Pimenta 2005, 2007, Sáez Romero 2008).

A análise dos exemplares melhores preservados de Chibanes, nomeadamente as peças representadas na nossa figura 2, mas também os bocais desenhados na figura 3, permitem-nos classificá-los como do T-7.4.3.3. correspondendo assim ao modelo mais recente de produção gaditana com cronologia centrada entre 100/90 a.C. e 40/30 a.C. (Sáez Romero 2008: 567).

A associação de fragmentos de recipientes desta forma a fábricas de salga, em Kuass, no Cerro

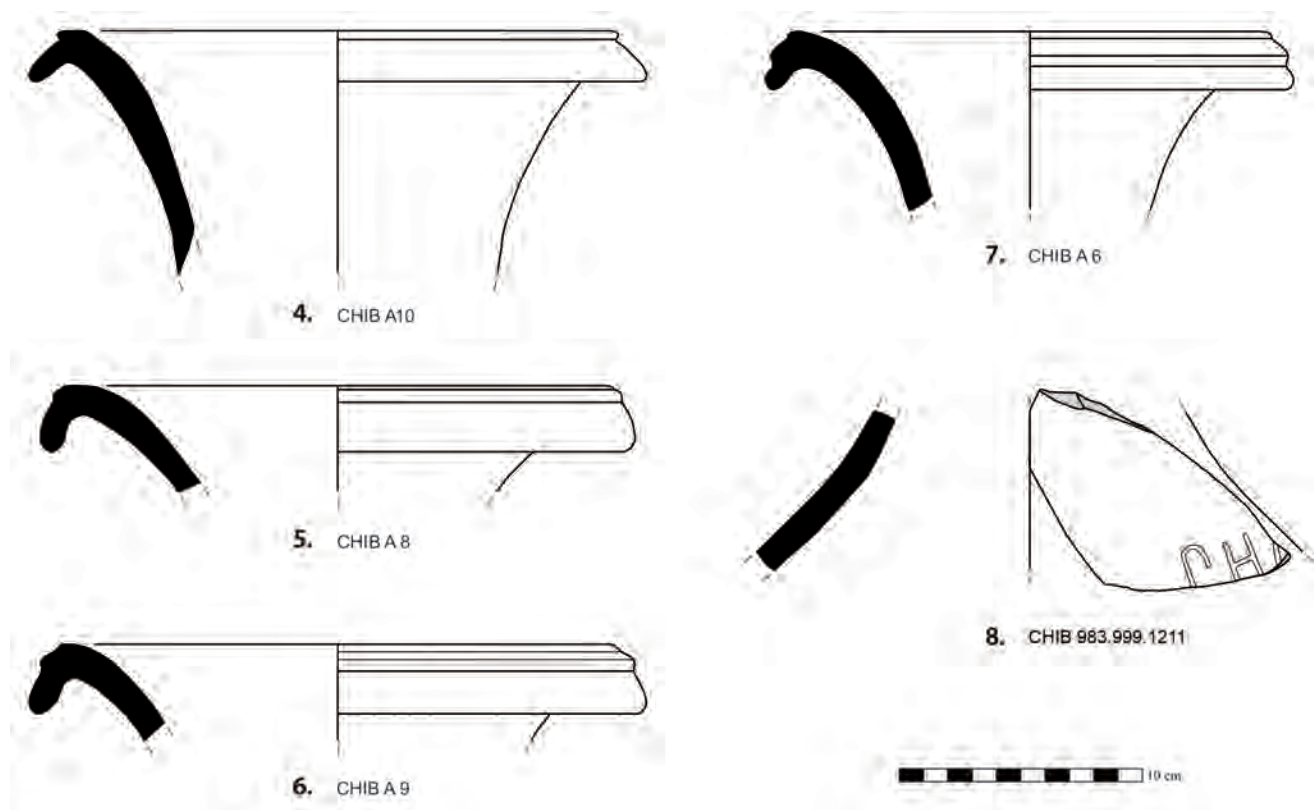


Fig. 3 - Fragmentos de ânforas do tipo Mañá C2b.

del Mar, na cidade de *Baelo Claudia*, e em diversas intervenções na cidade de Cádiz (Lagóstena Barrios 2001) parece consolidar a proposta de um conteúdo relacionado com o transporte de preparados de peixe, para as produções da área do estreito de Gibraltar. Conteúdo esse que seria, entre outros, o *halex*, atestado nos *tituli picti* dos exemplares da Fossa Aggeris e do Castro Pretório, em Roma (C.I.L. 4762 e C.I.L., XV, 4730). A recente escavação de um contexto bem datado de finais do século II a.C., na área fabril da cidade de *Baelo Claudia*, permitiu detetar restos dos seus conteúdos *in situ* (Bernal et al. 2007), atestando o transporte e comercialização de *salsamenta*, composta por troços de atum em salga.

No entanto, tendo em conta um exemplar encontrado intacto no naufrágio A de Dramont (Saint Raphael), contendo restos de azeitonas e um ramo de oliveira, e a recente publicação de um *titulus pictus* sobre uma ânfora deste tipo proveniente de Mesas de Asta (García Vargas 1998: 68, fig. 79 D) em que é mencionado um conteúdo vinícola, leva a que se questione a existência de um só conteúdo para estes contentores.

Entre os exemplares de ânfora do tipo T-7.4.3.3. das recolhas antigas em Chibanes, destaca-se a

presença de dois grafitos efetuados pós-cozedura no colo destes contentores. Poderemos estar em ambos os casos, eventualmente, perante marcas de propriedade? Não é de todo claro, nem o seu significado nem a sua leitura.

Na análise de ambas as peças tivemos a valiosa colaboração do Professor José Ángel Zamora López, a quem muito agradecemos. No caso do exemplar CHIB 2017.6.1 (fig. 3, n.º 8): “es claramente una inscripción. No creo que se trate de una inscripción paleohispánica, con esa cronología y en tal lugar. Podría en efecto, como dijo su excavador, tratarse de un grafito griego, pero considerando los grafemas legibles (compatibles con algunas letras del alfabeto latino cursivo de entorno al cambio de era) y el lugar de origen (la Cádiz ya romana) me inclinaría más bien por una lectura en tal alfabeto latino (quizá un nombre de persona de origen griego, típico de libertos o de artesanos: quizá pueda leerse PHI[LIPPUS?]). Si la cronología fuera del s. I a. C. yo creo que sería la explicación más probable.”

No caso do exemplar CHIB 2017.16.1 (fig. 2, n.º 1): “el signo mayor (el grafito algo similar a una gran W) podría no ser una letra, sino una marca no grafemática, un signo sin valor escritural. Podría en

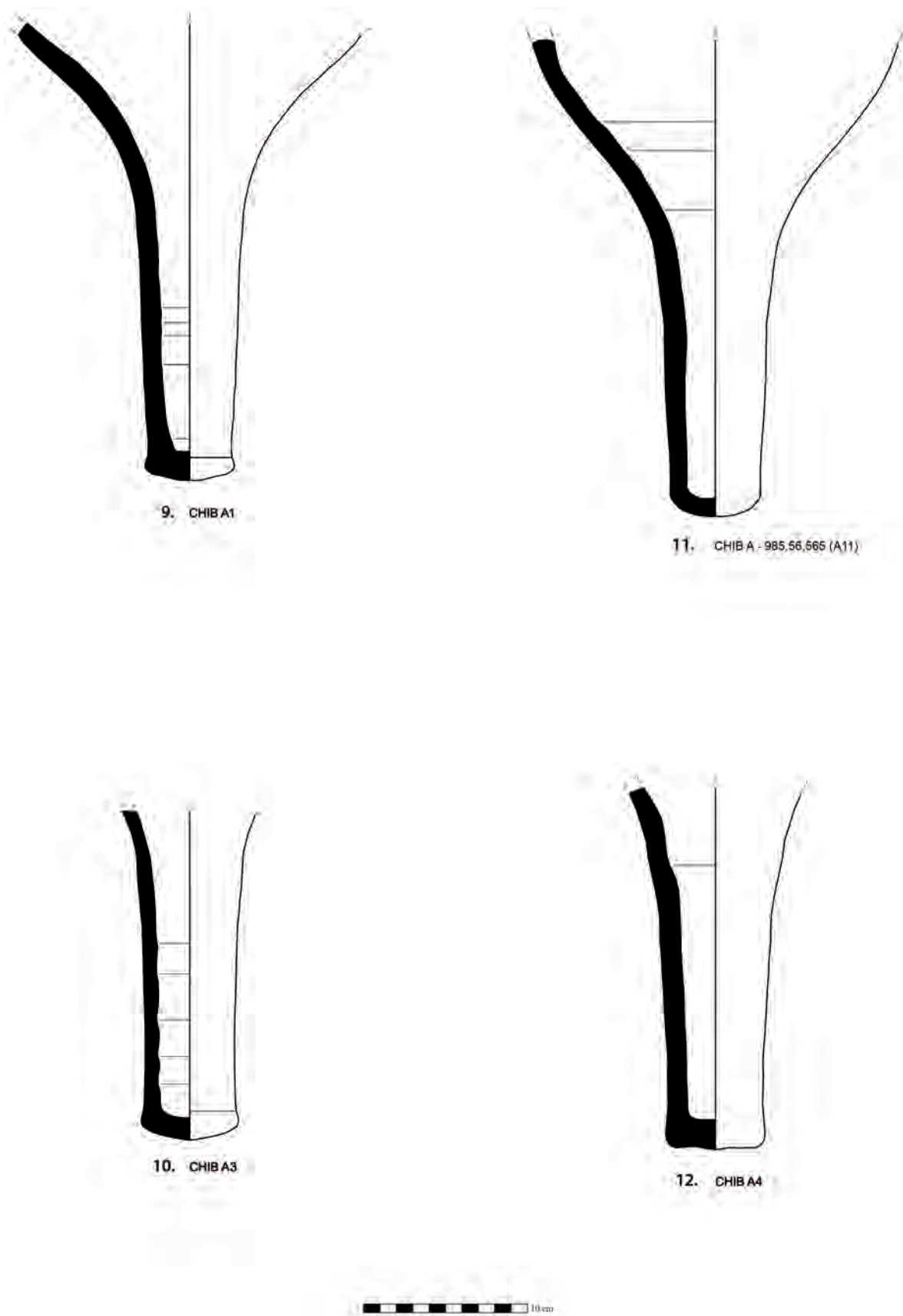


Fig. 4 - Fragmentos de fundos de ânforas do tipo Mañá C2b.

efecto ser una marca de propiedad, pero tratándose de una marca simple es poco probable. Podría también ser (creo que más probablemente) un marcado comercial, esto es, hecho para distinguir el ánfora durante su transporte y comercio. Podría incluso tratarse de un marcado productivo, realizado inmediatamente después de la fabricación del recipiente, aunque, por el tipo de incisión (en seco, profunda y no especialmente cuidada) parece más bien haber sido realizada durante el uso del contenedor.”

As ânforas vinárias produzidas em larga escala na Península Itálica, conotadas com os primeiros momentos do contacto com o mundo romano, e no caso do ocidente peninsular, frequente e diretamente relacionadas com o processo de implantação romana no território peninsular e com circuitos de abastecimento aos exércitos, enquadraram-se numa etapa terminal da República (Fabião 1998a: 175-176, Arruda - Almeida 1999, Pimenta 2005, Bargão 2006).

No trabalho de A. I. Marques da Costa, é apresentado na estampa V, fig. 482.^a, um contentor que podemos classificar como uma ânfora vinária itálica do tipo Dressel 1. Contudo, como já foi observado por Manuel Maia (1977), este exemplar não se encontra entre os materiais depositados no MNA. Na reanálise da coleção de Chibanes depositada no MNA, tentou-se indagar por este espécimen, mas sem sucesso. Apenas conseguimos estudar o bocal de Dressel 1 anteriormente publicado por Amílcar Guerra (Guerra 2004: 231, fig. 7, n.º 2), e identificar um exemplar de colo completo da mesma morfologia (fig. 5, n.ºs 13 e 14).

Não deixa de ser interessante sublinhar este aparente desequilíbrio entre a presença de ânforas do sul peninsular e as ânforas vinárias itálicas. Desequilíbrio esse que pode ser apenas aparente, visto nos recentes trabalhos de escavação realizados em Chibanes, as ânforas vinárias itálicas se encontrarem presentes (Tavares da Silva - Soares 1997: fig. 14, n.º 9, fig. 16, n.º 4, Tavares da Silva - Soares 2014: fig. 20, n.º 1).

Entre as ânforas vinárias itálicas, o tipo representado é o da ânfora Dressel 1, o contentor por excelência da exportação do vinho produzido nas grandes *villae* republicanas da zona da Etrúria, Campânia e Lácio (Tchernia 1986), cuja produção parece ter começado em inícios da segunda metade do século II a.C., prolongando-se seguramente até à segunda metade do século I a.C. De acordo com a observação macroscópica dos exemplares atribuíveis aos tipos itálicos registámos a presença de fabricos da

área campana (de pastas acastanhadas escuras, com abundantes elementos minerais negros vulcânicos), o principal foco exportador destes contentores (veja-se Pimenta 2005). Estamos, pois, em presença de uma proveniência da costa tirrénica da Península Itálica.

Identificaram-se ainda dois fragmentos de ânfora que remetem para produções pré-romanas: um bocal de ânfora de difícil classificação mas que podemos englobar no tipo Pellicer B/C de produção meridional da área turdetana (fig. 5, n.º 15) e um fragmento de asa de ânfora de produção regional da área do vale do Tejo ou do Sado (fig. 5, n.º 16).

As ânforas Pellicer B/C foram definidas a partir dos achados das escavações estratigráficas no Cerro Macareno (Pellicer Catalán 1978). O Professor da Universidade de Sevilha definiu as ânforas do seu Tipo B, como vindo na sequência dos modelos fenícios R1 do mundo fenício-púnico, possuindo bordos engrossados no exterior, de tendência semi-circular ou circular e reentrantes, tendo esta forma um corpo troncocónico. O Tipo C foi definido por Pellicer Catalán, como sendo uma ânfora de características iguais à anterior no que à definição dos bordos diz respeito, sendo que, a diferença entre um tipo anfórico e outro reside no corpo da ânfora, dado que a de Tipo B apresenta um corpo em forma troncocónica e as de Tipo C em forma fusiforme. Contudo, a fragmentação dos materiais impede, na maioria dos casos, uma maior definição tipológica; esta situação a par da dificuldade de associar determinados tipos de bocal a um tipo concreto leva a que os grupos B e C, na prática, tenham vindo a funcionar como um só (Bélen 2006: 219).

Corresponde a um característico modelo de ânfora de morfologia cilíndrica, alcançando o seu diâmetro máximo na parte imediatamente superior às asas, terminando num fundo apontado de tendência ogival. Os bocais evidenciam uma ampla variabilidade morfológica, estando, em geral, na continuação do corpo e possuindo um ligeiro engrossamento externo nos exemplares mais recentes como é o caso do exemplar de Chibanes. A sua produção encontra-se atestada no baixo vale do Guadalquivir e na área do estreito de Gibraltar (Bélen 2006). O exemplar CHIB 985.56.576 corresponde a um bocal bem preservado, com o lábio bem saliente e demarcado, de secção carenada, que se pode incluir no tipo 1 destas ânforas, definido a partir do estudo deste tipo de ânforas na estratigrafia do Castelo de Castro Marim (Fernandes 2009). Não existe uma evolução linear entre as diversas variantes estabelecidas por este investigador; considera-se o

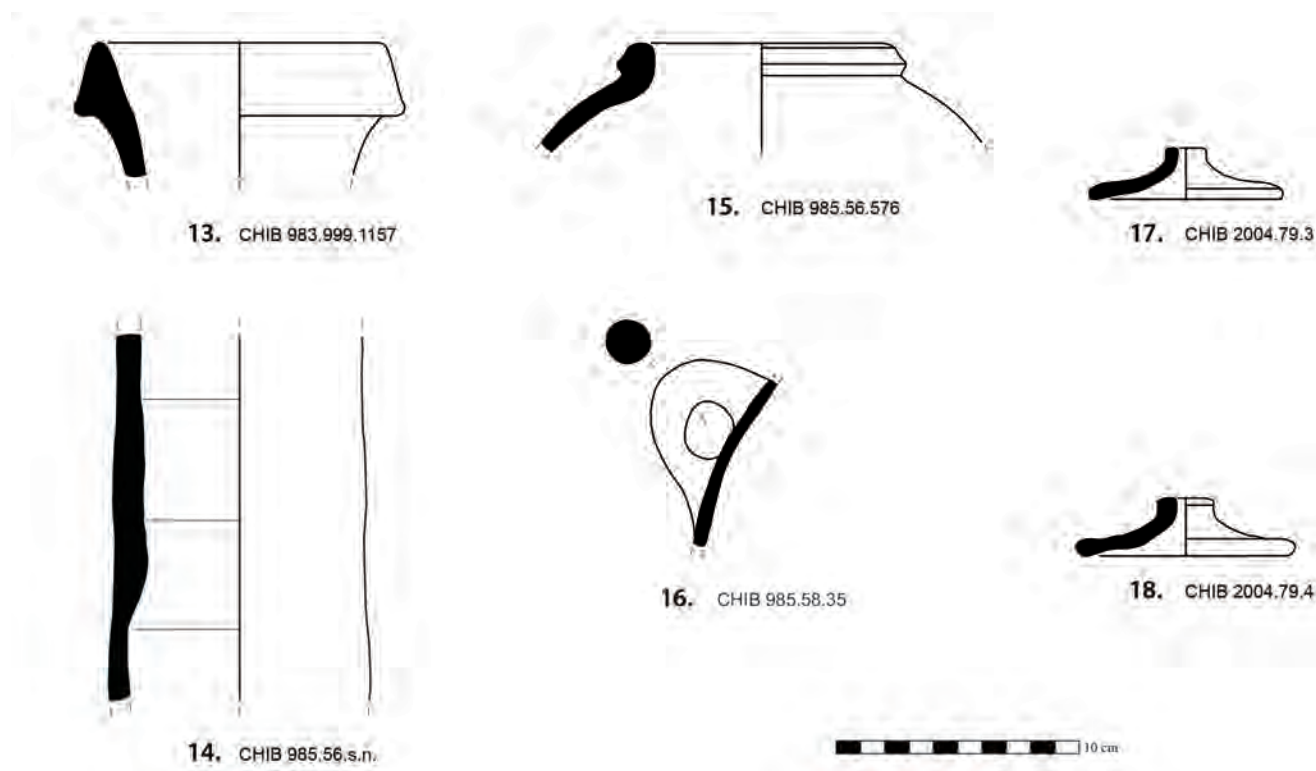


Fig. 5 - Ânforas do tipo Dressel 1 (n.ºs 13 e 14); tipo D de Pellicer (n.º 15); asa de ânfora de morfologia pré-romana de produção local/regional (n.º 16); dois opérculos (n.ºs 17 e 18).

tipo 1 como sendo frequente desde finais do século VI a.C. ao III a.C., ainda que a morfologia do fragmento que apresentamos na nossa figura 5, n.º 15 sugira uma morfologia centrada no século IV, o que remete para a fase pré-romana da ocupação de Chibanes (Fernandes 2009: 19-20).

Paralelamente às importações da costa sudoeste da Ulterior, nomeadamente da baía gaditana, encontra-se igualmente atestada a presença de um fragmento de asa, CHIB 985.58.35, integrável em modelos anfóricos de produção regional, possivelmente do vale do Tejo ou do vale do Sado. Apesar de apenas se encontrar um exemplar documentado na coleção do MNA, na publicação de Marques da Costa reconhecem-se, nas figuras, diversas asas que não chegaram até nós e que poderiam inserir-se nestes modelos (Costa 1910: Est. IV, fig. 483.^a).

A existência de uma produção de ânforas de tipologia pré-romana nos vales do Tejo/Sado foi inicialmente proposta por Ana Arruda (2002) para algumas ânforas recolhidas na Alcáçova de Santarém, sendo esta tese reforçada com os dados do estudo do conjunto anfórico republicano do Castelo de São Jorge, em Lisboa (Pimenta 2005) e consolidada para a Idade do Ferro com o estudo monográfico

das escavações arqueológicas realizadas na Rua dos Correeiros, em Lisboa (Sousa 2014). Considerando o aumento significativo da informação disponível, foi desenvolvida recentemente uma proposta tipológica para as produções regionais de ânforas pré-romanas do estuário do Tejo (Sousa - Pimenta 2014).

Por último, identificaram-se dois opérculos completos. Um de proveniência itálica, CHIB 2004.79.4 (fig. 5, n.º 18), e outro da área do sul peninsular, possivelmente da baía gaditana, CHIB 2004.79.3 (fig. 5, n.º 17). Nos últimos anos, a sistematização da tipologia do sistema de selagem das ânforas permite alguma informação de índole cronológica, bem como de proveniência (Bernal Casasola - Sáez Romero 2008). Não sendo demais reforçar a importância do estudo destas peças em associação com os contentores aos quais estavam ligados, visto que ambos formam um conjunto indissociável (Bernal Casasola - Sáez Romero 2008). De um ponto de vista tipológico, estes opérculos inserem-se no tipo 4 definido por Bernal Casasola e Sáez Romero (2008), no seu estudo sobre os opérculos do Círculo do Estreito de Gibraltar. Para este tipo, propõe-se uma cronologia entre inícios do século I a.C. e momentos já avançados do século I d.C.

O conjunto de ânforas merece-nos ainda um breve comentário. Sublinha-se, como acima

referimos, que apenas se estudaram os materiais de cronologia pré-romana e romana-republicana, excluindo-se de forma consciente os de cronologia romana mais tardia (Trindade - Diogo 1998) por estes não integrarem o artigo de Marques da Costa e por não existirem em Chibanes evidências de uma ocupação romana imperial estável. As ânforas que chegaram até nós, apesar de se tratar de amostra pouco numerosa, 10 NMI, permitem vislumbrar uma ocupação coincidente com o perfil cronológico que tem vindo a ser traçado para o sítio com as recentes escavações, os séculos III-I a.C.

Catálogo

1 - MNA 2017.16.1 – Diversos fragmentos, com colagem entre si, de ânfora completa do tipo T-7.4.3.3. Colam com este exemplar os fragmentos anteriormente publicados por Manuel Maia com os números CH-A - 7 (983.999.1164) e CH-A – 2. O lábio é exvertido, pendente com a extremidade arredondada, e com um pequeno ressalto junto ao lábio; diâmetro externo 24 cm. O corpo é cilíndrico, com diâmetro máximo de cerca de 25 cm e altura de 121 cm, o que faz deste exemplar um dos mais altos que se conhecem deste modelo de ânfora. O colo é estreito e côncavo, abrindo-se na sua parte superior. As asas situam-se na transição do colo para o corpo e apresentam um perfil anelar e secção circular. O fundo é oco e muito pronunciado, encontrando-se marcado por finas caneluras que o tornam muito característico. Pasta do grupo 1, amarelo-avermelhada (Muns. 5YR 6/6). Superfície alisada e da cor da pasta. Na área do colo, preserva um grafito de difícil interpretação gravado em fase de pós-cozedura.

2 - MNA 2017.16.2 – Diversos fragmentos, com colagem entre si, de ânfora do tipo T-7.4.3.3. O lábio é exvertido, pendente com a extremidade ovalada, e pequeno ressalto junto ao lábio; diâmetro externo 22,3 cm. O corpo é cilíndrico (diâmetro máximo cerca de 24,5 cm e altura máxima preservada 88,4 cm), encontrando-se marcado por finas, mas bem evidenciadas caneluras. O colo é estreito e côncavo, abrindo-se na sua parte superior. As asas situam-se na transição do colo para o corpo e apresentam perfil anelar e secção circular, sendo que apenas uma se preserva na totalidade. Na parte terminal, possui vestígios de restauro antigo. Contudo, o fundo está incompleto; na colecção do MNA não foram encontrados fragmentos que possam ligar com o nosso exemplar. Pasta do grupo 1, de cor amarelo-avermelhada (Muns. 5YR 6/6). Superfície alisada e da cor da pasta.

3 - MNA 2017.16.3 – Diversos fragmentos, com colagem entre si, de ânfora do tipo T-7.4.3.3., faltando o bocal, uma das asas, e a parte terminal do fundo. O corpo é cilíndrico (diâmetro máximo cerca de 25,8 cm e altura máxima preservada de 93 cm). O colo é estreito e côncavo, abrindo-se na sua parte superior. As asas situam-se na

transição do colo para o corpo e apresentam perfil anelar e secção circular, sendo que apenas uma se preserva na totalidade. O fundo é oco e muito pronunciado, encontrando-se fragmentado. Pasta do grupo 1, de cor amarelo-avermelhada (Muns. 5YR 7/6). Superfície alisada e da cor da pasta.

4 - CHIB A10 – Fragmento de bordo e colo troncocónico de ânfora do tipo T-7.4.3.3. O lábio é exvertido, pendente com a extremidade arredondada, e pequeno ressalto junto ao lábio (diâmetro externo 28 cm). Pasta do grupo 2, de cor bege (Muns. 2.5Y 8/3). Superfície alisada e da cor da pasta.

5 - CHIB A8 – Fragmento de bordo e arranque de colo de ânfora do tipo T-7.4.3.3. O lábio é exvertido, pendente com a extremidade arredondada, e pequeno ressalto junto ao bordo (diâmetro externo 27 cm). Pasta do grupo 1, de cor amarelo-avermelhada (Mun. 2.5YR 5/6). Superfície de cor amarelada (Mun. 7.5Y 7/6).

6 - CHIB A9 – Fragmento de bordo e arranque de colo de ânfora do tipo T-7.4.3.3. O lábio é exvertido, pendente com a extremidade arredondada, e pequeno ressalto junto ao bordo (diâmetro externo 28 cm). Pasta do grupo 1, de cor amarelo-avermelhada (Mun. 2.5YR 5/8). Superfície de cor amarelada (Mun. 7.5Y 7/6).

7 - CHIB A6 – Fragmento de bordo e arranque de colo troncocónico de ânfora do tipo T-7.4.3.3. O lábio é exvertido, pendente com a extremidade bilobada e diâmetro externo de 24 cm. Pasta do grupo 1, de cor amarelo-avermelhada (Mun. 2.5YR 5/8). Superfície de cor amarelada (Mun. 7.5Y 7/6).

8 - CHIB 983.999.1211 - Fragmento de colo troncocónico de ânfora do tipo T-7.4.3.0., com inscrição incompleta: três letras gravadas em fase de pós-cozedura - **PHI**[...]. Pasta do grupo 1, de cor amarelo-avermelhada (Mun. 5YR 7/6). Superfície alisada e da cor da pasta.

9 - CHIB A1 – Fragmento de fundo e arranque de bojo de ânfora do tipo T-7.4.3.0. Fundo cilíndrico oco, terminando em base ligeiramente convexa. Pasta do grupo 1, de cor amarelo-avermelhada (Mun. 5YR 7/6). Superfície externa alisada e da cor da pasta.

10 - CHIB A3 – Fragmento de fundo e arranque de bojo de ânfora do tipo T-7.4.3.0. Fundo cilíndrico oco, terminando em base ligeiramente convexa. Pasta do grupo 1, de cor amarelo-avermelhada (Mun. 2.5YR 6/6). Superfície externa alisada e da cor da pasta.

11 - CHIB A - 985.56.565 (A11) - Fragmento de fundo e arranque de bojo globular de ânfora do tipo T-7.4.3.0. Fundo cilíndrico oco, terminando numa base ligeiramente convexa. Pasta do grupo 2, de cor bege (Mun. 2.5Y 8/3). Superfície externa alisada e da cor da pasta.

12 - CHIB A4 – Fragmento de fundo e arranque de bojo de ânfora do tipo T-7.4.3.0. Fundo cilíndrico oco, terminando numa base plana. Pasta do grupo 1, de cor amarelo-avermelhada (Mun. 5YR 6/6). Superfície externa alisada e da cor da pasta.

13 - CHIB 983.999.1157 - Fragmento de bordo de ânfora do tipo Dressel 1. O lábio, oblíquo, de secção

triangular e de base côncava; diâmetro externo 13,2 cm.; índice altura do bordo/espessura máxima, 1,5. Pasta compacta e pouco depurada. Os elementos não plásticos são abundantes e constituídos por quartzos e quartzitos de pequenas dimensões, numerosas partículas negras de origem vulcânica e elementos carbonatados. As percentagens de elementos não plásticos e de argilosos são muito semelhantes, o que dá um aspeto muito característico a esta pasta. Cor amarelo-avermelhada (Mun. 5YR 7/6). A superfície externa apresenta uma espécie de aguada de cor branca ou bege-amarelada (Mun. 7,5YR 7/4).

14 - CHIB 985.56.s.n. – Fragmento de colo de ânfora do tipo Dressel 1. Colo cilíndrico completo. Pasta e superfície similar ao exemplar MNA 983.999.1157.

15 - CHIB 985.56.576 – Fragmento de bordo de ânfora do tipo B/C de Pellicer, produção do Sul peninsular (mundo turdetano?). Pasta dura e compacta de fratura irregular, com abundantes elementos não plásticos de pequena dimensão (quartzos, micas, elementos ferruginosos e de cerâmica moída). Cor avermelhada (Muns. 2.5YR 4/6).

16 - CHIB 985.58.35 – Fragmento de asa de ânfora de morfologia pré-romana. Bojo globular do qual arranca asa anelar de secção circular. Pasta compacta, bem depurada, de fratura regular, cor castanho-avermelhada (Mun. 10YR 7/4). Os elementos não plásticos são pouco abundantes e bem distribuídos, constituídos essencialmente por moscovite de pequena dimensão, raros elementos de biotites, abundante calcite, quartzo rolado, elementos de cerâmica cozida e vacúolos alongados. Superfícies alisadas e da cor da pasta.

17 - CHIB 2004.79.3 – Opérculo de ânfora do Sul peninsular (Baía Gaditana?). Encontra-se completo. Pasta de matriz arenosa e pulverulenta, bem depurada com escassos elementos não plásticos, de pequena dimensão, identificando-se quartzo rolado, mica e cerâmica moída. Cor castanho-avermelhada (Muns. 2.5YR 6/6). Superfície externa alisada e da cor da pasta.

18 - CHIB 2004.79.4 – Opérculo, de ânfora itálico, completo. Pasta compacta, bem depurada com escassos elementos não plásticos. Não foi possível determinar a cor da pasta por este exemplar se encontrar completo. Superfície externa de cor castanho-pálida (Muns. 10YR 7/3).

3.2. CERÂMICAS DE VERNIZ NEGRO ITÁLICO

Manuela Delgado, no seu artigo de 1971 sobre a cerâmica campaniense em Portugal regista a existência de uma taça ática de verniz negro, da forma 21 ou 22 de Lamboglia inventariada como sendo de Setúbal no acervo do Museu Nacional de Arqueologia (Delgado 1971: 422). Contudo, Ana Margarida Arruda refuta esta atribuição, considerando um erro de inventário, e, a nosso ver,

identifica, de forma pertinente, a sua proveniência com as escavações de A. I. Marques da Costa em Chibanes. Essa atribuição baseia-se na referência, em dois distintos textos de Leite de Vasconcellos, a “[...] um pedacito de vaso grego” proveniente de Chibanes nas colecção do MNA (*apud in* Arruda 1997: 87-88). A questão da presumível existência de cerâmica grega em Chibanes é assaz relevante pois a sua real comprovação poderia atestar um elemento significativo sobre a ocupação mais remota do sítio durante a Proto-história. Infortunadamente, no âmbito deste trabalho, não se localizou nenhuma peça que se classifique como cerâmica grega, ainda que, como referimos mais à frente, as imitações destas formas se encontrem presentes em cerâmica cinzenta.

O conjunto de verniz negro recolhido por A. I. Marques da Costa e que se encontra depositado no Museu Nacional de Arqueologia foi recentemente revisto (Soria 2018). Este conjunto é significativo, sendo constituído por 40 fragmentos: 28 de produção calena das formas Lamb. 1, Lamb. 2, Lamb. 3; Lamb. 5/7 e Lamb. 12, de campaniense A das formas Lamb. 5/7; Lamb. 27ab e Lamb. 36 (Soria 2018: 157). Não nos estenderemos em considerações sobre este conjunto, visto ele constar da recente síntese elaborada pelo nosso colega Vincenzo Soria. Importa, porém, reter que estamos perante um conjunto coerente situado cronologicamente entre a última década do século II a.C. e a primeira metade do século I a.C. (Soria 2018).

3.3. CERÂMICAS DE TIPO KUASS

A presença de cerâmica de tipo Kuass entre os materiais recolhidos por A. I. Marques da Costa encontra-se documentada na publicação de 1910 e consta de diversas fotografias de taças completas (Costa 1910: fig. 446^a, fig. 447^a, fig. 463^a, fig. 464^a), que poderiam pertencer à forma IX-A de Niveau de Villedary y Mariñas (2003, Sousa 2009: 102). Porém, estes materiais não chegaram a dar entrada no MNA, tendo-se aparentemente extraviado. Do inventário que analisámos detectaram-se duas peças que podemos classificar como de tipo Kuass (fig. 6, n.º 19 e 20): uma taça completa da forma IX-A de Niveau de Villedary y Mariñas (CHIB 983.999.1100 – n.º 19) e um pequeno fragmento de fundo (CHIB 983.999.1212 – n.º 20) de mais difícil classificação, mas que podemos identificar com o do tipo 2-c (Niveau de Villedary y Mariñas 2003).

Apesar de a individualização desta categoria cerâmica ser relativamente recente, as produções

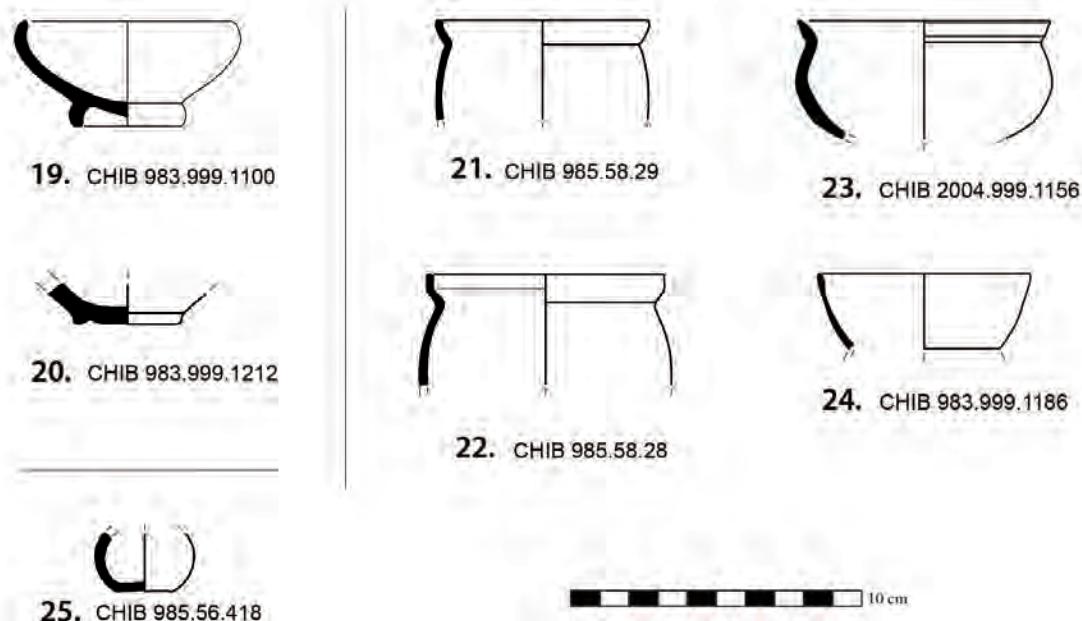


Fig. 6 - Cerâmica de paredes finas itálica (n.ºs 21 a 24); Cerâmicas de tipo Kuass (n.ºs 19 e 20); Fundo de unguentário (n.º 25).

designadas como de tipo Kuass comportam-se como um bom indicador da fase mais tardia da Idade do Ferro (Sousa - Arruda 2013). A cronologia da sua produção abrange o último quartel do séc. IV a.C. até ao período romano-republicano, passando por diferentes fases de evolução morfológica, o que permite estabelecer cronologias mais finas.

Nos primeiros momentos produtivos, a cerâmica de tipo Kuass caracteriza-se pela reprodução de formas do repertório da cerâmica grega de verniz negro, convertendo-se, durante o século III a.C., na cerâmica de mesa dominante da área do Estreito de Gibraltar (Niveau de Villedary y Mariñas 2003). Com a integração de Cádiz na esfera de Roma, estas produções são progressivamente substituídas pelas importações de verniz negro itálico; contudo, está bem documentada uma coexistência de ambos os repertórios e de uma adaptação das produções de Kuass aos novos serviços, mantendo-se aquelas nos inventários até meados do século I a.C., ainda que de modo minoritário (Sousa 2010, Sousa - Arruda 2013).

As formas de cerâmica de Kuass representadas em Chibanes, carecendo de contexto estratigráfico, não permitem determinar se pertencem à fase pré-romana ou à romano-republicana do sítio. De facto, a cronologia da forma IX-A, que integra taças globulares, remonta ao século IV a.C. e encontra-se bem documentada em contextos cronologicamente compreendidos entre essa fase e meados do

século I a.C. (Sousa 2009, 2010).

Catálogo

19 - CHIB 983.999.1100 – Quatro fragmentos com colagem entre si de taça de tipo Kuass. Pasta compacta e bem depurada. Com escassos elementos não plásticos de pequena dimensão e bem distribuídos. Identifica-se quartzo e mica. Cor castanho-amarelada (Muns. 5YR 6/8). As superfícies evidenciam engobe vermelho em mau estado, espesso e pouco aderente (Muns. 7.5R 5/8).

20 - CHIB 983.999.1212 – Fragmento de fundo de cerâmica de tipo Kuass. Possui engobe negro espesso e bem aderente (Muns. 7.5YR 2.5/1). Pasta homogénea e bem depurada castanho-clara (Muns. 7.5YR 6/6).

3.4. CERÂMICAS DE PAREDES FINAS

Acompanhando a exportação dos vinhos itálicos e dos serviços de mesa em verniz negro, inicia-se a partir do primeiro quartel do século II a.C. a difusão das designadas cerâmicas de paredes finas de produção tirrénica. Estes delicados recipientes, que correspondem, essencialmente, a vasos de consumo de líquidos, tiveram boa aceitação no Ocidente da Península Ibérica (López Mullor 2013).

A presença de cerâmica de paredes finas em Chibanes (fig. 6, n.os 21 a 24) parece, de acordo com o artigo de A. I. Marques da Costa, encontrar-se bem documentada (Costa 1910: fig. 452^a, fig. 456^a, fig.

485^a, fig. 464^a), com peças de perfil completo que, de acordo com a fotografia publicada, poderíamos atribuir às formas II e III de Mayet (1975). Mais uma vez, estas peças não chegaram até nós. Da análise do conjunto conservado no MNA, identificam-se quatro fragmentos de bordo; um deles foi já objeto de publicação (Guerra 2004: 231, fig. 7, n.º 1).

Os bordos CHIB 985.58.29 (fig. 6, n.º 21) e CHIB 985.58.28 (fig. 6, n.º 22) correspondem a produções itálicas da forma II de Mayet (1975: 27); forma 1/12 de Ricci (1985: 246). Este tipo engloba copos de tendência ovóide, com um bordo pronunciado, voltado para o exterior e reto, podendo o lábio ser espessado, com o formato tendencialmente triangular. O seu fabrico foi associado por Ricci aos centros de produção situados na Etrúria (Ricci 1985: 245-246), o que se coaduna com a nossa observação macroscópica das pastas dos exemplares em apreço. A nível de cronologia, esta forma encontra-se datada entre os finais do século II a.C. e o principado de Augusto (López Mullor 2013); no território português, encontra-se presente em Santarém (Arruda – Sousa 2003: 243-244), Castelo da Lousa (Morais 2010: 156), Castro Marim (Abade 2018: 52-53) e Monte Molião (Sousa - Arruda 2018a: 207).

O bordo CHIB 2004.999.1156 (Fig. 6, n.º 23) apresenta-se de difícil enquadramento morfotipológico. O lábio, de perfil triangular, destacado e separado do bojo por uma fina canelura, sugere-nos, por um lado, a forma IIA de Mayet (1975), mas o seu perfil globular pode remeter para a forma IIIB, ou mesmo para a forma X (Mayet 1975, Pl. XVI, n.º 129).

Por último, o fragmento CHIB 983.999.1186 (fig. 6, n.º 24) corresponde a uma produção itálica da Forma III de Mayet (1975: 27); Forma 1/16 de Ricci (1985: 247). Trata-se de um copo de corpo globular, por vezes, com tendência ovóide. O bordo é alto e encurvado para o interior, formando uma garganta interna, com o lábio ligeiramente voltado para o exterior. A cronologia desta forma enquadra-se entre os finais do século II a.C. e o período de Augusto (López Mullor 2013). Esta forma está presente, no atual território português, na Alcáçova de Santarém (Arruda - Sousa 2003: 252), no Alto dos Cacos, Almeirim (Pimenta - Henriques - Mendes 2012: 48, fig. 49), no Castelo da Lousa (Morais 2010: 155-156), em Castro Marim (Abade 2018: 52 e 53) e em Monte Molião (Sousa - Arruda 2018a: 207).

Catálogo

21 - CHIB 985.58.29 – Fragmento de bordo e bojo de copo de paredes finas da forma Mayet IIA. Pasta arenosa

e bem depurada. Com escassos elementos não plásticos de pequena dimensão e bem distribuídos. Identificam-se micas e vacúolos. Cor castanho-amarelada (Muns. 5YR 7/8). Superfície alisada e da cor da pasta.

22 - CHIB 985.58.28 – Fragmento de bordo e bojo de copo de paredes finas da forma Mayet IIA. Pasta compacta e bem depurada. Com escassos elementos não plásticos de pequena dimensão e bem distribuídos. Identificam-se quartzo e mica. Cor castanho-amarelada (Muns. 2.5YR 6/6). Superfície alisada e da cor da pasta.

23 - CHIB 2004.999.1156 – Fragmento de bordo e bojo de paredes finas. Pasta compacta e homogénea, bem depurada com escassos elementos não plásticos. Cor castanho-avermelhada (Muns. 10R 4/6). Superfície externa com acabamento cuidado, e engobe acetinado, polido e de cor castanho-acinzentada (Muns. 10R 3/1).

24 - CHIB 983.999.1186 – Fragmento de bordo de paredes finas da forma Mayet III. Pasta pulverulenta e homogénea, bem depurada com escassos elementos não plásticos. Cor castanho-avermelhada (Muns. 10R 4/6). Superfície externa com acabamento cuidado, engobe acetinado e polido, de cor castanho-acinzentada (Muns. 10R 3/1).

3.5. UNGUENTÁRIO

Preserva-se, na coleção Marques da Costa, um pequeno fragmento de fundo e bojo de unguentário (fig. 6, n.º 25). O nível de fragmentação da peça em questão impossibilita classificação tipológica precisa, embora a análise do fundo permita atribuí-la genericamente ao tipo D de Lattara, cuja cronologia se situa entre finais do século I a.C. e a primeira metade do século I d.C. (Py 1993, Camilli 1997, Huguet Enguita - Ribera i Lacomba 2013: 195).

Apesar dos unguentários serem um tipo de recipiente normalmente usual em contextos funerários, a sua presença em espaços de habitat encontra-se igualmente bem referenciada (Sousa - Arruda 2018b).

Catálogo

25 - CHIB 985.56.418 – Fragmento de fundo e bojo de unguentário em cerâmica. Pasta homogénea e bem depurada. Com escassos elementos não plásticos de pequena dimensão. Cor castanho-amarelada (Muns. 10YR 7/3). Superfície externa alisada e da cor da pasta.

3.6. CERÂMICAS CINZENTAS

Sob esta designação geral englobamos um conjunto heterogéneo de produções cerâmicas, cujas superfícies apresentam acabamento cuidado - polidas, brunidas ou espatuladas - e cor acinzentada,

resultante de cozedura redutora, por vezes de aspeto metálico. A nível macroscópico, entre o conjunto analisado foi definido um único grupo de fabrico, de produção regional, possivelmente do vale do Tejo/Sado: pasta compacta, de matriz arenosa, muito bem depurada com escassos elementos não plásticos, sendo estes de pequena dimensão. Identificam-se elementos de quartzo rolados, e moscovite. Cor castanho-acinzentada (Muns. 5YR 4/4). Superfície externa polida e cinzenta (Muns. 10YR 4/1).

Os exemplares CHIB 985.56.579 (fig. 7, n.º 26) e CHIB 983.79.s.n. (fig. 7, n.º 27) correspondem a taças que mostram traços de influência de protótipos gregos. Estas produções de matriz helenística, até há pouco mal documentadas no extremo ocidente, foram recentemente sistematizadas para o vale do Tejo (Sousa 2016, Sousa - Pimenta 2017). Nos exemplares em análise, a presença de um exemplar bem preservado (CHIB 985.56.579) permite descrever de forma clara aquela taça. Possui bordo simples e ligeiramente exvertido, a partir do qual se desenvolve perfil carenado bem marcado. A base é de tendência anelar, exibindo um pé consideravelmente alto, cujo perfil se assemelha, de certa forma, ao de algumas taças gregas. Partindo da carena, são aplicadas duas asas horizontais, de secção geralmente subcircular, que constituem o elemento revelador da influência dos protótipos do Mediterrâneo Oriental.

A imitação de tipos cerâmicos helenísticos não tem, porém, a expressividade observada em áreas mais meridionais da Península Ibérica, tal como a baía gaditana. Estas evidências observam-se quase exclusivamente nas produções designadas por cerâmicas cinzentas. Não é fácil determinar com precisão os modelos que serviram de inspiração para a produção destes exemplares. Os tipos mais próximos, se atendermos ao perfil carenado, seriam algumas variantes das *stemmed cups*, cuja cronologia se centra sobretudo nos finais do século VI e século V a.C., mas que, em alguns casos, se pode prolongar até ao século IV a.C.. Contudo, a inexistência, até à data, de qualquer importação destes vasos na área impõe alguma cautela nesta associação (Sousa - Pimenta 2017).

Em termos morfológicos, os elementos de inspiração grega mais evidentes identificam-se em um conjunto de peças de perfil carenado que tem surgido em diferentes sítios da área urbana de Lisboa – Rua de São João da Praça (Pimenta - Calado - Leitão 2014), escavação do edifício do Lote 40 do Beco do Forno do Castelo, e Teatro Romano (Sousa - Pimenta 2017); em Santarém, na Alcáçova (Arruda - Viegas -

Almeida 2002); no povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro, Salvaterra de Magos (Sousa 2016). Ainda que, na grande maioria dos casos, não possuam um contexto arqueológico primário, a escavação de São João da Praça, permite atribuir uma cronologia de finais do século III a.C. para uma destas taças. No vale do Sado, embora correspondendo a modelo mais aberto, foi recolhido um fragmento de características similares na Lapa do Fumo (Arruda - Cardoso 2013); e na cripta arqueológica da pousada de Alcácer do Sal encontra-se exposto exemplar idêntico, que terá sido recolhido em escavações aí realizadas.

Entre as cerâmicas cinzentas, o grupo melhor representado é o dos jarros ou *oenochoi* (fig. 7, n.ºs 28 a 35). Caracterizam-se por bordo trilobado, de lábio simples exvasado, de onde arranca asa de secção circular. O colo é curto, marcado por caneluras que fazem a transição para o corpo de perfil troncocónico, sendo este profusamente decorado; fundo em ônfalo. A decoração, brunida, ocorre principalmente no bojo, sob a forma de retícula (Pimenta - Calado - Leitão 2013).

Entre os exemplares em apreço destaca-se o CHIB 985.56.497 (fig. 7, n.º 28), com decoração distribuída por duas faixas: uma formada por motivo em triângulos abertos na base; outra, com provável representação esquemática de dois barcos. O melhor preservado evidencia a proa e a popa, notando-se, nesta última, dez traços ao alto que poderão corresponder a remos. O putativo segundo barco encontra-se pior conservado, não sendo clara a sua leitura. Contudo, é tentador ver, no que se conservou, a popa, uma vela triangular e traços talvez representando remos ao alto.

A figuração de embarcações em recipientes cerâmicos não é inédita na região do estuário do Tejo, tendo sido identificada em exemplares do povoado de Almaraz (Arruda 2002, Batalha - Barros 2018) e do Núcleo Arqueológico da rua dos Correeiros (Sousa 2014). De salientar que nestes exemplares a técnica decorativa não foi o brunido e que em ambos os casos estamos perante peças da primeira metade do primeiro milénio a.C., ou seja, bem mais antigas que o recipiente de Chibanes.

Paralelos para os jarros de Chibanes, com decorações brunidas e motivos geométricos, têm sido identificados nos vales do Sado e Tejo, em contextos de finais da Idade do Ferro e do período romano-republicano. No vale do Sado encontra-se assinalado pelas recentes escavações de Chibanes (Tavares da Silva - Soares 1997) e no povoado do Pedrão, Setúbal (Soares - Tavares da Silva 1973). Ao

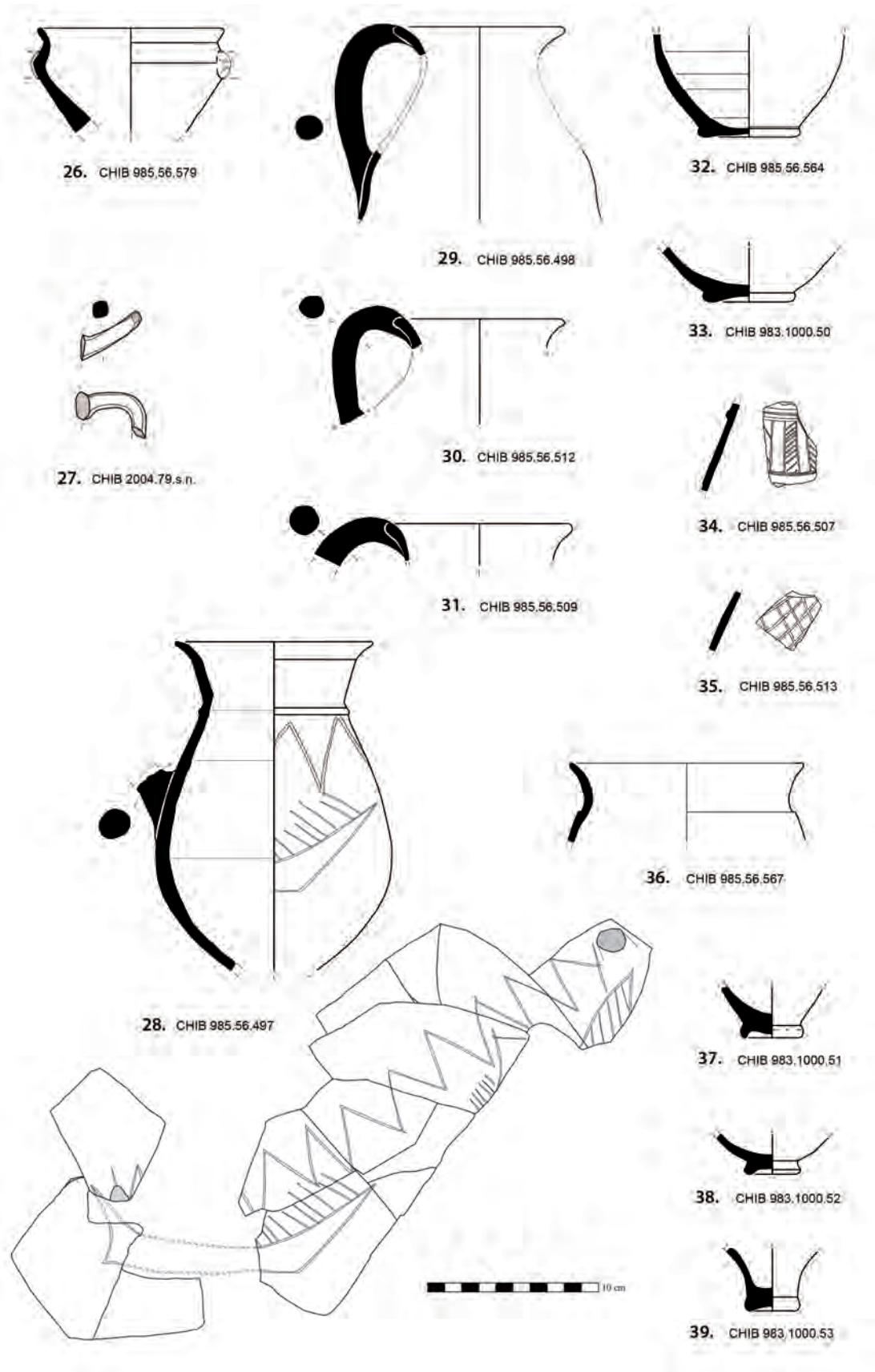


Fig. 7 - Cerâmicas cinzentas (n.ºs 26 a 39). O jarro n.º 28 possui decoração brunida com a representação esquemática de dois barcos. Desenhos de Inês Conde.

longo do vale do Tejo, estão presentes em Chões de Alompé, Santarém (Pimenta - Arruda 2014), na Alcáçova de Santarém (Arruda 2002), no Porto de Sabugueiro, Salvaterra de Magos (Pimenta - Mendes 2008), em São Salvador, Cadaval (Cardoso 2014), no sítio do Castelo, Arruda dos Vinhos (*ibidem*), no povoado de Castanheira, Vila Franca de Xira (Pimenta - Mendes - Madeira 2008), no povoado da Quinta do Bulhaco, Vila Franca de Xira (Pimenta - Mendes 2015), na Quinta da Torre, Almada (Cardoso - Carreira 1997/1998) e na cidade de Lisboa, em contextos do final do século III a.C. (São João da Praça) e sobretudo em contextos bem datados do terceiro quartel do século II a.C. na área do Castelo (Pimenta 2005, Pimenta *et al.* 2014, Mota - Pimenta - Silva 2014). Trata-se de uma morfologia herdeira do mundo indígena e que pode ser remontada até meados do século V a.C., sendo o exemplar mais emblemático proveniente do sítio de Outorela, Oeiras (Cardoso *et al.* 2014).

Por último, entre o grupo das cerâmicas cinzentas, identificámos um bordo de pote de tradição sidérica (CHIB 985.56.567; fig. 7, nº 36) e três fundos de taças (fig. 7, nº 37 a 39) de difícil enquadramento cronológico.

Catálogo

26 - CHIB 985.56.579 – Dois fragmentos que colam entre si de taça em cerâmica cinzenta imitando uma Kylix. Lábio exvertido com 12 centímetros de diâmetro; colo curto, seguido de corpo carenado de morfologia cónica; na área da carena, dois arranques de asas laterais. Pasta similar à do exemplar 985.56.497. Cor castanho-acinzentada (Muns. 10YR 5/1). A superfície externa, em mau estado, conserva ainda restos de polimento de cor cinzenta (Muns. 10YR 5/2).

27 - CHIB 2004.79.s.n. – Fragmento de asa de taça em cerâmica cinzenta, imitando cerâmica grega. Pasta compacta, evidenciando uma cozedura em ambiente redutor, muito bem depurada com escassos elementos não plásticos, de pequena dimensão. Identificam-se elementos de quartzo rolados, mica dourada. Cor castanho-acinzentada (Muns. 2.5YR 6/8). Superfície externa alisada e da cor da pasta.

28 - CHIB 985.56.497 – Diversos fragmentos, com colagem entre si, de jarro em cerâmica cinzenta fina polida. Lábio simples virado para o exterior. Colo troncocónico curto, delimitado por caneluras bem marcadas que o separam do bojo. Este, de tendência globular, é profusamente decorado. A decoração desdobra-se em duas faixas: uma com motivo em triângulos abertos na base; a outra, com dois motivos que interpretamos como representações esquemáticas de dois barcos. O melhor preservado evidencia ainda a proa e a popa. A meio do

bojo, arranque de uma asa maciça de secção circular. Pasta compacta, de cozedura em ambiente redutor, bem depurada com escassos elementos não plásticos, de pequena dimensão. Identificam-se elementos de quartzo rolados e mica dourada. Cor castanho-acinzentada (Muns. 5YR 4/4). Superfície externa polida e de cor cinzenta (Muns. 10YR 4/1).

29 - CHIB 985.56.498 – Dois fragmentos com colagem entre si de jarro em cerâmica cinzenta fina polida. Lábio simples virado para o exterior, do qual arranca uma asa maciça de secção circular. O corpo pode apenas ser intuído, apresentando-se de perfil globular. Pasta similar à do exemplar acima descrito. Cor castanho-acinzentada (Muns. 10YR 5/2). Superfície externa polida e da cor da pasta.

30 - CHIB 985.56.512 – Dois fragmentos com colagem entre si de jarro em cerâmica cinzenta fina polida. Lábio simples virado para o exterior, do qual arranca uma asa maciça de secção circular. Pasta similar à do exemplar 985.56.497. Cor castanho-acinzentada (Muns. 10YR 4/2). Superfície externa polida e da cor da pasta.

31 - CHIB 985.56.509 – Fragmento de jarro em cerâmica cinzenta fina polida. Lábio simples virado para o exterior, do qual arranca uma asa maciça de secção circular. Pasta similar à do exemplar 985.56.497. Cor castanho-acinzentada (Muns. 10YR 5/2). Superfície externa polida e da cor da pasta.

32 - CHIB 985.56.564 – Cinco fragmentos de fundo com colagem entre si, de recipiente de forma fechada, em cerâmica cinzenta fina polida – jarro? Pasta similar à do exemplar 985.56.497. Cor castanho-acinzentada (Muns. 5YR 4/3). Superfície externa polida e da cor da pasta.

33 - CHIB 983.1000.50 – Fragmento de fundo de recipiente fechado, em cerâmica cinzenta fina polida – jarro? Pasta similar à do exemplar 985.56.497. Cor castanho-acinzentada (Muns. 10YR 6/2). Superfície externa polida e lustrosa, de cor negra (Muns. 2.5Y 3/1).

34 - CHIB 985.56.507 – Fragmento de colo de jarro em cerâmica cinzenta fina polida. Decoração brunida composta por três faixas verticais, preenchidas por traços oblíquos. Pasta similar à do exemplar 985.56.497. Cor castanho-acinzentada (Muns. 10YR 6/1). A superfície externa encontra-se alisada e polida do tom da pasta.

35 - CHIB 985.56.513 – Fragmento de bojo de jarro em cerâmica cinzenta fina polida. Decoração brunida reticulada. Pasta similar à do exemplar 985.56.497. Cor castanho-acinzentada (Muns. 10YR 5/2). Superfície externa polida e da cor da pasta.

36 - CHIB 985.56.567 – Fragmento de pote em cerâmica cinzenta fina polida. Pasta de matriz arenosa, com numerosos elementos não plásticos de pequena dimensão bem distribuídos. Cor castanho-acinzentada (Muns. 5YR 3/1). Superfície externa polida e da cor da pasta.

37 - CHIB 983.1000.51 – Fragmento de fundo de taça em cerâmica cinzenta fina polida. Pasta similar à do exemplar 985.56.497. Cor castanho-acinzentada (Muns. 7.5YR 5/1). Superfície externa polida e da cor da pasta.

38 - CHIB 985.1000.52 – Dois fragmentos com colagem entre si, de taça em cerâmica cinzenta. Pasta similar à do exemplar 985.56.497. Cor castanho-acinzentada (Muns. 7.5YR 5/1). Superfície externa polida e da cor da pasta.

39 - CHIB 983.1000.53 – Fragmento de fundo de taça em cerâmica cinzenta fina polida. Pasta similar à do exemplar 985.56.497. Cor castanho-acinzentada (Muns. 10YR 5/1). Superfície externa polida e da cor da pasta.

3.7. CERÂMICA COMUM ITÁLICA

Individualiza-se na coleção proveniente das escavações de A. I. Marques da Costa um pequeno, mas interessante conjunto de cerâmica comum de proveniência itálica. Apesar da sua presença no extremo ocidente ser escassa, a publicação de importantes contextos republicanos de sítios como o Castelo da Lousa (Pinto - Schmitt 2010), Monte Molião (Sousa - Arruda 2014a, 2014b) ou Lisboa (Pimenta *et al.* 2014) tem vindo a mostrar que é possível documentá-la desde momentos precoces da presença romana, a par de outras importações cerâmicas, um pouco como tem vindo a ser definido para a restante Península Ibérica (Huguet Enguita 2013).

Sobressai, pelo seu ineditismo, a identificação em Chibanes de dois bordos de almofarizes itálicos (CHIB 983.999.971 - fig. 8, n.º 41 e CHIB 985.58.31 - fig. 8, n.º 42) da forma Com-It 8d, com uma cronologia entre 200 e 50 a.C. (Bats 1993: 362), assim como de um fragmento de bordo (CHIB 983.999.968 - fig. 8, n.º 40) da forma Com-It 7, com uma cronologia entre 200 e 50 a.C. (Bats 1993: 361).

Catálogo

40 - CHIB 983.999.968 – Fragmento de tampa de cerâmica comum itálica. Pasta arenosa e heterógena, com abundantes elementos não plásticos, identificando-se areias vulcânicas, quartzo e mica. Cor castanho-avermelhada (Muns. 2.5YR 4/8). Superfície externa alisada e de cor castanha (Muns. 5YR 5/6).

41 - CHIB 983.999.971 – Fragmento de almofariz itálico com arranque de bico ou possivelmente de decoração digitada sobre o lábio. Pasta arenosa e heterógena, com abundantes elementos não plásticos, identificando-se areias vulcânicas, quartzo e mica. Cor castanho-acinzentada (Muns. 7.5YR 5/4). Superfície externa polida e da cor da pasta. Superfície interna marcada por caneluras.

42 - CHIB 985.58.31 – Dois fragmentos com colagem entre si de bordo e bojo de almofariz itálico. Pasta dura e heterógena, com abundantes elementos não plásticos, identificando-se areias vulcânicas, quartzo e mica. Cor

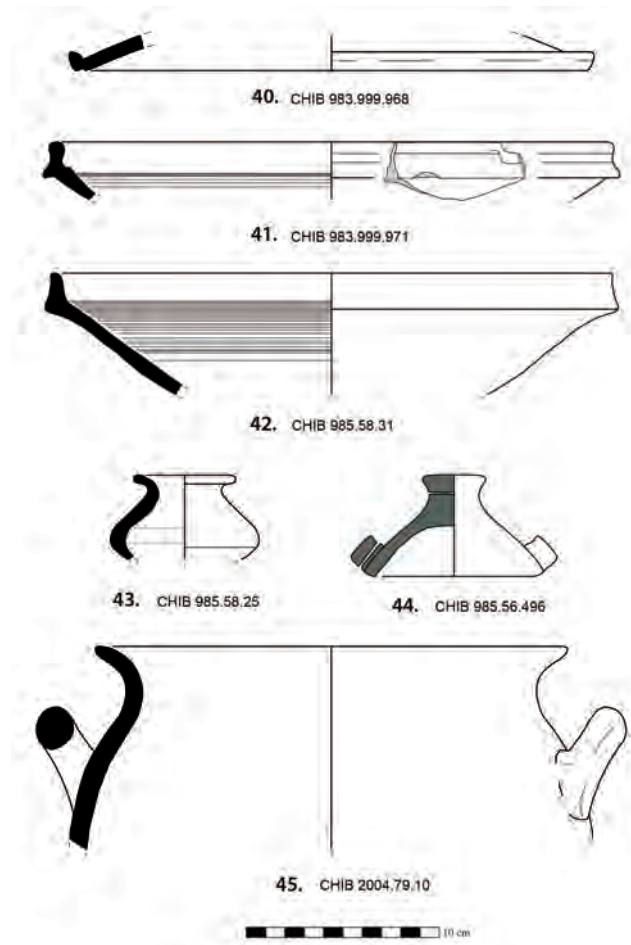


Fig. 8 - Fragmento de tampa de cerâmica comum itálica (n.º 40); fragmento de almofarizes itálicos da forma Com-It 8d (n.ºs 41 e 42); fragmento de bordo e bojo de pequeno pote (n.º 43); tampa de urna de "orelhetas" de produção manual (n.º 44); fragmento de contentor de armazenamento (n.º 45).

castanho-acinzentada (Muns. 10YR 4/1). Superfície externa polida e da cor da pasta. Superfície interna marcada por caneluras.

3.8. CERÂMICA COMUM E DECORADA POR ESTAMPILHAS

A cerâmica comum corresponde, normalmente, num sítio arqueológico desta natureza, a uma categoria numerosa e heterógena. O facto de na presente amostra este grupo se encontrar sub-representado poderá indicar alguma triagem na recolha, ou um processo aleatório na forma como a coleção chegou até nós. De facto, se analisarmos a publicação de A. I. Marques da Costa são visíveis algumas peças mais completas desta categoria cerâmica que não chegaram até nós (veja-se Costa 1910: figs. 486^a, 492, 493^a, 491^a e 487^a).

O exemplar CHIB 985.58.25 (fig. 8, n.º 43) pertence a um pequeno pote que encontra paralelos diretos entre o espólio da necrópole do Olival de Senhor dos Mártires em Alcácer do Sal, onde formas similares foram integradas no grupo VIII.2 - Pequenos potes bitroncocónicos (Gomes 2016: 121, Est. XIX).

A peça CHIB 985.56.496 (fig. 8, n.º 44) já foi anteriormente publicada por Beirão e Gomes (1983, fig. 14, n.º 7). Trata-se de tampa de urna de orelhetas perfuradas em cerâmica manual e remete-nos, tal como a peça acima descrita, para um contexto de necrópole.

O exemplar CHIB 2004.79.10 (fig.8, n.º 45) é o único fragmento de bocal de contentor de armazenamento que chegou até nós. A peça em questão apresenta uma invulgar asa lateral; poderá corresponder a um regionalismo do vale do Sado: identificou-se, nos níveis da fase IV do Castelo de Alcácer do Sal, um recipiente com asa idêntica

(Tavares da Silva *et al.* 1980-1981: 177, Fig. 17, n.º 181).

O grupo das cerâmicas estampilhadas é, nesta coleção, o mais numeroso, incluindo exemplares apresentados por Marques da Costa em 1910. As cerâmicas estampilhadas (Arnaud - Gamito 1974-1977) constituem um dos grupos mais emblemáticos da Idade do Ferro celtizante, de origem continental. Encontram-se relativamente bem representadas em sítios da II Idade do Ferro do Alentejo interior, como Segóvia (Bargão 2017), Cabeça de Vaiamonte (Arnaud - Gamito 1974-1977), mas também no Alentejo ocidental, nomeadamente no depósito votivo de Garvão, onde esta técnica decorativa por vezes se associa à da pintura no mesmo recipiente, e onde foi documentada abundante cerâmica manual decorada por cordões segmentados, incisões e impressões (Beirão *et al.* 1985); em Miróbriga e Pedra da Atalaia, em Santiago do Cacém, observou-se igualmente a presença de cerâmica estampilhada e de cerâmica

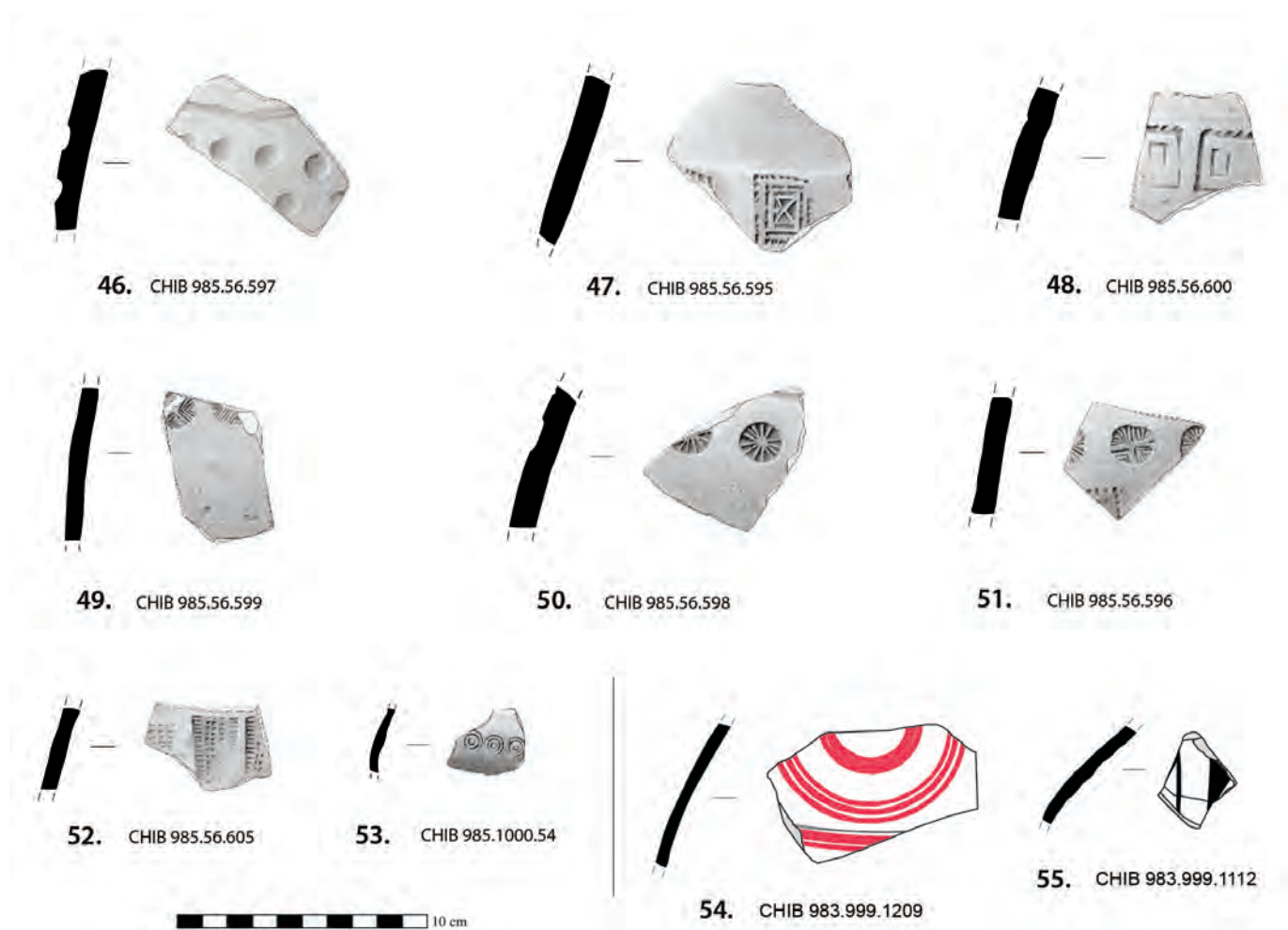


Fig. 9 - Fragmentos de cerâmica com decoração estampilhada (n.ºs 46 a 53) e pintada (n.ºs. 54 e 55). Desenhos de Inês Conde.

manual decorada por cordões, impressões e incisões (Soares - Tavares da Silva 1979; Tavares da Silva 1978). No Castelo da Lousa, de fundação romano-republicana, foi registada a presença de cerâmica com decoração estampilhada (Alarcão - Carvalho - Gonçalves 2010).

Catálogo

43 - CHIB 985.58.25 – Fragmento de bordo e bojo de pequeno pote. Lábio exvertido, e bojo globular. Pasta de matriz arenosa e polvorenta, com escassos elementos não plásticos de pequena dimensão e bem distribuídos. Identificam-se elementos de quartzo, mica e ferruginosos. Cor castanho-amarelada (Muns. 10YR 7/3). Superfície externa alisada e da cor da pasta.

44 - CHIB 985.56.496 – Tampa de urna de “orelhetas” de produção manual. Ver descrição no artigo de Beirão e Gomes (1983). Pasta heterógena e de tato granuloso, com abundantes elementos não plásticos bem distribuídos e de pequena dimensão. Identificam-se elementos de quartzo rolados, mica dourada e ferruginosos. Cor castanho-amarelada (Muns. 5YR 5/4). Superfície externa alisada e espatulada, da cor da pasta; parte da superfície externa encontra-se queimada devido ao processo de cozedura, apresentando cor negra (Muns. 5YR 2.5/1).

45 - CHIB 2004.79.10 – Fragmento de contentor de armazenamento. Lábio simples e pendente; corpo de tendência globular munido de asa lateral de secção ovalada. Pasta dura e compacta, com abundantes elementos não plásticos, bem distribuídos e de pequena dimensão, identificando-se quartzo, mica dourada e alguns elementos de cerâmica cozida. Cor castanho-acinzentada (Muns. 7.5YR 5/1). Superfície externa alisada e da cor da pasta.

46 - CHIB 985.56.597 – Fragmento de parede de contentor de armazenamento, fabricado a torno lento. Decoração impressa com motivos circulares que formam duas linhas paralelas. Na parte superior do fragmento nota-se uma linha ondeante. Pasta de matriz arenosa, com escassos elementos não plásticos de pequena dimensão, identificando-se quartzo rolado e mica. Cor castanha (Muns. 7.5YR 6/4). Superfície externa alisada e da cor da pasta.

47 - CHIB 985.56.595 – Fragmento de parede de contentor de armazenamento, fabricado a torno lento. Decoração impressa com motivos quadrangulares. Pasta idêntica à do exemplar anterior - 985.56.597. Cor castanha (Muns. 7.5YR 6/4). Superfície externa alisada e polida, e da cor da pasta.

48 - CHIB 985.56.600 – Fragmento de parede de contentor de armazenamento, fabricado a torno. Decoração impressa com motivos retangulares. Muito rolado (talvez recolha de superfície). Nenhuma das estampilhas se encontra totalmente preservada. Pasta idêntica à do exemplar anterior - 985.56.595. Cor castanha (Muns. 7.5YR 6/4). Superfície externa alisada e da cor da

pasta.

49 - CHIB 985.56.599 – Fragmento de parede de contentor de armazenamento, fabricado a torno lento. Decoração impressa com motivos circulares. Preservam-se duas estampilhas ainda que incompletas. Pasta compacta e homogénea, com escassos elementos não plásticos de pequena dimensão, identificando-se quartzo rolado, mica e elementos ferruginosos. Cor castanha (Muns. 7.5YR 5/6). Superfície externa alisada e polida e da cor da pasta.

50 - CHIB 985.56.598 – Fragmento de parede de contentor de armazenamento, fabricado a torno lento. Decoração impressa com motivos circulares. Conservam-se duas estampilhas ainda que uma delas incompleta. Acima da linha das estampilhas, canelura bem marcada. Pasta dura e heterogénea, com abundantes elementos não plásticos de pequena e média dimensão, identificando-se quartzo rolado, mica, elementos ferruginosos e vacúolos alongados. Cor castanha (Muns. 7.5YR 4/4). Superfície externa alisada e da cor da pasta.

51 - CHIB 985.56.596 – Fragmento de parede de contentor de armazenamento, fabricado a torno. Duas linhas de decoração impressa: uma com motivos circulares; outra com estampilha quadrangular ou retangular, similar à do exemplar CHIB 985.56.595. Pasta de matriz arenosa, com escassos elementos não plásticos de pequena dimensão, identificando-se quartzo rolado e mica. Cor castanha (Muns. 7.5YR 6/8). Superfície externa alisada, da cor da pasta.

52 - CHIB 985.56.605 – Fragmento de parede de contentor de armazenamento, fabricado a torno lento. Decoração impressa com motivos retangulares. Pasta arenosa e homogénea, com escassos elementos não plásticos de pequena dimensão, identificando-se quartzo rolado, mica, elementos de cerâmica moída e vacúolos alongados. Cor castanha (Muns. 5YR 5/6). Superfície externa alisada e polida e da cor da pasta.

53 - CHIB 983.1000.54 – Fragmento de pequeno recipiente de forma fechada em cerâmica cinzenta fina - jarro? Decoração impressa com motivos circulares, no bojo. Preservam-se três pequenas estampilhas, compostas por três círculos concêntricos. Pasta compacta, muito bem depurada com escassos elementos não plásticos de pequena dimensão, identificando-se quartzo rolado. Cozedura em ambiente redutor. Cor castanho-acinzentada (Muns. 5YR 2.5/1). Superfície externa alisada e polida, da cor da pasta.

3.9. CERÂMICA PINTADA

Diretamente relacionadas, de um ponto de vista tipológico, com as produções comuns acima descritas, as cerâmicas pintadas constituem um dos itens mais característicos dos repertórios da Idade do Ferro do Sul peninsular, com origem no mundo oriental e alcançando o período romano-republicano (Gomes 2016: 125; Tavares da Silva 2011).

No conjunto em análise, individualizam-se apenas dois fragmentos de bojo de recipientes fechados com decoração pintada. O exemplar CHIB 983.999.1209 (fig. 9, n.º 54) apresenta decoração composta por dois conjuntos de círculos de cor castanho-avermelhada; insere-se na tradição decorativa típica da II Idade do Ferro do Sul peninsular, encontrando paralelos em vasos da necrópole e acrópole de Alcácer do Sal (Gomes 2016: Est. XXVI, Tavares da Silva *et al.* 1980-1981: Fig. 19), de Miróbriga (Soares - Tavares da Silva 1979: Est. 5-6), do depósito votivo de Garvão (Beirão *et al.* 1985, 1987), da colina de Santa Maria, área urbana de Setúbal (Soares - Tavares da Silva 1986), para citar apenas jazidas do vale do Sado e litoral sudoeste. O fragmento CHIB 983.999.1209 (fig. 9, n.º 55) é de mais difícil enquadramento, evidenciando uma pintura a negro de grande qualidade.

Catálogo

54 - CHIB 983.999.1209 – Fragmento de bojo de forma fechada (urna?). Decoração pintada de cor castanho-avermelhada (Muns. 2.5YR 5/4), constituída por dois conjuntos de três círculos e por três linhas horizontais paralelas entre si. Pasta compacta e homogénea, bem depurada, com escassos elementos não plásticos. Cor castanho-avermelhada (Muns. 5YR 5/4). Superfície externa polida, de cor castanho-acinzentada (Muns. 5YR 6/4).

55 - CHIB 983.999.1112 – Fragmento de bojo de forma fechada (pote?), decoração pintada de cor negra (Muns. 5YR 4/2): triângulo e linhas vertical e oblíqua. Pasta homogénea e bem depurada, com escassos elementos não plásticos de pequena dimensão. Cor cinzenta (Muns. 5YR 5/1). Superfície externa alisada, com acabamento polido e da cor da pasta.

3.10. OBJETOS DE PASTA VÍTREA E DE ROCHA ORNAMENTAL

Desde o pioneiro trabalho de A. I. Marques da Costa em 1910, ficou identificada a presença de um conjunto de peças de vidro com alguma relevância, nomeadamente contas e fragmento de um recipiente.

Revelando os seus amplos contactos com o estado da arte e da ciência arqueológica da época, Marques da Costa cita paralelos para os seus vidros nos sítios de Santa Olaia e Crastro (Figueira da Foz), escavados por Santos Rocha, assim como os sítios de Fonte Velha de Bensafrim (Lagos) e dos Comoros de Portella (São Bartolomeu de Messines), escavados por Estácio da Veiga. A par destes paralelos discorre sobre a história do vidro e da sua introdução no extremo

ocidente por influência “egypto-phenicia”. É nesse âmbito e como curiosidade que revela que contas de vidro têm igualmente sido encontradas a ornamentar as paredes de nichos e capelas, apresentando como exemplos os conventos de Chelas e Marvila em Lisboa, e o convento de Brancannes em Setúbal. Refere ainda que na Quinta dos Meses, contígua à cerca do mencionado convento de Setúbal, existia uma fonte e capela, “[...] cujas paredes estavam cobertas de cacos de louça da China e de muitas e variadas contas das espécies descritas por E. da Veiga.” (Costa 1910: 69). Afirmando ainda que “O actual proprietário da quinta mandou fazer algumas reparações na dita capella, e por essa ocasião obtive d’elle varias espécies de contas, que represento na fig. 511a” (Costa 1910: 69). Se nos detemos de forma tão circunstanciada na análise desta referência é porque dela tem resultado um equívoco arqueológico. De facto, no artigo de Marques da Costa de 1910 que temos vindo a seguir surge a impactante imagem de um colar composto por peças de vidro quer tubulares, quer ovoides (a já mencionada Fig. 511^a). A sua originalidade e disposição fazem lembrar as imagens dos célebres colares compostos por Heinrich Schliemann, decorrentes das escavações que realizou na colina de Hissarlik, a putativa Tróia homérica. Trabalhos, diga-se, que Marques da Costa menciona precisamente a propósito dos vidros de Chibanes. Contudo, temos de sublinhar que o colar construído e publicado por Marques da Costa inclui contas recolhidas não em Chibanes, mas na fonte da mencionada Quinta dos Meses em Setúbal, datadas da Época Moderna.

Esta questão é assaz pertinente, porque na coleção de Marques da Costa deparámo-nos com algumas peças que se apresentavam de difícil enquadramento. De facto, as contas tubulares de cor azul inventariadas como CHIB 985.56.525, CHIB 985.56.528, CHIB 985.56.526, CHIB 985.56.525, a última torcida sobre o seu próprio eixo, bem como a pequena conta CHIB 985.56.525 de cor azul com linhas a branco e vermelho não se integram no âmbito cronológico de Chibanes, pelo que aqui não se encontram ilustradas. Embora se tenha assinalado a presença de contas tubulares em contextos pré-romanos no território peninsular (Ruano Ruiz 1996), a sua tipologia difere da das contas atrás referidas. Pelo contrário, as contas da coleção Marques da Costa citadas possuem semelhanças bem atestadas em contextos da Época Moderna, séculos XVI-XVII, em particular em sítios recentemente escavados na área urbana de Lisboa, com proveniência mediterrânica possivelmente da área de Veneza (Rodrigues

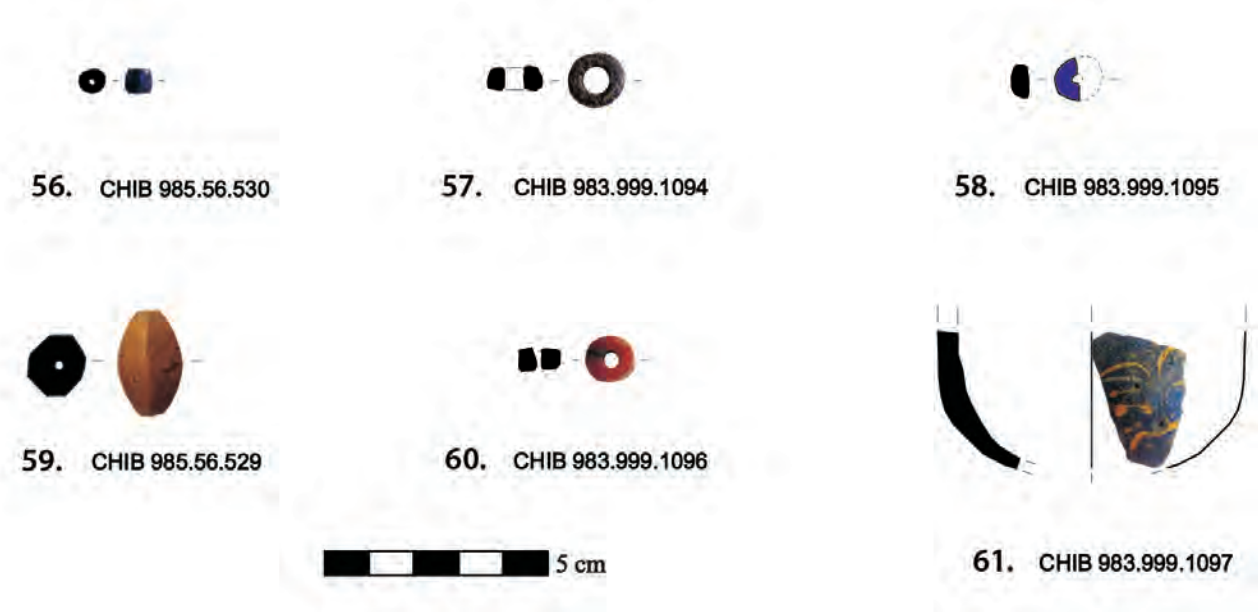


Fig. 10 - Objectos de pasta vítrea e de rocha ornamental (n.º 56 a 61).

1999). Face a esta análise e revendo a fotografia da publicação de inícios do século XX de Marques da Costa, parece-nos que o espólio vítreo recolhido em Chibanes, se terá misturado com as peças oriundas dos embrechados da Quinta dos Meses, quando da integração da coleção no acervo do Museu Nacional de Arqueologia. Temos felizmente a informação do autor que nos indica quais os materiais recolhidos na escavação de Chibanes, os quais se preservam no conjunto em análise: duas contas completas e um fragmento de outra de pasta vítrea azul (CHIB 985.56.530; CHIB 983.56.1094; CHIB 983.999.1095 – fig. 10, n.ºs 56 a 58) e um fragmento de recipiente em pasta vítrea azul com filetes amarelos, verdes e brancos (CHIB 983.999.1097 – fig. 10, n.º 61).

Este tipo de contas encontra-se bem documentado no território peninsular (Ruano Ruiz 2000), nomeadamente no numeroso conjunto de Cabeça de Vaiamonte (Fabião 2001) ou no Porto do Sabugueiro, onde foi mesmo proposta a sua produção local (Arruda *et al.* 2016). Em termos de cronologia estas contas encontram-se bem atestadas quer em contextos pré-romanos, em particular da segunda metade do primeiro milénio a.C., mas encontram-se igualmente presentes em contextos romano-republicanos dos séculos II e I a.C.; para uma revisão da sua dispersão e da problemática inerente às suas cronologias veja-se o recente trabalho sobre as peças do baixo-Tejo (Arruda *et al.* 2016).

Entre as contas de Chibanes, encontramos ainda uma discoidal, CHIB 983.999.1096 (fig. 10, n.º 60) e

outra elipsoidal, de cornalina, CHIB 985.56.529 (fig. 10, n.º 59), provavelmente pertencentes à ocupação da Idade do Ferro. Não deixa de ser pertinente assinalar que em sítios sidéricos de cronologia tardia, séculos III e II a.C., tais como Garvão ou Castrejón de Capote (Higuera La Real, Badajoz), as contas de cornalina se encontram bem representadas chegando a suplantar as de vidro (Beirão *et al.* 1985, Berrocal Rangel 1994).

Quanto ao fragmento de bojo de recipiente de pasta vítrea azul (CHIB 983.999.1097 – fig.10, n.º 61), para além de ter sido publicado no artigo de A.I. Marques da Costa (1910: fig. 513), foi posteriormente associado ao grupo *Mediterráneo I* de Harden (Jiménez Ávila 2000: 143, Mapa 1). Este fragmento de recipiente de pasta vítrea (Harden 1981), que apresenta um perfil eminentemente globular, poderá pertencer a um aríbalo ou anforisco (?), cuja cronologia se estende dos finais do século VI a inícios do século IV a.C.. Segundo Javier Jiménez Ávila estes objetos surgem maioritariamente em contextos funerários ibéricos no Sudeste peninsular, Alta Andaluzia e Extremadura (Cancho Roano) (Jiménez Ávila 2003); no Sudoeste peninsular são menos frequentes e surgem associados maioritariamente a âmbitos costeiros num período avançado do século IV a.C. (López Rosendo 2005: 674). O mesmo tipo de vidro policromo, mas com um motivo zigzagante surgiu por exemplo em Cabeça de Vaiamonte (Fabião 2001: 211, fig.11), Almeirim, Sines, Neves Corvo e Garvão (*apud in* Almagro Gorbea - Alonso Cereza 2009: 45, fig. 12).

Catálogo

56 - CHIB 985.56.530 – Conta monocroma de pasta vítrea de perfil esférico. Cor azul cobalto (Muns. 7.5PB 3/12). Diâmetro de 0,6cm. Orifício de perfil cilíndrico e transversal à peça.

57 - CHIB 983.999.1094 – Conta monocroma de pasta vítrea de perfil anular. Cor azul cobalto (Muns. 7.5PB 3/12). Diâmetro de 1,2cm e altura de 0,45cm. Orifício de perfil cilíndrico e transversal à peça.

58 - CHIB 983.999.1095 – Fragmento de conta monocroma de pasta vítrea de perfil esférico. Cor azul cobalto (Muns. 7.5PB 3/12). Diâmetro de 1cm e altura de 0,7cm. Orifício ovalado de perfil cilíndrico e transversal à peça.

59 - CHIB 983.999.1096 – Conta de cornalina de perfil anular. Cor alaranjada (Muns. 7.5R 4/14). Diâmetro de 1cm e altura de 0,5cm. Orifício de perfil bitroncocónico transversal à peça.

60 - CHIB 983.999.1096 – Conta de cornalina de perfil ovalado e secção octogonal multifacetada. Cor alaranjada (Muns. 5YR 5/10). Diâmetro de 1,4cm e altura de 2,2cm. Orifício de perfil cilíndrico transversal à peça.

61 - CHIB 983.999.1097 – Fragmento de bojo de recipiente de pasta vítrea de cor azul cobalto (Muns. 5YR 4/2) com filetes a amarelo, branco e verde.

3.11. ARTEFACTOS METÁLICOS

Apesar de não se tratar de um conjunto muito vasto, os artefactos metálicos da coleção Marques da Costa apresentam uma significativa variedade de categorias artefactuais. Importa ressaltar que para este trabalho não foram consideradas as peças que não abrangem os períodos cronológicos aqui focados, nomeadamente as que datam do Calcolítico e que já foram alvo de publicação por Júlio Roque Carreira (1998).

As armas, que caracterizam a ocupação militar do período romano-republicano, encontram-se representadas por um fragmento distal espessado de *pilum* de ferro (CHIB 983.1000.8 – fig. 11, n.º 62) e um conto de ferro de perfil piramidal e de alvado de secção circular (CHIB 983.999.60 – fig. 11, n.º 63). Quanto à extremidade distal de *pilum*, e apesar de não se ter conservado a extremidade proximal que nos permitiria distinguir se este se trataria de um *pilum* ligeiro ou pesado de aba, sabemos que os dois tipo se encontram documentados no século II a.C. nos acampamentos numantinos (Bishop - Coulston 1993: 51, fig. 21, 1 e 6), em Cáceres el Viejo (Ulbert 1984: Taf. 24, n.º 187-194), no primeiro terço do século I a.C. em La Caridad de Caminreal (Álvarez Arza - Cubero Argente 1999: 137), nos contextos das

guerras sertorianas em *Valentia* (Quesada 2008: 14), nas guerras cesarianas em *Urso* (*ibidem*: fig.4) e em um contexto genérico do século I a.C. em Alto dos Cacos (Pimenta - Mendes - Henriques 2014: 278-279, fig. 22). O conto de lança de ferro, que serviria de contrapeso daquela arma hasteada, e que teria também ele uma função ativa no combate “corpo a corpo”, caracteriza-se pelo seu aspeto piramidal e de secção maciça quadrangular enquadrável no tipo C.II (Pereira 2018), que encontra paralelo em alguns exemplares de Cáceres el Viejo (Bishop - Coulston 1993: 52, fig. 22, n.º10).

Para além do armamento há ainda a referir um braço de algemas (*manicae*)/ grilhão de ferro de tipo 1 (Pereira 2014: 334), caracterizado pela argola móvel constituída por dois braços sujeitos por rebite (CHIB 983.999.31 – fig. 11, n.º 64). Apesar de não podermos afastar a hipótese de algumas destas peças terem servido como grilhões para animais, muitas poderão ser associadas a uma ação militar, sendo relativamente comuns em contextos dos finais do século II - inícios do século I a.C. como: Renieblas (Numância), onde a sua função é associada aos prisioneiros de guerra (Luik 2002: 103 e 237, Abb. 202, n.º 312-313); Cabeça de Vaiamonte (Monforte) onde foram recuperados vários fragmentos associados a correntes de ferro (Pereira 2014, 2018) e Conímbriga (Alarcão *et al.* 1979: Pl.XLVII, 175) – um fragmento.

Os objetos de uso pessoal, relacionados com práticas de higiene, estão representados apenas através de um exemplar de pinça depilatória de liga de cobre, de hastes curvas e secção lenticular (CHIB 983.999.8 – fig. 11, n.º 65), que encontra exemplares semelhantes por entre o espólio de Cabeça de Vaiamonte (Pereira 2018).

Os objetos de adorno dizem respeito exclusivamente a um conjunto de sete fragmentos de fíbulas, das quais, seis são de liga de cobre e apenas um, de ferro, que provavelmente representa o tipo mais antigo, uma vez que se trata de uma fíbula anular hispânica de aro fechado e fuzilhão livre (CHIB 983.999.30 - fig. 11, n.º 66). As fíbulas de ferro do tipo Ponte 13a/Cuadrado 4a são referidas por Cuadrado Díaz como sendo “frequentes em La Osera, La Mercadera, Las Cogotas[...], eram usadas pelas gentes de menores recursos económicos” (*apud in* Ponte 2006: 238), encontrando paralelo em um exemplar de mola de charneira associado a um contexto datado dos séculos V-IV a.C. do Castelo de Castro Marim (Pereira 2008: 67, n.º 70). Estas fíbulas de tipo anular hispânico, apesar de serem geralmente associadas a contextos sidéricos, mantêm-se em uso

entre os séculos III e I a.C. (Lorrio - Sánchez de Prado - Camacho 2013: 319). Já as fíbulas de liga de cobre correspondem maioritariamente aos esquemas mais tardios do período de La Tène Médio (LTM – LTII) – com dois exemplares de tipo Ponte 36a-b/ “pseudo”, um exemplar pertencente ao Grupo IV de Cabré e Morán (1982), que apresenta o apêndice caudal em meio-balaústre (CHIB 983.999.28 – fig. 11, n.º 67), e outro de apêndice caudal em “torre” do tipo 8.A.2 de Argente Oliver (1990, p. 256) (CHIB 983.999.22 – fig. 11, n.º 68). Neste conjunto surgem ainda um fragmento de arco alteado e decorado com incisões (CHIB 20646 – fig. 11, n.º 69), bem como uma mola bilateral desenvolvida com fuzilhão (CHIB 983.999.5 – fig. 11, n.º 70) que também deveriam pertencer a uma fíbula do esquema do período de La Tène Médio.

As fíbulas de tipo Ponte 36a-b/ “pseudo” La Tène II (CHIB 983.999.9, 34 e 35 - fig. 11, n.os 71 a 73) encontram-se genericamente datadas de meados do século II e atingem o século I a.C., encontrando paralelo em outros sítios com ocupação do período romano-republicano como Miróbriga (Ponte 1979: Est. I - n.º 6), Castrejón de Capote (Berrocal-Rangel 1992: 138), Cabeça de Vaiamonte (Pereira 2018) ou Mesas do Castelhinho (Miguez 2010). A fíbula de apêndice caudal em meio-balaústre que se encontra fundido ao arco, possui paralelos em Numância, Las Cogotas, Langa del Duero, Muela de Taracena ou El Llano de la Horca (González Zamora 1999: 270 nº 361-383). Este tipo tem uma cronologia entre inícios do século III a.C. e os finais do século I a.C. (Cabré - Morán 1982: 19).

Já as fíbulas de apêndice caudal em “torre” são geralmente associadas à cultura celtibérica, distribuindo-se essencialmente pela Meseta Norte (Labeaga Mendiola 2006: 185), ocorrendo nomeadamente em Numância e La Custodia Viana (Navarra) (*idem* 1993). A cronologia apontada para estas fíbulas está centrada entre os finais do século V (para os esquemas iniciais de La Tène) e os finais do século I a.C. (Argente Oliver 1990: 256-259).

Uma das categorias aqui melhor representadas concerne a baixela metálica de liga de cobre documentada por: fragmento de remate inferior de asa de copo de tipo *Idria*/ jarro de tipo *Gallarate* ou ânfora de tipo *Agde* (CHIB 983.999.9 - fig. 11, n.º 74); provável bordo interno de *simpulum* horizontal (CHIB 983.999.1 - fig. 11, n.º 76); fragmento de terminal de armela de tipo *Vaiamonte* que poderá pertencer a uma bacia (CHIB 983.999.16 - fig. 11, n.º 75), bem como dois fragmentos de bordo de provável bacia de perfil baixo (CHIB 983.999.21 e 16 – fig. 11, n.º 77 e 78)

e à qual se poderia associar o remate anteriormente referido.

No caso do remate inferior em forma de flor-de-lis (CHIB 983.999.11 – fig. 11, n.º 74), a relativa escassez de exemplares de jarros de tipo *Gallarate* e ânforas de tipo *Agde* em território peninsular levamos a crer que este se tratará, mais provavelmente, de um exemplar de copo de tipo *Idria*, para o qual se conhece uma forte dispersão peninsular, com os achados de: Cabeça de Vaiamonte (três asas), Numância, Cáceres el Viejo (dois exemplares), Azaila, Castrejón de Capote, Priego, El Mercadillo, Villasveijas de Tamuja, Raso de Candeleda, Renieblas, Tarraco, Viana do Castelo (três copos desprovidos de asas), Castro de Sabroso, Monte Mozinho, Conímbriga, Castelo Velho de Santiago do Cacém (*apud in* Fabião 1999, Erice Lacabe 2007: 203), El Llano de La Horca (Azcárraga Cámara *et al.* 2014: 112, Fig. 3.2). Estes copos encontram-se assim geralmente associados a contextos datados entre 120 e 75/50 a.C. (Feugère 1991: 55).

Os *simpula* horizontais encontram-se representados por um bordo interno de *simpulum* (CHIB 983.999.1 – fig. 11, n.º 76) de liga de cobre em forma de aro fechado de secção circular. Estes aros fechados foram recentemente interpretados como bordos internos de *simpula*, depois de ter sido observada a presença deste tipo de aros fechados no interior de recipientes de baixela metálica no conjunto de Cabeça de Vaiamonte (Pereira 2018: 327-328, Est. 128, n.º 3). Esta inserção de uma argola de aro fechado, pesada, no interior do bordo dos *simpula* de pega horizontal poderia assim, segundo esta observação, contribuir para um maior equilíbrio das peças e também como forma de proteção face à fragilidade que estes elementos produzidos em chapa metálica ofereciam (*ibidem*). Quando achados isoladamente, podemos sugerir esta utilização com base no perfil e matéria-prima destes aros fechados que oferecem diâmetros coadunantes com a utilização no bordo interno das conchas destes elementos de baixela.

Há ainda que referir a presença de três elementos (CHIB 983.999.16 e 7 – fig. 11, n.os 75, 78, 79 e 80) que poderão ser passíveis de associação entre eles, uma vez que todos poderão ter pertencido a um mesmo recipiente: uma bacia de perfil baixo e bordo de lábio voltado para o exterior, à qual poderia ser associada a armela de tipo *Vaiamonte* (Pereira 2018). Os dois fragmentos de bordo de lábio pendente, em que um apresenta um diâmetro aproximado de 30 cm, indiciam uma forma aberta, baixa e

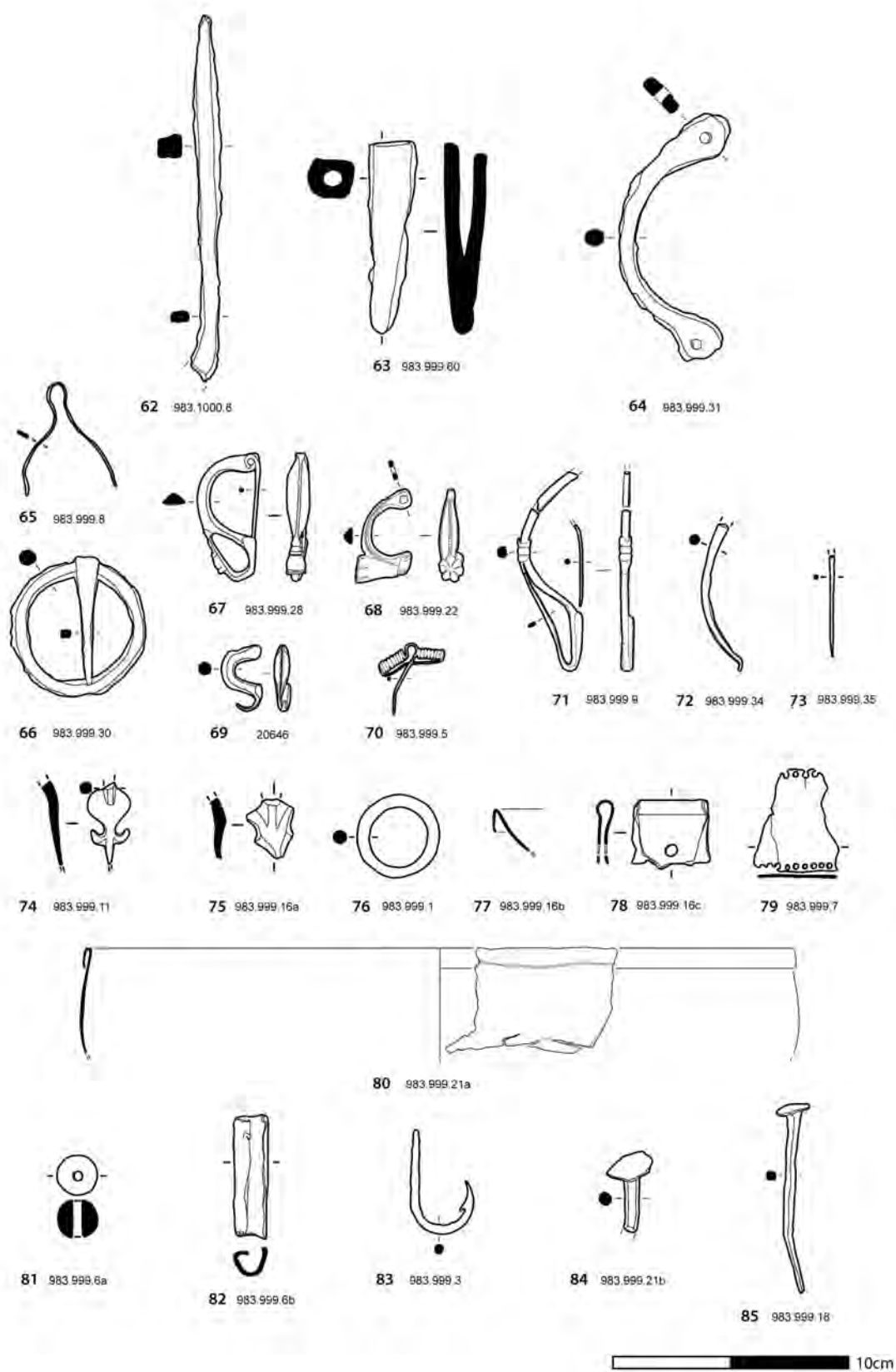


Fig. 11 - Artefactos metálicos: armas e *militaria* (n.ºs 62 a 64), pinça (n.º 65), fíbulas (n.ºs 66 a 73), elementos de baixela metálica de liga de cobre (n.ºs 74 a 80), ponderal (n.º 81), utilitários de pesca (n.ºs 82 e 83) e complementos de artefactos de madeira (n.ºs 84 e 85).

hemisférica, distinta das bacias tardo-republicanas crateriformes, que apresentam um colo estrangulado e uma carena pronunciada (Bolla 1991: 113), e mais aproximado às armelas para asas de bacias de época romana imperial de tipo *Argentomagus* (Boucher 2010: 20-23; Artefacts BAS-4026) ou de tipo *Wehringen* (Artefacts BAS-4003). De qualquer modo, parece-nos que a associação das armelas de asa de tipo *Vaiamonte* (CHIB 983.999.16 – fig. 11, n.º 75) a estas bacias poderá ser uma forte probabilidade que, no entanto, carece de confirmação e que só poderá ser assumida aquando do achado de um exemplar completo, sendo de esperar que para cada recipiente fossem necessárias duas armelas justapostas. Por enquanto, a distribuição dos achados destes remates cinge-se a Cabeça de Vaiamonte (Fabião 1999: 185-187; Pereira 2018), Castelo Velho de Veiros, Chibanes, Mesas do Castelhinho, Citânia de Briteiros, Azores/Priego de Córdoba (*apud in* Fabião 1999: 185) e Monte dos Castelinhos (Pimenta - Mendes 2013: 81, n.º 93).

Foram ainda identificados três fragmentos de placas de liga de cobre com orifícios para rebites que deveriam pertencer a recipientes de forma indeterminada (CHIB 983.999.7 e 16c - fig. 11, n.º 78 e n.º 79).

Os utilitários de comércio estão representados por um ponderal esférico de liga de cobre que possui um orifício circular transversal à peça (CHIB 983.999.6a - fig. 11, n.º 81). O peso de 19,5gr poderá corresponder ao *ratio* de 2,5 do shekel ligeiro de 7,83gr (peso teórico de 19,5gr) ou ao *ratio* de 2 do shekel tiro-sírio de 9,4gr (peso teórico de 18,8gr). Parece-nos possível afirmar que este ponderal não deverá corresponder ao sistema metrológico romano-republicano, mas sim a um sistema indígena, que, por ausência de outros ponderais recolhidos, não nos permite aferir a qual das unidades referidas poderá pertencer. Efetivamente, “[...] tanto o siclo sírio de 9,4 gr., com raízes no Bronze Final, como o siclo fenício de 7,83 gr., que recuará aos contactos com o litoral na transição para o Período Orientalizante (século VIII a.C.) estão documentados [...]” (Antunes 2017: 916) no Médio e Baixo Guadiana.

Para além da atividade militar e de comércio, apenas a atividade piscatória se encontra documentada pela presença de um anzol de liga de cobre com barbeta (CHIB 983.999.3 - fig. 11, n.º 83) e um peso de rede oblongo de chumbo (CHIB 983.999.6b - fig. 11, n.º 82) pertencente à variante 1 que encontra paralelos em Vaiamonte (Pereira 2018), Castellones de Céal (Jaén) (Mayoral 2000: 180, fig. 2) ou em Lattes (França), onde foram datados entre o

século II a.C. e o I d.C. (Feugère 1992: figs. 8 e 9).

Os complementos de peças de madeira são a categoria artefactual melhor representada, à semelhança do que acontece com a maioria dos conjuntos artefactuais metálicos (CHIB 983.999.18 e 21c). Esta superioridade numérica deve-se à necessidade efetiva e frequente, especialmente a partir da Idade do Ferro, da utilização de pregos e cavilhas de ferro e liga de cobre associados às construções arquitetónicas e instrumentos de madeira, bem como à utilização de tachas de liga de cobre associadas a mobiliário e têxteis.

Catálogo

62 - CHIB 983.1000.8 – Fragmento distal de *pilum* ligeiro de ferro. Este fragmento de arma de arremesso com perfil piramidal espessado face à haste, apresenta uniformemente uma secção quadrangular.

63 - CHIB 983.999.60 – Conto de ponta de lança de ferro. Perfil piramidal de média dimensão. Alvado de secção circular.

64 - CHIB 983.999.31 – Braço móvel de algemas/grilhões de ferro. Elemento de perfil semi-circular, de secção circular à exceção das extremidades aplanadas e com orifício circular para rebites e ligação a correntes.

65 - CHIB 983.999.8 – Pinça de liga de cobre de perfil em “oito”. Apresenta secção laminar.

66 - CHIB 983.999.30 – Fíbula de ferro de tipo anular hispânica, tipo Cuadrado 4a/ Ponte 13a. Aro de perfil e secção circular com fuzilhão em fita de secção quadrangular.

67 - CHIB 983.999.28 – Fíbula completa de liga de cobre integrável nos modelos do período de La Tène II-III, Grupo IV de Cabré e Morán obtida a partir de uma única peça. Arco de perfil semi-circular e secção triangular com apêndice caudal infletido em direção ao arco e fundido com o mesmo, que apresenta um perfil abalaustrado e secção semi-circular. Mola de duas espiras.

68 - CHIB 983.999.22 – Arco e apêndice caudal de fíbula de liga de cobre obtida por molde, integrável nos modelos do período de La Tène II-III, tipo 8.A.2 de Argente Oliver. Arco de perfil semi-circular e secção triangular com apêndice caudal em torre infletido em direção ao arco e fundido. Extremidade do arco com orifício circular para receção do eixo e respetiva mola-fuzilhão.

69 - CHIB 20646 – Fragmento de arco e placa de descanso de fíbula de liga de cobre, provavelmente pertencente aos esquemas de La Tène I-II. Arco de perfil alteado e secção circular com decoração de pequenos traços cinzelados transversais e paralelos.

70 - CHIB 983.999.5 – Fragmento de mola-fuzilhão de fíbula de liga de cobre, provavelmente pertencente a uma das fíbulas anteriormente descritas. Mola bilateral desenvolvida com 18 espiras.

71 - CHIB 983.999.9 – Fragmentos de arco, placa

de descanso e abraçadeira de fíbula de liga de cobre do tipo Ponte 36/"pseudo"-La Tène II. Arco de perfil rebaixado de secção circular. Abraçadeira decorada com duas linhas incisadas.

72 - CHIB 983.999.34 – Fragmento de arco de fíbula de liga de cobre do tipo Ponte 36/"pseudo"-La Tène II. Arco de perfil rebaixado de secção circular.

73 - CHIB 983.999.35 – Fragmento de fuzilhão de liga de cobre de secção quadrangular.

74 - CHIB 983.999.11 – Fragmento de liga de cobre de remate inferior de asa de copo de tipo *Idria*/ jarro de tipo *Gallarate* ou ânfora de tipo *Agde* em forma de flor-de-lis.

75 - CHIB 983.999.16a – Fragmento de liga de cobre de remate inferior de armela para asa de possível bacia de tipo *Vaiamonte* de perfil ornitomorfo.

76 - CHIB 983.999.1 – Aro fechado de liga de cobre de possível bordo interno de *simpulum* horizontal de perfil e secção circulares.

77 - CHIB 983.999.21 – Fragmento de bordo e bojo de possível bacia de perfil baixo/ caçarola de liga de cobre. Apresenta um bordo de 30 cm de diâmetro.

78 - CHIB 983.999.16b – Fragmento de bordo e bojo de possível bacia de perfil baixo/ caçarola de liga de cobre. Não é possível determinar o diâmetro do bordo.

79 - CHIB 983.999.16c – Fragmento de placa rebitada que deveria reforçar um recipiente de liga de cobre.

80 - CHIB 983.999.7 – Fragmento de placa rebitada de liga de cobre.

81 - CHIB 983.999.6a – Ponderal esférico de liga de cobre com orifício circular transversal à peça. Peso 19,5gr e diâmetro 17mm.

82 - CHIB 983.999.6b – Peso de rede oblongo de chumbo, integrável na variante 1 de *Vaiamonte*. Apresenta um comprimento máximo de 52mm e um peso de 25,4gr.

83 - CHIB 983.999.3 – Anzol de liga de cobre de média dimensão. Apresenta barbela e estreitamento de secção para empate da linha.

84 - CHIB 983.999.21c – Fragmento de prego de liga de cobre com cabeça de perfil ovalado e haste de secção facetada.

85 - CHIB 983.999.18 – Pregão de liga de cobre com cabeça de perfil ovalado e haste de secção quadrangular.

3.12. NUMISMAS

Da coleção fazem parte dois numismas de bronze, um deles, do reinado de Cláudio (CHIB 20583), referido por A.I. Marques da Costa (Costa 1910), não é incluído neste texto por não se enquadrar no âmbito cronológico do mesmo. O outro exemplar corresponde a um asse ibérico de *Cantnipo (Salácia, Alcácer do Sal) (fig. 12, n.º 86) integrável na Série III, 1a já publicado por A.I. Marques da Costa (1910: 75-76) e por António Marques de Faria (1989: Est. III-10, p. 97).



Fig. 12 - Asse de liga de cobre de Cantnipo* - Alcácer do Sal (n.º 86).

Esta série, com legenda latina, cunhada por *Candnil*, filho de *Siscra*, encontra-se datada, tal como as outras emissões, da 2.ª metade do século II a.C. e primeira metade do século I a.C. (*ibidem*: 94). Encontra paralelo idêntico em Miróbriga (MNA 2006.54.2, *ibidem*: 97, Est. IV, n.º 11) e em outros exemplares contextualizados recolhidos em escavações recentes de Chibanes. Um exemplar pertencente a uma emissão distinta (Série 1, Emissão II), foi também recolhido na escavação do povoado do Pedrão (Soares - Tavares da Silva 1973: 38, fig. 27).

Catálogo

86 - CHIB 2006.62.1 – Asse de liga de cobre. Anverso: Cabeça laureada de Júpiter à esquerda; à frente, legenda latina: CANDNIL.SISCR. F; cercadura de pontos. Reverso: Legenda ibérica KETOUIBON entre dois atuns à direita; cercadura de pontos. Apresenta um peso de 14,9gr e um diâmetro de 13,58mm. Emissão III, 1a.

4. CONCLUSÕES

A coleção de António Inácio Marques da Costa existente no Museu Nacional de Arqueologia mostrou-se incompleta quando comparada com o espólio da Idade do Ferro e romano-republicano publicado por aquele arqueólogo. Atendendo somente à tipologia dos materiais, como se impunha na ausência de informação estratigráfica, tornou-se impossível na maior parte dos casos delimitar fronteiras cronológicas entre a tardia Idade do Ferro de Chibanes e a fase de ocupação romano-republicana, já que muitos dos artefactos de origem sidérica persistem em utilização até meados do século I a.C.

Por outro lado, verifica-se que a coleção

analisada talvez não corresponda a uma amostra aleatória, mas antes tenha sofrido alguma seleção prévia, como é sugerido pela elevada frequência de cerâmica estampilhada, que é rara em Chibanes de acordo com as novas escavações.

As cerâmicas de tipo Kuass e cinzenta, categorias que até agora tinham merecido pouca atenção, encontram-se bem representadas. De salientar a presença de um jarro em cerâmica cinzenta cujo programa decorativo inclui a figuração esquemática de prováveis embarcações.

A revisão do material anfórico foi particularmente exaustiva, revelando a presença de um número mínimo de 10 efetivos, em que domina o tipo Mañá C2b (= T.-7.4.3.2/7.4.3.3 da classificação de Ramon, 1995), em concordância com a informação fornecida pelos resultados das novas escavações promovidas pelo MAEDS, sob a direção de dois dos signatários (J.S. e C.T.S.)

Os artefactos metálicos refletem maioritariamente o carácter militar da ocupação do Período Romano-Republicano, espelhados pelo conjunto de arma, *militaria*, fíbulas inseríveis nos esquemas do Período La Tène Médio e vários fragmentos de baixela metálica de liga de cobre de matriz itálica.

Destacamos, por fim, a presença de fragmento de recipiente (aríbalo ou anforisco?) de pasta vítrea azul decorada por filetes amarelos, verdes e brancos, pela sua marcada génese sidérica (afim do tipo Mediterrâneo I de Harden), atribuível ao século IV a. C., e de um ponderal provavelmente pertencente a sistema metrológico pré-romano.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Museu Nacional de Arqueologia na figura do seu Director António de Carvalho a autorização que concedeu a um dos signatários (J.P.), para o estudo da colecção Marques da Costa, assim como todas as facilidades para o manuseamento dos espólios. De sublinhar o incansável trabalho de Luísa Guerreiro que assegurou a recuperação de muita da informação relativa a este conjunto.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADE, P. E. A. (2018) - *A cerâmica de paredes finas do Castelo de Castro Marim*. Dissertação de Mestrado em arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. <http://repositorio.ul.pt/>

handle/10451/32376

ALARCÃO, J. de - CARVALHO, P. C. - GONÇALVES, A. (coord.) (2010) - *Castelo da Lousa-Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Mérida (*Studia Lusitana* 5).

ALARCÃO, J. de - ETIENNE, R. - ALARCÃO, A. - PONTE, S. da (1979) - *Fouilles de Conimbriga VII - Trouvailles diverses, conclusions générales*. Paris.

ALMAGRO GORBEA, M. J. - ALONSO CEREZA, E. (2009) - *Vidrios Antiguos del Museo Nacional de Artes Decorativas*. Madrid (*Bibliotheca Archaeologica Hispana* 30).

ÁLVAREZ ARZA, R., CUBERO ARGENTE, M. (1999) - Los Pila de lo poblado ibérico de Castellruf. *Gladius* XIX: 121-142.

ANTUNES, A.S. (2017) - A Azougada (Moura) e o sistema metrológico da Idade do Ferro Pós-Orientalizante do Baixo e Médio Guadiana. In ARNAUD, J. M. - MARTINS, A. (Coords.) - *Arqueologia em Portugal: 2017 - Estado da questão*. Lisboa: 907-928.

ARGENTE OLIVER, J. L. (1990) - Las Fíbulas en las necrópolis celtibéricas. In BURILLO MOZOTA, F. (coord.) - *Necrópolis celtibéricas: II Simposio sobre los celtiberos [Daroca (Zaragoza), 28 a 30 de abril de 1988]*. Zaragoza: 247-266.

ARNAUD, J. M. - GAMITO, T. J. (1974-1977) - Cerâmicas estampilhadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal. I - Cabeça de Vaíamonte - Monforte. *O Arqueólogo Português* III 7-9: 165-202.

ARRUDA, A. (1997) - *As cerâmicas Áticas do Castelo de Castro Marim*. Lisboa.

ARRUDA, A. M. (2002) - *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona (*Cuadernos de Arqueología Mediterránea* 5-6).

ARRUDA, A. M. - CARDOSO, J. L. (2013) - A ocupação da Idade do Ferro da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 20: 731-754.

ARRUDA, A. M. - ALMEIDA, R. R. de (1998) - As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém. *Conimbriga* 37: 201-231.

ARRUDA, A. M. - ALMEIDA, R. R. de (1999) - As Importações de Vinho Itálico Para o Território Português. Contextos, Cronologias e Significado. In GORGES, J.-G. - RODRÍGUEZ MARTÍN, F.G. (eds.) - *Économie et territoire em Lusitane romaine: III Table Ronde Sur la Lusitanie Romaine*. Madrid (*Collection de la Casa de Velázquez* 65): 307-337.

ARRUDA, A. M. - PEREIRA, C. - PIMENTA, J. - SOUSA, E. - MENDES, H. - SOARES, R. (2016) - As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). Glass beads from Porto do Sabugeiro

- (Muge, Salvaterra dos Magos, Portugal). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología da Universidade Autónoma de Madrid* 42: 79-101.
- ARRUDA, A. M. - SOUSA, E. (2003) - Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 6-1: 235-286.
- ARRUDA, A. M. - VIEGAS, C. - ALMEIDA, M. J. (coord.) (2002) - *De Scallabis a Santarém*. Lisboa.
- AZCÁRRAGA CÁMARA, S. - BAQUEDANO PÉREZ, E. - MÄRTENS ALFARO, G. - CONTRERAS MARTÍNEZ, M. - RUIZ ZAPATERO, G. (2014) - Vajilla bronceada tardorrepública em El Llano de la Horca (Santorcaz, Madrid). *Archivo Español de Arqueología* 87: 109-121.
- BARGÃO, P. (2006) - *As importações anfóricas durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém*. Tese de Mestrado em Pré-história e Arqueologia, Lisboa, Universidade de Lisboa. <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/447>.
- BARGÃO, P. (2017) - *O castro de Segóvia: estudo monográfico de um sítio arqueológico no Alto Alentejo*. Tese de Doutoramento em História, na especialidade de Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/28721>
- BATALHA, L. - BARROS, L. (2018) - Alguns elementos novos sobre o Almaraz. *CIRA Arqueologia* 6: 50-69.
- BATS, M. (1993) - Céramique commune italique. In PY, M. (dir.) - *Dictionnaire des céramiques antiques (VIIe s. av. n. è.-VIIe s. de n. è.) en Méditerranée nord-occidentale (Lattara 6)*. Lattes: 117- 131.
- BEIRÃO, C. de M. - GOMES, M. V. (1983) - A necrópole da Idade do Ferro do Galeado (Vila Nova de Mil Fontes). *O Arqueólogo Português* IV-1: 207-266.
- BEIRÃO, C. DE M. - TAVARES DA SILVA, C. - SOARES, J. - GOMES, M.V. - GOMES, R. (1985) - Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações. *O Arqueólogo Português* IV-3: 45-136.
- BEIRÃO, C. M. - GOMES, M. V. - TAVARES DA SILVA, C. - SOARES, J. - GOMES, R. V. (1987) - Um depósito votivo da II Idade do Ferro no Sul de Portugal e as suas relações com as culturas da Meseta. In GORROCHATÉGUI, J. - MELENA, J. L. - SANTOS, J. (eds.) - *Studia Palaeohispanica. Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y culturas paleohispánicas*. Vitoria (Veleia 2-3): 207-222.
- BELÉN, M. (2006) - Ánforas de los siglos VI-IV a. C. en Turdetania. *Spal* 15: 217-246.
- BERNAL CASASOLA, D. - LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2004) - *Figlinae Baeticae. Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a.C. - II d.C.)* (Cádiz, 2003). Oxford (B.A.R. International Series 1266).
- BERNAL CASASOLA, D. - ARÉVALO GONZÁLEZ, A. - SÁEZ ROMERO, A.M. (2007) - Nuevas evidencias de la ocupación en época republicana. In BERNAL CASASOLA, D. - ARÉVALO GONZÁLEZ, A. (eds.) - *Las cetariae de Baelo Claudia. Avances de las investigaciones arqueológicas en el barrio meridional*. Cádiz: 239-355.
- BERNAL CASASOLA, D. - SÁEZ ROMERO, A. (2008) - Opérculos y ánforas romanas en el Círculo del Estrecho. Precisiones tipológicas, cronológicas y funcionales. In BIEGERT, S. (ed.) - *Rei Cretariae Romanae Acta 4*. Bonn: 455-472.
- BERROCAL RANGEL, L. (1992) - La cultura material. In BERROCAL RANGEL, L. (ed.) - *Los pueblos célticos del suroeste de la Península Ibérica*. Madrid (Complutum Extra 2): 93-165.
- BISHOP, M. C. - COULSTON, J. C. N. (1993) - *Roman Military Equipment. From the Punic Wars to the Fall of Rome*. Londres.
- BOLLA, M. (1991) - Les bassins. In FEUGÈRE, M. - ROLLEY, C. (eds.) - *La vaissele tardo-républicaine en bronze. Actes de la table-ronde CNRS organisée à Lattes du 26 au 28 avril 1990 par l'UPR 290 (Lattes) et le GDR 125 (Dijon)*. Dijon (Centre de recherches sur les techniques gréco-romaines 13): 113-120.
- BOUCHER, T. (2010) - Attaches de suspension de bassin de type Argentomagus. *Instrumentum* 31: 20-23.
- CABRÉ, E. - MORÁN, J. A. (1982) - Ensayo cronológico de las fíbulas con esquema de La Tène en la Meseta Hispánica. *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología* 15: 4-27.
- CAMILI, A. (1997) - Note per una tipologia dei balsamari romani a fondo piatto. *Archivo Español de Arqueología* 70: 125-148.
- CARDOSO, J. L. (1998) - Arqueologia da região meridional da Península de Setúbal. Breve síntese baseada nos principais testemunhos arqueológicos. *Al-Madan* II-7: 23-36.
- CARREIRA, J. R. (1998) - A Ocupação da Pré-história Recente do Alto de Chibanes (Palmela), Setúbal. *Trabalhos de Arqueologia da EAM* 3-4: 123-213.
- CARDOSO, J. L. (2014) - António Inácio Marques da Costa (1857-1933), Setúbal, Tróia e a Arrábida: percursos de um pioneiro dos estudos arqueológicos regionais em Portugal vistos pela correspondência enviada a José Leite de Vasconcelos. *Setúbal Arqueológica* 15: 11-44.
- CARDOSO, J. L. - ARRUDA, A. M. - SOUSA, E. - REGO, M. (2014) - Outorela I e Outorela II, dois pequenos sítios da Idade do Ferro a norte do Estuário do Tejo (concelho de Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*

21: 393-428.

CARDOSO, J. L. - CARREIRA, J. R. (1997/1998) - A ocupação de Época Púnica da Quinta da Torre (Almada). *Estudos arqueológicos de Oeiras* 7: 189-217.

CARDOSO, G. (2014) - Duas fortificações do final da Idade do Ferro/ início da romanização: São Salvador (Cadaval) e sítio do Castelo (Arruda dos Vinhos). In FABIÃO, C. - PIMENTA, J. (eds.) - *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia: Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira (CIRA *Arqueologia* 3): 200-241.

CLEMENTE CONTE, I. - MAZZUCCO, N. - SOARES, J. (2014) - Instrumentos para siega y procesado de plantas desde el Calcolítico al Bronce antiguo de Chibanes (Palmela, Portugal). *Trabajos de Prehistoria* 71-2: 330-342.

COELHO, M. D. (2014) - A fauna malacológica da ocupação calcolítica do castro de Chibanes. In *II Encontro de Arqueologia da Arrábida. Homenagem a A. I. Marques da Costa*. Setúbal (*Setúbal Arqueológica* 15): 181- 200.

COSTA, A. I. M. da (1906) - Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. Castro de Chibanes. *O Archeologo Português* XI 1-4: 40-50.

COSTA, A. I. M. da (1908) - Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. Idade eo-metallica (ou do cobre e broze primitivos). *O Archeologo Português* XIII 7-12: 270-283.

COSTA, A. I. M. da (1910) - Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal, Appendice. *O Archeologo Português* XV: 55-83.

DELGADO, M. (1971) - Cerâmica campaniense em Portugal. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra, vol. II: 403-420.

DETRY, C. - TAVARES DA SILVA, C. - SOARES, J. (2017) - Estudo zooarqueológico da ocupação romana-republicana do Castro de Chibanes (Palmela). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 20: 113-127.

ERICE LACABE, R. (2007) - La vajilla de bronce en Hispania. In FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. (Ed.) - *Metalistería de la Hispania Romana*. Santander (*Sautuola* XIII): 197-216.

FABIÃO, C. (1998) - O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 1-1: 169-198.

FABIÃO, C. (1998a) - *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área Céltica do território hoje Português*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa (Policopiado).

FABIÃO, C. (1999) - A propósito do depósito de Moldes, Castelo de Neiva, Viana do Castelo: a baixela

tardo-republicana em bronze no extremo ocidente peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 2-1: 163-198.

FABIÃO, C. (2001) - Importações de origem mediterrânea no interior do Sudoeste peninsular na segunda metade do I milénio a.C.: materiais de Cabeça de Vaiamonte, Monforte. In TAVARES, A. e TAVARES, M. F. (eds.) - *Os Púnicos no Extremo Ocidente (Actas do Colóquio Internacional, Lisboa, Universidade Aberta, Outubro de 2000)*. Lisboa: 197-227.

FARIA, A. M. (1989) - A numária de *Cantnipo. *Conimbriga* 28: 71-99.

FERNANDES, F. M. G. (2009) - *As ânforas do tipo B/C de Pellicer no Castelo de Castro Marim*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.

FERNANDES, I. C. F. - CARVALHO, A. R. (1996) - Elementos para uma carta arqueológica do período romano no concelho de Palmela. In FILIPE, G. - RAPOSO, J. (eds.) - *Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa (*Nova Enciclopédia* 54): 111-135.

FEUGÈRE, M. (1985) - *Les fibules en Gaule Méridionale, de la conquête à la fin du Ve s. ap. J.-C.* Paris (*Revue Archeologique de Narbonnaise* Supplément 12.).

GARCÍA VARGAS, E. (1998) - *La producción de ánforas en la bahía de Cádiz en época romana: (siglos II a.C - IV d.C)*. Écija.

GOMES, F. (2016) - *Contactos culturais e discursos identitários na I Idade do Ferro do Sul de Portugal (séculos VIII-V a.n.e.): leituras a partir do registo funerário*. Tese de Doutoramento no ramo de História, na especialidade de Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/25042>

GONZÁLEZ ZAMORA, C. (1999) - *Las fibulas de la Carpetania*. Madrid.

GUERRA, A. (2004) - *Caepiana: Uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico*. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7-2: 217-235.

HARDEN, D. (1981) - *Catalogue of Greek and Roman Glass in the British Museum I*. Londres.

HUGUET ENGUITA, E. (2013) - 5. El material más usado por los antiguos: la cerámica común y de cocina. In

RIBERA I LACOMBA, A. (coord.) - *Manual de cerámica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Alcalá de Henares/ Madrid: 291-330.

HUGUET ENGUITA, E. - RIBERA I LACOMBA, A. (2013) - Los ungüentarios. In RIBERA I LACOMBA, A. (coord.) - *Manual de cerámica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Alcalá de Henares/ Madrid: 191-197.

- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2000) - Los objetos de vidrio procedentes del yacimiento de Pajares: estudio preliminar. In CELESTINO PÉREZ, S. (ed.) - *El yacimiento Protohistórico de Pajares. Villanueva de la Vera. Cáceres. 1. Las necrópolis y el tesoro áureo*. Badajoz (MARqEx 3): 139-153.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2003) - Los objetos de pasta vítrea de Cancho Roano. In CELESTINO PÉREZ, S. (ed.) - *Cancho Roano VIII. Los materiales arqueológicos I*. Badajoz: 261-291.
- LABEAGA MENDIOLA, J. C. (1993) - Las fíbulas de Torrecilla en el poblado de La Custodia, Viana (Navarra). *Cuadernos de arqueología de la Universidad de Navarra* 1: 255-264.
- LABEAGA MENDIOLA, J. C. (2006) - Fíbulas de La Tène en el poblado de la Custodia, Viana (Navarra). *Cuadernos de arqueología de la Universidad de Navarra* 14: 177-198.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (1996a) - *Alfarería romana en la Bahía de Cádiz*. Cádiz.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (1996b) - Explotación del salazón en la Bahía de Cádiz en la Antigüedad: aportación al conocimiento de su evolución a través de la producción de las ánforas Maña C. *Florentia Iliberritana* 7: 141-169.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2001) - *La producción de salsas y conservas de pescado en la Hispania Romana II a.C.-VI d.C.* Barcelona (Colección Instrumenta 11).
- LÓPEZ MULLOR, A. (2013) - Las cerámicas de Paredes Finas del final de la República Romana y el período Augusteo-Tiberiano. In RIBERA I LACOMBA, A. (coord.) - *Manual de cerámica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Alcalá de Henares/ Madrid: 149-190.
- LÓPEZ ROSENDO, E. (2005) - El perfume en los rituales orientalizantes de la Península Ibérica. In CELESTINO PÉREZ, S. - JIMÉNEZ ÁVILA, J. (eds.) - *El Periodo Orientalizante. Volumen I: Actas del II Simposio Internacional de Arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Mérida (Anejos de AESpA XXXV): 669-681.
- LORRIO, A. - SÁNCHEZ DE PRADO, M.^a D. - CAMACHO, P. (2013) - Las fíbulas del oppidum celtibérico de Contrebia Carbica. *Jahrbuch des Römisch-Germanischen Zentralmuseums* 60: 297-354.
- LUIK, M. (2002) - *Die Funde aus den Römischen Lagern um Numantia in Römisch-Germanischen Zentralmuseum*. Mainz.
- MACHADO, J. L. S. (1965) - *Subsídios para a história do Museu Etnológico Português do Dr. Leite de Vasconcelos*. Lisboa (separata de *O Arqueólogo Português* II 5).
- MAIA, M. (1977) - As ânforas neopúnicas do sul de Portugal. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas. Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: 199-207.
- MATEO CORREDOR, D. (2014) - *El Comercio en Hispania Ulterior durante los siglos II a.C. y II d.C. Tráfico Anfórico y relaciones Mercantiles*. Tese de Doutoramento da Universidade de Alicante. Policopiado.
- MAYET, F. (1975) - *Les céramiques a parois fines dans la Peninsule Ibérique*. Paris.
- MAYORAL HERRERA, V. (2000) - Producción y transformación de alimentos en el poblado ibérico tardío de Castellones de Céal (Hinojares, Jaén). *Saguntum: Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia* (Ejemplar dedicado a *Ibers. Agricultors, artesans i comerciants. IIIª Reunió sobre Economia en el Món Ibèric* 3): 181-190.
- MONTERO FERNÁNDEZ, A. - MONTERO FERNÁNDEZ, R. - SÁEZ ROMERO, A. - DÍAZ RODRÍGUEZ, J. J. (2004) - Innovaciones, transformaciones y pervivencias. Evolución de la alfarería gadirita durante los siglos III-II a.n.e. In BERNAL CASASOLA, D. - LAGÓSTENA BARRIOS, L. (eds.) - *Figlinae Baeticae. Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a.C. - II d.C.)* (Cádiz, 2003). Oxford (B.A.R. International Series 1266): 413-426.
- MORAIS, R., 2010 - Cerâmica de paredes finas. In ALARCÃO, J. - CARVALHO, P. C. - GONÇALVES, A. (coords.) - *Castelo da Lousa-Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Mérida (*Studia Lusitana* 5): 153-172.
- MOTA, N. - PIMENTA, J. - SILVA, R. B. da (2014) - Acerca da ocupação romana republicana de Olisipo: os dados da intervenção na Rua do Recolhimento n.ºs 68-70. In FABIÃO, C. - PIMENTA, J. (eds.) - *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira. (*CIRA Arqueologia* 3): 149-177.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A.M. (2002) - Las ánforas turdetanas del tipo Pellicer-D. Ensayo de clasificación. *Spal* 11: 233-252.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A.M. (2003) - *Las cerámicas gaditanas «Tipo Kuass»*. Bases para el análisis de la Bahía de Cadiz en época púnica. Cádiz.
- PELLICER CATALÁN, M. (1978) - Tipología y cronología de las ánforas prerromanas del Guadalquivir, según el Cerro Macareno (Sevilla). *Habis* 9: 365-400.
- PERDIGONES MORENO, L. - MUÑOZ VICENTE, A. (1988) - Excavaciones arqueológicas de urgencia en los hornos púnicos de Torre Alta, San Fernando, Cádiz. *Anuario Arqueológico de Andalucía* 1986: 106-112.
- PEREIRA, T. R. (2008) - *Os artefactos metálicos do Castelo de Castro Marim na Idade do Ferro e em Época Romana: metalurgia em transição*. Tese de mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de

Letras da Universidade de Lisboa.

PEREIRA, T. R. (2014) - Entre Sertório e César: as marcas do exército no sítio arqueológico de Cabeça de Vaiamonte (Monforte/ Portugal). In FABIÃO, C. - PIMENTA, J. (eds.) - *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira (*CIRA Arqueologia* 3): 322-342.

PEREIRA, T. R. (2018) - *O papel do exército no processo de romanização: a Cabeça de Vaiamonte (Monforte) como estudo de caso*. Tese de doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PEREIRA, V. - SOARES, J. - TAVARES DA SILVA, C. (2017) - Understanding the First Chalcolithic Communities of Estremadura: Zooarchaeology of Castro de Chibanés, Portugal. Preliminary Results. *Papers from the Institute of Archaeology* 27-1: 1-11.

PIMENTA, J. (2005) - *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa (*Trabalhos de Arqueologia* 41).

PIMENTA, J. (2007) - A Importação de ânforas de preparados piscícolas em Olisipo (séculos II-I a.C.). In ARÉVALO, A. - LAGÓSTENA, L. - BERNAL, D. (eds.) - *CETARIAE 2005: salsas y salazones de pescado en occidente durante la Antigüedad: actas del congreso internacional (Cádiz, 7-9 noviembre de 2005)*. Cádiz: 221-233.

PIMENTA, J. (coord.) (2013) - *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Lisboa / Vila Franca de Xira.

PIMENTA, J. - ARRUDA, A. (2014) - Novos dados para o estudo dos Chões de Alampé - Santarém. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 21: 375-392.

PIMENTA, J. - CALADO, M. - LEITÃO, M. (2005) - Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8: 313-334.

PIMENTA, J. - CALADO, M. - LEITÃO, M. (2013) - Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa. A intervenção da Rua de São João da Praça. In ARRUDA, A. (ed.) - *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar. (Actas do VI th. Congress of Phoenician and Punic Studies. Lisboa 26 de Setembro a 1 de Outubro de 2005)*. Lisboa: 724-735.

PIMENTA, J. - GASPAS, A. - GOMES, A. - MOTA, N. - MIRANDA, P. (2014) - O estabelecimento romano republicano de Olisipo: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.16 20) - Lisboa. In FABIÃO, C. - PIMENTA, J. (eds.) - *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização*

do Vale do Tejo. Vila Franca de Xira (*CIRA Arqueologia* 3): 122-148.

PIMENTA, J. - HENRIQUES, E. - MENDES, H. (2012) - *O Acampamento romano de Alto dos Cacos – Almeirim*. Almeirim.

PIMENTA J. - MENDES H. (2008) - Descoberta do povoado pré-romano de Porto Sabugueiro (Muge). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 11-2: 171-194.

PIMENTA J. - MENDES H. (2015) - Casal dos Pegos I e o Povoamento Orientalizante do Rio da Silveira (Vila Franca de Xira). *CIRA Arqueologia* 4: 19-54.

PIMENTA, J. - MENDES, H. - MADEIRA, F. (2009) - O Povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 12- 2: 177-208.

PINTO, I.V. - SCHMITT, A. (2010) - Cerâmica Comum. In ALARCÃO, J. - CARVALHO, P. - GONÇALVES, A. (coord.) - *Castelo da Lousa - Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Mérida (*Studia Lusitana* 5): 219-443.

PONTE, S. da (1979) - As fíbulas de Miróbriga. *Setúbal Arqueológica* V: 195-201.

PONTE, S. da (2006) - *Corpus signorum das fíbulas: proto-históricas e romanas de Portugal*. Casal de Cambra.

PY, M. (1993) - "Unguentariums". In *Dictionnaire des Céramiques Antiques en Méditerranée nord-occidentale*. Lattes (*Lattara* 6): 581-584.

QUESADA SANZ, F. (2008) - Armamento romano e ibérico em Urso (Osuna): testimonio de uma época. *Cuadernos de los amigos de los Museos de Osuna* 10: 13-19.

RAMÓN TORRES, J. (1995) - *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central y occidental*. Barcelona (*Collecció Instrumenta* 2).

RICCI, A. (1985) - Ceramica a pareti sottili. In *Atlante delle Forme Ceramiche*. Roma (2 vols).

RUANO RUIZ, E. (1996) - *Las Cuentas de Vidrio Prerromanas del Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera*. Ibiza (*Traballs del Museu Arqueològic D'Eivissa I Formentera*).

RUANO RUIZ, E. (2000) - *Las cuentas de vidrio halladas en España desde la Edad del Bronce hasta el Mundo Romano*. Madrid.

SÁEZ ROMERO, A. M. (2008) - *La producción cerámica en Gadir en época tardopúnica (siglos -III/-I)*. Oxford (*B.A.R International Series* 1812, 2 vols).

SÁEZ ROMERO, A. M. - BERNAL CASASOLA, D. - GARCÍA VARGAS, E. - DÍAZ RODRÍGUEZ, J. J. (2016) - Ramon T-7433 (Costa Bética). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/ramon-t-7433-baetica-coast>), 10 julio, 2016. (Consulta 21-07-2017).

- SOARES, J. (2003) - *Os hipogeus pré-históricos da Quinta do Anjo (Palmela) e as economias do simbólico*. Setúbal.
- SOARES, J. - TAVARES DA SILVA, C. (1973) - Ocupação do período Proto-Romano do povoado do Pedrão (Setúbal). In *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: 245-305.
- SOARES, J. - TAVARES DA SILVA, C. (1979) - Cerâmica pré-romana de Miróbriga (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica V*: 159-194.
- SOARES, J. - TAVARES DA SILVA, C. (1984) - Le Groupe de Palmela dans le cadre de la céramique campaniforme au Portugal. In GUILAINE, J. (ed.) - *L'Age du Cuivre Européen. Civilisations a Vases Campaniformes*. Toulouse: 209-220.
- SOARES, J. - TAVARES DA SILVA, C. (1986) - Ocupação pré-romana de Setúbal: escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos. In *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, Setúbal, 1985*. Lisboa (*Trabalhos de Arqueologia 3*): 87-101.
- SOARES, J. - TAVARES DA SILVA, C. (2014) - O projecto de Investigação Arqueológica "CIB" e a campanha de escavações Chibanes/2012. *Musa. Museus, Arqueologia & Outros Patrimónios 4*: 75-98.
- SORIA, V. (2018) - *La ceramica a vernice nera italica e le imitazioni a impasto grigio in Portogallo tra il II e il I secolo a.C.: una prospettiva di studio*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SOUSA, E. (2009) - *A cerâmica de Tipo Kuass no Algarve*. Lisboa (*Cadernos da Uniarq 4*).
- SOUSA, E. (2010) - The use of "Kouass ware" during the republican period in Algarve (Portugal). In BIEGERT, S. - *Rei Cretariae Romanae Acta 4*. Bonn: 523-528.
- SOUSA, E. (2014) - *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*. Lisboa (*Estudos e Memórias 7*).
- SOUSA, E. (2016a) - From Greek to Roman Pottery in the Far West. In JAPP, S. - KÖGLER, P. (eds.) - *Traditions and Innovations. Tracking the Development of Pottery from the Late Classical to the Early Imperial Periods*. Viena: 17-28.
- SOUSA, E. - ARRUDA, A. (2013) - A cerâmica de tipo Kuass de Monte Molião (Lagos). In ARNAUD, J. - MARTINS, A. - NEVES, C. (eds.) - *Arqueologia em Portugal - 150 Anos*. Lisboa: 651-659.
- SOUSA, E. - ARRUDA, A. (2014a) - Italics and Hispanics in Southwest Iberia in the Dawn of the Roman-Republican period: the common ware of Monte Molião (Lagos, Portugal). In BIEGERT, S. (ed.) - *Rei Cretariae Romanae Acta 4*. Bonn: 663-670.
- SOUSA, E. - ARRUDA, A. (2014b) - A cerâmica comum romano-republicana de Monte Molião (Lagos). *Onuba 2*: 55-90.
- SOUSA, E. - ARRUDA, A. (2018) - A cerâmica de paredes finas de Monte Molião (Lagos, Portugal). *CuPAUAM 44*: 201-226.
- SOUSA, E. - ARRUDA, A. (2018a) - Ceramic Unguentaria from Scallabis (Santarém, Portugal). In BERNAL CASASOLA, D. - CVJETICANIN, T. - DUGGAN, M. - KENRICK, P.M. - MENCHELLI, S. - MEYER-FREULER, C. - SLANE K.W. (eds.) - *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta 45*. Bona: 47-53.
- SOUSA, E. - PIMENTA, J. (2014) - A produção de ânforas no estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. In MORAIS, R. - FERNÁNDEZ, A. - SOUSA, M. J. (eds.), - *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia. Monografias Ex Officina Hispana II*. Porto, vol. 1: 303-315.
- SOUSA, E. - PIMENTA, J. (2017) - Produções Cerâmicas de Inspiração Grega no Vale do Baixo Tejo. In ARNAUD, J. M. - MARTINS, A. (eds.) - *Arqueologia Em Portugal. 2017 - Estado da Questão*. Lisboa: 887-895.
- TAVARES DA SILVA, C. (1978) - Ocupação da II Idade do Ferro da Pedra da Atalaia (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica IV*: 117- 132.
- TAVARES DA SILVA, C. (2011) - No Baixo Sado: Da presença Fenícia à Imperatoria Salacia. In CARDOSO, J. L. - ALMAGRO-GORBEA, M. (eds.) - *Lucius Cornelius Bocchus. Escritor Lusitano da Idade da Prata da Literatura Latina*. Lisboa-Madrid: 57-71.
- TAVARES DA SILVA, C. (2017) - Entre os Estuários do Tejo e do Sado na 2.ª Metade Do III Milénio Bc: O Fenómeno Campaniforme. In GONÇALVES, V. S. (ed.) - *Sinos e Taças. Junto ao Oceano e Mais Longe. Aspectos da Presença Campaniforme na Península Ibérica*. Lisboa (*Estudos & Memórias 10*): 142-157.
- TAVARES DA SILVA C. - SOARES, J. (1986) - *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa.
- TAVARES DA SILVA, C. - SOARES, J. (1997) - Chibanes revisitado: primeiros resultados da campanha de escavações de 1996. *Estudos Orientais VI (Homenagem ao Professor António Augusto Tavares)*: 33-66.
- TAVARES DA SILVA, C. - SOARES, J. (2012) - Castro de Chibanes (Palmela). Do III milénio ao século I a.C. In FERNANDES, I.C. - SANTOS, M.T. (eds.) - *Palmela Arqueológica no Contexto da Região Interestuarina Sado-Tejo*. Palmela: 67-87.
- TAVARES DA SILVA, C. - SOARES, J. (2014) - O Castro de Chibanes (Palmela) e o tempo social do III milénio BC na Estremadura. In TAVARES DA SILVA, C. - SOARES, J. (dir.) - *II Encontro de Arqueologia da Arrábida. Homenagem a A. I. Marques da Costa*. Setúbal (*Setúbal Arqueológica 15*): 105-172.

TAVARES DA SILVA, C. - SOARES, J. - BEIRÃO, C. de M.
- DIAS, L. F. - SOARES, A. C. (1980-1981) - Escavações
arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha
de 1979). *Setúbal Arqueológica* 6-7: 149-218.

TCHERNIA, A. (1986) - *Le Vin de l'Italie Romaine. Essai
d'Histoire Economique d'Aprés les Amphores*. Paris.

TERESO, J. P. (2014) - Vestígios arqueobotânicos do
III milénio cal BC de Chibanes (Palmela, Setúbal). In
TAVARES DA SILVA, C. - SOARES, J. (dir.) - *II Encontro de
Arqueologia da Arrábida. Homenagem a A. I. Marques
da Costa*. Setúbal (*Setúbal Arqueológica* 15): 173-180.

TRINDADE, L.; DIOGO, A.M. (1998) - Ânforas Romanas
provenientes do Castro de Chibanes. *Al-Madan* II-7:
172-173.

ULBERT, G. (1984) - *Cáceres el Viejo. Ein
spätrepublikanisches Legionlâger in Spanisch-
Extremadura*. Mainz am Rhein (*Madriider Beiträge* 11).

OPHIUSSA

VOLUME 3, 2019, PÁGINAS 81-91. SUBMETIDO A 31.03.2019. ACEITE A 16.07.2019.

A TERRA SIGILLATA DO CASTRO DE ROMARIZ (SANTA MARIA DA FEIRA, AVEIRO): DA ROMANIZAÇÃO AO ABANDONO DE UM POVOADO FORTIFICADO NO NOROESTE PENINSULAR

TERRA SIGILLATA FROM CASTRO DE ROMARIZ (SANTA MARIA DA FEIRA, AVEIRO): ROMANIZATION AND ABANDONMENT OF A HILLTOP SETTLEMENT IN NW IBERIAN PENINSULA

GIL VILARINHO¹

RESUMO

As intervenções arqueológicas decorridas no Castro de Romariz permitiram identificar um povoado da Idade do Ferro com uma diacronia que se estende do século V a.C. aos primeiros séculos da nossa era. Através do estudo do conjunto de *terra sigillata* inumado, pretende-se dar um contributo para a compreensão da última fase de ocupação do povoado, analisando os padrões de consumo mas também procurando estabelecer relações crono-estratigráficas que permitem compreender melhor a evolução do sítio ao longo do séc. I d.C., e o subsequente processo de romanização, até ao seu abandono, ocorrido no século II d.C.. Através da análise da distribuição espacial dos fragmentos foi possível atentar sobre a funcionalidade de várias estruturas que constituem a *domus*, a maior habitação até então escavada no castro.

Palavras-chave: Castro de Romariz, cerâmica fina romana, consumo, crono-estratigrafia, funcionalidades espaciais.

ABSTRACT

The excavations carried out at Castro de Romariz revealed a sizable Iron Age settlement with a chronological scope extending from the 5th century BC to the first centuries AD. By studying the *terra sigillata* unearthed during these interventions, we seek to focus on the last phase of occupation and, through the analysis of the chrono-stratigraphic and consumption patterns, we try to outline the settlement's evolution during the romanization process and its subsequent abandonment in the 2nd century AD. Considering the spatial distribution of *terra sigillata* fragments, it was also possible to assess the functionality of several structures that constitute the so-called *domus*, which is the largest dwelling excavated hitherto at the site.

Keywords: Castro de Romariz, roman fine ware, consumption, chrono-stratigraphy, space functionalities.

1. INTRODUÇÃO

O presente texto reporta ao estudo do conjunto de *terra sigillata* depositado no Laboratório de Conservação e Restauro da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, resultante das campanhas de escavação no Castro de Romariz decorridas nos anos quarenta do século XX e, mais recentemente, de 1980 a 2003.

As intervenções arqueológicas realizadas no Castro de Romariz, localizado no município de Santa Maria da Feira, distrito de Aveiro, contam com mais de um século de história. A descoberta de um tesouro monetário levou a que em 1843 tivessem início os primeiros trabalhos arqueológicos no local, no decorrer dos quais foram identificadas algumas estruturas de planta circular (Centeno 2011). Quase um século mais tarde, Manuel dos Santos, o então pároco de Romariz, realiza novas escavações no local e destas resultam a grande maioria das estruturas que hoje se encontram visíveis no Castro de Romariz, bem como uma grande quantidade de materiais (Santos 1940), sem ter havido, no entanto, um registo cuidado das escavações. Em 1980 tem início uma série de campanhas de escavação, promovidas pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto,

localizadas no sector oeste do povoado, e das quais resultou a descoberta, logo nas intervenções de 1980 e 1981, da maior estrutura habitacional conhecida até então, interpretada como uma possível *domus* (fig. 1), e que tem vindo a ser alvo de vários estudos desde então (Centeno 2011).

A *domus* destaca-se não só enquanto a habitação de maior dimensão até agora escavada no Castro de Romariz, mas também pelas evidências da romanização verificadas na tipologia da sua construção. Segundo Centeno (2011: 19), trata-se de uma casa castreja romanizada que, na sua fase final, se estendia por cerca de 385m², dos quais 228 seriam área coberta. As técnicas de construção de influência romana verificam-se pela presença de blocos esquadriados, sobretudo os cunhais, o revestimento de paredes com reboco, pintado no interior, e a cobertura com *tegula* e *imbrex* de todos os compartimentos que constituíam a habitação (Centeno 2011), com excepção das duas estruturas de planta circular que manteriam coberturas em materiais perecíveis. A área murada que constituía a *domus* era dominada por um pátio central lajeado que teria a função semelhante à de um átrio de uma casa típica romana, como poderá demonstrar a mesa com colunelo identificada no decorrer das



Fig. 1 - Planta da área escavada do Castro de Romariz. A castanho assinala-se a área da *domus*, intervencionada nas campanhas 1980-2003 (Adaptado de Centeno 2011).

escavações (Centeno 2011). Esta área seria delimitada por arruamentos a norte, este e sul e pela muralha da plataforma superior do castro a oeste (Centeno 2011), à qual, no entanto, não encostava directamente.

O estudo do conjunto de *terra sigillata* abordado seguirá três linhas de investigação: a primeira analisa o conjunto total da *terra sigillata*, incluindo os fragmentos sem contexto estratigráfico das escavações do padre Manuel dos Santos, relativamente às produções e formas identificadas, a fim de tentarmos compreender os padrões de consumo do antigo povoado; a segunda procura obter uma leitura crono-estratigráfica das camadas identificadas no sector oeste do Castro de Romariz, aquando da escavação da *domus*; a terceira, por sua vez, analisa a distribuição espacial dos fragmentos pelas várias estruturas identificadas, por forma a tentar compreender a possível funcionalidade de cada um dos espaços.

2. TERRA SIGILLATA DO CASTRO DE ROMARIZ: UMA ANÁLISE GLOBAL

Foram analisados 158 fragmentos de *terra sigillata*, correspondentes à totalidade do espólio depositado no laboratório da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Não obstante não ter existido qualquer critério de seleção das produções a estudar, a totalidade dos fragmentos corresponde a produções alto-imperiais. Do total de 158 fragmentos, 34 têm a sua origem nas escavações do padre Manuel dos Santos e, como já referimos, o seu contexto não é conhecido com exatidão. Os restantes 124 fragmentos são todos eles provenientes das escavações mais recentes no sector oeste do povoado, onde foi identificada a estrutura de influência romana já referida (Centeno 2011).

Relativamente às produções, a *terra sigillata* itálica (TSI) tem uma expressão residual, uma vez que foi possível identificar somente 5 fragmentos, correspondente a apenas 3% do total da amostra. Por sua vez, as produções de *terra sigillata* sudgálica (TSSG) e *terra sigillata* hispânica (TSH) dominam a totalidade do conjunto de forma bastante equilibrada, com cerca de 76 fragmentos a primeira e 77 a segunda, correspondendo a sudgálica a cerca de 48% e a hispânica a 49% do total (vd. fig. 2). A esmagadora maioria da amostra é constituída por formas lisas, sendo que apenas foram identificados 3 fragmentos decorados e apenas um destes permitiu identificar a tipologia com segurança. O número mínimo de indivíduos (NMI) foi obtido considerando

como um só indivíduo todos os fragmentos que pudessem ser da mesma peça, sendo que ficaram logo excluídos muitos dos fragmentos de paredes, cujo elevado estado de fragmentação poderia criar resultados falaciosos (vd. fig. 2).

A *terra sigillata* itálica é, como referimos acima, residual no contexto da amostra estudada, contando com apenas com um total de 5 fragmentos, a partir dos quais foi possível identificar dois fabricos: o primeiro, em maior número, caracterizado por uma pasta de coloração alaranjada, compacta, com uma textura algo granulosa, fractura recta, um número bastante reduzido de desengordurantes minúsculos e um engobe castanho-avermelhado, espesso, homogéneo e com algum brilho; o segundo fabrico, verificado em dois fragmentos, apresenta uma pasta rosada, com uma textura um pouco granulosa, fractura recta e elementos não plásticos de pequena dimensão, com um engobe vermelho, pouco aderente e pouco brilhante.

Quanto às formas, é possível identificar três tipologias distintas no conjunto analisado, duas das quais, no entanto, não foi possível identificar com segurança, devido ao elevado nível de fragmentação que apresentam. O único indivíduo que permite uma identificação mais segura trata-se de metade de um fundo com cerca de 4 cm de diâmetro que corresponderá à forma Consp. 22 ou 23. Neste foi ainda possível identificar uma marca de oleiro *in planta pedis* que, no entanto, dada a fractura do fundo, não permitiu a leitura completa, sendo apenas possível identificar as letras -NE, de forma que não foi possível identificar o oleiro em questão (fig. 3, nº 1). Não obstante, esta marca permite balizar cronologicamente a peça no período de Tibério, uma vez que as marcas *in planta pedis* surgem apenas em 15 d.C. (Silva 2012).

Através da análise macroscópica das pastas, foi possível apurar que 75 fragmentos da amostra de *terra sigillata* sudgálica correspondem à produção de La Graufesenque, com uma pasta caracterizada pela sua coloração vermelha escura, embora com algumas variantes, textura muito fina, homogénea, dura e de fractura concoidal, pouquíssimos vacúolos alongados e elementos não plásticos de pequena dimensão. Pese embora um grande número de fragmentos se encontrar bastante degradado, o engobe apresentado é, por norma, espesso, de brilho lustroso e coloração vermelho-acastanhado.

Quanto às formas, apenas foram identificados exemplares lisos, todos de boa produção, com grande predominância da canelura interior do

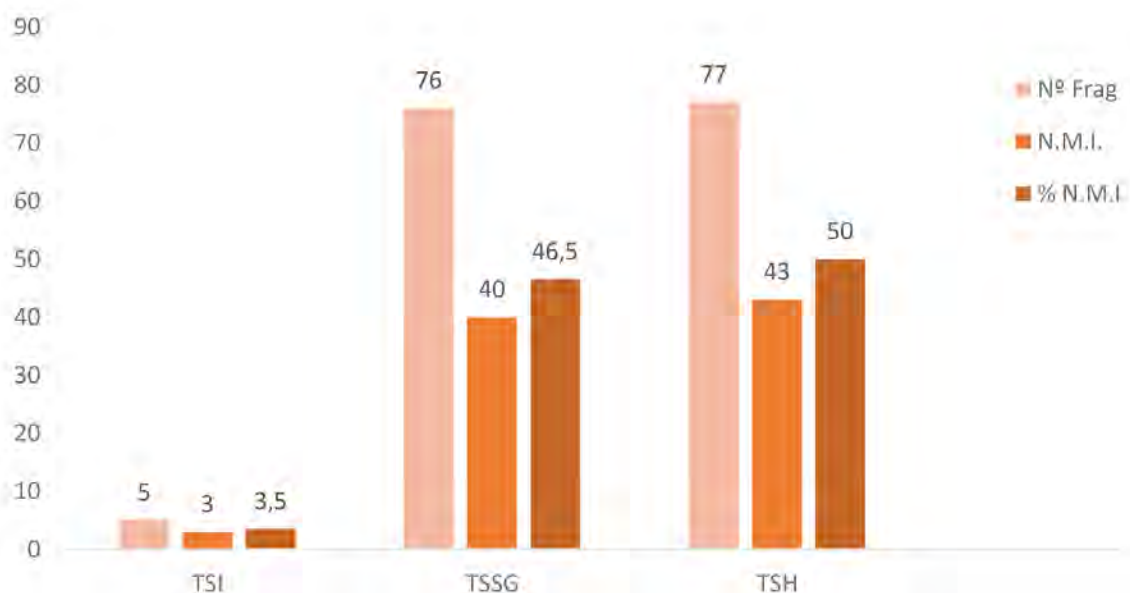


Fig. 2 - Produções de *terra sigillata* presentes no Castro de Romariz.

bordo e pés altos, e estão circunscritos às quatro formas mais comuns: Dragendorff 15/17, Drag. 18/31, Drag. 24/25 e Drag. 27. A forma mais comum é a Drag. 27 com 11 indivíduos identificados (fig. 3, nº 2, 3 e 4), seguida em igual número pela Drag. 15/17, dos quais 4 indivíduos se identificam com a variante Drag. 15/17B. A forma Drag. 18/31 também tem expressão na amostra do Castro de Romariz, com cerca de 9 indivíduos, sendo, por sua vez, a forma Drag. 24/25 (fig. 3, nº 5) a identificada em menor quantidade, com cerca de 5 indivíduos identificados. Um fragmento, que não permitiu identificar forma, parece ter tido origem no centro produtor de Montans, uma vez que apresenta uma pasta de tonalidade acastanhada, dura, de textura fina e de fractura irregular, bem como um engobe de tonalidades mais claras que os restantes.

Da análise de todo o conjunto de fragmentos de *terra sigillata* sudgálica foi ainda possível identificar duas marcas de oleiro, embora, devido ao elevado nível de fragmentação, apenas uma permita identificar a tipologia da marca: cartela com ângulos arredondados; como tal, não foi possível obter qualquer informação relativa aos oleiros.

No âmbito da *terra sigillata* hispânica, a totalidade dos 77 fragmentos parece corresponder ao grande centro produtor de *Tritium Magallum*, com uma pasta caracterizada pela coloração vermelho-alaranjada, textura rugosa, com pequenos vacúolos redondos e desengordurantes de pequenas dimensões. Os engobes desta produção são,

genericamente, espessos e de coloração castanho-avermelhada ou laranja forte (Carvalho 2002). Dois fragmentos, no entanto, apresentarem pastas cujas características diferem um pouco das restantes, sendo estas de coloração mais clara com um engobe fino acastanhado. Este fabrico parece corresponder com uma já identificado por Carvalho (2002: 121) no castro de Monte Mozinho e poderá ter a sua origem na produção de ateliers satélite do centro de *Tritium Magallum*, possivelmente no vale do Douro (Carvalho 2002).

Relativamente às formas, apenas 3 fragmentos apresentam decoração (fig. 4, nº 11 e 12), embora bastante desgastada, sendo que apenas um permite a identificação da Forma 37, com a característica decoração com círculos (fig. 4, nº 11). Outro fragmento, que não foi possível identificar a forma com a devida certeza, possui decoração de elementos vegetais e animais, sendo possível identificar o que poderá corresponder a um animal em movimento, um motivo decorativo também bastante comum.

Dos outros 74 fragmentos foi possível identificar 43 indivíduos distintos (NMI), dos quais 37 permitiram identificar forma com segurança. A forma com maior expressão na amostra do Castro de Romariz é a Forma 15/17, com cerca de 19 indivíduos (fig. 3, nº 9 e 10), uma tendência já identificada noutros sítios arqueológicos (Carvalho 2002, Morais 2004, Quaresma 2009), sendo que a maioria dos exemplares por nós identificados parecem corresponder à variante 15/17e identificada por Bustamante

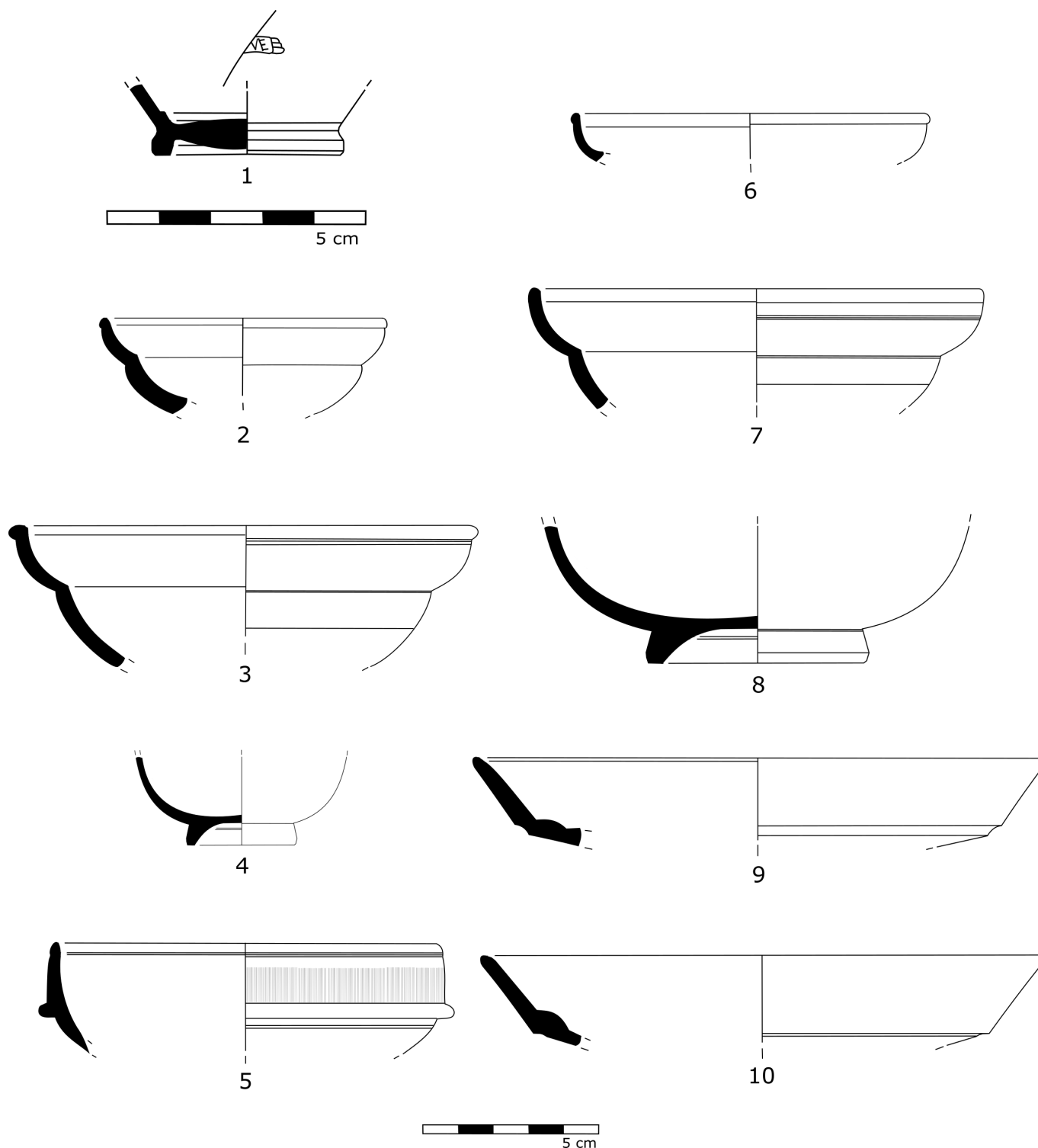


Fig. 3 - Formas lisas de TSI (1), TSSG (2-5) e TSH (6-10).

(2013: 84). Segue-se a Forma 27, representada por 9 indivíduos (fig. 3, nº 6, 7 e 8). De acordo com Bustamante (2013: 96), foi possível identificar dois subtipos: o primeiro, datado de época flávia com um bordo bem definido, parede constituída por dois quartos de círculo de proporções semelhantes e pé

com anelar acentuado (fig. 3, nº 6); o segundo, que terá surgido no período de Trajano, com o bordo menos definido, a diminuição da proporção e ligeira abertura do quarto de ciclo superior, bem como uma redução do pé (fig. 3, nº 7 e 8). As tipologias Forma 4 e Forma 24/25 estão representadas com 3 indivíduos

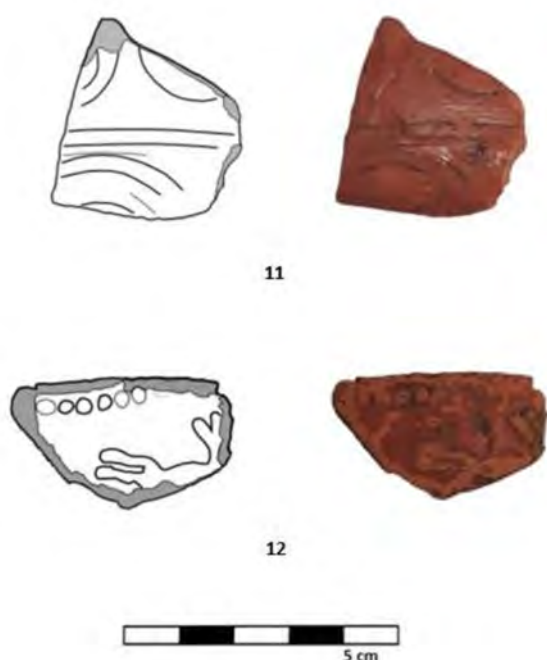


Fig. 4 - Fragmentos decorados de TSH.

cada, enquanto que as Forma 8, Forma 18/31 e Forma 36 figuram apenas com um indivíduo cada.

Apesar da produção hispânica estar em maior número, no que toca à quantidade de fragmentos, não foi possível identificar qualquer marca de oleiro nesta produção.

Da análise global do conjunto de *terra sigillata* do Castro de Romariz, é possível identificar dois momentos no consumo destas produções cerâmicas no povoado, certamente associados ao processo de romanização do noroeste peninsular. A primeira fase caracteriza-se por um consumo pontual, caracterizado por apenas algumas peças de *sigillata* itálica, num período cronológico balizado no início do séc. I em que o processo de romanização era ainda muito incipiente. A segunda fase caracteriza-se já por um consumo mais desenvolvido, com a chegada das produções sudgálicas, provavelmente logo a partir de 40-50 d.C., a julgar pela presença da forma Drag. 15/17B, cuja produção terá cessado em época de Nero (Quaresma 2003), e que se terá mantido até época flávia, a julgar pelo número de indivíduos da forma Drag. 18/31 identificados (Quaresma 2003). No período de Vespasiano surge a produção Hispânica (Bustamante 2013), que, no final do século I, vai substituir paulatinamente as produções sudgálicas no abastecimento do Castro de Romariz, e cujo consumo parece continuar até ao abandono do povoado em meados do século II.

3. A DOMUS: UMA PERSPECTIVA CRONO-ESTRATIGRÁFICA

As intervenções realizadas no Castro de Romariz entre 1980 e 2003, sob a direcção de Rui Centeno e Armando Coelho (Centeno - Silva 1982), seguiram já uma metodologia que permitiu o registo dos achados por zona, através da implementação de uma grelha de quadrículas, e por camadas estratigráficas. Não obstante, deve de notar-se que esta metodologia atribui camadas transversais a toda a área de escavação, o que pode causar, como é óbvio, graves erros de interpretação. Procuramos esclarecer esta questão mais adiante.

No decorrer da escavação, foram identificadas cerca de sete camadas diferentes (fig. 5), no entanto, apenas as primeiras 4 são de interesse para o estudo em questão. Com efeito, estas correspondem aos níveis da ocupação do período romano onde foram registados todos os fragmentos de *terra sigillata*.

Segundo Centeno (2011: 29), a descrição das camadas é a seguinte:

“(00) – camada de terra castanha vegetal, granulosa e humosa, geralmente com quantidades muito reduzidas de materiais;

(01) – camada castanha escura, pouco compacta, com raízes e muita pedra de pequenas e grandes dimensões do derrube das estruturas, com alguns materiais em geral pouco significativos;

(02) – camada de terra castanho-amarelada, resultado da presença dos rebocos e argamassas utilizadas nas construções, compacta, com alguma pedra, *tegula* e *imbrex* e materiais diversos romanos; no final desta camada, sobre os pisos foi recolhida cerâmica micácea, feita à roda, cerâmica cinzenta fina polida e diversa cerâmica romana, vidros e moedas da segunda metade do séc. I a.C. até aos finais do séc. I;

(03) – pisos de barro de qualidade distinta e geralmente endurecidos por acção do fogo, no interior das diferentes unidades, à excepção da unidade ROM II, é lajeados assentes numa camada de terra saibrenta no exterior;

(04) – camada de terra barrenta, acinzentada, muito compacta na parte superior, com bastante cerâmica micácea feita à mão e à roda, sendo alguma decorada, um fragmento de ânfora republicana

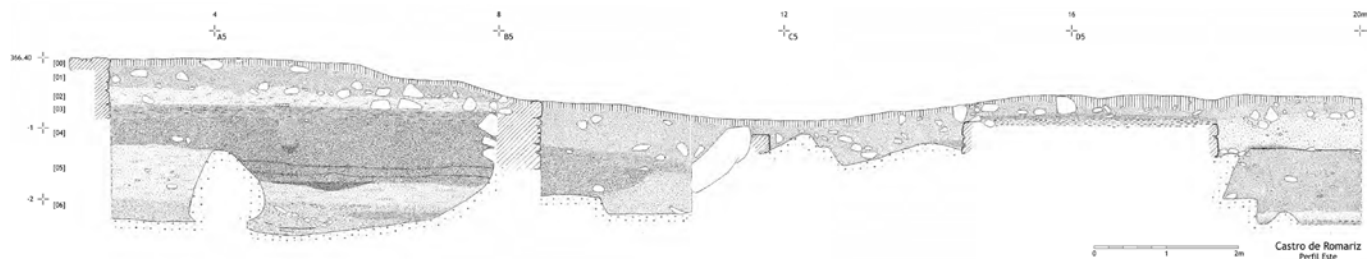


Fig. 5 - Corte estratigráfico do perfil oeste da área da *domus* (adaptado de Centeno, 2011).

com pasta alaranjada e também dois fragmentos de cerâmica campaniense B, pertencentes a vasos diferentes; (...)"

Estas descrições devem, contudo, ser tomadas em conta com a devida reserva, uma vez que, como referimos anteriormente, a metodologia utilizada atribui estas camadas de forma transversal a toda a área escavada. Assim sendo, é importante compreender que enquanto as camadas 00, 01 e 02 se estendem, de forma mais ou menos homogénea, por toda a área escavada, o mesmo não acontece com a camada 03 e, menos ainda, a camada 04. Com efeito, a camada 03 limita-se ao interior de estruturas e algumas áreas anexas. No que diz respeito à área murada da *domus*, a camada 03 foi a última alcançada durante a escavação, dado que se trata do piso de circulação das estruturas, com excepção para a estrutura II (vd. fig. 7), onde foi realizada uma sondagem, à qual corresponde a descrição da camada 04 dada por Rui Centeno (2011: 30).

De forma a tentar contornar esta lacuna da metodologia aplicada e, assim, evitar leituras falaciosas, opta-se por fazer a análise crono-estratigráfica apenas com os fragmentos provenientes da escavação das estruturas do interior da área murada da *domus*. A individualização destes em relação ao total da amostra torna-se possível devido ao facto de todos os fragmentos terem sido catalogados com a informação relativa à estrutura e quadrícula onde foram identificados.

Posto isto, da amostra total de 124 fragmentos, 54 foram catalogados como provenientes das camadas escavadas no interior da *domus*. Da análise da distribuição desses fragmentos de *terra sigillata* (vd. fig. 6), verificamos que é a camada 02 a que apresenta uma maior concentração dessa categoria cerâmica, (70%), com um total de 38 fragmentos, dos quais 21 correspondem a produções TSSG, 16 a TSH e apenas 1 fragmento de TSI. Segue-se a camada 01 (24%), com 13 fragmentos identificados, dos quais

7 são TSSG, 5 TSH e apenas 1 da produção TSI. Estas duas camadas estendem-se por toda a área da *domus*, sendo que a camada 02 cobre zonas de afloramento, os lajeados do pátio e ainda os pisos de circulação das várias estruturas, identificados com a camada 03. Nestes pisos de circulação, camada 03, foram identificados 2 fragmentos de *terra sigillata*, 1 de TSSG, numa área da *domus* que Rui Centeno (2011: 28) identificou como zona de guarda de animais e, como tal, não permite leituras muito seguras; e 1 de TSH, sendo este último uma forma decorada. A camada 04 identificada na área da *domus* corresponde, como referido anteriormente, a uma sondagem realizada na zona da estrutura II e conta com um fragmento de *terra sigillata* itálica. Considerando que esta camada se encontra imediatamente abaixo do piso de circulação da estrutura II, e tendo em conta o espólio, descrito por Centeno (2011: 30), de cerâmica micácea, um fragmento de ânfora Haltern 70 e ainda fragmentos de cerâmica campaniense B, é possível balizar cronologicamente esta camada na segunda metade do século I a.C.. Assim sendo, o início da construção das estruturas de influência romana terá ocorrido no final do século I a.C. ou inícios do século I d.C., conforme já havia sido proposto por Rui Centeno (2011: 15).

A *domus* terá sido alvo de novas construções e algumas remodelações ao longo do século I d.C., sendo que a última terá ocorrido já no último quartel do século I ou na transição para o século II d.C., como sugere a presença de um fragmento de *terra sigillata* hispânica na camada 03, um piso do de circulação, da estrutura VII. A *terra sigillata* das camadas 01 e 02 desta estrutura seriam bastante profícuas para compreender cronologicamente a fase final da ocupação do povoado, contudo não foi identificado qualquer outro fragmento.

Sem possibilidade de afinar de forma mais precisa os horizontes cronológicos das camadas 01 e 02, a análise do conjunto situa estas camadas num âmbito cronológico que se estende desde meados do

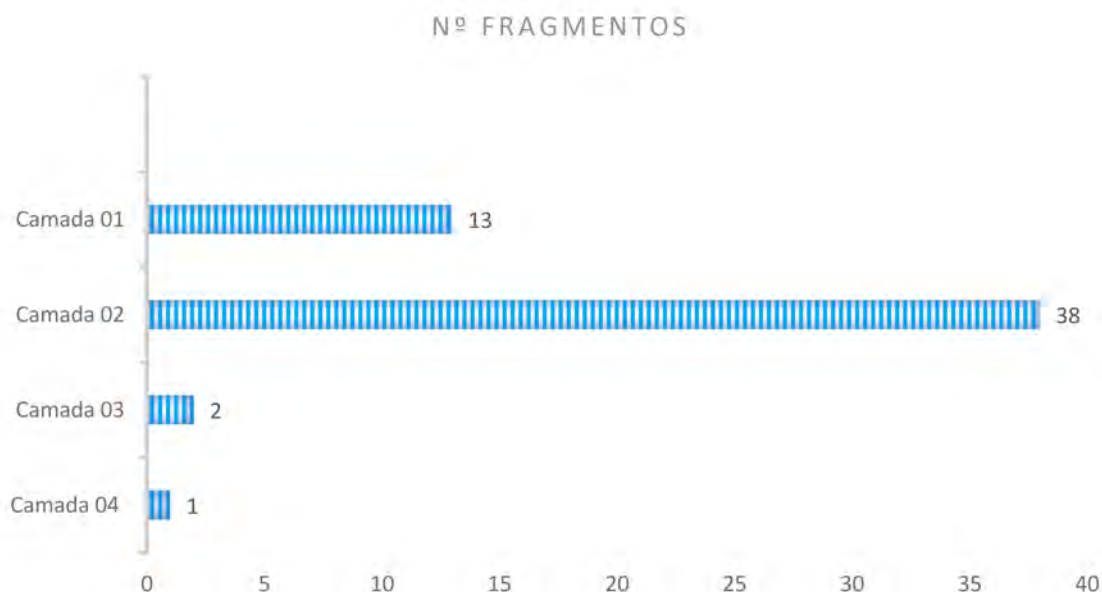


Fig. 6 - Distribuição dos fragmentos pela estratigrafia da área da *domus*.

século I até meados do século II d.C., sem ser possível definir uma interface cronológica clara entre os dois estratos. Apesar da camada 02 apresentar uma maior expressão da produção sudgálica, onde se identificam as formas Drag. 27, Drag. 24/25 e Drag. 15/17B, amplamente difundidas no período de Cláudio-Nero (Quaresma 2003), a expressiva quantidade de *terra sigillata* hispânica, com as Forma 15/17, Forma 24/25 e Forma 27, faz dilatar o âmbito cronológico até, pelo menos, ao principado de Trajano (Bustamante 2013). A cronologia da amostra da camada 01 é semelhante à da camada 02, não sendo, assim, possível afinar o respectivo horizonte cronológico com mais precisão.

4. A DOMUS: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E FUNCIONALIDADES

As escavações levadas a cabo até então no sector oeste, permitiram identificar 23 estruturas ou áreas que constituem a já referida *domus*, áreas envolventes desta e ainda outras estruturas (fig. 7), cuja descrição exaustiva, relativamente às dimensões, tipologias e formas de construção, é dada por Centeno (2011: 20-28). Através da análise da distribuição espacial da totalidade dos fragmentos de *terra sigillata* identificados, ao longo das várias campanhas, neste sector, tentamos obter não só uma ideia de consumo por estrutura, mas também, através disso, e no seguimento do que já foi tentado por Rui Centeno (2011), identificar a sua funcionalidade.

Da análise do Gráfico 3 é possível observar que as estruturas XIV e XV concentram a maior quantidade de fragmentos de *terra sigillata*. De acordo com os dados disponíveis, estas estruturas não correspondem a edificações *per se*, mas a áreas exteriores, abertas, cuja funcionalidade permanece indeterminada. Centeno (2011: 28) colocou a hipótese da estrutura XV, que faz parte da *domus*, poder corresponder à área onde seriam mantidos os animais domésticos, dada a facilidade com que, utilizando materiais perecíveis, se poderia criar uma área confinada onde estes permaneceriam.

A estrutura XIV, por sua vez, corresponde uma zona já exterior ao perímetro da habitação, tratando-se, possivelmente, de um dos arruamentos que a delimitavam. Tendo em conta estas características e o elevado número de fragmentos identificados nestas áreas, é plausível assumir que estas seriam também zonas de descarte de peças já fragmentadas. A estrutura I, uma das construções da *domus*, poderá corresponder, junto com a estrutura II, ao local onde se tomavam ou onde seriam preparadas as refeições, como já foi sugerido por Rui Centeno (2011: 27), e onde, possivelmente, seriam armazenados os serviços de mesa, de entre os quais se destacam as peças de *terra sigillata*. As restantes áreas apresentam uma concentração menor de fragmentos, podendo, em alguns casos, estes corresponderem a perdas ocasionais.

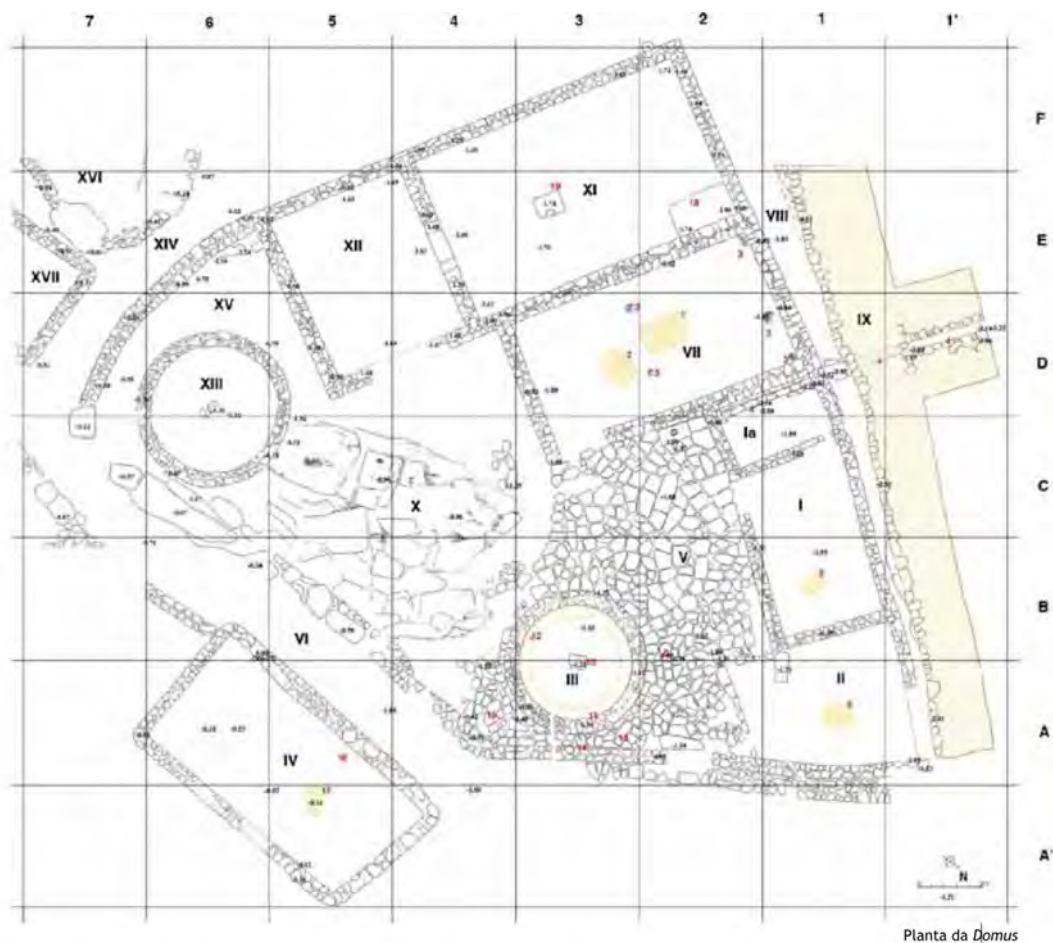


Fig. 7 - Planta da *domus* e as respectivas estruturas e áreas identificadas no decorrer das campanhas de 1980 a 2003 no sector oeste (Adaptado de R. Centeno 2011).

5.DISSCUSSÃO

O estudo da pequena amostra de *terra sigillata* do Castro de Romariz depositada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, permite avançar com várias hipóteses que passamos a discutir. Como se verificou, a análise da distribuição dos fragmentos de acordo com a estrutura/área onde foram identificados permite denotar uma maior concentração de fragmentos em dois espaços. Estes, as áreas XIV e XV, que correspondem ao que seria um arruamento e um espaço aberto da habitação, podem, assim, ter servido de zonas onde seriam descartadas peças já fragmentadas. Analisando apenas as várias divisões que constituem a *domus*, as estruturas I e II apresentam uma maior concentração de fragmentos, o que permite colocar a hipótese de poderem corresponder às zonas onde seriam consumidas ou preparadas as refeições. Apesar da *terra sigillata* ser uma louça fina de mesa, a sua concentração

nestes dois espaços não parece estar associada com o consumo de refeições, visto que a estrutura I possui uma área bastante limitada e a estrutura II seria uma área aberta, apenas com cobertura em *tegula* (Centeno 2011). Desta forma, a hipótese de se tratar de áreas da *domus* cuja funcionalidade seria a preparação das refeições parece mais plausível.

Relativamente aos padrões de consumo de *terra sigillata*, é possível, como já referimos, verificar que o consumo deste tipo de cerâmica no Castro de Romariz se desenvolve ao longo do século I d.C., certamente associado não só à romanização da população mas também derivado ao facto de terem sido desenvolvidas as rotas comerciais que permitiram a difusão dos produtos. Esta hipótese baseia-se na presença residual de *terra sigillata* itálica, conquanto 97% dos fragmentos estudados correspondem a produções datadas de 40-50 d.C. em diante, o que, então, permite diferenciar duas fases distintas de consumo. Além disso, estes resultados vão de

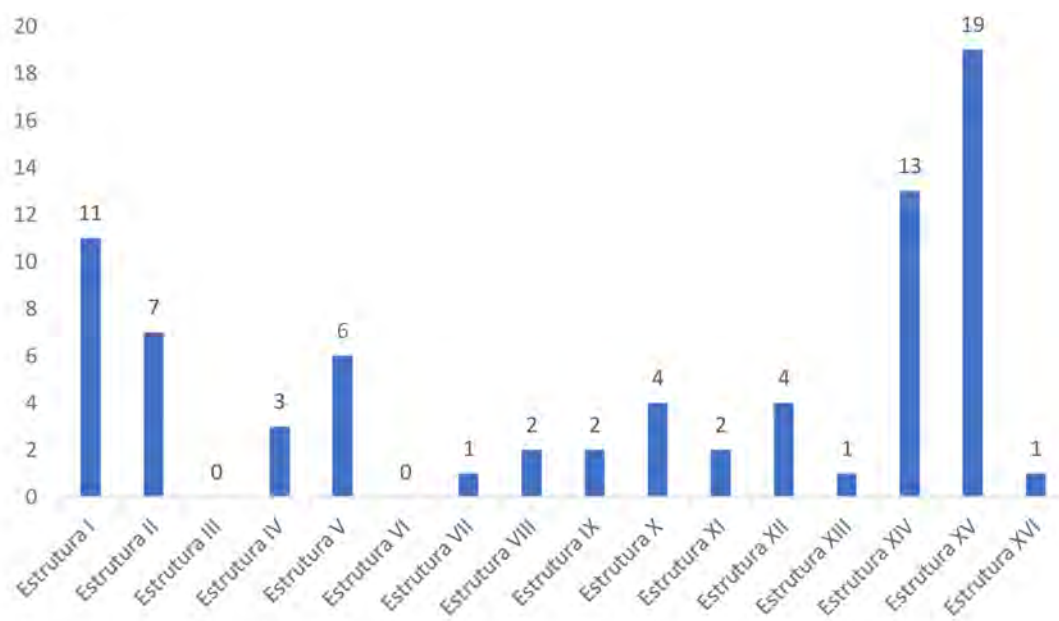


Fig. 8 - Número de fragmentos de *terra sigillata* por estrutura.

encontro ao panorama verificado noutros sítios da região, como é o caso de Monte Mozinho (Carvalho 2002), Braga (Morais 2004) e Conimbriga (Delgado - Mayet - Alarcão 1975). Por sua vez, o reportório tipológico que domina este consumo encontra-se dentro dos padrões de verificados um pouco por todo o ocidente peninsular (Morais 2004, Quaresma 2003, 2009, Viegas 2003, 2011).

A análise crono-estratigráfica focou somente a *terra sigillata* identificada no interior da área da *domus*, por forma evitar leituras falaciosas derivadas da metodologia de escavação utilizada e, assim, tentar estabelecer horizontes cronológicos mais precisos. Das quatro camadas onde foram identificados fragmentos de *terra sigillata*, a camada 04 é crucial para a compreensão do sítio, uma vez que, como vimos, se situa imediatamente abaixo do nível de circulação da *domus*, permitindo obter uma datação aproximada da sua construção. Com efeito, a identificação de um fragmento de *terra sigillata* itálica, juntamente com a descrição feita por Centeno de outros materiais encontrados nesta camada (Centeno 2011), permite estabelecer um âmbito cronológico para este estrato que se estende desde os finais do século II a.C. até ao fim do século I a.C., o que nos permite balizar cronologicamente a construção da *domus* no último quartel do século I a.C., como já havido sido proposto (Centeno 2011).

A camada 03 apresenta apenas dois fragmentos de *terra sigillata* e, embora um tenha sido identificado numa área de leitura pouco segura, o outro foi

descoberto no piso de circulação da estrutura VII. Tratando-se de uma forma decorada de *terra sigillata* hispânica, é possível colocar a hipótese deste piso de circulação datar de uma fase bastante posterior à construção da *domus*, uma vez que a produção de *terra sigillata* hispânica surge apenas no período de Vespasiano (Bustamante 2013). Deste modo, é bastante plausível assumir que esta habitação foi alvo de várias reparações, e possíveis melhoramentos, ao longo do século I d.C., sendo que a presença da produção hispânica aponta para que a última tenha ocorrido já no final do século I ou inícios do II d.C..

A análise da amostra de *terra sigillata* proveniente das camadas 01 e 02 seria, portanto, bastante importante para compreender a última fase de ocupação do povoado e obter uma cronologia precisa do abandono do sítio. No entanto, possivelmente derivado à metodologia de escavação aplicada, a análise dos fragmentos permitiu constatar um âmbito cronológico de mais de um século para estas camadas, sem ser possível detectar qualquer interface cronológica entre ambas. A presença da variante B da forma Drag. 15/17 da produção sudgálica faz recuar esta camada até meados do século I, cerca de 40-50 d.C., uma vez que, de acordo com Quaresma (2003), esta forma é característica do período de Cláudio, tendo a sua produção cessado pouco depois. Por outro lado, a expressão de *terra sigillata* hispânica, e sobretudo a presença de formas que podem datar já da primeira metade do século II d.C. (Bustamante 2013), levam a estender o

âmbito cronológico destas camadas e, conseqüente, a situar o abandono do povoado em meados do século II d.C. e não em finais do século I, como havia sido sugerido por Centeno (2011). Se tivermos em conta outros materiais identificados no decorrer da escavação destas camadas, Centeno refere, como se vimos anteriormente, que foi identificada “cerâmica cinzenta fina polida e diversa cerâmica romana, vidros e moedas da segunda metade do séc. I a.C. até aos finais do séc. I” (Centeno 2011: 29). O estudo, entretanto realizado, da cerâmica cinzenta fina polida do Castro de Romariz (Centeno - Morais - Soeiro 2014), permitiu a identificação de fabricos e tipologias, cujo âmbito cronológico se estende desde as primeiras décadas do século I até ao período antonino, ou seja, meados do século II d.C., apresentando, assim, um âmbito cronológico bastante semelhante ao da *terra sigillata*. Por outro lado, a falta de vestígios de *terra sigillata* africana A, que vai ganhando expressão nos contextos do ocidente peninsular ao longo do século II d.C. (Quaresma 2018), sobretudo na segunda metade, não permite avançar muito mais o horizonte cronológico destes estratos.

A conjugação de todos estes factores permite, então, situar o abandono do Castro de Romariz em meados do século II d.C.. Embora os dados disponíveis não permitam ainda conclusões definitivas, este abandono terá ocorrido no âmbito do processo de romanização do noroeste peninsular e de forma gradual, com as pessoas a fixarem-se, provavelmente, em zonas mais baixas nas imediações do antigo povoado, onde se documenta um tesouro monetário do século IV d.C. (Centeno 2011). Os estudos de outros materiais e futuras escavações continuam, no entanto, a ser fundamentais para poder compreender melhor a fase final de ocupação do povoado.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de deixar uma palavra de apreço a várias pessoas que contribuíram para a elaboração deste estudo. Ao Professor Dr. Rui Centeno, por disponibilizar o espólio que serve de base a este estudo, bem como os registos de campo. Ao Professor Dr. Rui Morais, pela formação e ajuda na identificação de fabricos e formas. Ao Professor Dr. José Carlos Quaresma pela revisão do texto.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUSTAMANTE, M. (2013) - *La terra sigillata hispánica en Augusta Emerita. Estudio tipocronológico a partir*

de los vertederos del subúrbio norte. Mérida (*Anejos de Archivo Español de Arqueología* LXV).

CARVALHO, T. P. (1993) - *A terra sigillata do Monte Mozinho (contributo para a história económica do povoado)*. Penafiel (col. *Cadernos do Museu* 3).

CARVALHO, T. P. (2002) - Monte Mozinho: a *terra sigillata* recuperada do Sector B. *Portugália* (Nova Serie) XXIII: 117-154.

CENTENO, R. - SILVA, A. C. (1982) - 1ª Campanha de escavações arqueológicas no Castro de Romariz (Vila da Feira, Aveiro) - 1980. *Humanidades* 1: 63-69.

CENTENO, R. (2011) - *O Castro de Romariz (Aveiro, Sta. Maria da Feira)*. Santa Maria da Feira.

CENTENO, R. - MORAIS, R. - SOEIRO, T. (2014) - A propósito da cerâmica cinzenta fina polida do Castro de Romariz (Santa Maria da Feira - Portugal). In MORAIS, R. - FERNANDEZ, A. - SOUSA, M.J. (eds.), *As produções de cerâmicas de imitação na Hispania*. Porto (Col. *Monografias Ex Officina Hispana* 2): 291-308.

DELGADO, M. - MAYET, F. - ALARCÃO, A. M. (1975) - Les sigillées. In ALARCÃO, J. - ETIENNE, R. (eds.), *Fouilles de Conimbriga* IV. Paris.

MORAIS, R. (2004) - *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contributo para o estudo económico da cidade*. Braga.

QUARESMA, J. C. (2003) - *Terra Sigillata sudgálica num centro de consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém (Mirobriga?)*. Lisboa (*Trabalhos de Arqueologia* 30).

QUARESMA, J. C. (2009) - *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra Sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

QUARESMA, J. C. (2018) - Transição estratigráfica em Almoínhas (Loures, Portugal): evolução das importações finas na Lusitania entre c.100 e c. 320 d.C.. *Cira Arqueologia* VI: 199-230.

SANTOS, M. F. (1940) - *A Minha Terra: Breves apontamentos sobre Romariz*. Porto.

SILVA, R. B. (2012) - *As “marcas de oleiro” na Terra Sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

VIEGAS, C. (2003) - *Cerâmica, economia e comércio: a terra sigillata da Alcáçova de Santarém*. Lisboa (*Trabalhos de Arqueologia* 26).

VIEGAS, C. (2011) - Ritmos do povoamento e economia do Algarve romano: entre o Mediterrâneo e o Atlântico. *O Arqueólogo Português* V-1: 15-204.

OPHIUSSA

VOLUME 3, 2019, PÁGINAS 93-110. SUBMETIDO A 15.05.2019. ACEITE A 12.07.2019.

ÂNFORAS DA QUINTA DO LAGO (LOULÉ, PORTUGAL): AS IMPORTAÇÕES

AMPHORAE FROM QUINTA DO LAGO (LOULÉ, PORTUGAL): THE IMPORTS

ANA MARGARIDA ARRUDA¹

RESUMO

A *villa* romana da Quinta do Lago, em Almansil (Loulé, Portugal), é sobretudo conhecida pela unidade de produção de preparados piscícolas datada dos séculos III e IV, bem como pelas ânforas fabricadas localmente, que se destinavam ao envasamento desses preparados. Porém, a ocupação daquele espaço iniciou-se numa fase relativamente precoce do Alto Império, no século I, como ficou comprovado pelos materiais recolhidos durante os trabalhos de campo, entre os quais se contam as ânforas importadas. Estas últimas, com origens diversificadas (Itália, Bética costeira e Guadalquivir, Norte de África, Gália e Lusitânia), cobrem a totalidade da cronologia da ocupação (séculos I a IV), transportando para o sítio distintos produtos alimentares (vinho, azeite e preparados de peixe).

Palavras-chave: ânforas, período romano, comércio, Quinta do Lago, Algarve.

ABSTRACT

The Roman *villa* of Quinta do Lago, in Almansil (Loulé, Portugal), is mainly known through the unit of salted fish products, dating from the III and IV centuries, as well as the local amphorae, destined to the bottling of these products. However, the occupation of the space began at a relatively early stage of the Early Empire, in the first century AD, as evidenced by the materials collected during fieldwork, among which are imported amphorae. These amphorae, with diverse origins (Italy, Coastal Baetica and Guadalquivir valley, North Africa, Gaul and Lusitania), cover the whole chronology of the occupation (1st to 4th centuries), had transported different food products (wine, olive oil and fish).

Keywords: *amphorae*, Roman period, trade, Quinta do Lago, Algarve.

1. A OCUPAÇÃO ROMANA DA QUINTA DO LAGO: BREVE SINOPSE

As escavações que na segunda metade dos anos 80 do século passado (1985 e 1986) tiveram lugar na Quinta do Lago (Almansil, Loulé) (fig. 1) permitiram detectar dois núcleos de povoamento, de época romana e islâmica, separados entre si por cerca de 120 m. O primeiro, ao contrário do segundo, era relativamente restrito (cerca de 300 m²), situação que decorre do facto de os seus vestígios se prolongarem para os terrenos anexos da Quinta do Ludo, por um lado, e porque outros mais terão sido destruídos pelos trabalhos de terraplanagem realizados para a construção do campo de golfe de São Lourenço, por outro. Ainda assim, foi possível escavar dois equipamentos relacionados com atividades produtivas, concretamente tanques que faziam parte de uma “fábrica” de preparados piscícolas (figs. 2 e 3) e outros que atestam a produção de azeite, estes claramente associados a uma prensa ainda *in situ*, constituída por dois grandes pesos, ou contrapesos, paralelepípedicos.

Os dados recuperados nos trabalhos de campo permitem situar a fundação do sítio ainda no século I, muito provavelmente em torno dos seus meados. De facto, e apesar de não ter sido possível escavar níveis desta época, a verdade é que em valas e aterros diversos surgiram espólios que apontam para esta cronologia. É o caso, por exemplo, de alguns fragmentos de ânforas estudados neste trabalho, mas ainda de uma taça de *terra sigillata* itálica da forma *Conspectus* 23, datada do 2º/3º quartel do século I. Sendo muito escassos, estes materiais testemunham, todavia, uma ocupação antiga do alto império e uma relativa capacidade aquisitiva da população que fundou o sítio (Arruda 2017).

As importações de cerâmicas destinadas ao serviço de mesa e de produtos alimentares, envasados em ânforas, cresceram e diversificaram-se ao longo da 2ª metade do século I e em toda a centúria seguinte. A *terra sigillata* chegou sobretudo do sul da Gália, mas também da Hispânia e do norte de África. As primeiras totalizam 47 fragmentos. São todas oriundas do centro produtor de La Graufesenque, sendo maioritariamente lisas. Estão representadas por pratos (formas 15/17 e 18/31 de Dragendorff) e por taças lisas e decoradas (forma 27, 35, 36 e 37 de Dragendorff). Estas importações podem ser datadas, de forma genérica, entre o reinado de Tibério e os finais do século II.

A cerâmica destinada ao serviço de mesa



Fig. 1 - Localização geográfica da Quinta do Lago no contexto do território actualmente português.

oriunda do atual território espanhol é mais rara, havendo peças (15) com origem em Andújar, centro oleiro de grande dimensão localizado na província de Jaén (Andaluzia), e em Peñafior (dois vasos), também na Andaluzia, mas na província de Sevilha. A importação destes materiais (taças e pratos) aconteceu entre a segunda metade do século I e os finais do século II.

As importações norte africanas de cerâmica de mesa (*terra sigillata* clara) iniciaram-se ainda nesta fase antiga da ocupação romana da Quinta do Lago, com cerca de três dezenas de vasos de Clara A, correspondentes às formas 3, 6, 8 e 9 de Hayes. Trata-se, uma vez mais, de pratos e taças e terão

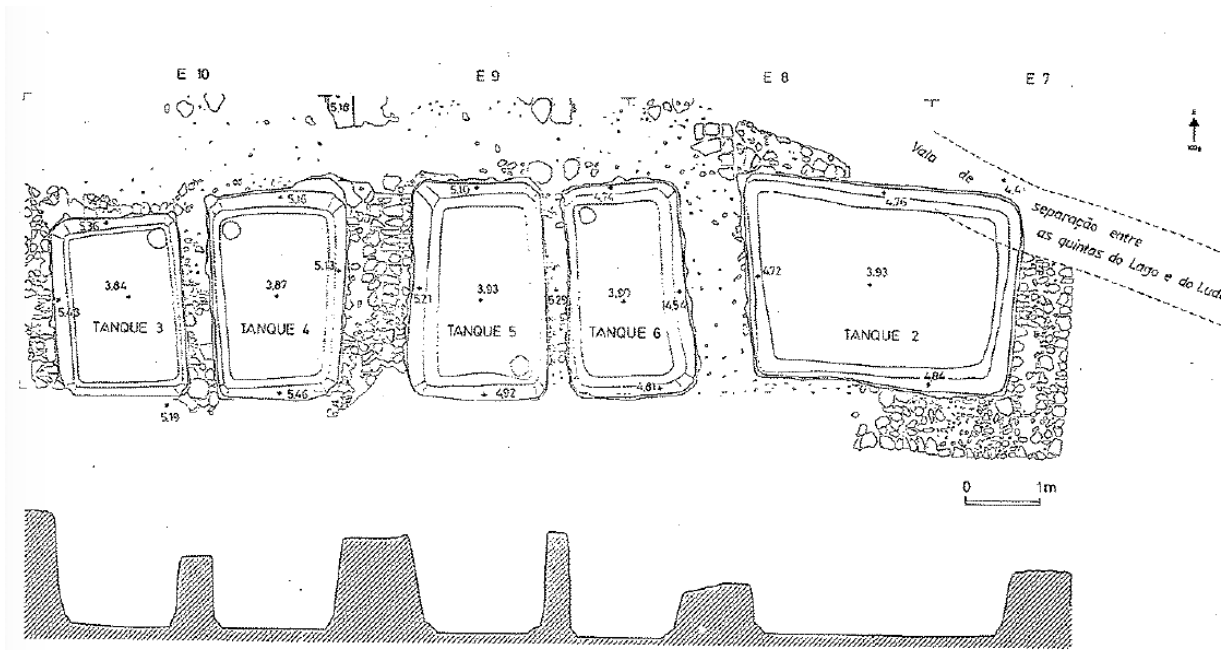


Fig. 2 - Planta da “fábrica” de salga da Quinta do Lago.

começado a chegar a este sítio do litoral algarvio nos finais do século I, perdurando até aos finais do II.

Na segunda metade do século III é construída uma unidade de produção de preparados de peixe, constituída por cinco tanques, havendo testemunhos indirectos do fabrico local de ânforas destinadas ao seu envasamento. A importação de produtos alimentares e manufacturados permaneceu importante na economia do sítio, tendo sido reconhecidas quantidades apreciáveis de *terra sigillata* Africana A, C e, sobretudo D, nas quais dominam as formas Hayes 3C, 8B, 14/17, 15 e 33, nas primeiras, as 50 e 58, nas segundas, e os grandes pratos das formas Hayes 60, 61A, 67 e 68.

A importância que o sítio atinge entre a segunda metade do século III e os meados do seguinte é também particularmente visível no abundante conjunto numismático (Conejo 2017), que terá servido para fazer face à necessidade de abastecimento de produtos importados, quer manufacturados, quer alimentares.

A partir da segunda metade do século IV, a ocupação da Quinta do Lago acusa alguma decadência. A produção de preparados de peixe e de ânforas cessa, diminuindo também consideravelmente as importações, apesar de algumas cerâmicas de mesa terem chegado ainda ao sítio no século V, concretamente e ainda a *terra sigillata* africana (Clara C), mas também a habitualmente designada *terra*



Fig. 3 - Tanques da unidade de produção de preparados piscícolas da Quinta do Lago.

sigillata luzente, produzida no Sudoeste da Gália (Formas 1/3 de Lamboglia). As 13 moedas (entre 166) do século V, que pouco ultrapassam os seus meados (Conejo 2019), ilustram também esta realidade.

As importações do 2º quartel do século VI são apenas vestigiais, evidenciando uma clara retração demográfica e uma acentuada decadência, que culminou no abandono total do sítio. Registe-se, contudo, as taças da forma Hayes 91, em *terra sigillata* Clara D, e alguns fragmentos que se enquadram no que a comunidade científica conhece por *Derivadas das Sigillatas Paleocristãs* (DPS).

2. AS ÂNFORAS IMPORTADAS DA QUINTA DO LAGO

2.1. A COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO

O conjunto das ânforas importadas da Quinta do Lago compõe-se por 83 fragmentos, três dos quais não foram passíveis de classificação formal. Os restantes foram classificados de acordo com as tipologias de referência. Trata-se, maioritariamente, de bordos (39 fragmentos), bordo/colo (23 fragmentos), bordo/colo/asas (quatro fragmentos), bordo/colo/arranque de asas (14 fragmentos), fundos (um exemplar), asas (dois fragmentos).

No que se refere aos centros produtores, identificados através das características gerais dos fabricos (pastas e engobes), verifica-se que as importações itálicas, gálicas e lusitanas não algarvias são claramente minoritárias (três, dois e um, respectivamente). Muito mais numerosas são as ânforas com origem na Bética (27 exemplares), maioritariamente produzidas nos centros oleiros do litoral (22), mas também nos do vale do Guadalquivir. Os produtos africanos correspondem ao maior grupo do conjunto, totalizando 45 exemplares. A cinco fragmentos não foi possível atribuir uma qualquer origem concreta, sendo considerados inclassificáveis, três dos quais não foi possível integrar em nenhuma forma de qualquer das tipologias.

2.2. AS IMPORTAÇÕES ITÁLICAS

As ânforas itálicas estão representadas no sítio por três únicos exemplares, indiciando as pastas uma produção da costa tirrénica, mais exactamente da região Lácio/Campânia, dadas as características arenosas das pastas, que incorporam partículas negras, que correspondem a minerais vulcânicos, chamados augitas.

Todos, conservam bordo, amendoado, e parte do colo, cilíndrico. Os dois arranques de asa indicam a sua morfologia bífida. Integram-se na forma Dressel 2-4 (fig. 4, nº 1, 2 e 3).

Não surpreende o escasso número de ânforas com esta proveniência, uma vez que esta realidade replica o que se passa nos outros sítios do território actualmente português. Com efeito, o vinho itálico, abundantemente importado durante a época republicana envasado em ânforas greco-itálicas e Dressel 1, perde importância a partir do principado, justificando-se assim a raridade dos contentores incluídos no tipo Dressel 2-4. Registe-se, porém uma ampla distribuição da forma em todo o território

nacional, quase sempre associada a contextos da primeira metade do século I, com especial incidência no Noroeste, no vale do Tejo, no Alentejo (Litoral, Alto e Central) e, muito especialmente no Algarve, concretamente em Balsa (Viegas 2011: 359, Est. 65), Manta Rota (Viegas 2006), Quinta de Marim (Silva *et al.* 1992), Milreu (Teichner 2008), Cerro da Vila (Teichner 2008), Abicada (Teichner 2008), Foz do Arade (Silva *et al.* 1987, Diogo *et al.* 2000) e no centro histórico da cidade de Lagos (Almeida - Moros 2014). Mas, apesar da vasta geografia da sua distribuição em Portugal, em todos estes sítios a sua presença é apenas vestigial.

No que se refere à Quinta do Lago em concreto, deve ainda chamar-se a atenção para a escassez dos produtos itálicos em geral, associando-se os dados das ânforas aos da *terra sigillata* itálica, estes últimos consubstanciados na taça da forma *Conspetus* 23, já referida. Estes materiais testemunham a fase inicial de ocupação do sítio, que se pode colocar entre o segundo e o terceiro quartel do século I, cronologia que parece a mais adequada também para estes fragmentos de ânforas.

2.3. AS IMPORTAÇÕES DA GÁLIA

O consumo de vinho gálico na Quinta do Lago foi raríssimo, tendo sido registados apenas dois fragmentos de ânfora (bordos e parte do colo) que se integram nestas produções (fig. 6, nº 1 e 2).

Recolhem-se na forma Gauloise 4, o contentor vinário da Narbonense mais comercializado no Ocidente, e possuem bordos engrossados e arredondados. Em um deles é visível o arranque da asa. Tendo início ainda no século I, é uma forma típica do seguinte, apesar de ser consensual o prolongamento da sua produção até, pelo menos, aos finais do III (Laubenheimer 1985, Long - Duperron 2011, Mauné 2013).

No território actualmente português, este tipo de ânfora está atestado, sempre em quantidade reduzidas, sobretudo no litoral da metade sul. No Algarve, a sua presença foi registada em quase todos os sítios litorais com ocupação de época romana, especificamente em Balsa (Viegas 2011), Pedras d'El Rei (Viegas - Dinis 2010), Quinta de Marim (Silva *et al.* 1992), Faro (Viegas 2011), Monte Molião (Arruda - Viegas 2016), Lagos (Almeida - Moros Díaz 2014) e Vidigal (Pereira 2012).

Na Quinta do Lago, estas ânforas podem ser associadas aos momentos alto-imperiais da sua ocupação.

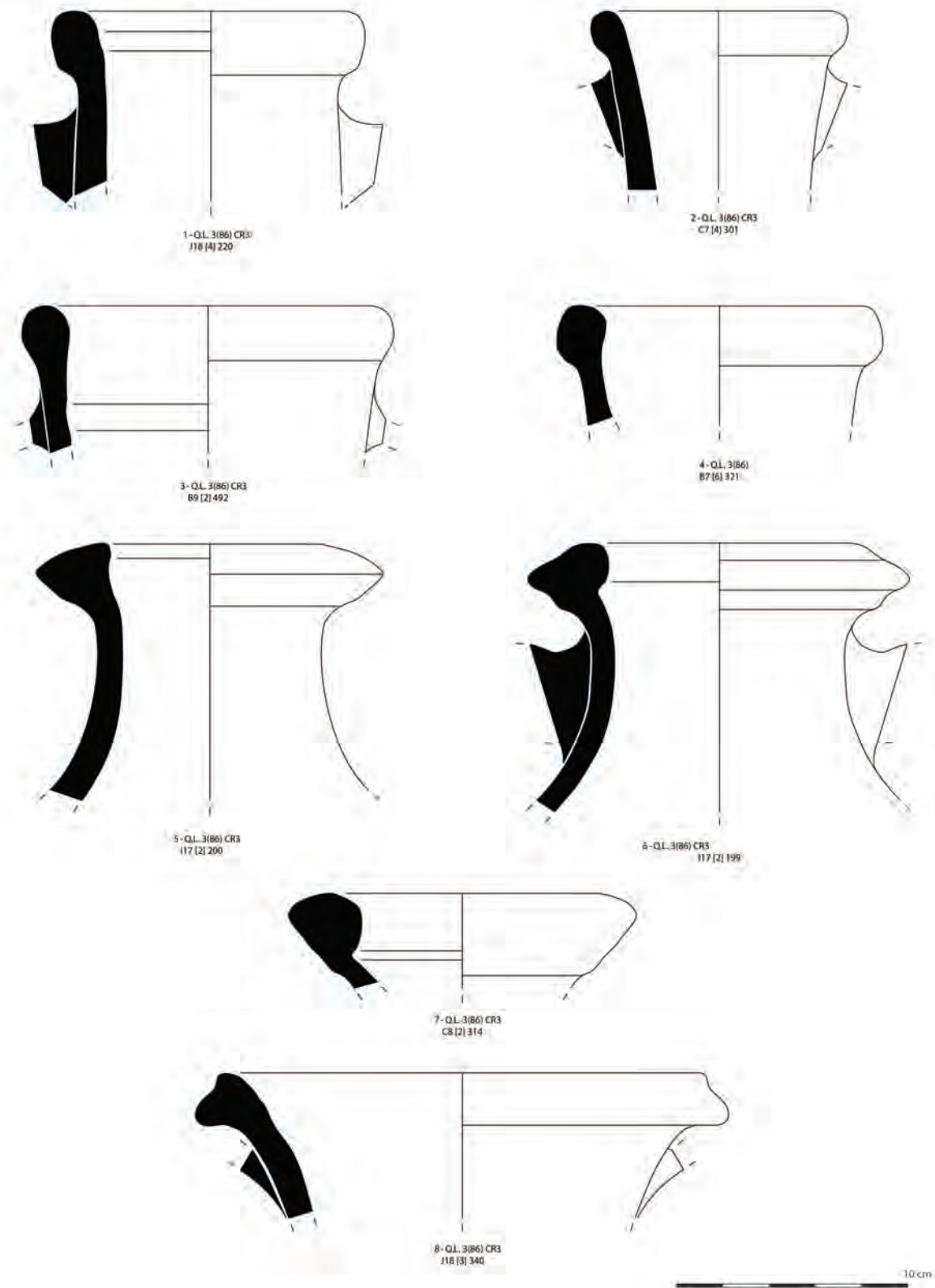


Fig. 4 - Ânforas: itálicas de tipo Dressel 2/4 (nº 1, 2 e 3); de tipo Dressel 2/4 de produção bética/Guadalquivir (?) (nº 4); de tipo Dressel 20 (nº 5, 6, 7); de tipo Dressel 28 (nº 8).

2.4. AS IMPORTAÇÕES BÉTICAS

2.4.1. O GUADALQUIVIR

Também raras são as ânforas com origem no vale do Guadalquivir, que totalizam seis fragmentos. Destes, quatro cabem na forma Dressel 20, sendo um deles uma asa.

Um dos bordos (fig. 4, nº 5) pode ser recolhido no tipo III de Berni Millet (2008), ou na Variante D, datada de uma fase antiga da dinastia dos Antoninos, com cronologia entre os finais do 1º quartel e os finais do 3º do século II (Berni Millet - García Vargas 2016).

As características morfológicas dos restantes (fig. 4, nº 6 e 7), que conservam ainda parte do colo e o arranque de uma das asas, permitem a sua integração na variante E, do século III (Berni Millet - García Vargas 2016).

A asa (fig. 5), de secção sub-circular, merece destaque por ostentar uma marca, infelizmente muito incompleta, impressa em cartela rectangular. Conserva-se um F, antecedido por ponto intermédio, antes do qual existe o que resta da letra anterior, que poderá corresponder a um L. Os dados que existem não permitem, porém, a identificação da *Figlina*. Contudo, atendendo ao desenho da letra e à configuração do ponto intermédio parece possível admitir uma cronologia da fase antonina precoce (120-160) para este fragmento de asa.

A presença de ânforas Dressel 20 na Península Ibérica, em geral, e no território actualmente português, em particular, é muito expressiva, uma vez que se atesta em quase todos os sítios arqueológicos ocupados em época romana imperial, desde o início do 2º quartel do século I até aos finais do III, sendo porém mais significativas em contextos flávios. É assim impossível apontar, detalhadamente,



Fig. 5 - Asa de ânfora de tipo Dressel 20, com marca.

todos os paralelos para os nossos exemplares. Se nos centrarmos no Algarve, os tipos presentes na Quinta do Lago estão representados, por exemplo, em Faro (Viegas 2011: 213), em Balsa (Viegas 2011: 361), na Quinta de Marim (Silva *et al.* 1992) e em Lagos (Almeida - Moros 2014).

Esta escassez de ânforas Dressel 20 na Quinta do Lago testemunha a fraca dependência do sítio em relação ao azeite bético, o que se pode explicar pela expressividade, em termos numéricos, dos contentores oriundos do norte de África, que abaixo se comentarão, bem como da própria produção local (Arruda 2017).

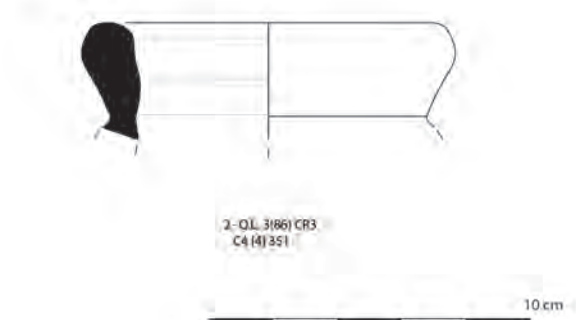
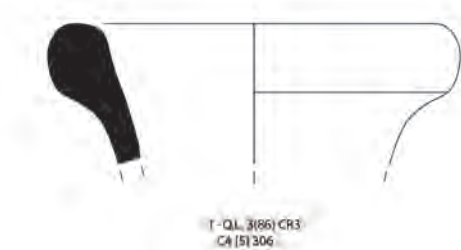


Fig. 6 - Ânforas da Gália de tipo Gauloise 4.

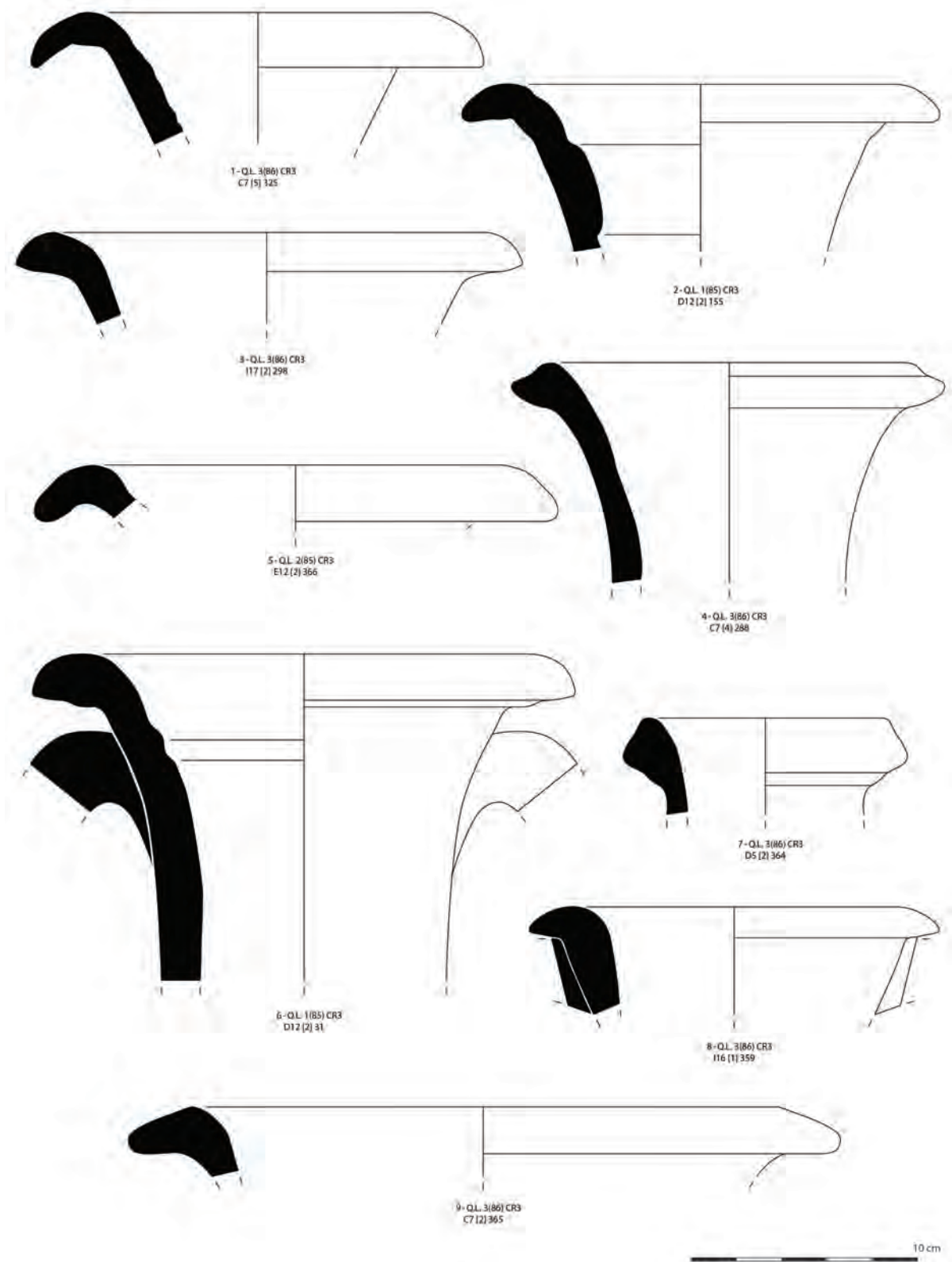


Fig. 7 - Ânforas béticas/baía de Cádiz, da forma Beltrán IIB.

A importação de produtos vinários do baixo Guadalquivir está documentada a partir dos meados do século I, através de dois exemplares incluíveis no tipo Dressel 28 (fig. 4, nº 8), ânfora vinária de pequena dimensão e fundo plano. Os bordos são exvasados e os lábios possuem duas molduras de idêntica dimensão. O arranque da asa, imediatamente abaixo do bordo, permite antever que esta seria larga e de perfil rectangular. Estas características, especificamente a dimensão das molduras do lábio, possibilitam avançar com uma cronologia da segunda metade do século I (Martín-Kilcher 1994: 356-358, Carreras Monfort - García Vargas 2016), correspondendo à primeira fase de ocupação do sítio que nos ocupa neste trabalho.

O fabrico caracteriza-se por uma pasta pouco compacta, muito porosa de cor bege, esverdeado, não sendo impossível, assim, propor como origem o único centro produtor bem conhecido, o Hospital de las Cinco Llagas (García Vargas 2000: 88-89).

A sua fraca representatividade, em geral, e no território actualmente português, em particular, pode traduzir uma produção não muito frequente. Contudo, a sua presença, sempre numericamente insignificante, está atestada no litoral ocidental, por exemplo no vale do Tejo, havendo um caso no Algarve, concretamente em Balsa (Viegas 2011: 360, 364, Est. 66, nº 804), de fabrico gaditano.

Um fragmento de bordo e colo, com arranque de asa, foi classificado, com muitas reservas, no tipo Dressel 2-4 (fig. 4, nº 4), ânfora que imitou os protótipos itálicos a partir do reinado de Augusto. A presença no Ocidente peninsular de ânforas desta forma e produção é conhecida no Noroeste, mas sobretudo no litoral ocidental (Lisboa, Santarém), no Alentejo e no Algarve, em Pedras d'El Rei (Viegas - Dinis 2010), *Balsa* (Viegas 2011: 358) e Monte Molião (Arruda - Viegas 2016).

2.4.2. O LITORAL BÉTICO

As importações oriundas da costa da Bética são muito mais numerosas, 22 exemplares (fig. 7, nº 1-9), todos integrados na Forma IIB de Beltrán. Dez pertencem à variante mais antiga (Variante A), da segunda metade do século I, e 12 à mais tardia (Variante B), típicas da primeira metade do século II, podendo atingir, contudo, os primeiros decénios do século III. As pastas acusam uma área de fabrico localizada na baía de Cádiz.

A ânfora de tipo Beltrán II B é o contentor de preparados piscícolas, por excelência, estando

distribuída por todo Mediterrâneo Ocidental e áreas atlânticas da Península Ibérica e do norte de África, tendo atingido a Britânia e também, episodicamente, o Oriente (García Vargas - Bernal Casasola - Diaz Rodriguez 2016). A forma, individualizada por Beltrán Lloris nos anos 70 do século passado, foi dividida em duas variantes, A e B, por García Vargas em 1998. A primeira conservaria ainda traços característicos do contentor de que evolui (Dressel 7-11), que se perderiam na variante seguinte, mais tardia.

Está muito bem representada no Algarve litoral, devendo citar-se os exemplos de Castro Marim (Arruda *et al.* 2006), Balsa (Viegas 2011), Pedras d'El Rei (Viegas - Dinis 2010), Quinta de Marim (Silva *et al.* 1992), Faro (Viegas 2011), Milreu (Teichner 2008), Cerro da Vila (Teichner 2008), Monte Molião (Arruda *et al.* 2008, Arruda - Viegas 2016), Lagos (Almeida - Moros Diaz 2014) e Vidigal (Pereira 2012).

Atendendo aos dados sobre a cronologia da sua produção (García Vargas 1998, Bernal Casasola 2001, García Vargas *et al.* 2016), estas ânforas integram-se na fase alto imperial da Quinta do Lago, entre a segunda metade do século I e os finais do século II.

2.5. AS ÂNFORAS AFRICANAS

Como já se referiu acima, as ânforas com origem no norte de África são as mais abundantes na Quinta do Lago. Esta realidade prende-se, naturalmente, com o facto de os estratos correspondentes às ocupações dos séculos III e IV estarem mais bem documentados, sendo os materiais arqueológicos desta fase de ocupação incomparavelmente mais abundantes do que os da fase anterior. É o caso das cerâmicas de mesa e também o das moedas. Assim, não é surpreendente o número muito expressivo de ânforas africanas, que constituem a larga maioria das importações neste período.

O conteúdo das ânforas africanas, sobretudo das dos tipos Africana II e III (=Keay 25) de Bonifay (2004), tem vindo a ser discutido. O azeite foi desde sempre o produto mais assumido, atendendo à sua presença expressiva no Testaccio (Blázquez Martínez - Remesal Rodríguez 2010), mas a sua associação a fábricas de preparados de peixe no local de origem, e, sobretudo, o facto de muitos exemplares apresentarem as superfícies internas cobertas de resina/pez levou à presunção de um conteúdo piscícola e inclusivamente vinícola (Bonifay 2004). Porém, a impossível coexistência entre resina/pez e

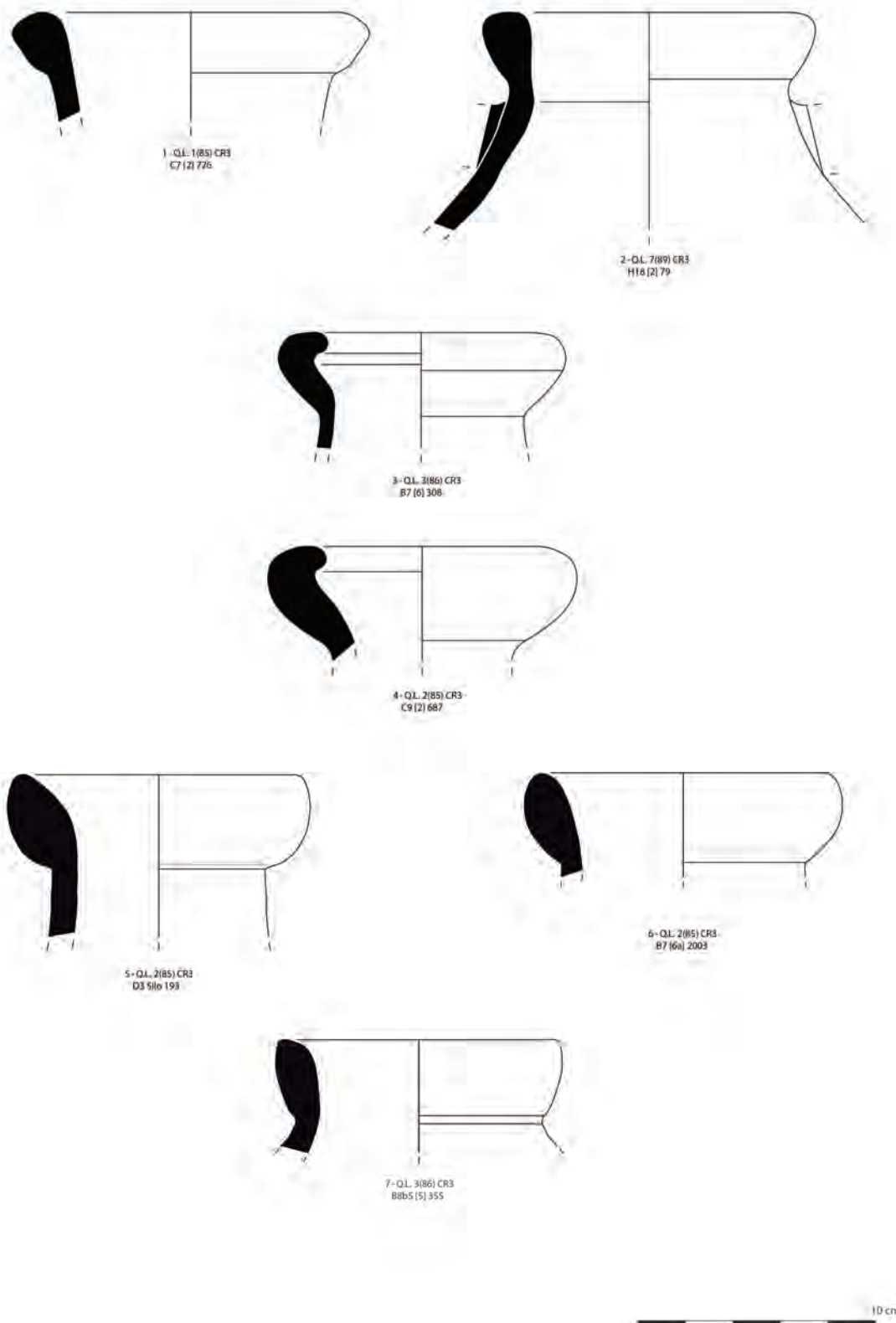


Fig. 8 - Ânforas africanas, nº 1 e 2 - Ostia XXIII; nº 3 e 4 - Africana I; nº 5 e 6 Africana II A3; nº 7- Africana IIB (?).

azeite foi descartada há poucos anos, quando análises químicas provaram a presença de ambas as substâncias (Pecci - Cau Ontiveros 2010, Garnier - Silvino - Bernal Casasola 2011), dando razão, aliás, aos que já colocavam em dúvida a utilização deste critério para definir conteúdos de ânforas (Bernal Casasola 2004).

2.5.1. OSTIA XXIII

As ânforas de tipo Ostia XXIII são consideradas um dos primeiros contentores africanos de morfologia romana, tendo sido fabricadas desde o final do século I. A sua produção e distribuição prolongou-se até ao primeiro quartel do século III, como ficou demonstrado em Roma, no Testaccio, onde são já escassas nesta cronologia (Revilla 2010: 563, 2013, 2014) e em Ostia (Rizo 2014: 281). De acordo com as características das pastas admite-se uma origem na região da Bizacena, sobretudo no Norte da Tunísia, concretamente e entre outras, nas olarias de Tabarka, apesar de o seu fabrico também ser admitido em outras áreas inclusivamente na própria Tripolitana.

Este tipo anfórico teve, em geral, uma difusão limitada, não se conhecendo exemplares na Península Ibérica, com excepção do território português, onde são conhecidas, apenas e em números muito limitados, em Lisboa (Filipe 2018: 481) e em Monte Molião (Arruda - Viegas 2016: 454, 459, fig. 10, nº 8).

Na Quinta do Lago, dois bordos puderam ser enquadrados neste tipo africano precoce (fig. 8, nº 1 e 2), cujas pastas indicam uma origem tunisina.

2.5.2. AFRICANA I

Dois bordos, um dos quais com colo (fig. 8, nº 3 e 4), podem ser integrados neste tipo anfórico, concretamente na variante B (Ostia I), uma vez que possuem as faces assimétricas (internas acentuadamente côncavas; externas convexas) (Bonifay 2004: 107). Esta variante em concreto das também chamadas "africana piccola" (Panella 1982: 173) pode ser datada, de acordo com os dados de Puppit e Nabeul, do século III (Bonifay 2004: 107), o que concorda com o que conhecemos do sítio em estudo. Por outro lado, os dados do Testaccio (Revilla Calvo 2007: 276, 2014) provam que o consumo do azeite africano envasado neste tipo de contentor foi, em Roma, um facto consumado sobretudo em meados do século III.

No Algarve, a forma documentou-se em Faro (Viegas 2011: 232, Almeida *et al.* 2014), em Pedras d'el Rei

(Viegas - Dinis 2010: 248), tendo sido recolhida também em contextos sub-aquáticos, como o do Arade (Diogo *et al.* 2000: 85, Avelino 2015).

2.5.3. ÂNFORAS AFRICANAS IIA VARIANTE 3

Apenas dois bordos, espessos e arredondados no exterior, um dos quais com parte do colo, podem ser incluídos no tipo IIA, variante 3 (fig. 8, nº 5 e 6). Trata-se de recipientes produzidos na região de Bizacena (Keay 1984: 114). Uma cronologia da segunda metade do século III parece ser, neste momento, a mais adequada para estes recipientes, que aliás convivem no norte de África com as Africanas II B (Bonifay 2004: 111).

No Algarve, a forma documentou-se em Faro (Viegas 2011: 232, Almeida *et al.* 2014), Balsa (Viegas 2011: 375), Pedras del Rei (Viegas - Dinis 2010: 248) e, em contexto sub-aquático, na foz do Arade (Silva *et al.* 1987, Diogo *et al.* 2000, Avelino 2015).

2.5.4. AFRICANA IIB

Com algumas reservas classificaram-se dois bordos e parte do colo como pertencentes ao tipo IIB, forma que é aliás a mais mal definida dentro dos quatro grupos da do tipo II (Bonifay 2004: 111). Tal com notou o investigador francês, a inclusão neste tipo deve-se, muitas vezes ao facto de certos bordos não caberem nos tipos A, C e D (Bonifay 2004: 111). De qualquer modo, é sempre pouco abundante, mesmo no norte de África.

Os exemplares da Quinta do Lago (fig. 8, nº 7) são altos, de perfil grosseiramente quadrangular, separados do colo por uma ranhura relativamente profunda. O fabrico sugere uma produção da Tripolitânia.

Em termos cronológicos, pode apenas avançar-se que não são anteriores ao século III, estando bem documentadas em Roma, concretamente no Monte Testaccio (Revilla Calvo 2007: 276).

2.5.5. AFRICANA IIC

As ânforas africanas do tipo Africana IIC, produzidas na região de Nabeul, no território da actual Tunísia (Bonifay 2004), são 12 (fig. 9, nº 1-10), têm bordos altos, com perfis convexas. A cronologia da produção e circulação deste contentor situa-se entre a segunda metade do século III e o século IV, de acordo com os dados de Ostia (Panella 1973).

O conteúdo das Africanas II C deverá ser

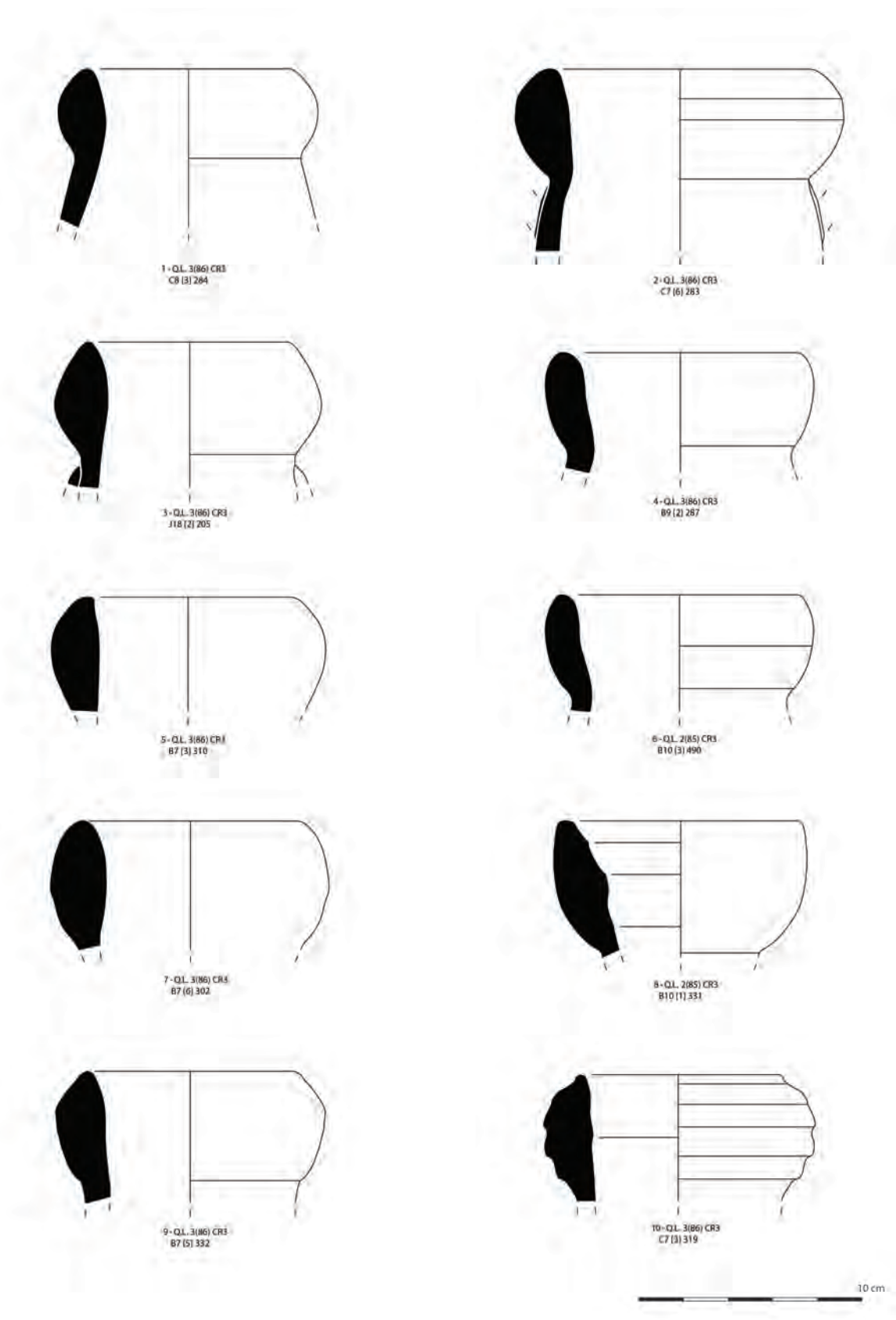


Fig. 9 - Ânforas africanas IIC, nº 1 – variante 1; nº 2-6 e 8 - variante 2; nº 7, 9 e 10 -variante 3.

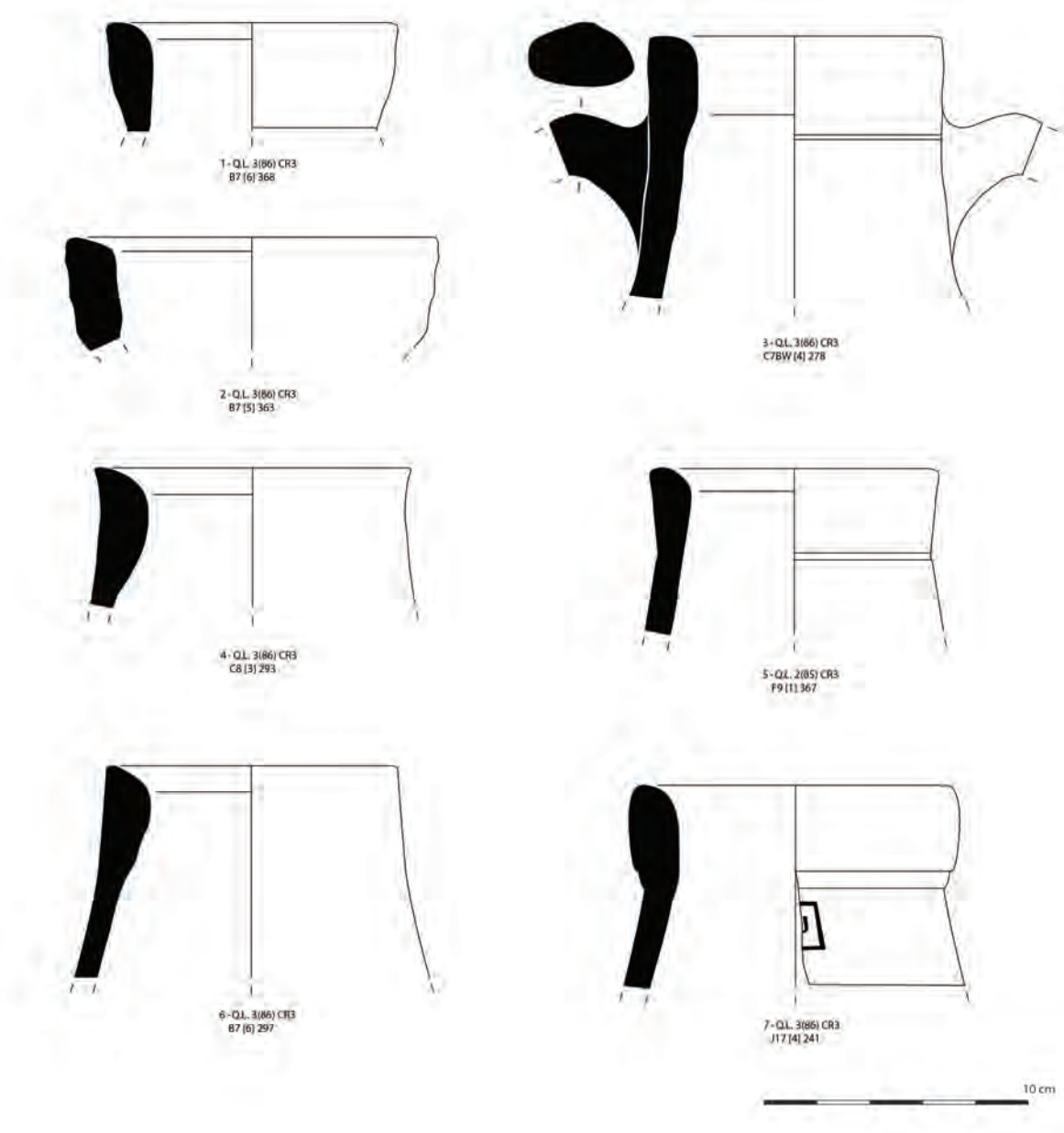


Fig. 10 - Ânforas africanas IID.

maioritariamente o azeite, como defendeu S. Keay (1984: 119), apesar das dúvidas que o revestimento resinoso das superfícies internas levantou (Bonifay 2004: 114-115). Neste caso, porém, alguns selos de bronze a elas associados, poderiam justificar a defesa dos preparados de peixe.

Oito fragmentos de bordo, altos e convexos, podem integrar-se na variante 2 definida por Bonifay (fig. 9, nº 2-6 e 8) para esta forma em concreto, dado o diâmetro do bordo (11,3 / 12 cm) e a sua altura (4,5 / 5 cm), apontando assim a cronologia para os finais do século III Bonifay (2014: 115). Todos eles terão sido produzidos na região da actual Tunísia.

Três cabem na variante 3 definida por Bonifay (2014), dadas as caneluras presentes nos bordos altos (5,8 cm em média para diâmetros de 12 / 13 cm) e convexas na face externa (fig. 9, nº 7, 9 e 10). Esta variante em concreto deverá pertencer ao século IV (Bonifay 2004: 115).

Um bordo com diâmetro de 12 cm e 4,5 cm altura pertencerá a variante 1 (fig. 9, nº 1), o que permite datá-la da segunda metade do século III.

No Algarve, as ânforas africanas II C são conhecidas em Faro (Viegas 2011: 233), em Balsa (Viegas 2011: 375), em Loulé Velho (AAVV 2017: 372) e em Pedras d'el Rei (Viegas - Dinis 2010).

Estes dados da Quinta do Lago compaginam-se com a ocupação mais tardia do sítio dos séculos III e IV, momento de particular desenvolvimento.

2.5.6. AFRICANA IID

As ânforas Africanas II D estão representadas, na Quinta do Lago, por nove fragmentos de bordo, dos quais dois possuem arranque de asa (fig. 10, nº 1-7). Três poderão caber na variante D1 de Bonifay (2004: 115) se se tiver em consideração o facto de serem destacados do colo, mas nunca atingirem a espessura dos das do tipo II C. Uma destas (fig. 10, nº 7) possui no colo o que resta da cartela e de um carácter da marca que possuiria. Infelizmente, não é possível qualquer leitura mais detalhada acerca dos mesmos.

Cinco possuem um ligeiro espessamento na face interna, sendo planos na externa, diferenciando-se do colo apenas por uma canelura mais ou menos acentuada. Estas características morfológicas permitem a sua integração na variante D2 de Bonifay (2004: 115). A maior parte será proveniente de oficinas na região de Bizacena, havendo, contudo, dois que parecem ter sido fabricados na Tripolitana. Um outro bordo pode ser considerado de transição entre as de Tipo C e de Tipo III (fig. 10, nº 5), atendendo à espessura e ao escasso diâmetro.

A cronologia avançada para a produção destas ânforas Africanas II D está balizada entre os meados do século III e o primeiro terço do IV (Bonifay 2004: 117), podendo, contudo, ter atingido o V, de acordo com S. Keay (1984: 121).

No Algarve, a forma é escassa, estando, contudo, documentada em Balsa (Viegas 2011: 376), Faro (Viegas 2011: 238, Estampa 37, nº 518 a 521), e em achados sub-aquáticos da Meia Praia (Avelino 2015).

2.5.7. AFRICANA III (= KEAY 25)

As ânforas Africanas III são relativamente abundantes na Quinta do Lago, sendo as da variante A de Bonifay (2004: 119) as mais numerosas entre elas, tendo sido contabilizados 13 fragmentos de bordo, bordo e colo, bordo/colo e asas (fig. 11, nº 1-10). O bordo é alto e vertical ou ligeiramente exvasado, terminando por vezes no que os colegas italianos de Ostia chamaram “a becco” (Manacorda 1977). O colo é tronco-cónico e as asas têm perfil oval. Foram fabricadas nas olarias da região de Bizacena (Bonifay 2004: 119, 2016: 596).

Da variante B, pelo contrário, existem apenas dois exemplares (fig. 12, nº 1 e 2), cujos bordos são espessados e exvasados. No Algarve, as ânforas desta forma são raras, tendo sido reconhecidas em Loulé Velho (AAVV 2016: 372).

Com algumas reservas, integra-se no tipo Keay XXV, subtipo 2 de Bonifay (Africana III C) um bordo (fig. 12, nº 3), que tem em Balsa um paralelo quase exacto (Viegas 2011: 377, Est. 71, nº 892).

No Algarve, as ânforas africanas III parecem estar ausentes de quase todos os sítios. Porém, não é impossível que alguns exemplares de Faro classificados como Africana IID correspondam efectivamente ao tipo III, variante A (Viegas 2011: Est. 37, nºs 518 a 521).

2.5.8. OUTRAS IMPORTAÇÕES AFRICANAS DO SÉCULO III/IV

Com pastas que indubitavelmente apontam para uma origem norte africana existem ainda três bordos, cuja classificação tipológica é, no entanto, difícil de concretizar, uma vez que não apresentam nenhuma das particularidades mais típicas das formas tipificadas por S. Keay (1984) e/ou por M. Bonifay (2004). Uma delas, porém, pode corresponder indistintamente aos tipos Keay XXIV ou XLVI (fig. 13, nº1).

2.6. A LUSITÂNIA OCIDENTAL

Apenas um fragmento de bordo foi reconhecido como importação da Lusitânia Ocidental, podendo ser integrado no Grupo Lusitana 3 (fig. 13, nº 2). O bordo é vertical e em fita, sendo côncavo na face interna. Na externa, é convexo e ligeiramente espessado, observando-se uma canelura na área de ligação ao colo. Imediatamente abaixo do bordo, já no colo, é perceptível o arranque de uma asa.

As características de fabrico indicam uma produção da área do Tejo/Sado. A cronologia deste tipo anfórico de fundo plano, inspirado nas Gauloise 4, pode ser enquadrada entre os meados do século II e os inícios/meados do século III, de acordo com os dados obtidos nos centros oleiros do Sado (Enchurrasqueira, Abul A, Quinta da Alegria Herdade do Pinheiro) e da margem esquerda do Tejo (Porto dos Cacos e Quinta do Rouxinol) (Quaresma - Raposo 2016).

O conteúdo das ânforas deste tipo não é consensual, sendo o vinho, o azeite e os preparados de peixe as propostas que permanecem em discussão,

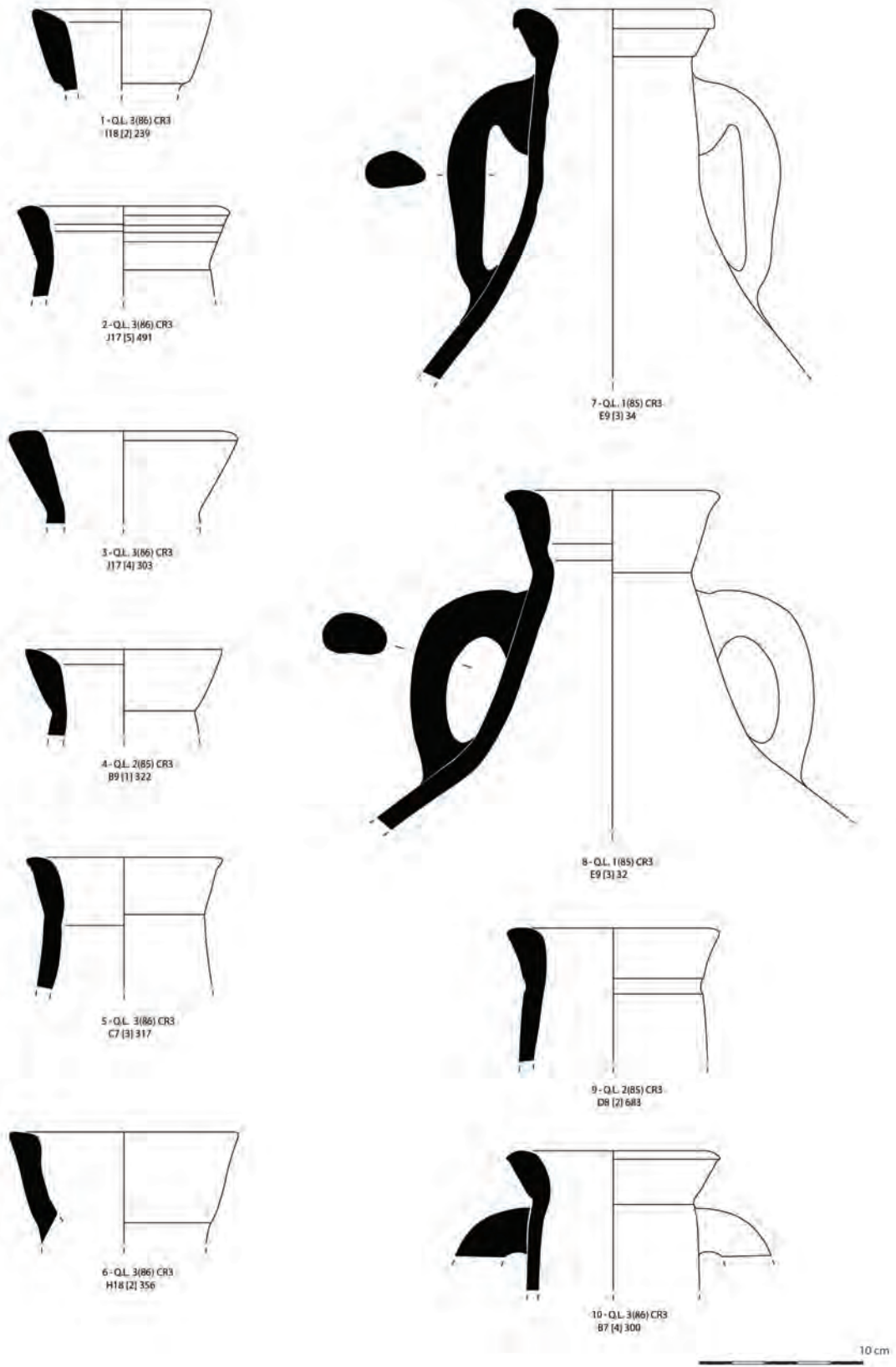


Fig. 11 - Ânforas africanas III, variante A.

discussão que talvez se possa encerrar apenas com a realização de análises químicas que incidam sobre os restos orgânicos que se conservarão nas paredes internas.

2.7. ÂNFORAS INCLASSIFICÁVEIS

Para além do bordo que, com muitas reservas, se classificou como Dressel 2-4 de produção bética (Guadalquivir), já cima comentado, o conjunto das ânforas importadas da Quinta do Lago conta ainda com outros fragmentos cuja classificação tipológica se tornou impossível.

Com pasta de difícil adscrição geográfica possuímos um bordo (fig. 13, nº 3) que sob o ponto de vista formal poderia incluir-se no grupo do tipo das Africanas I, concretamente nos produzidos nas oficinas de *Thaena*, na Bizacena (Bonifay 2004: 31 e 32, fig. 15, nº 2). Porém, a pasta distancia-se das do norte de África pelo que a sua origem fica, por agora, indeterminada.

O mesmo se pode referir em relação ao bordo maciço, com lábio ligeiramente exvasado, aplanado e face externa ondulada, que advém do espessamento de formato arredondado na área mesial (fig. 13, nº 4) A pasta é rosada, com escassos elementos não plásticos. Formalmente aproxima-se do tipo Tripolitana I (Bonifay 2004: 105), mas a pasta muito dificilmente poderia ser adstrita a essas produções da costa da Líbia.

O conjunto encerra-se com uma peça (fig. 13, nº 5) que possui bordo exvasado e moldurado, com dupla concavidade. O colo é curto, hiperboloide, e as asas, de fita, que arrancam da moldura mesial do lábio, possuem sulco central. O ombro é arredondado. O que existe do corpo deixa antever uma forma ovoide. Em termos estritamente formais aproxima-se do tipo Dressel 28, mas a análise macroscópica da pasta (cor-de-laranja com abundantes elementos não plásticos de média dimensão, sobretudo grãos de quartzo) não condiz com qualquer atelier conhecido do Guadalquivir, onde a forma se produziu e de que há exemplos neste mesmo sítio arqueológico. Estas evidências, formais e petrográficas, poderiam conduzir à formulação da hipótese de que a peça pudesse corresponder a uma importação da costa norte da Tarraconense, hipótese difícil de sustentar dado o facto de o atelier que fabricou este tipo anfórico (Emerdá) ter tido uma distribuição que parece ser eminentemente local (Tremoleda Trilla 2016).

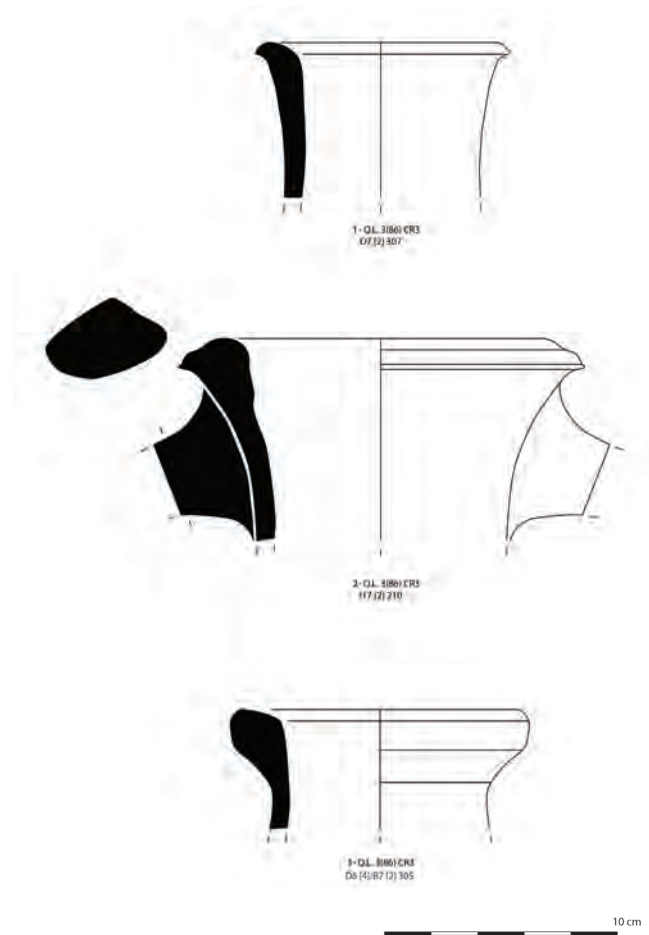


Fig. 12 - Ânforas africanas III, nº 1 e 2 - variante B; nº 3 africana Keay XXV, sub-tipo 2 de Bonifay (Africana IIIC) (?).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade que, durante a época romana, habitou o espaço que está hoje em parte ocupado pela Quinta do Lago consumiu produtos alimentares com origens diversas. Essa diversidade, que pode ser verificada através do estudo das importações anfóricas, merece ser devidamente avaliada e discutida tendo em consideração a cronologia dessas importações, também em função dos referidos produtos.

Em primeiro lugar, merece destaque o facto de as ânforas importadas se estenderem praticamente por toda a cronologia de ocupação do sítio, entre os meados do século I e os meados do IV. O facto de os níveis mais antigos estarem mais mal documentados arqueologicamente justifica, certamente, a escassez de importações do século I, e mesmo de grande parte do II, que consistiram, quase exclusivamente, em vinho oriundo da península

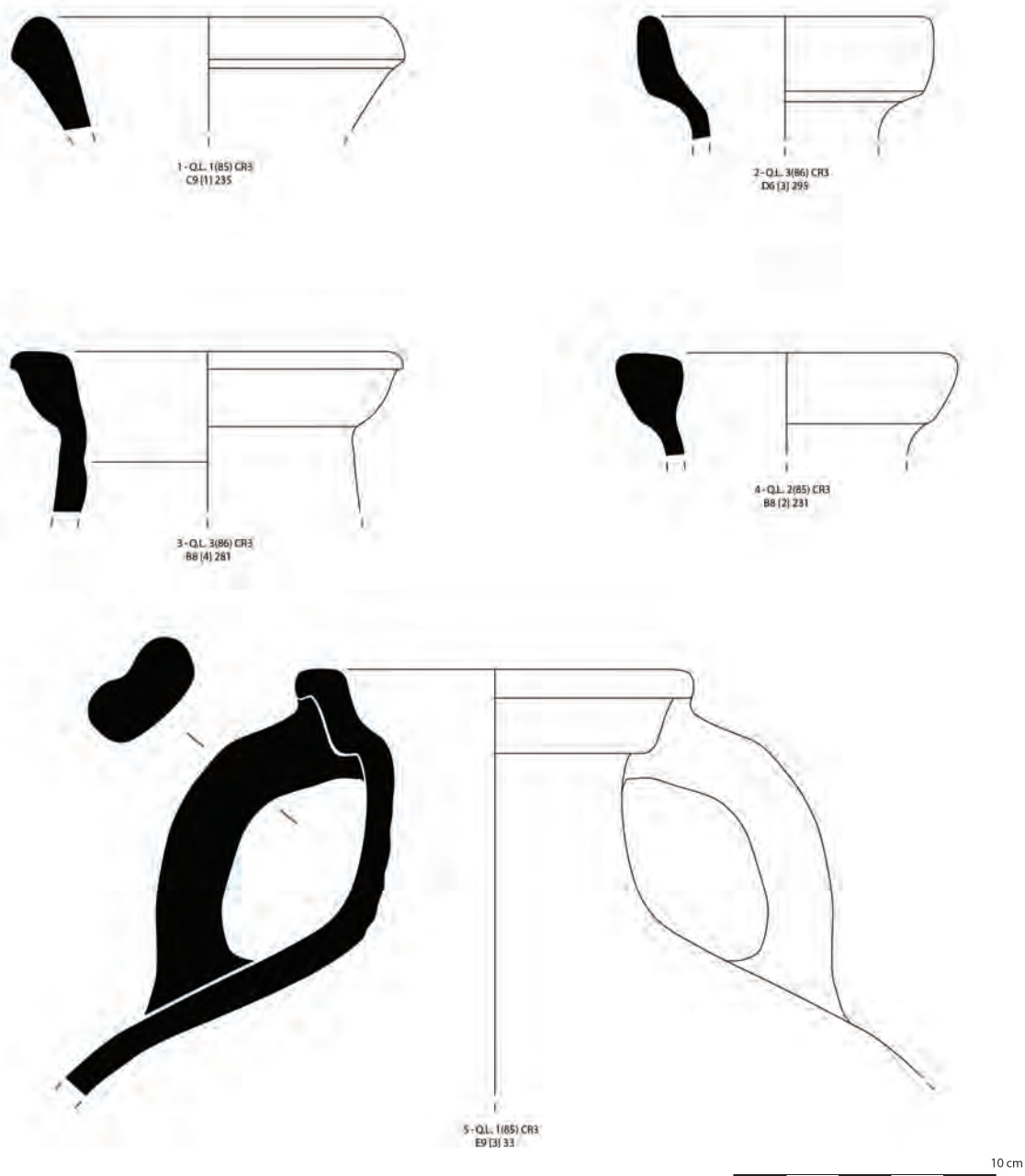


Fig. 13 - nº 1 - tipo Keay XXIV ou XLVI (?); nº 2 – Lusitana 3; nº 3, 4 e 5 inclassificáveis.

itálica, nas cronologias mais antigas.

Durante o século II, outros produtos foram acrescentados ao lote de alimentos importados. Ao vinho, agora gálico, somou-se o azeite, bético, e muito provavelmente também o africano, este no final da centúria. Os preparados de peixe produzidos no litoral bético supriram as carências em proteínas ao longo de todo este século e também, em parte, do seguinte. As importações cresceram, exponencialmente, a partir da segunda metade do século III, realidade que se prolonga até aos meados do seguinte, constituindo-se então a África Proconsular

como área de abastecimento privilegiado. As quantidades apreciáveis de ânforas africanas em termos absolutos correspondem a um momento em que a unidade de produção de preparados de peixe está em laboração plena, o que vem reforçar a ligação entre estes e o azeite, situação já constatada para outras cronologias de época romana (século I) e em outros sítios, como foi o caso de Monte Molião, em Lagos (Viegas - Arruda 2013: 729).

Por outro lado, parece importante referir ainda que é desta fase mais “industrial” da Quinta do Lago (meados do III/meados do IV), onde as

importações de azeite africano dominam, que data a grande maioria das 170 moedas romanas recuperadas no sítio (Conejo 2017). Trata-se de 114 numismas, muitos dos quais são imitações de cunhagens de Claudio II - Divo Cláudio (Conejo 2017). Segundo o mesmo investigador, este alto grau de monetarização evidencia a inclusão do sítio “en las redes comerciales del Império” explicável “por su carácter costero y industrial” (Conejo 2017: 322), e pode justificar-se pela necessidade de numerário para a aquisição dos produtos alimentares, como aqueles que se intuem, a partir do estudo das ânforas agora efectuado. A situação replica, aliás, a de outros sítios algarvios próximos, como é o caso do Cerro da Vila (Teichner 2008), por exemplo, onde, contudo, parece ter ocorrido em fase ligeiramente posterior, mas, de qualquer modo, coincidente com a ampliação das estruturas de tipo “industrial”.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. R. - MOROS DÍAS, J. (2014) - Um Testemunho da Figlina Scalensia em Lagos (Portugal): a propósito da grande fossa detritica da fábrica de salga da Rua Silva Lopes. *Almadan* s. II (19) - Adenda electrónica: 44-59.
- ALMEIDA, R. R. - VIEGAS, C. - BEJA, N. - TEIXEIRA, N. (2014) - Ânforas do Mediterrâneo oriental em Faro (Ossonoba). Novos dados para equacionar o comércio durante a Antiguidade Tardia. In MORAIS, R. - FERNÁNDEZ, A. - SOUSA, M. J. (eds.), *As produções cerâmicas de imitação na Hispania*. Vol. I. Porto (*Monografías Ex Officina Hispana II*): 683-692.
- ARRUDA, A. M. (2017) - As ocupações antigas da Quinta do Lago (Almansil, Loulé). In *Loulé, Territórios, Memórias, Identidades*. Lisboa: 292-300.
- ARRUDA, A. M. - VIEGAS, C. (2016) - As ânforas alto-imperiais de Monte Molião. In JÁRREGA, R. - BERNI, P. (eds.), *Amphorae ex hispania: paisajes de producción y consumo*. Tarragona (*Monografías Ex Officina Hispana III*): 446-463.
- ARRUDA, A. M. - VIEGAS, C. - BARGÃO, P. - PEREIRA, R. (2006) - A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à época romana. *Setúbal Arqueológica* 13: 153-176.
- ARRUDA, A. M. - SOUSA, E. - BARGÃO, P. - LOURENÇO, P. (2008) - Monte Molião (Lagos) - Resultados de um projecto em curso. *Xelb* 8: 161-192.
- AVELINO, A. F. G. (2015) - *Achados arqueológicos subaquáticos no Algarve: As atividades comerciais entre a Idade do Ferro e Período Romano*. Dissertação de mestrado em Arqueologia - Especialização em Teoria e Métodos da Arqueologia. Universidade do Algarve.
- BERNAL CASASOLA, D. (2001) - La producción de ánforas en la Bética en el s. III y durante el bajo império romano. In *Actas del Congreso Internacional. Ex Baetica amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el imperio romano*. Vol. 1. Écija: 239-372.
- BERNAL CASASOLA, D. (2004) - Ânforas de transporte y contenidos. A propósito de la problemática de algunos envases de los ss. II y I a.C. In *Las industrias alfareras y conserveras fenicio-púnicas de la Bahía de Cádiz. XVI Encuentros de Historia y Arqueología (San Fernando, 2000)*. Córdoba: 321-378.
- BERNI MILLET, P. (2008) - *Epigrafía anfórica de la Bética. Nuevas formas de análisis*. Barcelona (*Colleció Instrumenta* 29).
- BERNI MILLET, P. - GARCÍA VARGAS, E. (2016) - Dressel 20 (Valle del Guadalquivir). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-20-guadalquivir-valley>). 23 noviembre, 2016.
- BONIFAY, M. (2004) - *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford (*B.A.R. International Series* 1301).
- BONIFAY, M. (2016) - Amphores de l'Afrique romaine: nouvelles avancées sur la production, la typochronologie et le contenu. In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y consumo*. Tarragona (*Monografías Ex Officina Hispana III*): 595- 611.
- CARRERAS MONFORT, C. - GARCÍA VARGAS, E. (2016) - Dressel 28 (Valle del Guadalquivir). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-28-guadalquivir-valley>). 9 julio, 2016.
- CONEJO DELGADO, N. (2017) - Aproximación a la circulación monetária del Concejo de Loulé em época romana. In *Loulé, Territórios, Memórias, Identidades*. Lisboa: 318-323.
- DIOGO, A. D. - CARDOSO, J. P. - REINAR, F. (2000) - Um conjunto de ânforas recuperadas nos dragados da foz do rio Arade, Algarve. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 3-2: 81-118.
- FILIFE, V. (2018) - *Olisipo, o grande porto da fachada atlântica. Economia e comércio entre a República e o Principado*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- GARNIER, N. - SILVINO, T. - BERNAL CASASOLA, D. (2011) - L'identification du contenu des amphores: huile, conserves de poissons et poissonage. In *SFECAG. Congrès international d'Arles*. Marseille: 397-416.
- GARCÍA VARGAS, E. (1998) - *La producción de ánforas*

en la bahía de Cádiz en época romana: (siglos II a.C - IV d.C). Écija.

GARCÍA VARGAS, E. (2000) - Ânforas romanas producidas em Hispalis: primeiras evidencias arqueológicas. *Habis* 31: 235-260.

GARCÍA VARGAS, E. - BERNAL CASASOLA, D. - DÍAZ RODRÍGUEZ, J. J. (2016) - Beltrán IIB (Baetica coast), *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/beltran-iib-baetica-coast>). 08 July, 2016.

KEAY, S. (1984) - *Late roman amphorae in the western Mediterranean. A typological and economic study: the Catalan evidence*. Oxford (B.A.R. International Series 196).

LAUBENHEIMER, F. (1985) - *La production des amphores en Gaule Narbonnaise*. Paris.

LONG, L. - DUPERRON, G. (2011) - Le mobilier de la fouille de l'épave romaine Arles-Rhône. Un navire fluvio-maritime du III siècle de notre ère. In *SFECAG. Congrès international d'Arles*. Marseille: 37-56.

MANACORDA, D. (1977) - Anfore. In *Ostia IV: Le terme del nuotatore: scavo dell'ambiente XV e dell'area XXV. Studi Miscellani*. Roma: 117-254.

MARTIN-KILCHER, S. (1987) - *Die Römischen Amphoren aus Augst und Kaiseraugst. Ein Beitrag zur römischen Handels- und Kulturgeschichte. 7.1. Die südspanischen Ölamphoren*. Augst.

MARTIN-KILCHER, S. (1994) - *Die römischen amphoren aus Augst und Kaiseraugst. Ein Beitrag zur römischen Handels- und Kulturgeschichte II: Die Amphoren für Wein, fischsauce, Südfrüchte (Gruppen 2-24) und Gesamtauswertung*. Augst.

MAUNÉ, S. (2013) - La géographie des productions des ateliers d'amphores de Gaule Narbonnaise pendant le Haut Empire. Nouvelles données et perspectives. *Revue d'archéologie de Narbonnaise* 45: 335-373.

PANELLA, C. (1973) - Appunti su un gruppo di anfore della prima, media e tarda età Imperiale. In *Ostia III: Le terme del Nuotatore: scavo dell'ambiente V et di un saggio dell'area. Studi miscellanei*. Roma: 460-633.

PECCI, A. - CAU, M.A. (2010) - Análisis de residuos orgánicos en ânforas. El problema de la resina y el aceite. In BLÁZQUEZ, J. M. - REMESAL, J. (eds.), *Estudios sobre el Monte Testaccio (Roma) V*. Barcelona: 593-600 (*Instrumenta* 35).

PEREIRA, C. (2012) - O sítio romano do Vidigal. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 15: 155-179.

QUARESMA, J. C. - RAPOSO, J. (2016) - Lusitana 3 (Western Lusitania). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/lusitana-3-western-lusitania>). 08 July, 2016.

REVILLA CALVO, V. (2007) - Las ânforas tunecinas y tripolitanas de mediados del siglo III d.C. (campañas 1995-1997). In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. - REMESAL RODRÍGUEZ, J. (eds.), *Estudios sobre el Monte Testaccio: Roma, IV*. Barcelona: 317-335.

REVILLA CALVO, V. (2010) - Las ânforas tunecinas y tripolitanas. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. - REMESAL RODRÍGUEZ, J. (eds.), *Estudios sobre el Monte Testaccio: Roma, V*. Barcelona: 397-414.

REVILLA CALVO, V. (2013) - Las ânforas norteafricanas del Monte Testaccio (Roma): tipologías, cronologías y zonas de procedência. In RIBERA, A. (coord.), *Manual de cerámica romana. Del Mundo Helenístico al Imperio Romano*. Valencia: 415-442.

REVILLA CALVO, V. (2014) - Las ânforas africanas del siglo II d.C. (Campañas de 2000 y 2005). In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. - REMESAL RODRÍGUEZ, J. (eds.), *Estudios sobre el Monte Testaccio: Roma, VI*. Barcelona: 559-570.

RIZZO, G. (2014) - *Ostia VI. Le Terme del Nuotatore. Le anfore Ostia e i commerci mediterranei*. Roma (*Studi Miscellanei* 38).

SILVA, C. T. da - COELHO-SOARES, A. - SOARES, J. (1987) - Nota sobre material anfórico da foz do rio Arade (Portimão). *Setúbal Arqueológica* 8: 203-220.

SILVA, C. T. - SOARES J. - SOARES, A. C. (1992) - Estabelecimento de produção de salga da época romana na Quinta do Marim (Olhão). Resultados preliminares das escavações de 1988-89. *Setúbal Arqueológica* 9-10: 335-374.

TEICHNER, F. (2008) - *Zwischen Land und Meer - Entre Terra y mar*. Mérida (*Studia Lusitania* 3).

TREMOLEDA TRILLA, J. (2016) - Dressel 28 (Tarraconensis northern coastal area). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-28-tarraconensis-northern-coastal-area>). 09 July, 2016.

VIEGAS, C. (2006) - O Forno romano da Manta Rota (Algarve). *Setúbal Arqueológica* 13: 177-196.

VIEGAS, C. (2011) - *A ocupação romana do Algarve - estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa (*Estudos e Memórias* 3).

VIEGAS, C. - ARRUDA, A. M. (2013) - Ânforas romanas de época imperial de Monte Molião (Lagos): as Dressel 20. In *Arqueologia em Portugal, 150 depois. Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: 727-735.

VIEGAS, C. - DINIS, T. (2010) - Pedras d'el Rei (Tavira): villa suburbana de Balsa. *Xelb* 10: 235 - 251.

OPHIUSSA

VOLUME 3, 2019, PÁGINAS 111-131. SUBMETIDO A 27.05.2019. ACEITE A 15.09.2019.

ESTUDOS SOBRE A CERÂMICA COMUM DA OFICINA DE SALGA 1 DE TRÓIA (GRÂNDOLA, PORTUGAL): CONTEXTOS DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO V

STUDIES ON COMMON WARE FROM THE FISH-SALTING WORKSHOP 1 FROM TROIA (GRÂNDOLA, PORTUGAL): CONTEXTS FROM THE FIRST HALF OF THE 5TH CENTURY

FILIPA ARAÚJO DOS SANTOS¹

RESUMO

Este estudo analisa a cerâmica comum de dois contextos descobertos nos níveis de abandono e destruição da Oficina de salga 1 de Tróia, datados de entre o final do século IV e o segundo quartel do século V.

A análise realizada permitiu concluir que existe uma diversidade considerável de produções, mas cuja maioria diz respeito a produções regionais. Ao nível das formas, a importância dos diferentes recipientes no conjunto aproxima-o claramente dos conjuntos domésticos mais tardios da ocupação romana, demonstrando que a comunidade do início do século V de Tróia se integra numa evolução normal que existiu no litoral ocidental e interior da Lusitânia. As presenças mais longínquas demonstram ainda a vitalidade das rotas comerciais provenientes do Mediterrâneo.

Palavras-chave: cerâmica comum, Tróia, lixeira, oficina de salga, consumo regional.

ABSTRACT

This study analyses the common ware belonging to two archaeological contexts from the abandonment/destruction phase of the Fish salting Workshop 1 in Tróia, dating from the late 4th and second quarter of the 5th centuries AD.

This analyses permitted to conclude that there is a wide variety of productions, but the majority of the pieces was regionally produced. Regarding the shapes present, the proportion of certain forms places it firmly in the later stages of Roman domestic occupations, which demonstrates that Tróia's community suffered a "normal" evolution, equivalent to what was felt throughout the west coast and interior of 5th century *Lusitania*. Additionally the presence of material produced further afield seems to demonstrate that Mediterranean trade-routes were still thriving.

Keywords: common ware, Tróia, garbage dump, fish salting workshop, regional consumption.

1 - filipa.ar.santos@hotmail.com

*Este artigo foi redigido com a norma da Língua Portuguesa anterior ao Acordo Ortográfico de 1990.

1. INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico de Tróia situa-se numa língua de areais do lado Este da restinga arenosa que forma a actual península de Tróia, na margem esquerda do baixo vale do Sado, diante da actual cidade de Setúbal (fig. 1). Os vestígios arqueológicos identificados permitiram considerá-lo como o maior centro industrial de produção de preparados piscícolas conhecido no mundo romano (Pinto - Magalhães - Brum 2011: 163-166), sendo que actualmente estão identificadas 27 oficinas de salga e um período de produção do segundo quartel do século I à primeira metade do século V. Conhecem-se ainda áreas com outras funções, como um espaço termal, uma área residencial, espaços funerários, uma basílica paleocristã, demonstrando um sítio de grande vitalidade económica. Os vestígios de reutilização do espaço de várias oficinas têm vindo a demonstrar que o sítio continuou a ser ocupado durante mais algum tempo. Algumas cerâmicas finas e ânforas comprovam que o sítio foi frequentado pelo menos até meados do século VI, sendo que as peças mais tardias poderão atingir o século VII (Pinto - Magalhães - Brum 2016, Magalhães - Pinto - Brum

no prelo), ainda que se trate de um conjunto muito escasso de artefactos que pode relacionar-se apenas com a frequência dos espaços funerários.

Este trabalho resulta da dissertação de mestrado «*A cerâmica comum da oficina de salga 1 de Troia (Grandola, Portugal): contextos da primeira metade do século V*» (<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/37234>).

2. OS CONTEXTOS ESCAVADOS SOBRE O PÁTIO DA OFICINA DE SALGA 1

A oficina de salga 1 localiza-se na zona melhor conhecida do sítio arqueológico de Tróia, tendo a área das termas a sudeste e a nordeste a oficina de salga 2. O conhecimento em torno deste espaço beneficiou de trabalhos de investigação dispersos desde a década de 1950 (Étienne - Makaroun - Mayet 1994, Magalhães 2010: 15). Em 2008 e 2009, no âmbito do Projecto de Valorização das Ruínas Romanas de Tróia, promovido pela empresa Tróiaresort - Investimentos Turísticos, S.A., foi escavada uma parte da área sudeste da oficina 1, designada por Sector 3 (Pinto - Magalhães - Brum 2010a: 3), onde foram descobertos os depósitos agora em estudo.



Fig. 1 - Localização de Tróia na Península Ibérica (adaptado de Magalhães 2010).

Os diversos trabalhos permitiram concluir que a oficina 1 é construída no segundo quartel do século I, sendo que o faseamento da sua ocupação até ao seu abandono entre a segunda metade do século IV e a primeira metade do século V pode ser consultada em artigos de síntese (Étienne - Makaroun - Mayet 1994: 36, Pinto - Magalhães - Brum 2010a, 2010b, 2010c: 133-159, 2011: 146-147, 2018: 159, Reynolds - Bonifay - Cau 2011: 16, 26-27).

As escavações de 2008 e 2009 permitiram a escavação de uma pequena área com cerca de 32m² a sudeste do poço de mergulho desta oficina (Pinto - Magalhães - Brum 2010a) (fig. 2). Esta escavação permitiu a identificação de depósitos de areia (U.E.'s [471], [487] e [518]) entremeados por depósitos arenosos com concentração de materiais arqueológicos e fauna (U.E.'s [480], [486], [488] e [519]) sobre estratos argilosos (U.E.'s [528], [535], [554]) identificados como níveis de abandono e destruição acumulados sobre o pátio da oficina.

As unidades [480] e [486] não foram escavadas por estarem a sudeste da área de intervenção. Foram ainda descobertas três ânforas funerárias enterradas nas camadas de areia (a vala para deposição de uma das ânfora cortava a U.E. [480] e as restantes cortavam a U.E. [486]).

As unidades estratigráficas [488] e [519] foram estudadas no âmbito deste trabalho. A quantidade e o tipo de materiais e a presença abundante de carvões evidenciam a composição típica de uma lixeira romana. A unidade [488] era um depósito acinzentado, com concentração elevada de carvões, alguns de grande dimensão, textura solta de matriz arenosa, onde se identificou uma elevada concentração de materiais arqueológicos, fauna mamalógica e malacológica, algumas manchas de *garum*. A U.E. [519] apresentava uma matriz arenosa enegrecida, com elevada frequência de carvões e com uma concentração de materiais ainda maior que nas camadas precedentes. Foi encontrada uma grande

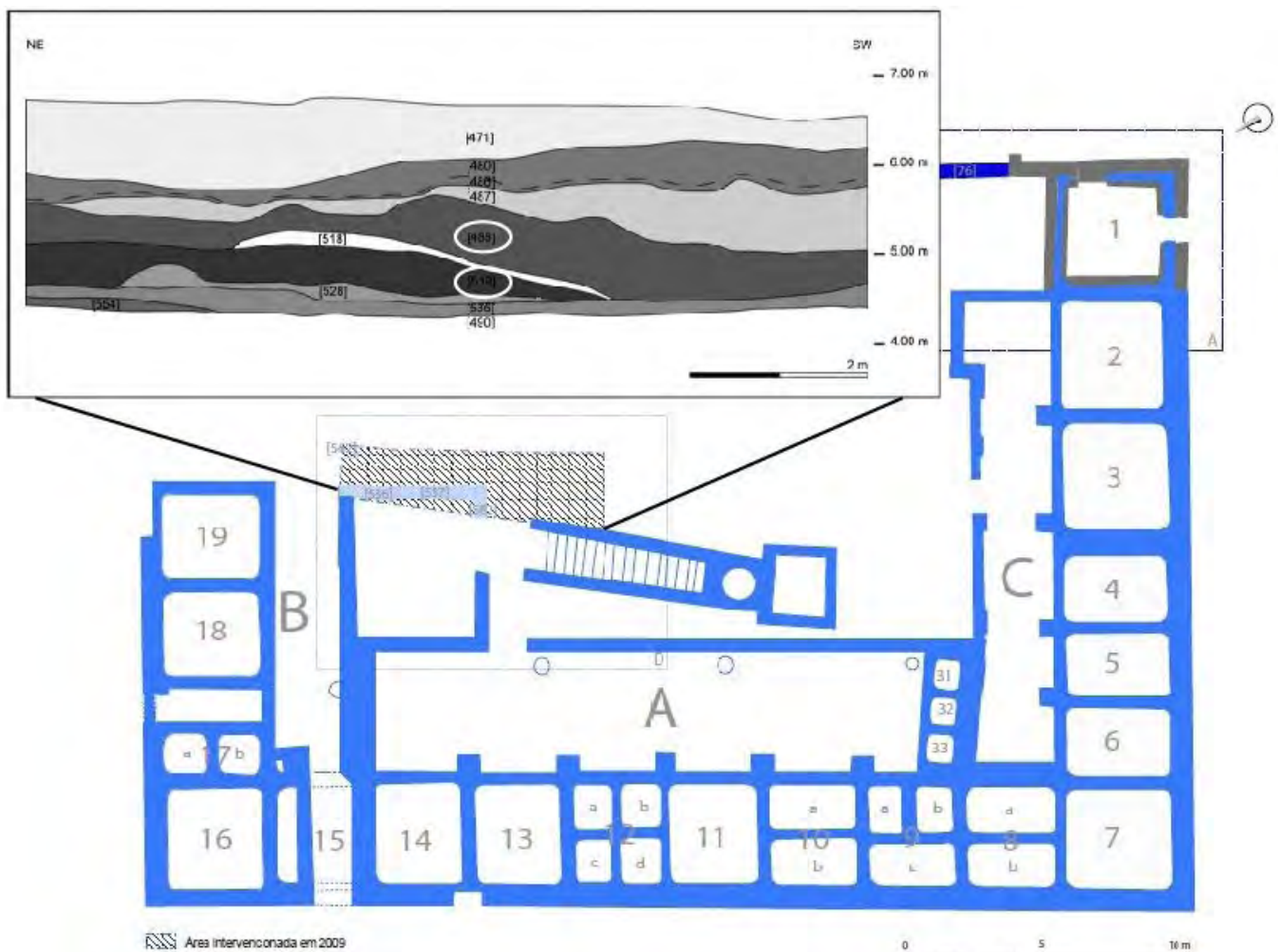


Fig. 2 - Oficina de salga 1, com a área escavada em 2009 a pontilhado e o desenho do corte sudeste da escavação onde se identificaram as U.E.[488] e [519] (Pinto - Magalhães - Brum 2010a).

frequência de argamassa, artefactos arqueológicos, assim como fauna malacológica e ictiológica em grande quantidade, com mandíbulas ou esqueletos em conexão.

Estas unidades foram anteriormente estudadas a partir das ânforas, *terra sigillata* e cerâmica de cozinha africana descobertas (Magalhães 2010, Magalhães - Brum - Pinto 2014, Pinto - Magalhães - Brum 2012). Os dois depósitos apresentam conjuntos de materiais cronologicamente muito semelhantes, demonstrando que o período de tempo que as entremeou e que levou à deposição das areias da U.E. [518] deve ter sido curto, não sendo discriminável pelos materiais arqueológicos que as compõem. De acordo com os estudos prévios, a *terra sigillata* recuperada nos dois contextos demonstra um conjunto predominante de formas cuja datação está entre o final do século IV e o primeiro quartel do século V (Hayes 59B, Hayes 61A, Hayes 62/El Mahrine 5, Hayes 62/64, var. Fulford 6, Hayes 63, Hayes 71) ainda que exista um conjunto considerável de formas que atingem os meados do século V (Hayes 61 A/B1 e A/B3, Hayes 67, variante B, El Mahrine 14, Hayes 63), assim como outras que são comuns no século V, podendo ultrapassar os meados desse século (Hayes 80, Hayes 76, Hayes 73 e talvez os exemplares de Hayes 91 aparentados com a 28 da tipologia de Hayes) (Magalhães 2010). Segundo a autora do estudo, a ausência de formas típicas da segunda metade do século V (como Hayes 87, 91c, 94 e 99) indica que os depósitos se terão acumulado certamente na primeira metade do século, sendo que a proporção de formas presentes sugere que se pode afinar esta cronologia para o segundo quartel do século V, datando desse momento o fim da produção de preparados piscícolas na oficina.

No caso da cerâmica de cozinha africana, existe um total de 6 NMI nos conjuntos, na maioria em fabrico C, já parcialmente publicado (Magalhães - Brum - Pinto 2014): tratam-se dos tachos da forma Hayes 197, o prato/tampa Hayes 182 e um fervedor. Posteriormente foram ainda distinguidos um prato/tampa Hayes 185 variante C e uma marmita (tacho) do tipo Sidi Jdidi 7 (tipo 28, variante D de Bonifay) (Bonifay 2004: 236).

O conjunto anfórico é constituído maioritariamente por ânforas Almagro 51c com a presença minoritária de outros tipos regionais, como a ânfora Sado 1, variante B, a Almagro 51a-b, a Lusitana 9, a Lusitana 10 e a Sado 4. Registaram-se igualmente tipos importados como a Keay XIX, a Dressel 23, uma Keay 35B e uma Late Roman 1a (Pinto - Magalhães -

Brum 2012: 403). O conjunto é muito coerente com a informação cronológica obtida pelo estudo da *terra sigillata*, já que a maioria das formas anfóricas atinge o século V e por vezes os meados do século ou até mais tarde. Algumas formas como a Keay 35B e a Late Roman 1a não seriam produzidas antes do século V e outras como a Almagro 51c, variante C, a Sado 1, variante B e a Almagro 51a-b, variante A, são típicas dos diversos contextos da primeira metade do século V escavados em Tróia (Pinto - Magalhães - Brum 2012: 406).

No entanto, o maior conjunto material diz respeito à cerâmica comum. E, se no vale do Sado, existia já um trabalho de décadas de sistematização das produções anfóricas elaboradas durante época romana nos centros produtores (Diogo - Faria 1990, Mayet - Schmitt - Silva 1996, etc.), não existia nenhum trabalho de organização tipológica da cerâmica comum identificada nos mesmos sítios. Propusemos a estudar o conjunto de cerâmica comum presente nestes contextos, procurando aprofundar as questões inerentes à sua aquisição, função e uso. Este trabalho resultou na tese de mestrado "*A cerâmica comum da oficina de salga 1 de Troia (Grândola, Portugal)*".

3. A CERÂMICA COMUM

3.1. OBJETIVOS E METODOLOGIA

Neste estudo pretendia-se que a cerâmica comum fosse analisada do ponto de vista do seu fabrico e da sua morfologia, de forma a aprofundar o conhecimento sobre a possível origem das mesmas e sobre as questões técnicas inerentes à sua produção, por um lado, e a definir categorias morfológico-funcionais que permitissem ponderar o significado destas cerâmicas ao nível da função, do uso e da cronologia, por outro. Procurámos organizar as cerâmicas comuns provenientes das U.E.'s [488] e [519] de forma a criar uma tipologia que pudesse reunir as peças de procedência provavelmente regional assim como aquelas que não foi possível associar com certeza a um centro ou região produtora já definida e tratada tipologicamente na bibliografia consultada.

Na unidade [488] foram identificados 3059 fragmentos, sendo que em [519] se contabilizaram 2605 fragmentos, perfazendo um número mínimo de 625 indivíduos (NMI), correspondente, devido à fragmentação das peças, ao número de bordos classificáveis tipologicamente¹.

No conjunto foi possível identificar treze

categorias morfológicas, divididas em formas que buscaram individualizar as grandes realidades formais presentes numa categoria. Tendo em conta o grau de fragmentação do conjunto em estudo, valorizaram-se as características do bordo para definir as variantes de cada forma. Procurando a maior simplificação do ponto de vista do utilizador desta tipologia, cada categoria formal pode ser designada pelo seu código numérico ou simplesmente pelo seu nome, ao qual se acrescenta a letra da forma e número da variante. Assim a primeira variante de prato poderá ser designada por 1.1.A.1 ou por Prato A.1.

O estudo dos fabricos foi feito com recurso a lupa binocular, tendo-se reconhecido 15 grupos divididos em subgrupos com base no acabamento das superfícies (fig. 3).

Neste artigo o nosso objectivo não será apresentar as variantes de cada forma em detalhe, apresentadas e discutidas na dissertação de mestrado (Santos 2018). O nosso foco passará antes pela apresentação genérica do conjunto e discussão das suas principais características e particularidades.

3.2. OS GRUPOS DE FABRICO

As principais características de cada grupo de fabrico podem ser consultadas na tabela da Figura 3. No que concerne aos grupos de fabrico identificados, destacam-se os grupos 1, 2 e 3 pela preponderância. Estes grupos são muito próximos entre si: o Grupo 1 poderá distinguir-se do Grupo 2 porque este último apresenta uma maior frequência quartzos leitosos ou feldspato. Os dois grupos distinguem-se também pela forma dos minerais de quartzo - no grupo 1 são sobretudo angulosos e no grupo 2 subarredondados a arredondados. No entanto esta é uma distinção que por vezes é muito difícil de observar. A diferença quanto ao Grupo 3 está na textura, mais fina no caso do último grupo. Os três grupos apresentam grande variabilidade quanto à dimensão e frequência dos elementos. É uma proposta de trabalho - a existência de três grupos de fabrico - que acreditamos poder relacionar-se com a variabilidade que existe naturalmente na produção cerâmica numa mesma região, ou até num mesmo centro oleiro. Estes três grupos são idênticos às pastas das ânforas e cerâmicas produzidas nas olarias do Sado, pelo que podem ser consideradas de proveniência regional. De forma a não forçar agrupamentos e demonstrar as dúvidas ainda presentes, manteve-se um conjunto de peças de produção regional "1,2,3?".

O baixo vale do Sado tem um importante

historial de produção cerâmica durante época romana (Mayet - Schmitt - Silva 1996: 201-202, entre outros), potenciado pelo enquadramento geomorfológico específico que propiciou a exploração de argilas das margens do rio Sado. Estão identificada nove olarias de época romana, mas o estado actual dos conhecimentos leva a considerar que as únicas olarias activas após a segunda metade do século III são Abul D (Diogo - Faria 1990, Mayet - Schmitt - Silva 1996: 57), Herdade do Pinheiro (Mayet - Silva 1998: 141-298), Quinta da Alegria (Coelho-Soares - Silva 1979, Mayet - Silva - Schmitt 1996: 78), e Zambujalinho (Fernandes 1998, 2001, Fabião 2004).

Ainda assim apenas no sítio da Herdade do Pinheiro, foram escavados os depósitos de abandono dos diferentes fornos da olaria e entulheiras com datações de meados do século III a meados do século V. Para os restantes os diferentes investigadores descrevem de modo generalizado a ocupação até período indeterminado no Baixo Império. Assim, a produção cerâmica tardoantiga guarda ainda muitas dúvidas. Além disto, casos como o do sítio arqueológico do Monte do Bugio reforçam a necessidade de uma análise crítica aos dados. Este sítio surge referenciado com diversos fornos de produção maioritária de materiais de construção e ânforas de meados do século I a meados do século II, com referência a uma produção que perdura em época medieval e moderna. Ou seja, ainda que se indique primeiramente que este sítio foi ocupado apenas até meados do século II, seguidamente demonstra-se uma perduração da laboração de outros fornos próximos até um momento apenas designado por "época medieval" (Mayet - Schmitt - Silva 1996: 43).

Os Grupos 4, 5 e 6 são também próximos entre si, sendo que os grupos 4 e 5 foram cozidos em ambiente redutor e o Grupo 6 foi cozido em Modo A. O Grupo 4 apresenta uma superfície espessa negra a cinzenta, maioritariamente com polimento. O Grupo 5 distingue-se do Grupo 4 pela ausência da superfície espessa, ainda que negra, e pela raridade de superfícies polidas.

O grupo de fabrico melhor representado é o grupo 1 com aproximadamente 31,7% do conjunto, seguido pelo grupo 2, com cerca de 17,9% e o grupo 5 com 15,5%. Os grupos 1 a 6 foram alvo de análises arqueométricas pelo Laboratório Hércules da Universidade de Évora (apresentadas na dissertação de mestrado (Tsoupras - Mirão 2018 - em Santos 2018, Anexo IV) e que serão publicadas futuramente). Os restantes fabricos são grupos de presença rara

Grupo de fabrico	NMI	Matriz cerâmica	Modo de modelação	Modo de cozedura	Principais inclusões	Textura	Principais acabamentos	Possível origem	Fotografia
1	198	Não calcária	Torno rápido	A	Mica, quartzo, feldspato	Média	Alisamento	Olarias Vale do Sado	
2	111	Não calcária	Torno rápido	A	Mica, quartzo, feldspato	Média	Alisamento	Olarias Vale do Sado	
3	60	Não calcária	Torno rápido	A	Mica, quartzo, feldspato	Média-fina	Alisamento	Olarias Vale do Sado	
4	81	Não calcária	Torno rápido	B	Minerais negros, quartzo, "fragmentos de rocha"	Média	Alisamento e Polimento	Do limite oriental do baixo vale do Sado ao interior alentejano	
5	97	Não calcária	Torno rápido	B	Minerais negros, quartzo, "fragmentos de rocha"	Média	Alisamento	Do limite oriental do baixo vale do Sado ao interior alentejano	
6	6	Não calcária	Torno rápido	A	Minerais negros, quartzo, "fragmentos de rocha"	Média	Alisamento e Engobe	Do limite oriental do baixo vale do Sado ao interior alentejano	
7	5	Calcária	Torno rápido	A	Mica, inclusões cinzentas a negras	Fina	Alisamento	Bética?	
8	7	Caulinitica?	Torno rápido	A	Mica, quartzo e inclusões negros	Média-fina	Alisamento	Desconhecida	
9	4	Não calcária	Manual	A	Inclusões translúcidas (minerais vulcânicos), brancas, negras a cinzentas	Grosseira	Alisamento grosseiro	Pantelleria: forma e fabrico verificados na bibliografia (Santoro Bianchi - Guiducci - Negri 2003; Peacock 1982: 75-80).)	
10	5	Calcária	Torno rápido	A	Inclusões cinzentas a negras (xisto?); quartzo e óxidos de ferro	Média	Alisamento	Bética?	
11	1	Calcária?	Torno rápido	A	Inclusões brancas (calcário?); inclusões avermelhadas (óxidos de ferro ou cerâmica triturada);	Média-fina	Alisamento	Desconhecida	
12	1	Calcária?	Torno rápido	A	Inclusões alaranjadas, acinzentadas; inclusões cinzento escuras, negras a avermelhadas	Média	Alisamento	Desconhecida	
13	4	Não calcária	Torno rápido	B	Mica, quartzo, feldspato (?); inclusões brancas	Média	Alisamento	Desconhecida	
14	1	Calcária?	Torno rápido	A	Inclusões negras, cinzentas a avermelhadas	Média	Alisamento	Bética?	
15	1	Não calcária	Torno rápido	A	Inclusões alaranjadas a acinzentadas; inclusões brancas (microfósseis e calcário?)	Média	Engobe	Norte africana?	

Fig. 3 - Grupos de fabrico identificados.

que corresponderão a prováveis importações. Os grupos 7, 10 e 14 apresentam pastas calcárias, de provável origem bética, ainda que pela comparação com ânforas de origem conhecida. Apenas no caso do grupo de fabrico 9 foi possível identificar claramente com a cerâmica de cozinha de *Pantelleria* através da conjugação de fabrico e paralelos formais na bibliografia (Santoro Bianchi - Guiducci - Tusa 2003, Peacock 1982: 75-80). O grupo de fabrico 15

apresenta características próximas dos fabricos norteafriicanos (Bonifay 2004) ainda que os paralelos formais encontrados para a única peça deste grupo não sejam exatos (Bonifay 2004: 284-285) e por isso tenha sido integrado na tipologia.

3.3. AS FORMAS

Ao nível formal, foram identificadas peças de

13 categorias morfológico-funcionais distintas, que compuseram um total de 37 formas subdivididas ao todo em 81 variantes morfológicas (fig. 4). A categoria mais importante é a de potes/ painelas com 23%, seguida pelos pratos com 18,4%, enquanto as categorias menos representadas são os almofarizes que compõem apenas 0,5% do conjunto e as talhas com 0,8%. A distribuição das categorias pelos grupos de fabrico pode ser consultada na tabela da Figura 5.

Primeiramente os pratos (1.1) apresentam uma diversidade formal reduzida onde 90% das peças se integram em duas variantes – Pratos A.1 e B.1. - que por sua vez representam na sua esmagadora maioria duas produções – fabricos 4 e 5 – onde se encontra a maior percentagem de peças polidas. Para os pratos A.1. os paralelos formais dispersam-se entre o século I e V (por exemplo, Mayet - Silva 1998: 106, fig. 13, nºs 41 e 42; 109, fig.39, nºs 28 e 30; 174, fig.65, nºs 108, 110, 111; 260, fig.110, nº 289, fig.110, Santos 2011: 55, Est. II, Silva *et al.* 2014: 184, fig. 23, nº3, Silva - Coelho-Soares 2014: 333), mas na variante B.1 são sobretudo dos séculos IV a V, (por exemplo Mayet - Silva 1998: 234, fig.84, nº47; 260, fig.110, nº285, Pinto 2003: 197-200, Santos 2011: 55, Est. II, Silva - Coelho-Soares 2014: 333) ainda que exista um prato idêntico em Abul de meados do século III (Mayet - Silva 2002: 210, fig.115, nº150). Entre estes paralelos, já se se havia destacado a possível imitação da forma Hayes 61 de *terra sigillata* africana D (Pinto 2003: 197-200) para a forma B.1.

Em apenas três pratos se identificaram vestígios de queimado. Assim, estes pratos seriam cerâmica de mesa destinada sobretudo a servir e consumir alimentos, na óptica do que outros autores já haviam discutido (Alarcão 1974: 31, Santos 2011: 37), ainda que possam ter como função secundária o uso para cozinhar.

Nos pratéis (1.2.) identificaram-se vestígios de queimado na parede interna, com dois casos com vestígios de matéria carbonizada, indicando uma função concreta como queimadores ou uso para iluminação. Raramente na bibliografia estas formas surgem dissociadas dos pratos, sendo difícil paralelizar com outras realidades.

Os pratos covos (1.3) destacam-se pela diversidade formal, sendo que a variante mais importante (1.3.A.1) pertence aos grupos de fabrico 1 e 2, sendo que os pratos covos A.2. se dispersam pelos grupos 1, 4 e 5. Os pratos covos E.1. apresentam uma realidade muito distinta, pela predominância dos grupos de fabrico 4 (33%) e do grupo 5 (67%), sem vestígios de queimado. Pode dizer-se que nesta

Exemplo (sem escala)	Categoria morfológico-funcional		NMI	% NMI
	Prato	1.1.	115	18,4%
	Pratel	1.2.	22	3,5%
	Prato covo	1.3.	90	14,4%
	Tigela	1.4.	17	2,7%
	Almofariz	1.5.	3	0,5%
	Alguidar	1.6.	49	7,8%
	Tacho	2.1.	36	5,8%
	Pote/panela	2.2.	144	23,0%
	Potinho	2.3.	38	6,1%
	Jarro	2.4.	45	7,2%
	Bilha	2.5.	40	6,4%
	Talha	2.6.	5	0,8%
	Tampa	3.	21	3,4%
	TOTAL		625	100%

Fig. 4 - Categorias morfológico-funcionais identificadas.

categoria parece existir uma grande afinidade entre forma e fabrico. A pesquisa de paralelos não permitiu especificar a cronologia de nenhuma variante. Ainda assim, os paralelos dos pratos covos A.1. (como verificável em Silva - Coelho-Soares 1987: 234; fig.10, nº3, Étienne - Makaroun - Mayet 1994: 61, fig.22, nºs 39-40; nº74 e 75, Mayet - Silva 1998: 233, fig.83, nº 35; 260, fig.110, nº287, 291), A.2. (por exemplo Diogo - Trindade 2000: 204, nº25, 29, Batalha *et al.* 2009: 88, nº18, Gaspar - Gomes 2012: 854, fig.6, nº2, Silva - Coelho-Soares 2014: 233, fig.83, nº39 e 40; nº 86, fig. 15, p.327, Silva - Coelho-Soares 2016: 230, fig.25, nº2; Santos 2011: Est.IV), C.1. (Pinto - Magalhães - Brum 2010b: 535, fig.8, nº17, Gaspar - Gomes 2012: 855, fig.7, nº3, Silveira *et al.* 2014: 282, fig.26, nº20) e E.1. (como pode ver-se em Étienne - Makaroun - Mayet 1994: 61, fig.22, nºs79 e 80, Magalhães 2014: 254, fig.11, nº19, Silva - Coelho-Soares 2016: 230, fig.25, nº1) são sobretudo comuns em contextos dos séculos IV e V, sendo que os paralelos dos pratos covos A.2. e C.1. avançam até ao século VI. Quanto aos pratos covos E.1., encontraram-se perfis semelhantes em

Categorias morfológico-funcionais	Grupos de Fabrico (NMI)															TOTAL	
	1	2	3	1,2,3?	4	5	6	7	8	9 (Pantelleria)	10	11	12	13	14		15
PRATOS	17	4	3	0	63	27	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	115
PRATÉIS	1	0	0	0	7	13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22
PRATOS COVOS	36	18	7	3	9	14	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	90
TIGELAS	7	3	1	1	1	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17
ALMOFARIZ	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
ALGUIDARES	29	9	8	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	49
TACHOS	15	7	10	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	36
POTES/PANELAS	46	30	18	17	1	27	1	2	1	0	0	0	0	1	0	0	144
POTINHOS	3	8	4	6	0	12	0	0	4	0	0	0	0	0	1	0	38
JARROS	22	13	5	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	1	45
BILHAS	15	7	2	4	0	1	0	2	1	0	5	0	1	2	0	0	40
TALHAS	1	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
TAMPAS	4	10	1	4	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	21
TOTAL	198	111	60	43	81	97	6	5	7	4	5	1	1	4	1	1	625

Fig. 5 - Distribuição do conjunto por forma e fabrico.

outros pratos covos (Silva - Coelho - Soares 2016: 230, fig. 25, nº1) mas também em tigelas (Mayet - Silva 2002: 51, fig.17, nº186, Santos 2011: peças QTR 1724, 1810 e 1811, Est. IX) e almofarizes (Pinto 2003: 275-276). Porém, as tigelas tratam-se de peças mais pequenas e os almofarizes são peças maiores e apresentam vertedouro no bordo, o que não é o caso do nosso conjunto. Assim, revendo a relação diâmetro/ altura, optou-se por classificar estas peças como pratos covos, na sequência dos paralelos mais próximos (para pormenorização desta discussão, vide Santos 2018: 54).

Na categoria dos pratos covos, com 3% dos exemplares, há ainda a considerar a produção de *Pantelleria*, identificada na forma de pratos covos M1.1.2 (Guiducci 2003: 65). Esta produção (a que se acrescenta um prato/tampa da forma L) representa 0,6% no conjunto global da cerâmica comum, sendo que em Balsa, no Sul do território lusitano representa apenas 0,1% da cerâmica comum estudada (Viegas 2007: 83, 2012). Tem igualmente sido identificada ao longo do litoral, desde a costa mediterrânica, em Tarragona (Macias Solé 2003: 28-30), cujos achados se concentram no século V, mas surgem também de forma esporádica no século VI e em Alicante

(Reynolds 1993).

Neste contexto, os pratos covos serão uma categoria multifuncional, o que é demonstrado pelas marcas de uso e pelas diferentes produções presentes. Seriam maioritariamente utilizados na preparação culinária, partilhando funções quer com almofarizes e alguidares como com os tachos, para cozinhados mais a seco, estufados e guisados. Além disso, seriam ainda usados no serviço e consumo de alimentos à mesa.

As tigelas em cerâmica comum (1.4) são escassas no conjunto (2,7%), mas destacam-se pela diversidade formal, demonstrando que para esta comunidade seriam loiça de mesa para consumo alimentar tendencialmente individual. Quanto aos almofarizes (1.5.) representam apenas 0,5%. Por sua vez, os alguidares (1.6.) (7,8%) parecem ser uma categoria pouco padronizada formalmente: os alguidares A.1. e C.1 apresentam perfis repetitivos, mas para as restantes variantes os agrupamentos formais foram consideravelmente mais difíceis de alcançar. Por outro lado, a análise dos alguidares de bordo voltado para o exterior em aba (forma A) havia já feito alguns autores sugerirem a sua associação ao trabalho nas oficinas de salga de peixe (por exemplo

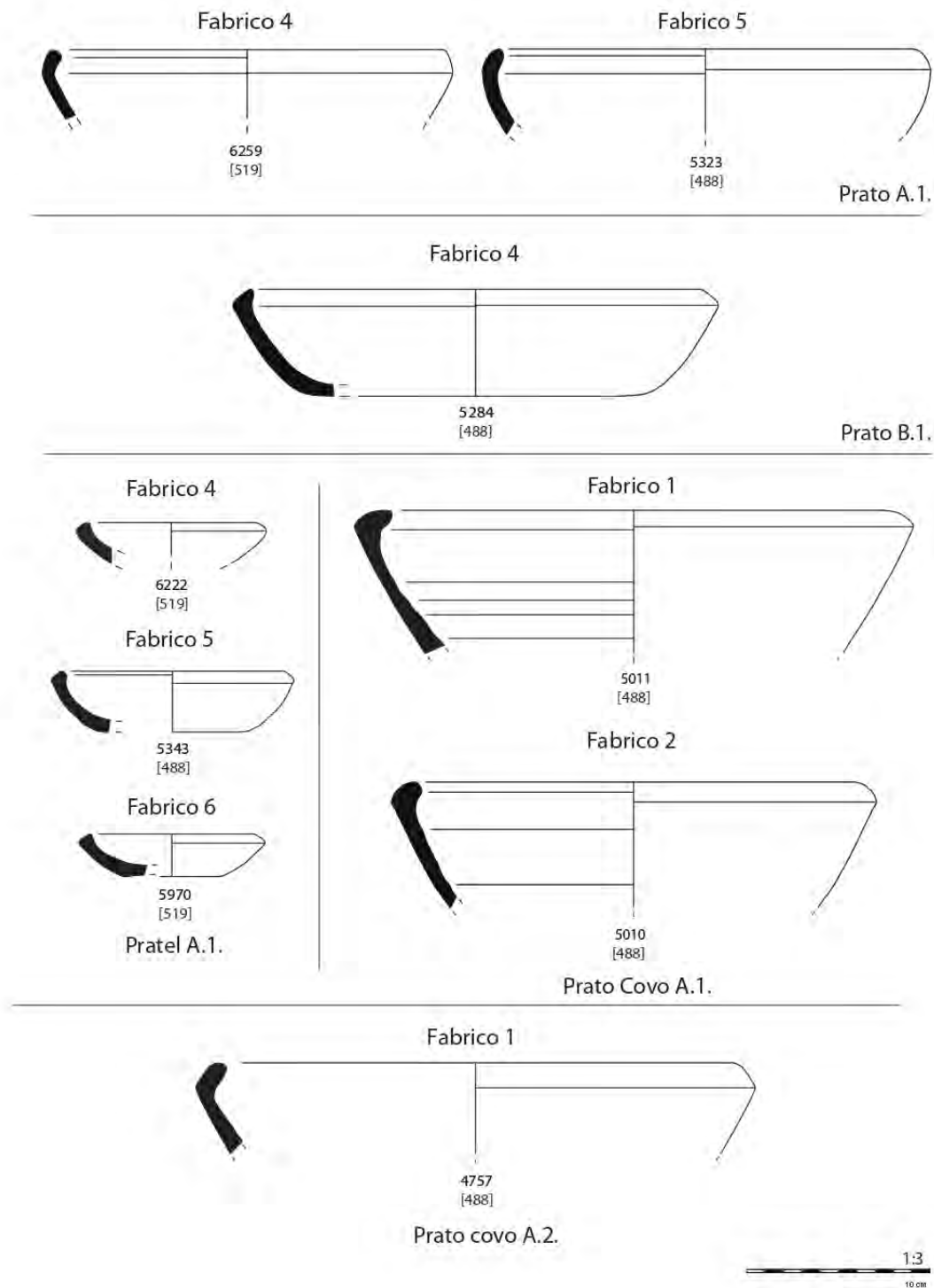


Fig. 6 - Pratos A.1. e B.1.; pratéis A.1. e pratos covos A.1. e A.2.

Diogo 1993: 146). Como referido, o contexto em estudo deve tratar-se sobretudo de depósitos de lixo doméstico, pelo que não é possível acrescentar dados à discussão. A variante A.1. representa 12% dos alguidares, mas é a forma melhor identificada nos demais contextos do vale do Sado numa ampla diacronia (por exemplo Mayet - Silva 1998: 247, fig.97,

nº154-155; 254, fig.104, nº218-220; 262, fig.112, nº315, 316, 319; 235, fig.85, nºs 56 - 64; 236, fig.86, nºs 66 e 70, Mayet - Silva 2002: 52, fig.18, nº202; 21, fig.116, nºs 159 a 162; 212, fig. 17, nº164 a 166, Coelho-Soares - Silva 2018: 145, fig.1, nºs 5 a 8). A variante melhor representada é a dos alguidares C.1. (26%) que parece apontar para uma realidade circunscrita

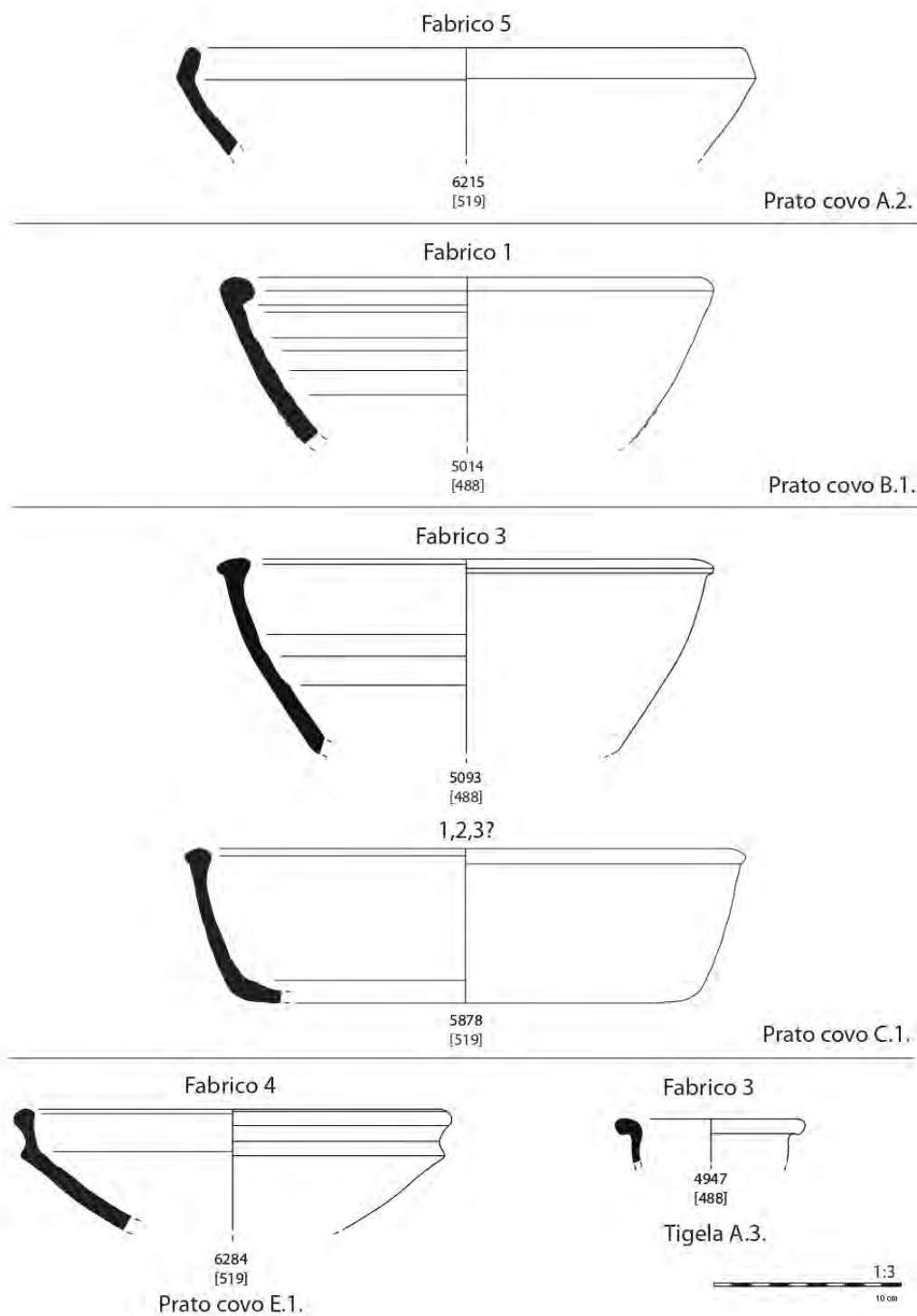


Fig. 7 - Pratos covos A.2, B.1, C.1. e E.1; Tigela A.3.

temporalmente, em contextos dos séculos IV e V (Mayet - Silva 1998, Silva - Coelho-Soares 2014), ainda que em São Cucufate (Vidigueira) as variantes que constituem paralelos retrocedam a meados do século II (Pinto 2003: 291–292, 294-296) e que na Quinta da Bolacha (Amadora) avancem a inícios do século VI (Figueira 2018: 73, Est. X, alguidar 1.5.1).

Nas formas fechadas, surgem os tachos (2.1.) (5,8% do conjunto) que foram a categoria mais difícil de discutir neste conjunto. Quase todos os exemplares de tachos são produções regionais. Os tachos A.1., tal como os potes/panelas A.1 e A.2 – recipientes fechados de bordos dobrados sobre o ombro - são formas muito características na Lusitânia

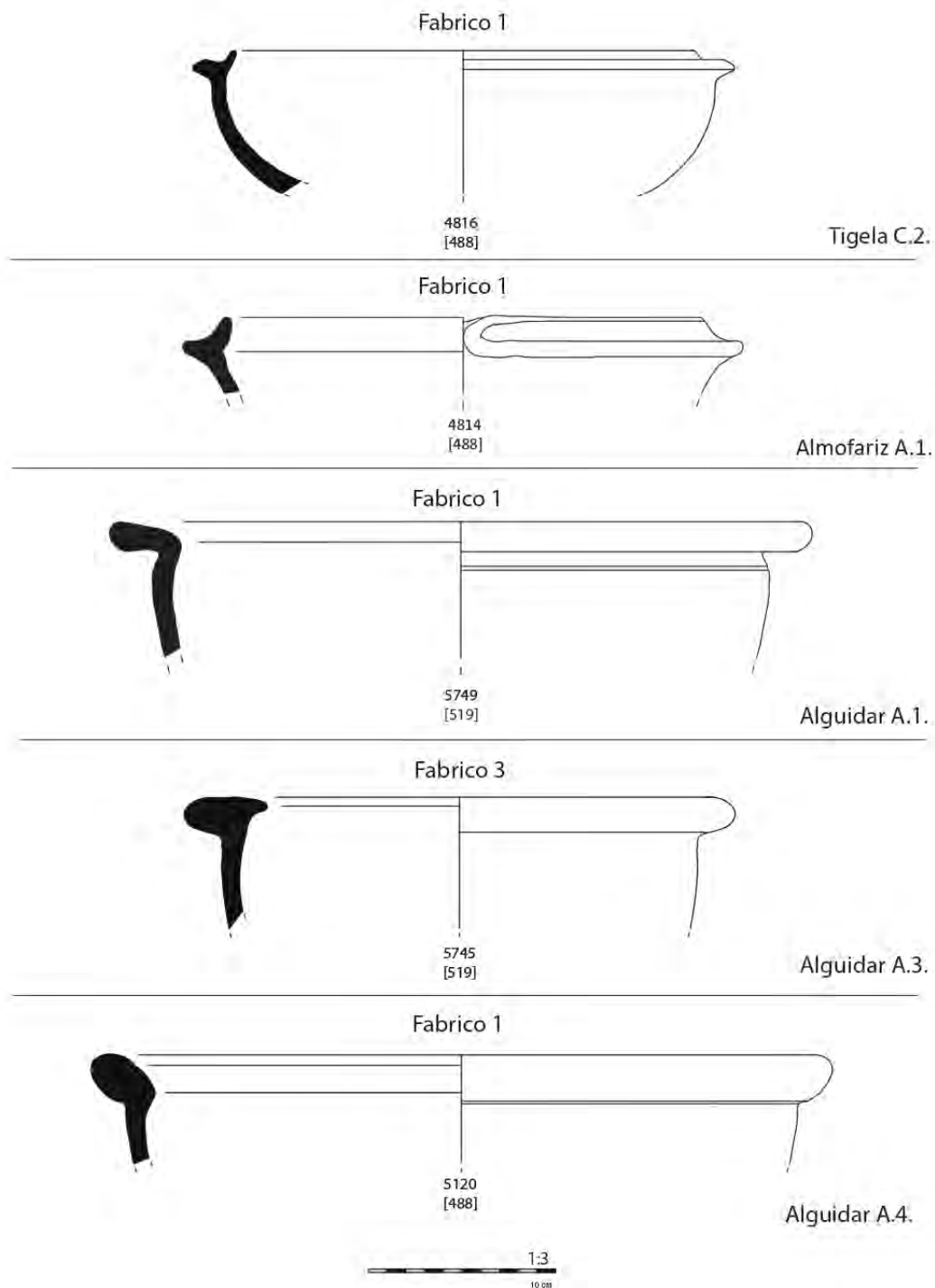


Fig. 8 - Tigela C.2; almofariz A.1; alguidares A.1, A.2; A.3 e A.4.

ao longo dos séculos. Contudo, são minoritários no depósito em estudo. Os tachos da forma C - perfil troncocónico com carena baixa - são menos típicos mas numerosos neste estudo. As variantes C.1. e C.3 só encontram paralelos na cerâmica comum africana (Bonifay 2004: 311) e nas produções consideradas regionais do sudeste e nordeste da Península Ibérica (Jiménez – Bernal - Casasola 2009: 298, fig.4, nº9; 301,

fig.6, nº7 - 10; 305, fig.8, nº2), respectivamente, mas ambas associadas a contextos do século VI e VII. A solução para a cronologia pode estar na alusão feita para as produções de Cartagena (paralelo de 2.1.C.3) que «debieron iniciar su producción a mediados del s. V d.C. retomando en sus repertorios prototipos del Bajo Imperio» (Ruíz Valderas - Laíz Reverte 1988: 300). Apenas futuros estudos permitirão entender

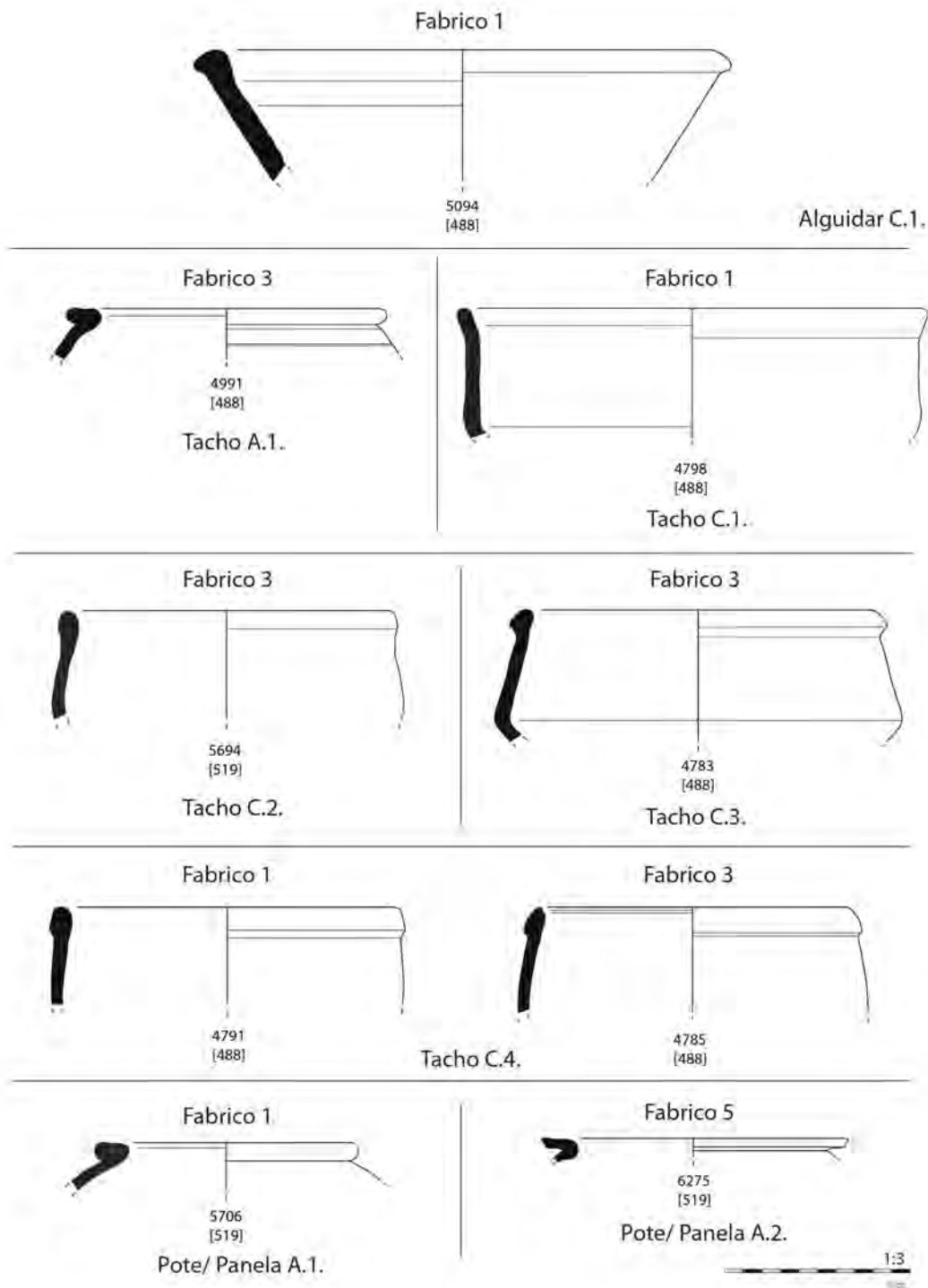


Fig. 9 - Alguidares C.1.; Tacho A.1., C.1., C.2., C.3., C.4.; Potes_ panelas A.1. e A.2.

melhor a realidade em estudo. Finalmente, na variante C.4. (40,5% dos tachos) reuniram-se peças com alguma variabilidade ao nível do bordo em fita, ainda que seja claro que as peças seguem de perto o modelo dos tachos de cerâmica de cozinha africana, nomeadamente as formas Hayes 197 e Sidi Jdidi 5 (Bonifay 2004: 224-225). A Hayes 197 é uma forma

comum na cerâmica de cozinha africana descoberta até hoje em Tróia, presente no sítio ao longo de uma cronologia lata (Magalhães - Brum - Pinto 2014: 705), mas o outro modelo é desconhecido. À exceção de outros contextos publicados de Tróia (Pinto - Magalhães - Cabedal 2014, Silveira *et al.* 2014), não se identificou nada no vale do Sado, pelo que

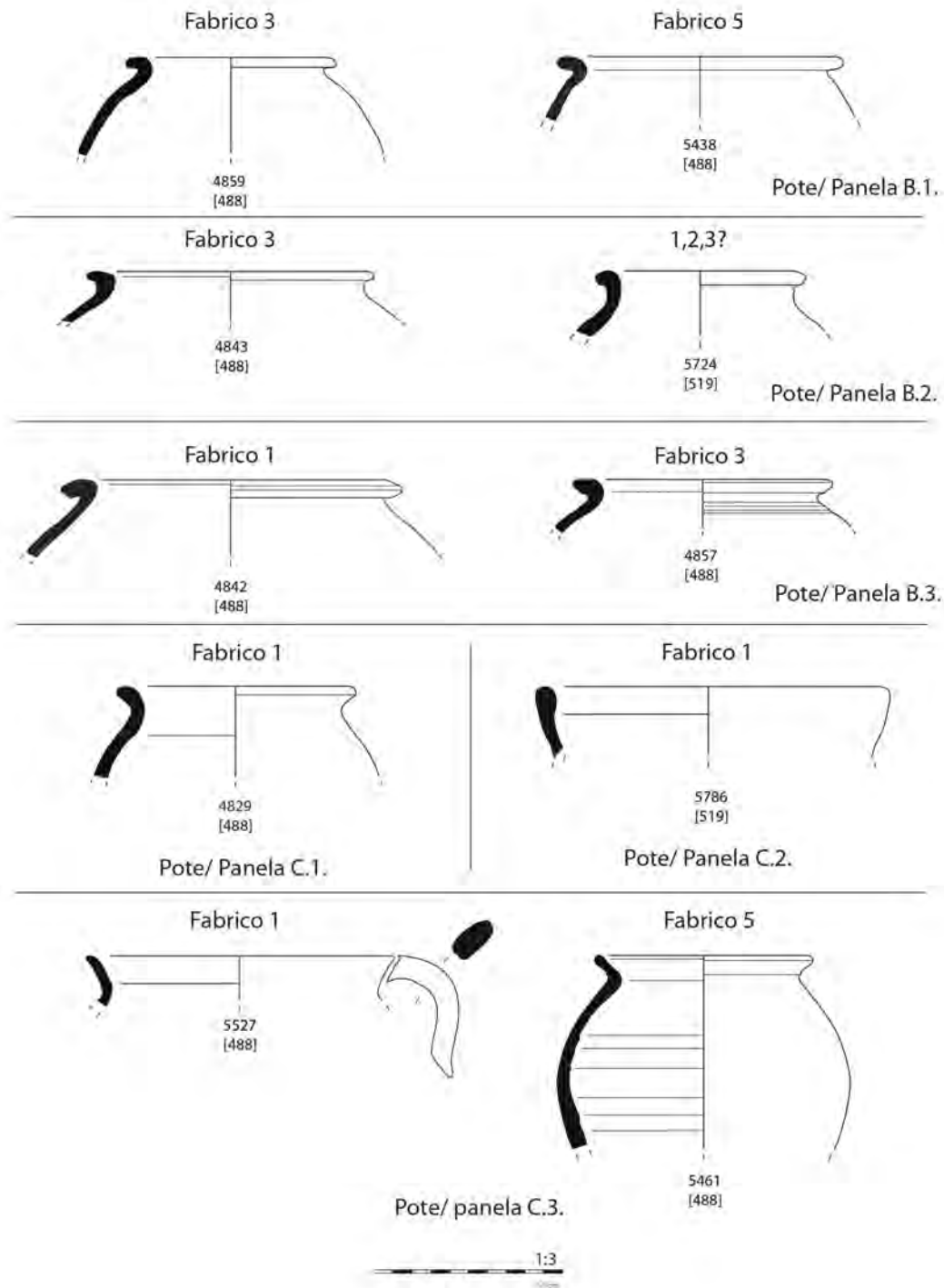


Fig. 10 - Potes_anelas B.1., B.2., B.3., C.1., C.2., C.3.

começa a tornar-se necessário aprofundar os estudos dos materiais já escavados nos diversos centros produtores e publicá-los exaustivamente. Contudo, nos contextos de Setúbal, onde a cerâmica comum foi alvo de estudo aprofundado, nota-se novamente a ausência de tachos desta forma (Silva *et al.* 2014: 161-214, Coelho-Soares - Silva 2018: 143-160). Os tachos C.4. em particular permitem colocar em questão

a ausência de cerâmicas de imitação de cozinha africana que Bonifay realçara para o ocidente lusitano (Bonifay 2014: 76-79) ao contrário do que aconteceria no sul do território (Viegas 2007: 71-84, 2012: 407-417, Viegas - Arruda 2014: 247-260, Bonifay 2014: 76, fig. 1). No entanto, se seguirmos a sua lógica de que a resposta reside no facto de que «l'importation des culinaires africaines n'y était pas suffisamment

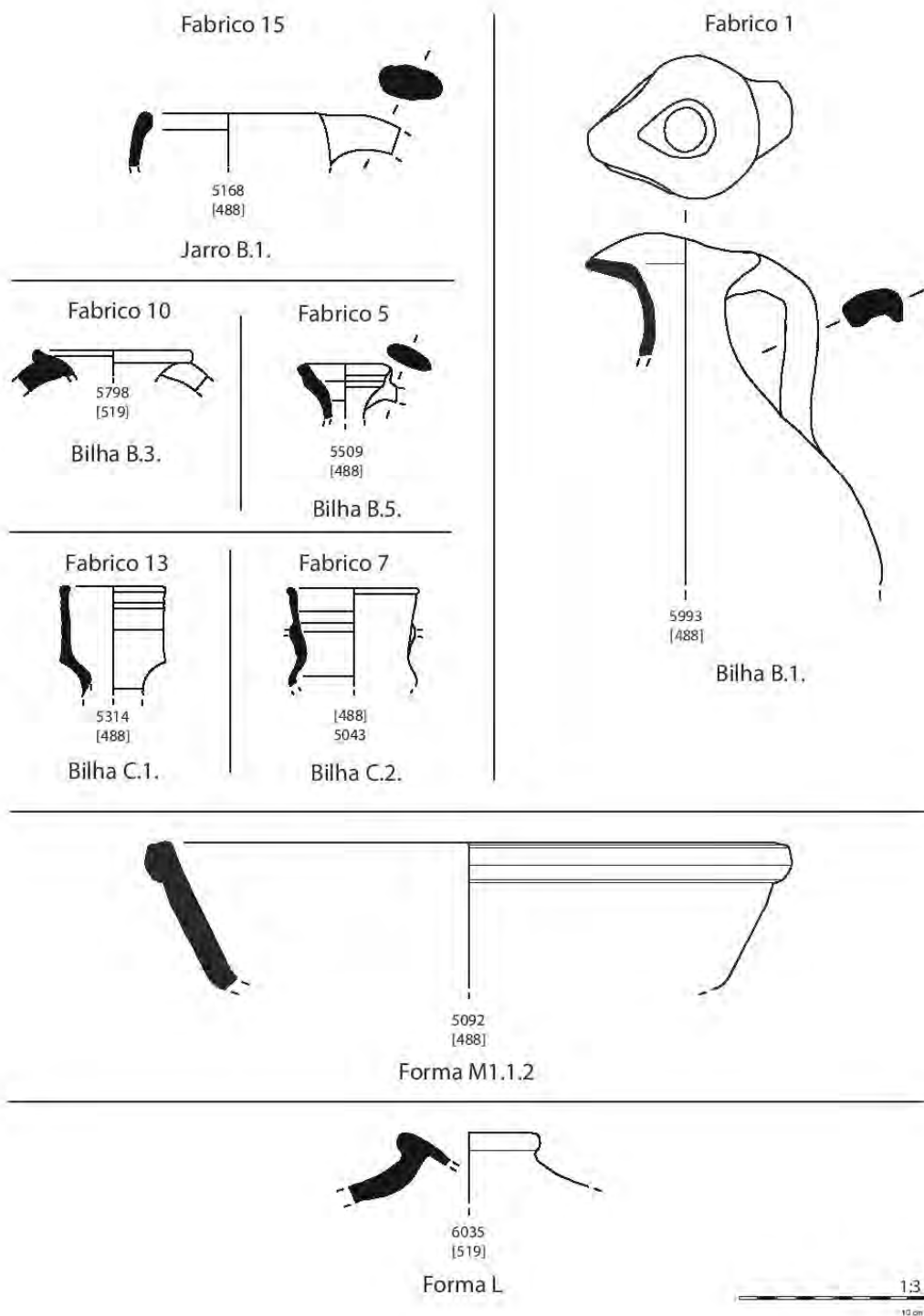


Fig. 11 - Jarro B.1.; Bilha B.1., B.3., B.5., C.1.,C.2.; Cerâmica de cozinha de Pantelleria: Formas M1.1.2. e L

implantée» (Bonifay 2014: 76-79) nesta região, então a resposta à presença destes tachos de provável imitação ou inspiração reside na especificidade do caso de Tróia onde a importância da cerâmica de cozinha africana se destaca no panorama da Lusitânia (Magalhães - Brum - Pinto 2014), só ultrapassado, tendo em conta os dados actuais, pelos conjuntos

de Balsa e Monte Molião (Arruda - Pereira 2017). Ainda assim, é curioso notar como, à excepção da Hayes 197 canónica, os restantes modelos e supostos protótipos identificados, mesmo no caso dos do sul de Espanha, não são conhecidos na região em estudo. Deste modo, poderíamos estar a lidar com um de dois tipos de contexto designados por Bonifay

por “integração” num modelo económico e cultural ou, por outro lado, “substituição de importação” (Bonifay 2014: 88). A influência norte africana já vem sendo sugerida em Tróia (Mantas 1996, Magalhães 2010: 104-113, Magalhães - Brum - Pinto 2014, Pinto *et al.* 2014: 116-121, Pinto - Magalhães - Brum 2016: 309-333, Magalhães - Pinto - Brum no prelo). É tentador pensar que estes conjuntos complementam a cerâmica de cozinha africana e se associam a um costume alimentar concreto, com origem na dieta típica do sul do Mediterrâneo (por exemplo Arthur 2007: 17).

No serviço de mesa e consumo individual de líquidos incluem-se potinhos, jarros e bilhas. Os potinhos (2.3.) representam 6,1% e a sua diversidade morfológica completa-se com a diversidade de produções presentes. Estes podem também ter uma função culinária, já que 18,4% apresentava marcas de queimado. Os jarros (2.4.) (são 7,2%) pertencem sobretudo aos grupos de fabrico de possíveis produções do vale do Sado mas, surgem raramente nos grupos de fabrico 7, 11, 13, 15. Face às bilhas (2.5.) (são 6,4% do conjunto) realça-se a diversidade de origens e a raridade de cada produção extra-regional, que poderão enquadrar-se em lógicas de abastecimento idênticas às de São Cucufate, no interior do território lusitano, desde a segunda metade do século I (Pinto 2003: 579-592).

As talhas (2.6.) são recipientes de armazenamento e destacam-se pela sua raridade no conjunto (0,8%), ainda que se tenham reconhecido três variantes. Finalmente, as tampas (3.) são 3,4% e pela variedade de diâmetros devem ter servido para tapar diferentes recipientes.

4. DISCUSSÃO

4.1. AS PRODUÇÕES DE CERÂMICA COMUM E A SUA AQUISIÇÃO

Foi possível verificar que o grupo de fabrico 1 está presente em todas as categorias morfológico-funcionais, sendo que este e o grupo 2 são apenas suplantados nos pratos covos, pratéis e nos potinhos pelos grupos 4 e 5. Os grupos 1 e 2 apresentam um peso quantitativo grande no conjunto, a que se associa um leque de formas muito diversificado, capaz de responder às necessidades de um quotidiano doméstico, confirmando a sua produção regional (Pinto 2003: 574). O grupo de fabrico 3 poderá corresponder a uma produção um pouco

mais cuidada, ainda que não se verifique nenhuma especificidade no conjunto formal estudado. No caso específico de Tróia, diversos autores vêm mencionando desde há décadas a articulação deste sítio com os centros oleiros da margem oposta do rio, criando uma lógica de interdependência directa, sustentada pela indústria de produção de preparados piscícolas, que permanecerá durante aproximadamente cinco séculos (Diogo - Faria 1990, Étienne - Makaroun - Mayet 1994, etc.). Sabe-se que dentro de uma mesma olaria as pastas apresentam alguma diversidade (Mayet - Schmitt - Silva 1996, Prudêncio *et al.* 2009: 879-882) que teoricamente é ainda maior se tivermos em conta que algumas destas olarias tiveram um período de laboração de vários séculos, ainda muito mal conhecido, que pode naturalmente gerar o recurso a diferentes depósitos de argila e desengordurantes. Esta simples ideia transmite-nos alguma cautela e inibe-nos de identificar os grupos técnicos 1, 2 ou 3 (identificados com base em análise macroscópica) com uma ou mais olarias concretas da região oleira do baixo vale do Sado. Ainda assim, esta podemos equacionar estar perante um abastecimento a partir de diversas olarias da mesma região, na margem norte do Sado, seguindo o modelo de “nucleated workshops” de Peacock (1982: 103), como também já tem sido defendido para o vale do Tejo (Santos 2011: 127, Dias *et al.* 2012: 57-70). Nestes casos o papel dos intermediários surge valorizado, defendendo-se no entanto dois mercados distintos a partir das mesmas olarias: um para os contentores anfóricos, especializado e com uma produção em escala e outro para a loiça doméstica, para um consumo sobretudo privado e familiar.

Como observado os grupos de fabrico 4 e 5 têm uma presença bastante expressiva no conjunto. Mas estão presentes em formas concretas: pratos, pratéis e pratos covos, e em cada categoria em variantes muito específicas, tal como exposto. O grupo de fabrico 5 é ainda importante na categoria dos potes/panelas e dos potinhos. A diferença nas formas entre o grupo 4 e o 5 reside provavelmente no facto do acabamento do grupo 4 – forte alisamento e polimento – ser específico de peças que não vão ao lume e que poderão ter um uso particular como serviço de mesa. Assim, estes grupos não apresentam um perfil de procedência regional, mas uma vez que superam os grupos de fabrico 1,2 e 3 nos pratos, parecem surgir neste cenário como um claro e convincente complemento. Consideramos que estas observações são consonantes com uma das hipóteses de origem

dos grupos de fabrico 4, 5 e 6, apoiada pelas análises arqueométricas: a partir de olarias que usam as formações do complexo de Beja que se estendem ao limite oriental da bacia do Sado, em torno do sítio do Torrão e de Ferreira do Alentejo (Mayet *et al.* 2000: 278-279). Se considerarmos a possibilidade de também os grupos de fabrico 4, 5 e 6 chegarem pelo rio Sado, poderemos estar a referir-nos a duas redes de distribuição regionais distintas. Intermediários (Peacock 1982, Mantas 2010) que adquiriam os produtos mais variados de cerâmica comum (nos grupo de fabrico 1, 2 e 3) nas olarias que também produziam ânforas, ao lado de outros que adquiriam produtos específicos com produção aparentemente especializada a montante no rio Sado (nos grupos de fabrico 4, 5 e 6). No primeiro caso, a população de Tróia receberia os materiais cerâmicos mais variados, que satisfariam as necessidades nas oficinas de salga como em casa, nomeadamente nos usos culinários. No segundo caso, as cerâmicas alcançariam Tróia para abastecer uma procura concreta de cerâmica de mesa, para o espaço doméstico. O grupo 6 parece ter exactamente as mesmas características nas pastas que os fabricos 4 e 5 apenas com uma cozedura de Modo A. Para esse caso, não se entende a escassez no conjunto. Será que a sua raridade tem um significado cronológico? Ou existiria uma demanda específica por um produto de cor preta/ cinzenta? Ou por outro lado, a produção do grupo 6 referir-se-ia sobretudo a formas que não seriam procuradas pela comunidade de Tróia?

No caso das importações, sobressaem a presença de cerâmica de cozinha africana (não incluída no conjunto de cerâmica comum estudado na dissertação, mas analisado como parte do contexto) e de *Pantelleria*, relevantes face à realidade do restante ocidente peninsular. No caso desta última produção, mesmo que represente apenas 0,6%, é uma percentagem superior à do sul do território como visto. Ambas as produções seriam apreciadas pela sua resistência ao choque térmico. É possível pensar que guardariam funções idênticas e que circulariam em rotas marítimas semelhantes, mesmo que no caso da cerâmica produzida na ilha mediterrânica «doubtless sales would have been further enhanced by Pantelleria's role as a port of call» (Peacock 1982: 80). Estas produções testemunham como na primeira metade do século V Tróia se mantém integrada nas rotas comerciais com o Mar Mediterrâneo.

Por fim, segundo os diferentes autores, as cerâmicas de cozinha de *Pantelleria* deveriam ser utensílios do quotidiano e não cerâmicas de

transporte de um qualquer produto (Peacock 1982: 79, Santoro Bianchi - Guiducci - Tusa 2003). Uma vez que estamos ainda assim a analisar uma produção que não parece ter escala comercial, poder-se-á questionar se são vestígios da própria utilização pelos *navigatores* (Garcia Vargas 2006: 52) nas suas travessias, e por isso o testemunho de gentes de paragens distantes? Só o acumular de dados de contextos de Tróia e dos restantes sítios do estuário do Sado poderá aduzir mais elementos à discussão.

4.2. O CONJUNTO DE CERÂMICA COMUM DE TRÓIA NO CONTEXTO DA LUSITÂNIA

Para poder discutir o significado do conjunto estudado procurámos comparar este conjunto com outros conjuntos de depósitos domésticos estudados na Lusitânia com cronologia conhecida e dados quantitativos, nomeadamente: no vale do Sado, comparámos com os contextos escavados sob a Rua Francisco Augusto Flamengo (Silva *et al.* 2014: 161-214); no vale do Tejo com a Quinta da Bolacha (Figueira 2018); e a *villa* ou *vicus* portuário de Povos (Grilo - Santos 2017) e no interior alentejano com o sítio de São Cucufate (Pinto 2003).

Consecutivamente verificámos que o contexto em estudo se aproxima dos conjuntos sobretudo datados em torno da segunda metade do século IV a meados do V, onde, na cerâmica de mesa (os pratos, as tigelas, os potinhos, os jarros e as bilhas), os pratos existem em percentagens superiores às tigelas e onde na cerâmica de cozinha (pratos covos, tachos, os potes/panelas e tampas) as tampas têm valores percentuais reduzidos e os pratos covos são valorizados. Contudo, a relevância dos pratos covos em Tróia (14,4%) não é igualada em nenhum dos casos estudados. Inversamente, em todos os depósitos analisados, os tachos são mais importantes do que em Tróia, mas os potes/panelas são a categoria mais importante nas *villae* em análise.

Ficou claro que a comunidade que nas primeiras décadas do século V utilizou os recipientes em estudo integra-se numa evolução normal que existiu no litoral ocidental e interior da Lusitânia. A prática quotidiana das cozinhas destas comunidades nesse período valorizou os pratos covos e desvalorizou as tampas. Todavia, as tampas não têm uma relação directa com a diminuição de um recipiente concreto que cobriam. Será evidência de que os cozinhados desta fase, eventualmente mais secos e com menor necessidade de conter o vapor de água, não necessitam de ter uma cobertura no

processo de confecção? Ou outras formas são usadas para o efeito? O serviço para cozinhar os alimentos de Tróia parece sobretudo comparável ao serviço dos horizontes 5 e 6 de São Cucufate (Pinto 2003: 649), onde a ordem entre estas quatro categorias - pratos covos, tachos, potes/panelas e tampas - é mais próxima do que em qualquer um dos outros sítios. Ainda assim, se destaca o valor elevado de pratos covos em Tróia e haverá que entender a reduzida percentagem de tachos face aos restantes conjuntos. Será que os pratos covos satisfariam a mesma função e permitiriam maior quantidade de comida?

Não obstante, em Tróia é indiscutível o predomínio dos potes/panelas. Diferentes autores notaram já a sua importância para a confecção de sopas, purés e cozidos, refeições líquidas ou com bastante caldo (Bats 1988: 65-67, Pinto 2003: 649, Arthur 2007). Mas como referido o reduzido valor dos tachos deve ser matizado na cozinha das comunidades de Tróia pelo intenso uso do prato covo ao lume e forno. Assim, a expressão dos alimentos sólidos, relativamente secos ou semi-líquidos está por seu turno explícita na importância dos pratos à mesa; nos tachos e pratos covos na cozinha (e na raridade das tampas?) (Alarcão 1974: 33, Bats 1988, Arthur 2007), que em conjunto salientam um costume tão importante como o dos potes/panelas. Diferentes autores salientaram que os guisados, estufados ou assados, cozinhados em pouca gordura, tal como massas de cereais e pão e eventualmente carne e peixe em conserva seriam típicos deste serviço de formas mais abertas e baixas.

A reduzida percentagem de tachos quando comparado com outros contextos, é contraditória à presença de tachos em formas únicas no panorama lusitano já acima discutida. Acima de tudo, cremos que espelham a intenção de ter um recipiente para cozinhar de um modo concreto, ligado à cultura do sul mediterrânico (Arthur 2007: 18, Santos 2011: 121-126).

No caso dos recipientes para armazenamento, o conjunto de Tróia é o mais reduzido tendo em conta os dados comparativos, à excepção da segunda fase de Povos no vale do Tejo (Grilo - Santos 2016: 86-115) e da Rua Francisco Augusto Flamengo em Setúbal (Silva *et al.* 2014: 161-214) e o diâmetro médio dos bordos estudados (26,4cm) é sempre inferior aos de São Cucufate, demonstrando vasos mais pequenos. A justificação terá de passar pela especificidade do sítio de Tróia: poderá relacionar-se sobretudo com a dinâmica da ocupação em interdependência directa com o lado Norte da margem do rio Sado, com

circulação constante de gentes e bens, e talvez, com a sazonalidade da ocupação no sítio, que demandaria menor armazenamento. Deve ainda colocar-se a hipótese de uma utilização maior das ânforas como armazenamento, pelo excesso que deveria existir deste recipiente e provavelmente também dos suportes adequados ou até da sua facilidade de encaixe em solo arenoso.

5. CONCLUSÃO

O acervo analisado permitiu reunir um conjunto de dados que nos aproximam dos usos e costumes de uma comunidade concreta, inserida num dos sistemas portuários mais importantes do ocidente hispânico, com uma dinâmica de rotas comerciais, regionais, provinciais e extra-provinciais muito intensa em toda a época romana. Porém, o que acontece nesta região no final do Império e particularmente durante o século V apenas pode ser levemente sugerido (por exemplo Mantas 1996, Pinto - Magalhães - Brum 2016). Ao mesmo tempo, não foi possível fazer uma análise evolutiva, dada a escassez de contextos descobertos em Tróia anteriores ao século IV.

Não obstante, o conjunto estudado permite imaginar uma mesa concreta preparada por esta comunidade para receber uma refeição: na maioria das vezes, estariam dispostos pratos, sobretudo de cor negra, em cozedura redutora (grupos de fabrico 4 e 5) e avermelhada (com a *terra sigillata*) tendencialmente para servir os alimentos e/ou para o consumo comunal dos mesmos. Comer de uma tigela em cerâmica comum, a categoria de consumo individual quase inequívoco, seria incomum. Para o consumo e serviço de líquidos, a presença mais vulgar seria a de um jarro em produção regional, seguida de perto pelas bilhas por sua vez com bastante diversidade de origens, talvez adquiridas e reservadas para servir as bebidas mais espirituosas e de maior valor social e potinhos que seriam os principais no consumo individual de bebidas, ainda que pudessem ser trazidos à mesa com molhos e/ou especiarias, pela sua fisionomia própria. A difusão de uma cultura tendente à prática comunitária de comer de um mesmo prato é um modelo cultural que surge em diversas partes das antigas províncias do Império Romano, que no Império Bizantino por seu turno, culmina no século VII com a representação de cenas, maioritariamente de carácter bíblico onde há um padrão que se repete: «centrally placed on the table, these large dishes were obviously used communally

by all diners with their fingers for the main course. (...) We see each time the same pattern of diners sitting around a large, oval table. Interesting is also on these dining scenes the repeated addition of two cups or chalices (for drinking) next to the usual wide-open, communal dish on the table» (Vroom 2012: 361-363).

Do ponto de vista da própria refeição, foi possível verificar como neste conjunto existem duas fortes evidências: com o predomínio dos potes/panelas e a sua associação à confecção de sopas, purés e cozidos, e por outro lado, a importância dos alimentos sólidos, relativamente secos ou semi-líquidos explícitos na importância dos pratos à mesa; nos tachos e pratos covos na cozinha (e na raridade das tampas?), que denotariam entre outras a tarefa e moda de cozinhar peixe. Estes dados podem ser típicos de um espaço onde há um encontro de culturas diversas.

No âmbito da produção cerâmica regional, os contextos coevos escavados e publicados resumem-se aos do sítio do Pinheiro. Tal como o artigo de Almeida *et al.* (2014: 405-423) referiu para as ânforas, as formas de cerâmica conhecidas neste sítio não espelham todas as formas identificadas nos contextos de consumo e que também devem ter sido produzidas no vale do Sado. Podemos reconhecer um conjunto de formas de fabricos tipicamente regionais que ainda não se conhecem nos centros produtores – sobretudo os tachos da forma C., mas também outras formas como as tigela A.3. e C.2.

Por outro lado, numa pesquisa breve aos conjuntos publicados da olaria do Pinheiro dos contextos mais tardios, existe por exemplo um conjunto de pratos em aba larga, ausentes neste acervo de Tróia (Mayet - Silva 1998: 301, fig.134, nºs 32-33). Em Tróia também não existem os tachos em calote com pega horizontal que surgem no Pinheiro (Mayet - Silva 1998: 302, fig.135, nº 50) e já reconhecidos nos contextos de século V do Creiro (Silva - Coelho - Soares 2016: 231, fig.26, nº1). Estes são provavelmente reveladores de um conjunto formal de cerâmica de cozinha que já é bem conhecido em outras esferas da Península Ibérica com contextos posteriores a meados do século V amplamente escavados (por exemplo Macías Solé 2003: 21-39, Vigil-Escalera Guirado 2006). Esta presença no sítio do Pinheiro denuncia o quanto ainda poderá estar por descobrir nesta região.

Esta comunidade está naturalmente integrada numa lógica já sugerida previamente que defende que «Tróia shows the tendency of sites located in dynamic ceramic production areas that

buy the pottery made in the region, probably very inexpensively» (Magalhães - Brum - Pinto 2014: 707). Mas a comunidade de Tróia da primeira metade do século V que utilizou e se desfez deste conjunto apresenta uma capacidade de aquisição de recipientes mais diversa do que até agora era considerado, com a demonstração de rotas que poderiam ainda assim ser regionais, no caso dos grupos de fabrico 4, 5 e 6. A diversidade de fabricos regionais e extra-regionais parece aproximar mais este conjunto das realidades que estão a ser detectadas no Sul da Lusitânia – nas cidades de *Ossonoba* e *Balsa* (Viegas 2012: 407-417) e do interior lusitano como já referido, do que do vale do Tejo, onde aparentemente a monotonia de produções é maior. A presença da cerâmica de cozinha de *Pantelleria* em Tróia é fácil de entender, se tivermos em conta os dados que os trabalhos de Sónia Bombico têm vindo a aportar, com a identificação de ânforas de produção lusitana nos naufrágios do Mediterrâneo central principalmente até aos inícios do século V (Bombico 2017: 185-203, Quaresma 2017: 135-150) e, junto à Ilha de *Pantelleria*, num naufrágio desta feita atribuído à primeira metade do século VI, e que documentam a integração do ocidente hispânico no seio do complexo sistema de rotas mediterrânicas e com o Oriente (Bombico 2017: 200).

Ainda que a cerâmica comum no contexto do vale do Sado esteja normalmente arredada dos grandes debates em torno da difusão dos contentores anfóricos, a verdade é que a dinâmica criada por esse comércio afecta com maior ou menor expressão porque introduz produções específicas que poderão ter sido úteis e/ou introduz formas que poderão servir de modelos ou inspiração. A constatação de que os depósitos em estudo se podem caracterizar como despojos de lixo doméstico, associa-se às últimas realidades da ocupação que já vêm sendo destacadas. A utilização funerária dos espaços, a basílica paleocristã, os indícios de áreas residenciais e de uma comunidade integradas nas rotas de distribuição regionais e extraprovinciais demonstram como Tróia poderá ter desenvolvido alguma autonomia administrativa.

Notas

² - Uma versão preliminar deste estudo foi apresentada no Congresso LRCW 6, ainda no prelo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, J. (1974) - *Cerâmica comum local e regional*

- de Conímbriga. Coimbra (Suplementos de biblos 8).
- ALMEIDA, R. - PINTO, I. V. - MAGALHÃES, A. P. - BRUM, P. (2014) - Ânforas piscícolas de Tróia: Contextos de consumo versus contextos de produção. In MORAIS, R. - FERNÁNDEZ, A. - SOUSA, M. J. (eds.) (2014) - *As produções cerâmicas de imitação na Hispânia*. Porto (Monografias Ex-officina Hispana II): 405 – 423.
- ARRUDA, A. M. - PEREIRA, A. (2017) - A Cerâmica de Cozinha Africana de Monte Molião (Lagos, Portugal) e o seu Enquadramento Regional. *Onoba* 5: 21-43.
- ARTHUR, P. (2007) - Pots and boundaries. On cultural and economic areas between late antiquity and early middle ages. In BONIFAY, M. - TRÉGLIA, J.-C. (eds.) - *LRCW 2. Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry*. Oxford (B.A.R. International Series 1662- 1): 15-28.
- BATALHA, L. - CANINAS, J. C. - CARDOSO, G. - MONTEIRO, M. (2009) - *A villa romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira): Trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito de uma obra da EPAL*. Lisboa.
- BATS, M. (1988) - *Vaisselle et alimentation à Olbia de Provence (350-50 av.J.Ch.): Modèles culturels et catégories céramiques*. Paris (Revue Archéologique de Narbonnaise Supplément 18).
- BOMBICO, S. (2017) - A exportação de produtos lusitanos na Antiguidade Tardia: rotas, cargas e naufrágios no Mediterrâneo Ocidental (Séculos III a VI) - Dados Preliminares. In TEIXEIRA, C. - CARNEIRO, A. (eds.) - *Arqueologia da Transição: Entre o mundo romano e a Idade Média*. Coimbra (Série Humanitas Supplementum): 185-211.
- BONIFAY, M. (2004) - *Études sur la céramique romaine tardive d’Afrique*. Oxford (BAR International Series 1301).
- BONIFAY, M. (2014) - Céramique africaine et imitations: où, quand, pourquoi? In MORAIS, R. - FERNÁNDEZ A. - SOUSA, M. J. (eds.) - *As produções cerâmicas de imitação na Hispânia*. Porto (Ex Officina Hispana II): 75-91.
- COELHO-SOARES, A. - SILVA, A. T. (2018) - *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos*. Setúbal (Setúbal Arqueológica 17).
- COELHO-SOARES, A. - SILVA, C. T. (1979) - Ânforas romanas da Quinta da Alegria (Setúbal). *Setúbal Arqueológica* 5: 205-221.
- DIAS, M. I. - TRINDADE, M. J. - FABIÃO, C. - SABROSA, A. - BUGALHÃO, J. - RAPOSO, J. - GUERRA, A. - DUARTE, A. L. - PRUDÊNCIO, M. I. (2012) - Arqueometria e o Estudo das Ânforas Lusitanas do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa) e de Centros Produtores do Tejo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 19: 57-70.
- DIOGO, A. M. D. - TRINDADE, L. (2000) - Vestígios de uma unidade de transformação do pescado descobertos na Rua dos Fanqueiros, em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 3-1: 181-206.
- DIOGO, A. M. D. - FARIA, J. C. L. (1990) - Elementos para a caracterização e periodização de economia do baixo Sado, durante a época Romana. In *Arqueologia Hoje, I EtnoArqueologia*. Faro: 92-106.
- DIOGO, A. M. D. (1993) - Cerâmica comum romana dos fornos do Sado (Olarias e Vale da Ceba). In *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior (2)*. Lisboa: 145-146.
- ÉTIENNE, R. - MAKAROUN, Y. - MAYET, F. (1994) - *Un grand complexe industriel à Tróia (Portugal)*. Paris.
- FABIÃO, C. (2004) - Centros oleiros da Lusitânia: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In *Actas del Congreso Internacional Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C–VII d.C.)*. Oxford: 379-410.
- FERNANDES, I. (1998) - Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos. Projecto: Zambujalinho - Centro Produtor de Ânforas do Vale do Sado. Relatório de Progresso.
- FERNANDES, I. (2001) - Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos. Projecto: Zambujalinho - Centro Produtor de Ânforas do Vale do Sado. Relatório de Progresso.
- FIGUEIRA, A. A. (2018) - *A cerâmica comum da villa romana da Quinta da Bolacha (Amadora, Portugal)*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa.
- GARCÍA VARGAS, E. (2006) - *Garum sociorum: pesca, salazones y comercio en los litorales gaditano y malacitano*. In *Actas do Simpósio Internacional “Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica: homenagem a Françoise Mayet*. Setúbal (Setúbal Arqueológica 13): 39-56.
- GASPAR, A. - GOMES, A. (2012) - Cerâmicas comuns da Antiguidade Tardia provenientes do Claustro da Sé de Lisboa - Portugal. In *Actas do X Congresso Internacional A cerâmica medieval no Mediterrâneo. Silves - Mértola, 22 a 27 de outubro de 2012*. Silves/ Mértola: 851-860.
- GRILLO, C. - SANTOS, C. (2016) - A cerâmica comum da villa romana de Povos, Vila Franca de Xira. *Cira Arqueológica* 5: 86-115.
- JIMÉNEZ - CAMINO, R. A. - BERNAL CASASOLA, D. (2009) - Novedades de la Traducta paleobizantina. La secuencia del siglo VII de la Calle Doctor Fleming, 6. *Almoraima* 39: 283-312.

- MACIAS SOLÉ (2003) - Cerámicas tardorromanas de Tarragona: economía de mercado versus autarquia. In CABALLERO, L. - MATEOS, P. - RETUERCE, M. (eds.) - *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica: ruptura y continuidad*. Madrid: 23-39.
- MAGALHÃES, A. P. (2010) - *A terra sigillata da oficina de salga 1 de Tróia: contextos de escavações antigas (1956-1961) e recentes (2008-2009)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/4132>
- MAGALHÃES, A. P. (2014) - Uma cetária de Tróia escavada nos anos 50 do séc. XX. *Setúbal Arqueológica* 15: 245-258.
- MANTAS (1996) - Comércio marítimo e sociedade nos portos romanos do Tejo e do Sado. In FILIPE, G. - RAPOSO, J. (eds.) - *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e Sado*. Seixal: 345-369.
- MANTAS (2010) - Atlântico e Mediterrâneo nos portos romanos do Sado. *Revista Portuguesa de História* XLI: 195-221.
- MAYET, F. - SCHMITT, A. - SILVA, C. T. (1996) - *Les amphores du Sado (Portugal): prospection des fours et analyse du matériel*. Paris.
- MAYET, F. - SILVA, C. T. (1998) - *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris.
- MAYET, F. - SILVA, C. T. (2000) - *Le site phénicien d'Abul (Portugal): comptoir et sanctuaire*. Paris.
- MAYET, F. - SILVA, C. T. (2002) - *L'atelier d'amphores d'Abul (Portugal)*. Paris.
- PEACOCK, D. (1982) - *Pottery in the Roman world: an ethnoarchaeological approach*. Londres / Nova Iorque.
- PINTO, I. V. (2003) - *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa.
- PINTO, I. V. (2010) - La céramique d'utilisation culinaire dans les villas romaines de São Cucufate (Beja, Portugal): morphologie et approvisionnement. In *Les céramiques communes dans leur contexte régional: faciès de consommation et mode d'approvisionnement. Actes de la table ronde organisée à Lyon les 2 et 3 février 2009 à la Maison de l'Orient et de la Méditerranée*. Lyon (*Travaux de la Maison de l'Orient et de la Méditerranée* 60): 113-127.
- PINTO, I. V. - MAGALHÃES, A. P. - BRUM, P. (2010a) - Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos. Projecto: Valorização das Ruínas Romanas de Tróia. Relatório de Progresso 2008- 2009.
- PINTO, I. V. - MAGALHÃES, A. P. - BRUM, P. (2010b) - Ceramic assemblages from a fish-salting factory in Tróia (Portugal). *Rei Cretariae Romanae Fautorum (Acta* 41): 527-539.
- PINTO, I. V. - MAGALHÃES, A. P. - BRUM, P. (2010c) - Sondagem junto ao poço da oficina de salga 1 de Tróia. *Conimbriga* 49: 133-159.
- PINTO, I. V. - MAGALHÃES, A. P. - BRUM, P. (2011) - O complexo industrial de Tróia desde os tempos dos *Cornelii Bocchi*. In CARDOSO, J. L. - ALMAGRO-GORBEA, M. (eds.) (2011) - *Lucius Cornelius Bocchus. Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina (Colóquio Internacional de Tróia, 6-8 de Outubro de 2010)*. Lisboa-Madrid: 133-167.
- PINTO, I. V. - MAGALHÃES, A. P. - BRUM, P. (2012) - Un dépôt de la Ve siècle dans l'officine de salaisons 1 de Tróia, Portugal. *Rei Cretariae Romanae Fautores (Acta* 42): 397-406.
- PINTO, I. V. - MAGALHÃES, A. P. - BRUM, P. (2016) - Tróia na Antiguidade Tardia. In ENCARNAÇÃO, J. D' - CONCEIÇÃO, L. M. - CARVALHO, P. C. (coord.) - *A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros*. Coimbra: 309-333.
- PINTO, I. V. - MAGALHÃES, A. P. - BRUM, P. (2018) - A reassessment of the fish-salting workshops 1 and 2 of Tróia (Portugal): the ceramic contexts. *Rei Cretariae Romanae Fautorum (Acta* 45): 153- 162.
- PINTO, I. V. - MAGALHÃES, A. P. - CABEDAL, V. (2014) - O núcleo fabril do Recanto do Verde (Tróia). *Setúbal Arqueológica* 15: 217-244.
- PINTO, I. V. - MORAIS, R. (2006) - Complemento de comércio das ânforas: cerâmica comum bética no território português. In *Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la antigüedad. Actas del Congreso Internacional (Cádiz, 7-9 noviembre de 2005)*. Oxford (*B.A.R. International Series* 1686): 235-254.
- PRUDÊNCIO, M. I. - DIAS, M. I. - GOUVEIA, M. A. - MARQUES, R. - FRANCO, D. - TRINDADE, M. J. (2009) - Geochemical signatures of Roman amphorae produced in the Sado River estuary, Lusitania (Western Portugal). *Journal of Archaeological Science* 36: 873-883.
- QUARESMA, J. (2017) - Thoughts on Lusitania's economic interaction between c.50 and c.550+ a.D.: an analysis of exportable goods. *SPAL* 26: 135-150.
- REYNOLDS, P. (1993) - *Settlement and Pottery in the Vinalopó Valley (Alicante, Spain)*. Oxford (*B.A.R. International Series* 588).
- REYNOLDS, P. - BONIFAY, M. - CAU, M. A. (2011) - Key contexts for the dating of the late Roman Mediterranean fine wares: a preliminary review and 'seriation'. REYNOLDS, P. - BONIFAY, M. - CAU, M.A. (eds.) - *LRFW 1. Late Roman fine wares: solving problems of typology and chronology. A review of the evidence, debate and new contexts*. Oxford (*Roman and Late antique Mediterranean Pottery* 1): 15-32.
- RUÍZ VALDERAS, E. - LAÍZ REVERTE, D. (1988) -

- Ceramicas de cocina de los siglos V-VII en Cartagena (C/. Orce-D.Gil). In *Arte y poblamiento en el SE. Peninsular (Ant. Crist. V)*. Múrcia.
- SANTORO BIANCHI, S. - GUIDUCCI, G. - TUSA, S. (eds.) (2003) - *Pantellerian Ware. Archeologia subacquea e ceramiche da fuoco a Pantelleria*. Palermo.
- SANTORO BIANCHI, S. - GUIDUCCI, G. (2001) - Pantellerian ware a Pantelleria: il problema morfológico. *Rei Cretariae Romanae Favtorvm (Acta 37)*: 171-175.
- SANTOS, C. (2011) - *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Letras de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/6119>
- SANTOS, F. (2018) - *A cerâmica comum da oficina de salga 1 de Troia (Grandola, Portugal): contextos da primeira metade do século V*. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Letras de Lisboa. Policopiado. <http://hdl.handle.net/10451/37234>
- SANTOS, V. M. - SABROSA, A. - GOUVEIA, L. A. (1996) - Carta Arqueológica de Almada - elementos da ocupação romana. In FILIPE, G. - RAPOSO, J. (eds.) - *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e Sado*. Seixal: 225- 236.
- SILVA, C. T. - COELHO-SOARES, A. (1987) - Escavações arqueológicas no Creiro (Arrábida), Campanha de 1987. *Setúbal Arqueológica* 8: 221-237.
- SILVA, C.T.-COELHO-SOARES, A. (2014)-Preexistências de Setúbal. A ocupação romana da Travessa de João Galo, N.ºs. 4-4B. *Setúbal Arqueológica* 15: 305 - 338.
- SILVA, C. T. - COELHO-SOARES, A. (2016) - Creiro (Arrábida): um estabelecimento de produção de preparados de peixe da Época Romana. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 19: 211-234.
- SILVA, C. T. - SOARES, J. - COELHO-SOARES, A. - DUARTE, S. - GODINHO, R. (2014) - Preexistências de Setúbal. 2ª campanha de escavações arqueológicas na Rua Francisco Augusto Flamengo, n.ºs 10-12. Da Idade do Ferro ao Período Medieval. *Musa* 4: 161-214.
- SILVA, R. B. da - DE MAN, A. (2012) - Palácio dos Condes de Penafiel: a significant late antique context from Lisbon. In *Actas do X Congresso Internacional A cerâmica medieval no Mediterrâneo. Silves - Mértola, 22 a 27 de outubro de 2012*. Silves/Mértola: 455-460.
- SILVEIRA, T. - ANDRADE, F. - PINTO, I. V. - MAGALHÃES, A.P. - CABEDAL, V. (2014) - Enchimento de praia para protecção das ruínas romanas de Tróia: projecto e acompanhamento arqueológico. *Setúbal Arqueológica* 15: 259-304.
- VIEGAS, C. (2007) - Les céramiques tardives dans les sites du sud-ouest de la Péninsule Ibérique (Algarve-Portugal). In BONIFAY, M. - TRÉGLIA, J.-C. (eds) - *LRCW 2. Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry*. Oxford (B.A.R. International Series 1): 71-84.
- VIEGAS, C. (2012) - Imports and local production: common ware from urban sites in Southern Lusitania (Algarve). *Rei Cretariae Romanae Favtorum (Acta 42)*: 407-417.
- VIEGAS, C. - ARRUDA, A. M. (2014) - A Cerâmica de cozinha africana e as suas imitações em Monte Molião (Lagos, Portugal). In MORAIS, R. - FERNÁNDEZ, F. - SOUSA, M. J. (eds.) - *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispania*. Porto (Monografias Ex Officina Hispania II): 247-260.
- VIGIL-ESCALERA GUIRADO, A. (2006) - La cerámica del período visigodo en Madrid. In *La investigación arqueológica de la época visigoda en la comunidad de Madrid*. Alcalá de Henares (Zona Arqueológica 3, 8).
- VROOM, J. - The archaeology of consumption in the Eastern Mediterranean: a ceramic perspective. In *Actas do X Congresso Internacional A cerâmica medieval no Mediterrâneo. Silves - Mértola, 22 a 27 de outubro de 2012*. Silves/Mértola: 359 – 367.

OPHIUSSA

VOLUME 3, 2019, PÁGINAS 133-143. SUBMETIDO A 13.02.2019. ACEITE A 11.07.2019.

DOIS AMULETOS EM OSSO DE MIROBRIGA - EVIDÊNCIAS DO CULTO DE MAGNA MATER?

TWO BONE AMULETS FROM MIROBRIGA - EVIDENCE FOR THE CULT OF MAGNA MATER?

CATARINA FELÍCIO¹
FILIPE SOUSA²

RESUMO

O estudo de contextos provenientes de escavações antigas em *Mirobriga* (Santiago do Cacém) levou à identificação de duas figuras antropomórficas em osso, com atributos femininos. Estas figuras em osso apesar de terem vindo a ser identificadas em diversas escavações, quer em Portugal quer em algumas partes de Espanha, têm-se mantido algo enigmáticas relativamente ao seu significado, pelo que a identificação e publicação de um conjunto destas figuras num edifício de provável função religiosa, em *Augusta Emerita*, permitiu trazer alguma luz acerca da sua função e possível contexto religioso.

Assim, o presente artigo procura contribuir para o conhecimento e debate destes objectos, adicionando dois exemplares, um dos quais com contexto estratigráfico associado, aos já conhecidos e publicados.

Palavras-chave: *Lusitania*, *Mirobriga*, amuleto, feminino, Baixo-Império .

ABSTRACT

The analysis of data and contexts of old research excavations in *Mirobriga* (Santiago do Cacém) led to the identification of two bone anthropomorphic figures with feminine features. Although these objects are relatively common in several sites both in Portugal and certain parts of Spain, its function and significance has remained quite enigmatic. As such, the identification and publication of a group of these figures in a building with a probable religious function, in *Augusta Emerita*, has shed some light as to its possible meaning and religious background.

This paper aims to add to the knowledge and discussion of these objects, by adding two more subjects, one with associated stratigraphic context, to the already known and published ones.

Keywords: *Lusitania*, *Mirobriga*, amulet, feminine, Late Roman.

1 - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. kate.felicio@hotmail.com

2 - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. filipe.alb.sousa@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A reanálise de contextos provenientes das campanhas de 1954/55, coordenadas por Maria de Lourdes Costa Arthur, realizada no âmbito da Dissertação de Mestrado de um dos signatários (Felício 2019) e em paralelo com o projecto «TABMIR-*Tabernae* de *Mirobriga*», permitiu a identificação como amuleto de uma figura feminina esculpida em osso. O objecto, oriundo do agora designado Edifício C, escavado em 1955, fora originalmente publicado pela investigadora (Arthur 1983: 95 e 97), tornando, mais tarde a ser apresentado (Matias *et al.* 2010: 36, peça n.º 1) sem, contudo, ter sido identificado como amuleto. Um outro exemplar idêntico, descontextualizado, encontra-se patente na exposição permanente do Centro Interpretativo de *Mirobriga*, pelo que será incluído nesta publicação.

Este tipo de amuletos, comuns na *Lusitania*, representam uma figura antropomórfica desnuda onde ressaltam os atributos femininos, e tem vindo a ser associada ao culto de *Cybele* ou *Magna Mater* (Heras - Bustamante - Aranda 2012), em virtude da identificação, em *Emerita Augusta*, de um conjunto de sete exemplares encontrados no nível de abandono de um edifício cujas características arquitectónicas singulares permitem a sua inscrição na prática de rituais de sacrifício animal, nomeadamente o *taurobolium* (Heras 2011, Heras - Olmedo - Pérez 2017: 726-728).

Em consequência de já ter sido efectuado um estudo recente destes amuletos (Heras - Bustamante - Aranda 2012), apenas nos propomos, neste trabalho, a dar notícia dos exemplares identificados em *Mirobriga*, ampliando um pouco a dispersão geográfica conhecida para este tipo de amuletos: num caso associa-se ao estudo o contexto estratigráfico em que foi encontrado, porque contribui para o conhecimento da cronologia destes objectos, dado que o segundo exemplar, como acima referido, não tem contexto associado conhecido.

A cidade romana de *Mirobriga*, situada junto da actual Santiago do Cacém, teve origem num antigo povoado indígena, com ocupação atestada desde os séculos IX/VIII a.C. (Soares - Silva 1979, Ponte 1979), tendo adquirido os contornos urbanísticos que hoje conhecemos entre os meados do século I d.C. e as primeiras décadas do século II d.C., com base nos dados actualmente conhecidos (Biers *et al.* 1988, Quaresma 2012, Sousa 2018, Teichner *et al.* 2018). Ainda durante a primeira metade do século III d.C., ter-se-á dado um fenómeno, de contornos

ainda não totalmente estabelecidos, caracterizado pelo abandono de alguns edifícios e sua utilização como lixeira, sendo que, em alguns deles, a partir dos meados desse século, tiveram lugar diversas reestruturações de carácter disruptivo, aproveitando parte destes edifícios parcialmente arruinados (Sousa 2018: 101-107, Felício 2019: 141-146). O que período que decorre desde essas transformações urbanísticas, situadas entre os meados do século III e os inícios do IV d.C., e os dados cerâmicos mais tardios, que atestam a ocupação do espaço da cidade até, ao início do século VI d.C. (Quaresma 2012) é ainda, em grande medida, desconhecido.

Acerca da matriz religiosa da cidade, conhecem-se apenas o templo principal do *Forum*, algumas edículas na praça e um possível segundo templo, situado a Oeste da praça, quem tem vindo a ser atribuído ao culto de *Vénus* (Almeida 1964), tendo também sido, recentemente sugerido que estivesse relacionado com o culto Imperial (Teichner 2018: 159), não havendo, contudo, estudos específicos, até ao momento, relativos a que entidades estariam dedicados os diferentes espaços de culto do *Forum*. Quanto às entidades cultuadas, os dados epigráficos não são abundantes, correspondendo a maioria das epígrafes conhecidas a epítáfios. A par do culto Imperial, até ao momento apenas se encontra atestado o culto de três divindades, contando apenas com quatro inscrições votivas, uma dedicada a Esculápio, outra a Marte e duas a *Vénus*, provenientes de escavações antigas, algumas das quais apenas conhecemos réplicas, conservadas num fontanário em Santiago do Cacém (Encarnação 1984: 217-250).

2. OS AMULETOS

Os exemplares aqui em apreço consistem em duas figuras antropomórficas, esculpidas numa lasca ou fragmento de osso, possuindo um orifício lateral que permitia a sua suspensão.

Os exemplares já publicados são esculpido num só fragmento, provavelmente obtido a partir de um osso de grande diâmetro e denso, que funcionaria como “núcleo”, de forma a se poder extrair uma lasca uniforme que facilitaria o processo da manufatura (Heras - Bustamante - Aranda 2012: 179).

Nos nossos exemplares apenas o primeiro apresenta as características compatíveis com um osso de alta densidade, verificando-se frio ao toque e possuindo um som semelhante ao do vidro quando percutido, pelo que colocamos a possibilidade de se tratar de marfim. Já o exemplar nº2 foi esculpido num

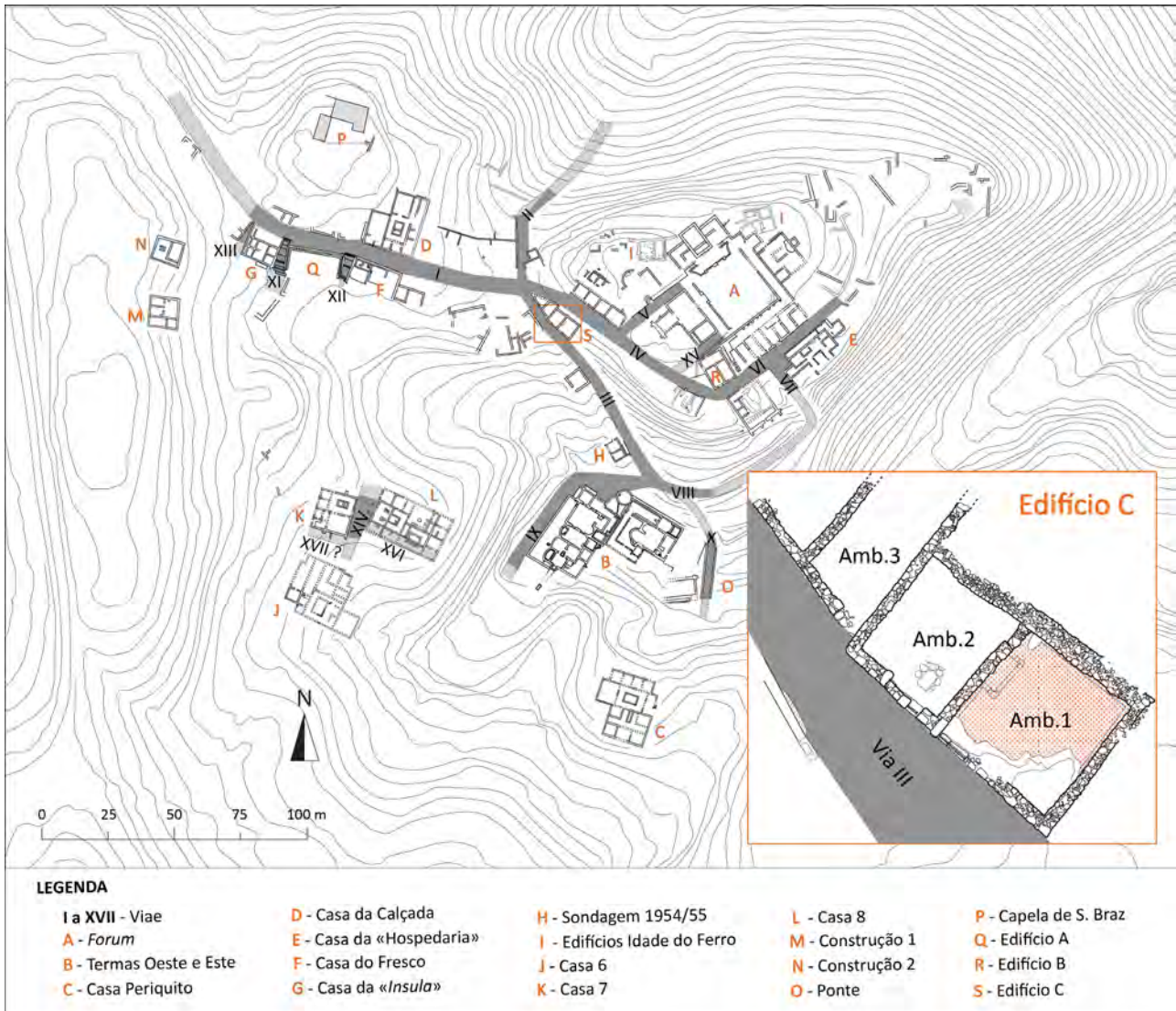


Fig. 1 - Planta geral de *Mirobriga* e localização do Edifício C.

fragmento de osso de baixa qualidade, poroso e leve.

A técnica de trabalho do osso é idêntica entre ambos e consiste no talhar da forma geral do corpo da figura e, posteriormente, serem efectuadas incisões por meio de uma ferramenta de corte ou lâmina, que definem os traços fisionómicos da figura bem como alguns adornos ou vestuário. Os olhos correspondem a duas perfurações, possivelmente efectuadas através de um punção giratório, apresentando as mesmas características de execução de outros objectos em osso, como dados de jogo, de agulhas ou cabos de cutelaria.

Finalmente, as figuras seriam submetidas a um processo de polimento de forma a uniformizar a superfície e eliminar as arestas vivas decorrentes do processo produtivo (*Idem*: 193), sendo este polimento notório no exemplar nº1.

Este (fig. 2), pelos atributos visíveis, representa uma figura feminina, sendo visível, o umbigo e, abaixo deste, uma linha transversal curva que, por um lado sugere barriga protuberante, por outro, e à luz dos outros exemplares conhecidos, trata-se da representação do triângulo púbico, cuja representação inferior está em falta em virtude de a peça se encontrar partida. Relativamente à zona do peito, este exemplar apresenta-se distinto dos restantes publicados, nomeadamente pela ausência das linhas cruzadas na zona dos ombros e pela ausência de mamilos. Por outro lado, a configuração das arestas e linhas incisas presentes neste exemplar aparentam representar uma peça de vestuário que lhe cobre toda a zona superior do tronco, pelo que poderá constituir uma variante tipológica.

O rosto é representado de forma geométrica e

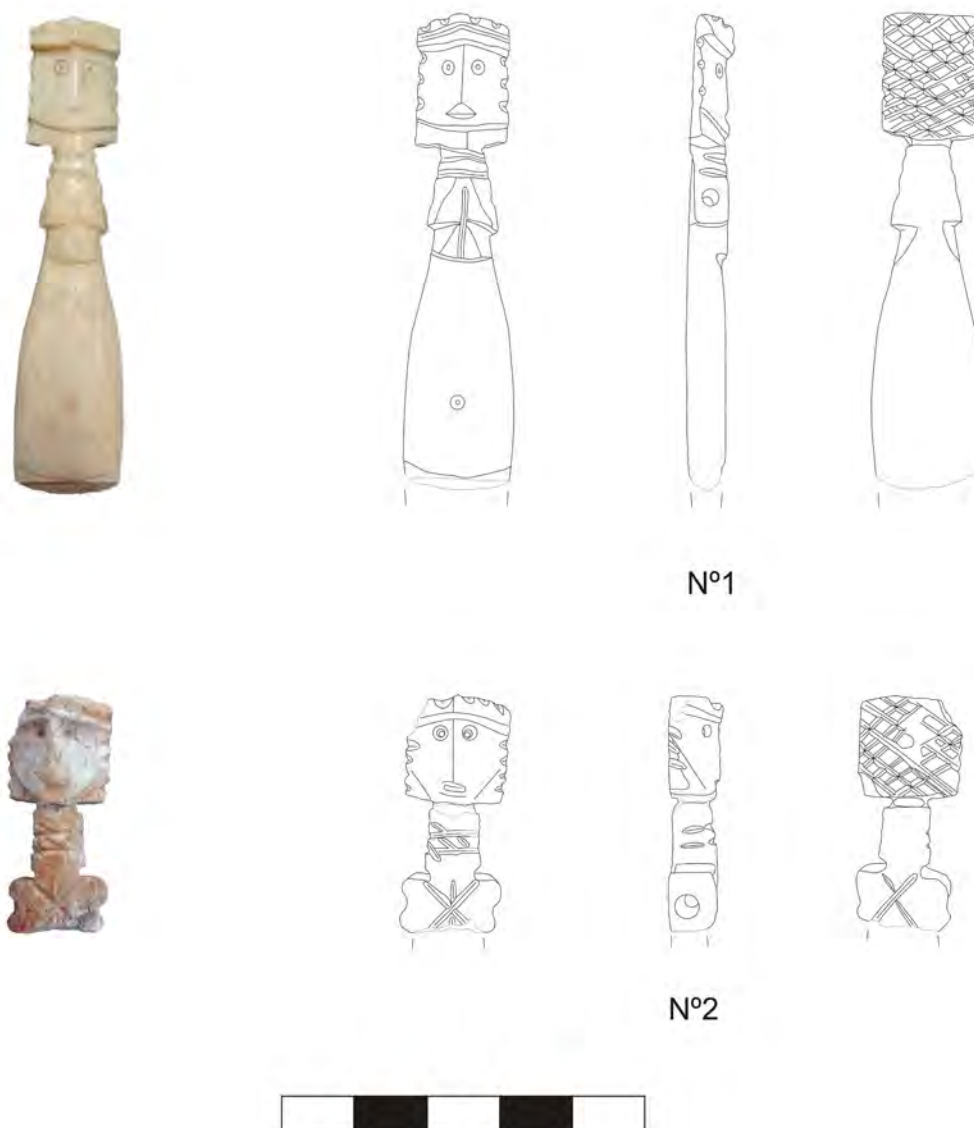


Fig. 2 - Amuletos provenientes de *Mirobriga*.

estilizada e está enquadrado numa superfície de tendência quadrangular estruturado por meio de uma aresta ao centro demarcando a linha do nariz. O queixo é formado por duas linhas oblíquas traçadas desde o limite exterior do rosto e encontrando-se ao centro do rosto, um pouco acima do pescoço. Aí, duas linhas paralelas sugerem a representação de um adorno. No topo da cabeça nota-se a intenção de um penteado, representado por quatro incisões verticais sugerindo a ondulação do cabelo, sendo este motivo também representado nos lados da face, por incisões horizontais, e no reverso por uma malha de linhas oblíquas.

Os membros superiores estão ausentes e, no seu lugar, um orifício atravessa a figura de um lado ao outro indicando a função de suspensão, possivelmente ao pescoço mediante fio vegetal ou, menos provavelmente, metálico. A ser este o caso, o fio poderia simbolizar os braços da figura, o que justificaria a ausência dos mesmos e conferiria ao objecto uma função protectora ao simbolizar o abraço à volta do pescoço do utilizador.

Por outro lado, a ausência de braços não parece dever-se a limitações relacionadas com falta de superfície trabalhável no fragmento, uma vez que, sendo a cabeça mais larga que o resto do corpo, o

fragmento de osso em bruto deverá ter tido essa largura ou mais, o que teria permitido a representação de braços estendidos ao longo do torso, pelo que a sua ausência na figuração afigura-se intencional.

Quanto ao exemplar nº2 (fig. 2), dele se conserva apenas a cabeça e os ombros, verificando-se os mesmos traços demarcadores do rosto que na peça anterior. Os elementos que permitiriam a sua atribuição ao sexo feminino não se conservaram. Contudo, as características estilísticas que se preservaram são suficientes para inscrever na mesma tipologia. No pescoço mostra também duas linhas paralelas e, pelo menos, três oblíquas, sugerindo um adorno. Ao centro do peito estão duas linhas incisas cruzadas, possivelmente representando, também, um adorno, fazendo lembrar o existente em algumas estátuas de *Venus* e que consistem em finas correntes que cruzam o peito desnudo, ou uma forma muito estilizada de representação de vestuário.

São numerosos os paralelos existentes para estes amuletos. A localização dos achados situa-se sobretudo na *Lusitania*, com as exceções de Elche, na *Tarraconensis* e de alguns outros recuperados em cidades da *Baetica* periféricas a *Augusta Emerita*, tais como *Contributa Iulia* e o assentamento de La Sevillana, ambas na região de Badajoz (Heras - Bustamante - Aranda 2012: 183 e 184).

Quanto à questão cronológica, as peças provenientes de contexto estratigráfico apontam

para cronologias situadas no Baixo-Império, entre os séculos III d.C. e o V d.C., parecendo desaparecer do registo arqueológico ainda na primeira metade do século V d.C. (*Idem*: 185 e 186).

3. O CONTEXTO ESTRATIGRÁFICO E A CRONOLOGIA

O amuleto em contexto, o exemplar nº1, foi dado como oriundo das escavações de João Gualberto da Cruz e Silva (Matias *et al.* 2010: 36, peça n.º 1), que como é conhecido trabalhou sobretudo os dois edifícios termas, embora tenha aflorado também, em menor medida, outras zonas da cidade, como o *forum* (*Idem*: 20-21). Todavia, a revisão da publicação das escavações em *Mirobriga* em 1954-1955 de Maria de Lourdes Costa Arthur (1983), permitiu verificar com precisão que o objecto havia sido recuperado em 1955 no chamado “Estrato III” da Casa 2 (Arthur 1983: 95, fig.2), correspondente ao Ambiente 2 do complexo que designámos por Edifício C (Fig. 3).

A parte actualmente conhecida deste edifício é composta por quatro compartimentos de dimensões que variam entre si e cujo acesso se faz pela via, de forma independente a cada um deles. Esta questão é excepcional aos Ambientes 1 e 2 que aparentam ter tido uma ligação entre si, junto ao muro tardoz, e que entretanto terá sido fechada

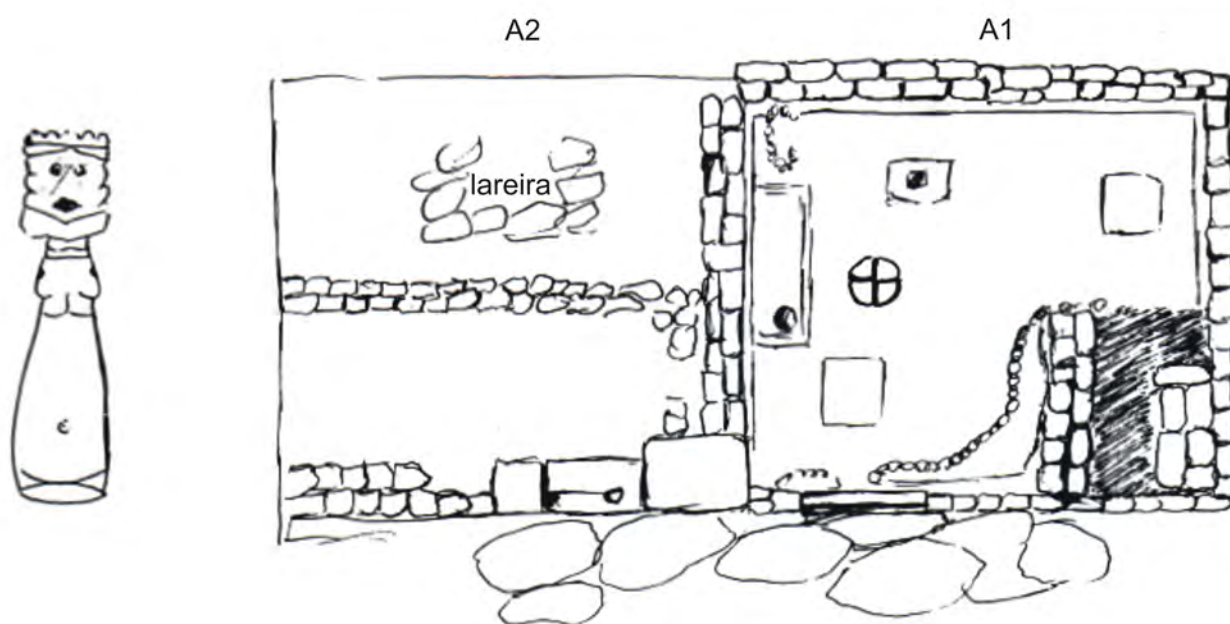


Fig. 3 - Desenho e esboço do amuleto e do Edifício C, respectivamente, publicados por M. L. Costa Arthur (adaptado de Arthur 1983: 95 e 98).

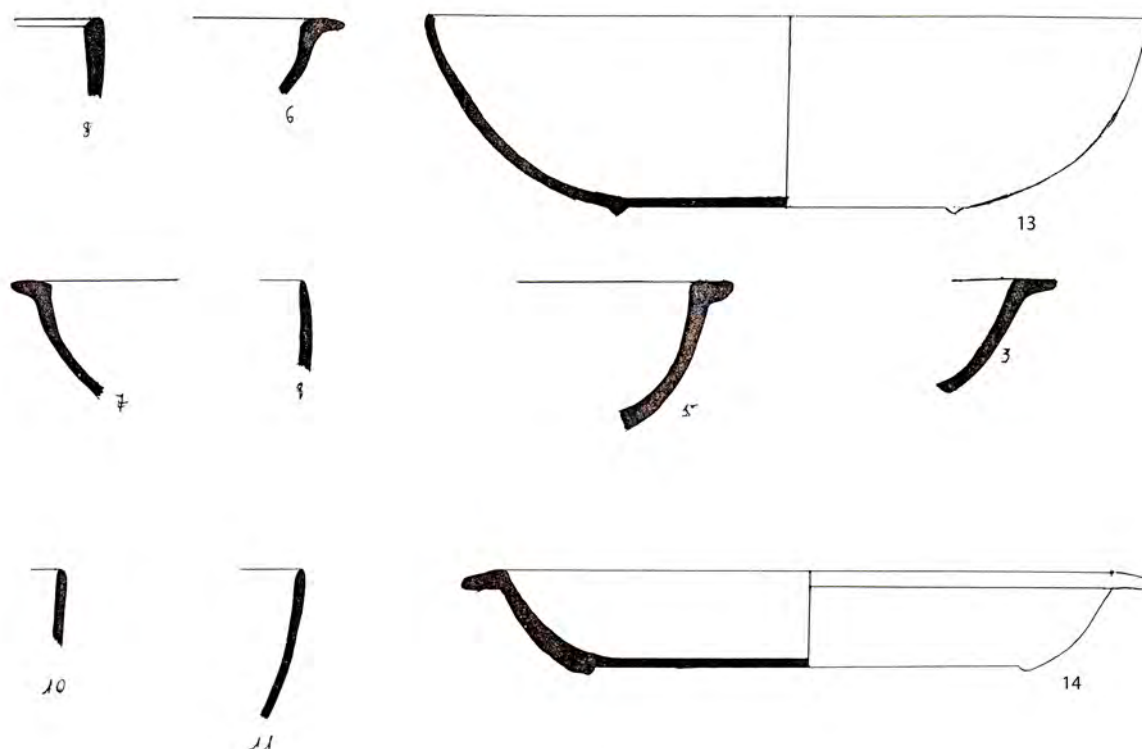


Fig. 4 - Materiais provenientes do "Estrato III", publicados por M. L. Costa Arthur (adaptado de Arthur 1983: 101-102).

quando de uma reformulação do espaço. Os vãos destes dois ambientes apresentam-se largos e com uma soleira típica dos edifícios comerciais, oficinas ou de armazenamento, pelo que inscrevemos o edifício numa funcionalidade deste tipo.

O amuleto foi encontrado numa unidade designada por "Estrato III" que, com base na descrição da autora, corresponde a um nível que incluía o colapso do telhado e os níveis estratigráficos subjacentes (Arthur 1983: 94-97). Esta realidade foi identificada na parte mais interior do Ambiente 2, numa compartimentação interna, identificada em 1955 e entretanto desmontada, na qual foi descrita a existência de uma lareira construída em cima de um pavimento em terra batida (*Idem*: 97).

As estruturas descritas coadunam-se com uma adaptação do antigo espaço comercial a uma função habitacional que, de acordo com os elementos datantes publicados, poderá datar do século III d.C. Esta adaptação inscreve-se, cronológica e morfológicamente, num fenómeno que tem vindo a ser diagnosticado na cidade em torno aos meados desse século, onde diversos edifícios sofrem profundas reestruturações internas que, em muitos casos, terão alterado a sua função primordial (Sousa 2018: 101-107; Felício 2019: 141-146).

Deste "Estrato III", que cobria estas realidades ocupacionais, é proveniente a maioria dos diversos materiais publicados pela autora, coadunáveis com um contexto de lixeira doméstica que deverá corresponder ao abandono do espaço enquanto habitação, tais como grande quantidade de ossos, conchas e fragmentos de cerâmica, tendo sido também encontrados três numismas, conjunto que analisámos a partir da publicação de Costa Arthur (1983: 96 e 99-102).

Ressaltam do contexto, como elementos contendo informação mais qualificada em termos cronológicos, o conjunto de *terra sigillata* africana e os numismas. Estes últimos correspondiam a um antoniniano de *Gallienus*, com uma cunhagem de 254 d.C. a 268 d.C., um outro de *Claudius II*, cunhado no período de 269 d.C. a 270 d.C., e um *folles* de *Licinius*, cunhado entre 307 d.C. e 323 d.C. (*Idem*: 96). No que respeita aos fragmentos de *terra sigillata* (Fig. 4), onde as produções africanas eram exclusivas, merecem menção como elementos classificáveis tipologicamente: um fragmento de bordo de Hayes 3C, em fabrico A (Frag. 1), com uma cronologia situada entre 150 d.C. e 220 d.C. (Hayes 1972: 20-23; Quaresma 2012: 163-164); um fragmento de bordo da forma Hayes 14B, também em fabrico A (Frag. 8),

com uma cronologia de meados do século II d.C. a início do IV d.C. (Hayes 1972: 39-41; Quaresma 2012: 165-167), sugerindo Michel Bonifay que a variante se possa circunscrever somente à primeira metade do séc. III d.C. (Bonifay 2004: 159); dois fragmentos de uma mesma peça da forma Hayes 27, em fabrico A (frag. n.º 13), com uma cronologia situável entre 160 d.C. e 300 d.C. (Hayes 1972: 51; Quaresma 2012: 167-168) bem presente nos níveis de circulação do séc. III d.C. da necrópole de *Pupput*, no que concorda com as propostas de datação antes avançadas para os contextos de *Ostia* (Bonifay 2004: 159); dois bordos (Frag. 6 e 7) apresentam convexidade no topo do bordo, pelo que podem inscrever-se na forma Hayes 32/58, situada cronologicamente entre os finais do século III d.C. e início do século IV d.C. (Hayes 1972: 95-96; Quaresma 2012: 196); três fragmentos de bordo da forma Hayes 50, em fabrico C (Frag. 9, 10 e 11), sendo o primeiro atribuível à variante A, com uma cronologia entre 240 d.C. a 300 d.C. (Hayes 1972: 68-73), e os restantes à variante A/B, situada cronologicamente entre 300 d.C. e 360 d.C., podendo alcançar o século V d.C. (Hayes 1972: 73; Quaresma 2012: 177); três fragmentos de bordo da forma Hayes 58A (Frag. 3, 5 e 14), em fabrico D, situável entre 290/300 d.C. a 375 d.C. (Hayes 1972: 95-96), podendo chegar a inícios do século V d.C. (Quaresma 2012: 196-197).

O conjunto de materiais enunciados situa o *terminus post quem* para a formação do “Estrato III” a partir da primeira década do século IV d.C., não devendo exceder em muito os meados desse mesmo século a sua formação. Assim, podemos avançar que o amuleto identificado neste contexto terá sido descartado num momento dentro da primeira metade do século IV d.C., podendo a sua produção e aquisição remontar ainda ao século III d.C.

Desconhecemos a proveniência do outro exemplar aqui em apreço, atribuído a escavações antigas (exposição permanente do Centro Interpretativo de Miróbriga), da qual não se possuem todavia quaisquer informações contextuais, não sendo por isso possível tecerem-se comentários quanto à sua cronologia.

4. OS AMULETOS E SUA POSSÍVEL RELAÇÃO COM O CULTO DE MAGNA MATER

A funcionalidade e cronologia destas figuras foram, durante bastante tempo, alvo de debate. A sua relação com o culto de *Magna Mater* foi proposta em 2012 e prende-se com a recuperação, em *Augusta*

Emerita, de um conjunto de sete exemplares no chamado *Edificio de las Aves y de las Flores*, identificado na actual Calle Almendralejo nº 41 (Heras 2011; Heras - Bustamante - Aranda 2012: 193).

O edifício, cuja construção é datável da segunda metade do século IV d.C., apresenta uma planta de cariz basilical com três compartimentos e uma fachada porticada. O compartimento maior, de tendência quadrangular, apresentava duas filas de três colunas no sentido Sudoeste-Nordeste, estruturando o compartimento em três naves. O pavimento do espaço, em *opus signinum*, no qual se encontravam encastrados dois recipientes cerâmicos de forma troncocónica, de bordo decorado, e três pequenos *dolia*, para os quais, por meio de sulcos no pavimento, fluiria um determinado líquido. O complexo foi associado à prática de sacrifícios nos quais se pretendia recolher o sangue do animal oferecido (Heras 2011: 20-28 e 81-82; Heras - Bustamante - Aranda 2012: 193; Heras - Olmedo - Pérez 2017: 725-726).

Ao centro do compartimento, numa área rectangular delimitada por uma cana em *opus signinum*, foram recuperados dezenas de recipientes de bronze tais como *situlae*, *paterae* e *lagoenae*, identificados no nível de abandono do edifício e atribuídos ao seu período de funcionamento (Heras 2014: 1536). O conjunto de possíveis amuletos em osso foi encontrado sob o derrube de um paramento, junto a um vão entre dois compartimentos anexos ao edifício (Heras 2011: 132).

As características arquitectónicas do edifício, nos quais se incluem os motivos decorativos dos fragmentos recuperados de pintura a fresco, bem como os materiais encontrados em contexto levaram à interpretação do espaço como uma estrutura adequada à prática de um ritual de sacrifício animal, eventualmente um touro ou um carneiro, onde os participantes se banhavam no sangue do animal sacrificado, o *taurobolium*, ritual que se encontra associado ao culto de *Cybele* ou *Magna Mater*. A concorrer para esta interpretação encontra-se também o achamento, no século XIX, a cerca de 100 metros do local, de uma *ara* taurobólica dedicada à *Matri Deum* que poderia ter relação com o edifício (Heras 2011: 82-83; Heras - Bustamante - Aranda 2012: 197; Bayer 2015: 20).

O culto de *Cybele/Magna Mater/Matri Deum* encontrava-se amplamente difundido na *Lusitania*, sendo esta a *provincia* que possui mais monumentos epigráficos dedicados a esta divindade (Turcan 1989: 64; Heras - Bustamante - Aranda 2012: 183-184; Bayer

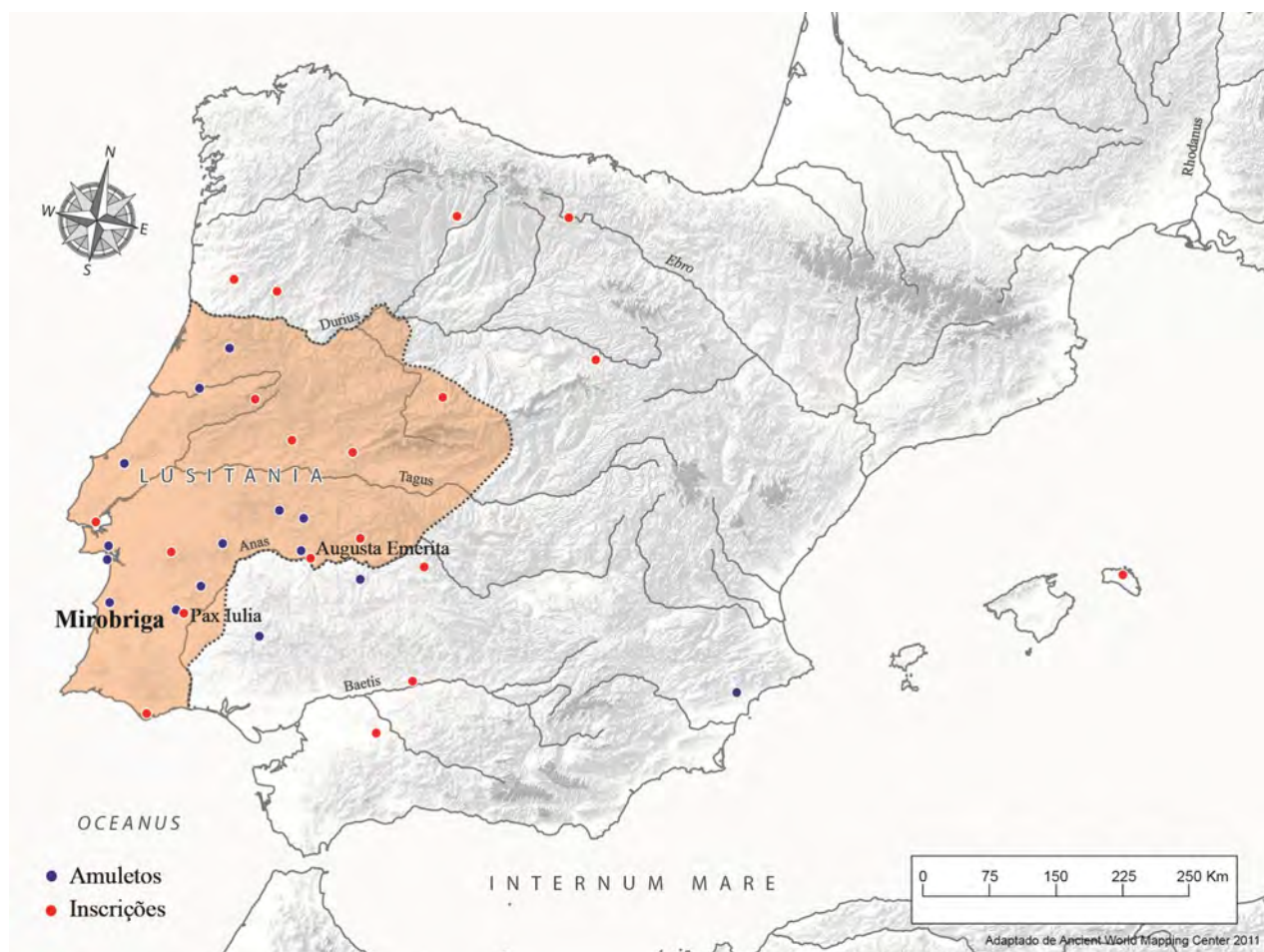


Fig. 5 - Distribuição geográfica dos amuletos e inscrições dedicadas a *Magna Mater* adaptado de Heras - Bustamante - Aranda 2012: 184 e 205.

2015: 14), o que constitui um resultado interessante considerando que também a maioria dos amuletos se encontram em contextos lusitanos. Tal como avançou Turcan (1989: 64), esta distribuição epigráfica poderá dever-se a uma forte presença de escravos e libertos de origem oriental no ocidente da *Hispania*.

Todavia, para além da possível associação do edifício de culto identificado em *Augusta Emerita* à entidade de *Magna Mater*, os motivos vegetalistas e penas de pavão representados nos fragmentos de fresco recuperados, elementos comuns na iconografia tardo-romana, poderão apontar ainda para uma possível associação a *Hera/luno*, sendo o pavão a ave associada a esta divindade (Heras 2011: 58-59), à qual, na tradição puramente itálica, também seriam sacrificados bovinos, em particular vacas (Beard - North - Price 1998: 72), e que, à data, poderia estar sincretizada com *Cybele/Magna Mater*.

Este sincretismo poderá ser intuído na inscrição CIL II 2521: *lunoni / [Mat]ris(?) / Deum / [A] emilia / Flavina*, encontrada em Monterrey (*conventus*

Bracaraugustanus, Hispania Citerior) (Bayer 2015: 37) bem como pela associação, numa ara votiva encontrada em *Duraton (conventus Cluniensis, Hispania Citerior)*, de *Iupiter a Magna Mater* (Bayer 2015: 41), remetendo para a possibilidade de se tratar de *luno*, sua consorte:

HEp 8: *lovis / TAS / Sempiterni / ponere / pos(it)urum / lovis ex voto / Mater iussit / animarum / [p]er omnium / deorum m(agna) / omnerum / [e]t Mater Deum / [Ma]tris Terrae / [Ma]tri ex vot[o] / a]ram Terrae / [A]mman).*

O inter-sincretismo de diversas divindades é relativamente comum, surgindo figuras como *Isis-Aphrodite*, que exhibe características de ambas as entidades isoladas. Estaremos, por isso, na presença de um sincretismo da *Cybele/Magna Mater* frígia com atributos normalmente associados a *luno/Diana Lucina*, entidades protectoras da fertilidade, gravidez e nascimento?, esta última a quem se conhecem



Fig. 6 - A: Amuletos femininos provenientes de contextos lusitanos adaptado de Heras - Bustamante - Aranda 2012: 179 e 181; B: Amuletos femininos provenientes de contextos Calcolíticos e da Idade do Bronze de Pietrele e Stara Zagora, respectivamente, adaptado de Hansen 2011:126, Gimbutas 1982:161.

representações de exacerbação de atributos femininos (veja-se o exemplo de *Diana/Artemis* de *Ephesos*), ou sincretizada com uma divindade autóctone?

Quanto às características morfológicas dos amuletos em apreço, a representação de um corpo feminino desnudo, com uma exibição os atributos marcadamente femininos, apesar de apontar no sentido de uma Deusa Mãe, não se coadunam facilmente com figura a tradicional de *Cybele/Magna Mater*, cujas representações assumem uma pose majestosa e vestida, normalmente sentada num trono. A análise dos elementos incisos, que por um lado sugerem adornos mas, por outro, indumentária, a par dos vestígios de decoração pictórica presentes em alguns exemplares, poderá contribuir para uma melhor leitura desses elementos e, conseqüentemente, para uma atribuição mais segura a uma determinada divindade. Damos, a título de exemplo, o exemplar de Santa Vitória do Ameixial (INV 18533), sito no Museu Nacional de Arqueologia (matriznet.dgpc.pt), que aparenta ter pintada uma peça de vestuário apenas da cintura para baixo.

De facto, uma das peculiaridades do culto de *Magna Mater* na *Lusitania* é a ausência de *Attis*, não surgindo o culto deste par sagrado, verificando-se o contrário no resto da *Hispania*, onde é *Attis* quem

surge mais representado. Esta ausência podia ser explicada com a identificação, pelos habitantes desta região, de *Magna Mater* com uma Grande Deusa Mãe autóctone, de tradição antiga (Reis 2014: 90), eventualmente *Ataegina* (Turcan 1989: 64). Esta permeabilidade e incorporação religiosa encontram paralelo noutros pontos do Mediterrâneo, como a *Gallia Narbonensis* ou o Sul de *Italia*, onde o culto da *Magna Mater* Oriental parece ter-se acoplado ao de divindades femininas autóctones fortemente cultuadas nessas regiões (Turcan 1989: 61-68). No que à *Lusitania* diz respeito, a existência de um culto de *Magna Mater* com origem em factores e predisposições regionais permitiria explicar quer a peculiaridade morfológica dos amuletos quer a sua circunscrição regional (fig. 5).

Todavia, a estes dados devemos somar a ausência, nas diversas fontes relativas ao culto de *Cybele/Magna Mater*, de um amuleto ou pendente utilizado pelos crentes, existindo apenas referência a uma bracelete em ouro utilizada pelos sacerdotes (Turcan 1989: 57).

A propósito desta questão, veja-se a afinidade morfológica e estética entre estas figuras e as de cronologia Calcolítica e da Idade do Bronze dos Balcãs, designadamente exemplares de Pietrele (Hansen 2011: 126, fig.11) e Stara Zagora (Gimbutas

1982: 161, fig. 151) (fig. 6). Assomando como evidente o desfasamento cronológico entre umas e outras, em sentido inverso, e todavia, sobressaem os elementos de analogia: em primeiro lugar, trataram-se de representações de uma divindade feminina, mais ou menos longinquamente evocativa de uma primordial “Deusa-Mãe” (Gimbutas 1982); em segundo lugar, e de maneira assaz sugestiva, a similar funcionalidade dos objectos, destinados a um uso devocional estritamente personalizado. Será, portanto, de questionar que mecanismos poderão ter estado em acção na transmissão de uma mesma linguagem estética, morfológica, religiosa e funcional, se é que existiu de todo, e que papel nela terão, eventualmente, desempenhado fenómenos conjunturais históricos bem documentados para a *Hispania*, designadamente a difusão religiosa dos cultos orientais e a atestada migração de indivíduos de origem oriental para o espaço lusitano (Turcan 1989: 64).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença destes dois amuletos na cidade de *Mirobriga* não constitui um dado novo no que à sua distribuição geográfica se refere, pelo que vem apenas confirmar a sua prevalência em contextos lusitanos. Esta prevalência, acompanhada por uma aparente concentração em *Augusta Emerita*, e por uma tipologia relativamente homogénea, cuja estética simples, tosca e repetitiva poderá apontar para uma produção massiva, possivelmente num único local, servindo de base para a possibilidade de um centro distribuidor localizado na capital lusitana (Heras - Bustamante - Aranda 2012: 183-184). A verificar-se a sua origem emeritense, uma das hipóteses para a sua distribuição seria o seu possível carácter de amuleto apotropaico, que poderia ser comprado pelos devotos na sequência da deslocação, talvez sazonal, a um festival religioso que aí teria lugar.

Uma outra hipótese para a sua uniformidade de características seria a divulgação de um modelo que, sendo facilmente reconhecido era também facilmente manufacturado, não sendo, assim, de descartar a hipótese de uma produção noutra(s) espaço(s) que não o emeritense.

Tendo em conta o exposto *supra* relativamente aos atributos dos amuletos, apesar de não descartarmos a possibilidade da sua relação exclusiva com *Cybele/Magna Mater*, salientamos as características presentes nos amuletos, que denotam uma estreita relação com o ciclo feminino, podendo

consistir num sincretismo desta com uma outra divindade mais ligada a este aspecto, eventualmente *Demeter/Ceres* (Heras 2011: 132), *Iuno/Diana Lucina* ou até, de acordo com a ideia também avançada por Rodriguez (1991/1992: 214-215 *apud in* Heras - Bustamante - Aranda 2012: 183), uma Deusa Mãe indígena a quem esta tivesse sido associada, compatível com a proposta de Turcan (1989: 64) para a permeabilidade de entrada do culto metróaco na fachada ocidental da península.

A identificação destes amuletos, para além de permitir colocar mais um ponto no mapa da sua distribuição, lega-nos alguns dados acerca das crenças religiosas de, pelo menos, alguns dos habitantes de *Mirobriga*. Com efeito, o culto de *Cybele/Magna Mater* em *Mirobriga* havia já sido sugerido anteriormente através de um fragmento escultórico marmóreo onde surgem um pano de muralha e uma torre, que tem vindo a ser interpretado como o fragmento de uma *corona muralis* pertencente à estátua de uma divindade protectora (Barata 1997: 14), embora este elemento não seja exclusivo desta divindade, nem existam, até ao momento, evidências epigráficas do seu culto nesta cidade. Do mesmo modo, a existência de um edifício de culto em *Mirobriga* não pode ser intuído apenas com base na presença destes objectos, uma vez que se tratam de amuletos pessoais, com um local de produção ainda desconhecido mas não necessariamente local ou próximo.

Quanto aos dados cronológicos, é clara a associação a um contexto de abandono da primeira metade do século IV d.C., de, pelo menos, um dos exemplares, confirmando a cronologia da Antiguidade-Tardia já apontada por outros autores (Maluquer 1956, Balil 1962 *apud in* Heras - Bustamante - Aranda 2012: 182).

Por fim, não podemos deixar de assinalar a possível associação entre a cronologia de surgimento destas figuras, o século III d.C., e as transformações sociopolíticas que tiveram lugar durante este século, ideia também proposta por Heras, Bustamante e Aranda (2012: 183). A sua existência, bastante restrita geográfica e temporalmente, parece constituir um epifenómeno religioso circunscrito à *Lusitania* e situado entre os séculos III d.C. e primeira metade do V d.C., fruto, eventualmente, dos tempos de mudança que se faziam sentir.

AGRADECIMENTOS

Os autores gostariam de agradecer a Fernanda Vale, do Museu Municipal de Santiago do Cacém, e

a Manuela de Deus, da Direcção Regional de Cultura do Alentejo, pela informação cedida e pelo acesso ao espólio das intervenções antigas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, F. de (1964) - *Ruínas de Miróbriga dos Célticos (Santiago do Cacém)*. Setúbal.
- ARTHUR, M. L. C. (1983) - Miróbriga. Santiago do Cacém (Portugal). *Caesaraugusta - Publicaciones del Seminario de Arqueologia y Numismática Aragonesas* 57-58: 51-109.
- BALIL ILIANA, A. (1962) - Muñecas antiguas en España. *Archivo Español de Arqueologia* 30: 70-85.
- BARATA, M. F. (1997) - *Miróbriga: Urbanismo e Arquitectura*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- BAYER RODRIGUEZ, X. (2015) - *El Culto de Cibeles e Attis en la Hispania romana: restos arqueológicos y epigráficos*. Master em Pré-história y Arqueologia apresentada à Facultad de Filosofia e Letras, Universidad de Cantabria.
- BEARD, M. - NORTH, J. - PRICE, S. (1998) - *Religions of Rome, Volume 2 - A sourcebook*. Cambridge.
- BIERS, W. R. (ed.) (1988) - *Mirobriga. Investigations at an Iron Age and Roman site in southern Portugal by the University of Missouri-Columbia, 1981-1986*. Oxford (B.A.R. International Series 451).
- BONIFAY, M. (2004) - *Études sur la Céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford (B.A.R. International Series 1301).
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) - *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra.
- FELÍCIO, C. (2019) - *Gestão de Resíduos em Mirobriga - O Sistema de Saneamento (Séculos I-IV d.C.)*. Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- GIMBUTAS, M. (1982) - *The Goddesses and Gods of Old Europe - 6500-3500 B.C. - Myths and Cult Images*. Berkeley - Los Angeles.
- HAYES, J. W. (1972) - *Late Roman Pottery*. London.
- HANSEN, S. (2011) - Figurines in Pietrele: Copper Age Ideology. *Documenta Praehistorica* XXXVIII: 117-129
- HERAS MORA, F. J. (2011) - *Un edificio singular de la Mérida tardorromana: Un posible centro de culto metróaco y rituales taurobólicos*. Mérida (ATAECINA 8).
- HERAS MORA, F. J. (2014) - Sobre un posible modelo de arquitectura pagana en Hispania. In *CIAC Actas XVIII Congreso Internacional de Arqueología Clásica, Vol. II, Centro y Periferia en el Mundo Clásico*. Mérida: 1535-1538.
- HERAS MORA, F. X. - BUSTAMANTE ALVAREZ, M. - ARANDA CISNEROS, J. A. (2012) - Figurillas femeninas en hueso. Función y contexto de un tipo particular de amuleto romano de Lusitania. *Habis* 43: 177-212.
- HERAS MORA, F. X. - OLMEDO GRAGERA, A. B. - PÉREZ MAESTRO, C. (2017) - Dinámica urbana en el Suburbio Norte de Augusta Emerita – Síntesis diacrónica de las excavaciones en el llamado «Corralón De Los Blanes». *Mérida excavaciones arqueológicas 2006-2008*: 707-749.
- MALUQUER DE MOTES I NICOLAU, J. (1956) - Sobre los amuletos de hueso femeninos del Museo de Mérida. In *Homenaje al Conde de la Vega del Sella*. Oviedo: 293-297.
- MATIAS, J. - VALE, F. - BARATA, F. - CESÁRIO, G. (2010) - *Miróbriga – o tempo ao longo do tempo, História e Historiografia, Investigação em Miróbriga (Catálogo da Exposição)*. Santiago do Cacém.
- PONTE, S. da (1979) - As fíbulas de Miróbriga. *Setúbal Arqueológica V*: 195-204
- QUARESMA, J. C. (2012) - *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Lisboa (Estudos e Memórias 4).
- REIS, S. H. dos (2014) - *Religião e Sociedade no Municipium Olisiponense*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- SOARES, J. - SILVA, C. T. da (1979) - Cerâmica pré-romana de Miróbriga (Santiago de Cacém). *Setúbal Arqueológica V*: 159-184
- SOUSA, F. (2018) - *A Casa da Calçada, Mirobriga. Diacronia de um Edifício Habitacional de Época Romana (Séculos I-IV)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Universidade de Nova de Lisboa.
- TEICHNER, F. (2018) - Baugeschichtliche und stratigraphische untersuchungen im bereich des Forums. In TEICHNER, F. (hrsg) *Mirobriga. Eine Stadt im fernen Westen des Imperium Romanum*. Marburg (Kleine Schriften aus dem Vorgeschichtlichen Seminar Marburg 62): 156-182.
- TEICHNER, F. (hrsg) - CORTES, A. - GRABHERR, G. - JANKOWIAK, A. - QUARESMA, J. C. - KOPF, J. - OBERHOFER, K. - PEÑA CERVANTES, Y. - PRUST, A. - SCHRÖER, S. (2018) - *Mirobriga. Eine Stadt im fernen Westen des Imperium Romanum*. Marburg (Kleine Schriften aus dem Vorgeschichtlichen Seminar Marburg 62).
- TURCAN, R. (1989) - *Les cultes orientaux dans le monde romain*. Paris.

OPHIUSSA

VOLUME 3, 2019, PÁGINAS 145-153. SUBMETIDO A 09.04.2019. ACEITE A 19.07.2019.

400 YEARS OF WATER CONSUMPTION: EARLY MODERN POTTERY CUPS IN PORTUGAL

400 ANOS DE CONSUMO DE ÁGUA: PÚCAROS DA IDADE MODERNA EM PORTUGAL

TÂNIA MANUEL CASIMIRO¹
SARAH NEWSTEAD²

ABSTRACT

This paper aims to provide an analysis of the production and consumption of drinking cups in Portugal examining their productive and decorative characteristics and establishing their relation with the ingestion of water between the 15th and 18th centuries. Although drinking cups started to be used much earlier, during the early modern age an international demand for such objects emerges. This fame will take them to places from Northern Europe to the New World where their colour, taste and smell were highly appreciated.

Keywords: pottery cups, water consumption, smell, taste.

RESUMO

O presente artigo tem como objectivo uma análise da produção e consumo de púcaros em Portugal, atendendo às suas características produtivas e decorativas, estabelecendo a sua relação com o consumo de água entre os séculos XV e XVIII. A produção de púcaros em barro, utilizados para o consumo de água será certamente uma tradição mais recuada, contudo, foi durante a época moderna que os púcaros portugueses desenvolvem uma fama internacional, que os faz serem exportados em grandes quantidades para locais como o Norte da Europa ou as colónias do novo mundo onde a sua cor, cheiro e o sabor que fornecem os fez serem apreciados.

Palavras-chave: púcaros, consumo de água, cheiro, sabor.

1 - IHC/IAP - Instituto de História Contemporânea / Instituto de Arqueologia e Paleociências. tmcasimiro@fcs.unl.pt

2 - Atlas Coal Mine National Historic Site. pitboss@atlascoalmine.com

1. INTRODUCTION

It is not clear when ceramic drinking cups (known as *púcaros* in Portuguese) started to be made in Portugal. Most likely this habit of drinking water from unglazed ceramic cups started in previous periods. Nevertheless when we reach the mid-15th century the number of these objects increases significantly in the archaeological record. About 50 years later these *púcaros* are found and produced everywhere in the country (fig. 1) and by the 17th century they are in demand not only in Portugal and its colonies, but also in other European countries and their colonies as well (Casimiro - Newstead 2019).

There is still a paucity of research when it comes to everyday Portuguese coarse red wares which goes beyond basic identification. The usual paper on this topic presents a simple description of form, focused on basic typologies. Discussions about manufacture, decorations, consumption, distribution and what can these objects tell us about cultural, social, economic and even symbolic activities have only recently emerged in the literature (Newstead 2012, Casimiro 2014, Newstead - Casimiro 2015, Newstead - Casimiro forthcoming). Cups and other water related objects are usually included in the category of domestic pottery that people acquired and used abundantly,



Fig. 1 - Map of Portugal with the places mentioned in the text.

with high consumption and breakage rates, but, as we will see, these were not the only reasons that made people discard large amounts of drinking objects.

2. THE OBJECTS AND THEIR USE

Although there is variability in the type of production, and these items change according to different locations and different times, these had similar features related to the fact that they shared similar functions. For the purpose of this paper a *púcaro* or drinking cup is a small vessel made of red clay which takes approximately between 180 to 350 ml of water. The size of these objects is not random and it is related to the measures in use in Portugal at the time. Their contents are related to the *quartilho* (approx. 350 ml) and the $\frac{1}{2}$ *quartilho* (approx. 180 ml). We cannot be sure that other liquids were consumed from these vessels, but the majority of early modern documents mentioning the use of such vessels always relate them to water and the properties these passed to this liquid (Vasconcellos 1921: 16).

A major concern of consumers was to maintain these vessels new, tasty, and releasing their aroma, a concern that is well explained in some documents (Leão 2002). When the vessels got old they lost their characteristics and were discarded. This is why large amounts of these objects are found discarded in near new condition.

Their shape can be considered regular and these small globular vessels with one handle and small necks do not change greatly during four centuries (fig. 2). However the use of water in domestic environments associated to pottery was not only to relieve thirst. Recently some objects have appeared in archaeological contexts which had only one function: to contain water. This water was not to drink but just to have a pot that was wet and releasing an earthen smell. This seems to have been the case with a type of plate or large bowl decorated in their inner surfaces with small quartz stones creating patterns, entangled strings of clay (fig. 3) or little ceramic aquatic animals, such as snakes and frogs and even shells, such as the one found in Campo das Cebolas (fig. 4). People would fill these objects with water and while evaporating they would smell "like sunburnt earth exhaling after a rainfall" (Magalotti 1695), according to a 17th century Italian author who describes the use of Portuguese red ware vessels. Although these seem extraordinary objects we do not know that much about them at the moment. We are only aware of their manufacture in Lisbon

and possibly Coimbra. They are open shapes (deep plates or large bowls) with decoration all over their inner surface. People would fill them with water and they would exhale comforting earthen aromas into the rooms, just as Magalotti described. They are usually found in contexts associated to domestic occupations although some have also been found in Hospital Real de Todos-os-Santos (Bargão - Ferreira 2016: 234), which may be related to the type of healthy environment that it was expected to exist in an hospital, ridding the space of unhealthy 'miasma'. The highly decorated inner surfaces would possibly be even more interesting when filled with water.

3. PRODUCTION AREAS

Every city in Portugal produced its own drinking cups. These were quite regular in shape across the country, with no accountable decoration, and used by the local populations. However, there were some areas which became famous for their cups. The characteristics that made them special were mostly related to the colour or decoration of the objects, as well as to the smell and taste they gave to water. Estremoz, Montemor-o-Novo, Aveiro, Coimbra and Lisbon are the areas which had a high demand of their products in Portugal and abroad. A word must be said about a type of *púcaros* known to have been made in Maia. These are referred to in at least two documents (one from late 16th - 1599 - and the other from mid-17th century - 1647) (Leão 2002, Serafim 2011: 289). In spite of the growing research we have not been able to locate where this place was in Portugal. The only large city with this name nowadays is located near Porto, in the north of the country. Nevertheless in the documents revealing this production centre they always mention it together with the high Alentejo productions and we are still in doubt where it was located.

The most famous production area is probably Estremoz. According to early modern writers, such as Duarte Nunes de Leão (a document from 1599), the finest quality water drinking *púcaros* were produced in Estremoz. These had a very distinctive look, with dark red colours, some of them being burnished while others were decorated with inlaid white stones or incisions. They become popular not only due to their decoration but also due to their distinctive smell and taste. Even today the objects sold as souvenirs in this city present the same smell and taste. This attribute seems to survive even in archaeological objects (Casimiro - Newstead 2019, Newstead -

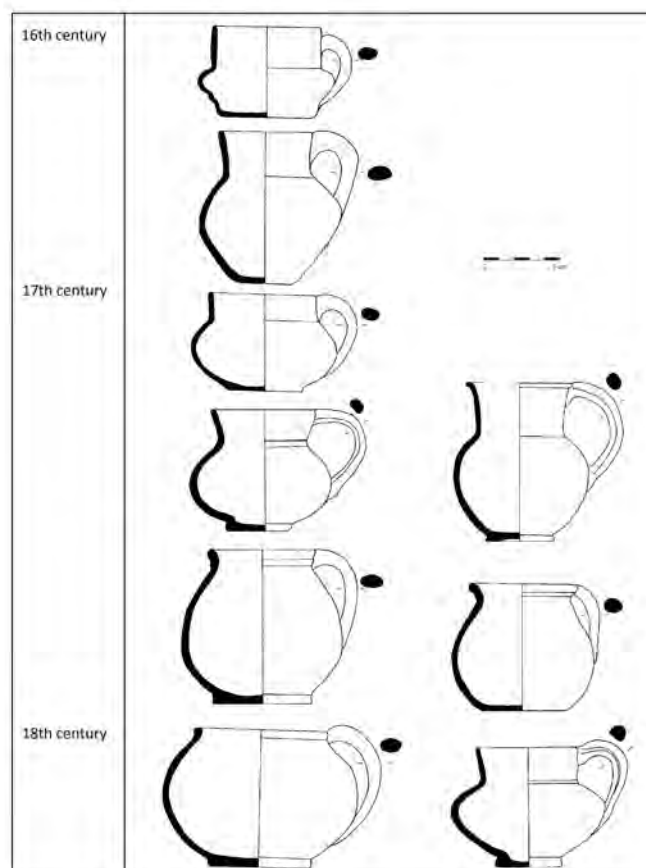


Fig. 2 - Different cup forms (16th-18th century).



Fig. 3 - Bottom of plate decorated with entangled clay strings (Almada - Rua da Judiaria- 17th century).

Casimiro forthcoming).

Initially it was believed that these inlaid quartz decorations were exclusively made in Estremoz, though we now know that Lisbon was clearly another large production centre producing these 'Estremoz type' vessels (fig. 5). We are still not certain if the Lisbon potters were actively copying Estremoz designs (as Estremoz productions had the reputation as the highest quality drinking cups, reserved for



Fig. 4 - Bottom of redware plate with shell impressions found in Campo das Cebolas, 17th century (courtesy by Cláudia R. Manso).



Fig. 5 - Inlaid quartz decorated cup (Almada – Rua da Judiaria- 17th century).

super-elite consumers), or whether it was a separate tradition, although Duarte Nunes de Leão only refers to this decoration made in Estremoz. A few centuries later, the tradition spreads to a city close to Estremoz called Nisa, where it flourishes in the late 19th century.

The reputation of the Estremoz cups, as well as other water recipients, providing a special taste to the water endures until the 20th century. A report made in 1906 about the match factory in Lordelo do Ouro (Porto) mentions that all of the employees were well



Fig. 6 - Montemor-o-Novo cup (Castelo de Montemor-o-Novo, 17th century).

taken care of and special concern is given with their health. Everyone had access to water to drink kept inside Estremoz vases (*Boletim do Trabalho Industrial* 1906: 5).

Montemor-o-Novo is also described in Duarte Nunes de Leão's book where he mentions: *Other cups exist, which are produced in Montemor-o-Novo [...] these are cups that never become old as the ones from other places: the reason is that these cups are made with a sort of clay which possesses a very pleasant smell, tempered with many small stones and sometimes it seems that there are as many stones as there are clay. When people want to use these cups they scratch the cups' surface and reveal new stones giving the vessels a new look. This happens every time that someone wants to make a cup look like new or recovering the scent these had when new, making new small stones appear.* The main characteristic of this pottery is the large amount of small white stones included in the clay (Gomes - Casimiro 2018) (fig. 6). Both the Montemor-o-Novo and Estremoz productions are located in a relatively small area in central Portugal, which has some similarities in its underlying geology which could account for the unusually scented vessels.

Much like the Estremoz pottery, scent played a major role in the reasons why Montemor-o-Novo cups were popular. The pottery from this High Alentejo village is famous around the country. A letter written by Vicente de Nogueira in 1647 has interesting information about these cups. He orders that a dozen of such cups are sent to him, although these were not regular cups. Neither of them could be larger than two *quartilhos* (approx. 600 ml) or smaller than 1/2 *quartilho* (approx. 180 ml), and the rim could not be everted since it made him spill his water (Serafim 2011: 289).

In the Aveiro region, ceramics are recognized by their highly micaceous orange body, more micaceous than any other major production zone in the country (Bettencourt - Carvalho 2008, Barbosa - Casimiro - Manaia 2009). Cups from the Aveiro region were consumed all over Northern Portugal and exported in large amounts to Galicia, Northern Europe and the New World with large amounts being found in Newfoundland (Newstead 2014). They are morphologically quite similar to the Lisbon productions although a large portion of it these objects are decorated with vertical burnished lines which gave them a distinct look (fig. 7).

Coimbra is probably one of the most under studied pottery production centres in Portugal, despite the beautiful design attributes of the earthenware vessels which were made there. We are still working on the full identification criteria for earthenware productions from Coimbra during the early modern period, however, we know that it was a highly variable production. Cups and other water pottery were either plain red or highly decorated with very bright red walls painted, and sometimes incised, in white (Casimiro - Newstead 2019; Silva 2019) (fig. 8).

Lisbon was the largest city in the country and the centre which had the highest number of redware kilns in the early modern period. In 1552 a document mentions the existence of 60 redware kilns (Brandão 1990), although just a few have been found (Marques - Leitão - Botelho 2012, Cardoso *et. al.* 2017). When excavating urban sites in Lisbon, it is easy to understand the scale of that production. Red ware cups were produced by the thousands and often discarded with minor damage or as they became old and did not pass to the water the necessary attributes of coolness, taste and smell. This led to large archaeological deposits forming, meaning that water drinking cups are recovered archaeologically in significant quantities (Fig. 9). The number of cups in these collections permits us to see the variability within these objects: some cups are taller, more globular, with larger rim diameters than the others, for example (Casimiro - Gomes forthcoming).

During the first half of the 16th century the archaeological record starts to present a new type of earthenware decoration made in Lisbon, known as moulded decoration. Although it becomes very popular for cups to be moulded in this fashion, this decoration is also found on other vessel types, such as bowls and jars (fig. 10). There is quite a bit of skill and creativity demonstrated in these vessels, and a



Fig. 7 - Aveiro cup (Baiona, Galiza).



Fig. 8 - Cup found in Coimbra (17th century).



Fig. 9 - Lisbon cups (Carnide, 17th century).



Fig. 10 - Lisbon moulded cup/bowl (Almada – Rua da Judiaria- 17th century).

wide range of moulded styles have been recovered archaeologically. At the same time these objects also start to be decorated with male, female and mythological busts, possibly a Renaissance influence (fig. 11). It is difficult at this point to know if these objects were as widespread across social contexts as the plain water cups were. We know that they are more regularly found in wealthier contexts, but they are certainly not absent from poor domestic contexts either; just found in smaller quantities. We also know that these moulded vessels were exported widely and they appear quite often in 16th and 17th century paintings from Spain (António de Pereda) and Northern Europe (Frans Francken the Younger) (Sánchez 1978).

4. WRITTEN AND ICONOGRAPHIC EVIDENCE

From the early 16th century, cups and other water related objects become so important in

Portuguese society that written evidence starts to appear about them. In 1507 King Manuel's mother's will mentions that several cups, made in different parts of the country, were being left as assets to a convent in Beja (Vasconcellos 1921). A few years later, the daughter of this same king married Carlos V and several cups are present in her dowry (Gomes - Casimiro 2018). Estremoz cups are a frequent find in Portuguese probate inventories although that written evidence has never been summarized. However, the most interesting testimony is the aforementioned description of Portugal by Duarte Nunes de Leão (2002), written in 1599 and published for the first time in 1610. The author describes several water cup production centres and the characteristics of each one of these. Duarte Nunes de Leão's presentation of this detailed information signifies how important these cups had become in Portugal, particularly within the Portuguese royal court and elite societies (Leão 2002).

Redware drinking cups appear regularly in paintings by Portuguese and European painters. In one of Cristovão Figueiredo's paintings *O Trânsito da Virgem* (mid 16th century) it is possible to see how redware cups could be used. In this scene the cup is presented, filled with water, together with a lusterware bowl, thus confirming its elite/luxury connections. However, earthenware cups in Portugal are archaeologically being found in all types of early modern domestic contexts from poor dwellings to rich palaces. Everyone drank from these objects. A foreign visitor to King Sebastião's court was taken by surprise when he saw the king drinking from one of these cups during a meal, intrigued by the fact that the king was not drinking from a silver vessel, which was common in other courts around Europe (Vasconcellos 1921).

Josefa de Óbidos, active in the mid-late 17th century, is probably the Portuguese painter who represented the greatest amount of these objects in her paintings. These vessels are always associated in de Obidos' still natures to rich table settings, sweets and cakes, potentially signifying the social connection these types of vessels had with sweetening water, and, for some chroniclers, female vanity.

The Velázquez painting, *Las Meninas* (1656) is possibly one of the best known iconographic representations of the use of a Portuguese redware cup, so similar to the ones found in archaeological contexts. The vessel is being used to drink from, so this is once again a confirmation that these vessels were the choice of Iberian nobility to drink water

from and not silver or even glass, as was common in most other parts of Western Europe. This is the same activity that was performed by thousands of people every day in Portugal and abroad.

5. WORLD DISTRIBUTION

Portuguese drinking pottery was well appreciated outside of Portugal. These objects are found in every country where Portugal had colonies and in countries that traded with Portuguese cities using well established and traditional trading routes.

On the 13th of March and 23rd of July 1687 two ships set sail from Lisbon towards England to Topsham and London. Among the various cargos were two boxes of Estremoz pottery (Casimiro 2011), although we are not aware if this was actually Estremoz production or Lisbon wares replicating the High Alentejo pottery. Drinking cups made in Portugal are frequently found in European countries such as Spain, England, the Low Countries and Germany (Bart 1992, Stephenson 2001, Gutierrez 2007). They seemed to have satisfied the curiosity of European consumers who also (sometimes!) enjoyed the taste and smell of water from these cups. Moulded vessels and small cups do appear in Dutch paintings depicting cabinets of curiosities and other collections, which suggest that these vessels were held in high regard outside of Portugal. We also know that, at least in Spanish and Italian courts, there was a thriving trade in the scent-laden drinking ceramics from Portugal which even drove an unusual habit of consuming small pieces of these ceramics for 'health' reasons, called '*bucarofagia*' (Saseña 2009: 43).

Although the publication of such objects is rare in the former Portuguese colonial territories, the consumption models for these vessels must have been similar to mainland Portuguese ones, although an ocean apart (Sorensen - Evans - Casimiro 2012). Portuguese people abroad often attempted to reproduce their Portuguese domestic lives in this new area of the world.

Portuguese drinking cups have also been found in English colonies in the New World such as Ferryland and St. John's (Newfoundland), and other settlements along the American eastern seaboard, such as Boston, Jamestown and St. Mary City (Virginia) (Casimiro - Newstead 2019). The non-Portuguese colonists were also attempting in some ways to reproduce the lifestyles they had in Europe, however the use of these Portuguese objects was probably slightly different than in Portuguese colonies. In



Fig. 11 - Busts onced used to decorate cups (Almada – Rua da Judiaria- 17th century).

particular, fine Portuguese vessels were likely kept as status objects and curiosities, rather than an attempt to replicate European domestic life. For the English colonies, Portugal was a privileged trade partner so Portuguese pottery was quite accessible when English merchants acquired wine or olive oil in exchange for New World commodities in Portuguese ports (Newstead 2014).

6. CONCLUSION

The clearly elite connections present in the documents and visual records, combined with the widespread archaeological evidence that these cups were used in all levels of households in Portugal, suggests that the practice of drinking water from these delicate earthenware vessels was a very important part of Portuguese domestic practice; one that transcended class boundaries. It also provides clear evidence that production of these vessels was at a significant enough scale to allow for affordable (at least in some cases) and widespread acquisition within Portugal.

We are not aware of their price for the majority of the production centres. Occasionally some documents survive mentioning their cost. The average price for unglazed *púcaros* was around one or two *reais* (Fernandes 2012: 779) making them cheap objects, inexpensive enough to be thrown away once they lost their sensorial properties, stimulated by their color and the taste and smell they gave to water. This simple fact justifies the large amount of these objects found in archaeological sites. Once old they were discarded, possibly intentionally broken not to be used again by anyone. This could have happened to the open forms which function was just to contain water (figs 3 and 4), although they were probably kept for longer since their aesthetical proprieties

could continue to be appreciated even when old.

Because we find so many of these vessels, associated with other ceramic productions from Portugal, it is possible to accurately reconstruct the visual diversity within a Portuguese-style table setting from the early modern period. The bright red of these vessels would have been on the table with a variety of blue and white porcelains and tin glazed wares, creating interesting contrasts in colours, textures and even scents.

These drinking cups reached their pinnacle in the early modern period, yet they resulted from hundreds of years of production and daily practices, intimately connecting the early modern consumers of these wares to the complex history of Portugal.

The particular smells of these vessels and their ability to impart these smells/tastes to water and surrounding air were valued attributes. Huge amounts of contemporary literature was written about these vessels, with each production area being associated with a recognizably different scent.

ACKNOWLEDGMENTS

Several years have passed since we started the project of studying Portuguese ceramics and their world impact. Along the way several people helped us. In Lisbon our thanks go to Ana Caessa, Nuno Mota and António Marques in Centro de Arqueologia de Lisboa. Thank- to Cláudia R. Manso (Empatia Arqueologia) for letting us access the fantastic world of pottery found in Campo das Cebolas. Although one single object is published in this paper the Campo das Cebola collection is one of the most breath taking collections ever found in Lisbon and its study will for sure make us rethink everything we know about ceramics in Early Modern Lisbon. In Almada, Luís Barros was always the one who motivated us to search into that collection. In Montemor-o-Novo our thanks you goes to Manuela Pereira, from the city's archaeological services.

7. REFERENCES

- BAART, J. (1992) - Terra Sigillata from Estremoz, Portugal. In GAIMSTER, D. - REDKNAP, M. (ed.), *Everyday and Exotic Pottery from Europe, c.650-1900, Studies in Honor of John G. Hurst*. Exeter: 273-278.
- BARBOSA T. - CASIMIRO T. M. - MANAIA, R. (2009) - A late 15th century household pottery group from Aveiro (Portugal). *Medieval Ceramics* 30: 119-136.
- BARGÃO, A. - FERREIRA, S. (2016) - Evidências do Quotidiano no Hospital Real de Todos-os-Santos, Lisboa: Os contextos do poço SE do Claustro NE. In *Entre ciência e cultura: da interdisciplinaridade à transversalidade da arqueologia. Actas das VIII Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica*. Lisboa: 233-241.
- BETTENCOURT J. - CARVALHO, P. (2008) - The cargo of the ship Ria de Aveiro A (Ílhavo, Portugal): A preliminary approach to its historical-cultural significance. *Cuadernos de Estudios Borjanos* L-LI: 257-290.
- Boletim do Trabalho Industrial* (1906). Lisboa.
- BRANDÃO, J. (1990) - *Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa em 1552*. Lisboa.
- CARDOSO, G. - BATALHA, L. - REBELO, P. - ROCHA, M. - NETO, N. - BRITO, S. (2017) - Uma Olaria na Rua das Portas de Santo Antão (Lisboa) - séculos XV e XVI. In ARNAUD, J. - MARTINS, A. (eds.), *Arqueologia em Portugal - Estado da Questão*. Lisboa: 1715-1729.
- CASIMIRO, T. M. (2011) - *Portuguese Faience in England and Ireland*. Oxford (*British Archaeological Reports*).
- CASIMIRO, T. M. (2014) - Portuguese coarsewares and Historical Archaeology. In SMITH C. (ed.), *Encyclopedia of Global Archaeology*. New York: 6037-6044.
- CASIMIRO, T. M. - GOMES, J. P. (forthcoming) - Formas e sabores: alimentação e cerâmica nos séculos XVII e XVIII. In *A mesa dos sentidos*. Coimbra.
- CASIMIRO, T. M. - NEWSTEAD, S. (2019) - Portuguese coarseware in North Atlantic trade (sixteenth to eighteenth century). *American Ceramic Circle Journal* XX: 59-81.
- FERNANDES, I. M. (2012) - *A loiça preta em Portugal: Estudo histórico, modos de fazer e de usar*. Unpublished PhD dissertation presented in Universidade do Minho.
- GOMES, M. V. - CASIMIRO, T. M. (2018) - Montemor-o-Novo pottery production. Characteristics e distribution. *Medieval Ceramics* 37: 11-20.
- GUTIERREZ, A. (2007) - Portuguese coarsewares in early modern England: reflections on an exceptional pottery assemblage from Southampton. *Post Medieval Archaeology* 41-1: 64-79.
- LEÃO, D. N. de (2002) - *Descrição do Reino de Portugal (1599)*. Lisboa.
- MAGALOTTI, L. (1695) - *Lettre sopra i bucheri, con l'aggiunta di letter contro l'ateismo, scientifiche ed erudite, e di relazioni varie*. Edited by Praz, M. (1945). Florence.
- MARQUES, A. - LEITÃO, E. - BOTELHO, P. (2012) - Rua do Benfornoso 168/186 (Lisboa - Mouraria/Intendente): entre a nova e a velha cidade, aspectos da sua evolução urbanística. In TEIXEIRA, A. -

- BETTENCOURT, J. (eds.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: 123-134.
- NEWSTEAD, S. (2012) - Portuguese Coarseware in Newfoundland, Canada. In TEIXEIRA, A. - BETTENCOURT, J. (eds.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: 747-756.
- NEWSTEAD, S. (2014) - Cod, Salt and Wine: Tracing Portuguese Pottery in the English North Atlantic World. *North Atlantic Archaeology* 3: 71-89.
- NEWSTEAD, S. - CASIMIRO, T. M. (2015) - A cerâmica portuguesa no Atlântico Norte: o início de um projecto de investigação. *Almadan* 19-2: 64-69.
- NEWSTEAD, S. - CASIMIRO, T. (forthcoming) - What's that smell? New Directions for Material Studies, *Antiquity*.
- SANCHÉZ, A. (1978) - *D. Antonio de Pereda (1611-1678) y la pintura madrileña de su tiempo*. Madrid.
- SASEÑA, N. (2009) - *El vicio del barro*. Madrid.
- SERAFIM, J. C. G. (2011) - *Um Diálogo Epistolar. D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza*. Porto.
- SILVA, R. C. (2019) - *Do fórum augustano ao paço episcopal de Afonso de Castelo Branco - um ensaio de arqueologia urbana em Coimbra*. Lisboa.
- SØRENSEN, M. L. - EVANS, C. - CASIMIRO, T.M. (2012) - Pottery in Cidade Velha - Cabo Verde. In TEIXEIRA, A. - BETTENCOURT, J. (eds.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: 813-820.
- STEPHENSON, R. (2001) - A find of *terra sigillata* at Pier Head, Blackwall, London. *Society for Post-Medieval Archaeology Newsletter*: 2-3.
- VASCONCELLOS, C. M. (1921) - *Algumas Palavras a Respeito de Púcaros de Portugal*. Coimbra.

OPHIUSSA

VOLUME 3, 2019, PÁGINAS 155-183. SUBMETIDO A 28.05.2019. ACEITE A 28.08.2019.

PREEXISTÊNCIAS DE SETÚBAL: INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA RUA VASCO SOVERAL 8-12

SETÚBAL PRE-EXISTENCES: ARCHAEOLOGICAL EXCAVATION AT VASCO SOVERAL STREET 8-12

JOAQUINA SOARES¹
LÍDIA FERNANDES²
CARLOS TAVARES DA SILVA¹
TERESA RITA PEREIRA¹
SUSANA DUARTE³
ANTÓNIA COELHO-SOARES³

RESUMO

Dão-se a conhecer os principais resultados de uma intervenção arqueológica no Centro Histórico de Setúbal, Rua Vasco Soveral, 8-12, realizada durante o segundo semestre de 2018, no âmbito do projecto de investigação *Preexistências de Setúbal* da responsabilidade do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS).

Foi possível obter a sequência estratigráfica integral da presença humana no lote em apreço, a qual abrangeu uma extensa diacronia, desde a Idade do Ferro orientalizante até à Contemporaneidade, passando pela Época Romana, Idade Média islâmica e cristã e pela Época Moderna. Destaca-se, pela relevância da cultura material, a ocupação da Época Romana.

Palavras-chave: centro histórico de Setúbal, Idade do Ferro orientalizante, Época Romana, Idade Média islâmica e cristã, Épocas Moderna e Contemporânea.

ABSTRACT

The results of the archaeological excavation carried out in the historic centre of Setúbal, 8-12 Vasco Soveral Str., during the second semester of 2018, are presented in this paper and integrates the research project *Pre-existences of Setúbal*, developed by the Museum of Archaeology and Ethnography of the District of Setúbal (MAEDS).

The complete cultural stratigraphic sequence of this site covered a long diachrony from the Orientalizing Iron Age to the Contemporary Age through the Muslim and Christian Middle Ages and the Early Modern Age too. The occupation of the Roman period stands out for the relevance of its material culture.

Keywords: historic centre of Setúbal, Orientalizing Iron Age, Roman Age, Muslim and Christian Middle Ages, Modern and Contemporary Ages.

1 - Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS/AMRS) e Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ). joaquinasoares1@gmail.com; ctavaressilva@gmail.com; teresa.rita.pereira@gmail.com; cea.maeds@amrs.pt

2 - Museu de Lisboa – Teatro Romano / EGEAC (CML). lidiafernandes@egeac.pt

3 - Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS/AMRS). cea.maeds@amrs.pt

1. INTRODUÇÃO

1.1. O PROJECTO “PREEXISTÊNCIAS DE SETÚBAL”

A intervenção arqueológica nos n.ºs 8-12 da Rua Vasco Soveral (RVS, 8-12), em Setúbal, integra-se no projecto do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS) sobre as Preexistências de Setúbal (Soares 2018a).

A informação coligida até ao momento no âmbito deste projecto abrange aspectos quer de paleogeografia física quer respeitantes à evolução da ocupação humana do casco histórico de Setúbal.

Durante grande parte do Holoceno, até cerca do final do IV milénio a.C., a baixa de Setúbal estaria submersa por extenso braço de mar, que se localizava entre o actual Largo da Misericórdia e o que é hoje a zona oriental do bairro de Troino (Coelho 1980, Soares - Tavares da Silva 2018a), prolongando-se para norte através do leito da Rib.^a do Livramento.

Na passagem do III para o II milénios a.C. ter-se-ia iniciado a formação de uma restinga que, partindo da base da Colina de Santa Maria (sector nascente do Largo da Misericórdia), se estendia para oeste.

Durante a Época Romana, a extremidade livre dessa restinga teria atingido o limite ocidental da actual Praça de Bocage, e no período Medieval Islâmico ter-se-ia prolongado pela área que actualmente corresponde aos arruamentos de Bocage e Sapateiros. A sul era banhada pelas águas da baía, coincidindo a sua margem sensivelmente com o lado setentrional da Avenida Luísa Todí; a norte, confinava com área pantanosa herdeira do antigo esteiro. Esta configuração paleogeográfica irá manter-se, sem grandes alterações, até ao século XIV, época a partir da qual se assiste ao início da secagem daquele ambiente pantanoso (Duarte - Soares - Tavares da Silva 2014, Soares - Tavares da Silva 2018a).

No que respeita à evolução da ocupação humana, os trabalhos promovidos pelo MAEDS deram a conhecer, em 1986, o primeiro povoado estável do casco histórico de Setúbal que, remontando ao século VIII a.C., se localizava na Colina de Santa Maria, à época uma península banhada a sul pelas águas da baía e a oeste e noroeste pelo referido esteiro. Tratava-se de grupo humano do Bronze final com o qual irão contactar e interagir navegadores/comerciantes fenícios ocidentais, no âmbito do processo de expansão do empório comercial de *Gadir*. O sal que poderia ter sido explorado nos esteiros que envolviam a norte o povoado seria muito provavelmente de grande interesse para os mercadores fenícios.

Tenha-se presente que essa exploração persistiu até ao século XV (Tavares da Silva 1989). Da interacção económica e miscigenação sociocultural nasceria uma comunidade orientalizante que, entre os séculos VII e V a.C. habitará aquela colina (Soares - Tavares da Silva 1986, Tavares da Silva *et al.* 2014, Tavares da Silva 2018a, Tavares da Silva - Coelho-Soares - Duarte 2018).

Do século I ao século V d.C. ocorre a segunda grande fase da história da ocupação humana de Setúbal, ou seja, a correspondente ao período da colonização romana.

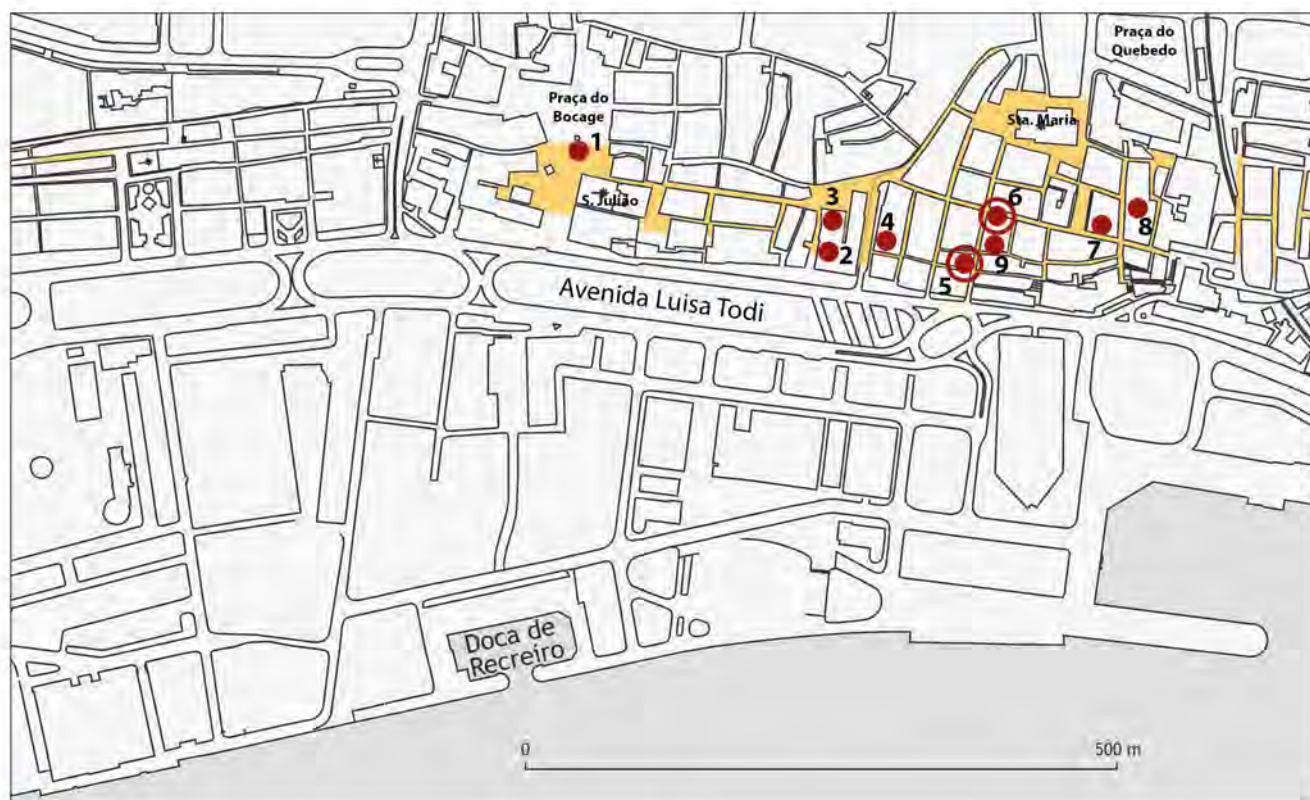
Os vestígios da Setúbal Romana ou *Caetobriga* distribuem-se geograficamente por dois núcleos: o de Santa Maria - São Julião, a nascente (inclui a necrópole da Ladeira de São Sebastião), onde a actividade arqueológica do MAEDS tem sido mais intensa, e o de Troino, a poente, mal conhecido, separado do primeiro pelo antigo esteiro da Ribeira do Livramento.

O núcleo oriental dividia-se funcionalmente em três subnúcleos: um fabril, especializado na produção de preparados de peixe, localizava-se ao longo da restinga; outro, na Colina de Santa Maria, de carácter habitacional, onde já foram identificadas *domus* com pavimentos musivos, um edifício público e monumental e, na zona de cota mais elevada, cisterna de grandes dimensões que forneceria água à povoação (Tavares da Silva - Coelho-Soares 1980-1981, 2014, Tavares da Silva - Coelho-Soares - Soares 1986, Tavares da Silva 1996, Tavares da Silva - Soares - Wrench 2010, Tavares da Silva *et al.* 2010, 2014, Tavares da Silva - Coelho-Soares - Duarte 2018); um terceiro subnúcleo, sepulcral, no que é hoje a Ladeira de São Sebastião (Tavares da Silva 1966).

A área fabril funcionou plenamente, com recurso a economias de escala e produções embaladas em um único tipo de ânfora (forma Dressel 14), na segunda metade do século I e no século II d.C.; durante o Baixo Império verifica-se o abandono ou a fragmentação das unidades produtivas e a embalagem das produções em distintos tipos anfóricos (formas Almagro 50, 51c e 51a-b, Sado 1, 2 e 3) - diversificação das produções?

Na Alta Idade Média, a povoação encontra-se em franco declínio e em fase de acentuada desurbanização, com ocorrência de necrópole em área anteriormente habitada (Soares 2018b).

Do período Medieval Islâmico têm vindo a ser exumados numerosos vestígios de ocupação habitacional quer na encosta sul da Colina de Santa Maria, sobranceira à baía, quer ao longo da margem



■ Distribuição dos vestígios romanos segundo J. Marques da Costa, 1960

● Principais contextos arqueológicos com ocupação romana escavados e publicados pelo MAEDS

⊙ Vestígios de mosaicos romanos

1 - Praça do Bocage; 2 - Travessa Frei Gaspar; 3 - Largo da Misericórdia; 4 - Travessa de João Galo; 5 - Rua António Joaquim Granjo; 6 - Rua Arronches Junqueiro nº 73-75; 7 - Rua Arronches Junqueiro nº 32-34; 8 - Rua Francisco Augusto Flamengo; 9 - Rua Vasco Soveral nº 8-12.

Fig. 1 - Localização do lote 8-12 da Rua Vasco Soveral na planta da área urbana de Setúbal.

meridional da restinga, desde o Largo da Misericórdia à Rua do Bocage/Rua dos Sapateiros. Nesta época, a zona norte da restinga, insalubre, pois confinava com a área pantanosa, seria constituída por hortas e pomares. Só na Baixa Idade Média (século XIII e parte do século XIV), com o aumento demográfico entretanto verificado, essa zona é também habitada, sendo os lixos domésticos lançados directamente para o sapal (Duarte - Soares - Tavares da Silva 2014).

Recentemente, o MAEDS procedeu à escavação de parte de uma necrópole islâmica. Situava-se no cume e vertente norte da Colina de Santa Maria (Tavares da Silva *et al.* 2010, 2014).

Da fase de transição do Período Medieval Islâmico para o Cristão têm sido postos a descoberto, pelas escavações do MAEDS, cais palafíticos situados na margem sul da restinga (Soares - Tavares da Silva 2018b).

1.2. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA RUA VASCO SOVERAL

A presente intervenção arqueológica ocorreu no âmbito de programa de reabilitação de imóvel, no Centro Histórico de Setúbal, com conservação de fachadas, nºs 8-12 da Rua Vasco Soveral (figs. 1 e 2) e a construção de cave, o que permitiu a escavação integral da respectiva área, com cerca de 23m², até ao substrato geológico, a uma profundidade de cerca de 2,5m a partir da cota da soleira, com aprofundamentos que atingiram os 3m. Estimamos ter escavado cerca de 58m³ de sedimentos. Seguiu-se o método estratigráfico, com registo tridimensional e crivagem da totalidade dos sedimentos através de malha de 4mm de lado. O espaço a escavar foi quadriculado em unidades de 1m² (Q.) a partir de sistema de eixos ortogonais, cujo ponto de origem se localizou no vértice NE do lote. Os eixos foram



Fig. 2 - Fachada, meridional, do edifício 8-12 da Rua Vasco Soveral.

divididos em segmentos de 1m, definidos por letras maiúsculas no sentido N-S e por algarismos árabes, no sentido E-W.

2. ESTRATIGRAFIA

Foi possível obter uma muito desagregada sequência estratigráfica, com apreciável variação lateral no que à época Romana respeita, e balizada cronologicamente pela tipologia da cultura material (Fig. 3):

C.1A - Piso actual em mosaicos cerâmicos, com cerca de 0,4 cm de espessura.

C.1B - Sub-base de cimento (betonilha) para assentamento do piso da C.1A, com cerca de 0,8 cm de espessura.

C.1C - Piso de mosaicos hidráulicos datado de meados a finais do século XX; padrão floral geometrizado, nas cores vermelho escuro e amarelo; espessura de 3 cm.

C.1D - Sub-base de cimento (betonilha) para assentamento do piso de mosaicos hidráulicos; com cerca de 4 cm de espessura.

C.1E - Nível de regularização. Sedimento argiloso acastanhado. Arqueologicamente estéril. Espessura 10 cm.

C.2A - Piso de soalho com caixa de ar. Conservaram-se algumas tábuas de madeira, bem como a grelha da estrutura de assentamento do tabuado do soalho; espessura cerca de 3 cm.

C.2B - Sedimento areno-argiloso de coloração cinzento-acastanhada com cerca de 25 cm de espessura. Forneceu alguns fragmentos de cerâmica de construção, peças esqueléticas de roedores. Foram ainda recuperados gargalos de vidro, fragmentos de cerâmica datada do século XVIII e XIX-XX, nomeadamente tijela de faiança de Sacavém já do século XX (fig. 23, nº 1), pregos de ferro e um numisma de 10 centavos de 1926 que fornece um *terminus post quem* para a construção do piso de soalho.

C.3A - Pavimento em tijoleira (fig. 4). As dimensões das tijoleiras variam entre os 30, 31 e 32 cm de comprimento, 15 cm de largura e 3 cm de espessura. Este piso apresentava vários rombos, de maior ou menor dimensão (entre os 15 e os 60 cm de diâmetro), que se encontravam preenchidos por

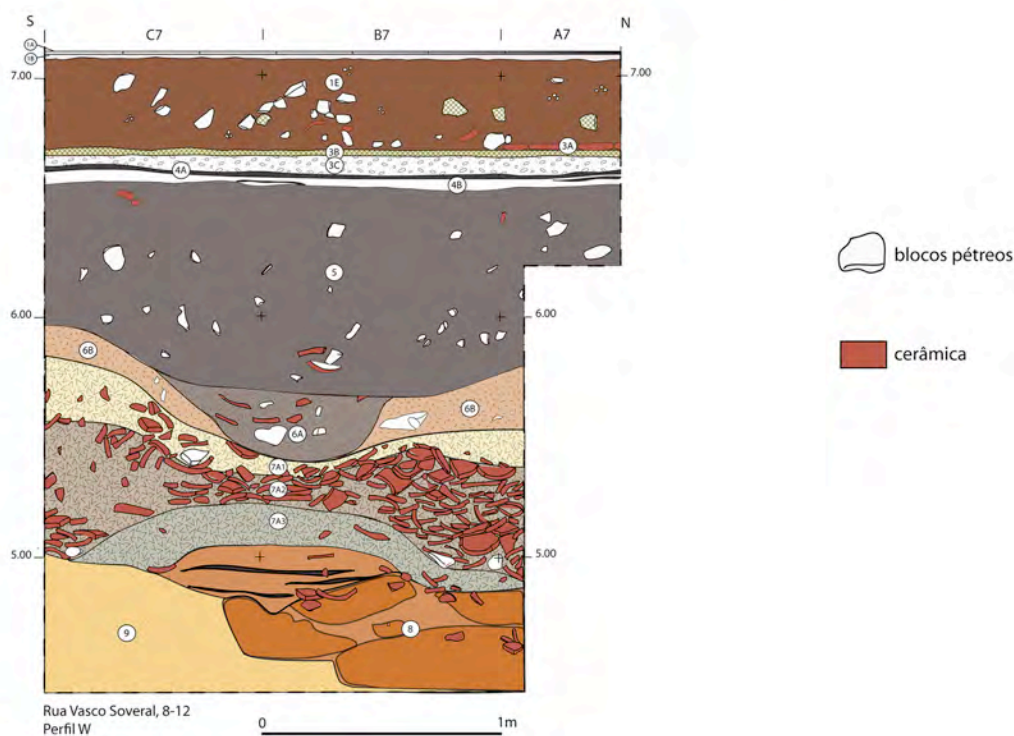
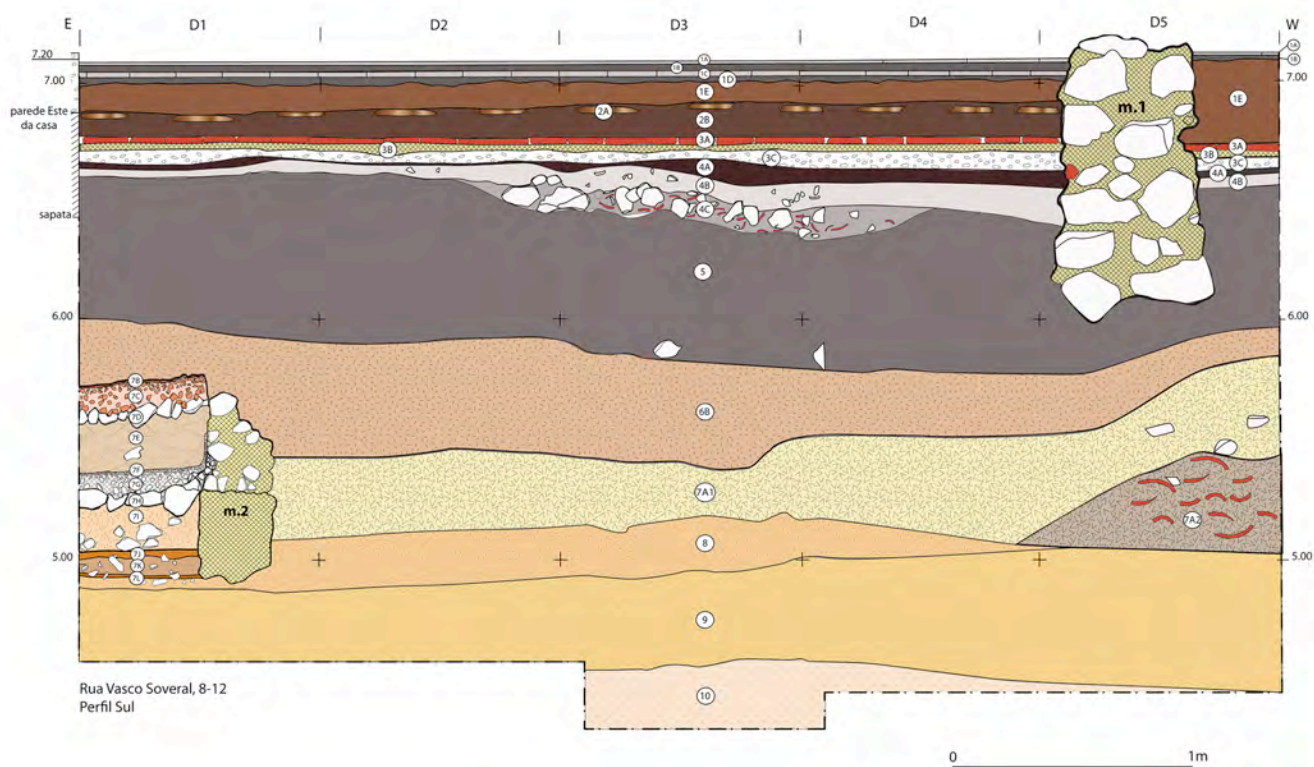


Fig. 3 - Rua Vasco Soveral, 8-12. Perfis estratigráficos sul e oeste. Levantamento de Júlio Costa.

argamassa de coloração amarelada, idêntica à utilizada no assentamento das tijoleiras. Entre elas e na respectiva argamassa de ligação não foram recuperados materiais arqueológicos datantes.

Estava em conexão com o muro 1 (=m.1) e as paredes do edifício em reabilitação.

C.3B - Sub-piso de preparação do assentamento

das tijoleiras, composto por uma camada de aproximadamente 10 cm de argamassa de cal e areia, de coloração amarelada, praticamente estéril, com exceção de raros fragmentos de cerâmica e de gargalos de vidro.

C.3C - Sedimento areno-argiloso solto de coloração castanho-acinzentada, com uma espessura média de 10-15 cm. Nesta camada foram recuperados fragmentos de escudelas carenadas esmaltadas a branco estanífero, majólica da Ligúria com esmalte “berettino” e porcelana chinesa da dinastia Ming, com cronologias de finais do século XVI a inícios do século XVII (fig. 22) e numisma de 10 réis de bronze de D. António I (1580-1583) (Vaz - Salgado 1987/1988: 246).

C.3D (sem expressão nos perfis sul e oeste da fig. 3) - Depósito areno-argiloso castanho escuro, embalando blocos pétreos de médias e pequenas dimensões, fragmentos de cerâmica de construção e abundantes fragmentos de cerâmica, bem como de fauna mamalógica, carcinológica (Decapoda) e malacológica (*Phorcus lineatus*, *Stramonita haemastoma*, *Mytilus* sp., *Ostrea* sp., *Solen marginatus*).

C.4A - Pavimento de argamassa branca com cerca de 5 a 20 cm de espessura. Continha alguns carvões e o seu topo apresentava fragmentos de cerâmica comum, de cozinha, de época moderna e cerâmica atribuível a finais do século XVI (fig. 21). Foi possível observar a associação deste piso ao m.1, uma vez que a argamassa branca serviu não só enquanto pavimento, mas também de revestimento parietal. Esta camada deverá corresponder ao primeiro piso do edifício em reabilitação, provavelmente datado dos finais do século XVI.

C.4B - Depósito de regularização com argamassa branca compacta, escassos blocos pétreos, fragmentos de cerâmica de construção e alguns fragmentos de recipientes cerâmicos; espessura 4-20 cm.

C.4C - Depósito de enchimento rico em blocos pétreos de médias e pequenas dimensões e fragmentos de cerâmica de construção embalados em sedimento areno-argiloso castanho escuro em resultado da presença de lixos domésticos, com fauna mamalógica, carcinológica (Decapoda) e malacológica (*Phorcus lineatus*, *Stramonita haemastoma*, *Mytilus* sp., *Ostrea* sp., *Solen marginatus*). Presença de fragmentos

de cerâmica atribuível aos séculos XV-XVI (fig. 20); espessura cerca de 30 cm.

C.5 - Paleossolo. Sedimento argiloso, de coloração castanha escura em resultado da presença de matéria orgânica, com blocos pétreos de médias e pequenas dimensões. Continha alguma fauna mamalógica, algumas peças esqueléticas de peixe e abundantes conchas de moluscos marino-estuarinos. Registou-se a presença de materiais cerâmicos do século XV (fig. 19) e resultantes de revolvimentos de camadas mais antigas: fragmento de panela islâmica e de cerâmica decorada com corda seca total, cerâmica comum (*dolium*) e de construção romana, e fragmentos de mármore de revestimento parietal romanos; espessura máxima cerca de 1 m.

C.6A - Sedimento areno-argiloso castanho escuro com fragmentos de cerâmicas islâmicas atribuíveis aos séculos XI-XII (fig. 18) e alguns fragmentos de cerâmica de construção romana remobilizados de camadas inferiores. A fauna ictiológica e malacológica surge também em grande quantidade. Este depósito possui a configuração de uma bolsa de planta ovalada com cerca de 1,5 m de diâmetro e 60 cm de profundidade máxima, tendo cortado a camada 6B.

C.6B - Sedimento de origem coluvionar, arenoso, castanho-médio com alguns fragmentos de cerâmicas islâmicas e da época romana, e alguma fauna malacológica e ictiológica; espessura máxima cerca de 45 cm.

C.7A - Espesso depósito areno-argiloso de cor castanho-escura a castanho-amarelada clara, com cerca de 1 m de espessura máxima, formado entre finais do século IV e século V. Constituíam-no entulhos ricos em fragmentos de *imbrices* (2,4 toneladas) (Quadro 2), *tesselae*, cerca de dois milhares (Quadro 1), fragmentos de argamassas e estuque. Surgiram também fragmentos de recipientes de cerâmica, exclusivamente romanos (do Alto ao Baixo Império): cerâmica comum, ânforas, *terra sigillata* itálica, sudgálica, africana A, africana C e africana D, bem como um numisma de liga de cobre de Constâncio II, cunhado entre 355 e 361 d. C. (Crawford 1974); fauna mamalógica e malacológica muito dispersa. Esta camada formou-se contra a parede externa de tanque ou tina (m.2) e instalou-se em fossa aberta no substrato geológico. Foi possível distinguir quatro subcamadas na zona mais espessa (Qs. A-B-C/5-6-7):

C.7A1 - Sub-camada areno-argilosa de cor castanho-amarelada clara com materiais exclusivamente de época romana, que cobria uma massiva acumulação de *imbrices*. Aqui foi recuperado um fragmento de *imbrex* com marca impressa completa P O C (fig. 12, n.º 1154). Também foram exumados fragmentos de cerâmica de construção, cerâmica comum, ânforas, estuques de revestimento parietal e *tesselae*. Esta camada apresenta uma espessura entre os 7 e os 20 cm.

C.7A2 - Entulheira de ímbrices, estando também presentes algumas *tegulae*, tijoleiras, tijoleiras de quadrante e de *suspensurae*, fragmentos de cerâmica comum romana, *tesselae*, fragmentos de estuque, de mármores de revestimento (branco e verde *cippolino*) e raros blocos pétreos. Nesta camada foram recuperados dois fragmentos de *imbrex* com marca de oleiro em cartela sub-retangular e três signos alfabéticos sem pontuação que deverão representar um *tria nomina latino* P O C (fig. 12, n.º 29 e 1120). Nos quadrados B6-7 foi encontrado um outro fragmento de *imbrex* com marca impressa em cartela - L[...] - muito incompleta, semelhante à LPFV (Fig. 12, n.º 40). Junto a este fragmento de *imbrex* surgiram dois numismas de liga de cobre, de Valentiniano II, cunhados de 378 a 383 d. C. (Crawford 1974), bem como fragmentos de ânforas Almagro 51c, variante C e Almagro 51 a-b. A espessura desta camada alcança 60 cm.

C.7A3 - Subcamada areno-argilosa de cor castanho-acinzentada com fragmentos de estuques, alguns com pintura de bandas vermelhas, argamassas, fragmentos de *opus signinum*, *imbrices*, *tegulae*, tijoleiras, algumas de quadrante e de *suspensurae*, fragmentos de cerâmica comum romana, ânfora Almagro 51c, variante C e fauna mamalógica, ictiológica e malacológica (*Mytilus* sp., *Ostrae* sp., *Ruditapes decussatus*). Junto ao perfil norte, no Q. B6, foi recolhido um fragmento de *imbrex* com marca que termina em C (fig. 12, n.º 65), devendo corresponder à marca identificada na subcamada anterior - POC -, bem como um numisma do imperador Valentiniano II (378-383 d.C.) (Crawford 1974). Espessura máxima 20 cm.

C.7A4 - Sedimento areno-argiloso de coloração castanho-avermelhada de média compactação e que poderá ter resultado de combustão *in loco*. Apresenta ainda alguns blocos pétreos calcários, lajes de mármore, materiais de construção, fragmentos de

terra sigillata. Nesta camada foi recuperado um capitel de calcário corintizante, com vestígios de argamassa aderente, bem como um fragmento de *imbrex* que apresenta uma marca impressa semelhante a outras provenientes das subcamadas superiores - LPFV (fig. 12, n.º 1265). Espessura máxima 60 cm.

A desmontagem de troço do m.2 (limite este da área escavada) permitiu obter informação mais fina sobre a diacronia da ocupação romana do local, bem como a contextualização dos materiais do Alto-Império redepósitos na estrutura de rejeição a que respeitam as Cs. 7A1 a 7A4:

C.7B - Sedimento areno-argiloso de cor castanho-alaranjada, com 1 a 2 cm de espessura, assente sobre o piso de provável tanque. Nesta camada foi encontrado fragmento de bordo de ânfora Almagro 51c, variante C.

C.7C - Piso de *opus signinum*, com cerâmica grosseira e argamassa de cal e areia na sua composição e uma espessura aproximada de 10 cm.

C.7D - Enrocamento para assentamento do piso de *opus signinum*, constituído por blocos calcários e de brecha da Arrábida. Espessura entre 10 e 15 cm.

C.7E - Sedimento areno-argiloso de cor amarelada, praticamente estéril. Espessura de aproximadamente 40 cm.

C.7F - Piso e revestimento parietal de *opus signinum* de excelente qualidade e alisamento, composto na sua maioria por argamassa branca e calcário moído. Espessura de aproximadamente 2 cm.

C.7G - Cerne do piso de *opus signinum*, constituído por seixos rolados de pequena dimensão. Espessura cerca de 5-6 cm.

C.7H - Enrocamento para suporte do primeiro piso de *opus signinum*, constituído por blocos calcários e de brecha da Arrábida de médias dimensões. Espessura entre 15 e 25 cm.

C.7I - Sedimento areno-argiloso de cor acastanhada, com alguns blocos calcários de médias dimensões, com uma espessura de aproximadamente 40 cm. Foram recuperados nesta camada: dois fragmentos de ânfora Dressel 14, um prego de ferro e fragmento de bordo de tacho de cerâmica comum romana.



Fig. 4 - Rua Vasco Soveral, 8-12. Plano das camadas associadas ao muro 1 com piso de tijoleira (C.3A). Levantamento de Júlio Costa e Teresa Rita Pereira.

C.7J - Sedimento areno-argiloso de cor castanho-alaranjada, compactado, com fragmentos cerâmicos inclassificáveis. Espessura 4-6 cm.

C.7K - Sedimento areno-argiloso de cor castanho-amarelada que continha alguns blocos calcários de pequenas dimensões, fragmentos de cerâmica de construção romana e outros fragmentos cerâmicos

inclassificáveis. Espessura média de 15 cm.

C.7L - Sedimento areno-argiloso de coloração castanho-alaranjada; nível de pisoteamento utilizado a quando da construção do muro 2. Espessura 2-4 cm. Forneceu um arranque de asa de ânfora Dressel 14.

C.8 - Sedimento de origem coluvionar arenoso, de

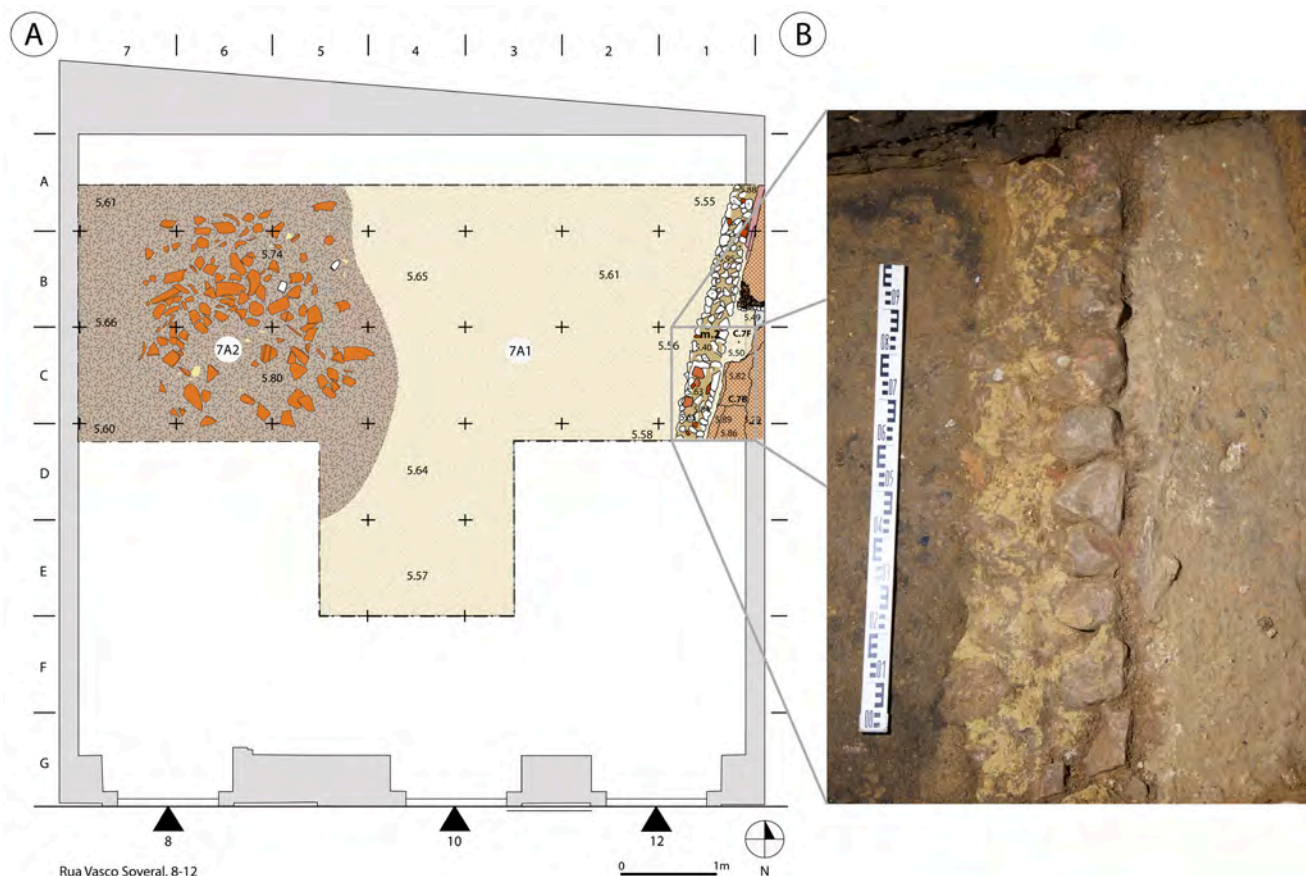


Fig. 5 - Rua Vasco Soveral, 8-12. A - Plano cumulativo de Época Romana. B – Destaque para o muro 2 com restos do pavimento da primeira fase, em *opus signinum*, de provável tanque (C. 7F). Levantamento de Júlio Costa e Teresa Rita Pereira. Fotografia de Antónia Coelho-Soares.

coloração castanho-amarelada clara, por vezes com lentículas ligeiramente acinzentadas, quase estéril, com excepção de alguns fragmentos de cerâmica atribuíveis à Idade do Ferro orientalizante; espessura máxima cerca de 30 cm.

C.9 - Sedimento arenoso de cor amarelada, praticamente estéril, à excepção de raros fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro orientalizante; espessura máxima cerca de 50 cm.

C.10- Areias resultantes da desagregação da formação geológica de base (arenito mal consolidado do Plio-Plistocénico).

3. DINÂMICA OCUPACIONAL

A informação estratigráfica associada à cultura material permitiu reconstituir a seguinte dinâmica de ocupação:

3.1. IDADE DO FERRO ORIENTALIZANTE

O lote em análise não forneceu materiais deste período em contexto primário. Os escassos materiais sidéricos (exclusivamente cerâmicos) detectados nas camadas 8 e 9 (fig. 6) chegaram ao local por efeito de agentes da geodinâmica externa, carreados de áreas de cota mais elevada, embalados, pois, em formação sedimentar coluvionar.

Obeve-se, assim, uma pequena amostra (NMI=14) quase exclusivamente constituída por cerâmica cinzenta (NMI=11), frequência elevada que se tem observado em outros *loci* escavados na Colina de Santa Maria (Tavares da Silva *et al.* 2014, Tavares da Silva 2018b, Tavares da Silva - Coelho-Soares - Duarte 2018); os restantes indivíduos são de cerâmica comum (fig. 6).

A cerâmica cinzenta da RVS 8-12 distribui-se pelas formas Abul I (prato/taça de bordo em aba sub-horizontal – cf. Abul IB – e duas taças de bordo em S curto, possuindo concavidade externa separada do bojo por carena – cf. Abul IC); Abul II,

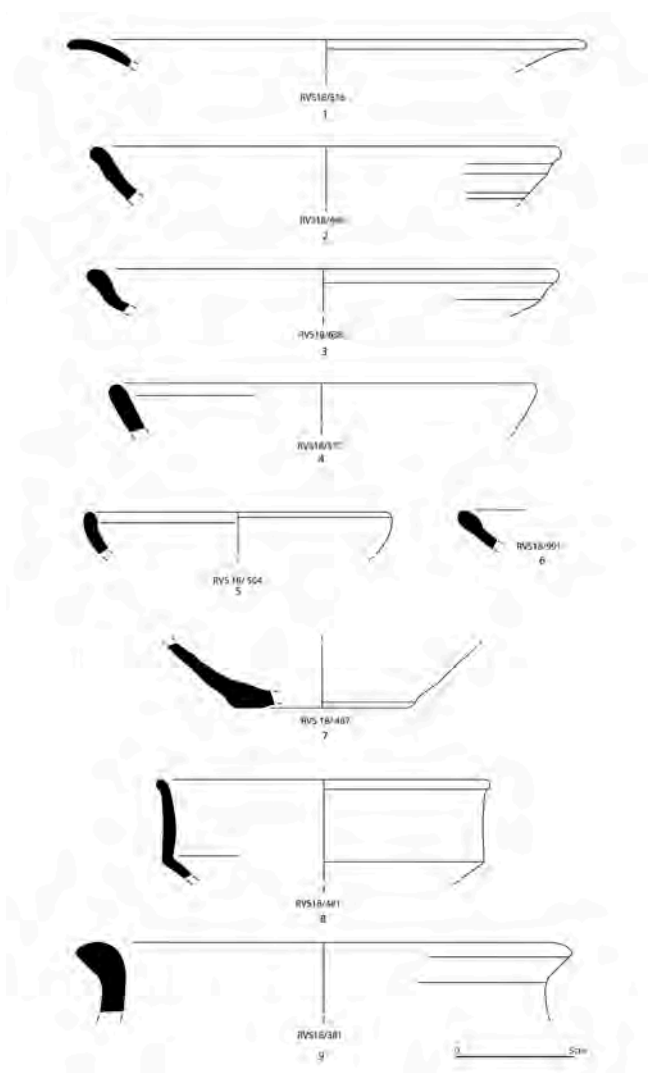


Fig. 6 - Rua Vasco Soveral, 8-12. Ocupação da Idade do Ferro. 1 a 8 - cerâmica cinzenta orientalizante; 9 - cerâmica comum ao torno oxidante. Desenhos de Susana Duarte e Teresa Rita Pereira.

com seis indivíduos, sendo um de bordo simples e ligeiramente encurvado para o interior (Abul IIB2) e cinco de bordo com espessamento interno convexo (Abul IIC1); Abul III (taça carenada), na variante Abul IIIB.

Todas estas formas estão presentes no estabelecimento fenício de Abul A: a Abul IB atinge a máxima frequência relativa na Fase I e decresce na Fase II; a forma Abul IC é vestigial, a IIB2, frequente e a IIC1, muito frequente em ambas as fases; a Abul IIIB é muito rara (Mayet - Tavares da Silva 2000: Tabl. 11). Relativamente ao santuário dos finais do século VI - século V a.C. de Abul B, as formas IB e IC são raras, a IIB2 é muito frequente, e a IIC1, a mais frequente; a forma IIIB está ausente (*ibidem*: Tabl. 22).

Surgiu um fragmento de fundo de base

ligeiramente côncava e pé marcado (Abul 2.2), tipo corrente em Abul A e B.

Na cor das superfícies, predomina grandemente o negro ou cinzento escuro, próprios do fabrico B de Abul (10 indivíduos); só um indivíduo, pertencente à forma Abul IIC1, possui superfícies cinzento-claras, sendo assimilável ao grupo A de Abul.

A frequência do fabrico B de Abul equipara-se, em número de exemplares, à do fabrico A na Fase I do estabelecimento fenício; duplica na Fase II e torna-se ainda mais abundante no santuário de Abul B (*ibidem*: Tabls. 9 e 21).

A cerâmica comum (NMI=3) distribui-se morfológicamente por: prato de bordo em aba sub-horizontal; tigela de parede ligeiramente encurvada para o interior e bordo simples; e recipiente fechado de colo subcilíndrico pouco acentuado e bordo em aba curta. As pastas são compactas com raros e.n.p. visíveis a olho nu; as superfícies, alisadas; a cozedura processou-se em ambiente ou totalmente redutor (tigela) ou redutor com fase de arrefecimento oxidante (prato e recipiente fechado).

Não obstante estarmos em presença de amostra reduzida e quase só constituída por cerâmica cinzenta, atrevemo-nos, com base nas cronotipologias identificadas a partir da cerâmica cinzenta de Abul, a considerá-la, em termos gerais, do Período Orientalizante, podendo remontar ao século VII (forma Abul IIIB), mas com indiscutível prolongamento pelo século VI a.C. (elevada frequência relativa das superfícies próprias do Fabrico B de Abul).

3.2. ÉPOCA ROMANA

Grande parte do lote foi utilizado como depósito de entulhos nos finais do século IV/ século V, de acordo com os mais recentes tipos anfóricos aí encontrados (principalmente Almagro 51c, variante C e Almagro 51a-b), a *terra sigillata* africana D, nas formas Hayes 61B e 91 (?), um numisma de Constâncio II (355-361 d.C.) e três numismas de Valentiniano II (373-385 d.C.). Os vestígios de ocupação romana anteriores foram recolhidos em contexto estratigráfico fechado somente na desmontagem de troço do muro 2 e respectivo tanque.

3.2.1. ESTRUTURAS. MURO 2 DE TANQUE/TINA

Muro de orientação NNE-SSW que se encontra parcialmente sob a parede nascente do edifício

em reabilitação, bem como sob o edifício contíguo (figs. 3 e 5). Este muro, muito destruído, foi colocado parcialmente à vista já no final da escavação, quando se corrigiu o alinhamento da parede da cave em construção com o do edifício existente. Observou-se em um comprimento de 2,70m; a sua largura média é de 25 a 30 cm. A altura máxima conservada na parte sub-aérea era de 40 cm e a do alicerce atingia os 30-35 cm. Procedemos à desmontagem parcial do mesmo, em uma área de cerca de 1,10x0,80 m, o que permitiu a sua datação, a recolha de importante informação estratigráfica, bem como o conhecimento das técnicas de construção. O restante muro ficou incluído na parede do imóvel. O muro 2 era constituído por blocos pequenos e médios de calcário comum, calcarenito do Miocénico, brecha da Arrábida e fragmentos de cerâmica de construção, ligados por grande quantidade de argamassa de cal e areia de cor amarelada. Com o paramento oriental deste muro, faz corpo um tanque (observado em área muito restrita) com duas fases de construção registadas através da presença de dois pavimentos sobrepostos, ambos de *opus signinum* (Cs. 7C e 7F-G).

O pavimento mais antigo do tanque (fig. 3) formou-se a partir do topo do alicerce do muro 2, cuja construção foi atribuída ao Alto Império. É em *opus signinum* branco-acinzentado claro, rico em cal, areia e calcário moído (brita), e assentou sobre espessa infra-estrutura constituída por várias camadas de materiais inertes finos e compactados (C. 7J), ou grosseiros e heterométricos (Cs.7I e 7K), ou mesmo de tipo enrocamento (C. 7H).

O segundo pavimento do tanque (fig. 3), do qual subsistia uma pequena área do fundo, sem vestígios do arranque de paredes, foi constituído por *opus signinum* rico em pequenos fragmentos de cerâmica, distinguindo-se do anterior pela cor rosada e por maior friabilidade. No entanto, a técnica construtiva persistiu. O pavimento assentou em infra-estrutura formada por diferentes camadas que testemunham similar técnica construtiva.

Na estrutura de assentamento do primeiro pavimento de *opus signinum* que o tanque recebeu, indicando uma cronologia alto-imperial para esta construção, foram recuperados dois fragmentos de ânfora Dressel 14. O tanque viria a receber um segundo pavimento em momento indeterminado do Baixo-império (fragmento de bordo de ânfora Almagro 51 c, variante C).

A hipótese de se tratar de um tanque de oficina de salga de peixe, que primeiro se colocou, foi abandonada, uma vez que o lote se situa em plena

área residencial. A hipótese que por agora nos parece mais plausível é a de se tratar de um tanque de pátio/jardim de presumível *domus*, já que nas proximidades foram identificados vestígios de casas deste tipo. No mesmo sentido, aponta o aparecimento de um pequeno capitel de estilo corintizante, de fabrico cuidado, na base da entulheira acumulada durante o Baixo Império a expensas de entulhos ricos em *imbrices*, claramente resultantes da destruição de telhado(s), mas onde surgiram também fragmentos de estuque, alguns pintados com bandas vermelhas, e *tesselae* idênticas às utilizadas nos pavimentos musivos da Casa dos Mosaicos (calcários branco, cinzento, vermelho e amarelo) (Tavares da Silva - Soares - Wrench 2010, 2011) (Quadro 1).

3.2.2. CAPITEL DE COLUNA, DE ESTILO CORINTIZANTE, DECORADO COM MOTIVOS VEGETALISTAS

O exemplar em questão insere-se nos padrões normais de ornamentação deste tipo de peças. O capitel organiza-se em dois registos decorativos do *kalathos* (corpo da peça). O registo inferior possui folhas de estilo acantizante, esquemáticas na sua decoração. A *imma folia* (andar inferior ou primeira coroa de folhas do capitel) é composta por seis elementos foliáceos, os quais aderem ao *kalathos* somente dele se libertando na sua parte superior, com encurvamento acentuado para o exterior (fig. 7).

Quatro pequenos lóbulos dispõem-se de cada lado de uma nervura central, axializada e vertical, de perfil triangular e apontada para a parte superior da folha. Os lóbulos separam-se entre si por sulco profundo. Cada lóbulo possui um tratamento linear, sublinhando-se a finalização apontada, em forma de gota, nos lóbulos inferiores e um ligeiro recorte nos restantes, procurando um efeito naturalista no eventual revirar da parte final do lóbulo. Pormenor decorativo cuidado, mas que já pouco tem a ver com a inspiração naturalista e orgânica que lhe deu origem.

O registo superior é composto por volutas vegetalistas que se localizam nos quatro ângulos da peça. Estas volutas aderem por completo ao *kalathos* e avançam para o exterior, na parte superior, acompanhando deste modo os ângulos do ábaco. Três folhinhas, ou lóbulos – com terminação similar às folhas da coroa inferior – dispõem-se ao longo de um caule alto que, superiormente, se desenvolve em roseta de três pétalas, com botão central ligeiramente espiraliforme, substituindo a tradicional voluta.



Fig. 7 - Rua Vasco Soveral, 8-12. Capitel em calcário, cor de marfim, de estilo “corintizante” recuperado na C.7A4. Foto de A. Coelho-Soares.



Fig. 8 - Rua Vasco Soveral, 8-12. Pormenor do capitel recuperado na C.7A4. Foto de A. Coelho-Soares.

As faces centrais do capitel encontram-se decoradas por quatro palmetas, uma em cada face. A organização é simétrica, bem equilibrada e de execução correta, sendo os motivos similares entre si. As pétalas, ou lóbulos, em número de seis cada uma, arrancam da parte superior da folha central da *imma folia* e distribuem-se em leque, cada uma arrancando da base. A terminação das hastes é circular, como que em “borla”, recurvando a superior sobre a inferior (fig. 8).

O ábaco é reentrante nos quatro lados, de perfil moldurado e ostentando quatro flores estilizadas compostas por três pétalas e com pistilo central, encontrando-se, no entanto, uma delas partida.

Vitrúvio, na sua obra *De Architectura*, não menciona este tipo de capitel, integrando-o, a par de outros, num mesmo conjunto caracterizado por apresentar decorações variadas⁴. Do capitel coríntio reemprega a mesma morfologia, o ábaco decorado e alguns dos elementos vegetalistas, como seja o caso da coroa inferior de folhas, ainda que desapareça a segunda coroa, sendo substituída por motivos ornamentais variados. As volutas são substituídas por folhas alongadas que se posicionam nos quatro ângulos, traduzindo o que é designado por Patrizio Pensabene (1973) como uma “vegetalização das volutas”.

Esta progressiva vegetalização dos capitéis é um processo que se observa a partir dos sécs. I e II d.C. e que se traduz essencialmente na recuperação de alguns ornamentos helenísticos (Pensabene 1973: 218). Será precisamente esta característica da vegetalização dos vários elementos do capitel que levou à sua individualização, realizada pela primeira vez por Ronczewsky em 1923, na análise que realiza sobre capitéis romanos com decoração variada. Os principais grupos decorativos então considerados – o liriforme, o do cálice central e o duplo S – foram, posteriormente, individualizados com outras variantes, por P. Pensabene, tendo por base o estudo dos capitéis de Óstia (*ibidem*: 230-250).

Além das dissemelhanças mencionadas que o capitel corintizante estabelece em relação ao tradicional capitel coríntio, a outra grande diferença consiste na decoração que as faces do *kalathos* passam a ostentar. Ao invés de uma segunda coroa de folhas e dos tradicionais caulículos, hélices e arranques das volutas, o espaço, liberto de tais ornamentos é agora integralmente preenchido por motivos exclusivamente vegetais e florais que

não seguem um padrão rígido. É precisamente esta liberdade ornamental que atrairá o gosto por este tipo de capitel.

A grande difusão que este tipo de capitel teve por todo o império prende-se certamente com a menor rigidez do léxico decorativo e com uma intensa e extensa divulgação dos cartões decorativos. As matrizes preestabelecidas não excluem motivos indígenas, apropriações locais, modismos pontuais. O emprego dos ornamentos padronizados é, com efeito, o mais corrente ainda que não seja inusitado o aparecimento de decorações para as quais se desconhecem paralelos (Fernandes 1997: 426).

Os exemplares mais antigos surgem em Pompeia, quer em peças encontradas *in situ*, quer através dos frescos que os representam, constituindo uma fonte iconográfica preciosa. Estas peças encontram-se geralmente associadas a edifícios privados. Relativamente aos exemplares hispânicos, diz-nos Gutiérrez-Behemerid que "... En líneas generales, los capiteles corintizantes no fueron utilizados en grandes edificios públicos sino que a menudo formaron parte de pequeñas

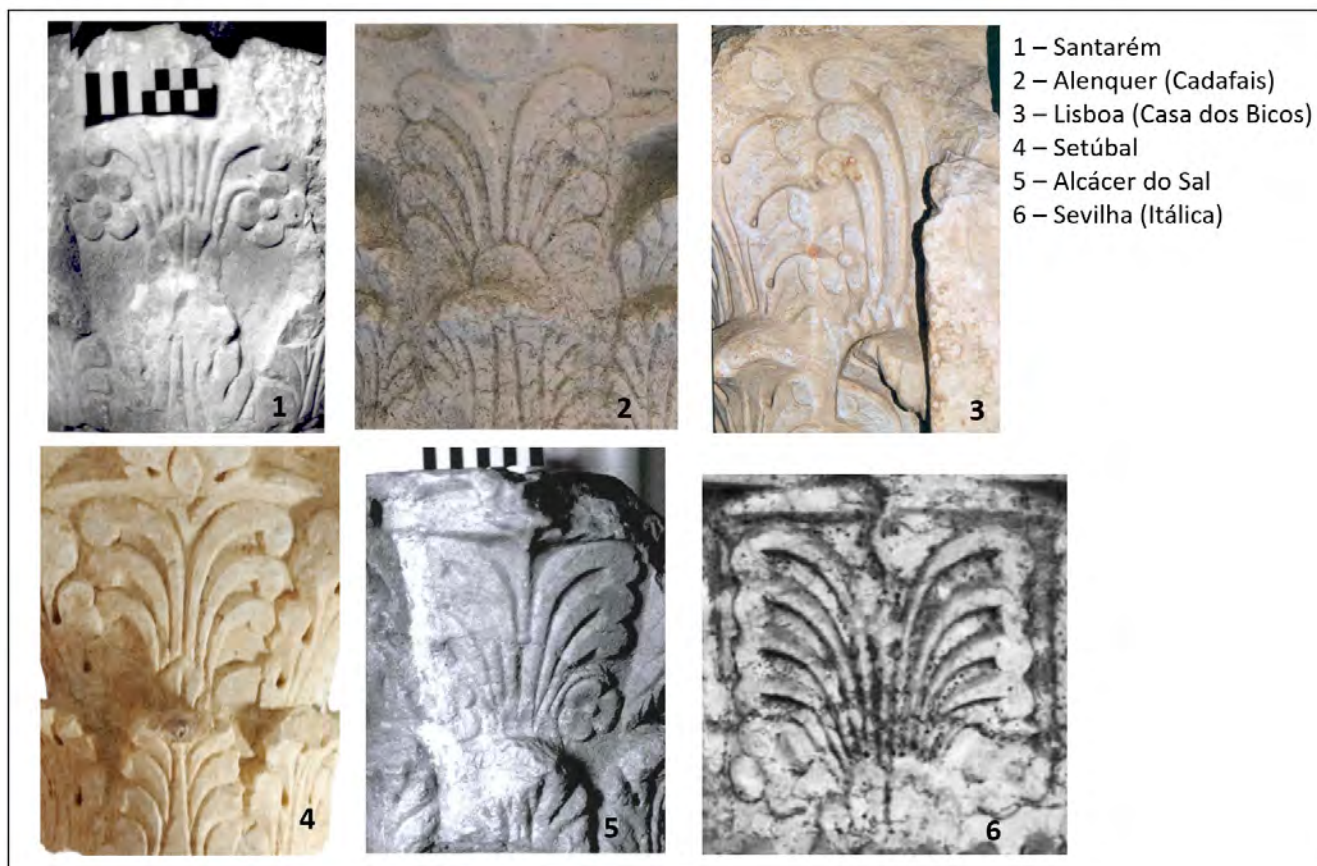


Fig. 9 - Pormenor de palmetas em capitéis de estilo corintizante de Santarém, Alenquer, Lisboa, Setúbal, Alcácer do Sal e Sevilha (Itália).



Fig. 10 - Rua Vasco Soveral, 8-12. Pormenor do capitel exumado da C.7A4, vendo-se um espigão metálico que restaurou a parte mais saliente de uma das folhas, da coroa inferior, que se teria partido. Foto de A. Coelho-Soares.

construcciones, de casas privadas, peristilos o de decoración de interiores ...” (1992: 183 e 184).

É precisamente o que podemos afirmar acerca deste pequeno exemplar encontrado em *Caetobriga*, com a altura total de 22cm, de calcário branco, provavelmente da zona de Lisboa.

As suas dimensões são as adequadas a um espaço privado, eventualmente um peristilo ou o *triclinium*. A sua ornamentação remete para peças corintzantes já perfeitamente evolucionadas, onde a ornamentação, rígida, se encontra bem padronizada, pouco tendo a ver com o mundo orgânico que está na base dos vários motivos vegetalistas do capitel coríntio.

Em Portugal, são vários os exemplares corintzantes conhecidos ainda que o seu número, do que temos conhecimento, não chegue aos

vinte exemplares (cf. Fernandes 2012: 131-148). No entanto, as especificidades decorativas que esta peça apresenta estabelecem relações diretas com quatro exemplares em território nacional. São eles: um exemplar de Cadafais (Alenquer), um encontrado na Casa dos Bicos (Lisboa), outro em Santarém e um capitel de Alcácer do Sal.

O motivo de que falamos, a palmeta com terminação dos lóbulos em forma circular (fig. 8), constitui uma morfologia tão distinta que apenas pode ser explicado pela divulgação e uso dos cartões decorativos, os designados “skizzen” ou “musterbücher”⁵.

A divulgação de modelos cartonados no império romano constituiu uma prática corrente e apenas assim se pode explicar a existência de pormenores ornamentais tão específicos e idênticos entre si se supusermos que estes modelos estariam pré-estabelecidos.

A palmeta com o pormenor das terminações lobulares da palmeta central em forma circular, como uma “borla”, pode ser entendida como estilo ou “tique de atelier”. Entendido este pormenor como tal, aproximá-riamos o exemplar em análise às peças de Lisboa (Casa dos Bicos), assim como às peças de Cadafais e de Santarém (fig. 9).

O exemplar de Alcácer do Sal, assim como um outro de Itálica podem, em nossa opinião, ser atribuídos a uma época mais tardia, possivelmente sécs. III/IV d.C. A peça de Itálica tem suscitado vários comentários que vão desde uma atribuição cronológica do séc. III d.C. (Gutiérrez-Behemerid 1992: nº 835), até datas tão avançadas quanto os sécs. IV/V d.C. (Domingo Magaña 2011: 148-149, nº 185), ou mesmo os sécs. V/VI d.C. (Ahrens 2002: 107-124, nº 15), sem que seja demonstrada qualquer razão válida para tal, enquanto T. Hauschild o atribui, mais de acordo com a nossa opinião, à terceira ou quarta centúria (Hauschild 1968: 280, lám. 87b), cronologia mais de acordo com o contexto da “Casa de Hilas”, datada pelos seus mosaicos dos inícios do séc. III d.C. (Rueda Roigé 2002-2003: 7-20) (fig. 9).

Em relação aos restantes exemplares acima indicados, apontá-riamos cronologias mais antigas, como acontece com o exemplar de Cadafais que atribuímos ao séc. II d.C. (Fernandes 2012: 131-148), ao capitel da Casa dos Bicos (Fernandes 1999: 113-135) e de Santarém (Fernandes 2003: 65-80) ambos com idêntico leque cronológico, o mesmo acontecendo com o presente exemplar. Na medida em que este exemplar surgiu em deposição secundária não possuímos outros elementos que auxiliem numa

precisão cronológica mais restrita que o leque que apontamos, enquadrando-se, em nossa opinião, nos meados ou segunda metade da segunda centúria.

O capitel corintizante concentra-se essencialmente na parte sul da Península Ibérica e este capitel de Setúbal sublinha esta ideia, a qual se deverá prender com itinerários preferenciais de oficinas provinciais. Com efeito, os rios Tejo e Sado, assim como as vias terrestres que ligavam *Caetobriga - Salacia - Eborac - Augusta Emerita* ou, pela via mais a sul que, por *Pax Iulia - Serpa*, ligaria a Itálica, são vias naturais por onde novos produtos e novos modelos poderiam ser disseminados. O mármore do anticlinal de Estremoz ou o calcário da zona de Sintra, encontram-se presentes na província da Bética em cidades como Itálica, *Hispalis*, *Iliipa Magna*, *Baelo Claudia* ou a região de Huelva (Taylor et al. 2017: 23-31). Não seria, pois, de estranhar a existência de um comércio de cartões entre estas zonas mais a sul e a região centro/sul do atual território nacional.

A qualidade do talhe do nosso capitel aproxima-o das peças de Cadafais, Santarém e Lisboa, o que nos permite apontar para uma oficina que abasteceria *Felicitas Iulia Olisipo*, assim como o território circundante. As peças de Alcácer e de Itálica, por serem provavelmente mais tardias,

afastam-se do capitel de Setúbal. Isso parece notório na sua decoração, sendo de destacar a simplicidade *imma folia*, no caso da de Alcácer, e o esquematismo dos mesmos elementos na de Itálica.

Não poderíamos deixar de mencionar que o proprietário que encomendou esta peça, a par de outras que decorariam a sua *domus*, teve grande cuidado na escolha dos capitéis e dos motivos apelativos, com forte recurso aos efeitos de claro/escuro, que os ornamentavam. Apenas assim se compreende o zelo com que mandou restaurar o presente exemplar, o qual ostenta um pequeno espigão metálico que restaurou a parte mais saliente de uma das folhas da coroa inferior que ornamenta o capitel e que se teria partido (fig. 10).

3.2.3. TESSELAS

Da entulheira (C.7A) constituída no último quartel do século IV/ século V, recuperou-se, de entre abundantes materiais de construção e lixos domésticos ricos em fauna malacológica e ictiológica, cerca de dois milhares de tesselas (Quadro 1) muito provavelmente resultantes da destruição de pavimento(s) musivo(s), elaboradas maioritariamente em variedades de calcário disponíveis nas penínsulas

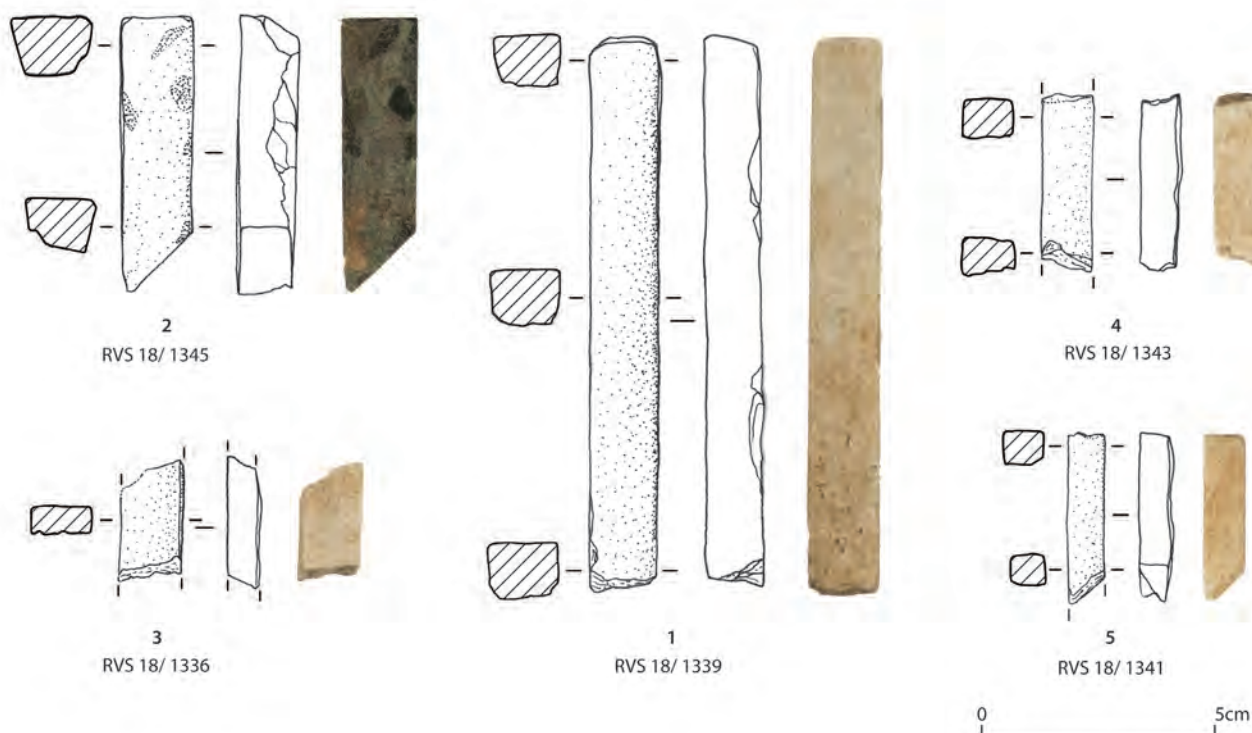


Fig. 11 - Rua Vasco Soveral, 8-12. Lingotes paralelepípedicos formados a partir do módulo de tesselas em calcário branco e acinzentado (n.ºs 1, 3 e 4), mármore branco (n.º 5) e mármore verde cipolino (n.º 2). Desenhos de Teresa Rita Pereira.

Cs.	Tesselas									Total
	Calcário (branco)	Calcário (vermelho) de Sintra	Calcário (acinzentado)	Calcário (amarelo) de Negrais	Calcário (negro)	Basalto	Quartzo (acinzentado)	Mármore (branco)	Cerâmica	
6A	14	8	1	3					4	30
6B	27	10		2		30				69
7	7	2	1	4		6				20
7A1	65	22	39	3		4	1		10	144
7A2	603	295	265	68	72	16	6		77	1402
7A3	285	130	97	31	63	27		4	75	712
7A4	2	2				2				6
Total	1003	469	403	111	135	85	7	4	166	2383

Quadro 1 - Rua Vasco Soveral. Distribuição das tesselas pelas categorias litológicas e níveis estratigráficos (Cs. 6 e 7).

de Setúbal e Lisboa: branco e cinzento em Setúbal; as mesmas variedades, a que podemos acrescentar o encarnado de Sintra, o amarelo de Negrais e ainda o basalto, na península de Lisboa. Está ainda residualmente presente o mármore, indicando alguns prováveis contactos, não necessariamente directos, com o Alto Alentejo, ou mesmo extra-provinciais e o “verde cipollino”, claramente exógeno, quiçá do exterior da Hispânia. A margem norte do Tejo poderá ter sido o principal fornecedor de *Caetobriga* em *tessellae*, o que implicava vencer um percurso de cerca de 50 km, por terra e modo fluvial (esteiro de Coina), não se ajustando exactamente à ideia de utilização de litologias/oficinas locais (Lancha 1994), mas não advogando o recurso a pedreiras muito distantes. É provável que a matéria-prima circulasse já transformada em tesselas, como apontam algumas evidências, nomeadamente o “achado de milhares de tesselas brancas num compartimento selado da *pars rustica* da *uilla* da Granja dos Serrões (Sintra)” (Caetano 2014: 214), mas não podemos descartar outras formas de comercialização da matéria-prima, como indicam os lingotes prismáticos prefigurando na sua secção transversal a do pequeno cubo da tessela, encontrados na entulheira da Rua Vasco Soveral; com efeito, recuperámos três prováveis lingotes de tesselas, paralelepípedicos, de calcário branco-acinzentado, mármore branco e verde cipollino (fig. 11) que nos podem indicar quiçá não a forma “corrente” de comercialização destes produtos, mas uma forma complementar destinada a pequenos retoques ou reparações: lingotes portáteis que o *tessellarius* teria à mão, por hipótese para finalizar ou corrigir uma obra. O processo produtivo da obra musiva, tão mal conhecido nas suas diferentes etapas

(Caetano 2007, 2014), é, no mínimo, interrogado por estes “pacotes” de tesselas “prontos a usar”.

3.2.4. IMBRICES COM MARCAS DE OLEIRO

Os materiais arqueológicos mais numerosos recolhidos nesta intervenção arqueológica foram fragmentos de *imbrices*, cujo peso ultrapassou as duas toneladas (Quadro 2). A sua presença foi interpretada como o resultado de colapso e/ ou remoção em época avançada do Baixo Império de telhado de *domus* existente nas proximidades, no âmbito de um processo de demolições de edifícios já abandonados a fim de se obter pedra para novas construções.

A produção oleira direcionada para os materiais de construção encontra-se mal conhecida na região; na olaria da Herdade do Pinheiro foi identificado um forno, mas não a respectiva entulheira (Mayet - Tavares da Silva 1998: 43-47). Não será de eliminar a hipótese de as grandes obras de construção de *domus* ou de *pars urbana* de *villae* terem contado com olaria própria de materiais de construção. No entanto, o registo de telhas romanas com marcas de oleiro dá-nos conta de uma fileira produtiva mais complexa, na qual a laboração dos fornos de materiais de construção poderia possuir autonomia em relação aos empreendimentos construtivos antes referidos.

Com efeito, além da abundância de *imbrices*, o sítio da Rua Vasco Soveral forneceu sete exemplares de produção aparentemente exógena com marcas de oleiro, o que constitui uma novidade regional e uma rara ocorrência em termos mais amplos. As marcas correspondem a dois punções até agora



Fig. 12 - Rua Vasco Soveral, 8-12. *Imbrices* com marcas de oleiro em cartelas sub-retangulares: a marca **POC** é relevada (quatro exemplares) e a **LPFV**, impressa (três exemplares). Foram exumados das Cs. 7A1, 7A2, 7A3 e 7A4. Fotos de A. Coelho-Soares.

desconhecidos nas olarias romanas do Sado (Mayet - Schmitt - Tavares da Silva 1996, Mayet - Tavares da Silva 2010, 2016), representativos de *tria nomina*: POC e LPFV (fig. 12). Da Quinta do Marim (Olhão) provém um *imbrex* com a marca IVNIORVM (Fabião *et al.* 2016: 119, fig. 7), marca que foi encontrada também em ânforas Almagro 50, datadas da segunda metade do

século III à primeira metade do século IV e recuperadas em oficina de salga de peixe também da Quinta do Marim (Tavares da Silva - Soares - Coelho-Soares 1992). Esta mesma marca de oleiro foi encontrada no naufrágio Cabrera III (Bost *et al.* 1992). Em alguns exemplares de *tegulae* provenientes do Algarve, M.^a Luísa da Veiga S. Pereira (1974-1977) identificou, além

IMBRICES				
Camada	Peso (kg)	Número de Fragmentos	Número de Cantos	NMI
7A1	1202	4992	700	175
7A2	888	4097	470	118
7A3	306	1525	167	42
7A4	18	28	5	2
TOTAL	2414	10642	1342	337

TEGULAE				
Camada	Peso (kg)	Número de Fragmentos	Número de Cantos	NMI
7A1	8	12	2	1
7A2	4	8	2	1
7A3	25	36	13	5
7A4	3,5	2	0	1
TOTAL	40,5	58	17	8

TIJOLEIRAS				
Camada	Peso (kg)	Número de Fragmentos	Número de Cantos	NMI
7A1	88	106	36	9
7A2	80,5	127	60	15
7A3	120,5	178	42	11
7A4	28	15	11	3
TOTAL	317	426	149	38

T. QUADRANTE				
Camada	Peso (kg)	Número de Fragmentos	Número de Cantos	NMI
7A1	5	4	1	1
7A4	1,5	1	2	1
TOTAL	6,5	5	3	2

T. SUSPENSURA				
Camada	Peso (kg)	Número de Fragmentos	Número de Cantos	NMI
7A1	1	1	4	1
TOTAL	1	1	4	1

Quadro 2 - Rua Vasco Soveral. Distribuição dos materiais de construção romanos pelos níveis estratigráficos. Para a obtenção do NMI de *imbrices* obtivemos o quociente NC (número de cantos) / 4 = 337. Este resultado pouco se afasta do quociente: PF/8Kg = 301, correspondendo 8Kg ao peso médio de um *imbrax*.

daquela, a marca AEMHEL, também presente em recipientes anfóricos da forma Almagro 50 quer no Algarve quer na ilha do Pessegueiro (Tavares da Silva - Soares 1993). Não é, pois, improvável que as marcas de oleiros agora identificadas sobre telhas venham a surgir igualmente em contentores anfóricos.

3.2.5. CERÂMICA FINA DE MESA E ILUMINAÇÃO

A amostra de *terra sigillata* exumada (NMI=22 – Quadro 3, figs. 13 e 14) revela um leque cronológico compreendido entre o século I d.C. (especialmente a 2ª metade) e o século V d.C.

A ocupação do Alto Império está documentada por *terra sigillata* de tipo itálico (NMI=1

Tipo	C.5		C.6B		C.7A		C.8		Total	
	NF	NMI	NF	NMI	NF	NMI	NF	NMI	NF	NMI
Tipo itálico					1	1			1	1
Sudgálica	2	1	4	4	11	7	1	1	18	13
Drag.27					4	4			4	4
Drag.24/25			1	1	1	1	1	1	3	3
Ritt.12C			1	1					1	1
Drag.18			1	1					1	1
Drag.15/17	1	1							1	1
Drag.30?					1	1			1	1
Ind.	1**		1	1*	5	1			7	2
Hispânica ind.			1	1	1	1			2	2
Africana A			1	1					1	1
Hayes 14/17			1	1					1	1
Africana C	1	1			1		1	1	3	2
Hayes 50	1	1					1	1	2	2
Ind.					1				1	
Africana D			1		3	2	1	1	5	3
Hayes 61B							1	1	1	1
Hayes 91?					1	1			1	1
Ind.			1		2	1			3	1
Total	3	2	7	6	17	11	3	3	30	22

* marmoreada; ** fundo com marca muito incompleta

Quadro 3 - Rua Vasco Soveral. *Terra sigillata* distribuída pelos níveis estratigráficos.

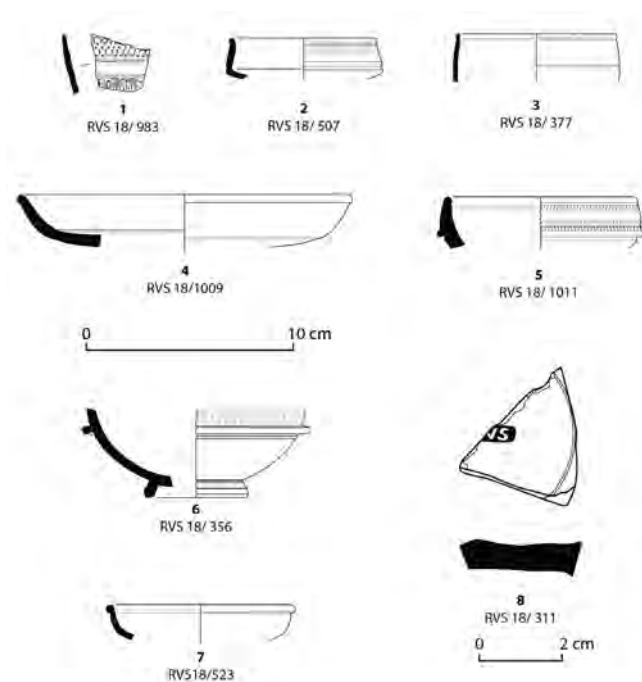


Fig. 13 - Rua Vasco Soveral, 8-12. Paredes Finas: 1- forma Mayet XIII (C.7); 2 - Mayet XXV (C.7); 3 - Mayet XXXVII (C.7A). *Terra sigillata* sudgálica: 4- forma Drag. 18 (C. 6B); 5- Drag. 24/25 (C.8); 6 - Drag. 24/25 (C.7A); 7 - Drag. 27 (C.7A); 8 - forma indeterminada com marca de oleiro (C.5). Desenhos de Teresa Rita Pereira.

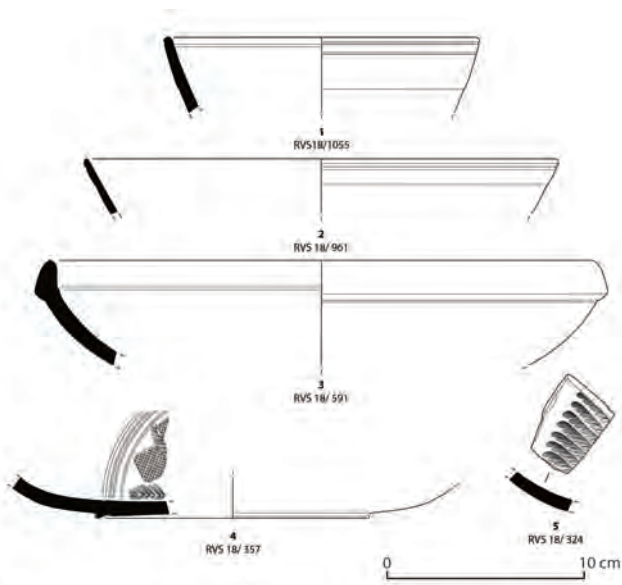


Fig. 14 - Rua Vasco Soveral, 8-12. *Terra sigillata* africana: 1 - Africana A, forma Hayes 14/17 (C. 6B); 2 - Africana C, Hayes 50 (C.8); 3 - Africana D, Hayes 61B (C.8); 4 - Africana D, forma indeterminada com decoração estampada (C.7); 5 - Africana D, Hayes 91? (C.7A). Desenhos de Teresa Rita Pereira.

de forma indeterminada), *terra sigillata* sudgálica (NMI=13) nas formas Drag. 27, Drag. 24/25, Ritt. 12 (var. C de Genin 2007), Drag. 18 (var. B de Genin 2007), Drag. 15/17 e Drag. 30(?) e um exemplar de forma indeterminada com marca AS [] ou [] VS e rara *terra sigillata* hispânica (NMI=2) de formas indeterminadas

(fig. 13, n.º 4-8).

O século III está mal representado, à semelhança do que se tem verificado através de outras intervenções arqueológicas no casco histórico de Setúbal (fig. 15): são escassos os exemplares de *terra sigillata* africana A (um exemplar da forma Hayes 14/17) e de *terra sigillata* africana C (dois da forma Hayes 50) (fig. 14).

Com três exemplares, a *terra sigillata* africana D distribui-se pelas formas 61B e 91(?) e oferece um fundo de forma indeterminada, internamente com decoração estampada, mal impressa, do estilo A de Hayes (1972), constituída por quadrados reticulados em diagonal (tipo Hayes 69), alternando com palmetas (tipo Hayes 4) (fig. 14).

O Alto Império conta ainda com cerâmica de paredes finas (NMI=4) nas formas Mayet XIII, XXV e XXXVII (fig. 13, n.º 1-3), e três fragmentos de lucernas (fig. 16), dois deles pertencentes provavelmente ao mesmo indivíduo, atribuível ao tipo Dressel-Lamboglia 14 ou VA de Deneauve (1969).

3.2.6. ÂNFORAS

O material anfórico romano da Rua Vasco Soveral, 8-12 (fig. 17) é constituído por 98 fragmentos classificáveis (bordos, asas, bicos fundeiros) que correspondem ao NMI = 41 (Quadro 4).

Predominam esmagadoramente as produções locais/regionais, com pastas do Sado/Tejo

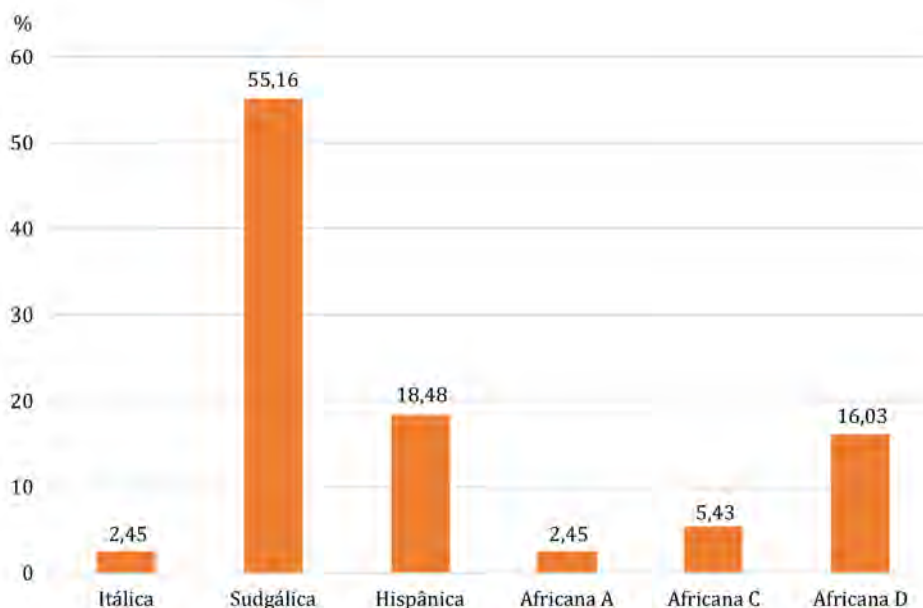


Fig. 15 - Distribuição quantitativa das categorias de *terra sigillata* proveniente do Centro Histórico de Setúbal (Praça de Bocage, Trav. João Galo, Rua Francisco A. Flamengo, Rua António Joaquim Granjo, Rua Arronches Junqueiro, Rua Vasco Soveral, 8-12).

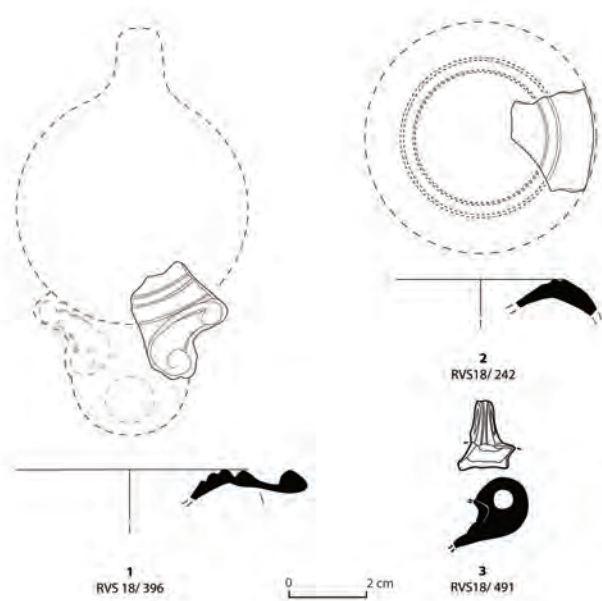


Fig. 16 - Rua Vasco Soveral, 8-12. Lucernas romanas: 1 - C.7A4; 2 - C.7A3; 3 - C.7. Desenhos de Teresa Rita Pereira.

(95,16%), reduzindo-se as de proveniência exógena a dois indivíduos, ambos piscícolas e de origem bética costeira (Dressel 7/11 e Beltrán II), que teriam chegado a *Caetobriga* provavelmente em fase anterior ao período áureo do fabrico de preparados

de peixe na povoação sadina, período centrado na segunda metade do século I d.C.

No que concerne às produções locais/regionais são dominadas por ânforas de fase tardia do Baixo Império (2ª metade do século IV/ século V): formas Almagro 51c, na variante C, e Almagro 51 a-b, que ocorrem na C.7A, integrando os entulhos (*imbrices*, *tesselae*, mármore, estuques, capitel) presumivelmente resultantes da desmontagem de edifício nobre, tendo em vista a obtenção de pedra, como já se havia verificado no vizinho lote nº19 da Rua António Joaquim Granjo (Tavares da Silva 2018a).

As ânforas lusitanas do Alto Império pertencem exclusivamente à forma Dressel 14 (NMI=10), nas variantes A, B e C; embora tenham surgido fora de contexto original, teriam integrado o horizonte de ocupação dos séculos I e II d.C., juntamente com as paredes finas, a *terra sigillata* sudgálica e a hispânica associadas ao edifício nobre que teria existido nas imediações do lote agora escavado.

3.3. ABANDONO TARDO-ROMANO E OCUPAÇÃO ISLÂMICA

Na C.6B, depósito de sedimentos coluvionares carreados de zonas de cota mais elevada,

Proveniência	Formas	Camadas												Total			
		C.5		C.6		C.7A		C.7B		C.7i		C.8		NF	%	NMI	%
		NF	NMI	NF	NMI	NF	NMI	NF	NMI	NF	NMI	NF	NMI	NF	%	NMI	%
Sado/Tejo	Ânforas ind.	4		5		5		1				2		17	17,3		
	Dressel 14	3	3	15	3	10	3			2		2	1	32	32,7	10	24,4
	variante A					1	1							1		1	
	variante B	1	1	1	1									2		2	
	variante C			1	1	1	1				1	1		3		3	
	variante ind.	2	2	13	1	8	1			2				26		4	
	Almagro 51C	2	1	7	6	17	12	1	1					27	27,6	20	48,8
	variante B	1	1	2	1									3		2	
	variante C			3	3	10	10	1	1					14		14	
	variante ind.	1		2	2	7	2							10		4	
	Almagro 50	1		3	3									4	4,08	3	7,3
	Almagro 50/Sado 1 var.B			1	1								1		2	2,04	1
Almagro 51 a-b	3	2	2		3	1						2	1	10	10,2	4	9,8
Sado 1 (var.B)			1	1										1	1,02	1	2,4
Bética costeira	Dressel 7-11					1	1							1	1,02	1	2,4
	Beltran II			1	1									1	1,02	1	2,4
Indeterminada		1		1		1								3	3,06		
Total		14	6	36	15	37	17	2	1	2		7	2	98	100	41	100

Quadro 4 - Rua Vasco Soveral. Distribuição das ânforas pelos níveis estratigráficos e pelos locais de produção.

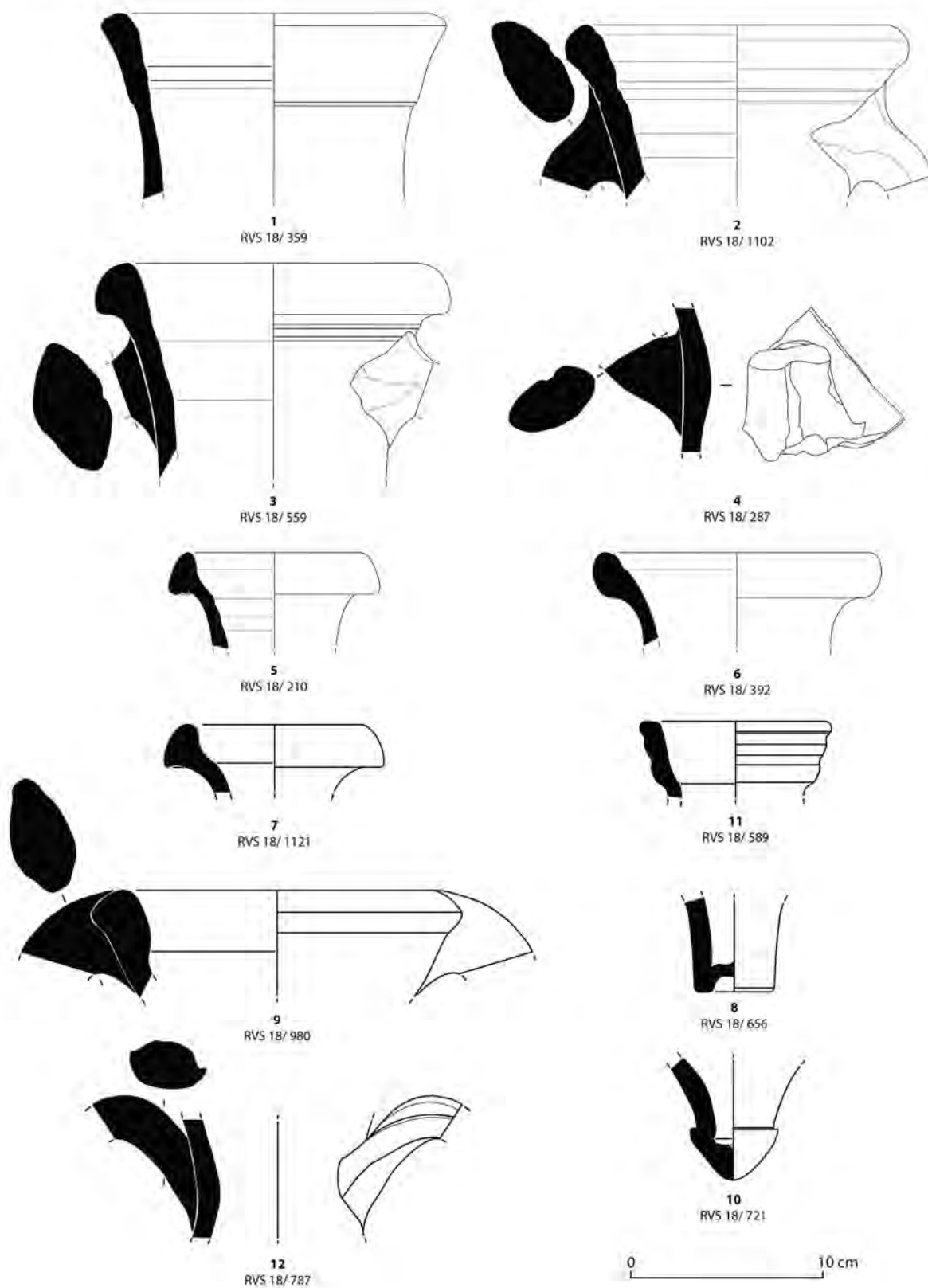


Fig. 17 - Rua Vasco Soveral, 8-12. Ânforas: 1 a 4 - Dressel 14; 5 a 8 - Almagro 51c; 9 e 10 - Almagro 50; 11 e 12 - Almagro 51a-b. Desenhos de Teresa Rita Pereira.

contendo materiais heterogêneos, da época romana, foram abertas fossas preenchidas por lixos domésticos durante o período taifa-almorávida (C.6A).

Setúbal, não detendo condições naturais ou artificiais de defesa, seria, no período islâmico, constituída por um aglomerado populacional com vocação marítima, possuindo condições portuárias de excelência face ao *hisn* de Palmela, proporcionadas pela sua ampla baía. O crescimento urbano de Setúbal estaria, porém, fortemente condicionado, sendo o castelo de Palmela o centro de referência estratégico-militar desta área, bem como a fortificação de Alcácer do Sal (Fernandes 2005).

As intervenções arqueológicas desenvolvidas no Centro Histórico têm vindo a revelar, ainda que paulatinamente, a presença de uma aldeia de cronologia islâmica. A par dos achados na Praça de Bocage e no Largo da Misericórdia, datados dos finais do século XI-inícios do século XII, salientam-se as estruturas de cais palafíticos na margem da baía - Avenida Luísa Todi (Soares 2000) -, bem como a necrópole islâmica da Rua Francisco Augusto Flamengo, cuja datação radiocarbónica está compreendida entre os finais do século X e meados do século XII (Tavares da Silva *et al.* 2010, 2014). Mais recentemente, na Rua António Joaquim Granjo, foram registadas estruturas negativas, com depósitos de detritos domésticos cronologicamente atribuíveis ao século XI-XII (Duarte 2018).

3.3.1. CERÂMICA ISLÂMICA

A fossa com lixos domésticos da C.6A integra 89 fragmentos cerâmicos (NMI= 65) atribuíveis ao século XI-XII (Quadro 5). O espólio oferece carácter doméstico, predominando a cerâmica comum, em que as formas de cozinha alcançam 34,83% (painéis 16 - 17,98%; caçoilas 13 - 14,61%; alguidares 2 - 2,25%) (fig. 18, nºs 3 a 7). A cerâmica de mesa está representada por fragmentos de bule, copo, jarrinha, púcaro e tigela em um total de 11 recipientes (12,36%). A cerâmica de armazenamento, com 7 exemplares (7,87%), distribui-se pelas formas de bilha, cântaro e pote. Ainda que residual, destacamos a presença de cerâmica de iluminação (1,12%) - fragmento de candil (fig. 18, nº 9) com paralelos em exemplar proveniente de Mértola, Tipo 1F dos candis (CR/CF/0015) datado de finais do século XI e século XII (Gómez 2006: 433); a actividade lúdica está representada por malha de jogo de contorno circular. O grupo de *diversos* contempla fragmentos de recipientes indeterminados com decoração pintada

a branco (24 - 26,97%) e 9 testos (10,11%) (fig. 18, nº 8). A cerâmica vidrada, apesar de pouco expressiva, surge sob a forma de taças vidradas a castanho melado e a verde (4,49%) (fig. 18, nº 1-2); a cerâmica esmaltada ocorre sob a forma de copo esmaltado a verde (1,12%).

3.4. IDADE MÉDIA CRISTÃ

Durante a Idade Média cristã a área do lote foi utilizada possivelmente como horta. Esta fase, sem edificações, corresponde ao espesso paleossolo da C.5; pode ser datada entre o final do Período Islâmico (século XII) e o século XV/XVI, quando o lote recebe entulhos (C.4C) previamente à construção do edifício da Época Moderna. O espólio recolhido no sedimento do paleossolo (C.5) corresponde, maioritariamente, a cerâmica comum com predomínio das formas de cozinha e atribuição cronológica ao século XV (fig. 19).

3.5. ÉPOCA MODERNA

Na Época Moderna foi edificada uma construção habitacional, muito provavelmente em finais do século XVI. A ela correspondem o embasamento dos muros exteriores do edifício em reabilitação e o muro interior (m.1), bem como os pisos de argamassa das camadas 4A e 4B que faziam corpo com o revestimento parietal do m.1. Os materiais que foram exumados da camada de regularização (C.4C) para o assentamento dos pisos de argamassa (Cs.4A e 4B) pertencem, maioritariamente, a cerâmica comum de contextos domésticos (fig. 20, nºs 2 e 3). A cerâmica de importação, apesar de residual, está representada por fragmento de majólica italiana de Montelupo (fig. 20, nº1). O piso de argamassa (C.4A) incorporou escassos fragmentos de recipientes cerâmicos de finais do século XVI: prato esmaltado a verde, fragmento de recipiente de cerâmica modelada, púcaro e panela em cerâmica comum (fig. 21).

3.5.1. MURO 1. ÉPOCA MODERNA

Muro de orientação norte-sul que atravessa transversalmente o lote intervencionado. Possui cerca de 4 metros de comprimento por 0,60 m de largura. É constituído por blocos médios e grandes de calcário comum, calcarenito do Miocénico, brecha da Arrábida e fragmentos de mármore branco reaproveitados, ligados por argamassa de cal e areia.

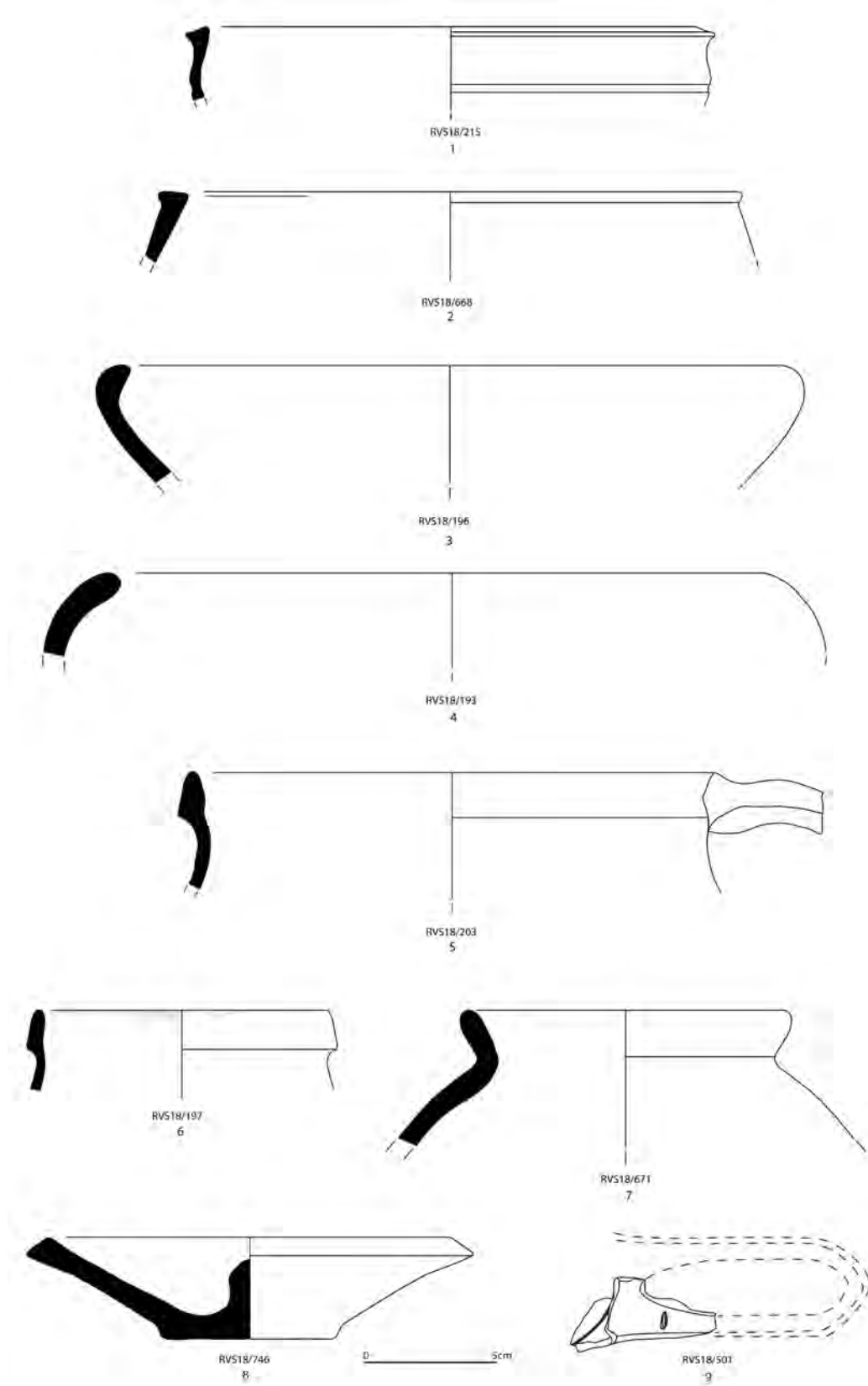


Fig. 18 - Rua Vasco Soveral, 8-12. Fossa islâmica (C.6A) com espólio dos séculos XI-XII. Cerâmica vidrada: 1 - taça vidrada a castanho melado; 2 - taça vidrada a verde. Cerâmica comum: 3 e 4 - caçoilas; 5 a 7 - painelas; 8 - testo; 9 - fragmento de candil. Desenhos de Susana Duarte e Teresa Rita Pereira.

	N	%
Cerâmica comum	84	94,38
<i>Cerâmica de cozinha</i>	31	34,83
Alguidar	2	2,25
Caçoila	13	14,61
Panela	16	17,98
<i>Cerâmica de mesa</i>	11	12,36
Bule	1	1,12
Copo	2	2,25
Jarrinha	3	3,37
Púcaro	4	4,49
Tigela	1	1,12
<i>Cerâmica de armazenamento</i>	7	7,87
Bilha	4	4,49
Cântaro	2	2,25
Pote	1	1,12
<i>Cerâmica de iluminação</i>	1	1,12
Candil	1	1,12
<i>Atividade lúdica</i>	1	1,12
Malha de jogo	1	1,12
<i>Diversos</i>	33	37,08
Testo	9	10,11
Forma ind. com pintura	24	26,97
Cerâmica esmaltada	1	1,12
<i>Cerâmica de mesa</i>	1	1,12
Copo	1	1,12
Cerâmica vidrada	4	4,49
<i>Cerâmica de mesa</i>	4	4,49
Taça	4	4,49
Total	89	100

Quadro 5 - Rua Vasco Soveral. Distribuição da cerâmica islâmica (C.6A) pelas categorias tecnológicas de produção cerâmica e respectivos grupos de carácter funcional.

Com este muro encontrava-se conectada uma soleira revestida por tijoleiras e adossada ao paramento ocidental. O vão por ela servido encontrava-se fechado, o que sugere uma desanexação do sector nascente do R/C do imóvel, com ligação directa ao arruamento. O muro 1, ligado às paredes exteriores do imóvel em reabilitação, fez parte do edifício construído nos finais do século XVI, cujo primeiro piso corresponde à camada 4A. O mesmo muro manteve-se em utilização até à actualidade.

3.5.2. EDIFÍCIO DOS SÉCULOS XVII/XVIII

Corresponde-lhe o piso de tijoleira das Cs.3A e 3B. Associados a este piso, foram recolhidos fragmentos cerâmicos que podem ser datados do século XVIII. A camada de enchimento (C.3C) para o assentamento do piso de tijoleira continha fragmentos cerâmicos com atribuição cronológica aos

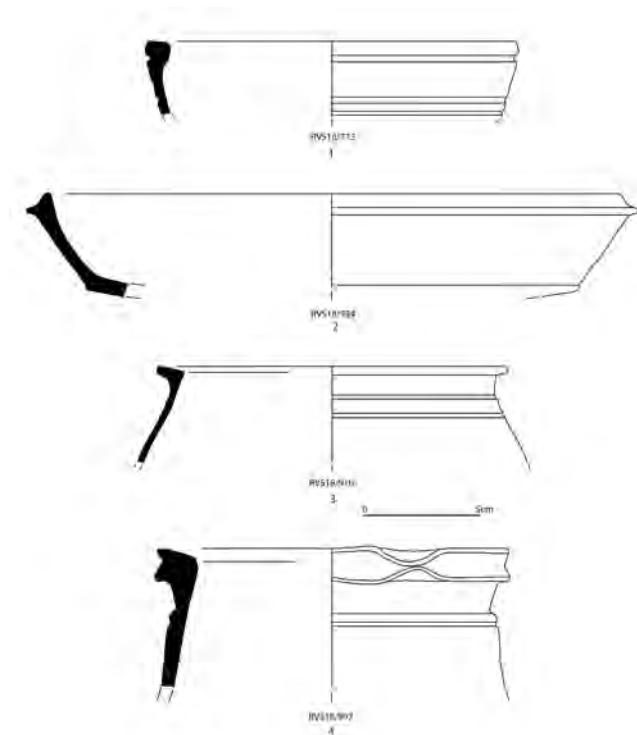


Fig. 19 - Rua Vasco Soveral, 8-12. Paleossolo (C.5). Cerâmica comum do século XV: 1 - tigela; 2 - caçoila; 3 e 4 - panelas. Desenhos de Susana Duarte.

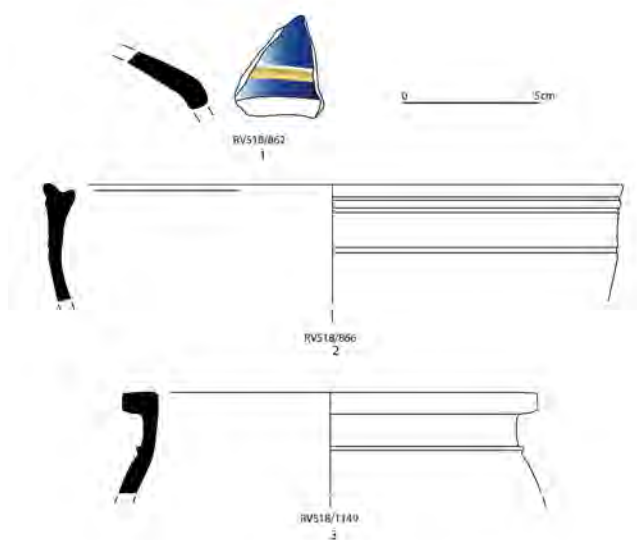


Fig. 20 - Rua Vasco Soveral, 8-12. C.4C. Cerâmicas do século XV-XVI: 1 - majólica italiana de Montelupo; 2 - caçoila em cerâmica comum; 3 - panela em cerâmica comum. Desenhos de Susana Duarte.

finais do século XVI-inícios do século XVII. A cerâmica comum detém as formas usuais de contextos domésticos. Salienta-se a presença de cerâmica esmaltada na forma de escudelas carenadas, podendo

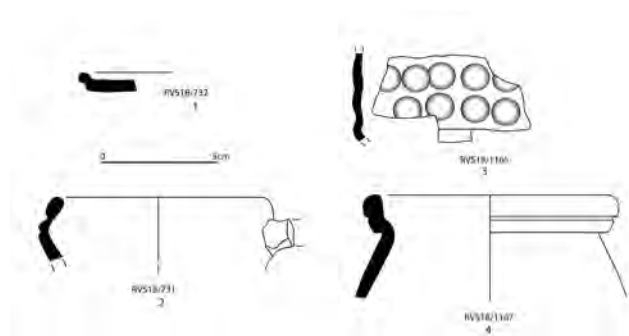


Fig. 21 - Rua Vasco Soveral, 8-12. C.4A (piso de argamassa). Recipientes cerâmicos de finais do século XVI: 1 - prato esmaltado a verde; 2 - púcaro em cerâmica comum; 3 - fragmento de recipiente de cerâmica modelada; 4 - panela em cerâmica comum. Desenhos de Susana Duarte.

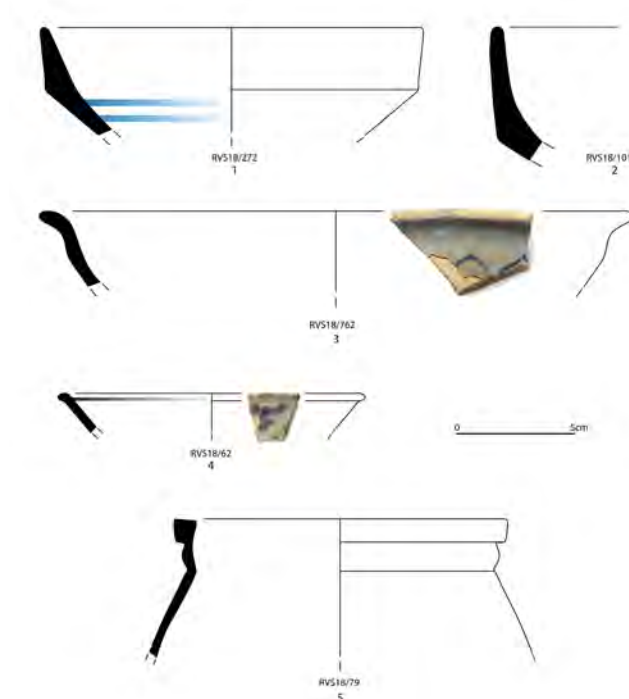


Fig. 22 - Rua Vasco Soveral, 8-12. C.3C (enchimento de regularização para assentamento do piso de tijoleira C.3A). Finais do século XVI - inícios do século XVII. Cerâmica esmaltada a branco estanífero: 1 e 2 - escudelas carenadas. Cerâmica de importação: 3 - majólica da Ligúria (taça) com esmalte berettino; 4 - porcelana chinesa (taça) da dinastia Ming. Cerâmica comum: 5 - panela. Desenhos de Susana Duarte e fotos de Arquivo MAEDS.

ostentar duas linhas concêntricas no interior (fig. 22, nºs 1 e 2) (Duarte - Tavares da Silva 2014). A cerâmica de importação está representada por uma taça de majólica italiana da Ligúria com esmalte berettino (Carta 2008) e taça de porcelana chinesa da dinastia Ming (fig. 22, nºs 3 e 4).

3.6. SISMO DE 1755 (?)

Talvez por efeito do sismo de 1755, tombaram blocos das paredes do edifício sobre o piso de tijoleira, cujo impacto criou “crateras” no mesmo. A reparação dessas depressões mostra que o pavimento continuou a ser utilizado sem grandes soluções de continuidade. O espólio proveniente da C.2B, que assentava sobre o piso de tijoleira, integrava cerâmica dos finais do século XVII da qual salientamos prato em faiança com decoração a azul e violeta de manganês com motivo de folhas de acanto (fig. 23, nº2) e fragmento de recipiente fechado, em faiança, com decoração vegetalista(?) a azul de cobalto e violeta de manganês com atribuição cronológica aos finais do século XVII/ primeira metade do século XVIII (fig. 23, nº3) (cf. Casimiro 2013). Estas faianças têm surgido em contextos da área urbana de Setúbal associados ao momento catastrófico do sismo de 1755 que ficou documentado na estrutura subterrânea de armazenagem de um imóvel residencial da Avenida Luísa Todi, 170-178 (Soares - Duarte - Tavares da Silva 2018) e no pavimento destruído escavado na Rua Álvaro Castelões (Duarte - Soares - Tavares da Silva 2014).

3.7. ÉPOCA CONTEMPORÂNEA

No momento pós-sismo, em algumas fachadas de edifícios civis do Centro Histórico de Setúbal foram colocados “registos” de azulejo de carácter devocional invocando, perante uma entidade de culto (santo), a proteção no âmbito de catástrofes (Coelho-Soares 2005-2007).

Na C.2B, correlacionada com a colocação do pavimento de soalho, surgiu uma tigela com decoração a castanho, produção da fábrica de loiça de Sacavém, divulgada entre 1910-1918 (fig. 23, n.º 1).

Em data posterior a 1926, o pavimento de tijoleira é substituído por soalho e respectiva caixa de ar (Cs.2A e 2B), e este, por pavimento de mosaico hidráulico, em meados do século XX. Finalmente, um pavimento cerâmico completa as alterações que o edifício quinhentista foi paulatinamente sofrendo.

4. CONCLUSÕES

A intervenção arqueológica na Rua Vasco Soveral 8-12 não revelou vestígios de ocupação *in situ* datados da Idade do Ferro; os escassos fragmentos cerâmicos desse período, remobilizados por agentes

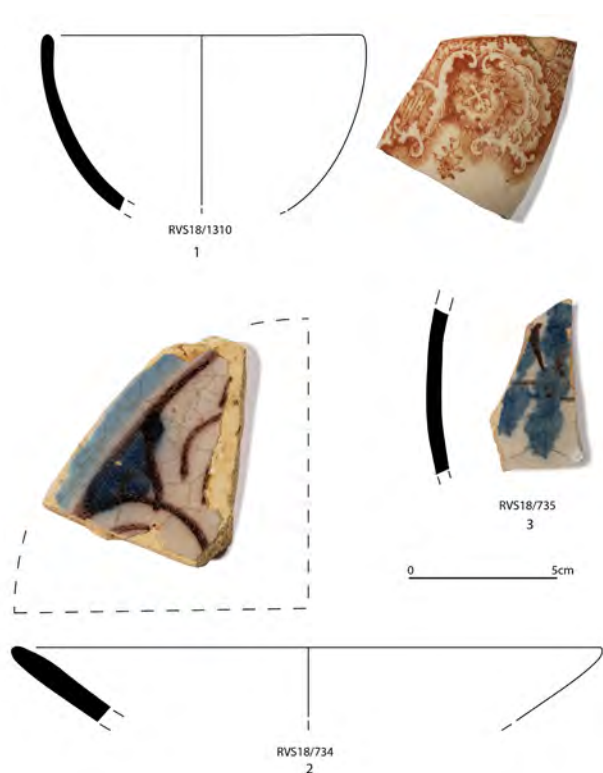


Fig. 23 - Rua Vasco Soveral, 8-12. Faiança proveniente da C.2B: 1 - tigela com decoração a castanho, da Fábrica de Loiça de Sacavém, em uso entre 1910 e 1918; 2 - prato com decoração a azul e violeta de manganês com motivo de folhas de acanto dos finais do século XVII; 3 - fragmento de recipiente fechado com decoração vegetalista (?) a azul de cobalto e violeta de manganês (finais do século XVII - primeira metade do século XVIII). Desenhos de Susana Duarte e fotos de A. Coelho-Soares.

naturais de áreas de cota mais elevada, corroboram o elevado grau de erosão do estrato sidérico, já anteriormente observado na Colina de Santa Maria (Tavares da Silva - Coelho-Soares - Duarte 2018). Embora escassas, essas cerâmicas (fig. 6) foram atribuídas ao círculo orientalizante ocidental e marítimo comandado por *Gadir* (Mayet - Tavares da Silva 2000). Tal como em outras intervenções arqueológicas na Colina de Santa Maria (Soares - Tavares da Silva 1986), verificou-se no nosso lote um hiato correspondente à II Idade do Ferro, época que continua por identificar na área urbana de Setúbal.

O período romano alto-imperial encontra-se representado por um tanque de função indeterminada integrável no horizonte de ocupação a que pertencem escassas ânforas importadas da Bética Costeira (formas Dressel 7-11 e Beltrán II), a ânfora Dressel 14 de produção local/regional, *terra sigillata* sudgálica, rara *terra sigillata* hispânica e

cerâmica de paredes finas. De notar que a escassez de *terra sigillata* hispânica já havia sido notada em Setúbal (cf. Tavares da Silva 2018a), o que foi interpretado como o resultado da periferização de *Caetobriga* face à capital da Lusitânia; haveria uma maior conexão, por via marítima, com a Bética, particularmente com *Gades*. O referido tanque recebe um segundo pavimento e persiste em utilização até ao Baixo Império, finais do século IV/século V, fase em que o espaço intervencionado se comporta como vazadouro de entulhos, com prévia remoção (para reutilização) de materiais pétreos resultantes da destruição de *domus* do século II (capitel corintizante, *tessellae*, estuques pintados, fragmentos de mármore branco e verde *cippolino*, numerosos *imbrices*, cujo peso ultrapassava as duas toneladas, alguns deles com marca de oleiro), como a identificada na Rua António Joaquim Granjo.

Na cultura material exumada destacam-se alguns materiais de construção pouco comuns: "lingotes" em calcário, mármore e "verde *cippolino*" paralelepípedicos, de secção transversal quadrangular, formatados para a extracção de tesselas, comprovando que, no mínimo, alguns dos mosaicos ou, pelo menos, trabalhos de reparação dos mesmos eram executados localmente; *imbrices*, alguns dos quais com marcas de oleiro; capitel corintizante, testemunho eloquente da "aristocracia mercantil" residente em *Caetobriga*.

A escavação na Rua Vasco Soveral veio também dilatar o magro registo empírico relativo à ocupação muçulmana de Setúbal, sem construções pétreas, mas com a presença de estruturas de rejeição de lixos domésticos.

Durante a Idade Média cristã, o nosso lote deverá ter sido usado como horta ou logradouro, o que originou a formação de um espesso paleossolo, documentando a prática agrícola de subsistência familiar intra-muros. Só no século XVI, o espaço parece ter sido plenamente urbanizado, com arruamentos e lotes edificados, contíguos, sendo cada unidade, regra geral, constituída por loja e sobrado, como no caso em análise.

O sismo de 1755 parece ter deixado as suas marcas, que teriam sido reparadas sem alteração da configuração da malha edificada.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a colaboração prestada durante os trabalhos de campo a Júlio Costa, técnico de Arqueologia do MAEDS, que

com a sua vasta experiência muito contribuiu para a análise estratigráfica e para o levantamento gráfico dos respectivos perfis, ao Senhor Sidónio Emídio, encarregado da obra, Eng.^a. Ana Carvalho, ambos sempre disponíveis para atender às necessidades do bom desenvolvimento dos trabalhos. Na actividade de laboratório contámos com a colaboração das técnicas de restauro e inventário do MAEDS, Paula Palmeira e Virgínia Ajuda e ainda de Fernanda Fino, a quem endereçamos os nossos agradecimentos. Finalmente, o nosso reconhecimento vai para Bárbara Polyak pela elaboração do abstract e para Françoise Mayet que confirmou a origem exógena dos *imbrices* com marca de oleiro, muito provavelmente de proveniência Bética, bem como a sua leitura enquanto *tria nomina*.

Notas

⁴ - "Sunt autem, quae idem columnis imponuntur, capitolorum genera variis vocabulis nominata" (Granger 1995: 210).

⁵ - Sobre este tema dos modelos cartonados, cf. Sauron 1979: 204 e ss. e Pensabene 1979: 189.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHRENS, S. (2002) - Arquitectura y decoración arquitectónica de época paleocristiana y visigoda en Itálica (Santiponce, prov. Sevilla). *Romula* 1: 107-124.
- ARRUDA, A.M. (1999-2000 [2002]) - *Los Fenícios em Portugal: Fenícios y mundo indígena em el Centro y Sur de Portugal*. Barcelona.
- BOST, J-P. - CAMPO, M. - COLLS, D. - GUERRERO, V. - MAYET, F. (1992) - *L'épave Cabrera III (Majorque)*. Paris.
- CAETANO, M.^a T. (2007) - *Opera Mvsiva: Uma breve reflexão sobre a origem, difusão e iconografia do mosaico romano*. *Revista de História de Arte* 3: 53-84.
- CAETANO, M.^a T. (2014) - A "proto-indústria" do mosaico romano. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 17: 207-219.
- CARTA, R. (2008) - *Difusión e influencia de la producción de la cerámica italiana entre la baja Edad Media y la primera Edad Moderna. El caso de Granada*. Tese apresentada na Universidade de Granada. <http://hdl.handle.net/10481/2018>
- CASIMIRO, T. M. (2013) - Faiança portuguesa: datação e evolução crono-estilística. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 14: 355-373.
- COELHO, A. G. (1980) - *A cartografia geotécnica no planeamento regional e urbano. Experiência de aplicação na região de Setúbal*. Lisboa.
- COELHO-SOARES, A. (2005/2007) - Para o inventário do património azulejar de Setúbal: "registos" de azulejos setecentistas em edifícios civis. *Musa. Museu, Arqueologia & Outros Patrimónios* 2: 133-148.
- COSTA, J. M. da (1960) - *Novos elementos para a localização de Cetóbriga. Os achados romanos na cidade de Setúbal*. Setúbal.
- CRAWFORD, M. H. (1974) - *Roman Republican Coinage. I. Introduction and Catalogue; II. Studies, Plates and Indexes* (2 vol.). Cambridge.
- DENEUVE, J. (1969) - *Lampes de Carthage*. Paris.
- DOMINGO MAGAÑA, J. Á. (2011) - *Capiteles Tardorromanos y Visigodos en la Península Ibérica (siglos IV-VIII d.C.)*. Tarragona (*Institut Català d'Arqueologia Clàssica. Documenta* 13).
- DUARTE, S. (2018) - Ocupação do Período Islâmico. In TAVARES DA SILVA, C. (coord.) - *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos (Setúbal Arqueológica* 17). Setúbal: 207-228.
- DUARTE, S. - TAVARES DA SILVA, C. (2014) - Faianças portuguesas em contextos de lixeira da Setúbal Moderna. *Musa. Museu, Arqueologia e Outros Patrimónios* 4: 215-228.
- DUARTE, S. - SOARES, J. - TAVARES DA SILVA, C. (2014) - Intervenção arqueológica na Rua Álvaro Castelões n.ºs. 38 e 40 (Setúbal) e sismo de 1755. *Setúbal Arqueológica* 15: 341-372.
- FABIÃO, C. - GUERRA, A. - ALMEIDA, J. - ALMEIDA, R. R. - PIMENTA, J. - FILIPE, V. (2016) - *Marcas de ânforas romanas na Lusitânia (do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa ao Museu Nacional de Arte Romano de Mérida)*. Lisboa.
- FERNANDES, I. C. (2005) - Aspectos da litoralidade do Gharb Al-Andalus: os portos do baixo Tejo e do baixo Sado. *Arqueologia Medieval* 9: 47-60.
- FERNANDES, L. (1997) - *Capitéis Romanos da Lusitânia Ocidental*. Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
- FERNANDES, L. (1999) - Elementos arquitectónicos de época romana da Casa dos Bicos - Lisboa. *Conímbriga* XXXVIII: 113-135.
- FERNANDES, L. (2003) - Capitéis romanos da Igreja de St^a Maria da Alcáçova em Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia* XXIV: 65-80.
- FERNANDES, L. (2012) - A decoração arquitectónica de época romana: aspectos de centralidade / descentralidade na região ocidental da província da Lusitânia. *Revista Cira Arqueologia* 1: 131-148.
- FERREIRA, M. A. (2012) - Vidro arqueológico da Casa Gouveia (Évora): do vidro romano ao vidro industrial. *Portvgalia* 33: 73-106.

- GENIN, M. (2007) - *La Graufesenque (Milau, Aveyron). Sigillées lisses et autres productions*. Milau.
- GÓMEZ, S. (2006) - *Cerámica islâmica de Mértola. Producción y comercio*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Complutense de Madrid. Madrid.
- GRANGER, F. (Trad.) (1995) - *Vitruvius on Architecture*. Londres.
- GUTIERREZ-BEHMERID, M. A. (1992) - *Capiteles Romanos de la Península Ibérica*. Valladolid (*Studia Archaeologica* 81).
- HAYES, J. W. (1972) - *Late Roman Pottery. A catalogue of roman fine wares*. Londres.
- HAUSCHILD, T. (1968) - *Munigua. Die doppelgeschossige Halle und die Ädikula im Forumsgebiet* 9: 262-288.
- LANCHA, J. (1994) - Les mosaïstes dans la partie occidentale de l'Empire romain. *Cuadernos Emeritenses* 8: 121-136.
- MAYET, F. (1975) - *Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Paris.
- MAYET, F. - TAVARES DA SILVA, C. (1998) - *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris.
- MAYET, F. - TAVARES DA SILVA, C. (2000) - *L'établissement phénicien d'Abul (Portugal). Comptoir et sanctuaire*. Paris.
- MAYET, F. - TAVARES DA SILVA, C. (2002) - *L'atelier d'amphores d'Abul (Portugal)*. Paris.
- MAYET, F. - TAVARES DA SILVA, C. (2010) - Production d'amphores et production de salaisons de poisson: rythmes chronologiques sur l'estuaire du Sado. *Conimbriga* 49: 119-132.
- MAYET, F. - TAVARES DA SILVA, C. (2016) - Roman amphora production in the lower Sado region. In PINTO, I.V. - ALMEIDA, R. R. - MARTIN, A. (eds.) - *Lusitanian amphorae: production and distribution*. Oxford: 59-71.
- MAYET, F. - SCHMITT, A. - TAVARES DA SILVA, C. (1996) - *Les amphores du Sado, Portugal: prospection des fours et analyse du matériel*. Paris.
- PENSABENE, P. (1973) - *Scavi di Ostia - I Capitelli*. Roma.
- PEREIRA, M.^a L. E. V. (1974-77) - Marcas de oleiros algarvios do período romano. *O Arqueólogo Português* III 7-9: 243-268.
- RONCZEWSKY, K. (1923) - *Variantes libres de chapiteaux romains*. Roma (*Acta Universitatis Latviensis* VIII).
- RUEDA ROIGÉ, F.-J. (2002-2003) - El mosaico de las Estaciones de la Casa de Hilas, en Itálica Nueva interpretación iconográfica. *Locvs Amoevus* 6: 7-20.
- SAURON, G. (1979) - Les modèles funéraires classiques de l'art décoratif néo-attique. *Mélanges de l'école française de Rome* 91-1: 183-236.
- SOARES, J. (2000) - Arqueologia urbana em Setúbal: problemas e contribuições. *Trabalhos de Arqueologia* 14: 101-130.
- SOARES, J. (2008) - Economia do estuário do Sado. Breve introdução diacrónica. In SOARES, J. (ed.) - *Embarcações tradicionais. Contexto físico-cultural do estuário do Sado*. Setúbal: 31-78.
- SOARES, J. (2018a) - Preexistências de Setúbal: O compromisso do MAEDS com a memória da cidade. In TAVARES DA SILVA, C. (coord.) - *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos*. Setúbal (*Setúbal Arqueológica* 17): 9-10.
- SOARES, J. (2018b) - Ocupação da Alta Idade Média. Sepultura E7. Cronologia e arquitectura. In TAVARES DA SILVA, C. (coord.) - *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos*. Setúbal (*Setúbal Arqueológica* 17): 175-179.
- SOARES, J. - TAVARES DA SILVA, C. (1986) - Ocupação pré-romana de Setúbal: escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos. *Trabalhos de Arqueologia* 3: 87-101.
- SOARES, J. - TAVARES DA SILVA, C. (2018a) - Enquadramento Paleogeográfico. In TAVARES DA SILVA, C. (coord.) - *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos*. Setúbal (*Setúbal Arqueológica* 17): 43-54.
- SOARES, J. - TAVARES DA SILVA, C. (2018b) - Introdução. Caetobriga: uma cidade fabril e polinucleada na foz do Sado. In TAVARES DA SILVA, C. (coord.) - *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos*. Setúbal (*Setúbal Arqueológica* 17): 11-42.
- SOARES, J. - DUARTE, S. - TAVARES DA SILVA, C. (2018) - Arqueologia urbana e o sismo de 1755. O contexto da Av. Luísa Todi 170-178, Setúbal. *Musa* 5: 79-100.
- SOUSA, E. (2014) - *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*. Lisboa.
- TAVARES DA SILVA, C. (1966) - Necrópole luso-romana de S. Sebastião (Setúbal). *Lucerna* 5: 572-577.
- TAVARES DA SILVA, C. (1989) - O Largo e a Igreja de Jesus de Setúbal: uma abordagem arqueológica. In *Convento de Jesus 500 anos. Arqueologia e História*. Setúbal: 5-21.
- TAVARES DA SILVA, C. (1996) - Produção de ânforas na área urbana de Setúbal: a oficina romana do Largo da Misericórdia. In FILIPE, G. - RAPOSO, J. (coord.) - *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal: 43-54.
- TAVARES DA SILVA, C. (coord.) (2018a) - *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos*. Setúbal (*Setúbal Arqueológica* 17).
- TAVARES DA SILVA, C. (2018b) - Ocupação da Idade do Ferro. In TAVARES DA SILVA, C. (coord.) - *Caetobriga*.

O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos. Setúbal (*Setúbal Arqueológica* 17): 65-79.

TAVARES DA SILVA, C. - COELHO-SOARES, A. (1980-1981) - A Praça de Bocage (Setúbal) na Época Romana. Escavações Arqueológicas de 1980. *Setúbal Arqueológica* 6-7: 249-294.

TAVARES DA SILVA, C. - COELHO-SOARES, A. (2014) - Preexistências de Setúbal. A ocupação da época romana da Travessa de João Galo, n.ºs. 4-4B. *Setúbal Arqueológica* 13: 101-122.

TAVARES DA SILVA, C. - COELHO-SOARES, A. - DUARTE, S. (2018) - Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua Arronches Junqueiro, 32-34. *Musa. Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios* 5: 51-78.

TAVARES DA SILVA, C. - COELHO-SOARES, A. - SOARES, J. - (1986) - Fábrica de salga da Época Romana da Travessa de Frei Gaspar, Setúbal. *Trabalhos de Arqueologia* 3: 155-160.

TAVARES DA SILVA, C. - SOARES, J. (1993) - *Ilha do Pessegueiro. Porto romano da costa alentejana*. Lisboa.

TAVARES DA SILVA, C. - SOARES, J. - COELHO-SOARES, A. (1992) - Estabelecimento de produção de salga da Época Romana na Quinta do Marim (Olhão). Resultados preliminares das escavações de 1988-89. *Setúbal Arqueológica* 9-10: 335-374.

TAVARES DA SILVA, C. - SOARES, J. - WRENCH, L. N. C. (2010) - Os primeiros mosaicos romanos descobertos em *Caetobriga*. *Musa* 3: 149-164.

TAVARES DA SILVA, C. - SOARES, J. - WRENCH, L.N.C. (2011) - Les premières mosaïques romaines découvertes à Caetobriga (Setúbal, Portugal). In MUSTAFA, S. (ed.) - *Mosaics of Turkey and Parallel Developments in the Rest of the Ancient and Medieval World: Questions of Iconography, Style and Technique from the Beginnings of Mosaic until the Late Byzantine Era (International Colloquium on Ancient Mosaics)*. Istanbul: 295-308.

TAVARES DA SILVA, C. - SOARES, J. - COELHO-SOARES, A. - DUARTE, S. - GODINHO, R. M. (2010) - Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua Francisco Augusto Flamengo, nos 10-12. *Musa* 3: 165-178.

TAVARES DA SILVA, C. - SOARES, J. - COELHO-SOARES, A. - DUARTE, S. - GODINHO, R.M. (2014) - Preexistências de Setúbal. 2ª campanha de escavações arqueológicas na Rua Francisco Augusto Flamengo, n.ºs. 10-12. Da Idade do Ferro ao Período Medieval. *Musa. Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios* 4: 161-214.

TAYLOR, R. - ONTIVEROS, E. - LOZA, M.ª L. - BELTRÁN, J. (2017) - *Marmora Lusitana* en la Bética romana. *DigitAR - Revista Digital de Arqueología, Arquitectura e Artes* 4: 23-31.

VAZ, J. - SALGADO, J. (1987/1988) - *Livro das Moedas de Portugal*. Braga.

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



LETRAS
LISBOA



CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA

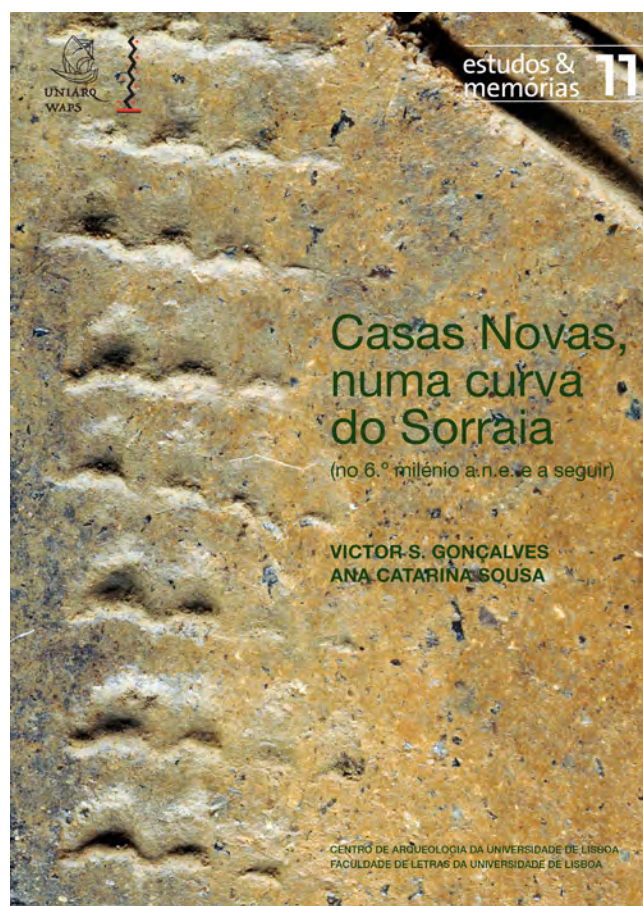
uniarq

OPHIUSSA

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

GONÇALVES, V. S. – SOUSA, A. C., 2018, CASAS NOVAS, NUMA CURVA DO SORRAIA (NO 6.º MILÉNIO A.N.E. E A SEGUIR). LISBOA: CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (ESTUDOS & MEMÓRIAS, 11), 129 PP. COM FIGURAS [ISBN 978-989-99146-6-7].

ANTÓNIO FAUSTINO CARVALHO *



A obra tratada na presente recensão reúne os resultados dos trabalhos de campo de 2010 e 2011, e dos estudos subsequentes, conduzidos por Victor dos Santos Gonçalves e Ana Catarina de Sousa, em Casas Novas, sítio neolítico do concelho de Coruche, distrito de Santarém. Trata-se do 11.º volume da coleção monográfica Estudos & Memórias publicada pelo Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. E, logo aqui, um duplo “detalhe” salta à vista: o grafismo da coleção, que se mantém num elevado patamar de qualidade, e a regularidade em que é publicada. É hoje em dia a única série monográfica de arqueologia no nosso País que se pode orgulhar de ambos os factos.

A estrutura da obra segue o modelo clássico deste tipo de trabalhos. Inicia-se com a apresentação

do sítio e da sua localização, segue-se a discussão das opções tomadas na sua escavação, a descrição da estratigrafia e das estruturas identificadas, uma análise aprofundada da cultura material, depois as questões de cronologia e de inserção regional, e por fim uma síntese final, breve mas certa em muitos aspetos cruciais para o entendimento deste sítio. Que, diga-se desde já, se conforma como um excelente caso de estudo de um certo tipo de realidades arqueológicas do Neolítico Antigo português, tema que merecerá alguns comentários adiante. Àquela sucessão de capítulos, todos redigidos pelos autores citados, segue-se ainda um conjunto de estudos levados a cabo por investigadores convidados: a análise traceológica de uma amostra de artefactos de pedra lascada, por Juan Gibaja Bao; a caracterização petrográfica das produções cerâmicas, por Nuno Inácio; a análise de composição da pasta branca que preenche decorações cardiais, por Carlos P. Odriozola; e o estudo de negativos de sementes de cereais detetados em pedaços de “barro de cabana”, por Hans-Peter Stika.

Na apresentação que tive a oportunidade de fazer desta obra aquando do seu lançamento, no final da tarde de 22 de novembro de 2018 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mencionei uma reflexão que a sua leitura me suscitara: valerá a pena fazer estudos monográficos, considerando a disponibilidade de tempo e o esforço que estes implicam, a diversos títulos, da análise sistemática dos materiais à coordenação da equipa e ao acompanhamento da publicação propriamente dita, numa época em que tanto se valorizam institucionalmente publicações internacionais em regime de *peer-review*? Como naquela ocasião, retomarei esta questão depois de rever e discutir alguns dos temas para os quais esta monografia carrega dados fundamentais, se não mesmo únicos até ao momento, na investigação do Neolítico de Portugal.

Assim, um dos aspetos fundamentais do sítio de Casas Novas é desde logo a sua localização — “numa curva do Sorraia”, como eloquentemente o titulam os autores — em área de solos leves, arenosos e bem drenados, com baixo declive. Portanto, em teoria, os solos mais favoráveis a uma agricultura de tipo primitivo, como a que supomos ter sido praticada por estas gentes. Acresce a este fator a facilidade de circulação proporcionada pela suave orografia da região e pelo próprio rio que a estrutura. E este aspeto, que não está particularmente sublinhado na obra, é a meu ver muito relevante. Porém, estas

condições naturais acarretam também limitações muito sérias quanto à conservação do registo arqueológico. Como referido a pp. 24, “Infelizmente estas boas condições de habitabilidade em épocas neolíticas são prejudiciais em termos de conservação do registo arqueológico (nomeadamente restos orgânicos), uma vez que os solos destes sítios são formados por cascalheiras ou areais com acidificação do solo e boa drenagem. O uso histórico de estes terraços para exploração agrícola e de areeiro ainda amplificou os enormes problemas tafonómicos [...]”

Perante este cenário, as opções metodológicas dos autores na abordagem ao sítio, que passaram por várias etapas, pareceu-me de perfeita adequação aos problemas que se podiam perspetivar à partida: prospeção superficial extensiva, levantamento geofísico, e seleção criteriosa de áreas-chave para abertura de sondagens (oito, no total). Todo este esforço permitiu concluir pela presença de uma área de dispersão de vestígios muito elevada (estimada em cerca de 30 ha), uma densidade muito baixa de artefactos e a existência de diversas estruturas antrópicas (lareiras, fossas, estruturas pétreas diversas), dispersas mas com alguma concentração em particular nas designadas Sondagens 5 e 6. Assim, como interpretação geral de Casas Novas, encontramos em vários passos da monografia frases que caracterizam muito bem o tipo, a densidade e a frequência estimável da presença neolítica neste local: “sítio apenas ocupado sazonalmente” (p. 34), “sucessão de episódios de ocupação” (p. 46), “uma ocupação esparsa, compatível com o carácter não permanente desta ocupação” (p. 103), deduções que fazem todo o sentido perante os dados obtidos em escavação e que serão mesmo, no meu entender, a chave para o entendimento geral do sítio e das realidades neolíticas que conserva. Deduções estas que também nos mostram quão enganadores podem ser os resultados de análises globais das componentes artefactuais, ou outras, recolhidas neste tipo de contextos.

Emerge então deste panorama uma grande questão — aliás comum a qualquer sítio de ar livre ocupado de forma recorrente — que é a determinação de cronologias finas e a definição de níveis de ocupação singulares no interior dos depósitos arqueológicos assim formados. Com efeito, sítios neolíticos de ar livre constituem-se frequentemente como palimpsestos arqueológicos, reunindo ocupações mais ou menos separadas no tempo. A amplitude temporal dos testemunhos cerâmicos campaniformes e proto-históricos que se

encontram em Casas Novas é de imediata percepção. A dificuldade surge, porém, quando os momentos de ocupação são pouco separados no tempo e não nos legam fósseis-diretores que os permitam identificar e apartar à partida. E como os principais fósseis-diretores se encontram nas produções cerâmicas, concordo com os autores quando afirmam estar perante uma realidade atribuível ao VI milénio. E, de facto, elementos típicos do milénio seguinte, tais como vasos com sulco sob o bordo, asas bífidas, ou decoração em “falsa folha de acácia”, estão ausentes do inventário publicado. Resta-nos, deste modo, centrar a discussão em torno de duas técnicas decorativas concretas, estas sim bem representadas em Casas Novas e às quais se têm atribuído, não sem discussão, o papel de indicadores cronoculturais específicos: o *cardial* e o “boquique” (que os autores preferem apelidar de “*punto y raya*”).

No que respeita à primeira, parece-me haver alguma inconsistência quanto à inventariação, ou quantificação, da sua frequência no atual território português para efeitos comparativos. Não se podem comparar *número de fragmentos* com *número de vasos*, como se faz a pp. 176-177 da monografia. Deixando de lado achados isolados, o inventário atualmente disponível de cerâmica *cardial* resulta, na realidade, na seguinte listagem: Galeria da Cisterna da Gruta do Almonda (Torres Novas), 74 fragmentos que permitiram a individualização de um número mínimo de 18 vasos; Cabranosa (Vila do Bispo), dezenas de fragmentos não contabilizados (soltos e remontados nos vasos restaurados), 2 vasos; Casas Novas (Coruche), 11 fragmentos, 2 vasos; Abrigo da Pena d’Água (Torres Novas), 6 fragmentos, 3 vasos; e Cerradinho do Ginete (Torres Novas), 5 fragmentos, 2 vasos (apenas contagens do material da campanha de 2001). Infelizmente não conhecemos ainda dados referentes aos importantes sítios de Lapiás das Lameiras (Sintra) ou Vale Pincel I (Sines), onde os respetivos autores das escavações afirmam ser escassa a cerâmica *cardial*. Seja como for, aqueles valores colocam efetivamente Casas Novas entre os três sítios onde mais frequente parece ser este tipo de cerâmica. Note-se, a propósito, que o preenchimento da decoração a pasta branca em Casas Novas e na Galeria da Cisterna se conforma como um traço estilístico comum a ambos os sítios interessante de registar.

Já quanto à cerâmica de tipo boquique, tem-se vindo a defender a ideia de que esta é também coeva dos momentos iniciais de neolitização da Península Ibérica (Alday - Moral del Horno 2011), e é verdade:

encontram-se decorações assimiláveis a boquique em El Barranquet, na província espanhola de Alicante, datado de 5500 a.C., e o boquique está também presente nas primeiras produções cerâmicas do Neolítico do interior peninsular. Aqueles autores, no entanto, defendem o mesmo modelo de antiguidade para o caso português, ao verificarem que a sua distribuição coincide com os núcleos mais precoces de neolitização da região centro. O problema subjacente a esta interpretação é que não encontra suporte na cronologia absoluta fiável (isto é, a obtida a partir de elementos de vida curta recolhidos em contextos fechados). Se não, vejamos: na Encosta de Sant'Ana (Lisboa), o boquique está datado de 5000 a.C.; nos Armazéns Sommer (Lisboa), de cerca de 5050 a.C. (a julgar pela mediana da calibração publicada); na Valada do Mato (Évora), de 4900 a.C.; e a norte do Tejo apresenta datas posteriores a 5000 a.C. nos sítios da Quinta da Assentada (Fornos de Algodres) e Prazo (Vila Nova de Foz Côa). O caso da Pena d'Água é ainda mais esclarecedor do carácter tardio do boquique no quadro cronoestratigráfico geral do Neolítico Antigo do nosso território e, portanto, da inexistência de uma correlação positiva entre este e o cardial. Como é sabido (Carvalho 1998), aquele abrigo revelou três horizontes culturais pertencentes a este período. No inicial (camada Eb-base), sem datações fidedignas, surge apenas o cardial, isto é, sem que se tenha reconhecido qualquer fragmento de boquique associado; no nível intermédio (camada Eb-topo), que conta com uma datação relativamente fiável de 4700 a.C. (carvões de uma lareira), surge o primeiro boquique, a par das últimas manifestações cardiais; e no último nível (camada Ea), o cardial desapareceu mas o boquique mantém-se. Esta perduração do boquique atingirá pelo menos os inícios do Neolítico Médio, tanto na própria Pena d'Água como no habitat de ar livre vizinho da Costa do Pereiro, onde está datado de 3900 a.C.

Que consequências traz este panorama para o caso concreto de Casas Novas? Na minha opinião, demonstra que Casas Novas representará um espaço de episódios sucessivos de frequentação neolítica, como defendido pelos autores do estudo, num processo que se inicia por meados do VI milénio a.C. com cerâmica cardial (entre outros tipos) e que terá atingido uma etapa posterior, já perto da viragem do milénio, em que este tipo decorativo e o boquique terão coexistido nos mesmos contextos originais e — muito paradigmaticamente — no mesmo recipiente. Refiro-me, claro, ao notável bordo cerâmico "V.15-91" da Sondagem 2. A datação de cerca de 5600 a.C.,

obtida a partir de carvões de espécie indeterminada recolhidos do interior de uma estrutura negativa, não deve ser sobrevalorizada, e as temporalidades que se escondem por trás da indústria lítica não são fáceis de perceber, apesar de alguns traços interessantes (percentagem elevada de trapézios sem tratamento térmico, "flechas transversais" de retoque invasor, microburis, furadores sobre lâmina...). Com os dados atualmente existentes também não faz sentido defender a hipótese de uma presença da Imprensa itálica, em Casas Novas assim como em qualquer outro local do nosso território, por muito estimulante que essa possibilidade possa ser.

A pp. 234 da monografia refere-se ser "do campo da ficção" avançar com hipóteses a respeito da estrutura económica e social dos grupos humanos que frequentaram Casas Novas na segunda metade do VI milénio a.C. Este estudo mostra-nos, no entanto, um contraste muito nítido — ou mesmo uma oposição estrutural — entre Casas Novas e sítios da Baixa Estremadura, como Carrascal (Oeiras) e, principalmente, Lapiás das Lameiras (Sintra), a que creio não devermos ficar indiferentes. Estes últimos sítios, com efeito, demonstram a presença de sociedades bem enraizadas no território envolvente, com uma economia de produção plenamente afirmada (onde predominam animais e plantas domésticos), e estruturas domésticas que testemunham um grau elevado de sedentarização (refiro-me em particular às estruturas de tipo silo encontradas no sítio de Sintra), o que não acontece noutros setores do nosso País, desde logo no Ribatejo e na restante Estremadura. Neste aspeto, Casas Novas aproxima-se muito da evidência que eu próprio tenho estudado no Maciço Calcário Estremenho: sítios abertos, sem estruturas perenes, e conjuntos artefactuais sugestivos de alguma mobilidade humana. Quando temos restos faunísticos, há sempre uma presença, mais ou menos importante, de fauna caçada. Quase diria que no VI milénio a.C. há sociedades neolíticas a duas velocidades (literalmente): umas mais móveis (estas nossas do Ribatejo e do Maciço), e outras mais fixadas no território (as da Baixa Estremadura). A reconstituição dos padrões demográficos e das estruturas de organização social que esta diferenciação traduzirá são, no entanto, mais complexos e, sim, podem fazer-nos cair na "ficção" desde logo porque não dispomos de suficientes elementos de análise. Mas o contraste está aí, e terá de ser investigado no prosseguimento da investigação.

Para terminar, duas breves conclusões. Casas

Novas é um dos sítios do Neolítico Antigo com maior área escavada no nosso País, tendo-se atingido um total de 404 m² após as duas campanhas de escavação; só Vale Pincel I, cuja área total foi calculada em 10 ha, tem uma área escavada bem maior, acima dos 2000 m² (Silva - Soares 2015). Julgo que não haverá um sítio desta cronologia, escavado nesta extensão e com a aplicação de metodologias semelhantes, nos próximos anos. Casas Novas configura-se assim como um caso de estudo paradigmático sobre estas realidades neolíticas de ar livre em Portugal. E a presente monografia será uma referência, por muito tempo, para quem quiser tratar deste tipo de sítios neolíticos de ar livre. Daqui, pois, a segunda conclusão: sim, vale a pena escrever monografias de sítio!

* - Universidade do Algarve, FCHS, Departamento de Artes e Humanidades. a.faustino.carvalho@gmail.com

Referências:

- ALDAY, A. - MORAL, S. (2011) - El dominio de la cerámica boquique: discusiones técnicas y cronoculturales. In BERNABEU, J. - ROJO, M.A. - MOLINA, L. (coords.), *Las primeras producciones cerámicas: el VI milenio cal AC en la Península Ibérica*. València (*Saguntum Extra* 12): 65-82.
- CARVALHO, A. F. (1998) - Abrigo da Pena d'Água (Rexaldia, Torres Novas): resultados das campanhas de sondagem (1992-1997). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 1-2: 39-72.
- SILVA, C. T. - SOARES, J. (2015) - Neolitização da costa sudoeste portuguesa. A cronologia de Vale Pincel I. In GONÇALVES, V.S. - DINIZ, M. - SOUSA, A.C. (eds.), *5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa (*Estudos & Memórias* 8): 645-659.

APLAUDINDO HUMANEJOS. NOTAS DE LEITURA

GARRIDO-PENA, R. - FLORES FERNÁNDEZ, R. - HERRERO-CORRAL, A. M. (2019), LAS SEPULTURAS CAMPANIFORMES DE HUMANEJOS (PARLA, MADRID). MADRID: COMUNIDAD DE MADRID. 347 PP. [ISBN 978-84-451-3800-7].

VICTOR S. GONÇALVES *

“Mother, you said, “I ever never been in the House of the Silent. I couldn’t.” She nodded approval. “Of course not. The Silent doesn’t speak by means of tokens, as the Raven does while in the egg, but it has its own ways of communicating. And,,, Well I won’t say more. A long silence from the forest means nothing.”

Ann Leckie, *The Raven Tower*, 2019, p. 357



Fig. 1 - Humanejos no Barranco do Farinheiro (Foto Victor S. Gonçalves).

Para quem estuda com atenção o problema Campaniforme, ele há boas surpresas e... boas surpresas (apesar das más, que são mais frequentes). Num certo sentido, quase tudo de bom começou verdadeiramente em 2011, com a publicação do arqueiro de Amesbury e dos *Boscombe bowmen* (*The Amesbury Archer and the Boscombe Bowmen. Bell Beaker burials at Boscombe Down, Amesbury, Wiltshire*, editado por A. P. Fitzpatrick, muito apropriadamente através da Boxbow books... ISBN: 9781874350620). A publicação de datações absolutas referentes a deposições de vasos campaniformes, e de um pacote de artefactos associados, junto a esqueletos humanos, veio clarificar, se não esclarecer, várias dúvidas que a possível chegada dos campaniformes ao reino (des)unido, e a sua difusão, sempre tinham levantado. E da importância de trabalhos em equipa, coisa que algumas mentes «brilhantes» muito arqueologicamente têm dificuldade em entender, quando lhes convém. Mas se deixarmos a grande ilha e nos voltarmos para a Ibéria... é melhor continuar pelo radiocarbono.

O grande problema das datações por radiocarbono para as deposições funerárias «campaniformes» raramente reside nelas próprias, datações. Ou aceitamos o método ou não. Meio termo aqui não há. O problema está nas más escavações ou na ausência do rigor que deveria sempre presidir à associação verdadeira de um ou mais artefactos com ossos humanos, ou, se tal não for possível, até mesmo com as estruturas em que eles foram depositados. O que é dizer, na maior parte dos casos, monumentos reutilizados durante muito tempo após a sua construção. Ou monumentos tornados artificialmente colectivos pela sua utilização repetida, às vezes durante um milénio ou mais (caso, entre outros, de Alapraia). E que, por isso mesmo, já não são, na totalidade da sua diacronia, necessariamente individuais ou destinados a uma «família» restrita...

Começando pelo fim, o que é tantas vezes do meu agrado, poderíamos desde já dizer que o caso de Humanejos é, também aqui, exemplar: todas as datações são sobre osso humano e referem-se a esqueletos específicos, bem registados graficamente. O arqueiro de Amesbury tem um intervalo de tempo possível de 2380-2290 BCE, a dois sigmas. Em Humanejos, as datações sobre ossos humanos associados a cerâmica dita campaniforme encontram-se quase na mesma gama temporal: um túnel de tempo (excluindo a controversa Sepultura 9) entre

2566 e 2046 ANE, a dois sigmas, parâmetros máximo e mínimo. Das 16 datações para as 9 Sepulturas com cerâmica campaniforme (e se retirarmos também a que se refere à Sepultura 5), todas elas se agrupam na segunda metade do 3º milénio. Isto a um primeiro olhar, básico. Se atendermos a um dos melhores textos já redigidos sobre cronologias campaniformes (o Anexo 7, «*Tiempos*» de campaniforme: *análisis cronométrico de las dataciones radiocarbónicas procedentes de contextos con cerámica campaniforme em el yacimiento de Humanejos*, (por Iñigo de Lágrán e Cristina Tejedor-García), as coisas podem ganhar em complexidade.

A questão básica para Portugal (e, no fundo, para a Península), sempre residiu em saber se há uma subdivisão na segunda metade do 3º milénio, a primeira com campaniforme marítimo e a última com cerâmica de tipo Ciempozuelos.

Esta questão é, nesta monografia, logo abordada muito antes do Anexo 7, nas páginas 21 a 25. E irá pairar como um fantasma ao longo de toda ela, mesmo quando parece que não.

Concluindo esta primeira abordagem à cronologia das deposições funerárias com e sem campaniformes, duas questões emergem: em termos genéricos, as 16 datações obtidas para as sepulturas com campaniformes e as 9 obtidas para as sepulturas sem campaniforme partilham um mesmo intervalo de tempo, salvo no caso da sepultura 9, por razões evidentes relacionadas com a sua reutilização.

Dois passagens são, em meu entender, esclarecedoras:

1. «El estudio realizado (véase Anexo 7), no solo sobre las fechas de Humanejos sino manejando otras muchas de la región, permite señalar que con bastante certeza los contextos Maritimos-Puntillados y Ciempozuelos se corresponden con dos fases cronológicas distintas. De hecho los modelos bayesianos con dos fases presentan un índice de concordancia estadística mucho mayor que que los modelos con una fase única.» [p. 25].

2. «...otra de las grandes aportaciones del 14C a la interpretación de las costumbres funerarias de la segunda mitad del III milénio AC em este sector del interior peninsular, há sido el descubrimiento de diversas sepulturas contemporáneas de lo campaniforme , pero sin ajuares o com otros diferentes, desvinculados de este fenómeno. Esto ilustra la existencia de fórmulas funerarias alternativas al mundo campaniforme pero contemporáneas (...).

Um intervalo de tempo é uma coisa distinta

do que contem. Indígenas peninsulares ou mongóis, africanos ou europeus, a origem traduz uma realidade que não é simples. Dentro de duas ou três gerações, os ex migrantes e os seus descendentes serão o quê ? As combinações genéticas que as análises continuarão a registar, mais ou menos «puras», ou as culturas em que os seus antepassados imediatos se integraram ao chegar ?

O caso de Humanejos traduz também, e com mérito, a escolha de uma equipa em leque. O que é, no entanto, verdadeiramente notável nesta monografia nem sequer é precisamente a dimensão do grupo (quatorze autores), mas a qualidade da equipa reunida e o mérito do trabalho produzido. Como no caso do arqueiro de Amesbury. Afinal 28 olhos sempre vêem melhor que dois... Até agora, nenhum outro trabalho com esta dimensão sobre campaniformes tinha sido proposto, salvo encontros episódicos. Nem a nível das sínteses nem a nível de trabalhos de âmbito mais restrito. Salvando-se as exemplares leituras de Corina Liesau (von Lettow-Worbeck) sobre o Camino de las Yeseras, outra situação muito interessante.

Agora, para começar, a estrutura da monografia sobre Humanejos: é a mais simples possível, ainda que, como veremos haja espaço para algumas críticas.

Em quatro pontos (mais um) se estrutura esta monografia. O primeiro tem por objecto o sítio (p. 11-16). O segundo, as sepulturas com campaniformes (p. 19-157). O terceiro, os materiais arqueológicos (p.161-214). O quarto, o contexto das sepulturas com campaniformes (p. 217-235) e recomendo particular atenção para 4.2.: estatuto, ostentação e conflito social no 3º milénio a.n.e. no interior peninsular, tema caro a Rafael Garrido-Pena.

Sublinho desde já, *ab ovo*, o duplo exemplo: arqueologia universitária e arqueologia empresarial, muito raramente colaborantes em Portugal ou França, o Dr. Freud que o explique, associam-se aqui com êxito. Rafael Garrido-Pena (Universidade Autónoma de Madrid), Raúl Flores (arqueólogo profissional) e Ana Mercedes Herrero-Corral (Universidade Complutense de Madrid) *!Mira qué bien!*

O ponto que está presente, sob a forma de «anexos» é desigual, mas, globalmente, muito interessante e justifica referência específica:

1. Antropologia da necrópole campaniforme,

por Ana Mercedes Herrero-Corral (p. 239-273).

2. Reavaliando as lesões do indivíduo 1 (UE 4552), por Manuel Campo Martín, Oscar Cambra-Moo e Armndo González Martín (p. 274-275).

3. Estudio genómico dos individuos de Humanejos, por Iñigo Olalde (p. 277-283).

4. A arqueometalurgia campaniforme de Humanejos, por Inacio Montero Ruiz e Oscar Garcia Vuelta (p. 284-294).

5, Estudo funcional dos artefactos metálicos das sepulturas campaniformes, por Pedro Muñoz Moro, Carmen Gutiérrez Sáez e M^a Cristina Lopéz Rodríguez (p. 295-312).

6. Os «braçais de arqueiro», por Pedro Muñoz Moro (p.313-321).

7. Uma análise cronométrica das datações radiocarbónicas, por Iñigo Garcia-Martínez de Lagrán e Critina Tejedor-Rodríguez (p. 322-333).

Todos estes anexos são importantes, mas, como sempre, uns mais que outros e seja-me permitido sublinhar a excelência do último deles, em que Iñigo de Lagrán e Cristina Tejedor escrevem aquela que é, penso, até hoje, a melhor análise sobre como usar os dados radiocarbónicos em Arqueologia das antigas sociedades camponesas. Não esquecendo que a estatística nem sempre corresponde à vida real, pelo menos quando a amostra é pequena, tiro o chapéu, se o usasse, a esta serena e brilhante busca pela realidade. Qual é ela não sei bem, mas que é preciso procurá-la sempre é um pressuposto e não uma negligente distração.

Uma das vantagens de este livro é manter a chama no pacote, se me permitem a expressão. Sempre pensei que não há um único pacote campaniforme, como repetidas vezes avancei nos meios académicos que não há apenas um único Calcolítico, mas vários. E que há, com elevada probabilidade, mais sítios com campaniformes que sítios campaniformes.

Quanto à cerâmica campaniforme da Sepultura 9, está graficamente dispersa, o que poderia ter sido evitado, mas é uma opção dos autores, e inclui vasos e fragmentos de vaso muito diferentes:

1. Figura 233-3: vaso campaniforme «marítimo»;

2. Figura 235-6: fragmento de vaso campaniforme com métopes abaixo do bordo, faixas com traços verticais e o que parece ser um alinhamento com folhas de acácia curtas;

3. Figura 243-2: caçoila acampanada com faixas

zigzagueantes e outras preenchidas com traços verticais;

4. Figura 247-4: pequeno fragmento com um motivo na parede interna;

5. Figura 252: Taça com pé, decorada com métopes, faixas zigzagueantes e linhas ponteadas.

Para esta Sepultura foram publicadas duas datações muito diferentes (2476-2306 e 2194-1954), sendo o intervalo de tempo mais recente pertencente a uma segunda inumação no espaço funerário, provavelmente sem conexão ao campaniforme. Se a pusermos de parte, a homogeneidade do conjunto é impressionante.

Falando a voo de pássaro, diria que há muitos pés de fora debaixo do lençol. Um deles ? Bem, há vários, o meu preferido sendo o número significativo de perfis claramente «campaniformes» em artefactos não decorados, questão que se regista também em Portugal, sem que tal tenha sido objecto de uma discussão detalhada. O gosto pela forma vem antes ou depois da decoração incisa, impressa ou pontilhada ? Ponto agendado. Formas «campaniformes» lisas foram recolhidas em grutas naturais, artificiais e... antas. E, claro, nas estranhas sepulturas de Humanejos.

Algumas notas finais:

1. graficamente, menção francamente positiva para as ilustrações e, particularmente, os desenhos de cerâmicas, da autoria de Luis Pascual Repiso;

2. as fotografias de campo não são notáveis e a cor sépia que apresentam pode ter algo de retro, mas não é a mais adequada. Na falta da cor, o preto e branco é uma boa forma de documentar um texto assim. Abrindo ao acaso o volume, saiu-me em sorte a p. 77, onde o vermelho da escala da Figura 98 fala por si... Mais atrás, na p. 45, a impressão melhora na primeira imagem, na segunda não dá para ver e na terceira talvez tivesse saído melhor se o fundo tivesse sido recortado. A Fig. 100 é outro exemplo entre muitos outros. Erro a montante ou a jusante ?

3. Na p. 325 do meu exemplar, na Fig. 1, parece haver um erro de impressão que o *designer* deixou passar na revisão. Ou uma sobreposição gráfica da representação dos intervalos de tempo. Ou, quem sabe, uma fuga pós-moderna...

4. Entre outros pequenos erros, sobressai a orientação dos artefactos de pedra polida. A mesma peça, um machado de cobre, é representada em fotografia, com a extremidade distal para cima (Fig. 155, p. 103), o que está bem, mas na p. 95 (Fig. 137),



Fig. 2 - Ser ou não ser «Campaniforme». Detalhe da capa da monografia sobre Humanejos.

com a extremidade distal para baixo...

E se é pena, nada disto impede que felicitemos a *Consejería de Cultura, Turismo y Deportes* da *Comunidad de Madrid* pela qualidade geral da edição: um bom formato (A4), um bom papel e uma impressão nítida. E uma capa muito shakespereana: um crânio pintado com cinábrio, olhando (com desconfiança ?) para um vaso «campaniforme»...

Que mais se poderia pedir, apesar das pequenas falhas que citei ? E, para os que preferem mini-artigos desarticulados, sobre generalidades vagas ou detalhes de reduzidos parâmetros, esta monografia é um exemplo que certamente (não) irão seguir (e, por um lado, ainda bem).

Barranco do Farinheiro, Verão de 2019

* - Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras - UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa). vsg@campus.ul.pt
<https://orcid.org/0000-0002-8120-5192>

Referências:

- DELIBES, G.; GUERRA, E. eds (2019) – *Un brindis por el príncipe!, El Vaso campaniforme en el interior de la Península ibérica (2500-2000)*. 2+1 volumes. Madrid: Comunidad Autónoma.
- GARCIA MARTÍNEZ DE LAGRAN, I.; TEJEDOR-RODRIGUEZ, C. (2019) – “Tiempos” de Campaniforme: análisis cronométrico de las dataciones radiocarbónicas provenientes de contextos con cerámica campaniforme em el yacimiento de Humanejos (Parla, Madrid). In Garrido-Pena, R.; Flores Fernández, R.; Herrero-Corral, A. M. (2019) – *Las sepulturas campaniformes de Humanejos (Parla, Madrid)*. Madrid: Comunidad de Madrid, p. 322-333.
- GARRIDO-PENA, R. (1999) – *El Campaniforme en la Meseta: análisis de su contexto social, económico y ritual*. Tese de doutoramento dirigida por Alfredo Jimeno Martínez, Universidade Complutens de Madrid. Facultad de Geografía e Historia.
- GARRIDO-PENA, R. (2000) – *El Campaniforme en la Meseta: análisis de su contexto social, económico y ritual*.

Oxford.: BAR.

GARRIDO-PENA, R.; FLORES FERNÁNDEZ, R.; HERRE-RO-CORRAL, A. M. (2019) – *Las sepulturas campaniformes de Humanejos (Parla, Madrid)*. Madrid: Comunidad de Madrid. 347 p.

GONÇALVES, V. S. (1971) – *O Castro da Rotura e o Vaso Campaniforme*. Setúbal: Junta Distrital.

GONÇALVES, V. S., ed. (2017) – *Sinos e Taças. Junto ao oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica*. Lisboa: UNIARQ. [Coleção estudos e memórias, 10]

GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C.; SANTOS, M. (2018) – *A necrópole de grutas artificiais do Casal do Pardo. (Quinta Do Anjo, Palmela). 3200-2000 anos antes da nossa era. Um guia curto e alguns comentários. The rock-cut tombs of Casal do Pardo (Quinta do Anjo, Palmela). 3200-2000 years before common era. A short guide and some notes*. Palmela: Câmara Municipal. 68 p.

LIESAU, C. (2016) – La “Cabana E” del yacimiento de Camino de las Yeseras. Nuevos datos sobre el espacio

doméstico en un poblado de hoyos. *CuPAUAM, Cuadernos de Prehistoria de la Universidad Autónoma de Madrid*. P. 73-105.

LECKIE, A. (2019) – *The Raven Tower*. New York: Orbit.

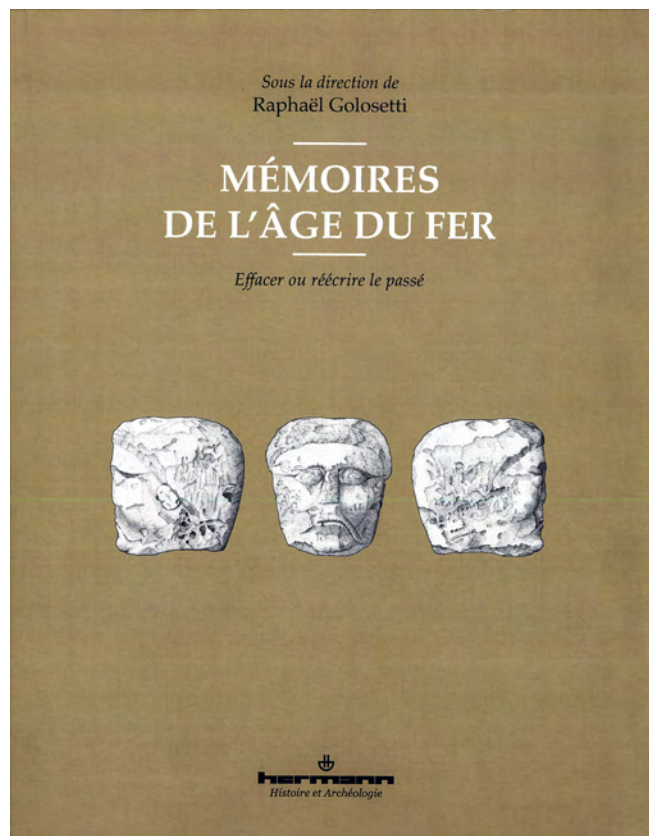
LIESAU, C. (2017) – Campaniforme y Ciempozuelos en la Región de Madrid. In GONÇALVES; V. S. (ed.) - *Sinos e Taças. Junto ao oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica*. Lisboa: UNIARQ. [Coleção estudos e memórias, 10], p. 302-323.

BLASCO, C.; LIESAU, C.; RIOS, P. (2019) – El registro funerario campaniforme de la Región de Madrid reflejo de una sociedad plural y compleja. In DELIBES, G.; GUERRA, E. - *¡Un brindis por el príncipe! El vaso Campaniforme en el interior de la Península Ibérica (2500-2000 a. C)*. vol. 1. p. 247-278.

SOARES, J.; SILVA, C. T. (1974-1977) - O Grupo de Palmela no quadro da cerâmica campaniforme em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, Série 3, 7/9, p. 102-112.

GOLOSETTI, R. (DIR.), 2019, MÉMOIRES DE L'ÂGE DU FER. EFFACER OU RÉÉCRIRE LE PASSÉ. PARIS: HERMANN ÉDITEURS, 294 PP. COM FIGURAS [ISBN 9782705695200].

FRANCISCO B. GOMES *



O interesse pela memória enquanto objecto de análise arqueológica tem conhecido desde inícios do século XXI um crescimento sustentado. A partir da publicação de um número especial da revista *World Archaeology* dedicado ao tema *The Past in the Past* (1998), seguido por um trabalho monográfico, já clássico, de R. Bradley (2002), e por um volume igualmente seminal editado por S. Alcock e R. Van Dyke (2003), verificou-se com efeito uma introdução no discurso da Arqueologia dos conceitos e debates que se vinham desenvolvendo em torno do conceito de memória colectiva no âmbito mais vasto das Ciências Sociais e Humanas, desde, pelo menos, os trabalhos de M. Halbwachs (1925, 1968).

Entre outros aspectos, os trabalhos desenvolvidos na esteira daqueles contributos pioneiros vieram enfatizar o papel socialmente situado e, portanto, negociado dos discursos da memória e da tradição no seio de cada comunidade

mas, sobretudo, ilustrar o papel da cultura material e da paisagem (antropizada) na construção desses discursos, abrindo assim as portas a uma abordagem especificamente arqueológica à forma como os grupos humanos do passado conceberam, estruturaram e representaram a sua própria história.

Se é certo que nas duas décadas que se seguiram se assistiu a uma multiplicação de trabalhos, tanto individuais como colectivos, que aprofundaram esta linha de análise, não pode deixar de se assinalar que no contexto da investigação sobre a Idade do Ferro o interesse pelo tema da construção e articulação da memória não se encontra ainda tão desenvolvido como seria talvez desejável. Por outro lado, verifica-se com certa frequência que os estudos que tocam o tema da memória na Idade do Ferro partem, na verdade, de um interesse de base nos monumentos de épocas anteriores, pré-históricas, e na sua persistência na paisagem e no imaginário colectivo, ou, alternativamente, de uma análise centrada já na apropriação do passado dito “proto-histórico” no contexto das sociedades de época clássica.

É por essa razão que a publicação de um volume dedicado aos fenómenos de construção, representação, manipulação e obliteração da memória especificamente centrado na Idade do Ferro europeia não pode deixar de se saudar e de se assinalar como um marco historiográfico relevante, sobretudo quando se trata de uma obra colectiva com o alcance teórico, metodológico e empírico do volume recentemente editado sob a direcção de R. Golosetti.

Esta obra, fruto dos primeiros encontros internacionais realizados sob os auspícios da *École Européenne de Protohistoire de Bibracte* em 2012, recolhe uma boa parte dos contributos preparados para esse encontro, bem como outros que surgiram, *impromptu*, durante o mesmo (p. 287), facto bem revelador da forma como a temática da memória e da sua construção colectiva e negociada pode iluminar – até de forma súbita – determinados horizontes e contextos. A maioria dos estudos finalmente publicados versa sobre o território francês ou, de forma mais lata, sobre a Europa continental, o que era de resto expectável, mas não devem obviar-se os contributos dedicados a questões peninsulares (A. Ruiz *et al.*) e próximo-orientais (C. Breniquet), a que se terão somado durante o encontro outros dedicados à Península Itálica, infelizmente não publicados (p. 288), facto que todos aqueles que não tiveram a oportunidade de assistir a esta reunião não podem deixar de lamentar dado o interesse da

rica documentação itálica para a discussão desta temática.

A obra encontra-se estruturada em três grandes blocos (v. *infra*), precedidos por uma utilíssima introdução geral da autoria do director do volume, R. Golosetti, que constitui um recurso inestimável para qualquer investigador que deseje introduzir-se nas discussões teóricas e metodológicas em torno da memória colectiva. Nela se expõem, de forma concisa e clara, tanto a historiografia dos debates em torno dos processos de construção da memória nas Ciências Sociais e Humanas como o impacto dos mesmos no discurso e na prática arqueológica. A bibliografia desta introdução constitui, por outro lado, um excelente repositório do trabalho que se tem desenvolvido sobre este tema, embora se possam assinalar algumas ausências dignas de nota, nomeadamente o volume *The Past in the Past*, editado por M. Georgiadis e C. Gallou (2009), o volume *Material Mnemonics*, editado por K. Lillios e V. Tsamis (2010), o volume *Archaeology and Memory*, editado por D. Borić (2010) ou o mais recente tomo sobre *The Lives of Prehistoric Monuments in Iron Age, Roman and Medieval Europe*, editado por M. Díaz-Guardamino, L. García Sanjuán e D. Wheatley (2015), que o investigador interessado em adentrar-se na análise arqueológica das estratégias de construção e representação da memória poderá querer acrescentar à sua lista de leitura¹.

Após esta introdução, que estabelece exemplarmente as coordenadas teóricas e metodológicas que subjazem às discussões desenvolvidas no restante volume, o corpo das contribuições inicia-se com um primeiro bloco sobre um dos aspectos mais trabalhados, mas também mais problemáticos, da análise arqueológica dos processos memoriais: a questão da reutilização de sítios de cronologias anteriores. O primeiro contributo deste bloco, da autoria de M. Poux e P.-Y. Milcent, versa sobre o importante sítio de Corent, na região de Auvergne, principalmente conhecido pela sua importante ocupação do final da Idade do Ferro, mas que nos últimos anos tem vindo a revelar uma longa diacronia de ocupação remontando ao Neolítico. Os autores apresentam uma interessante reflexão sobre o papel dos vestígios do passado na estruturação das ocupações do sítio, sem obviar contudo as descontinuidades na sequência documentada; o caso de estudo de Corent apresenta-se assim como um exemplo da cautela e seriedade metodológica com que deve abordar-se qualquer reconstituição dos processos memoriais antigos.

O contributo seguinte, assinado por P. Barral e P. Nouvel, apresenta uma reflexão de conjunto sobre os santuários do final da Idade do Ferro e do início da Época Romana no Leste da Gália, revelando a presença de um número significativo de complexos de culto, tanto com origens no final do período de La Tène como fundados já sob a égide de Roma, que claramente demonstram uma vontade de reactivar e/ou celebrar a memória (real ou imaginada) dos sítios ancestrais.

A contribuição seguinte, de M. Fernández-Götz, oferece uma reflexão tão ampla quanto estimulante sobre o papel dos antepassados, em concreto dos heróis fundadores, na estruturação de estratégias e narrativas de memória entre as populações da Idade do Ferro europeia. Esta reflexão metodológica parece particularmente pertinente e necessária num momento em que a evocação da relação com os “antepassados” como recurso explicativo no discurso arqueológico continua a fazer-se frequentemente de forma um tanto vaga e pouco problematizada, como uma espécie de *deus ex machina* que permite explicar rapidamente a reutilização de determinados sítios e estruturas sem explorar em profundidade as práticas e discursos sociais que lhe está subjacente.

Segue-se a (infelizmente) única contribuição peninsular deste volume, da autoria de uma equipa encabeçada por A. Ruiz, na qual se oferece uma aproximação muito bem fundamentada ao papel social e político da memória entre as comunidades ibéricas do Alto Guadalquivir, evocando casos tão emblemáticos como o da recentemente descoberta sepultura de Píquia, em Jaén, exemplo por excelência da materialização da memória e da sua manipulação num contexto histórico particular. Os casos de estudo abordados permitiram igualmente aos autores propôr uma diferenciação entre dinâmicas de *memória curta* e de *memória longa*, e estabelecer uma interessante análise antropológica do papel de cada uma delas em distintos contextos históricos, sociais e políticos.

O último contributo deste primeiro bloco, assinado por uma equipa liderada por J. Gascó e M. Maillé, apresenta o caso particular da necrópole de Saint-Bauzille, na região do Hérault, onde se documentou uma pequena necrópole de incineração da I Idade do Ferro associada a um conjunto de menires pré-históricos, alguns dos quais parecem ter sido reerguidos, adaptados e incorporados numa nova paisagem sepulcral, numa dinâmica que não pode deixar de recordar a situação documentada na necrópole da Tera, em Mora (Mataloto 2010-2011).

O segundo bloco de contribuições recolhidas neste volume trata genericamente das questões relacionadas com a manipulação das estátuas e das estelas figurativas durante a Idade do Ferro e em momentos posteriores. O primeiro contributo sobre esta temática, assinado também ele por uma equipa sob a direcção de P. Gruat, apresenta uma primeira reflexão sobre o interessantíssimo santuário de Touriès, no Departamento de Aveyron. Este notável conjunto apresenta uma extensa diacronia de ocupação, iniciado com a implantação no início da Idade do Ferro de um santuário ao ar livre no qual se encontrariam implantadas numerosas estelas; a sequência posterior da I Idade do Ferro é rica e complexa, incluindo a implantação de um *tumulus*, possivelmente funerário, e a posterior edificação de um *podium*, provável base de um espaço de culto, objecto de vários acrescentos e arranjos até ao abandono do sítio na transição para a II Idade do Ferro. Particularmente interessantes para o caso vertente são as amplas evidências da repetida destruição e substituição das estelas que pontuam este extraordinário conjunto, e que introduzem neste volume duas questões tão relevantes como a iconoclastia e a supressão da memória, tão importante por vezes como a sua manutenção e transmissão.

O contributo seguinte, da autoria de R. Golosetti, volta precisamente a este tema, neste caso através de uma análise crítica dos contextos de amortização das estátuas na Gália interior durante a Idade do Ferro, oferecendo uma síntese actualizada das evidências de iconoclastia na região e novas reflexões sobre o seu possível significado. A postura crítica do autor em relação aos dados e à sua interpretação parece também exemplar, já que a reconstituição das práticas e estratégias de memória do passado só podem assentar em dados empíricos e contextuais sólidos e bem contrastados.

Este segundo bloco temático é encerrado por uma contribuição que, apesar de versar sobre um contexto geográfico e cultural muito distinto dos anteriores, ganha neste volume um inegável valor comparativo. O trabalho de C. Breniquet sobre a busca e a manipulação do passado na Mesopotâmia Neo-Babilónica, no qual se recordam os trabalhos “proto-arqueológicos” promovidos por Nabucodonosor II e por Nabónido, oferece com efeito um contraponto muito útil para reflectir sobre as motivações das comunidades da Idade do Ferro (e das suas elites) que de uma ou outra forma se apropriaram de vestígios ancestrais; ao apresentar-nos os testemunhos escritos

desta busca pelo passado dos últimos monarcas caldeus, este contributo tem também a virtualidade de nos confrontar com as nuances que certamente nos escapam ao abordar as comunidades ágrafas da Idade do Ferro europeia e que parece conveniente ter em mente ao tratar da construção da memória destas últimas.

O livro agora resenhado finaliza com um terceiro bloco no qual se incluem estudos dedicados aos objectos ditos “anacrónicos” e ao seu significado no contexto de processos de conservação, manipulação e representação da memória. Neste apartado cruzam-se, portanto, as questões da memória humana e dos seus suportes materiais com o tema, também amplamente discutido desde há muito nas Ciências Sociais e Humanas, da “biografia dos objectos”, tema de plena actualidade num momento em que o *Ontological Turn* e os Novos Materialismos vieram de novo colocar o mundo material no centro da análise social.

O primeiro contributo deste terceiro bloco, da autoria de T. Lejars, analisa os vestígios anacrónicos ou “fora da norma” documentados nos contextos de culto gauleses do período La Tène B. Intimamente ligado com este tema, o contributo seguinte de P. Nouvel e M. Thivet apresenta um caso concreto deste tipo de ocorrência, nomeadamente o do santuário de Champs des Fougères, no Departamento de Doubs. Os casos tratados em ambos os trabalhos permitem entrever a longa (e seguramente complexa) biografia de alguns objectos mas também a forma como essa história (real ou ficcionada) lhes confere um valor intrínseco que justifica a sua inclusão nos espaços de culto, eles próprios sem dúvida cenários privilegiados para a representação e projecção da memória de cada comunidade.

Finalmente, o volume encerra com um magistral contributo de S. Verger que oferece uma ampla panorâmica das possibilidades de uma análise biográfica aplicada a determinados objectos excepcionais da Idade do Ferro europeia. Através de um vasto leque de exemplos seleccionados, cotejados com a leitura de passagens significativas de autores greco-latinos, de Homero a Marcial, e mesmo com alguns exemplos contemporâneos, este capítulo demonstra bem o papel da cultura material na construção, manipulação e representação da memória (especialmente nos ambientes aristocráticos) e é um excelente exemplo do potencial de uma análise arqueológica das narrativas em torno ao passado e do seu aproveitamento nos discursos de poder e identidade do I milénio a.n.e..

O conjunto diverso de estudos recolhidos por R. Golosetti neste volume sobre as *Mémoires de l'Âge du Fer* constituem assim uma amostra representativa das problemáticas e das abordagens possíveis para uma reconstrução da forma como as comunidades da Idade do Ferro recordaram, esqueceram e reescreveram a sua história em função das suas próprias agendas e estratégias. Trata-se, portanto, de um contributo inestimável, não só para uma "Arqueologia da Memória" ou para a reconstrução dos suportes ideológicos das estruturas sociopolíticas da Europa do I milénio a.n.e., mas também para acabar definitivamente com um paradigma que tende a cristalizar as comunidades sem escrita como a-históricas ou, no melhor dos casos, proto-históricas, revelando a complexidade das suas relações com o seu passado, real ou imaginado, e das suas formas de pensar, narrar e transmitir a sua própria história.

Nota

¹ - Bem como, aliás, um outro volume recém-publicado dedicado à memória e aos usos do passado na Idade do Bronze do Egeu (Borgna *et al.* 2019).

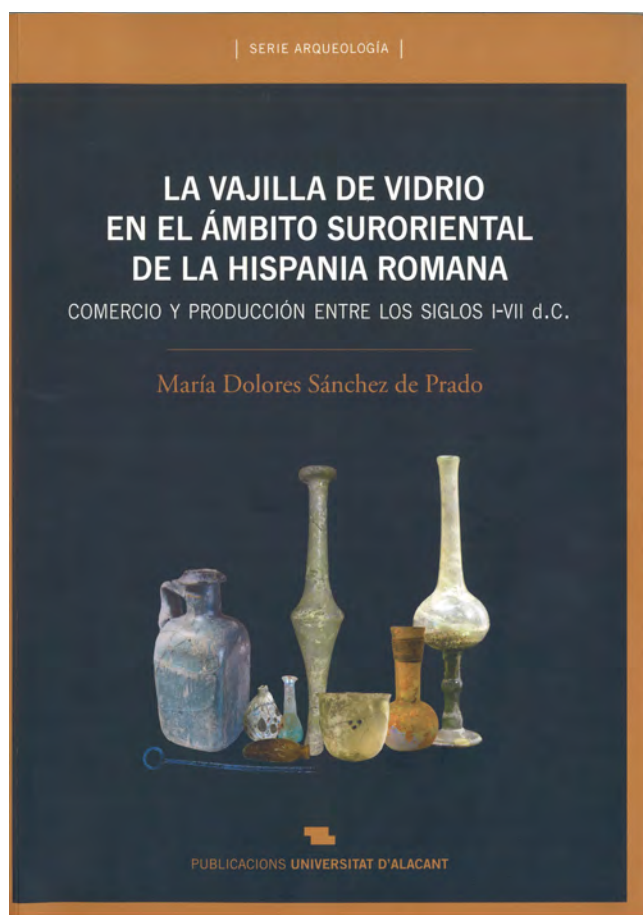
* - Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras - UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa) / Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). franciscojbgomes@gmail.com

Referências:

- ALCOCK, S. - Van DYKE, R. (eds.) (2003) - *Archeologies of Memory*. Londres.
- BRADLEY, R. (2002) - *The Past in Prehistoric Societies*. Londres.
- BORGNA, E. - CALOI, I. - CARINCI, F. M. - LAFFINEUR, R. (eds.) (2019) - *MNHMH / MNEME. Past and Memory in the Aegean Bronze Age*. Leuven.
- BORIĆ, D. (2010) - *Archaeology and Memory*. Oxford.
- DÍAZ-GUARDAMINO, M. - GARCÍA SANJUÁN, L. - WHEATLEY, D. (eds.) (2015) - *The Lives of Prehistoric Monuments in Iron Age, Roman and Medieval Europe*. Oxford.
- GEORGIADIS, M. - GALLOU, C. (eds.) (2009) - *The Past in the Past: The Significance of Memory and Tradition in the Transmission of Culture*. Oxford.
- HALBWACHS, M. (1925) - *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris.
- HALBWACHS, M. (1968) - *La mémoire collective*. Paris.
- LILLIOS, K. - TSAMIS, V. (eds.) (2010) - *Material Mnemonics: Everyday Memory in Prehistoric Europe*. Oxford.
- MATALOTO, R. (2010-2011) - Os Senhores da Terra: necrópoles e comunidades rurais do território alto alentejano nos séculos VI-V a.C. *Arqueologia & História* 60-61: 77-100.

SÁNCHEZ DE PRADO, M.^a, 2018, LA VAJILLA DE VIDRIO EN EL ÁMBITO SURORIENTAL DE LA HISPANIA ROMANA. COMERCIO Y PRODUCCIÓN ENTRE LOS SIGLOS I-VII D.C. ALICANTE: PUBLICACIONES UNIVERSITAT D'ALACANT, 408 PP. COM FIGURAS [ISBN 978-84-9717-560-9].

CARLOS PEREIRA *



O estudo do vidro romano corresponde, ainda, a um inevitável problema da Arqueologia Clássica. Se, por um lado, a dificuldade do tema se deve à elevada fragmentação dos conjuntos vítreos, por outro, a frequente reciclagem do vidro em época romana tem distanciado, destes artefactos, os profissionais da área científica. Com efeito, é de consensual apreciação que o estado da arte dos vidros romanos fica aquém das restantes categorias artefactuais, que têm merecido mais atenção. Tal situação faz com que sejam escassos os estudos de fundo inteiramente dedicados a estes frágeis materiais, aos quais somente alguns afoitos resistem. Este é, justamente, o caso de Maria Dolores Sánchez de Prado, que, persistentemente, nunca abandonou a sua dedicação aos vidros romanos, desde

que realizou a sua tese de licenciatura, nos anos oitenta (1984).

Felizmente, o conhecimento opaco que temos sobre o vidro romano tende a ficar cada vez mais claro. Conquanto o livro de Clasina Isings (1957) seja incontornável, e continuará a sê-lo, para aquele que inicie um estudo sobre estes artefactos, parece evidente que os recentes trabalhos, que vêm sendo realizados por toda a Europa, têm contribuído para que aquela obra fique cada vez mais desactualizada (apenas como exemplo: Rütli 1991, Foy 1995, Foy - Nenna 2003, Sánchez de Prado 2004, Cruz 2009, Gamo 2010). Neste sentido, creio não me equivocar ao afirmar que também a obra de Maria Dolores é de referência e de consulta obrigatória. Além de tratar e divulgar um amplíssimo conjunto, actualiza eloquentemente o estado da arte acerca da produção e consumo de vidros. Refira-se, pois, e a mero título de exemplo, que a sua organização é muito prática e pragmática, permitindo uma fácil consulta ao leitor, além de que oferece um catálogo muito útil e pleno de dados.

O trabalho é composto por cinco grandes capítulos. No primeiro a autora compila as informações gerais do conjunto, que excede os 1400 fragmentos. Com uma breve leitura fica claro que este é muito amplo e diversificado, além de que a grande maioria é proveniente de intervenções arqueológicas recentes de diversa natureza. Por este motivo, a exposição dos materiais é apresentada por sítio, seguindo um critério geográfico, tendo-se realizado um extenso catálogo que permite uma rápida consulta das peças e dos seus contextos. As figuras são de elevada qualidade e os desenhos, de sua própria autoria, de grande nitidez gráfica e morfológica.

No segundo capítulo foi realizada uma análise contextual com base, sobretudo, nos conjuntos de três grandes núcleos urbanos, *Carthago Nova*, *Ilici* e *Segobriga*, sendo dois litorais e um interior. Embora, apoiando-se nestes dados, a autora teça interessantes sugestões, a própria admite que a maioria dos materiais daqueles sítios, algo espectacular em intervenções urbanas, está descontextualizada, servindo-se, então, das intervenções arqueológicas recentes realizadas nas imediações, para enquadrar os materiais descontextualizados. Ainda que entendamos a opção, esta não deixa de ser uma metodologia audaciosa, sobretudo se tivermos em conta a longa diacronia de algumas das formas que discute. Ainda naquele capítulo, a autora disserta acerca dos tipos e das produções dos recipientes de vidro da área de estudo, enquadrando-os no

panorama produtivo e comercial da Antiguidade. Fica claro o amplo conhecimento que tem destes temas e o domínio da bibliografia da especialidade.

O terceiro capítulo dá seguimento cronológico à exposição iniciada no precedente. Aliás, estes capítulos apresentam uma estrutura bastante intensa e extensa, bem organizada e de consulta intuitiva. Trata-se de uma exposição crono-tipológica organizada pelas quatro grandes categorias de fabrico: os recipientes fabricados em molde, os soprados em molde, os soprados livremente e os vidros de janela. A separação dos materiais alto-imperiais (capítulo II) dos da Antiguidade Tardia (capítulo III) parece-nos que foi bastante vantajoso, expondo de forma ainda mais evidente a inflexão, de que a autora fala na introdução, desta fase em relação àquela. Além disso, apresenta balizas cronológicas bastante precisas para técnicas de fabrico e para formas, apoiando-se quer nas informações de outros autores, quer nos dados contextuais do conjunto analisado.

Com efeito, um dos grandes contributos deste extenso trabalho prende-se com as cronologias para cada tipo. Se é certo que o panorama crono-tipológico estava em crescente definição, este estudo deu um importante contributo para afinar, com maior precisão, cronologias que se atribuem a muitos dos tipos já estabelecidos. Tal avanço só foi possível graças ao grande esforço em compilar informações divulgadas, mas também devido à contextualização crono-estratigráfica de grande parte do conjunto em análise.

Da mesma forma, são igualmente relevantes as considerações sobre a funcionalidade de muitos dos recipientes, como é o caso, por exemplo, do *aryballos*. Justamente por esse motivo, teria sido sumamente interessante a contemplação de um capítulo que discutisse a forma, a função e o contexto arqueológico do conjunto. Efectivamente, este parece reunir as condições necessárias para tal, uma vez que oferece uma grande diversidade de contextos (urbanos, rurais, de lazer, industriais, domésticos, entre outros), da mesma forma que teria sido interessante uma justaposição entre conjuntos de sítios litorais e interiores.

Se para o vidro durante o Alto-Império esta obra é muito útil, é particularmente interessante o conteúdo acerca da produção e consumo de recipientes de vidro durante a Antiguidade Tardia, o qual parece estar em acordo com a realidade tida para outras categorias cerâmicas, como é o caso da *terra sigillata* ou das lucernas. As transformações

dos repertórios, das funções e das quantificações são devidamente enquadradas numa conjuntura histórica e social própria da época, demonstrando reiteradamente que este estudo não fica apenas pela análise dos materiais.

No quarto capítulo, além de se realizar uma breve síntese sobre a produção de vidro em época romana, são apresentados os diferentes vestígios de eventuais actividades vidreiras na área de estudo, trabalho realizado, eventualmente, no seguimento do estudo que fez em colaboração com Mário da Cruz (Cruz - Sánchez de Prado 2015).

A obra termina com um capítulo dedicado a uma síntese geral sobre a evolução do repertório de recipientes de vidro no Sudeste hispânico, mais uma vez devidamente contextualizada do ponto de vista geográfico e histórico. Esta valorização global do conjunto, contudo, expõe de uma forma clarividente e concisa a evolução dos vários grupos tipológicos de recipientes de vidro romano, abordando as diferentes áreas produtoras do Império, que acompanha por cronogramas onde se pode visualizar a diacronia e/ou sincronia de cada tipo.

Mais do que resgatar do esquecimento artefactos singulares, esta obra dá um importante contributo para o conhecimento de uma actividade que, seguramente, foi abundante em época romana, mas que é de escassa visibilidade no registo arqueológico. Marca um antes e um depois no conhecimento do vidro romano no Sudeste hispânico, mas é igualmente relevante para o estudo do vidro em geral. Útil, tanto para aquele que se inicia no estudo do vidro romano, como para especialistas, é um trabalho que destaca, incontornável para futuros estudos sobre o tema.

* - Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras - UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa) / Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). carlos_samuel_pereira@hotmail.com

Referências:

- CRUZ, M. (2009) - *O vidro romano no Noroeste peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho.
- CRUZ, M. - SÁNCHEZ DE PRADO, M^a (2015) - Glass working sites in Hispania: What we know. In LAZAR, I. (ed.), *Annales du 19e Congrès de l'Association Internationale pour l'Histoire du verre (Piran, 2012)*. Koper: 178-187.

FOY, D. (ed.) (1995) - *Le verre de l'Antiquité Tardive et du Haut Moyen Age, typologie, chronologie et diffusion. VIII Rencontre de l'AFAV (Guiry-en-Vexin, 1993)*. Guiry-en-Vexin.

FOY, D. - NENNA, M. (dir.) (2003) - *Échanges et commerce du verre dans le monde antique. Actes du colloque de l'AFAV (Aix-en-Provence et Marseille, 2001)*. Montagnac (*Monographies Instrumentum* 24).

GAMO, B. (2010) - Un material frágil y olvidado. El estudio del vidrio de época visigoda en Hispania. In MORÍN DE PABLOS, J. - LÓPEZ, J. - MARTÍNEZ, A. (eds.), *El tiempo de los «bárbaros». Pervivencia y transformación en Galia e Hispania (ss. V-VI d.C.)*. Alcalá de Henares (*Zona Arqueologica* 11): 475-485.

ISINGS, C. (1957) - *Roman glass from dated finds*. Gronningen-Djakarta (*Archaeologica Traiectina* II).

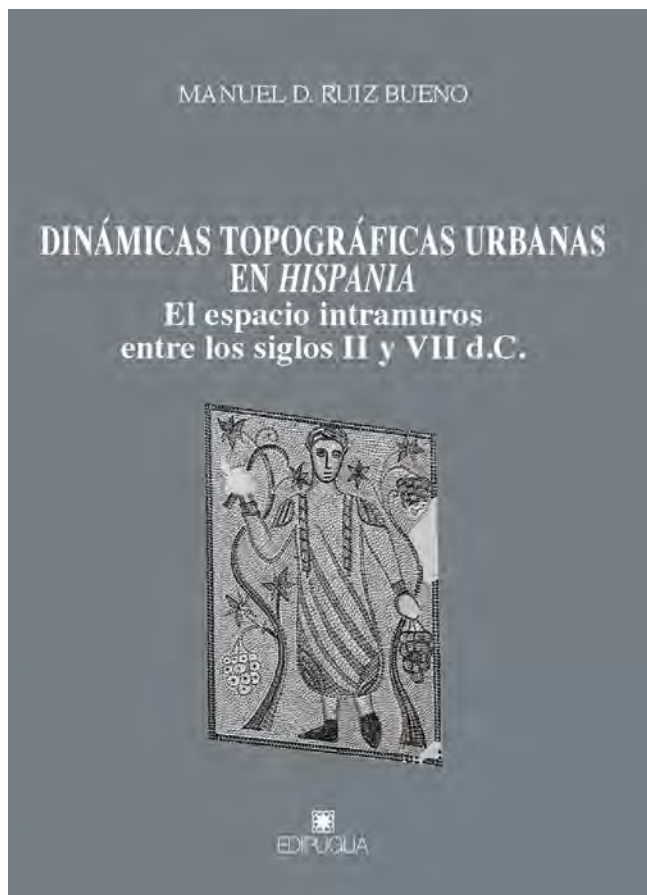
RÜTTI, B. (1991) - *Die römischen Gläser in August und Kaiseraugust. Katalog und Tafeln*. Forschungen in August 13/2. August.

SÁNCHEZ DE PRADO, M^a (1984) - *El vidrio antiguo en la provincia de Alicante*. Alicante (Memoria de Licenciatura inédita).

SÁNCHEZ DE PRADO, M^a (2004) - El vidrio romano en el *Conventus Carthaginensis*. In FUENTES, A. (ed.), *I Jornadas sobre el vidrio en la España Romana (Segovia, 2001)*. Cuenca: 79-113.

RUIZ BUENO, M. D., 2018, *DINÁMICAS TOPOGRÁFICAS URBANAS EN HISPANIA. EL ESPACIO INTRAMUROS ENTRE LOS SIGLOS II Y VII D.C.* BARI: EDIPUGLIA, 251 PP., 45 FIGS. (COLLANA MUNERA 44) [ISBN 978-88-7228-855-9].

JESÚS ACERO PÉREZ *



En los últimos años el interés por analizar el proceso de transición de la *civitas* romana clásica a la ciudad tardoantigua está experimentando un considerable desarrollo en el ámbito de estudio de la antigua *Hispania*. Sin embargo, hasta ahora se echaba en falta un estudio monográfico que ofreciese una aproximación de conjunto sobre el cambio de modelo urbano a nivel peninsular. El trabajo de M. D. Ruiz Bueno viene a cubrir con éxito esta laguna de la investigación hispánica. La publicación deriva de su tesis doctoral, un estudio que a pesar de estar centrado en la evolución urbanística de la Córdoba clásica y tardoantigua, conllevó un análisis más amplio para contextualizar esta realidad local dentro de una escala peninsular. El libro, por tanto, nace con esta vocación generalista, tomando a *Hispania* como marco de referencia, dentro del cual se incide en las

ciudades mejor conocidas desde un punto de vista arqueológico, aunque prestando especial atención a la antigua provincia *Baetica* y, sobre todo, a la capital cordobesa, de la que se aportan las mayores novedades en esta monografía. El marco temporal elegido abarca desde el siglo II, es decir, poco después de que la ciudad hispanorromana alcanzase su mayor desarrollo, hasta el siglo VII, momento previo a la conquista islámica de la Península Ibérica. El interés científico de este trabajo le hizo ser merecedor del Premio Edipuglia Renzo Ceglie (segunda edición, 2018) y de su publicación monográfica a cargo de esta prestigiosa editora italiana.

Ya el prólogo del Prof. Desiderio Vaquerizo pone en evidencia tanto la pertinencia del tema como la rigurosidad con la que es tratado por parte del autor. Con un estilo directo y claro, sin extenderse en artificios (aunque, quizás, con un uso excesivo de citas textuales), la obra tiene el mérito de sintetizar una ingente, variada y, con frecuencia, desigual información arqueológica, sabiéndole darle un sentido conjunto dentro del proceso histórico en el que se centra el estudio. El análisis pone el foco en nueve grandes categorías en las que se condensan las transformaciones topográficas de las ciudades hispanas, ciñendo la atención particularmente en el espacio intramuros. En cada una de estas categorías, expuestas en capítulos independientes, se hace un encomiable esfuerzo por presentar diferentes fases de evolución dentro del marco cronológico objeto de estudio. Previamente, se dedica un capítulo inicial a sintetizar de manera crítica el tratamiento que ha tenido esta línea de investigación en la bibliografía hispana. El análisis arqueológico propiamente dicho comienza por las transformaciones en las infraestructuras defensivas, asunto al que se le dedica el capítulo 2. Es bien conocido el fenómeno de reforzamiento de las murallas tardías, así como la construcción de nuevos recintos o lienzos que, en no pocos casos, supusieron una reducción de la superficie *in urbe* respecto a la de época altoimperial. Lamentablemente, a pesar de los esfuerzos del autor por presentar una explicación secuencial, el discurso se ve condicionado por la falta de cronologías precisas, lo que dificulta una definición global de este proceso, en el que parece darse una variada casuística.

El capítulo 3 se ocupa de los cambios en la infraestructura viaria y de saneamiento. Y es que se asiste en este período a la desarticulación progresiva del callejero urbano, un proceso que en algunas ciudades muestra sus primeras evidencias en

momentos avanzados del siglo II con la apropiación puntual de los pórticos peatonales y del espacio viario, fenómeno que se agudiza a partir de mediados del siglo III y durante las centurias siguientes, dando como resultado un estrechamiento generalizado del espacio viario transitable. Paralelamente, se produce la ocultación de los primitivos enlosados bajo suelos de carácter terrizo, sucesivamente recrecidos mediante la compactación de tierras, cascotes y otros detritus acumulados sobre la superficie de las vías. Con todo ello se relaciona la inutilización progresiva de las redes de cloacas, síntoma de una ausencia o renuncia de las autoridades que hasta entonces se encargaban de su mantenimiento, pero, a la vez, consecuencia de la reducción, o anulación total, del flujo del agua suministrada por los acueductos, aspecto analizado en el capítulo siguiente.

En efecto, la caída en desuso de los acueductos, que parece generalizarse entre los siglos IV-V, produjo un sustancial cambio en la salubridad de los núcleos urbanos. Las escasas ciudades que aún continuaron con acueductos más allá del siglo V, como es el caso de *Barcino*, *Tarraco* o *Valentia*, destinarían estas conducciones al abastecimiento exclusivo de los centros de poder. El abastecimiento urbano, por tanto, pasó a realizarse mayoritariamente a través de pozos, cisternas y, en los casos más favorables, aprovechando manantiales naturales existentes en el espacio urbano.

El capítulo 5 analiza los cambios en la gestión de los residuos sólidos, uno de los aspectos que en los últimos años mayor interés ha despertado para la investigación arqueológica en relación a las transformaciones en los modelos urbanos. El cambio más radical es la proliferación intramuros de los vertederos. En núcleos como *Baelo Claudia*, *Carmo* o *Carthago Nova*, entre otros, el fenómeno se inicia entre la mitad del siglo II e inicios del siglo III, coincidiendo con un temprano decaimiento urbano. Pero fue a partir de esta última centuria en adelante cuando el fenómeno terminó por generalizarse, a ritmos variables, en todo el entorno peninsular. La aparición y difusión de vertederos intramuros parece manifestar la falta, por incapacidad o renuncia, de los servicios de recogida de basura, si bien Ruiz Bueno no descarta algún tipo de control público en el redireccionamiento de los residuos dentro de la nueva realidad urbana.

El capítulo 6 pone el foco en la arquitectura pública, dentro de la cual el análisis se centra en un doble fenómeno: de un lado, la inutilización de los antiguos complejos monumentales, y de otro, la

aparición de una nueva edificación civil. El primero ha sido un aspecto al que la historiografía ha prestado particular atención. Pero el autor no sólo se refiere a los diferentes factores históricos, ampliamente discutidos por la bibliografía, que explican este hecho. Además, se detiene en las transformaciones que a nivel arqueológico caracterizan este fenómeno de abandono, expolio y reocupación; cambios que, en tiempos y modos diversos, terminan por llevar a la desaparición de los recintos públicos que habían marcado el paisaje monumental de las ciudades romanas. Sobre los antiguos foros, o en sus inmediaciones, es llamativa la aparición de determinados edificios de nueva planta y cierta monumentalidad, aún mal caracterizados, y que parecen estar en relación con los nuevos poderes civiles. Por el momento su presencia se ha identificado, o a veces intuido, en *Corduba*, *Emerita*, *Tarraco*, *Barcino* y *Gerunda*.

La ciudad tardoantigua también asiste al inicio, desarrollo y consolidación de la arquitectura cristiana, aspecto al que el autor dedica el capítulo 7, el más extenso del volumen. Si exceptuamos algunos casos dudosos, como la recientemente identificada *domus ecclesiae* localizada en Mérida, para la que se ha propuesto una cronología preconstantiniana o ligeramente posterior, son pocas las evidencias del inicio de la cristianización del paisaje urbano, ya en el siglo IV, entre las que sin duda destaca el conocido conjunto episcopal de *Barcino*, situado muy próximo a la cara interna de la muralla. Es a partir de la centuria siguiente cuando se atestigua una progresiva monumentalización de la edificación de signo cristiano, en la que el autor destaca dos tipos de construcciones sacras: los grupos episcopales, en posición intramuros, y las iglesias martiriales y/o cementeriales, predominantemente suburbanas. Los siglos VI y VII suponen el desarrollo de esta arquitectura cristiana, marcado tanto por la ampliación y embellecimiento de las construcciones anteriores, como por la proliferación de nuevas iglesias y otros edificios que, como los complejos monásticos, experimentan en este momento su mayor auge. Se puede hablar, por tanto, de un proceso paulatino de cristianización de la topografía urbana, hasta conformar un nuevo paisaje monumental que se extiende tanto fuera como dentro de los recintos amurallados.

Los cambios en la arquitectura doméstica son objeto de análisis en el capítulo 8. La evolución de la ocupación residencial, como la de las infraestructuras viarias, dependió de la propia coyuntura que

experimentó cada ciudad. Así, frente al abandono de amplias áreas residenciales intramuros que se produjo, por ejemplo, en *Baelo Claudia* y *Carthago Nova* entre mediados del siglo II e inicios del III, otras ciudades más pujantes experimentaron un fuerte desarrollo de su arquitectura doméstica, lo que se refleja en la construcción de nuevas viviendas y, sobre todo, en la constante renovación de las ya existentes. Particularmente intenso fue el desarrollo edilicio de las grandes *domus* aristocráticas en época bajoimperial, demostrando su estatus social a través de la ampliación de su superficie (generalmente, a costa del espacio público) y del embellecimiento de sus programas decorativos. Será a partir del siglo V en adelante cuando, en opinión de Ruiz Bueno, se produzca el verdadero cambio en la arquitectura doméstica hispanorromana, aunque algunas ciudades estudiadas recientemente, como *Mirobriga* (Santiago do Cacém, Portugal), ya dan muestras de una desarticulación de las *domus* desde la centuria anterior. El cambio de modelo se manifiesta, sobre todo, en la adaptación de las *domus* para acoger varias viviendas plurifamiliares de carácter humilde, las cuales se instalan bajo nuevas fórmulas de habitabilidad en las que se alternan las funciones propiamente domésticas con otras actividades agropecuarias y productivas. Otras viviendas marginales se acomodan en los pórticos viarios o en los antiguos complejos monumentales que, como ya se ha dicho, sufrieron un proceso generalizado de transformación y reocupación. Diferentes son las edificaciones caracterizadas por tener una mayor envergadura y planta compacta, a menudo con dos pisos, que parecen haber funcionado como residencias aristocráticas, bien documentadas en lugares como *Barcino*, *Tarraco* o *Emerita*, aunque tampoco se perdió del todo el modelo tradicional de casa de peristilo, del que se fechan los últimos ejemplares construidos (o monumentalizados) en la segunda mitad del siglo V o incluso, según el autor plantea para algún caso cordobés, en el siglo VI.

El capítulo 9 se centra en analizar los cambios en las actividades productivas y, sobre todo, el desplazamiento de éstas a la superficie intramuros. No obstante, se trata de una mutación hasta cierto punto matizable, teniendo en cuenta que las propias ciudades romanas se mostraron más permeables a la inclusión de industrias y artesanías incorporadas en su tejido urbano, si bien es cierto que normalmente ocupando una posición periférica dentro de la superficie *in urbe*. Además, ya desde finales del siglo II se dejan sentir en algunas áreas geográficas,

especialmente en la Bética, importantes cambios económicos que repercuten, entre otros, en los sistemas productivos de la industria minera, alfarera, oleícola, salazonera y de extracción de piedra. Todos estos cambios económicos, referidos por el autor, tuvieron su impacto en el paisaje urbano, especialmente a partir del siglo V, en combinación con otros fenómenos antes referidos, como el del abandono del viario, la desarticulación de las *domus* y la caída en desuso y posterior reocupación de los espacios públicos. El resultado, especialmente a partir del siglo V, es el de una ocupación con un tejido urbano desagregado y en proceso de "ruralización", en el que proliferan las labores agropecuarias e industriales en el área intramuros, tanto en el interior de los espacios domésticos como en los antiguos recintos públicos, que son explotados, a la vez, como cantera de materias primas.

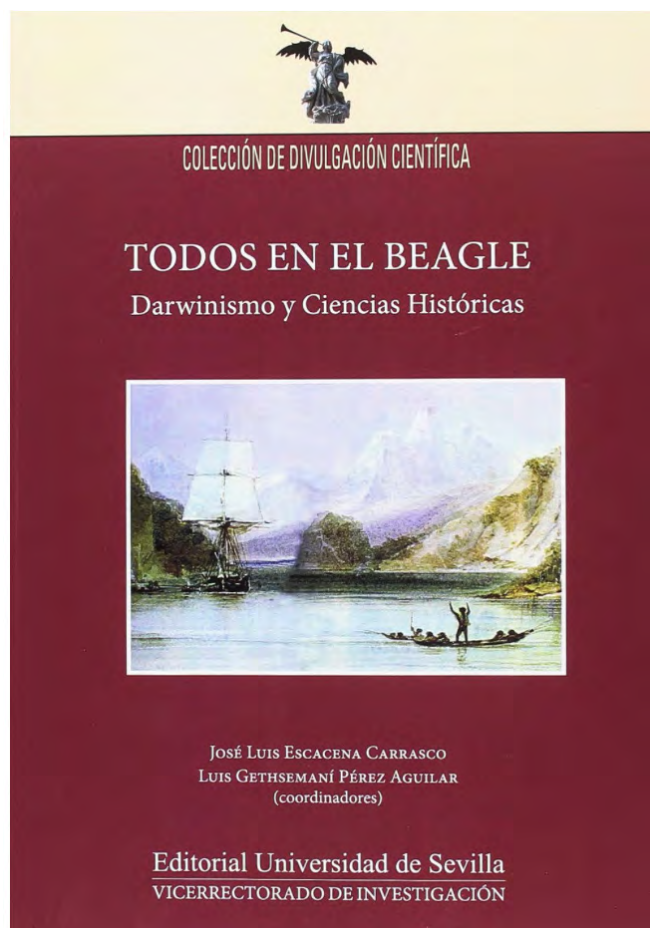
Otro significativo cambio en la concepción del espacio urbano es la aparición de enterramientos intramuros, que rompen con la antigua barrera física y simbólica que era el *pomerium*. Si bien inicialmente aparecen enterramientos aislados o formando pequeños grupos, bien en espacios aparentemente abandonados, bien asociados a los primeros edificios de culto cristiano, no será hasta los siglos VI-VII cuando aparezcan verdaderas necrópolis *in urbe*, coincidiendo con la consolidación de la arquitectura cristiana. En cualquier caso, en las ciudades hispanas el espacio extramuros continuó siendo el lugar de enterramiento preponderante a lo largo de la Antigüedad Tardía.

Termina la obra con un apartado conclusivo (tanto en español como en inglés), en el que el autor realiza con éxito un esfuerzo por sintetizar los principales resultados de su investigación, manteniendo el mismo orden de los capítulos de análisis precedentes. A ello le sigue un extenso apartado bibliográfico que pone de manifiesto el elevado volumen de información utilizado en esta monografía. Y, aunque se echa en falta un listado con las fuentes documentales empleadas, este aspecto no desmerece en nada el contenido de esta brillante publicación, llamada a convertirse en una obra de referencia dentro de la bibliografía especializada en el proceso de transición de la ciudad romana clásica a la tardoantigua.

* - Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras - UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa) / Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).alconetar@hotmail.com

ESCACENA CARRASCO, J. L. - PÉREZ AGUILAR, L. G. (COORDS.), 2018, TODOS EN EL BEAGLE. DARWINISMO Y CIENCIAS HISTÓRICAS. SEVILLA: EDITORIAL DE LA UNIVERSIDAD DE SEVILLA, 204 PP. CON FIGURAS (COLECCIÓN DE DIVULGACIÓN CIENTÍFICA 19) [ISBN 978-84-472-1930-8].

CARMEN R. CAÑAS *



Desde que el 24 de noviembre de 1859 Charles Darwin publicase su libro *On the Origin of Species*, en conjunción con las ideas defendidas por Alfred Russel Wallace e inspirado por *An essay on the principle of population* (1798) de Thomas Malthus, la teoría de la evolución biológica por selección natural fue asentándose como paradigma científico para abordar el mecanismo de creación de las especies –si bien, conciliándose posteriormente con las leyes de la genética mendeliana, así como con nuevos avances en el campo biológico que han ido modelando la historia del pensamiento evolucionista. La Teoría de la Evolución por Selección, propuesta en origen por Darwin para dar cuenta de los cambios somáticos,

es actualmente aplicable a diferentes esferas académicas tales como la psicología, la antropología cultural o la arqueología, entre otras. Es este carácter universal, esta fertilidad, el punto central de estudio que abordan los autores de *Todos en el Beagle*.

La monografía *Todos en el Beagle. Darwinismo y Ciencias históricas*, coordinada por los Drs. José Luis Escacena Carrasco y Luis Gethsemaní Pérez Aguilar, fue galardonada con el premio Universidad de Sevilla a la Divulgación Científica (2016) al abordar aspectos variados desde una metodología darwinista, constituyendo un ejemplo más que evidente de que este paradigma epistemológico es aplicable a cualquier parcela de la realidad humana. La obra en cuestión, que forma parte de la línea de investigación del Grupo *TELLUS. Prehistoria y Arqueología en el Sur de Iberia* (HUM-949 del Plan Andaluz de Investigación) –vinculado al Departamento de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Sevilla–, pretende hacer llegar al público no especializado una serie de ensayos que convergen en la aplicación de la Teoría de la Evolución por Selección a diferentes facetas de la vida humana, y no únicamente a cuestiones somáticas. El objetivo no es otro que conseguir aunar el trabajo en ciencias sociales bajo este cuerpo teórico, que se encuadra dentro de los preceptos de investigación prefijados en ciencia, proporcionando así una forma científica de trabajar en Historia.

En el primer capítulo, *Las Vacas del País de Liliput*, el Dr. José Luis Escacena Carrasco nos muestra la problemática existente en torno a la Teoría de la Evolución por Selección aplicada a las ciencias sociales, aclarando una serie de nociones evolutivas básicas que han sido malinterpretadas al impregnarlas de tintes moralistas y dogmáticos. El modelo darwinista, basado en presiones selectivas externas que generan cambios al actuar sobre la variabilidad genotípica de la descendencia, sirve para explicar la evolución de todos los animales, inclusive el ser humano. Al elaborar su teoría, Darwin no especifica que fuese aplicable a los rasgos exclusivamente somáticos: los rasgos conductuales o extrasomáticos están igualmente sujetos al proceso de selección natural, como defenderá posteriormente el etólogo y biólogo evolutivo Richard Dawkins. Sin embargo, por nuestra tradición, y ya desde la antigüedad clásica, creemos en la división cuerpo–alma/conducta, y es esta división antropocentrista la que ha dado lugar a que darwinismo y estudio conductual humano no casen a la hora de abordar las investigaciones científicas en el campo histórico. Debido a ello la mayoría de humanistas, en muchos casos sin ser conscientes,

trabajan bajo el modelo lamarckiano porque no genera tanto dilema con el bagaje cultural que tenemos; no estamos dispuestos a aceptar que hay factores naturales que se nos escapan y que influyen en el derrotero individual o poblacional, queremos aceptar que las sociedades predeterminan su propia historia. Resulta paradójico que no haya problema alguno en aceptar la evolución de las especies, pero sí la evolución conductual como un proceso que sigue teniendo lugar en la actualidad. El cuerpo teórico darwinista no fue únicamente planteado para tratar lo biológico o lo de tiempos pasados: las leyes darwinistas son de carácter universal y dan explicación a los ecosistemas actuales de los que el hombre, al igual que cualquier otro animal, forma parte. Toda esta visión queda perfectamente plasmada en el primer capítulo del libro, donde se nos insta a no juzgar con nuestra moral presentista los acontecimientos históricos si se pretende seguir el modelo científico de análisis. Así mismo, es preciso aclarar que el término “evolución”, pilar fundamental para la comprensión de la teoría de la evolución, se ha cargado en historia de un matiz moralizante ajeno a su verdadera acepción darwinista, la de progreso.

Eloísa Bernáldez Sánchez, Dr. en biología y vinculada al IAPH, dedica el segundo capítulo a subrayar nuestra “animalidad” para dar respuesta a dos de las preguntas más planteadas a lo largo de nuestra historia: quiénes somos y de dónde venimos. Para responder a dichas cuestiones la autora realiza un repaso por nuestra evolución biológica, arguyendo que somos omnívoros herbívoros tolerantes del consumo cárnico y que la selección natural, actuando sobre la variabilidad genética, dotó al ser humano de una mayor masa cerebral. Esta característica, en un entorno favorable donde nuestra anatomía y fisiología estuviesen adaptadas a las fuentes de energía, acabaría desembocando en un mayor desarrollo neuronal, capacidad resolutive ante problemas y capacidad creativa. Dicha mutación cerebral resultó ser una ventaja adaptativa en tanto que nuestra velocidad resolutive ante problemas nos ha llevado a poder desempeñar labores para las que no estamos dotados anatómicamente. Durante este proceso evolutivo, genético y conductual, los humanos influimos al sesgar la biodiversidad existente en una simbiosis mutualista que nos permite beneficiarnos reproductivamente tanto a nosotros como a las especies domesticadas de animales y plantas. La verdadera diferencia de nuestra especie con respecto a las otras especies animales puede apreciarse en la capacidad de producir excedentes para superar

las hambrunas, permitiéndonos estabilizar nuestro nicho, y en la evasión de la alta tasa de mortandad; el resultado es el aumento progresivo de la población, pues el verdadero éxito en términos darwinistas es el reproductivo. Volviendo a las preguntas iniciales planteadas por la autora, la respuesta es contundente y rotunda: somos animales con una gran variabilidad conductual que nos sitúa a la cabeza de una carrera de fondo.

En el tercer capítulo, el Dr. Álvaro Gómez Peña pretende demostrar que el darwinismo puede dar explicación a la religión, considerada como una “especificidad” humana, del mismo modo que se explica la evolución somática de los homínidos. Para ello, ahondará también en los conceptos de ética y moral que subyacen a la conducta religiosa, pues existen evidencias conductuales en algunos animales que ponen de manifiesto que la ética y la moral probablemente existiesen desde antes del surgimiento de nuestra especie; existen casos en la naturaleza donde la cooperación desempeña un papel vital para la supervivencia de las especies, y es ahí donde la ética y la moral resultan adaptativas. No obstante, esto no quiere decir que la religiosidad deba y pueda estar presente en el resto de animales. ¿Cómo se entiende entonces la “especificidad” religiosa humana? La respuesta parece hallarse en nuestra estructura cerebral, distinta de otros animales. En el proceso de selección natural, los rasgos genotípicos y fenotípicos, incluidos los conductuales, son desarrollados por azar, y son los contextos en que se desenvuelven los que harán que tengan éxito, y se “reproduzcan”, o acaben desapareciendo. En primer lugar, se habría desarrollado la posibilidad cerebral de ser religiosos dadas unas mutaciones genéticas al azar y dicha capacidad fue positiva para la supervivencia de sus portadores, lo que posibilitó su expansión heredándose generación tras generación. Como vemos, el primer cambio indispensable surge por azar a nivel genético: debe existir la posibilidad de una mente religiosa entre la variabilidad de genes que modulan el cerebro humano. No obstante, para que un rasgo se manifieste también es necesario que el contexto en el que el individuo se desenvuelva haga que explotar esa capacidad sea beneficioso para él, que le acarree ventajas nuevas traducibles en una mayor descendencia. Con la religión sucede esto mismo: primero, ha sido necesario que nuestro cerebro evolucione hasta un punto en el que su estructura y su modularidad nos permitan creer en entidades superiores que intervienen en nuestras vidas; segundo, el contexto

en determinados casos ha sido el adecuado para que el desarrollo de esta capacidad sea ventajoso para el portador y para quienes le rodean. Una vez comprendidos los mecanismos que posibilitarían la existencia y surgimiento de la conducta religiosa, se aborda el estudio del aspecto religioso desde las tres perspectivas posibles en que toda mutación es clasificada por los biólogos: positiva, negativa o neutra. ¿Es la religión una conducta adaptativa o un subproducto? El autor concluye que la religión se presenta como una particularidad humana que permitió traducir en clave simbólica las conductas éticas y morales que se comparten con otros primates. Finalmente, tras abordar el estudio teórico de estas cuestiones, el autor establece una correlación entre las mismas y el registro arqueológico para emplear la cultura material como reflejo de la simbolización de las conductas religiosas. La clausura del capítulo concluye con un llamamiento a bordo del *Beagle*, dejando a un lado nuestra visión antropocéntrica al trabajar en Historia para entenderla como biología, pues el estudio de la naturaleza y el autoconocimiento humano no deberían estar separados.

El cuarto capítulo, cuya autoría atañe nuevamente a José Luis Escacena Carrasco, asienta las bases teóricas necesarias para comprender el estudio de la conducta en términos darwinistas, aplicación ya vista en los capítulos anteriores. Por ello, vuelve a criticar el antropocentrismo que tan arraigado se encuentra en las ciencias sociales y humanísticas, ya que solo es posible aplicar el pensamiento darwiniano si damos al hombre el lugar que le corresponde en la naturaleza, junto al resto de animales. Para comprender la transmisión cultural, y la forma en la que la conducta está sujeta a la selección natural, surge el concepto de "meme", unidad mínima de transmisión cultural. Los memes serían a la herencia de la conducta aprendida lo que los genes a la de los rasgos somáticos y fisiológicos. Y, al igual que existe diversidad en lo que al material genético respecta, la transmisión memética está dotada de plasticidad: existe variación memética sobre la que actúa la selección. Podemos decir pues, que en la evolución humana se da un proceso de simbiosis mutualista donde intereses genéticos y meméticos convergen, potenciándose las características, genéticas o conductuales, que eleven al máximo exponente la reproducción, la descendencia. Lo mencionado anteriormente es extrapolable al análisis de los caracteres que presiden las relaciones sexuales, donde las costumbres relativas al cortejo y al apareamiento conformarían una herencia

biológica marcada por una doble vía, la genética y la memética. Como vemos, son presiones selectivas no controladas por nosotros las que deciden en última instancia; la evolución de nuestra especie, y por ende nuestra historia, está sujeta a leyes. Es necesario, pues, descubrir las reglas que explican nuestro devenir histórico, siendo conscientes de la capacidad predictiva de la teoría darwinista frente a otras corrientes epistemológicas.

Todos los ejemplos anteriormente expuestos no hacen sino dar cuenta de la posibilidad y necesidad de aplicar la teoría de la evolución darwiniana a la comprensión del animal humano, tanto en lo fisiológico como en lo conductual. De esta forma comienza el Dr. Luis Gethsemaní Pérez Aguilar su ensayo, volviendo de nuevo a enfatizar la importancia de dejar a un lado las perspectivas moralizantes al trabajar en ciencia, pues estas constituyen verdaderas vendas que incapacitan al investigador en su labor a la hora de hacer ciencia. En su obra pretende demostrar que el modelo darwiniano no contradice las leyes de la termodinámica, cumpliéndose el valor epistémico de consistencia externa: nuestra hipótesis no puede entrar en contradicción con otras leyes demostradas, ha de confluír y fusionarse con ellas de forma armoniosa. Para una correcta comprensión de lo que el autor quiere transmitir, se aportan algunas nociones básicas sobre física a fin de comprender que los humanos somos un sistema energético, como cualquier materia orgánica existente. El quid de la cuestión radica en la segunda ley de la termodinámica, pues Pérez Aguilar considera a las poblaciones humanas como unidades disipativas del ecosistema: la tendencia a la entropía, al desorden, da lugar a constantes desequilibrios energéticos, por lo que las comunidades han de captar la energía de su nicho ecológico para evitar el estado de máxima entropía, es decir, la desaparición del asentamiento. Siguiendo los pilares darwinistas de variación y selección, puede entenderse que la presión selectiva actúa a escala multinivel –sobre la población, nicho ecológico o ecosistema– y favorece aquellas estrategias reproductivas (tipo de asentamientos, en este caso) que facilitan la disipación de gradientes energéticos. En su caso de estudio aplica esta visión al análisis del poblamiento humano en la Tardoantigüedad romana del suroeste peninsular, concretamente en el entorno de *Osset* (San Juan de Aznalfarache, Sevilla), explicando cómo a lo largo del tiempo las poblaciones humanas han experimentado diferentes estrategias de ocupación territorial para captar los recursos necesarios y alejarse así del

equilibrio termodinámico, de la desaparición.

El penúltimo capítulo atañe a María del Rocío López Serena y Miguel Ángel de Dios Pérez, arqueólogos profesionales, quienes pretenden demostrar que el paraguas epistémico darwinista puede aplicarse a la gestión patrimonial y reconstrucción en 3D. El objetivo es emplear la metodología adecuada para la reconstrucción tridimensional del registro arqueológico garantizando la máxima calidad científica, empleando para ello la Crítica Racional Sistemática, que establece una serie de paralelismos con la selección natural darwiniana. El método que los autores proponen, desarrollado por Popper, consiste en buscar una interpretación científica mediante la selección de las hipótesis más aptas, tratándose de una especie de "Selección Racional": se proponen diferentes hipótesis (mutaciones) que son sometidas a criba científica (selección). La lectura de este trabajo permite apreciar cómo la restitución 3D puede mejorar la calidad de la representación de la información arqueológica, así como la posibilidad de realizarla según una metodología que garantice la calidad científica. No obstante, los autores hacen hincapié en la necesidad de establecer una distinción entre el desarrollo de modelos infográficos para la difusión del patrimonio con fines divulgativos y con una finalidad más crítica centrada en la investigación histórica: los primeros buscan la credibilidad para poder ser comprendidos por el público no especializado; los segundos persiguen la veracidad para convertirse en documento de análisis histórico, orientados a un sector académico más especializado. La metodología propuesta por los arqueólogos es aplicada al convento de Terceros de Écija, estableciéndose una comparativa entre los restos documentados arqueológicamente y los mismos restos tras haber sido procesados siguiendo la Crítica Racional Sistemática anteriormente expuesta.

Poniendo el broche de oro a la monografía, y a modo de epílogo, la intervención final de José Luis Escacena nos ofrece una recapitulación de cada uno de los ensayos que forman parte de este libro, extrayendo del análisis de todos ellos la enorme fertilidad que presenta el neodarwinismo como corriente epistémica. Para subrayar de nuevo este valor, ofrece un último caso de estudio desde una óptica darwinista, la caridad. Los comportamientos caritativos suponen un remedio inmediato al problema de la indigencia, pues fomentan la reproducción y supervivencia de muchos excluidos que, de otra forma, habrían terminado sucumbiendo. Así pues, la replicación de este tipo de comportamientos permite

mantener una tasa reproductiva mayor con las sobras que los sectores más pudientes dedican a los pobres, pudiendo aplicar la teoría de Darwin hasta en la sopa... boba –haciendo alusión al título del capítulo.

Tras la detallada lectura de esta monografía, es necesario hacer énfasis en los laudables esfuerzos de sus realizadores por subrayar el carácter fértil de la corriente teórica darwinista, característica de este marco epistemológico que trasciende el ámbito local de estudio e impregna otras áreas de conocimiento como son la física, filosofía o historia; y característica esencial sin duda de las buenas corrientes teóricas que tienen por cometido un análisis aséptico de la historia. De carácter divulgativo, pero sin duda extensible al ámbito académico, el tratamiento de diferentes parcelas de la realidad en cada uno de los capítulos, siempre desde un enfoque darwinista, no hace sino validar el empleo de esta corriente epistémica para abordar el estudio de todos los aspectos de la realidad que atañen al ser humano.

Así pues, el objetivo de los autores queda claramente reflejado, tanto implícita como explícitamente, en cada uno de los capítulos: que el pensamiento científico esté presente en las diversas disciplinas académicas humanísticas bajo el paraguas epistemológico darwinista, de forma que todos remen en una misma dirección de presupuestos teóricos y metodológicos. No obstante, las disciplinas encargadas del estudio del ser humano desde una perspectiva histórica han tendido a otorgarle a su objeto de estudio un lugar privilegiado dentro del mundo vivo, relegando las leyes naturales que explican la vida sobre la tierra a los organismos que no forman parte de nuestra especie ¿No supone esto, entonces, un claro sesgo a la hora de abordar el estudio de nuestro devenir histórico?, ¿no estamos tan sujetos a la selección natural como lo está una hormiga?, ¿por qué aceptamos la teoría darwiniana para comprender la evolución de nuestra especie en términos genéticos, pero no así en términos conductuales? Esta retórica puede entenderse al comprender el papel secundario que el darwinismo desempeña actualmente en el mundo académico debido principalmente al antropocentrismo que en él prima, no queremos aceptar que estamos sometidos a las leyes naturales tanto como lo está cualquier otro organismo vivo; queremos creernos diferentes, especiales, queremos creer que la intención humana es determinista, que desafía a los principios universales. Para el pesar de muchos, recuperando una sentenciadora frase de José Luis Escacena, "La naturaleza no entiende de intenciones

sino de resultados” y todo lo que atañe al ser humano, tanto a nivel conductual como genético, es resultado de la evolución biológica, un proceso dinámico en continua actuación.

* - Universidad de Sevilla - Facultad de Geografía e Historia (Dpto. Prehistoria y Arqueología). carmenramirez2297@gmail.com

OPHIUSSA

IN MEMORIAM

PEDRO MIGUEL CORREIA MARQUES

(1979-2019)

Nasceu a 18 de Dezembro de 1979, em Lisboa, na freguesia da Madalena, tendo frequentado a Escola dos Salesianos e depois a Escola Josefa de Óbidos.

Licenciou-se em Arqueologia (1997-2001), orientando desde então os seus interesses científicos de modo particular para os domínios da Epigrafia e da História Antiga, tanto Clássica como Pré-Clássica, com especial incidência em temáticas de natureza religiosa. No contexto do curso de mestrado em Arqueologia (2001-2005) apresentou a dissertação *Divindades Paleohispânicas e Cultos Romanos no Conuentus Scallabitanus*.

Em 2009 inscreveu-se no doutoramento em Arqueologia, tendo sido bolseiro FCT. Obteve o grau de Doutor, em 2016, com a tese: *A Epigrafia da Hispania na Correspondência Epistolar entre Emilio Hübner e José Leite de Vasconcelos*, a primeira feita em Portugal sobre História da Epigrafia, na qual se reuniram e analisaram as cartas trocadas entre dois grandes vultos da Epigrafia romana da Hispânia. O contacto com um amplo material epistolográfico, especialmente o dos espólios do Museu Nacional de Arqueologia e do Museu da Sociedade Martins Sarmento, consolidou nele um particular interesse pela História da Epigrafia e nesse âmbito preparava uma série de trabalhos. Apesar disso, os seus interesses científicos eram variados.

A sua actividade profissional mais recente seguiu outros percursos. Tendo completado o Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (2015/2016) do Instituto Nacional de Administração, foi colocado como técnico superior da Direção-Geral de Educação, onde trabalhava, ocupando-se em particular do arquivo dessa entidade. Este organismo reconheceu a importância em continuar o seu percurso da sua investigação, permitindo que ele reunisse as condições para ser membro integrado da UNIARQ.

Anteriormente (entre 2002 e 2007) tinha exercido a profissão de arqueólogo ao serviço de várias empresas, intervindo em várias empreitadas de construção, em especial na cidade de Lisboa.

A par do exercício profissional continuava muito empenhado na investigação, acabando por falecer quando tinha acabado de participar numa actividade de natureza científica no estrangeiro. Nos últimos tempos, tendo-se apresentado a possibilidade de publicar a sua tese de doutoramento, preparou-a para responder a determinados critérios editoriais e espera-se que em breve ela seja editada



pela Imprensa Nacional. Infelizmente, não poderá assistir a esse momento por ele tão desejado.

Interveio em várias iniciativas de formação, de diferente natureza, tanto no âmbito universitário, como em outros domínios. Promoveu e participou em muitas iniciativas de divulgação científica. De modo particular, colaborou muito activamente com o Museu Nacional de Arqueologia, organizando pequenos cursos sobre temáticas da sua especialidade, proferindo palestras, acompanhando visitas e desenvolvendo com frequência outras acções no âmbito dos serviços educativos dessa entidade. Esta ligação ao MNA transformou-se numa componente muito importante do seu percurso e o seu empenho na divulgação da Arqueologia e Epigrafia a um público mais vasto constituía uma das actividades em que colocava empenho.

Pedro Marques era uma pessoa modesta, generosa e recta e quem o conheceu mais de perto não esquece a sua peculiar maneira de ser. Para além disso era persistente, empenhado e trabalhador e a sua perda inesperada constitui um motivo de profunda tristeza também para a UNIARQ, que desta forma quer recordar o seu perfil humano, profissional e científico.

Por isso, por ter orientado o seu percurso académico e me encontrar tão estreitamente ligado a ele e por ter estado presente em alguns momentos importantes da sua vida pessoal, é com forte comoção e sentimento de pesar que redijo esta nota, recordando o formulário com que os latinos marcavam as memórias perenes dos seus entes queridos e que tantas vezes não repetimos juntos:

TE ROGO PRAETERIENS DICAS SIT TIBI TERRA LEVIS

A. G.

Algumas das suas publicações:

2017 - Francisco António Rodrigues de Gusmão: A Arqueologia, a Epigrafia e o Património. In J. ARNAUD; A. MARTINS (eds.), *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão. Actas do II Congresso de Arqueologia da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 22-25 de Novembro de 2017)*. Lisboa, pp. 63-73.

2015 - The Eastern Mediterranean in Greek Anthroponymy of Roman Hispania: The Case of *Aegyptus*. In P. M. MILITELLO; H. ÖNIZ (eds.), *SOMA 11. Proceedings of the 15th Symposium on Mediterranean Archaeology, held at the University of Catania 3-5 March 2011*. Oxford. vol. II, pp. 723-729.

2014 - José Leite de Vasconcelos e os *Addimenta Nova ad Corporis Volumen II* de 1913. In A. SALGUEIRO; M. F. NUNES; M. F. ROLLO; Q. LOPES (eds.) – *Internacionalização da Ciência. Internacionalismo Científico*. Casal de Cambra, pp. 143-150.

2014 - Algumas considerações acerca do *Ius Latii* na Hispânia. *Al-Madan*. Almada. Série II, 18:2, pp. 6-14. Disponível em http://issuu.com/almadan/docs/maqueta18_2_online_completa

2013 - Tradições locais e recepção bíblica na literatura portuguesa de viagens do século XVI. *Cadmo*. Lisboa. 23, pp. 65-73.

2011 - *Endouoleicus/Endouelecus/Indouellecus*: Releitura de algumas formas do teónimo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 1, pp. 505-524.

2006 - Três Nótulas de Direito Romano. *Classica*. Lisboa. 25, pp. 99-112.

2004 - Referências ao Livro de Daniel na literatura portuguesa de viagens. In J. A. RAMOS; L. M. ARAÚJO; A. R. SANTOS (orgs.), *Percursos do Oriente Antigo. Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Nunes Carreira na sua Jubilação Académica*. Lisboa, pp. 327-354.

2004 - Dois contributos complementares para a teologia da unidade de Deus no Egipto: Erik Hornung e Jan Assmann. *Cadmo*, vol. 14, Lisboa, 2004, pp. 175-188.

OPHIUSSA

POLÍTICA EDITORIAL

A *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa foi iniciada em 1996, tendo sido editado o volume 0. A partir do volume 1 (2017) é uma edição impressa e digital da UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

O principal objectivo desta revista é a publicação e divulgação de trabalhos com manifesto interesse, qualidade e rigor científico sobre temas de Pré-História e Arqueologia, sobretudo do território europeu e da bacia do Mediterrâneo.

A *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa publicará um volume anual. A partir de 2018, os artigos submetidos serão sujeitos a um processo de avaliação por parte de revisores externos (*peer review*). O período de submissão de trabalhos decorrerá sempre no primeiro trimestre e a edição ocorrerá no último trimestre de cada ano.

A revista divide-se em duas secções: artigos científicos e recensões bibliográficas. Excepcionalmente poderão ser aceites textos de carácter introdutório, no âmbito de homenagens ou divulgações específicas, que não serão submetidos à avaliação por pares. Isentas desta avaliação estão também as recensões bibliográficas.

Todas as submissões serão avaliadas, em primeira instância, pela Coordenação Editorial, no que respeita ao seu conteúdo formal e à sua adequação face à política editorial e às normas de edição da revista. Os trabalhos que cumprirem estes requisitos serão posteriormente submetidos a um processo de avaliação por pares cega / *blind peer review* (mínimo de dois revisores). O Conselho Científico, constituído pela direcção da UNIARQ e por investigadores externos, acompanhará o processo de edição.

Esta etapa será concretizada por investigadores externos qualificados, sendo os respectivos pareceres entregues num período não superior a três meses. Os revisores procederão à avaliação de forma objectiva, tendo em vista a qualidade do conteúdo da revista; as suas críticas, sugestões e comentários serão, na medida do possível, construtivos, respeitando as capacidades intelectuais do(s) autor(es). Após a recepção dos pareceres, o(s) autor(es) tem um prazo máximo de um mês para proceder às alterações oportunas e reenviar o trabalho.

A aceitação ou recusa de artigos terá como únicos factores de ponderação a sua originalidade e qualidade científica. O processo de revisão é confidencial, estando assegurado o anonimato dos avaliadores e dos autores dos trabalhos, neste último caso até à data da sua publicação.

Os trabalhos só serão aceites para publicação a partir do momento em que se conclua o processo da revisão por pares. Os textos que não forem aceites serão devolvidos aos seus autores. O conteúdo dos trabalhos é da inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não expressa a posição ou opinião do Conselho Científico ou da Coordenação Editorial. A Revista *Ophiussa* segue as orientações estabelecidas pelo Committee on Publication Ethics (COPE, Comité de Ética em Publicações): <https://publicationethics.org/>

O processo editorial decorrerá de forma objectiva, imparcial e anónima. Erros ou problemas detetados após a publicação serão investigados e, se comprovados, haverá lugar à publicação de correções, retratações e/ou respostas. As colaborações submetidas para publicação devem ser inéditas. As propostas de artigo não podem incluir qualquer problema de falsificação ou de plágio. Para efeito de detecção de plágio será utilizada a plataforma URKUNDU.

As ilustrações que não sejam do(s) autor(es) devem indicar a sua procedência. O Conselho Científico e a Coordenação Editorial assumem que os autores solicitaram e receberam autorização para a reprodução dessas ilustrações, e, como tal, rejeitam a responsabilidade do uso não autorizado das ilustrações e das consequências legais por infracção de direitos de propriedade intelectual.

É assumido que todos os Autores fizeram uma contribuição relevante para a pesquisa reportada e concordam com o manuscrito submetido. Os Autores devem declarar de forma clara eventuais conflitos de interesse. As colaborações submetidas que, direta ou indiretamente, tiveram o apoio económico de terceiros, devem claramente declarar essas fontes de financiamento.

Os textos propostos para publicação devem ser inéditos e não deverão ter sido submetidos a qualquer outra revista ou edição electrónica. Aceitam-se trabalhos redigidos em português, inglês, espanhol, italiano e francês.

Esta edição disponibiliza de imediato e gratuitamente a totalidade dos seus conteúdos, em acesso aberto, de forma a promover, globalmente, a circulação e intercâmbio dos resultados da investigação científica e do conhecimento.

A publicação de textos na *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa não implica o pagamento de qualquer taxa nem dá direito a qualquer remuneração económica.

Esta publicação dispõe de uma versão impressa, a preto e branco, com uma tiragem limitada, que será distribuída gratuitamente pelas bibliotecas e instituições mais relevantes internacionalmente, e intercambiada com publicações periódicas da mesma especialidade, que serão integradas na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Conta, paralelamente, com uma versão digital, a cores, disponibilizada no endereço www.ophiussa.letras.ulisboa.pt, onde se pode consultar a totalidade da edição.

Para mais informações: ophiussa@letras.ulisboa.pt

OPHIUSSA

EDITORIAL POLICY

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa started in 1996, with the edition of volume 0. From 2017, this journal is a printed and digital edition of UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

The main objective of this journal is the publication and dissemination of papers of interest, quality and scientific rigor concerning Prehistory and Archeology, mostly from Europe and the Mediterranean basin.

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa will publish an annual volume. From 2018, submitted articles will be subject to a peer-review evaluation process. The submission period will always occur in the first quarter of each year and the edition will occur in the last quarter.

The journal is divided into two sections: scientific articles and bibliographic reviews. Exceptionally, texts of an introductory nature may be accepted, in the context of specific tributes or divulgations, which will not be submitted to peer-review evaluation. Exemptions from this evaluation are also the bibliographic reviews.

All submissions will be considered, in the first instance, by the Editorial Board, regarding its formal content and adequacy in face of the editorial policy and the journal's editing standards. Papers that meet these requirements will subsequently be submitted to a blind peer-review process (minimum of two reviewers). The Scientific Council, constituted by the directors of UNIARQ and external researchers, will follow the editing process.

This stage will be carried out by qualified external researchers, and their feedback will be delivered within a period of no more than two months. The reviewers will carry out the evaluation in an objective manner, in view of the quality and content of the journal; their criticisms, suggestions and comments will be, as far as possible, constructive, respecting the intellectual abilities of the author (s). After receiving the feedback, the author(s) has a maximum period of one month to make the necessary changes and resubmit the work.

Acceptance or refusal of articles will have as sole factors of consideration their originality and scientific quality.

The review process is confidential, with the anonymity of the evaluators and authors of the works being ensured, in the latter case up to the date of its publication.

Papers will only be accepted for publication as soon as the peer review process is completed. Texts that are not accepted will be returned to their authors. The content of the works is entirely the responsibility of the author(s) and does not express the position or opinion of the Scientific Council or Editorial Board.

The Journal *Ophiussa* follows the guidelines established by the Committee on Publication Ethics (COPE, the Ethics Committee Publications): <https://publicationethics.org/>

The editorial process will be conducted objectively, impartially and anonymously. Errors or problems detected after publication will be investigated and, if proven, corrections, retractions and / or responses will be published. Contributions submitted for publication must be unpublished. Article submissions can not include any problem of forgery or plagiarism. In order to detect plagiarism, the URKUNDU platform will be used.

Illustrations that are not from the author(s) must indicate their origin. The Scientific Council and Editorial Board assume that the authors have requested and received permission to reproduce these illustrations and, as such, reject the responsibility for the unauthorized use of the illustrations and legal consequences for infringement of intellectual property rights.

It is assumed that all Authors have made a relevant contribution to the reported research and agree with the manuscript submitted. Authors must clearly state any conflicts of interest. Collaborations submitted that directly or indirectly had the financial support of third parties must clearly state these sources of funding.

Texts proposed for publication must be unpublished and should not have been submitted to any other journal or electronic edition. Works written in Portuguese, English, Spanish, Italian and French are accepted.

The publication of texts in *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa does not imply the payment of any fee nor does it entitle to any economic remuneration.

This edition immediately and freely provides all of its content, in open access, in order to promote global circulation and exchange of scientific research and knowledge.

This publication has a limited printed edition in black and white, which will be distributed free of charge by the most relevant international libraries and institutions, and exchanged with periodicals of the same specialty, which will be integrated in the Library of Faculdade de Letras of Universidade de Lisboa. It also has a digital version, in color, available at address <http://ophiussa.letras.ulisboa.pt>, where one can consult the entire edition.

For more information contact: ophiussa@letras.ulisboa.pt

ÍNDICE

CÉSAR NEVES - O Neolítico Médio em Portugal: percurso de investigação	5
SEBASTIÁN CELESTINO PÉREZ - ESTHER RODRÍGUEZ GONZÁLEZ - El santuario de Cancho Roano C: un espacio consagrado a Baal y Astarté	27
JOÃO PIMENTA - CARLOS TAVARES DA SILVA - JOAQUINA SOARES - TERESA RITA PEREIRA - Revisitando o espólio das escavações de A. I. Marques da Costa em Chibanes: os dados proto-históricos e romano-republicanos	45
GIL VILARINHO - A terra sigillata do Castro de Romariz (Santa Maria da Feira, Aveiro): da romanização ao abandono de um povoado fortificado no Noroeste Peninsular	81
ANA MARGARIDA ARRUDA - Ânforas da Quinta do Lago (Loulé, Portugal): as importações	93
FILIPA ARAÚJO DOS SANTOS - Estudos sobre a cerâmica comum da Oficina de Salga 1 de Tróia (Grândola, Portugal): contextos da primeira metade do século V	111
CATARINA FELÍCIO - FILIPE SOUSA - Dois amuletos em osso de <i>Mirobriga</i> - evidências do culto de Magna Mater?	133
TÂNIA MANUEL CASIMIRO - SARAH NEWSTEAD - 400 years of water consumption: early modern pottery cups in Portugal	145
JOAQUINA SOARES - LÍDIA FERNANDES - CARLOS TAVARES DA SILVA - TERESA RITA PEREIRA - SUSANA DUARTE - ANTÓNIA COELHO-SOARES - Preexistências de Setúbal: intervenção arqueológica na Rua Vasco Soveral 8-12	155
RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS (textos de António F. Carvalho, Victor S. Gonçalves, Francisco B. Gomes, Carlos Pereira, Jesús Acero Pérez e Carmen R. Cañas)	185
IN MEMORIAM - PEDRO MIGUEL CORREIA MARQUES (1979-2019) (texto de Amílcar Guerra) ..	211

